



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE HISTÓRIA (FH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)

CAMILA DE JESUS SILVA

**A EXPERIÊNCIA DAS ESQUERDAS QUE LUTARAM
CONTRA A DITADURA MILITAR EM GOIÁS (1960-1972)**

GOIÂNIA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Camila de Jesus Silva

3. Título do trabalho

A EXPERIÊNCIA DAS ESQUERDAS QUE LUTARAM CONTRA A DITADURA MILITAR EM GOIÁS (1960-1972)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO*

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por CAMILA DE JESUS SILVA, Discente, em 18/04/2022, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

09/05/2022 14:54

SEI/UGF - 2840955 - Termo de Ciência e de Autorização (TECA)



Documento assinado eletronicamente por David Maciel, Professor do Magistério Superior, em 18/04/2022, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2840955 e o código CRC 1191A94F.

Referência: Processo nº 23070.009595/2022-54

SEI nº 2840955

CAMILA DE JESUS SILVA

**A EXPERIÊNCIA DAS ESQUERDAS QUE LUTARAM
CONTRA A DITADURA MILITAR EM GOIÁS (1960-1972)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Poder, Sertão e Identidades.

Orientador: Professor Doutor David Maciel

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Camila de Jesus

A experiência das esquerdas que lutaram contra a Ditadura Militar em Goiás (1960-1972) [manuscrito] / Camila de Jesus Silva. - 2022.

330 f.

Orientador: Prof. Dr. David Maciel.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2022. Bibliografia.

1. Esquerda. 2. Nova Esquerda. 3. Revolução Brasileira. 4. Ditadura Militar. I. Maciel, David, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 010/2022 da sessão de Defesa da Tese de CAMILA DE JESUS SILVA, que confere o título de **Doutor(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir da(s) **14h00**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa da Tese intitulada **“A EXPERIÊNCIA DAS ESQUERDAS QUE LUTARAM CONTRA A DITADURA MILITAR EM GOIÁS (1960-1972)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **David Maciel (PPGH/UFMG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **João Alberto da Costa Pinto (PPGH/UFMG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Cláudio Lopes Maia (UFCat)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Carla Luciana Silva (PPGH/UNIOESTE)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Eurelino Teixeira Coelho Neto (UEFS)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **David Maciel**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **David Maciel, Professor do Magistério Superior**, em 11/04/2022, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Alberto Da Costa Pinto, Professor do Magistério Superior**, em 11/04/2022, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Coordenador de Curso**, em 12/04/2022, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cláudio Lopes Maia, Professor do Magistério Superior**, em 13/04/2022, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2715994** e o código CRC **AAB00393**.

09/05/2022 14:52

SEI/UFMG - 2715994 - Ata de Defesa de Tese



Referência: Processo nº 23070.009595/2022-54

SEI nº 2715994

AGRADECIMENTOS

A trajetória dessa Tese de Doutorado não foi fácil. Por razões específicas, pensei em desistir inúmeras vezes. No entanto, temos aqui uma Tese de Doutorado! Diante dessa realização, quero agradecer a algumas pessoas, que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desse trabalho. Primeiramente, a meus pais, Dona Maria e Sr. Antônio, por terem garantido e incentivado meus estudos, e pelo afeto e cuidado incondicionais. À minha irmã Kelly, pelo apoio. Aos meus tios e tias, em especial tia Nadir e tio Moacir. Ao meu orientador David Maciel, pelo fervoroso incentivo à conclusão deste trabalho. À amiga Uyara, igualmente por insistir que eu não desistisse do doutorado. À amiga Ana Rita Rabelo, pela amizade e suporte em momentos difíceis. Às amigas e amigos de Rondonópolis e Morrinhos, pela rede de apoio e afeto: “Amadinhas”, em especial Vanilda, Cidinha e Marta; Lisa; Gisele, Ângela; Thálita, Juliana, Marcos Vinícius e Thiago. À madrinha Lúcia pelo carinho e cuidado. Aos irmãos Rodrigo e Rayanny, pelo carinho. À gestão da Escola Estadual José Moraes, pela compreensão e suporte, em especial, ao amigo Moabe. Aos entrevistados, que contribuíram com seu tempo, atenção e memórias para a elaboração dessas páginas: João Rabelo dos Santos; Maria Aparecida Skorupski; Annete Scotti Rabelo; Gilberto Franco Teixeira; Alda Maria Borges; Euler Ivo Vieira; Jackson Luiz Pires Machado; Juarez Ferraz de Maia; Mário Sérgio Dayrell; Nilva Maria Gomes Coelho; Uassy Gomes da Silva e Hamilton Pereira da Silva. À toda a equipe do PPGH da Universidade Federal de Goiás. Por fim, e com um agradecimento especial, à banca de arguição de nossa tese de doutorado: Dr. João Alberto; Dr. Cláudio Maia; Dr^a Carla Luciana e Dr. Eurelino Coelho.

RESUMO

No início da década de 1960, sob a influência de acontecimentos como a Revolução Cubana, surgiram no Brasil diversas organizações que faziam oposição ao Partido Comunista Brasileiro, a esquerda tradicional. Essa esquerda, que ficou conhecida como a Nova Esquerda brasileira, independentemente do programa político e concepção a respeito à *revolução brasileira*, engrossou a luta por reformas, a partir do Movimento pela Legalidade, encabeçado por Leonel Brizola, em 1961. No contexto específico do estado de Goiás, o então governador Mauro Borges, também desempenhou um papel importante. Tendo construído para si uma imagem positiva, considerada progressista e legalista, o representante do executivo conseguiu integrar em seu governo vários militantes dessas organizações e partidos, num fenômeno político conhecido por *transformismo*. De acordo com nossa tese, tal manobra provocou a perda de autonomia por parte das siglas, fragilizando-as perante a intervenção militar de 1964. As novas tendências também adentraram o território goiano, passando a disputar hegemonia com o PCB. Em nosso trabalho, estudamos a experiência dessas esquerdas, tradicionais e heterodoxas, em todo o território goiano, nos limites geopolíticos do recorte temporal de nosso objeto, ou seja, desde o início da década de 1960 até 1972, quando foram completamente desarticuladas pelo aparato repressivo do Regime Militar. No entanto, tivemos que fazer um breve retorno à meados da década de 1950, para abordar um movimento camponês que muito instigou as esquerdas do período – o movimento dos posseiros de Trombas e Formoso, único movimento camponês vitorioso no Brasil.

Palavras-chave: Esquerda; Nova Esquerda; Revolução Brasileira; Ditadura Militar.

ABSTRACT

In the early 1960s, under the influence of events such as the Cuban Revolution, several organizations emerged in Brazil that opposed the Brazilian Communist Party, the traditional left. This left, which became known as the Brazilian New Left, regardless of the political program and conception regarding the *brazilian revolution*, thickened the struggle for reforms, starting with the Movement for Legality, headed by Leonel Brizola, in 1961. In the specific context of the state of Goiás, the then governor Mauro Borges also played an important role. Having built up a positive image for himself, considered progressive and legalistic, the executive's representative managed to integrate several militants from these organizations and parties into his government, in a political phenomenon known as *transformism*. According to our thesis, this maneuver caused the acronyms to lose autonomy, weakening them in the face of the 1964 military intervention. The new trends also entered the territory of Goiás, starting to dispute hegemony with the PCB. In our work, we study the experience of these traditional and heterodox lefts throughout the territory of Goiás, within the geopolitical limits of the time frame of our object, that is, from the beginning of the 1960s to 1972, when they were completely dismantled by the repressive apparatus of the Military Regime. However, we had to make a brief return to the mid-1950s, to address a peasant movement that greatly instigated the left of the period – the movement of the squatters of Trombas and Formoso, the only successful peasant movement in Brazil.

Key words: Left; New Left; Brazilian Revolution; Military Dictatorship.

In memoriam:

Annete Scotti Rabelo, Otto Filgueiras,

Enrique Serra Padrós.

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo I – Conjuntura político-social do estado de Goiás – questão da terra, Ditadura Militar, bipartidarismo e resistência.....	27
1.1 Disputa pela terra, resistência dos posseiros e associações rurais.....	27
1.2 Mobilização social e a questão agrária no Governo Mauro Borges.....	32
1.3 A criação da UFG (Universidade Federal de Goiás)	37
1.4 Estudantes e revolucionários no Governo Mauro Borges: o CERNE.....	39
1.5 Golpe de 1964: aplicação dos IPMs e cassação de Mauro Borges.....	46
1.6 A questão agrária após o golpe militar.....	50
1.7 Atuação do MDB em Goiás: 1966-1972.....	55
1.8 Repressão e resistência: movimento estudantil e esquerdas contra o AI-5.....	60
Capítulo II - Modo de produção, <i>etapismo</i> e o caráter da <i>revolução brasileira</i> entre as esquerdas dos 60, 70's.....	63
2.1 Entre a teoria e a prática revolucionária.....	63
2.2.1 O conceito de modo de produção: houve feudalismo no Brasil?.....	64
2.2.2 O desenvolvimento do etapismo difundido pela esquerda tradicional: o PCB.....	73
2.3 As esquerdas e a Nova Esquerda: antes e depois de 1964.....	80
2.3.1 O caráter da revolução brasileira.....	84
2.3.2 A organização revolucionária.....	91
2.3.3 As formas de luta revolucionária.....	97
Capítulo III – A atuação das esquerdas goianas no campo: PCB, Ação Popular e Ligas Camponesas.....	103
3.1 A atuação das esquerdas na região de Trombas e Formoso.....	103
3.1.1 A luta pela terra e a formação de um núcleo pecebista no norte goiano.....	103
3.1.2 Uma guinada à via eleitoral: Mauro Borges, Porfírio e a criação dos sindicatos.....	117
3.1.3 O Golpe de 1964: frustração de um sonho e derrocada do núcleo pecebista.....	125
3.1.4 Um novo olhar sobre Trombas e Formoso: a atuação do PRT/ AP.....	128
3.2 A atuação das esquerdas no município de Itauçu.....	132
3.2.1 Um embrião do PCB na colônia agrícola de Ceres.....	132

3.2.2 A chegada de Sebastião Bailão e a criação da Associação de Lavradores de Itauçu.....	136
3.2.3 Sindicalização e adesão à via institucional durante o governo Mauro Borges.....	139
3.2.4 A investida militar sobre a cidade de Itauçu: a desarticulação do PCB na região.....	143
3.2.5 Uma tentativa de reorganização: a Ação Popular chega a Itauçu.....	149
3.3 As Ligas Camponesas e o acampamento guerrilheiro de Dianópolis.....	157
Capítulo IV – A Ação Popular no meio urbano, em Goiás.....	169
4.1 Entre a fé e as práticas sociais (1960-1963)	169
4.2 O MEB e a influência dos movimentos de Cultura Popular.....	172
4.3 A ligação da AP com o Governo Mauro Borges: o Instituto de Cultura Popular.....	175
4.4 A investida militar sobre a AP, em Goiás.....	182
4.5 A reorganização do movimento estudantil e da AP em Goiás: a importância dos secundaristas.....	187
4.6 A efervescência do movimento estudantil goiano: os anos de 1967 e 1968.....	196
4.7 Um hiato rompido pelos universitários e a derrocada definitiva.....	204
Capítulo V – Esquerda tradicional e suas dissidências no meio urbano: PCB, PCdoB e ALN.....	215
5.1 O Partido Comunista Brasileiro e a ditadura: Goiânia e Anápolis.....	215
5.1.1 Experiência anterior ao Golpe Militar de 1964.....	215
5.1.2 Frentes de atuação em meio à efervescência política em Goiás: via institucional, sindicatos e movimento estudantil.....	220
5.1.3 O golpe de 1964: perseguição e retração do PCB, em Goiás.....	230
5.1.4 Realização do VI Congresso e retomada parcial das atividades, com o aumento do número de estudantes.....	234
5.1.5 Rumo à queda e morte nos porões da ditadura (1969-1972)	241
5.2 A trajetória do PCdoB em Goiás: do marxismo-leninismo ao maoísmo (1963-1966)	250
5.2.1 A chegada do PCdoB ao estado de Goiás.....	250
5.2.2 A filiação de estudantes ao PCdoB.....	255
5.2.3 O assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis.....	258
5.2.4 Da retração à derrocada do PCdoB no estado de Goiás: os IPM's de 1966.....	262
5.3 A ALN em Goiás: tardia, breve e conturbada experiência.....	268
5.3.1 Marighella e a trajetória da organização a nível nacional.....	268
5.3.2. Tentativa de estruturar uma organização.....	273

Capítulo VI – A experiência do marxismo heterodoxo em Goiás: ORM-POLOP e COLINA/ VAR-PALMARES.....	284
6.1 A atuação da ORM-POLOP em Goiás.....	284
6.1.1 Do periódico à organização e as lacunas das fontes históricas.....	284
6.1.2 Nasce uma militância no Governo Mauro Borges.....	286
6.1.3 A POLOP goiana após o golpe: da diáspora à reestruturação.....	289
6.1.4 Da ascensão à crise interna: uma dissolução “espontânea”?	294
6.2 Do COLINA à VAR-PALMARES.....	298
6.2.1 As criaturas do Quarto Congresso da POLOP: o COLINA e a VPR.....	298
6.2.2 A guerrilha urbana chega a Goiás: a formação do COLINA.....	301
6.2.3 A fusão na VAR-PALMARES e a frustração de um sonho.....	306
 Considerações finais.....	 312
 Referências.....	 317

INTRODUÇÃO

Esse trabalho, intitulado *A experiência das esquerdas que lutaram contra a Ditadura Militar em Goiás (1960-1972)*, é uma ampliação de nossa dissertação de mestrado (2014/2016), de título *A Nova Esquerda e sua atuação regional: a Ação Popular em Goiás (1961-1971)*, na qual averiguamos a trajetória da organização clandestina de esquerda, Ação Popular (AP), em Goiás, entre os anos de 1961 e 1971. Na pesquisa do mestrado percebemos que a militância da AP, no estado, coexistiu com a de várias outras organizações (“massistas” ou “militaristas”), relação que nem sempre foi conflituosa, mas de aliança em momentos específicos. Partindo das informações levantadas nessa pesquisa, tivemos a intenção de expandir nosso objeto, visando, então, compreender a historicidade do processo caracterizado pela atuação dos partidos e organizações da esquerda socialista que lutaram contra a Ditadura Militar, em Goiás. Buscamos perceber a influência dessas diversas organizações no meio político e social goiano, partindo do questionamento de como elas agiram e se estruturaram na região, qual o nível do seu contato e influência sobre as camadas populares, os movimentos sociais, inclusive perante as demais tendências de esquerda.

A historiografia a respeito da ditadura militar vem, desde o início dos anos 2000, fundamentalmente, a partir do quadragésimo “aniversário” do golpe, crescendo tanto em termos quantitativos como qualitativos. Entre tantas razões, podemos citar para esse surto de pesquisas: a abertura de arquivos com uma vasta documentação ainda não explorada (particularmente o Arquivo Nacional de Brasília por meio do projeto “Memórias Reveladas”), a formação da CNV e do seu arquivo, Comissões Estaduais da Memória e conflitos pela apropriação do passado da ditadura militar pelo espectro conservador em ascensão na política atual.

No entanto, não é perceptível um aumento significativo de trabalhos relacionados à história regional da Ditadura Militar e da resistência política, principalmente no que se refere ao Centro-Oeste brasileiro. Existem poucos trabalhos que buscaram descrever, de forma abrangente, a trajetória dessas tendências políticas, em Goiás. São eles: a dissertação de mestrado *História da Esquerda em Goiás: 1960-1979* (2001), de Bruno Rodrigues Cunha; e o artigo *A esquerda goiana dos anos 60/70: do nacionalismo estatista à luta contra a Ditadura Militar* (2014), de David Maciel.

Na Dissertação de Mestrado *História da Esquerda em Goiás: 1960-1979* (CUNHA, 2001), Bruno Rodrigues Cunha buscou reconstituir a História da Esquerda em Goiás e suas

relações com o Regime Militar de 1960 a 1979, questionando a existência de uma atividade contra-hegemônica expressiva no estado. Para tal tarefa, o mesmo se valeu de documentação composta por fontes oficiais expedidas pelos órgãos de repressão a serviço do Regime, pesquisadas nos Arquivos do DOPS-GO, em domínio da Universidade Federal de Goiás, e do SIC-PC (Seção de Identificação Criminal da Polícia Civil de Goiânia), artigos publicados em jornais da época, pesquisados no Arquivo Amália Hermano do IHGG (Instituto Histórico Geográfico de Goiás) e, eventualmente, algum documento teórico formulado por essas organizações.

Ao levantar o *Quadro Geral da Esquerda em Goiás* (CUNHA, 2001: 42), o autor afirma que as seguintes tendências tiveram maior expressividade, no estado: o PCB; o PCdoB; a POLOP; a VAR-PALMARES; a ALN (Ação Libertadora Nacional) e a AP. Durante o trabalho, o autor acaba dando maior destaque às militâncias do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), alegando a superioridade destas (em número ou expressividade), reduzindo a importância de militâncias como a Ação Popular, que, segundo o depoimento de alguns militantes, disputava hegemonia apenas com o PCB, antes de 1969 (MACHADO, 2015; MAIA, 2015; RABELO, 2015). Segundo Euler Ivo Vieira, ex-militante da Ação Popular e líder estudantil, hoje Secretário de Formação do PCdoB-GO, a estrutura do partido, no estado, antes da anistia, de 1979, era muito pequena, incomparável à da AP (VIEIRA, 2015). Entretanto, tal limitação é reconhecida pelo autor, alegando a falta de informações com relação à atuação das demais tendências, no estado, o que suscitou uma série de lacunas. Uma outra limitação levantada por Cunha, foi não ter recorrido a depoimentos orais provenientes de relatos dos ex-militantes, frustrando a intenção original do trabalho. Um outro entrave que percebemos advém da escassez da documentação¹ e da precariedade do Arquivo do DOPS-GO, sob domínio da UFG, onde foram pesquisados a maioria dos documentos utilizados na obra. De acordo com funcionários, foram doados para a universidade poucos documentos e grande parte destes estavam incompletos. No entanto, independentemente dos obstáculos, a dissertação de Cunha foi muito importante para introduzir o tema na História Política do estado.

¹ Naquele momento ainda não havia se iniciado o processo de abertura dos arquivos dos principais órgãos de informação e inteligência a serviço do Regime Militar, o que tornaria públicos documentos que antes eram confidenciais. Esse processo deu-se em 2005, quando o então presidente Lula assinou decreto regulamentando a transferência para o Arquivo Nacional dos acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações, até então sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) (MEMÓRIAS REVELADAS, 2009). Atualmente esses documentos são de domínio público, acessíveis à pesquisa na internet, por exemplo, no acervo BNM Digital.

O artigo *A esquerda goiana nos anos 60/70: do nacionalismo estatista à luta contra a Ditadura Militar*, de David Maciel (2014) igualmente aborda a trajetória das organizações de esquerda que lutaram contra o Regime, em Goiás, entre 1960 e 1972, porém de forma mais geral e resumida. Neste trabalho, o autor procurou identificar a composição social e o perfil político e ideológico dessa esquerda, fundamentalmente à partir depoimentos e relatos dos ex-militantes, contidos basicamente nas seguintes obras: *Memórias transcritas: depoimentos*, livro organizado por Célia M. Alves e Vera Cortes; *A Ditadura Militar em Goiás: depoimentos para a história*, livro coordenado por Pinheiro Salles e As mulheres que lutaram contra a *Ditadura Militar em Goiás: o caso da Ação Popular*, trabalho monográfico de Camila J. Silva. A intenção de Maciel foi expor um panorama geral da esquerda do período, dentro dos aspectos elencados, valendo-se aproximadamente de 47 depoimentos que se enquadram nesse perfil. Todavia, ainda que o autor reconheça que tais relatos não compreendem a totalidade da esquerda goiana, necessitando de novas pesquisas e do uso de outras fontes, o autor faz uma análise principalmente quantitativa dos dados, o que o levou a fazer conclusão semelhante à de Bruno Cunha, afirmando que em Goiás, até 1972, o PCB manteve-se como a maior organização de esquerda (MACIEL, 2014: 367).

Os trabalhos que buscam expor, de forma mais pormenorizada, a atuação de organizações específicas dessa esquerda, em Goiás, no período proposto, também não são abundantes e os existentes remetem somente à militância da Ação Popular: *As mulheres que lutaram contra a ditadura militar em Goiás: O caso da Ação Popular* (2011) e *A Nova Esquerda e sua atuação regional: a Ação Popular em Goiás* (2016), ambos de minha autoria.

As obras mais numerosas são aquelas que se referem às frentes de atividades nas quais essas militâncias se envolveram, principalmente o movimento estudantil, que era o maior campo de atuação das mesmas. São exemplos destes trabalhos (estes que nem sempre mencionam a vinculação dos líderes estudantis com as organizações de esquerda): *Movimento estudantil em Goiânia: 1960 a 1964* (CARDOSO, 2002); *A participação política da juventude goiana no movimento estudantil universitário: a crise de um projeto social (1960-1985)* (JARY, 2002); *Retratos de Goiás: memórias de ex-militantes estudantis goianos sobre a década de 1960* (VICENTE, 2006); *Movimento estudantil em Goiás em tempos de Ditadura Militar (1964-1970)* (PEREIRA, 2015); e *A repressão aos estudantes, professores e funcionários na Universidade Federal de Goiás durante a Ditadura Militar (1964-1979)* (NUNES, 2019).

Há também outras abordagens que tratam de importantes movimentos sociais que captaram a participação da esquerda goiana, no âmbito do movimento camponês: *Itaçu:*

sonhos, utopias e frustrações no movimento camponês (BORGES, 2005); *Os donos da terra: a disputa pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros de Trombas e Formoso (1950-1960)* (MAIA, 2008); e “*Fazia tudo de novo*”: *camponeses e Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso (1950-1964)* (SOUZA, 2010). Existem igualmente trabalhos com outros enfoques, mas que acabam abordando, indiretamente, ações dessas esquerdas, que são: *1964 em Goiás: o ovo da serpente (Militares e Proprietários de Terras na Geração da Ditadura)* (SOUZA, 1990); *Se as paredes da Catedral falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968-1985)* (DUARTE, 1996); *O Governo Mauro Borges (1961-1964): o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista* (FAVARO, 2015).

A quantidade e complexidade dos trabalhos dos trabalhos anteriores é insuficiente para suscitar um processo adequado de rememoração das atividades políticas que se desenvolveram no estado nas décadas de 60/70. O estudo das tendências da esquerda clandestina, que fazem parte da história de Goiás e das organizações como um todo, com certeza é de grande importância para compreendermos melhor nossa identidade política e os desdobramentos atuais da esquerda e dos partidos políticos. Nesse processo, é essencial que busquemos, em uma escolha metodológica igualmente condicionada pela afinidade, privilegiar as fontes regionais, até mesmo pela maior facilidade de acesso às fontes locais de pesquisa. Pensamos assim, justificar a pertinência de nosso trabalho.

Nosso objeto foi escolhido também diante de uma preocupação com o destino das fontes de informações essenciais para a compreensão dos anos de maior perseguição política do Regime Militar, em Goiás, este que teve como principais denunciadoras do sistema de *Terrorismo de Estado*² e da *subversão do direito*³, as organizações da esquerda socialista. Acreditamos que, na atual conjuntura do país (talvez mais do que nunca), em que alguns setores da sociedade pedem intervenção militar, esse tipo de pesquisa é necessária para que continuemos denunciando as mazelas praticadas pelo Regime Militar.

De forma sintética, a escolha de nosso objeto foi feita a partir de quatro razões principais: 1) A lacuna bibliográfica e historiográfica; 2) A compreensão de que a prática de cada organização constituiu-se a partir de uma inserção concreta em dadas realidades, e que os contornos de tais experiências só podem ser visualizados a partir da singularização; 3) A possibilidade de preencher as lacunas presentes na historiografia, por meio ao acesso à fontes disponibilizadas mais recentemente; 4) A utilização de uma fonte pouco explorada pela

² Trataremos deste conceito mais adiante.

³ D. Paulo Evaristo Arns, no *Projeto Brasil Nunca Mais*, refere-se por *subversão do direito* o processo de deturpação do direito brasileiro perante implantação de diversas emendas constitucionais por parte do Poder Executivo, durante a Ditadura Militar instaurada a partir de 1964.

historiografia, pelo menos no que se refere à produção específica do conhecimento sobre as esquerdas políticas, em Goiás.

Em nosso trabalho, recorreremos a uma diversidade de documentos, entre fontes orais e escritas. As fontes orais são muito importantes em nosso trabalho. Deste modo, partimos de entrevistas concedidas por ex-militantes das organizações de esquerda que atuaram em Goiás, a começar por relatos de 12 antigos integrantes da Ação Popular, que obtivemos em pesquisas anteriores; e 49 depoimentos de integrantes, que atuaram de 1960 até 1974 (PCB, AP, POLOP, VAR-PALMARES, entre outras), contidos nos livros *A Ditadura Militar em Goiás: depoimentos para a história*, coordenado por Pinheiro Salles, e *Memórias Transcritas*, organizado por Célia Maria Alves e Vera Côrtes. No entanto, documentos escritos, como relatórios de IPM (Inquérito Policial Militar), jornais da época, também foram muito utilizados. Estes foram pesquisados, principalmente, nos acervos *Arquivos Revelados: A Ditadura Militar em Goiás* (2016), livro organizado em dois volumes em parceria entre a UFG e a ANIGO; e BNM Digital, catálogo virtual de documentos oficiais expedidos pelos órgãos repressivos do Regime Militar (1964-1985), vinculado ao projeto Brasil Nunca Mais. O projeto Brasil: Nunca Mais Digit@l (BNM DIGITAL) foi o responsável por disponibilizar na internet o acervo do histórico projeto *Brasil: Nunca Mais*, desenvolvido na década de 1980 pelo Conselho Mundial de Igrejas e a Arquidiocese de São Paulo. Os arquivos que, antes eram físicos, localizados em Campinas-SP e Brasília, agora estão disponíveis na internet, o que facilita o acesso de pesquisadores que estão distantes da universidade de vínculo e da região que concentra o objeto de pesquisa. Esse é o caso da autora deste trabalho, que atualmente reside no Mato Grosso.

No que se refere à base teórico-metodológica, nosso trabalho é pautado pelo materialismo histórico-dialético, formulado por Marx e Engels. Antes de conceituarmos, minimamente, tal visão a respeito da história, é importante entendermos o conceito de *consciência e luta de classes*, a ele diretamente relacionado. Segundo o *Manifesto do Partido Comunista* (2004: 45): “A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes [...]”. Então, todas as transformações sociais seriam motivadas pela constante oposição entre exploradores e explorados, seja de forma implícita ou explícita. Consideram que a história é o processo de criação, recriação e satisfação contínuas das necessidades dos seres humanos em sua relação com o mundo, produzindo a sociedade, de forma contínua. Nesse sentido, a concepção materialista da história define que:

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (MARX & ENGELS, 2007: 94).

Na visão materialista histórica, a história da sociedade de classes é o produto das relações contraditórias entre as forças produtivas e as relações de produção, manifestadas na luta de classes. Segundo Marx e Engels, a consciência é determinada pela relação com mundo material e não o contrário. Nosso trabalho, que tem por objeto as organizações de esquerda, foi construído segundo os princípios do materialismo histórico. Ao buscarmos compreender tais tendências políticas, procuramos não nos limitar meramente às diretrizes teóricas, ou às formas de luta previstas. Partimos do debate sobre os modos de produção existentes no Brasil, este que permeou todas as organizações da esquerda tradicional e da Nova Esquerda brasileira nos anos 50, 60 e 70. Ao explorarmos tal concepção, e como ela foi inserida e modelada no Brasil, a partir da primeira metade do século XX, recorremos a alguns autores como, Jacob Gorender, Nelson Werneck Sodré, André Gunder Frank, entre outros. Somente após essa exposição, nos debruçamos sobre a concepção de *revolução brasileira*, de cada uma delas, ou seja, se seria imediatamente socialista ou anti-imperialista, e quais as táticas a serem utilizadas para se chegar ao objetivo. Nessa segunda parte da análise teórico-metodológica, realizada no Capítulo II, nos baseamos, fundamentalmente, em Marcelo Ridenti, em sua obra *O fantasma da revolução brasileira*; Jacob Gorender, em *O combate nas trevas*; Daniel Aarão Reis Filho, em *A revolução faltou ao encontro*; ao mesmo tempo que trazemos citações dos documentos políticos formulados pelas siglas aqui estudadas.

Outra teoria à qual apelamos é a concepção de *partido político* proposta por Antonio Gramsci, presente no caderno 13, intitulado, *Maquiavel: notas sobre o Estado e a política* (2007). As organizações às quais tratamos neste trabalho, mesmo que atuassem na ilegalidade e, após 1964, na clandestinidade, a fim de ter êxito em seu projeto revolucionário, ansiavam pelo consenso e adesão popular – umas mais e outras menos. Nesse sentido, as experiências foram de verdadeiros partidos, mesmo não podendo concorrer às eleições, limitação muitas vezes contornada pela filiação de militantes aos partidos legais, como por exemplo o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Gramsci (2007: 13-16) faz uma analogia entre o partido e o *príncipe moderno*. De acordo com ele, o primeiro pretende ser o “símbolo da vontade coletiva”, porém, uma vontade coletiva canalizada para determinado fim político, e acrescentava:

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo, um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação.

Desse modo, o partido de esquerda idealizado por ele, seria o *condottiero* ideal, “a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”. No entanto, segundo o filósofo e cientista político, isso seria impossível sem a adesão das grandes massas. Para ele, a todos esses tipos de partido, sendo eles socialistas, ou nacionalistas, seriam necessárias certas doses de *jacobinismo* e *paixão política*, ou seja, um espírito mais combativo na luta política (GRAMSCI, 2007: 16-19). Todos esses elementos, demonstram que as organizações tratadas em nossa tese se enquadram no ideal de partido político formulado pelo intelectual italiano. Os partidos referenciados em nosso objeto, tinham uma perspectiva universal e total, não apenas porque queriam conquistar as massas, mas porque sua estratégia revolucionária, sua concepção da revolução brasileira, era baseada numa leitura integral da história da formação social brasileira e de sua realidade contemporânea. ou seja, por mais que essa leitura fosse equivocada havia uma intenção explícita de organizar a ação política a partir das condições reais e do terreno da luta.

É importante que tenhamos consciência que o contexto histórico referente a tal experiência política contempla três fases: o Pré-Golpe, quando essas organizações e partidos ainda não estavam na clandestinidade, porém é este o período no qual elas são fundadas, exceto o PCB; o Pós Golpe, quando a vinculação em tais tendências é criminalizada, culminando no esvaziamento momentâneo de seus quadros e reestruturação em perspectivas mais radicais de luta; e após o AI-5, em 1968, quando a atuação dos organismos de repressão do Regime é intensificada, resultando na completa desarticulação desses grupos, em 1972.

Naquela mesma conjuntura, assumia a Presidência da República João Goulart, considerado um herdeiro do nacionalismo e do populismo getulista. Houve tentativa para impedir a posse do novo Presidente, porém esta fracassou devido ao movimento liderado por Leonel Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul, intitulado *Rede da Legalidade* (DREIFUSS, 1987: 126; MARINI, 2000: 35-36). A resistência que teve apoio em todo o país, por parte do movimento estudantil – que tinha como sua maior entidade a UNE (União Nacional dos Estudantes), presidida naquele momento por Aldo Arantes – do movimento sindical e das tendências políticas de esquerda existentes, contou com o apoio também de líderes políticos regionais, como Mauro Borges, Governador de Goiás (FAVARO, 2015: 53; LIMA; ARANTES, 1984).

Em Goiânia, sob a liderança do Governador Mauro Borges, intelectuais e estudantes universitários e secundaristas participaram de treinamentos de tiro na Praça Cívica, na intenção de defender, com armas, se fosse preciso, o cumprimento da Constituição. A mobilização contou com o apoio e envolvimento importante das organizações de esquerda, principalmente do PCB (Partido Comunista Brasileiro), então hegemônico no cenário nacional e regional, entre as demais. Também houve participação em peso de membros da juventude católica goiana, composta essencialmente pela JEC (Juventude Universitária Católica) e pela JUC (Juventude Universitária Católica), estas que logo trilhariam o caminho da coordenação nacional, entrando para a Ação Popular, uma das organizações da Nova Esquerda⁴ brasileira, fundada em 1963 (DAYRELL, 2015; TEIXEIRA, 2015).

Antes do Golpe, de abril de 1964, conviveram no meio goiano as seguintes organizações de esquerda; que visavam a construção do socialismo no Brasil: a AP; o PCB; o PCdoB e a POLOP (FAVARO, 2015: 345; RABELO, 2015; TEIXEIRA, 2015). As tendências que disputavam a hegemonia, principalmente do movimento estudantil, no estado, seu maior meio de atuação, eram o PCB e a AP (RIDENTI, 2007: 246). Não houve apenas disputas e conflitos entre os militantes vinculados a tais organizações. Em situações críticas e pontuais, houve também alianças e composições, firmadas inclusive em sistema de Frente Única, método preconizado pelo PCB (MACHADO, 2015; TEIXEIRA, 2015). O Governo de Mauro Borges teve um papel importante, nesse sentido, pois, em seu governo, integrou vários militantes dessas tendências, principalmente no CERNE (Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado), com a função de transmitirem uma imagem positiva do seu governo junto às massas. Desse modo, o mandato do Governador foi importante para os próprios rumos da esquerda goiana, de forma que a luta contra a Ditadura começou antes mesmo de sua instalação, ou seja, ainda quando as forças golpistas tentaram impedir a posse de João Goulart, contribuindo para potencializar a mobilização social e política em Goiás, fortalecendo um movimento altamente democrático e antigolpista, que se acirrou após a instauração da Ditadura (MACIEL, 2014: 362).

No entanto, o então Governador de Goiás, Mauro Borges, foi um dos que participaram das articulações a favor da deposição de João Goulart e tomada do poder pelos militares e, no momento da ruptura, manifestou apoio total. Seu próprio governo foi assolado pelos inquéritos, sob a acusação de infiltração subversiva (FAVARO, 2015). Mesmo o Governador,

⁴ Em nossa análise, o termo *Nova Esquerda* refere-se às organizações e partidos clandestinos de esquerda que fizeram oposição ao Partido Comunista Brasileiro, propondo-se a dirigir a classe trabalhadora na construção do socialismo. Diante disso, a expressão *nova* significa somente que são tendências políticas diferentes, e não que consideremos as anteriores como *velhas* ou *obsoletas* (REIS FILHO, 2007: 16).

tendo aderido ao Golpe e iniciado o processo de prisão e perseguição aos militantes de esquerda, no seu próprio mandato, os militantes do PCB, da AP, PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e da POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), inclusive em sistema de Frente Única, não hesitaram em manifestar apoio à manutenção do seu mandato, constituído legalmente através do voto. A situação culminou no assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis, por parte de um grupo de estudantes do PCdoB, com o intuito de obterem armas para a organização da resistência (DELACORTE, 2011; NATAL, 2008: 142; TEIXEIRA, 2015).

Com o Golpe, muitos militantes foram inquiridos ou presos, a começar por aqueles que atuavam no CERNE, sendo expedido um IPM (Inquérito Policial Militar) específico para a investigação das atividades “subversivas” desenvolvidas pela autarquia paraestatal (IPM/CERNE) (FAVARO, 2015: 345). Diante de tal perseguição, uma quantidade significativa de quadros desvinculou-se dessas organizações, por exemplo Uassy Gomes da Silva (2015), que naquele momento era coordenador da Ação Popular. Todas as organizações, então, passaram por um período de recolhimento, inclusive no que diz respeito à sua atuação no movimento estudantil, que igualmente sofrera represálias. A reestruturação do movimento, devido à intensa repressão e intervenção nas universidades, deu-se fundamentalmente por intermédio dos estudantes secundaristas, a partir de 1966. Nesse processo a Ação Popular tornou-se hegemônica, mas não abrindo mão de alianças com representantes do PCB e de outras tendências minoritárias.

O ano de 1968 representou o ápice de efervescência política, social e cultural entre os jovens (VENTURA, 1988: 14). Em contrapartida, ao final daquele mesmo ano, mais precisamente em 13 de dezembro de 1968, foi decretado, no Brasil, o AI-5 (Ato Institucional nº 5), ato que intensificara, a nível sem precedentes, o processo de vigilância, repressão e *saneamento* por parte do Regime Militar. O decreto e lei, ao desvincular-se dos empecilhos legais, perturbou as ilusões de uma resistência parlamentar, levando uma fração considerável da juventude brasileira a lançar-se na militância política, dessa vez buscando lutas não conciliatórias, nem reformistas. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de levar em consideração o dinâmico contexto internacional daquele período, condicionado pela bipolarização causada pela Guerra Fria e cheio de inspirações revolucionárias como as Revoluções Cubana, Chinesa e principalmente a Guerra do Vietnã que estava em andamento.

Depois de decretado o AI-5, o cerco começou a fechar-se para todas as organizações da esquerda clandestina, bem como para o movimento estudantil, no estado e em todo o Brasil. Com a saída de praticamente todos os estudantes secundaristas das organizações que

detinham a hegemonia, e aqueles que não se desvincularam já se encontravam fora do estado, na clandestinidade, houve um esvaziamento considerável de quadros em Goiás. Com o desmantelamento das demais frentes de atuação das organizações, que vislumbravam uma atuação junto às massas, principalmente das estruturas que visavam deflagrar guerrilha rural no interior do estado, a atuação das tendências resumir-se-ia definitivamente ao movimento estudantil.

De 1969 a 1970 deu-se a etapa de consolidação do regime autoritário instalado no país, através do sistema de *Terrorismo de Estado*, que determinava, em primeiro lugar, o combate repressivo aos movimentos clandestinos de oposição. O processo que havia se iniciado na etapa anterior aprofundou-se, tendo como alvo central a esquerda armada. Dessa forma, rapidamente foi promovida a nacionalização do processo repressivo, com a supremacia das Forças Armadas sobre as polícias militares estaduais. Em janeiro de 1970 começaram a funcionar os Departamentos de Operações e Informações (DOIs) e os Centros de Operações e Defesa Interna (Codis), estruturas distintas, mas subordinadas ao exército. Com o aperfeiçoamento desse aparato, o sistema coercitivo a serviço do Estado tornou-se muito mais eficaz, ao ponto de 1974, praticamente toda a esquerda clandestina, não apenas a armada, ter sido desarticulada no Brasil todo, inclusive em Goiás (MACIEL, 2004: 73; PADRÓS, 2005: 3).

Em nosso trabalho, defendemos a tese de que as esquerdas goianas, que atuaram durante a década de 1960 ao início de 1970, gradativamente perderam força após o golpe de 1964 não apenas por conta da repressão, mas também devido ao peso do *transformismo* exercido pelo estado durante o governo mauro borges em sua capacidade de mobilização e organização. O líder era considerado pelas esquerdas como “progressista”, por ter sido um dos líderes no Movimento pela Legalidade, em defesa da posse de João Goulart. Tais organizações e partidos foram aglutinadas em torno de sua gestão política, de forma que, para além da importância da repressão política e da intensa fragmentação, após o golpe de 1964, não conseguiram resistir, manter sua força e presença junto aos trabalhadores, muito em função da falta de autonomia diante do estado. Essas dificuldades se abateram tanto sobre o PCB, quanto sobre as organizações que o acusavam de reformismo e conciliação de classes.

O *transformismo*, conceito cunhado por Antônio Gramsci, é um fenômeno político que suscita a promoção de certas melhorias, sem, no entanto, provocar transformações estruturais na sociedade, com vistas a anular a posição crítica ou mesmo antagônica de seus adversários. Nesse processo, partidos, grupos e personalidades políticas de oposição incorporam-se gradualmente à classe política “conservadora-moderada”. Como veremos com mais detalhes,

durante o trabalho, em todas as organizações, independentemente da concepção de *revolução brasileira*, percebeu-se uma proximidade muito grande com o governo mauro borges, seja com a presença de militantes com cargos dentro do governo, seja em alianças político-eleitorais na premissa de realizarem pressão por reformas ou determinadas concessões.

Segundo David Maciel (2006: 289), baseado em Gramsci, o transformismo: “se manifesta quando as forças dominantes operam um movimento de cooptação sobre líderes (intelectuais orgânicos) das forças oponentes, decapitando-as [...]”. Esse processo, não só impede a possibilidade de tais forças políticas tornarem-se dirigentes, mas também provoca sua inanição, ou até mesmo seu desaparecimento. Fenômeno semelhante foi observado quando os líderes de Trombas e Formoso, boa parte deles integrante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), apoiaram a candidatura de Mauro Borges, em troca da regularização dos títulos de posse das terras conquistadas, na década de 1950. Os títulos foram providenciados pelo então governador, e o mesmo também agilizou os trâmites para a criação dos sindicatos rurais, colocando sob sua tutela o movimento camponês, no estado, ao mesmo tempo em que garantia a ordem (MACIEL, 2006: 292).

Durante o Governo de Mauro Borges, os conflitos políticos foram “domesticados”, por meio de mecanismos que, majoritariamente, restringiam suas ações às vias legais, ao mesmo tempo em que os enquadravam em certos limites. Segundo Maciel (2006: 295):

Esse enquadramento permite alteração da práxis social e, particularmente, política das forças oponentes pelas forças dominantes, no sentido de esvaziar seu caráter contra-hegemônico e favorecer sua ‘integração passiva à ordem’.

As organizações da esquerda goiana tiveram influência em diversas lutas e movimentos enquanto atuavam sob a tutela do governo mauro borges. Ela foi forte e atuante quando orbitou em torno do estado, o que enquadrava os movimentos numa luta majoritariamente reformista e democrática. Como forças oponentes, conseguiram acesso ao estado e até mesmo controle de determinadas instâncias estatais, porém, a correlação de forças não foi alterada, de forma significativa, mantendo o bloco histórico dominante no poder. Depois do golpe de 1964, com a “limpeza” política iniciada pelo próprio Mauro Borges e intensificada após sua deposição, o espaço de intervenção institucional da esquerda goiana se reduziu drasticamente, dificultando as relações com sua base social e sua capacidade de resistir à repressão, favorecendo o seu dismantelamento progressivo.

A princípio, nossa intenção era trabalhar com um espaço temporal de 1960 até 1974, linha que converge com o período inicial da efervescência da luta das esquerdas, no Brasil, até

o momento em que a estrutura dessas organizações foi desmantelada devido ao recrudescimento do aparato repressivo do regime. No entanto, pelo levantamento das fontes e os resultados de nossa pesquisa, verificamos que, em Goiás, a militância dessas tendências se encerrou (ou foi paralisada, no que se refere ao PCB e PCdoB, que são partidos existentes até os dias atuais), em 1972, devido à ação implacável da polícia política e também à certa fragilidade dos sistemas de segurança. O último suspiro dessas esquerdas, no estado, se deu quando PCB e ALN (esta última em tentativa frustrada de se estruturar na região Centro-oeste, a fim de desencadear a luta armada) foram desarticulados.

Nossa tese de doutorado conta com 6 capítulos, sendo I e II sessões de contextualização. Eles tratam, respectivamente, da conjuntura político-social do estado de Goiás e do aparato teórico-metodológico que permeou as esquerdas socialistas naquelas décadas, indo do conceito de modo de produção à perspectiva de *revolução brasileira*. A experiência dessas organizações é contada nos capítulos III, IV, V e VI. O Capítulo III conta a trajetória das tendências que desenvolveram militância no meio rural, em diferentes perspectivas e formas de luta. Nesse sentido, se fez necessário retornarmos à década de 1950 para falar sobre o movimento dos posseiros de Trombas de Formoso (1954-1964), orientado e liderado, principalmente, por camponeses filiados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Esse recuo foi necessário para compreendermos a importância desempenhada pelos líderes da região nos anos que antecederam o Golpe de 1964. Foi preciso rememorar esse evento histórico, para entendermos como, devido a ele, Goiás teria se tornado um polo de atração para movimentos como as Ligas Camponesas, experiência igualmente contada no Capítulo III, e as organizações da Nova Esquerda brasileira. Os capítulos subsequentes tratam das experiências da Ação Popular, PCB, PCdoB, ALN, POLOP e COLINA/ VAR-Palmares, organizadas em três sessões, em função do diferencial teórico, relacionado, igualmente, à origem de cada uma delas.

CAPÍTULO I – CONJUNTURA POLÍTICO-SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS – QUESTÃO DA TERRA, DITADURA MILITAR, BIPARTIDARISMO E RESISTÊNCIA.

1. 1. Disputa pela terra, resistência dos posseiros e associações rurais.

Na primeira metade da década de 1950, percebeu-se uma intensa procura pela titulação de terras ao norte do estado de Goiás e também na Zona do Alto Tocantins (região onde estava localizado Trombas). Esse fato está relacionado ao impacto que surtiu a construção da Colônia Agrícola de Ceres e de rodovias numa região marcada por grande quantidade de terras sem proprietários. A alta presença de ocupantes nessa região, se não indica explicitamente a existência de terras devolutas, indica que grande número de lavradores trabalhava em terras alheias, sem qualquer garantia jurídica. Tal situação tornava essas zonas um ponto de atração para interessados em se apossar das terras disponíveis, cujos ocupantes poderiam ser questionados com relação ao seu direito sobre elas (MAIA, 2008: 132-133).

Naquele mesmo contexto, as inovações do transporte, com a construção de novas estradas, representaram um novo ensejo de ocupação da região, também pelas condições materiais de estruturação do agronegócio. Não bastava garantir a posse da terra, mas possibilitar a manipulação do mercado de terras, exigindo a constituição de títulos legais e seguros para o capital. A propriedade da terra assumia uma nova natureza na região, explicando, parcialmente, a intensificação do conflito na região, tendo os fazendeiros se voltado para a expropriação e não para a cobrança do arrendo. A chegada dos posseiros a Trombas significou grande oportunidade de negócios para criadores de gado e comerciantes. A presença de muitos lavradores despertou o desejo dos criadores de gado pelo aumento do número de funcionários nas fazendas, submetendo os novos ocupantes ao arrendo de 30% ou ao sistema de meeiro. Dessa forma, interessava ao fazendeiro elevar ao máximo os ganhos, estando o posseiro obrigado a trabalhar com maior rigor a fim de produzir em maior quantidade para o mercado, a preços cada vez menores. No entanto, essa relação de trabalho encontrou resistência por parte dos novos grupos de agricultores que se negavam a pagar o arrendo, mediante a explicação de que as terras que ocupavam eram devolutas. A exploração que há muito tempo era praticada na região encontrou resistência por parte dos novos grupos que ocupavam Trombas, movidos pelas garantias por parte do estado, de propriedade sobre aquelas terras (MAIA, 2008: 133-134).

A superexploração do trabalho camponês empreendida pelos criadores de gado e comerciantes tinha um complicador, porque deveria ser praticada por meio da violência, já que os “patrões” não tinham consolidado o domínio da terra. As pressões dos exploradores pela assinatura de contratos de uso da terra, se negando a fornecer mercadorias aos posseiros que não pagavam o arrendo, além de serem meios de garantia da propriedade, consolidavam a superexploração do trabalho camponês. Igualmente, foi decisivo para a região a construção de estradas interligando o distrito de Trombas aos mercados consumidores, tanto à capital, Goiânia, quanto à região sudeste do país, por meio da estrada de ferro que ligava Anápolis ao porto de Santos. Esse impacto surtiu efeito na expansão urbana de Uruaçu e alterações no quadro político da região. As transformações do transporte também foram responsáveis por mudanças na composição social do grupo de proprietários, bem como a composição dessas terras. A interligação de Trombas aos grandes mercados consumidores, ou mesmo sua “aproximação”, devido à ocupação de terras ao redor da Colônia Agrícola, colocaram as terras próximas ao município de Uruaçu em condições de produzir mercadorias com valor compatível à geração de lucro, dentro da taxa média do capital, permitindo aos proprietários de terra a redistribuição da mais-valia na forma de renda (MAIA, 2008: 134-135).

No entanto, a possibilidade de a região se adequar às novas necessidades do capital, no mercado de produção de alimentos, não explica, por si, o valor adquirido por essas terras após as inovações nos transportes. O mercado de terras também é regulado por fatores especulativos, relacionados à expectativa de ganhos futuros. Dessa forma, o mercado de terras seria regulado por duas forças básicas, a taxa de lucro e os ganhos futuros previstos. No caso da região de Trombas e Formoso, o segundo fator seria mais significativo, pois se relaciona às transformações previstas nas rendas futuras, ligadas às novas correntes de capital e trabalho. Isso explicaria a capacidade das terras sem uso adquirirem um valor, sendo o elemento especulativo um fator essencial no preço da terra. Estas seriam, para o comprador, um investimento, devido a capacidade de produzirem uma renda futura ou enquadrando-se no novo mercado de terras (MAIA, 2008: 135-137).

As considerações sobre o mercado de terras também apontam para uma questão de caráter social, ou seja, a mudança na relação de criadores de gado e comerciantes com a terra, que passou a ser vista como investimento financeiro. Naquele momento, não era tão interessante regularizar as terras a fim de garantir a produção capitalista, mas explorar as possibilidades que o mercado de terras impelia na região. A terra deixava de ser um espaço de obtenção de renda absoluta sobre o trabalho do camponês, captada exclusivamente por meio da violência na exigência de um extra sobre o trabalho, como um arrendo na forma de

produtos. A terra também passava a ser considerada uma mercadoria e, por isso, a urgência no processo de legalização por meio de títulos seguros. Ao mesmo tempo, essa corrida estava relacionada ao desejo dos criadores de gado e comerciantes de verem os camponeses fora das terras almeçadas. A regularização jurídica provocou uma verdadeira disputa entre os muitos interessados, que tinham seu direito assegurado pelo uso. As mudanças ocorridas chegaram a prejudicar, até mesmo, grandes “proprietários” de famílias tradicionais da região, como os Fernandes Carvalho, de Uruaçu (MAIA, 2008: 137, 139).

A comarca de Uruaçu, a qual incluía Trombas, tornou-se cenário de movimentações em busca de certidões de terras, na maioria dos casos, referente à partilha de heranças. Como as famílias não tinham muito cuidado com estes documentos, num período em que as terras tinham pouco valor, essa articulação passou a ser utilizada igualmente para a apropriação ilegal de terras devolutas. Era relativamente fácil reproduzir esses documentos, o que chamava a atenção de grupos diversos, que iam além de famílias tradicionais da região. Segundo a tese de Cláudio Maia, em janeiro de 1957, o jornal *O Popular* reproduziu um texto relatando a ação de grileiros numa paróquia do norte do estado de Goiás, com o título *Estranha Caravana em ação no Norte do Estado de Goiás*. De acordo com a matéria, um grupo composto por advogados e agentes públicos, que se apresentavam como funcionários do “Ministério de Coisas Velhas do País”, após consulta aos arquivos do cartório e da Paróquia da Vila do Carmo, voltaram contentes, pois teriam conseguido se apropriar de terras da região. O golpe aplicado pelo grupo demonstra que a falsificação de documentos não era um ato isolado dos grandes fazendeiros para expulsar os posseiros, e sim uma estratégia organizada para a garantia da terra na região (O POPULAR, 1957: 1 *apud* MAIA, 2008: 139-140).

Posteriormente, o grupo de grileiros atuaria em outras regiões do estado de Goiás. Todavia, seu deslocamento e a coincidência dos métodos utilizados na titulação de terras, indicava que a expropriação que prejudicava os posseiros de Trombas e Formoso não se limitava a uma disputa local pela terra. Esse processo tinha uma extensão maior e envolvia grupos diversos (MAIA, 2008: 142-143). Em Trombas, mais de 400 famílias foram expulsas de suas terras após a visita de um suposto agrimensor à região. As terras devolutas das fazendas *Cana Brava* e *Serra Azul* foram divididas e transferidas a pessoas que não tinham posses na região, prejudicando muitas que moravam no local há anos. Procuraram, então, a Associação Rural de Porangatu, na tentativa de articular sua defesa, procurando por meio da intervenção estatal a garantia da posse das terras.

A denúncia foi publicada em matéria do *O Popular*, em 23 de janeiro de 1954. No entanto, quatro meses depois dessa visita dos posseiros àquela mídia da capital, o mesmo jornal se posicionava ao lado de nova comissão de grileiros, parte dos que tiveram envolvimento com o caso da fazenda *Onça*. Os indivíduos apresentavam documentos fornecidos pelo juiz de Uruaçu, qualificando as terras como sendo propriedade dos interessados na expulsão dos posseiros. Dessa vez, os posseiros das fazendas *Cana Brava* e *Serra Azul* foram qualificados como invasores de terra, criminosos. Se antes os posseiros tinham seus direitos reconhecidos, em partes, sendo vistos como enganados pelo Estado, passaram a ser qualificados como invasores, o que preparava o clima para a intensificação dos conflitos na região (MAIA, 2008: 143-145).

A corrida dos títulos na região de Trombas e Formoso teve início quando a valorização daquelas terras e a obtenção de uma renda capitalista se colocaram como possibilidades na região. Desse modo, as mudanças nas condições das terras não atingiram somente posseiros, mas também outros grupos sociais que ocupavam a terra para fins de uso. O surgimento do mercado de terras e a possibilidade de exploração pelo agronegócio foi um divisor de águas em Trombas, passando não haver negociação possível para o camponês. Os posseiros foram submetidos à violência extrema (MAIA, 2008: 147-148).

As ações políticas aplicadas no estado de Goiás, a fim de viabilizar a “ocupação do Oeste”, a partir da década de 1940, resultaram no movimento migratório e na ocupação econômica da fronteira em Goiás. Por um lado, o governo estimulou as migrações de lavradores, criando assentamentos e núcleos de colonização que intensificaram a ocupação nas áreas de fronteira. Por outro, facilitou a aquisição de grandes pedaços de terra para a criação de gado e para fins especulativos, dando continuidade a uma estrutura fundiária monopolista e excludente. A própria política de ocupação estimulava o avanço das frentes de expansão sobre os espaços indígenas e dos pioneiros sobre a produção camponesa, provocando os primeiros conflitos sociais pela terra na fronteira (BORGES, 2000: 146).

A apropriação das terras devolutas às grandes fazendas tornou-se comum, contando com a conivência dos poderes constituídos. Geralmente, depois que as famílias de posseiros e demais ocupantes enfrentavam as tribos indígenas e limpavam as matas na fronteira a fim de produzir sua subsistência, a terra era simplesmente “grilada” ou expropriada. Os pequenos produtores tinham, então, de avançar novamente sobre o território tribal, apropriando-se de lotes de terra a fim de garantir o sustento de sua família. Ou seja, por trás do posseiro que não conquistava terras, estavam a especulação ou interesses empresariais de ocupação do

território, implementadas pelos criadores de gado, bancos, ferrovias, comércios, rodovias, cartórios, etc. A frente pioneira do capitalismo era expropriatória (BORGES, 2000: 146).

Nesse quadro combativo e violento da fronteira, se deram as lutas pela posse e o domínio da terra no interior de Goiás. No processo de conquista dessas terras, bem como em todo o Centro-Oeste, a situação dos posseiros se agravou cada vez mais a partir do início da década de 1950. Em decorrência da chegada de centenas de milhares de imigrantes, ricos ou pobres, advindos de outros estados do país, os conflitos pela posse da terra tenderam a se agravar. Esse clima de conflito social no campo goiano favoreceu a atuação política do PCB (Partido Comunista Brasileiro). A partir da década de 1950, o Partido passou a atuar na zona rural do estado na intenção de articular os trabalhadores em torno da luta pela posse da terra e contra a as altas de arrendo. Nas regiões em que os conflitos eram mais intensos, os posseiros, meeiros e arrendatários foram organizados nas “associações rurais” (BORGES, 2000: 147).

Dessa forma, trabalhadores rurais mais organizados passaram a resistir à superexploração por parte dos fazendeiros ou à expulsão das terras ocupadas. Tal fato chama a atenção, pois a relação de dominação dos fazendeiros, ou criadores de gado sobre os agregados era quase absoluta. E boa parte dos lavradores era submissa e dependente dos coronéis, não questionando as explorações que lhe eram impostas. Esses movimentos sociais foram pontuais, locais e de curta duração. Porém, tiveram muita importância política, tanto no sentido de anunciar mudanças futuras (BORGES, 2000: 147-148), quanto de criar uma mítica revolucionária em torno dos camponeses do estado de Goiás. Tal fenômeno se configurou como fator de atração para as organizações da Nova Esquerda brasileira, surgidas nos primeiros anos da década de 1960, às quais trataremos posteriormente.

Entre os movimentos sociais mais importantes do período, o de Trombas e Formoso foi o mais aguerrido, provocando, inclusive, intensa repercussão nacional. Isso se deve ao fato de ter sido vitorioso e a dimensão política da luta pela terra. O conflito ocorreu na região norte do estado, numa zona de fronteira de terras devolutas ocupadas por posseiros antes dos anos 50. Os ocupantes chegaram ali atraídos pela propaganda oficial sobre a criação da CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás), ou Colônia de Ceres. Os pequenos e médios trabalhadores rurais, que não conseguiram lotes na CANG deslocaram-se mais a norte, a procura de terras férteis para o plantio. Inicialmente, a resistência dos camponeses limitou-se ao espontaneísmo e ações pelas vias legais, em busca da legalização da posse das terras ocupadas. Rapidamente, os lavradores passaram a reagir em defesa de suas posses contra a ação de fazendeiros e grileiros, contando com a orientação e apoio do PCB. Em abril de 1955,

irrompeu o primeiro conflito armado entre camponeses e milícias a serviço dos latifundiários (BORGES, 2000: 148).

Os posseiros saíram vitoriosos, tendo a região ficado sob o controle dos pequenos produtores. Haviam desenvolvido uma espécie de “autogestão da região libertada”. Criaram eficiente sistema de autofinanciamento, de atendimento médico-hospitalar, de promoção do lazer e defesa da região, além de terem se engajado em apoio a associações vizinhas, tendo por objetivo o fortalecimento da luta pela posse da terra no sentido amplo. Tudo isso foi desmantelado, com o golpe militar de 1964, quando a área foi invadida, de forma violenta, pela polícia militar e pelo exército (BORGES, 2000: 148; PESSOA, 1999: 59).

Nos anos 50, as associações de lavradores foram a principal experiência de organização dos trabalhadores rurais no estado, sob a orientação do Partido Comunista Brasileiro. Ao final da década, havia uma dezena delas, chegando a ser fundada a Federação das Associações de Lavradores de Goiás, presidida por Sebastião Bailão. Entre essas associações, duas se destacaram pela organização e repercussão. A primeira foi a Associação de Lavradores e Trabalhadores Rurais de Formoso, fundada em 30 de janeiro de 1954, e a segunda a Associação Rural de Itauçu, que foi fundada em 1956. Esta última foi criada em meio à crise provocada pela expulsão de trabalhadores arrendatários. A região era formada por pequenas fazendas, ocupadas por muitos lavradores, principalmente em lavouras de café. A principal reivindicação da associação foi a luta pela baixa do arrendo (PESSOA, 1999: 62).

1.2. Mobilização social e a questão agrária no Governo Mauro Borges.

A posse de Mauro Borges no governo do estado de Goiás, em 1961, se deu num processo de renovação dos partidos tradicionais, UDN (União Democrática Nacional) e PSD (Partido Social Democrático). No entanto, com uma carreira política pouco expressiva, exceto pelo fato de ser filho de Pedro Ludovico, ex-governador muito influente no PSD, acreditava que não tinha condições de impor sua liderança, principalmente no sentido de modernizar o estado. Diante disso, buscou outras bases de apoio, a fim de ter respaldo político-administrativo. Por isso, o mesmo buscou fazer de seu governo uma composição de forças heterogêneas, garantindo cargos a Ary Demósthene, ex-udenista; tecnocratas da FGV (Fundação Getúlio Vargas); militares da elite do exército e militantes e quadros dirigentes das esquerdas (FAVARO, 2015: 274).

A cooptação da esquerda goiana foi importante para que recebesse o apoio da mobilização popular, viabilizando sua perspectiva de *pacificação do campo*, por meio da sindicalização rural, no que contaria com o apoio do PCB. Nessa intenção, o então governador também conseguiu conquistar o apoio dos estudantes, com a ocupação de cargos no governo por parte dos principais líderes estudantis do período, como Tarzan de Castro, Uassy Gomes da Silva, entre outros. A presença da esquerda na gestão de Mauro Borges, segundo Tereza Cristina Favaro, foi importante em vários aspectos:

[...] pelo apoio que arregimentou, pela contribuição na execução do próprio plano, por meio da ocupação de postos-chaves na estrutura de poder, como secretarias de saúde, educação, Metago, Cerne, Civat, além de outros, contribuindo no debate acerca dos problemas existentes no estado e nos meios para equacioná-los, com propostas que se aproximavam dos interesses populares. Há que se fazer uma ressaltava que os boatos da infiltração comunista na gestão maurista perseguiram ao longo do governo, e decisivo para a deposição de Mauro Borges em 1964 (FAVARO, 2015: 275).

Com o acordo político-eleitoral estabelecido, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) reivindicou a representação dos trabalhadores. Desse acordo foi proposta a criação da SETAS (Secretaria do Trabalho e Ação Social, em 1961, sendo Erides Guimarães seu titular. Desde seu surgimento, a secretaria direcionou sua ação para o campo, fomentando a criação de novas associações rurais e, posteriormente, sindicatos de trabalhadores rurais. A medida, no entanto, causava desconfiança aos ruralistas tradicionais, considerada incitação à desordem, promovida pelo governador de Goiás (FAVARO, 2015: 275).

O acordo firmado com os petebistas foi mais para os interesses do PTB que do próprio Mauro Borges, apesar da conivência do executivo. Porém, se não alcançou os efeitos pretendidos, aproximou o governador dos líderes nacionalistas, na tentativa de imprimir à gestão, uma orientação nacionalista. Com a ruptura perante o PTB, em 1963, governador disputou espaço político junto às massas rurais, as esquerdas, com o ex-aliado do PTB e a Igreja Católica. Diante da condição estrutural de Goiás, fundamentalmente agropecuária, e dos conflitos de interesse envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros, o governador assumiu uma política agrária voltada para a regularização da posse e título das terras, no intuito de colocar a seu favor a mobilização dos trabalhadores rurais e o apoio das camadas populares, a fim de acelerar o desenvolvimento capitalista no estado (FAVARO, 2015: 276).

A intenção de atrair o apoio dos trabalhadores rurais, resultou em populismo rural. Apesar da conjuntura verificada no Governo Mauro Borges, e começando o populismo a se fragilizar, à nível nacional, vide a crise enfrentada pelo governo João Goulart, Mauro e seus

assessores apoiavam a mobilização social por meio desse jeito de governar. Sua intenção era obter respaldo para um governo progressista, e para sua própria pessoa caso perdesse o apoio do PSD, na medida em que tivessem seus interesses contrariados, o que era previsto (FAVARO, 2015: 276).

No entanto, o populismo adotado por Mauro Borges era diferente. Em vez de o governador assumir uma posição direta de intermediário entre o estado e as massas, ele só chegava às classes e grupos sociais por meio de seus líderes, firmando aliança com estes. Segundo Tereza Cristina Favaro, o populismo de Mauro Borges remetia ao nacionalismo, fazendo apelo ao compromisso e o consenso entre as classes sociais, buscando a promoção da paz social, a “ordem e progresso”. O governador era peça-chave dessa intercessão, buscando atrair os líderes dos movimentos sociais, a fim de possibilitar a prática política, dando legitimidade ao estado. A mobilização desempenhada pelo governador, se dava, basicamente, para conseguir apoio ao seu Plano de Desenvolvimento Econômico, e este lhe possibilitaria maior concentração de poder, tendo sido aprovado antes de sua posse. A aprovação do Plano precedeu as negociações na Assembleia Legislativa, bem como sua execução, em algumas situações, como foi o caso das obras realizadas em municípios tidos como base eleitoral de deputados do PSD. O estado não passou a se comportar, como diz as palavras de Favaro, em “máquina de distribuição de favores”, porém, houve, de fato, concessões. O contato com as lideranças políticas locais, somando-se às inaugurações e lançamentos de obras, programas e projetos, fortaleciam a liderança pessoal de Mauro Borges. Com o crescimento de sua popularidade, associado à inserção nos meios jornalísticos e radiofônicos via Rádio Brasil Central, Mauro Borges manipulava a opinião pública de modo favorável a seu governo. (FAVARO, 2015: 277).

Tratava-se de criar mecanismos públicos de incentivo ao crescimento econômico e desenvolvimento, sem, no entanto, desclassificar a ação da iniciativa privada, cuja a expansão era o objetivo final do progresso econômico e social, vislumbrado pelo Plano MB. Por isso, a mobilização social desempenhada não abordava somente os grupos dominantes, mas também as classes populares e respectivos movimentos sociais.

Segundo Andréia Galvão, em seu artigo *Marxismo e movimentos sociais*, não existe uma teoria propriamente marxista dos movimentos sociais. A contribuição de autores vinculados ao marxismo, principalmente clássico, dão preferência para discussões das formas partido e sindicato, e a relação entre eles. Desse modo, o movimento operário era tido como, se não o único, mas o principal movimento social existente, se sua concepção estava vinculada à condição de classe e à luta entre capital e trabalho. Essa concepção foi colocada

em xeque não apenas com os chamados “novos movimentos sociais”, surgidos nos anos 1960, mas também por outras teorias que buscaram explicá-los. Para a autora, uma mobilização se produz a partir de fatores sociais, mas também exprime objetivos culturais e pós-materialistas, ou seja, valores, identidades, reconhecimento, de forma que é impossível relacioná-la apenas ao pertencimento de classe dos autores mobilizados (GALVÃO, 2011: 107-108).

A oposição de classes tem sua importância na emergência e organização dos movimentos sociais, pois os conflitos que expressam estão, em parte, relacionados aos efeitos da exploração e dominação capitalista. Porém, ressaltar a importância das contradições de classe, não significa sustentar que os conflitos sociais são fruto da simples polarização de interesses entre capital e trabalho. Usamos a expressão “classes trabalhadoras”, no plural, para nos referir a um conjunto heterogêneo de classes sociais – compreendendo operariado, pequena burguesia, campesinato e classes médias – que se diferenciam quanto ao tipo de trabalho realizado, condições em que a força de trabalho é vendida, e, em relação ao produtor familiar, ao tipo de vínculo estabelecido com a pequena propriedade. De acordo com Galvão, essa classificação compreende “trabalho manual e não-manual, produtivo e improdutivo, assalariado e não assalariado, tarefas de direção e execução” (2011: 110-111). No lugar de uma bipolarização colocando em oposição simples a burguesia e o proletariado, bipolarização esta que não visualiza a existência de classes intermediárias, verifica-se uma multipolarização.

Por conseguinte, Andréia Galvão faz duas proposições para uma definição marxista dos movimentos sociais. A *primeira proposição* afirma que é possível relacionar o aparecimento desses movimentos à posição de classe de seus integrantes. A relação entre classes e os movimentos sociais pode ser apontada, ainda que tais elementos não estejam explícitos no discurso dos sujeitos – que podem não se enquadrar enquanto movimento de classe, ou considerar suas demandas como demandas de classe, mas sim como culturais e identitárias, como afirmam as teorias dos novos movimentos sociais. Já, a *segunda proposição*, diretamente relacionada à primeira, diz que os movimentos não são obrigatoriamente uniclassistas. Eles podem ser pluriclassistas (ou policlassistas), se considerarmos classes no sentido amplo, incluindo as “classes médias e camponeses no âmbito das lutas dos trabalhadores”. As classes não são homogêneas, portanto, não o são os movimentos sociais, nem do ponto de vista da composição, nem de suas demandas (GALVÃO, 2011: 113). Dessa forma, faz sentido quando percebemos o apoio fornecido pelo movimento estudantil goiano, majoritariamente composto por integrantes das classes médias e pequena burguesia, às causas dos trabalhadores rurais, antes do golpe de 1964. No I Congresso Camponês-Operário-Estudantil, de 1963, ocorrido no Colégio Ateneu Dom Bosco,

situado no Setor Central de Goiânia, uma das principais bandeiras de luta era a reforma agrária. Mesmo assim, houve a presença em massa de estudantes e líderes estudantis, como, por exemplo, Tarzan de Castro. Mais a diante falaremos melhor sobre esse congresso.

O projeto político de Mauro Borges, colocado em prática, tratou de estabelecer as condições de manutenção da ordem e da propriedade, preservadas as relações de exploração do trabalho ou estrutura de classes. Acima de tudo, tratava-se de colocar movimentos sociais como dependentes da ação do estado. O governador empenhava-se na tentativa de apaziguar diferentes interesses com ações distintas. O mesmo cumpriu o compromisso de campanha com a entrega dos títulos de propriedade de terra para os posseiros, como veremos no Capítulo III, até mesmo devido à repercussão nacional atingida por suas lutas. Mauro Borges soube apropriar-se dessa ação, usando-a como propaganda positiva ao seu governo (FAVARO, 2015: 278-279). A sindicalização dos trabalhadores rurais representou uma forma de tutela, contribuindo para desmobilizá-los. Ao estimular uma sindicalização naqueles moldes, negava-se a condição dessas instituições como espaço de luta de classes, em busca de coesão e harmonia entre governo, patrões e trabalhadores. Ao mesmo tempo, procurava promover a cooperação entre as classes e a paz social como forma de combate ao comunismo (FAVARO, 2015: 278-280).

No entanto, movimentos de posseiros ocorridos durante o seu governo, como o conflito de Goianésia, na invasão da Fazenda São Carlos, foram tidos como atos fora da ordem, tendo o então governador agido de forma intensa e agressiva nesse processo. O posicionamento de Mauro Borges, articulado ao da classe dominante, demonstrava a maneira como buscou articular a prática militar e a ação política. Suas práticas institucionais refletiam sua visão de mundo, coerente à de um militar, que fora. A luta pelo direito à terra, uma questão social, foi tratada, quase sempre, como caso de polícia, embora o governador reconhecesse a luta camponesa e tentasse controlá-la por meio dos sindicatos. Ainda assim, as elites agrárias do estado não ficaram satisfeitas, reivindicando que as demandas camponesas fossem resolvidas por meio da violência e repressão, e não na perspectiva de socialização da riqueza (FAVARO, 2015: 280-281).

A postura do governo tendeu a corresponder aos interesses dos grupos dominantes, contrários à alteração da ordem, buscando preservar a estrutura agrária. Nesse sentido, o IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás) agiu em favor dos fazendeiros, em algumas regiões do estado, como Porangatu. O instituto concedeu títulos de propriedade da terra aos latifundiários, obrigando os posseiros a se refugiarem para o norte do país (FAVARO, 2015: 282).

1.3. A criação da UFG (Universidade Federal de Goiás).

A criação da UFG (Universidade Federal de Goiás) foi antecedida pela formação de um grupo chamado Comissão Pró-criação da Universidade Federal, composto pelos diretores de cinco unidades que deveriam constituir a Universidade, inicialmente. Eram elas: Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina; Escola de Engenharia; Faculdade de Farmácia e Odontologia; e o Conservatório de Música. Por sua vez, a Frente Universitária Pró-Ensino Federal realizou uma intensa campanha pela criação da universidade federal, no estado. A comissão visitava instituições, autoridades e pessoas influentes em busca de apoio pela causa, também convocando os estudantes para discussões e debates, difundindo seus objetivos. Os principais pontos de reivindicação eram: a garantia de educação gratuita e refeições a preços simbólicos; as faculdades poderiam ter seus diretórios acadêmicos sem interferência das autoridades universitárias; professores deveriam receber salário compatível com a função, bem como adquirir estabilidade (NUNES, 2019: 20).

A Faculdade de Farmácia, a Faculdade de Engenharia do Brasil Central e a Faculdade de Direito de Goiás foram as mais atuantes no movimento. A Faculdade de Direito, que funcionava na rua 20 do Setor Central, de Goiânia, foi a principal delas, contando com mais de quinhentos alunos. Devido à natureza de seus estudos, a preparação dos alunos para um engajamento político mais combativo, a turma do Direito tomou conta do movimento (NUNES, 2019: 21).

Por fim, a Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, instituiu a criação da UFG. Três movimentos teriam influenciado diretamente nessa medida, sendo o primeiro deles o de expansão e federalização do ensino superior brasileiro. Esse movimento propiciou, no ano de 1960, a criação de sete universidades federais no país, sendo elas: a Universidade Federal de Goiás; Universidade de Santa Maria; Universidade de Juiz de Fora; Universidade da Paraíba; Universidade Fluminense; Universidade do Rio Grande do Norte; Universidade de Santa Catarina. No seguinte, mais três foram criadas: Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal do Espírito Santo e Universidade de Brasília. O segundo movimento, fez parte da política de expansão do ensino superior na Região Centro-Oeste, sob os argumentos de cultura urbana, progresso e modernidade, marcados pelo programa do então presidente Juscelino Kubistchek. Em três anos foram criadas três universidades no planalto-central: a Universidade de Goiás (atual PUC-GO), em 1959; a Universidade Federal de Goiás (UFG), em 1960; e a Universidade de Brasília, em 1961. O terceiro movimento foi pró-

criação da universidade federal, formado por alunos e professores, já mencionado no parágrafo acima (NUNES, 2019: 21-22).

Com a recém-fundada universidade, foi criado um CEB (Centro de Estudos Brasileiros). O órgão não tinha sede própria, iniciando suas atividades em salas do Conservatório de Música. Em julho de 1962, o então reitor Colemar Natal e Silva, também presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cedeu salas do instituto para o funcionamento do centro de estudos. De acordo com Caroline Gomes Nunes, baseada em Gilberto Mendonça (UFG, 2010: 142 *apud* NUNES, 2019: 28), ex-diretor do centro de estudos, o CEB foi idealizado como um organismo suprapartidário, na função de atuar em prol da conscientização da realidade nacional, em especial, a realidade goiana. Com as atividades de cursos, conferências, exposições e publicações, o centro ganhou repercussão e rapidamente começou a ser procurado por pessoas de outras universidades, como um grupo de estudantes de Belo Horizonte. Os estudantes se apresentaram como sociólogos e antropólogos, sendo um deles, Juarez Brito, recebido pelo reitor Colemar, que, impressionado com o intelectual, o indicou para o cargo de diretor do Departamento de Pesquisa do CEB. O planejamento desenvolvido por este não foi colocado em prática, porém contribuiu para a proposição de um Curso de Reforma Agrária, aprovado reitor no Departamento Cultural da UFG. Em breve, Gilberto descobriu que os estudantes mineiros faziam parte da ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária), tendência socialista da Nova Esquerda brasileira, da qual falaremos mais adiante (NUNES, 2019: 29).

No mesmo ano, foi criado o jornal *O quarto poder*, fruto da imprensa universitária da UFG. Esse jornal, que circulava dentro e fora da instituição, teve sua primeira edição lançada no dia 17 de dezembro de 1962. Cobria todas as áreas do saber, contendo notícias políticas, culturais, sociológicas e, principalmente, universitárias. O nome do jornal foi ideia do então ministro da Educação, Darcy Ribeiro, inspirado no “pensamento acadêmico” de que os meios de comunicação exercem uma forte influência sobre a sociedade, ocupando o “quarto poder”. Entre colunistas e editores estavam os professores Bernardo Élis, Sérgio Paulo Moreyra, Zoroastro Artiaga, Antônio Geraldo Ramos Jubé, Horieste Gomes, entre outros, alguns deles militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro) (NUNES, 2019: 32).

1.4. Estudantes e revolucionários no Governo Mauro Borges: o CERNE.

O CERNE (Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado) foi criado com a responsabilidade pela propaganda oficial do Governo Mauro Borges. Nesse órgão foram estabelecidos os meios para divulgar, informar, enaltecer e manipular a opinião pública na legitimação do governo. É perceptível o empenho em garantir a sustentação de uma imagem positiva de seu governo, na propaganda da ideia do “novo” e “moderno”, de um gestor comprometido o futuro promissor e bem-estar dos goianos. Segundo Tereza Favaro, Mauro Borges tinha essa preocupação com a imagem de sua gestão, pois pretendia fazer desta uma possível plataforma para a sua candidatura à Presidência da República. A opinião favorável se manteve não apenas pela força do I Plano de Desenvolvimento Econômico/Plano MB, mas também pela atuação do CERNE que procurou explorar os feitos daquela administração (FAVARO, 2015: 312).

O Consórcio funcionava como uma autarquia, originando da fusão da Imprensa Oficial de Goiás com a Rádio Brasil Central e, posteriormente agregando outros serviços. No final do ano de 1963, o órgão era composto por: Rádio Brasil Central; Diário Oficial do Estado; Instituto de Cultura Popular (ICP); Gráfica; RG Revista Goiana e Agência Goiana de Publicidade. Todos esses departamentos funcionavam visando “a aproximação do povo goiano com seu governo e do governo com o povo”. No entanto, conforme foi noticiado na RG, em 1962, o governador e o superintendente do CERNE, Fernando Cunha, tinham igualmente outras pretensões com o organismo, como organizar escolas de radialismo, jornalismo, publicidade, relações públicas programas de divulgação e estímulo à cultura (FAVARO, 2015: 317-318).

A da extrema-direita militar via o CERNE como meio de propagação subversiva, tornando-se elemento decisivo para o afastamento de Mauro Borges do poder, bem como outros integrantes do governo, sendo indiciados ou processados. Dessa forma, foi difundida a crença de “comunização” de seu governo. Nessa alegoria, o órgão foi acusado por difundir a subversão, com base nas atividades desenvolvidas por meio do rádio, do jornal e do ICP (Instituto de Cultura Popular) (FAVARO, 2015: 241-242).

A ditadura enxergou pregação subversiva nas páginas dos jornais oficiais, articulada por militantes socialistas que ocupavam o quadro dirigente do CERNE. O jornal participava dos debates ideológicos vigentes na conjuntura nacional, inclusive empenhando-se na representação daquele momento histórico. A coluna semanal de opinião, intitulada Carrossel Político, assinada por Dorian Jorge Freire, geralmente publicada na segunda página, era

recheada de ataques aos militares, ao imperialismo e apoio ao nacionalismo e à Brizola, que teve participação de destaque no Movimento pela Legalidade, de 1961. Os militares à direita detestavam Brizola, pois ele se encontrava frequentemente nas “agitações, conspirações e pregação subversiva”. O então governador do Rio Grande do Sul tornou-se notável pela afirmação do nacionalismo, das reformas de base, indo contra a exploração estrangeira e os militares entreguistas. Qualquer gesto de apoio ao político e suas ideias era tido como ato subversivo (FAVARO, 2015: 343).

O conteúdo do Carrossel Político era articulado às notícias de conjuntura, tendo como pano de fundo os feitos de Mauro Borges. Por mais que o artigo da coluna sempre viesse assinado, provavelmente tentando evitar possíveis polêmicas, há indícios de que esses textos eram usados pelo Diário de Goiás para determinar sua posição política perante os acontecimentos (FAVARO, 2015: 343).

Em 1964 o Diário Oficial foi substituído pelo Diário de Goiás, produzido na Gráfica de Goiás dirigida por Washington Barbosa, anapolino militante do PCB, sobre o qual falaremos mais no Capítulo V. O periódico, lançado diariamente, era vendido nas bancas de jornal de Goiânia e alguns municípios do estado. Foi justamente o DG um dos departamentos mais perseguidos pelos militares responsáveis pelo IPM/CERNE. Os depoimentos dos gestores do CERNE tiveram início do final de agosto de 1964, mas Mauro Borges já havia instituído a Comissão de Sindicância nos Meios Administrativos do Estado de Goiás, dentro da *Operação Limpeza* imposta pelos militares, logo após o golpe. Dessa forma, alguns gestores já tinham sido desligados da autarquia e outros se demitiram após a intervenção militar, como Fernando Cunha, acusado de subversão pela comissão (FAVARO, 2015: 344-345).

Naquele momento específico do país, partidos e organizações da chamada Nova Esquerda brasileira estavam muito ativos no cenário político, tanto no cenário nacional quanto regional. O mais expressivo era o PCB, que, mesmo na ilegalidade, tinha muito atuação na sociedade brasileira. Por meio de suas propostas, de viés nacional-reformista, o Partido atuava no meio urbano, junto aos movimentos sindicais, entre outros, e também no meio rural, junto aos movimentos de posseiros e trabalhadores rurais. Os comunistas buscavam se juntar à burguesia nacional, considerada um dos setores progressistas, a fim de promover a revolução democrático-burguesa no país. Quanto ao movimento estudantil, PCB e AP (Ação Popular) disputavam hegemonia, havendo também certa participação da ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária) (FAVARO, 2015: 345).

Sabe-se que, no processo de mobilização, os partidos e organizações de esquerda existentes deslocaram quadros diretivos e intermediários, com preparo intelectual e político, para várias regiões do país a fim de arregimentar novos quadros militantes. Dessa forma, o coronel Alvany Medeiros pode ter suposto que a acomodação dos seguintes gestores no CERNE cumpria tal finalidade: Fernando Almada, do Rio de Janeiro; Dorian Jorge Freire, Marcelo Guimarães e Josimar Moreira de Melo, de São Paulo. O superintendente da autarquia, Fernando Cunha, em depoimento, buscou defender os demais, porém assumindo que Marcelo Guimarães era uma pessoa de esquerda. Soube quando o mesmo já era funcionário do CERNE, mas não o discriminou, porque, para ele, o que importava era sua experiência profissional, junto ao jornal *Última Hora* e os estágios realizados na França e na Inglaterra. No entanto, por vir se mostrando desinteressado pelo trabalho, o mesmo fora demitido da autarquia (FAVARO, 2015: 346).

As várias crises que culminaram com o golpe militar de 1964 chegavam à população por meio da imprensa. Eventualmente, essas mídias pregavam abertamente a intervenção militar, em defesa da sociedade cristã, da propriedade privada e contra a *ameaça vermelho* e Governo João Goulart. Em contrapartida, o Diário de Goiás era de uma perspectiva legalista, se posicionamento contra um possível golpe (FAVARO, 2015: 349).

Segundo Favaro, a mudança no foco da notícia, nas entidades do CERNE, foi de fato permeada pelo componente ideológico. Mauro Borges já havia se distanciado de João Goulart, desde 1963, demonstrando, inclusive posicionamento hostil a ele, o que se refletiu em seu apoio ao golpe. A bancada do PSD, em reunião com o governador naquele mesmo ano manifestava preocupação com a alta direção do CERNE e exigia que a autarquia fosse composta por pessoas vinculadas ao governo e ao partido. Por sua vez, não se pode dizer que Mauro Borges desconhecesse a presença de militantes de esquerda em seu governo. Em sua eleição, foi selada uma aliança com o PCB, informalmente, na tentativa de acomodar conflitos e integrar os gestores. O próprio Cerne foi resultado desse acordo. Este tinha base em sua *filosofia de governo*, identificada com o reformismo cristão, influenciado pelas encíclicas papais *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, que pregavam a colaboração das classes para o bem comum. Para Favaro, os departamentos do Diário de Goiás, Rádio Brasil Central e o Instituto de Cultura Popular tinham muito da pregação reformista cristã, resultante das articulações construídas com outros meios de comunicação (FAVARO, 2015: 351-352).

Após o golpe, houve uma reestruturação do cenário político local, com os adversários do governo buscando, a todo custo, associar Mauro Borges ao comunismo e à subversão, apresentando argumentos que o indispusesse com os militares. O governador, que, tentava se

equilibrar entre as várias tendências políticas, viu sair da sua base artifícios para a sua queda, dos gestores e do próprio CERNE, bem como o Instituto de Cultura Popular (ICP).

As práticas desenvolvidas, em especial, pelo ICP foram consideradas subversivas e prejudiciais. Criado por Mauro Borges com o objetivo de estabelecer contato direto com as massas, politizando e doutrinando-a, o instituto visava aproximar o governo do povo. Bem como, o governo incentivou a organização dos trabalhadores rurais por meio dos sindicatos, por meio do instituto apoiava iniciativas promovidas pelas entidades estudantis e pelos CPC (Centro Popular de Cultura), vinculados à UNE (União Nacional dos Estudantes) (FAVARO, 2015: 354).

O primeiro diretor do ICP foi o então estudante de engenharia, Uassy Gomes da Silva. O estudante foi indicado por Mauro Borges no ano de 1963, sendo ele advertido, seguindo Tereza Favaro, para não contratar nenhum elemento comunista. No entanto, o próprio Uassy, era integrante da JUC (Juventude Universitária Católica), entidade da Ação Católica Brasileira, e em breve entraria para a organização da Nova Esquerda, Ação Popular. O instituto, seguindo a linha dos CPC, atuantes em boa parte do país, naquele período, pregava a manifestação de uma cultura autêntica, valorizando as raízes e levando o povo a uma consciência política crítica em relação aos problemas nacionais e goianos. No entanto, tal propósito demonstrava distanciamento, demonstrando superioridade intelectual e a legitimação de uma vanguarda comprometida com as massas (FAVARO, 2015: 354-355).

Nesse sentido, por meio de atividades como eventos culturais, cursos, seminários, estudos e pesquisas, com a finalidade de estreitar o governo de Goiás com a população, procuravam passar a mensagem, segundo o diretor do instituto, de que tudo poderia ser feito dentro da ordem democrática e dos princípios cristãos. Para Tereza Favaro, baseada em Chauí (1981: 78), esse discurso, influenciado por um conjunto de ideias em vigor no período referente ao campo religioso, principalmente católico, apelava para o pacifismo, visando esvaziar o potencial revolucionário. O objetivo principal era a conscientização das massas populares, a fim de chamá-las a protagonizar as mudanças, porém sem radicalismo ou ruptura (FAVARO, 2015: 355).

A fonte de inspiração do ICP era o CPC (Centro Popular de Cultura). Essa entidade cultural, foi organizada em 1961, no Rio de Janeiro, por um grupo de intelectuais de esquerda, que congregava integrantes do PCB, da ala progressista da igreja católica, do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), em articulação com a UNE (União Nacional dos Estudantes). O grupo detinha um projeto intelectual comum, criando e divulgando uma arte popular revolucionária, fazendo oposição às expressões artísticas vigentes. Defendiam que a

arte era popular e revolucionária, devendo tratar de questões relevantes às massas. O CPC surgiu entre jovens intelectuais, e atuava por meio de várias expressões artísticas, cinema, literatura. No entanto, o foco era o teatro, compreendido como veículo político tanto para a mobilização como a conscientização das classes subalternas. Nesse sentido, núcleos de cultura popular foram construídos com objetivo de interação com a população, possibilitando trocas de conhecimentos práticos e experiências culturais. No entanto, nas palavras de Favaro, baseada em Chauí (1981: 61), na prática, o CPC se colocava como “uma vanguarda esclarecida, comprometida com a ação do povo a ser por ela esclarecido” (FAVARO, 2015: 356).

Os artistas e intelectuais percebiam as atividades desenvolvidas pelo centro como oportunidade de fortalecer a cultura popular em suas diferentes expressões como método de politização do povo sobre os problemas que o afetava. A arte, em si, não transformaria a realidade, porém, poderia informar, esclarecer e possibilitar a tomada de consciência necessária para a realização de mudanças sociais. Para divulgar esse movimento, foi criada a UNE Volante, impulsionando a formação de centros populares de cultura junto às entidades estudantis de cada estado. O núcleo tinha a intenção de funcionar como uma entidade de massas, visando, para tal, se instalar nas associações universitárias, camponesas e operárias. O trabalho realizado pelo CPC contribuiu para a elaboração de projetos de arte e educação em defesa de uma cultura nacional e popular. Outra forma de inserção ocorreu no campo da educação, popular por meio da alfabetização de jovens e adultos. A Educação Popular no Brasil desenvolvida nos anos 1960, foi uma experiência enriquecedora. Em Goiás, ela também foi implementada, destacando-se as ações mediadas pelo ICP, CPC/GO e MEB (Movimento de Educação de Base). No período entre 1961 e 1964 tais instituições contribuíram significativamente na educação de adultos, tanto no trabalho de alfabetização, quanto de conscientização política (FAVARO, 2015: 356-357).

Por se tratarem de entidades culturais e educacionais, subentende-se que eram formadas por intelectuais. No entanto, esses movimentos não buscavam difundir uma instrução voltada unicamente para a produção capitalista, mas também que possibilitasse um engajamento político progressista, nacionalista, mais alinhado à esquerda. Nesse sentido, segundo Antonio Gramsci (2001: 24-25) podemos comparar tais entidades a partidos políticos, porque, segundo ele, para alguns grupos sociais, o partido político é tão somente um modo próprio de elaborar uma categoria de intelectuais orgânicos, que se formam devido a características gerais e condições de formação, de vida e desenvolvimento do grupo social dado. Porém, especificamente voltado ao campo político e filosófico e não ao campo de

técnicas produtivas. As funções desempenhadas por esses movimentos, por terem manifestado funções “diretiva e organizativa, isto é, educativa”, ao mesmo tempo em que são de intelectuais, também são de um partido ou organização política.

O trabalho do ICP também foi muito influenciado pelo MCP (Movimento de Cultura Popular), com destaque para o pedagogo Paulo Freire na alfabetização de adultos. A aproximação com o movimento se deu com a participação de Elizabeth Hermano, Maria Isabel Freire, Jerusa Franco de Oliveira, Carlos Fernando Magalhães e Joaquim Neto do Prado; todos integrantes da JUC (FAVARO, 2015: 357). Entre esse grupo, é importante chamar a atenção para a pessoa de Elizabeth Hermano, a “Bizeh”. A mesma integrou a Ação Popular, em Goiás, desde a sua fundação, vindo a se tornar importante quadro da organização, tanto no plano regional, quanto nacional. Voltaremos a falar sobre ela no Capítulo IV.

Todos os mencionados acima tornaram-se funcionários do ICP, no Curso de Método Audiovisual de Alfabetização, financiado pelo Governo de Goiás. A equipe chegou a realizar um curso de 15 dias de duração, com o próprio Paulo Freire, em abril de 1963. A partir do conhecimento adquirido, o ICP pretendia instalar em Goiânia o Curso de Formação de Alfabetizadores, destinado a todos os interessados em participar do processo de alfabetização de adultos, especialmente a estudantes secundaristas e universitários. Em entrevista à autora, Uassy Gomes da Silva⁵ (2015), que naquele período era o diretor do ICP, comenta sobre o projeto e acrescenta que o mesmo foi cancelado devido à investida militar no CERNE:

Paulo Freire foi orientador nosso. E no dia 31 de março de 1964 nós estávamos acabando de formar 250 professoras para fazer o Método Paulo Freire em Goiás e o próprio Paulo Freire estava em Goiânia e entregou o diploma para essas professoras, na noite de 31 de março de 1964.[...] Então, nós ficamos no CERNE durante um ano e pouco. Quando o Golpe Militar chegou em Goiás imediatamente destituíram a diretoria do CERNE e então parou o nosso trabalho aí.

Em Goiás, como preparatório da implantação do PNA (Plano Nacional de Alfabetização), adotado pelo MEC no período, técnicos do ICP e do CPC-GO, com apoio da Campanha Estudantil de Alfabetização de Goiás, em julho e agosto de 1963, realizou pesquisa em bairros e vilas da capital do estado, a fim de levantar dados do nível intelectual e universo vocabular da população. O resultado da pesquisa registrou alto índice de analfabetos, totalizando um percentual de 56% da população, da qual mais da metade demonstrava

⁵ Uassy Gomes da Silva (81 anos), formado em Engenharia Civil pela UFG (Universidade Federal de Goiás), era integrante da JUC, em Goiânia, tendo sido eleito a presidente da UEE (União Estadual dos Estudantes), em 1962. Foi diretor do ICP, em 1963, e o primeiro coordenador da Ação Popular, do estado de Goiás, desvinculando-se em 1965. É anistiado político.

interesse em se alfabetização. Esses dados motivaram as entidades à instalação de 20 *Círculos de Cultura*⁶, a princípio, em Goiânia e em Anápolis. A preparação do PNA em Goiás, envolveu “estudantes, sindicatos, educadores, profissionais liberais e representantes dos movimentos de educação e cultura” (FAVARO, 2015: 358).

Baseado nos princípios da Educação Popular, foi elaborado o *Livro de Leitura para Adultos*, de autoria de Alda Maria Borges e Maria José Jaime, ambas integrantes da JUC, e já militantes da Ação Popular. A iniciativa foi do CPC-GO, com orientação técnica do MCP do Recife e apoio do ICP/CERNE, Reitoria/UFG, Imprensa Universitária/UFG, DCE/UFG e da Secretaria de Educação e Cultura de Goiás. Após o golpe militar, as responsáveis pelo livro e a direção do ICP responderam ao Inquérito Policial Militar instaurado para averiguar possíveis “ações subversivas” no CERNE/ICP. No inquérito, Maria José Jaime alegou que o livro tinha por objetivo que as pessoas tivessem conhecimento de seus direitos, porém ele foi considerado perigoso à manutenção da ordem, pelos militares. Outras publicações de responsabilidade do ICP foram questionadas durante depoimento de Uassy Gomes, como o documento político *Esboço ideológico de Ação Popular* e o folheto *Brasil Terra de Santa Cruz*, destinado à festa em comemoração ao dia Sete de Setembro (FAVARO, 2015: 358-359). Em entrevista à autora, Uassy (2015) afirmou que o próprio *Documento Base*, que oficializou a fundação da Ação Popular, foi impresso no ICP. No entanto, eram textos de conteúdo ainda carregado de nacionalismo e filosofia cristã. Pregavam o socialismo, mas não definiam uma estratégia radical a essa transição. Abordaremos melhor esses documentos, posteriormente.

Logo após o golpe de 1964 o ICP foi fechado. Em seu curto período de funcionamento, entre 1963 e 1964, num contexto de efervescência política, a atuação do instituto estava relacionada à educação e conscientização popular, com o objetivo de elevar o nível intelectual das massas populares. Para além da alfabetização, o ICP também produziu peças teatrais, como *Mutirão do Novo Sol*, adaptação da obra de Augusto Boal, que retrata a luta camponesa. Essa peça igualmente foi taxada de subversiva pelos militares, que a incluíram entre os argumentos para a cassação de Mauro Borges. Ela foi apresentada durante o I Encontro Camponês-Operário-Estudantil, em outubro de 1963, em que a palavra de ordem

⁶ Os *Círculos de Cultura* foram sistematizados por Paulo Freire e fundamentados numa proposta pedagógica, de caráter democrático e emancipador, propondo uma aprendizagem integral, visando o posicionamento do sujeito perante os problemas vivenciados em determinados contextos. Ao promover uma educação holística, crítica e não-fragmentada, os sujeitos seriam dotados de uma conscientização, inevitavelmente “política”. Segundo Freire, essa concepção promoveria a horizontalidade na relação educador-educando, valorizando as culturas locais, da oralidade, fazendo oposição à visão elitista de educação (DANTAS; LINHARES, 2014: 73).

era a *Reforma Agrária Radical!* No evento estavam presentes 1500 delegados, estando entre eles:

João Pinheiro Neto (presidente da Supra, no ato representando o presidente da República); Mauro Borges; Jaime Câmara (delegado da Supra em Goiás); Colemar Natal e Silva (Reitor da UFG); Nestor Veras (vice-presidente da União dos Lavradores Agrícolas do Brasil-ULTAB); deputados federais da Frente Parlamentar Nacionalista Neiva Moreira e Marco Antonio Coelho; deputados estaduais: José Porfírio, Almerinda Arantes (PTB), Eurico Barbosa (UDN); Geraldo Tibúrcio (o mais votado de Anápolis: “preto, pobre e comunista”); Padre Pereira (Vigário da Paróquia Nossa Senhora das Graças, Vila Operária); Tereza Figueiredo (AP – “organização da ala progressista do clero”), e vários outros (FAVARO, 2015: 360).

A peça de teatro propunha discutir a realidade brasileira, levantando muitas questões, sendo o trabalhador brasileiro o personagem principal. O teatro engajado visava conscientizar e levar a arte àqueles que não tinham acesso a ela. Bem como o *Mutirão do Novo Sol*, outras iniciativas do ICP serviram de justificativa para a investida militar contra o Governo Mauro Borges. Mesmo que aquelas iniciativas não tivessem nada de tão radical ou revolucionário, é verdade que continham certo grau de rebeldia, conseguindo driblar os limites institucionais, acionando de novas ideias e orientações políticas. As atividades do instituto refletiam o que aqueles jovens acreditavam (FAVARO, 2015: 360). Eles confiavam estar ao lado do povo, no debate sobre os problemas reais da população goiana, combatendo a opressão e a exploração dos trabalhadores, principalmente rurais, naquele momento específico do estado.

1.5. Golpe de 1964: aplicação dos IPMs e cassação de Mauro Borges.

A deposição de João Goulart é frequentemente atribuída, por um lado, à crise do populismo e, por outro, ao fortalecimento dos militares na política nacional. Um exemplo disso foi o impedimento de que Jango retornasse ao país, após a renúncia de Jânio Quadros, decretado pelos ministros militares, sob a argumentação de suposta associação do então vice-presidente ao comunismo internacional. Ao mesmo tempo, o país enfrentava graves problemas econômicos, experimentando movimentos sociais dotados de um nacionalismo radical, ou socialista, dando apoio ao Governo Goulart, a partir de 1963. A proposta das Reformas de Base, que permeavam temas como a reforma agrária; educação; reforma fiscal; o direito à habitação; aproximação com os sindicatos, partidos e movimentos de esquerda; e também a intenção de decretar o estado de sítio; foi interpretada pelos militares e fração

conservadora da sociedade-civil, como um sinal de alerta um suposto radicalismo-institucional do governo (ARRAIS, 2016: 106).

Nesse contexto, o então governador, Mauro Borges, apoiou o Golpe Militar de 1964. A articulação contou com a cooperação dos governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, chegando este último a enviar armas para o Congresso Nacional e para a Frente Agrária Democrática Goiana, a fim de garantir passagem às tropas do coronel Meira Mattos. Poucos anos antes, no Movimento pela Legalidade, juntamente com Leonel Brizola, Mauro Borges havia defendido a posse de João Goulart. No entanto, em vez de fortalecer a aproximação as relações entre o presidente e o governador, percebeu-se uma tensão entre ambos nos anos que se seguiram. Além do clima de radicalização política protagonizado por Jango, que colocava o governador goiano no espectro político oposto, esse afastamento teve influência da estratégia de esvaziamento da liderança do governador, por parte do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) local, claramente demonstrada com a nomeação de Alfredo Nasser para ministro da Justiça, ele que era o principal líder da oposição em Goiás (ARRAIS, 2016: 106-107).

Mauro Borges não aderiu ao movimento de véspera, mas esteve entre um dos principais nomes que garantiram a instauração da Ditadura Militar, utilizando os instrumentos legais estabelecidos pelo Regime em seu benefício, como foi o caso da cassação do deputado Olinto Meirelles (ARRAIS, 2016: 107). A Guarnição Federal em Goiânia realizou no dia 30 de julho a prisão de 24 pessoas suspeitas em inquéritos sobre o “grupo dos onze” e sobre atividades de “subversão” na Universidade Federal de Goiás. O clima era de terror. Os IPMs (Inquéritos Policiais Militares) foram instalados em várias cidades goianas: Goiânia, Anápolis, Formosa, Planaltina, Goianésia, Itauçu, Itaberaí, Goiás, Palmelo, Ipameri, Goianira, Catalão, Cumari, Ceres, Porto Nacional, Araguatins, Tocantinópolis, Filadélfia, Gurupi e Xambioá⁷. Muitos destes inquéritos foram instaurados devido a movimentos camponeses, enquanto outros foram resultantes de disputas entre grupos locais (SOUZA, 2004: 108).

Tendo se encerrado em maio, o trabalho da Sub-Comissão de Investigações, criada a mando do próprio governador Mauro Borges e dirigida pelo general Castro e Silva, foram instalados os IPMs, tendo como encarregado o coronel Avany Arroxelas Medeiros. Não sendo um militar de linha dura, ele se afastou dos políticos da UDN e procurou imprimir certa neutralidade ao trabalho de investigação. Perante essa atuação mais moderada nos IPMs, foram feitas pressões para afastar o coronel Avany. Por ordem do Ministério da Guerra, esse

⁷ Algumas destas cidades, atualmente pertencem ao estado do Tocantins.

oficial foi substituído pelo coronel Danilo, ao final de agosto, considerado por ser da linha dura (SOUZA, 2004: 108-109).

A UDN (União Democrática Nacional), então, procurou incriminar o governador Mauro Borges. Segundo Dalva Borges de Souza (2004: 109), em seu texto *O Golpe em Goiás*:

Alfredo Nasser dá uma entrevista na televisão, posteriormente publicada nos jornais, que parece ter sido o ponto de partida, desencadeador dos ataques por parte do próprio Nasser, do prefeito de Goiânia Hélio de Brito, de Ary Valadão, de José Fleury, de Emival Caiado, de Olímpio Jaime, de Elias Bufaiçal, de Camargo Júnior, de Heli Mesquita, de Sidney Ferreira, entre outros.

Mauro Borges foi denunciado por favorecimento de familiares em compras de terras devolutas, de envolvimento com a subversão no campo e de divulgar propaganda comunista no jornal Diário de Goiás, como vimos anteriormente. Foram feitas denúncias sobre um falso atentado que teria sido cometido contra o deputado Ary Valadão e que teria o governador como mandante. Desse modo, o coronel Danilo, que assumiu o IPM no dia 31 de agosto, serviu de forma ideal aos propósitos desse grupo político. Ele servira no Estado Maior do Exército antes do golpe, participando, juntamente com Costa e Silva, da tomada do Gabinete do Ministro da Guerra em 1964 (SOUZA, 2004: 109).

As inquirições continuaram até 5 de setembro, em Goiás, prazo dado aos IPMs estaduais, devendo os militares prepararem os relatórios até o dia 20 do mesmo mês. Ao mesmo tempo, os proprietários rurais do estado reclamavam do Estatuto da Terra, enviando telegramas de protesto ao então presidente Castello Branco. Mantinham ativa a Frente de Mobilização Democrática, ameaçando inclusive usar de armas contra movimentos que insurgissem contra a “Revolução de 1º de abril” (SOUZA, 2004: 109).

O coronel Danilo conduzia o IPM instigando a sociedade a realizar denúncias. A prática de torturas no quartel do 10º Batalhão de Caçadores contra os indiciados nos inquéritos foi amplamente denunciada. Esse problema começava a se generalizar pelo país na condução dos inquéritos, tendo o chefe do Gabinete Militar, Ernesto Geisel, se dirigido aos estados em questão a fim de verificar a veracidade do fato. Supostamente, nada tendo encontrado, o Ministro da Guerra emitiu nota negando a incidência da prática, especialmente em relação a João Batista Zachariotti, auxiliar de Mauro Borges e membro do Comitê Estadual do PCB, que, mesmo tendo *habeas corpus* permanecia preso. Foram apontados pelo governador como responsáveis pelas torturas, além do Coronel Danilo, o Tenente Marcus Antônio de Brito Fleury, genro do prefeito udenista de Goiânia, Hélio de Britto, Capitão

Aníbal Coutinho, Capitão Albuquerque e o Sargento Thompson. O Tenente Marcus Fleury posteriormente, ficará conhecido, na década de 1970, como agente do SNI de Goiás, sendo acusado de ser o responsável pelo “desaparecimento” do então estudante secundarista, vinculado à VAR-Palmares, Marco Antonio Batista⁸ (SOUZA, 2004: 108-109).

Quando o Coronel Danilo anunciou a conclusão do inquérito, ele passou a responsabilidade ao general Riograndino Kruel em Brasília. Segundo Mauro Borges, aquilo fazia parte de uma manobra do Ministro da Guerra, Costa e Silva, para forçar sua deposição. Foi montada, então, a farsa sobre o polonês Paulo Gutko, que é apresentado à imprensa como espião polonês em Goiás, supostamente, agindo em junto com o governador. Surgiram denúncias de que o governo do Estado estaria praticando contrabando de minérios estratégicos para os países comunistas. Esses fatos faziam parte do que o coronel chamava de “preparação da opinião pública”. Igualmente Carlos Lacerda, quando em visita à UDN goiana, fez acusações ao Governador de Goiás na imprensa nacional (SOUZA, 2004: 110-111).

Mesmo diante de intensa mobilização popular, na intenção de defender o mandato do governador, o ensaio de resistência não impediu o Decreto de Intervenção, em 26 de novembro de 1964. A partir de então, o coronel Meira Mattos tornou-se interventor federal em Goiás, sendo sucedido, alguns meses depois, por meio de eleição indireta da Assembleia Legislativa, pelo candidato indicado por Brasília, o marechal Ribas Júnior, que obteve a maioria dos votos (ARRAIS, 2016: 108).

Segundo Cristiano Alencar Arrais (2016: 108-109), a queda de Mauro Borges contou com o apoio dos proprietários de terra vinculados aos dois principais partidos atuantes no estado – o PSD e a UDN -, ao mesmo tempo em que demonstrava sinais de revanchismo político-familiar. Três décadas depois, os Caiado finalmente obtiveram sua vingança política contra Pedro Ludovico Teixeira, pai de Mauro Borges. No entanto, a oposição enfrentada não se restringia aos grandes proprietários de terra de Goiás. O arcebispo de Goiânia, Dom Fernando, também se afastara do governador, assim como alguns integrantes de seu partido político, como por exemplo, Jaime Câmara. Porém, o fator decisivo para a cassação foi o assalto ao “Tiro de Guerra” de Anápolis, em 13 de novembro de 1964. O plano executado por estudantes vinculados ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil), levou 65 fuzis do quartel do

⁸ Diante das investigações realizadas pela Comissão Nacional da Verdade, concluiu-se que Marco Antonio Dias Batista foi morto por agentes do estado de Goiás, após uma série de torturas e demais violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar. No entanto, não houve localização e identificação dos restos mortais, nem a responsabilização dos agentes envolvidos (CNV, 2014).

Exército, na tentativa de organização da resistência à deposição de Mauro Borges. Voltaremos a falar sobre o ocorrido no Capítulo V.

Mesmo após a queda de Mauro Borges, as eleições do ano seguinte foram mantidas. O PSD, fragmentado em sua base e com seu principal líder cassado, lançou o nome de Peixoto da Silveira para o governo. Vetados os nomes de Emival Caiado e Alfredo Nasser, o nome escolhido foi o de Otávio Lage, que foi o último governador eleito em Goiás, no período ditatorial. Os governadores seguintes foram indicados diretamente pelos militares, após a imposição do Ato Institucional nº2, que extinguiu o pluripartidarismo, e a imposição de eleições indiretas nos estados (ARRAIS, 2016: 109).

1.6. A questão agrária após o golpe militar.

Após a contenção das forças políticas, a intranquilidade permanece em relação à questão agrária. Em janeiro de 1966, o IBRA (Instituto Brasileiro da Reforma Agrária) realizou em todo o país a Semana da Terra, com objetivo de cadastramento das propriedades para a aplicação do Estatuto da Terra⁹. Perante a resistência dos fazendeiros goianos, os técnicos do IBRA se deslocaram para Goiânia, a fim de se reunir com a Sociedade Goiana de Pecuária. Nessa reunião, Manuel dos Reis expunha a realidade da baixa produtividade da agricultura brasileira e crianças morrendo pela falta de alimentos. Em seguida, explicava que, com o cadastramento, o Governo procurava conhecer as razões para tal precariedade agrícola. O técnico, então, afirmou que não pretendiam tirar terras e sim dá-las, fala que provocara nova polêmica na reunião com os pecuaristas, que perguntavam: “Dá-las a quem?”. Na verdade, o cadastramento era o primeiro passo para o estabelecimento do imposto rural (SOUZA, 2004: 122-123).

Após a reunião, a Sociedade Goiana de Pecuária se reuniu em Assembleia, a fim de discutir o cadastramento. O então reitor da Universidade Federal de Goiás, Jeronimo Geraldo

⁹ O Estatuto da Terra está em vigor até os dias atuais, sob a Lei de número 4.504, de 30 de novembro de 1964. O mesmo representa um conjunto de normas que regula direitos e obrigações relativos aos imóveis rurais, especificamente para a aplicação da reforma agrária e promoção de uma política agrária. No Estatuto da Terra, a justiça social é representada pela função social da terra, que é integral quando (Lei 4.504/64; art. 2º § 1º): “a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem”. Quando a função social da terra não é verificada, o poder público pode intervir a fim de promover a racionalidade do uso da terra, seja criando condições de acesso às terras produtivas, por meio da reforma agrária, ou proporcionando remuneração justa e bem-estar coletivo por meio políticas agrícolas (SCHMITZ; BITTENCOURT, 2014:578). Ou seja, o Estatuto da Terra não determina a obrigatoriedade da reforma agrária.

de Queiroz, ele que também era um grande pecuarista, orientou aos fazendeiros que aceitassem o cadastramento, porém sem ter pressa para o preenchimento dos papéis. Foi ressaltado que os proprietários eram obrigados a atender à convocação do IBRA para o cadastramento, porém aqueles que recusassem não sofreriam nenhuma punição, pois “ela [a lei] é omissa nesse sentido”. De acordo com Dalva Borges de Souza (2004: 123), os intelectuais tradicionais entre os proprietários de terras foram cautelosos em relação ao Governo. Não confrontavam a lei, porém recomendavam o seu não-cumprimento.

Dalva Borges de Souza, em seu livro *Goiás: sociedade & estado*, trabalha com o conceito de Gramsci sobre os intelectuais. Segundo sua concepção, na sociedade capitalista os “intelectuais tradicionais” advêm, principalmente, de certos grupos da pequena e média burguesia urbana e rural. ESSES intelectuais não pretendem promover nenhuma alteração no *status quo*, ou seja, nas desigualdades sociais históricas. Pelo contrário, essa sociedade tende a reproduzir os mesmos tipos de intelectuais, a serviço das classes dominantes, mesmo que, comumente se denominem “isentas”, ou “autônomas” de quaisquer posicionamentos políticos:

Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante. Esta auto posição não deixa de ter consequências de grande importância no campo ideológico e político (toda a filosofia idealista pode ser facilmente relacionada com esta posição assumida pelo conjunto social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão desta utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser “ independentes”, autônomos, dotados de características próprias, etc. (GRAMSCI, 2001: 17).

O cadastramento das terras chegou a gerar uma crise entre a Presidência da República e os círculos políticos goianos. Foi necessário o envolvimento pessoal de Castello Branco, que telefonou para o governador Otávio Lage, pedindo que contornasse a situação. O resultado foi que, terminada a Semana da Terra, apenas 49 propriedades estavam cadastradas, na capital, e a maior parte das Prefeituras do estado não participou do cadastramento. Essa situação, certamente favoreceu a pressão feita pelos fazendeiros, com o aval dos militares, sobre a região de Trombas e Formoso. Devido ao fato de alguns posseiros ainda não terem recebido os títulos de propriedade, e perante à dissolução completa de associações tradicionais que garantissem seus direitos, bem como a clandestinidade dos principais líderes do movimento, tornaram-se suscetíveis à pressão e ação de grileiros. A insatisfação dos fazendeiros com Castello Branco continuava, mesmo após Mauro Borges ter sido deposto. Os fazendeiros goianos se mantiveram como base de apoio da linha dura militar até a eleição de

Costa e Silva, este que, quando empossado como Presidente da República, deixou de aplicar o temido Estatuto (SOUZA, 2004: 124).

A SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste) foi criada pela lei nº 5.365 de 1º de dezembro de 1967, como um instrumento do Estado militar para garantir o desenvolvimento capitalista do Centro-Oeste. Com a sua criação a região Centro-Oeste inaugurou uma era de regionalização do processo de desenvolvimento, tendo como base o planejamento. Em documento oficial da instituição consta que as principais competências/metapas a serem realizadas eram:

[...] a realização de programas, pesquisas e levantamentos do potencial econômico da região; fixação de populações regionais especialmente no que concerne as zonas de fronteira; coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento, implantação e expansão de infraestrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis (ARAÚJO, 2016: 66).

Entre os principais objetivos da instituição se destacava o de agenciar a criação de infraestrutura para que fosse intensificada a exploração sobre os recursos naturais da região, garantindo à burocracia estatal e à iniciativa privada os seus lucros. Nesse sentido, o processo de incentivo às migrações serviu como base para a criação de mão-de-obra para a iniciativa privada nacional e internacional.

O papel fundamental da SUDECO, para o Governo Federal, era o de explorar ao máximo os recursos naturais da região, a qual ainda era considerada um “espaço vazio”, uma região “intocada”, no ponto de vista do capital monopolista. Para isso, o Estado procurou investimentos estrangeiros para capacitar a infraestrutura regional, por meio da construção de rodovias, usinas hidrelétricas, aeroportos, redes de comunicação e etc. Isso tudo para beneficiar o capital, como era visível no discurso do Governo. Por trás daquele discurso humanitário, de criar melhores condições para os trabalhadores, se omitiam metas exploratórias violentas, tanto sobre os recursos naturais, quanto sobre os trabalhadores (ARAÚJO, 2016: 66-67).

O processo de ocupação (migração/colonização) da região Centro-Oeste remete à década de 1940, porém ela se intensificou a partir do final dos anos 1960 e início da década de 1970, principalmente as migrações para o Norte de Mato Grosso e Goiás. Uma das razões que levaram a esta ocupação foi o crescimento do setor mineral, que foi importante para o desenvolvimento da economia regional. Esse campo ganhou relevância, porque os insumos do setor mineral foram necessários para a agricultura, pecuária, construção de obras e etc. Todos

os estados da região sofreram ocupação no contexto do desenvolvimento minerador. O Ministério das Minas e Energia foi o responsável por essa expansão, que, preocupado com o desenvolvimento minerador, aplicou o I Plano Decenal de Aproveitamento de Recursos Minerais Brasileiros – que teve vigência entre 1965 e 1974, com o intuito de ampliar, a curto prazo, o conhecimento do subsolo do país (ARAÚJO, 2016: 92-94).

Os esforços de análises e pesquisas permitiram a identificação de reservas minerais importantes. No caso de Goiás, tem-se no município de Minaçu uma das maiores jazidas de amianto crisotila do mundo. Uma empresa franco-brasileira – SAMA (S.A. Minerações Associadas) – se instalou no município a fim de iniciar a exploração. Em 1965 a mineradora/colonizadora obteve a autorização de pesquisa e em 1967 recebeu o decreto de lavra, instalando, então, uma usina piloto. Esta autorização, segundo Marco Aurélio de Araújo (2016: 94-95), é a prova de que os bens minerais, em sua maioria, não constituem monopólio da união, e sim monopólio do setor privado. Portanto, o setor atendeu principalmente à burguesia nacional e internacional, que receberam o aval do Governo para monopolizar as riquezas nacionais da região. O Estado brasileiro passou a apoiar continuamente o capital monopolista associado, deixando a população necessitada às margens do sistema.

Nesse contexto da trajetória da SUDECO, que Marco Aurélio chama de “Primeira Fase” (1967-1974), corroborando com o recorte temporal e objeto estudo de nosso trabalho, é importante ressaltar que os temas migração/colonização e reforma agrária são problemas interligados e que fizeram parte de uma mesma realidade. A superintendência buscava atender aos interesses do Estado militar que estavam a frente do capital monopolista. Diante da situação da baixa densidade demográfica encontrada na região Centro-Oeste o Governo investiu na formulação de políticas de migração internas, as quais foram colocadas em prática (2016: 95).

Diante disso, é essencial a compreensão da ideologia presente na Doutrina de Segurança Nacional, em relação à manutenção da ordem e o combate aos movimentos com viés de esquerda, à qual se caracterizava por um discurso criado pelos militares. Essa alocação se resumia no combate ao “inimigo interno”, que, em teoria, eram os comunistas que se juntariam para acabar com a ordem da nação. Nesse sentido, igualmente existe uma ligação entre essa doutrina, as migrações e a reforma agrária. Um exemplo disso foi o combate às Ligas Camponesas, surgidas no Nordeste, mas que tiveram grupos em vários estados do país, inclusive em Goiás. As ligas defendiam a reforma agrária e foram “desintegradas” com o incentivo à migração para a região transamazônica. No processo de extinção destas, iniciado após o Golpe de 1964, as migrações entraram como um dos instrumentos utilizados pelo

Governo Federal para reforçar a repressão. As migrações, então, foram vistas como uma solução para o problema do combate às ligas camponesas, em que com a dispersão de seus membros pelo território nacional perderiam sua força (ARAÚJO, 2016: 95-96).

O órgão responsável por efetivar a tramitação desses migrantes foi o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), criado em 1970, encarregado pela colonização oficial que se resumia em assentamentos de pessoas com baixa renda. Além da colonização oficial, havia também a colonização privada, que recebia apenas a orientação do INCRA. Esta colonização era feita de forma individual ou em grupo, e não de forma maciça, a qual os militares buscavam reprimir. A colonização privada era feita de duas formas: ou por meio das cooperativas de agricultores, ou de que empresas, sendo o oposto daquelas que faziam parte da colonização oficial. Para Marco Aurélio Araújo (2016: 96-97), seja via colonização particular ou oficial, o Estado, representado fundamentalmente pelo INCRA, realizou, na verdade, um programa “antirreforma agrária”, o que, ao mesmo tempo, atendia ao capital monopolizador.

No discurso do Estado militar, o INCRA deveria fazer um programa de reforma agrária, mas foi, na realidade, um programa “antirreforma agrária”. O processo de migração no Centro-Oeste explica isso, pois, ali se verificaram vários exemplos de incentivo, por parte do Estado, para que ocorressem migrações já que era considerada um “vazio demográfico”. Entre as levas mais relevante de imigrantes que chegaram à região destacam-se: os nordestinos, que se fixaram principalmente nas áreas urbanas de Brasília; e também, paulistas, gaúchos e paranaenses, que foram incentivados pelo fato de que em suas regiões já haver uma ocupação monopolizada das terras. A colonização, tanto oficial quanto particular, tirou excedentes populacionais dessas regiões, como uma saída para minimizar os problemas sociais. Diante disso, nas regiões Centro-Oeste e Norte, no período em questão, verificou-se a chegada de novas levas de posseiros, peões, grileiros, latifundiários, empresas, técnicos e etc. (ARAÚJO, 2016: 99).

Cabia, portanto, à região Centro-Oeste, até então uma área com alta quantidade de terras devolutas a serem exploradas e vendidas, atender à alta demanda de migrantes que vinham de regiões com “insuficiência” de terras. Com isso, o Governo Federal solucionou dois problemas com a migração/colonização: conseguiu controlar os movimentos, ou o surgimento de possíveis movimentos pró-reforma agrária em regiões já dominadas pelo grande latifúndio; e ao mesmo tempo modernizar/capitalizar regiões onde ainda não havia ocupação efetiva nos padrões do capital monopolista, o que foi garantido com a colonização particular (ARAÚJO, 2016: 101).

Como dissemos, na prática o INCRA realizou um programa “anti-reforma agrária”, pois suas ações ocorreram no sentido de favorecer o grande capital monopolista. Na primeira fase, entre 1967 e 1974, esse favorecimento esteve lado-a-lado com o processo de bloquear e sufocar qualquer movimento de trabalhadores rurais, os quais poderiam, por meio da conscientização e organização, causarem “problemas” à expansão do capital.

O modelo agroindustrial que vigorou em Goiás após o golpe de 1964, se caracteriza pela exploração do trabalho extensivo em grandes propriedades. Essa situação absorvia a propriedade da terra não apenas a fim de liberar força de trabalho e matérias-primas, mas também mercado consumidor de mercadorias e alimentos. No desenvolvimento capitalista brasileiro a pequena propriedade é funcional em alguns sentidos, porém, ela dificulta a plena integração da terra ao capital, já que, devido a basear-se no baixo nível de desenvolvimento tecnológico, parte da produção é consumida no meio familiar, comprometendo a reprodução e concentração do capital. Essa situação implicou na destruição do modelo baseado na pequena propriedade, como o exemplo da região de Trombas e Formoso.

1.7. Atuação do MDB em Goiás: 1966-1972.

O Ato Institucional nº 2 foi editado em 27 de outubro de 1965, tendo sido elaborado sob a coordenação de Juraci Magalhães e Nehemias Gueiros, respectivamente, então ministro da Justiça e conselheiro e ex-presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Esse Ato, composto por 33 artigos, redefiniu os termos do AI-1, de forma mais autoritária, estabelecendo eleições indiretas para a presidência da República, a dissolução de todos os partidos políticos existentes até aquele momento, o aumento do número de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) de 11 para 16, o que garantia ao governo a maioria nesse tribunal, a reabertura do processo de punições dos opositoristas do regime e a impossibilidade de reeleição do presidente da República. Ao mesmo tempo, o documento facultava ao presidente, consultando o Conselho de Segurança Nacional, decretar o estado de sítio por 180 dias sem a obrigatoriedade de consulta ao Congresso, decretar o recesso deste, ordenar a intervenção federal nos estados, demitir funcionários civis e militares, além de emitir atos complementares e baixar decretos-leis sobre “assuntos de segurança nacional” (CALICCHIO).

No mesmo dia igualmente foi expedido o Ato Complementar nº 1, relacionando as medidas e sanções a serem aplicadas às pessoas privadas de seus direitos políticos cujas

atividades políticas foram criminalizadas. No dia 1º de novembro, dois novos atos foram editados:

[...] o AC-2, contendo disposições transitórias que vigorariam até que se constituíssem os tribunais federais de primeira instância, e o AC-3, determinando as formalidades para a aplicação dos artigos que previam a suspensão das garantias constitucionais e dos direitos políticos (CALICCHIO).

Em 20 de novembro foi expedido o AC-4, que definia as regras a serem seguidas no processo de reorganização partidária. Essas regras permitiam que se formassem apenas duas bancadas: o partido governista ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

O crescimento da ARENA esteve ligado a medidas arbitrárias, como repressões pré-eleitorais sobre a legenda concorrente, a legislações facilitadoras e ao abuso dos recursos públicos para fins eleitorais. Segundo Pedro Célio A. Borges, em seu texto *Bipartidarismo autoritário em Goiás* (2004: 133), a boa performance legitimou a ARENA como partido *do governo* e não *no governo*. Enquanto o MDB, cada vez mais fraco em número de votos, no que se refere a mandatos e bases municipais e regionais, foi incapaz de reagir e se tornar o representante do inconformismo político do país. Dessa forma, nenhum dos partidos configuraram-se como forças reais de um sistema partidário, caracterizando-se apenas como expressões de um bipartidarismo forçado. Todavia, o resultado das eleições de 1974 surpreendeu, demonstrando o fortalecimento do MDB, o que sinalizou um caminho para o fim do bipartidarismo artificial.

Em 1966, ano seguinte à formação dos partidos, percebeu-se alguma disputa entre ambos. Por exemplo, Iris Rezende Machado, representante do MDB, foi empossado como prefeito de Goiânia naquele mesmo ano. Porém, essa pseudoconcorrência foi breve. Em muitas cidades, bases do MDB logo aderiram à ARENA. A oposição permaneceu na esfera local, devidos a disputas entre famílias e grupos, atrelada ao contexto regional, o que uma situação inédita para representantes do PSD e UDN, que se viram, então, obrigados a conviver na mesma legenda. Isso foi viabilizado pelo instituto da sublegenda, que permitia ao mesmo partido lançar até três candidatos e suplentes na disputa pelo mesmo cargo político. Por meio da sublegenda, a tradição das rixas locais foi mantida, tendo os governos federal e estadual se beneficiado do apoio dos grupos mais fortes na política municipal. A sublegenda, ao lado das

cassações e censura política, tornou-se peça vertebral do artificialismo eleitoral do regime militar, instaurado em 1964 (BORGES, 2004: 133-134).

Nas eleições de 1969, o MDB não apresentou candidatos a prefeito em 90 municípios, sendo Goiânia um deles, lacuna que cresceu para 127 em 1972. Muitas vezes, a disputa eleitoral ocorria exclusivamente dentro da ARENA, e um dos candidatos da sublegenda apresentava-se como alternativa eleitoral dos emedebistas. Pode-se verificar o favorecimento do uso da sublegenda na ARENA, em Goiás, observando que, em 1972, 80 diretórios se valeram dela, enquanto o MDB registra candidatos de sublegenda em apenas 28 municípios (BORGES, 2004: 134).

A redução do MDB tem relação com o seu afastamento do poder, em virtude das derrotas eleitorais. Em 1969, o partido elegeu 55 prefeitos e, em 1972, apenas 27. Nas eleições de 1972, para as Câmaras Municipais, os resultados funestos pareciam caminhar para a extinção do partido. Contra o MDB, ainda havia o protesto por meio do voto nulo e branco, principalmente nas maiores cidades. Nas disputas, somados, os votos nulos e brancos praticamente empatavam com a oposição oficial, ficando ambos minúsculos em relação à ARENA, que saía beneficiada. Todavia, a porcentagem de votos brancos e nulos absurdamente alta em 1970, se levada em consideração o comportamento eleitoral brasileiro e a identificação partidária em eleições anteriores (BORGES, 2004: 134-136). Essa descrença nos partidos institucionais vigentes também estava presente nos programas de algumas organizações da Nova Esquerda Brasileira, principalmente nas militaristas, que se afirmaram após o decreto do AI-5 (Ato Institucional nº 5). Falaremos sobre elas mais adiante.

Com o decreto do AI-5, o ano de 1969 seguiu desfavorável à oposição goiana. O *Terrorismo de Estado* predominou no pleito municipal, no qual os partidos, candidatos e eleitorado sofreram os reflexos do acirramento da luta entre o aparato repressivo oficial e os grupos de esquerda, entre eles, a esquerda armada. No geral, predominou a desmobilização, sendo as manifestações políticas inibidas e proibidas nas escolas, sindicatos e entidades civis. Diante disso, muitas iniciativas oposicionistas recolheram-se para dentro do MDB, porém, sem fugir às dificuldades (BORGES, 2004: 136).

De acordo com Henrique Serra Padrós (2005: 64), em sua Tese de Doutorado, *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional*, o *Terrorismo de Estado* é uma modalidade diferente do terrorismo individual ou de grupos extremistas não-estatais. Enquanto este último é praticado por indivíduos que usam da violência de forma indiscriminada para atingir e desestabilizar o Estado e a sociedade, o Terrorismo de Estado se baseia na lógica de governar por meio da intimidação. Em resumo, é um sistema de governo

que emprega o terror a fim de cercear a sociedade, contando com o apoio de setores dominantes, mostrando a vinculação inerente entre Estado, governo e aparelho repressivo.

Ainda com a possibilidade de se recorrer a dispositivos emergenciais previstos em Constituição, o Terrorismo de Estado se mostrou como possibilidade atrativa, podendo os responsáveis pelo Estado, abandonar, por ineficiência, os mecanismos tradicionais da legalidade, passando a utilizar, de forma sistemática e como sustentação de seu poder, a repressão ilegal, nascendo o terror da violência das contradições inerentes à desigualdade social. O impacto provocado pela violência desencadeada como Terrorismo de Estado se diferencia da violência institucional mediante os limites constitucionais. Esta última pode até mesmo ser aceita e prevista pela população, que conhece as leis. Logo, a sociedade entende que a violência punitiva, normatizada pela superestrutura jurídica, é destinada aos desvios de conduta previstos em lei, conforme a gravidade. É um sistema que provoca um temor racional, o qual permite calcular os custos dos comportamentos da desobediência, ao contrário do que acontece num sistema pautado pelo terrorismo estatal. A população desconhece sua dinâmica e critérios norteadores, tornando sua ação incompreensível e aleatória (PADRÓS, 2005: 73).

Tal violência atinge indiscriminadamente comportamentos não prefixados, entre os quais se manifesta algum grau de crítica ou oposição. Trata-se de uma violência com altas doses de barbárie, que paralisa a população. A maior parte dos cidadãos acaba por concluir que a única forma de se proteger é assumir uma postura de passividade que permita evitar qualquer mínimo pretexto que a provoque, inclusive abstando-se de mostrar qualquer tipo de desconformidade.

No entanto, por mais frequente que seja o recurso à força, pode existir um espaço político, mesmo que minúsculo, a fim de tentar estabelecer algumas possibilidades de negociação, pois mais que as relações de forças entre os interlocutores seja desbalanceada. A preocupação em angariar manifestações de apoio via consenso leva os regimes autoritários a permitir brechas, que permitem o contato com uma oposição mais moderada (PADRÓS, 2005: 70-71). Esse foi o caso do MDB, no Brasil, ainda que, nos primeiros anos, seu campo de atuação política estivesse limitado pela ação do terrorismo estatal.

Voltando à situação do MDB, certos grupos do eleitorado de Goiânia e das maiores cidades a alcunha de partido “consentido” prejudicou a sigla de oposição, enquanto no interior, ao contrário, era a de “comunista” que afasta os eleitores e possíveis apoiadores. Todavia, no que se refere ao uso dos órgãos públicos havia uma constante perseguição eleitoral contra o MDB. Era com a atuação de fiscais sobre comerciantes em quase todas as

idades, sendo estes obrigados, a fim de se livrarem de multas e autuações, a se filiarem à ARENA, contribuindo com as campanhas eleitorais governistas. Também ocorreram cassações nas eleições daqueles anos, como foi o caso do então prefeito de Goiânia, Iris Rezende. Os políticos afetados tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos. Os atos foram assinados separadamente, bem às vésperas das eleições, de forma a esfriar o ativismo da oposição e a difundir um sentimento de ineficácia do voto contra o governo (BORGES, 2004: 136-137).

Na ARENA verificava-se uma favorável acomodação das lideranças e articulações políticas diante do poder central. Brasília passou a indicar o governador, o prefeito de Goiânia e os candidatos ao Senado, havendo o esvaziamento de transparência perante a população e debates entre concorrentes. As convenções de partido tornaram-se frias e comprobatórias, sendo as manifestações de base substituídas pelas idas aos gabinetes federais. Brasília divulgava as principais decisões referente ao poder regional, de forma que a fidelidade a grupos e compromissos sociais perderam o sentido, enquanto comportamentos políticos (BORGES, 2004: 137).

Segundo Pedro Célio, dois grupos preponderavam na ARENA goiana, até o início da década de 1970:

A velha guarda da UDN, nucleada principalmente pela tradicional liderança da família Caiado, consegue a nomeação de Leonino Caiado para prefeito de Goiânia em 1969 e para governador do Estado em 1970, além de ocupar, com Emival Caiado, uma das três vagas para a disputa senatorial. A outra ala, liderada pelo ex-governador Otávio Lage, agrupa ex-udenistas preocupados com a modernização do aparelho administrativo e da economia regional. Essa ala perde em Brasília a sucessão estadual de 1970, mas não avança como dissidência regional, exceto quando se articula discretamente nas eleições para as mesas da Assembleia Legislativa (BORGES, 2004: 137).

No MDB, por sua vez, a formação de grupos era ainda iniciante, pois, na prática, havia falta de candidatos, de forma que, como oposição, o partido não tinha a perspectiva de verificar disputas entre grupos internos. Seu dilema consistia em ocupar alguns poucos cargos nos municípios. No entanto, a necessidade de sobrevivência política provocou um tipo de solidariedade entre os membros do partido. Verificou-se esquemas regionais de acomodação de cargos. Após as cassações, vigorou na oposição uma ocupação uniforme do comando do partido pelos fundadores, advindos do antigo PSD (Partido Social Democrático). Seus procedimentos de direção começarão a ser questionados a partir da renovação, permitida pelas eleições de 1974 (BORGES, 2004: 137-138).

1.8. Repressão e resistência: movimento estudantil e esquerdas contra o AI-5.

A partir de 1965, além da intervenção no processo eleitoral, a política de repressão aos movimentos sociais, como sindicatos, associações de trabalhadores e movimento estudantil, mostrou-se constante. Como resultando de um sistema organizado de repressão e eliminação de indivíduos e grupos que faziam oposição ao regime, dirigentes da UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) foram presos. Ao mesmo tempo, com o Golpe, as vitórias conquistadas pelos camponeses de Trombas e Formoso tiveram retrocesso: títulos de propriedade foram revogados; seus principais entraram para a clandestinidade e não tardariam a serem localizados e presos. José Porfírio¹⁰, principal líder do movimento e deputado estadual, na época, desapareceu em 1973, ao sair da prisão, e nunca foi encontrado (ARRAIS, 2016: 109).

O ambiente principal de obtenção dos depoimentos dos presos políticos, e aplicação de torturas era o 10º Batalhão de Caçadores, em Goiânia. No projeto de depoimentos, *Memórias Reveladas*, organizado por Alves e Côrtes (2013: 193 *apud* ARRAIS, 2016: 109-110), Hugo Brockes, que foi militante das Ligas Camponesas, como veremos mais adiante, contou com detalhes como os torturadores goianos agiam:

No momento da tortura eles colocaram um capuz plástico grosso na cabeça. Você ficava ali apanhando e suando dentro daquela porcaria. E aí quando você não aguentava mais o sufocamento e eles já estavam com a garganta seca, perguntavam: está com sede? E começavam a beber água. Que aguinha gostosa! É só confessar que bebe da água. Está com sede? Tá bom, vamos dar água pra ele. E tiravam o capuz até os olhos, tampavam a boca e jogavam a água no nariz, em forma de afogamento. Eles não batiam onde tinha ossos, eles batiam na parte mole, no abdômen, batiam no tórax, surravam, [realizavam] afogamento, choques elétricos. Algemavam a gente na caixa d'água e ligavam o diesel. Quando faltava energia eles ligavam o motor diesel. No mês de agosto, um calor infernal, e a gente colado no motor diesel. Uma fumaça que eu saía de lá quase morte. Tudo isso no 10º BC.

Os principais responsáveis por esses atos eram o então chefe da polícia de Goiás, Rivadávia Xavier Nunes, o coronel do Exército, Darcy de Sá da Cunha, e o temido Capitão Marcos Antônio de Brito Fleury, chefe do SNI-Goiás (ARRAIS, 2016: 110).

A resistência ao regime ditatorial estava associada, principalmente, às organizações de esquerda, tanto no meio rural, quanto nas zonas urbanas. As principais organizações e partidos que atuavam em Goiás eram o PCB (Partido Comunista Brasileiro), a Ação Popular,

¹⁰ Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, por meio das investigações realizadas, concluiu que José Porfírio, após sua soltura, foi capturado e assassinado por agentes do Estado brasileiro. O órgão recomendava a continuidade das investigações para a identificação e localização de seus restos mortais, bem como a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos (CNV, 2014: 1257).

a ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), entre outros. Nossa tese trata da experiência dessas tendências em solo goiano.

Além dos movimentos de orientação socialista, sendo de caráter pacífico ou militarista, também as instituições que antes forneceram apoio ao golpe militar, foram afetadas pela repressão política imposta pelo regime. Um exemplo é a Igreja Católica, que, tendo a frente o arcebispo Dom Fernando, teve corroída sua relação com os militares, a partir de abril de 1968, quando policiais a paisana atiraram em estudantes que se refugiavam na Catedral de Goiânia (ARRAIS, 2016: 112). Esse episódio será contado com mais detalhes adiante, no Capítulo IV, quando relatamos a experiência da Ação Popular (AP) no meio urbano, em Goiás.

Nos anos seguintes, as críticas ao regime militar se intensificaram, até mesmo com a publicação de documentos episcopais, questionando o clima de terrorismo político instalado no país, como a *Carta Pastoral*, de 1973:

A base mais forte do sistema está na força das armas que dispõe de todos os meios para fazer o povo suportá-lo. São os serviços de informações, a absorção dos meios de comunicação, a censura à imprensa escrita e falada, a negação do direito de defesa, a supressão, em muitos casos, do habeas-corpus, a propaganda teleguiada e inegavelmente bem feita, o populismo em torno dos esportes, o escondimento sistemático dos crimes oficiais ou cometidos à revelia das autoridades, mas por elas acobertados pela impunidade, para salvaguardar o bom nome do regime que se considera onisciente, onipresente, onipotente, infalível e irreversível (BORGES, 2011: 73 *apud* ARRAIS, 2016: 112).

A partir da de 1970, a Igreja brasileira mudou progressivamente o seu posicionamento, criando órgãos em defesa dos direitos humanos, como as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Essa mudança de comportamento culminou na intensificação dos conflitos entre Igreja Católica e Regime Militar, principalmente no que se refere às questões associadas à disputa pela terra no norte do estado. Igualmente foram deflagradas greves em todo o país. Em Goiás, professores e operários da construção civil reforçaram as ondas de manifestações que ressurgiam pelo país. Esse era o início do processo de distensão política *lenta e gradual*. No entanto, a redemocratização do sistema não foi feita, sem antes o aparato repressivo do regime ter realizado um verdadeiro *saneamento* entre a sociedade brasileira, principalmente nas esquerdas brasileiras, mesmo as pacíficas como o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Nesse

sentido, os *porões* da ditadura, em Goiás, em nada deixaram a desejar em relação aos demais estados brasileiros, deixando em seu rastro, dezenas de mortos e desaparecidos políticos.

CAPÍTULO II - MODO DE PRODUÇÃO, ETAPISMO E O CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA ENTRE AS ESQUERDAS DOS 60, 70's.

2.1. Entre a teoria e a prática revolucionária.

Na década de 1960, a América Latina foi assolada pelo conceito do “subdesenvolvimento”. Para muitas interpretações, tal realidade, fundamentada no acirramento das contradições materiais, só poderia ser resolvida por meio do desenvolvimento pleno do capitalismo. Já em outras vertentes, o acirramento de tais contradições favoreceria o desencadeamento do processo revolucionário, tomando, então, como único caminho possível, o do socialismo.

Ao redor dos temas a respeito das estruturas materiais, dos modos de produção (nem sempre com este nome) e do subdesenvolvimento, reuniram-se partidos e organizações de esquerda. Através da análise e estudo dessas temáticas desenvolveram-se uma série de interpretações que pretendiam resolver o problema principal do *caráter da revolução* no continente. A partir da mediação entre teoria e prática buscou-se desvendar e formular caminhos revolucionários seguros e certos. Em torno dessa questão central, também giraram o entendimento de outras categorias políticas, como alianças de classe, os métodos de luta e as etapas da revolução (LÖWY, 2012: 9).

Entretanto, quando analisamos toda a história da formação dos partidos e organizações de esquerda no Brasil e na América Latina, uma categoria especificamente teve bastante relevância para a concepção do caráter da revolução e da elaboração da estratégia política: as o conceito de modo de produção, ou as estruturas materiais.

A teoria marxista teria reivindicado para si o título de *socialismo científico*, porque, segundo Reginaldo Benedito Dias, em citação a Engels, procurava “investigar o processo histórico-econômico de que, forçosamente, tinham que resultar essas classes e o seu conflito, descobrindo os meios para a solução desse conflito na situação econômica assim criada” (ENGELS, 1986: 53 apud DIAS, 2003: 22). Logo, a análise da natureza das estruturas materiais produtivas é que deveria orientar, obrigatoriamente, a estratégia e a prática política. O marxismo possui muitas correntes teóricas, entretanto, segundo Dias, inclusive nas obras de Marx e Engels, nele é predominante a compreensão da revolução como acirramento das

contradições materiais do modo de produção, principalmente nas tendências que pretenderam uma intervenção revolucionária.

Os partidos de esquerda brasileiros, bem como as esquerdas latino-americanas, teriam recebido a influência do pensamento marxista internacional, herdando esta forma de interpretação. Por meio da análise histórica das esquerdas brasileiras, fica clara a íntima ligação entre o conceito de modo de produção e a elaboração da estratégia política, que deveria orientar o caminho revolucionário. Todavia, o conceito das estruturas materiais e produtivas, no Brasil e na América Latina, passou por uma série de reinterpretações teórico-metodológicas.

Desse modo, buscamos analisar aqui de que modo o entendimento sobre do conceito de modo de produção esteve relacionado com a prática política e revolucionária, definindo o *caráter da revolução brasileira*, mais especificamente entre as esquerdas que atuaram no contexto dos anos 1960 e início dos anos 1970.

Na primeira parte deste capítulo, trataremos das várias interpretações e revisões acerca do conceito de modo de produção. Do mesmo modo, faremos uma breve exposição sobre a inserção e desenvolvimento do pensamento marxista na América Latina, mais especificamente no Brasil, por meio do PCB, este que, por sua vez, moldou o conceito de modo de produção no país. Na segunda parte, trataremos, respectivamente, das concepções teóricas das organizações da esquerda tradicional e da Nova Esquerda brasileira, atuantes nos anos 60 e 70.

2.2.1. O conceito de modo de produção: houve feudalismo no Brasil?

Em seu ensaio *O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica*, Jacob Gorender diz, citando Oskar Lange (1962: 121 apud. 1980a: 44), que o conceito de *modo de produção* surge em *O Capital* de Karl Marx na sua análise sobre o capitalismo. Todavia, Marx concentra-se em compreender e pormenorizar apenas o capitalismo e não as relações de produção que foram antecedentes ao mesmo (GORENDER, 1980b: 22). Depois disso, a teoria marxista tivera progressos na abordagem dos novos fenômenos do capitalismo, porém não teria contribuído significativamente para o estudo das condições anteriores.

Uma grande fonte de deformação do conceito de modo de produção, segundo Ricardo Antunes, seriam as orientações da III Internacional, mais especificamente do VI Congresso de 1928. Nesse Congresso, que sofreu imposição muito forte das ideias de Stalin, a definição do

modo de produção *feudal* e *semifeudal* é generalizada para caracterizar as relações de produção agrárias nos países de capitalismo tardio, pouco desenvolvido ou dependente, como é o caso dos países da América Latina. No documento de exposição das teses deste Congresso dizia que a estratégia obrigatória a cumprir-se nesses países “coloniais e semicoloniais” seria a luta “contra o feudalismo, contra as formas pré-capitalistas de exploração e a consequente revolução agrária e, por outro lado, a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional” (1995: 17-18; INTERNACIONAL COMUNISTA, 1928: 28-29). Como também já vimos, no Brasil o grande divulgador de tais teses eurocêntricas, baseadas no modelo revolucionário russo, foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB), até por volta de 1964. Estas serviriam de fundamento para a sua estratégia política etapista de luta nacional-democrática amparada na aliança de classes, exceto os grandes latifundiários, considerados guardiões da herança *feudal*.

Uma linha de pensamento oposta, no Brasil, formou-se no campo da história econômica. Nesse caso, a categoria central era a do comércio exterior, identificando-se a história econômica do país até meados do século XIX com a história de sua exportação periódica e cíclica. Essa teoria dos ciclos teria se aprimorado na obra *História econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, devido à uma análise e base de dados quantitativos inovadores. Todavia, de acordo com o campo de visão da teoria dos ciclos era estreito, preocupando-se unicamente dos detalhes, e logo viu-se seus limites.

Tese semelhante é apresentada na obra de Caio Prado Júnior, um historiador que, mesmo sendo militante do PCB, desde a década de 1930, compôs um grupo de intelectuais menos identificado com as teses stalinistas sobre o caráter da revolução brasileira, apregoadas pela direção. O mesmo defendeu ser a manifestação dos ciclos de exportação algo permanente e estrutural, determinando as essências da formação social em relação ao modo de produção, que seriam: a grande propriedade de terra; a monocultura e trabalho escravo, ainda que o autor explore pouco a temática do trabalho escravo no Brasil colonial, em suas obras.

Para Caio Prado, em seu texto *Os fundamentos econômicos da revolução brasileira*, publicado em 1947 na revista de divulgação do PCB, *A classe operária* (2019: 129), a expressão *feudalismo* é genérica para sintetizar numa palavra o atraso e baixo nível econômico e social do país. Segundo o autor, não existiria justificativa para se recorrer a tal expressão, que, tendo um sentido preciso, se referia a um tipo específico de organização social que existia na Europa antes do advento da burguesia e do capitalismo. Ele afirmava categoricamente, no final da primeira metade do século XX, que tal sistema nunca existira no Brasil. A fim de justificar a ideia, o autor recorre ao seguinte argumento:

Para não entrarmos em pormenores que sobrecarregariam aqui o assunto e exigiriam uma discussão descabida sobre o significado, bastante conhecido, do feudalismo, bastará lembrar que a economia brasileira, desde seu início (isto é, desde que se organizou a colonização no Brasil), foi essencialmente mercantil, isto é, fundada na produção para o mercado; o que é mais, para o mercado internacional. É esse traço que precisamente caracteriza a economia colonial brasileira. É o reverso, portanto, do que ocorre na economia feudal, cujas decadência e desintegração começam justamente quando nela se insinua o comércio, precursor do futuro capitalismo.

Prado Júnior, afirmava que nem a economia, nem as relações de produção no Brasil colonial podiam ser definidas como feudais. Os traços fundamentais da economia colonial em que fora organizado o país era a grande propriedade monocultora, explorada em larga escala, em oposição à pequena propriedade camponesa; e o trabalho escravo de indígenas e africanos. Para o autor, o modo de produção que vigorou durante o período colonial, estaria mais próximo dos existentes na antiguidade. O próprio Marx, em *O capital*, Livro III, teria comparado o tipo de exploração agrária brasileira com as explorações agrícolas de Cartago e Roma (*apud* PRADO JÚNIOR, 2019: 130). Dessa forma, a *primeira etapa da evolução histórica brasileira*, nas palavras do intelectual pecebista, seria uma organização econômica *colonial*, caracterizada pela produção de gêneros alimentícios e matérias-primas voltada para o comércio internacional e baseada no sistema de *plantation*, plantação em larga escala efetuada com o emprego do trabalho escravo.

A obra de Caio Prado Júnior foi uma das que duvidaram das interpretações esquemáticas acerca da essência das formações socioeconômicas, particularmente das análises sobre modo de produção latino-americano e brasileiro, que impunha o modelo feudal europeu para designar as estruturas agrárias. Caio Prado, em seu livro *História Econômica do Brasil*, de 1945, rejeita categoricamente esse tipo de enfoque. Porém, mesmo o historiador sendo filiado aos quadros do PCB, sua tese foi rejeitada pelo partido (LÖWY, 2012: 40-41)

Enquanto na primeira linha de análise histórica, difundida pelo stalinismo do PCB, delineou-se o quadro de uma sociedade patriarcal ou feudal, a partir da segunda linha, que tinha Caio Prado Jr. como um de seus representantes, difundiram-se as bases para a formulação de uma sociedade colonial capitalista, com suas variantes. Com isso, surgiria uma linha sucessória, de uma análise intermediária entre as anteriores, que, buscando uma síntese, não foi além de uma justaposição, entre feudalismo e capitalismo. Estas são as interpretações ditas dualistas, de polarizações mecânicas entre “setor arcaico e setor moderno, entre economia de subsistência e economia de mercado, entre relações de produção internas e externas”, que estiveram presentes não somente nos trabalhos brasileiros, mas latino-

americanos (ASSADOURIAN, 1978: 207; GORENDER, 1980b: 16-18). O aspecto dualista está presente nos trabalhos de Celso Furtado, entretanto foi no trabalho de Ignácio Rangel, do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), e Jaques Lambert que tal interpretação se afirmou. Logo, como disse Carlos Alberto Dória (1998: 207-208) a deformação da concepção de modo de produção, no Brasil, não foi fruto apenas da influência do movimento comunista internacional. Os intelectuais nacionais também tiveram sua parcela de responsabilidade.

Todas as linhas interpretativas anteriores foram criticadas por Gorender (1980b: 18-20), partindo da provocação de como conceber a escravidão num modo de produção feudal. No modelo eurocêntrico as relações de produção no feudalismo não eram escravistas. O cerne do problema de tal interpretação é que não é o sistema patriarcal que explica a escravidão, e sim que este foi essencialmente sustentado por ela. E com relação às análises que se concentraram no mercado exportador e dele fez uma chave explicativa para afirmar a existência de um capitalismo desde o Brasil-colônia, o problema encontra-se na sobreposição da esfera da circulação às relações de produção. Corroborando com essa visão, para o professor da Universidade de Cordoba, da Argentina, Carlos Sempat Assadourian (1979: 209), Marx combatia as análises que se fundamentavam exclusivamente no processo de circulação, citando o Tomo III de *O Capital*: “A verdadeira ciência da Economia Política começa onde o estudo teórico desloca-se do processo de circulação para o processo de produção”. Jacob Gorender, concluía que a estrutura vigente até o século XIX, ou o modo de produção, foi o escravismo colonial. Logo, o desenvolvimento do capitalismo no país deu-se imediatamente a partir das bases da acumulação primitiva de capitais que este sistema lhe proporcionou, e não do feudalismo, como ocorreu na Europa. O modo de produção capitalista teria surgido no Brasil apenas na segunda metade do século XIX, embora Assadourian tenha afirmado convictamente que o capitalismo só é uma certeza na América Latina a partir do século XX (GORENDER, 1980a: 61-62).

Segundo Assadourian (1979: 193), o eixo metodológico fundamental do pensamento dualista latino-americano acerca do modo de produção, dentre outros aspectos, teria sido uma interpretação incorreta da duração das estruturas, tendendo sempre a privilegiar a longa duração. Se, por um lado, esse método impede que se dê importância excessiva, na história, “mudanças” que foram pouco significativas, por outro, podem impedir a percepção mudanças reais, responsáveis pela “passagem de uma estrutura a outra”.

No Brasil, mesmo depois da abolição da escravatura, seriam mantidos os modos de produção subordinados a um sistema latifundiário e pré-capitalista. O surgimento do capitalismo não sepultou tais relações de trabalho não-assalariadas na agricultura e na

pecuária, reproduziram-se as formas pré-capitalistas de arrendamento da terra, convertendo-se em formas quase servis de trabalho, em certas regiões. Porém, para Jacob Gorender, a existência de tais relações de trabalho de intensa exploração e precarização do trabalho no campo, não significou a existência de resquícios feudais. Segundo o historiador e cientista político, o modo de produção dito como feudal nunca existiu no Brasil, e nem na América Latina. Sequer depois da escravidão poderia desenvolver-se um feudalismo, pois o sistema agrário exportador já era mercantilista (GORENDER, 1980a: 63). Como diz Carlos Sempat Assadourian (1978: 183, 220), na totalidade de um sistema econômico podem existir vários modos de produção diferentes, particulares, mas interdependentes e não essencialmente antagônicos. Caracterizar os sistemas produtivos dos países subdesenvolvidos, ou dependentes, dentro de uma mesma realidade, como feudal ou semifeudal seria traduzir a teoria marxista como evolucionista, deformando uma abordagem totalizante. Uma história de longa duração, do capitalismo ou do feudalismo, levaria seus pesquisadores a lidar erroneamente com as rupturas e duração das estruturas.

O militar, historiador marxista e militante de longa data do PCB, Nelson Werneck Sodré, em seu ensaio intitulado *Modos de produção no Brasil*, publicado em 1980, na obra *Modos de produção e realidade brasileira*, faz uma análise plural e multifacetada da realidade brasileira, porém extremamente fiel à cartilha tradicional do partido. Nesse trabalho, ele afirma categoricamente que não é possível falar de um capitalismo no Brasil, antes da primeira metade do século XX, rebatendo trabalhos anteriores que o fizeram, mas também não abandona a tese da coexistência de um feudalismo no período colonial.

Segundo o intelectual, o caso brasileiro é muito particular, de um desenvolvimento, além de desigual, não linear. No processo de colonização houve a transplantação de toda uma sociedade, a fim de garantir, da melhor forma possível, a acumulação primitiva do capital, enquanto vigentes as relações pré-capitalistas de produção. Tais relações foram baseadas principalmente no escravismo, que efetivou a montagem do sistema produtor colonial, destinado a atender mercados externos, sendo importante ressaltar a inexistência de mercados internos. No entanto, ele chama a atenção para o fato de que o sistema escravista, inicialmente, não se estabeleceu em todo o território brasileiro, restringindo-se, às áreas em que a produção estava voltada para o comércio exterior. Na região pastoril sertaneja, região amazônica, no sul do país, entre outras regiões, não teria prevalecido o sistema escravista, salvo mudanças posteriores, como a inserção da plantação de algodão no Maranhão, e etc. O objetivo da produção nessas regiões teria se voltado a atender às demandas de um mercado interno, organizando-se, então, com boa parte de trabalhadores livres. E quando do advento da

mineração, claramente esta recorreu ao trabalho escravo, o que provocou, ao mesmo tempo, uma gradativa transformação no sistema escravista brasileiro, possibilitando, inclusive a compra da liberdade por parte de alguns cativos. Portanto, a singularidade do caso brasileiro demonstra que houve a coexistência de modos de produção diversos (SODRÉ, 1980: 134-141).

No entanto, não seria possível dizer que o sistema já era capitalista, pois este sistema econômico nem mesmo havia surgido no plano internacional, ao mesmo tempo em que não se resume apenas ao comércio ou ao pagamento de salários. Tal economia e relações de produção existem desde a antiguidade. No que se refere à existência ou não de feudalismo, o militar e historiador pecebista propunha uma revisão, alegando que as relações feudais, ou semifeudais (por se apresentarem mais brandas), predominaram no meio rural até o início da segunda metade do século XX, no Brasil:

Quem percorreu o interior brasileiro sabe, entretanto, como aqueles aspectos denunciavam uma forma de exploração que contrastava, no século XX, com as relações capitalistas estabelecidas e predominantes em extensas áreas do litoral e mesmo algumas do interior. Responsável pelas relações feudais, atenuadas em alguns casos e áreas e por isso mesmo denominadas semifeudais, o latifúndio configurou a moldura natural em que se desenvolveram. A disparidade entre a vastidão territorial e o monopólio da terra, cedo estabelecido, foi a base em que elas vicejavam. Fruto delas foram algumas das manifestações mais notórias da vida brasileira no interior: as lutas de famílias, o direito exercido pelos proprietários de terras sobre o destino dos seus moradores, as formas patológicas que proliferaram em disfarces como o do banditismo endêmico, da arregimentação das forças paramilitares nas grandes fazendas, dos currais eleitorais que constituíram o fundo de pano da chamada *política dos governadores*, do fanatismo religioso e das manifestações de rebeldia a que deu lugar, como heréticas. Tudo denunciando um feudalismo não codificado, mas expresso na renda de forma clara, inclusive nas relações de trabalho que lhe davam expressão. A existência das oligarquias provinciais e estaduais, controladoras do poder político, alicerçavam-se nessa forma particular de relação feudal que foi sempre presente: o monopólio da terra (SODRÉ, 1980: 146-147).

Diante desta citação, podemos estabelecer um paralelo entre as relações produtivas descritas por Sodré e o acontecimento a ser descrito por Sebastião Bailão, no Capítulo III, que chamaremos aqui, de trabalho *semiescravo*. Segundo o líder camponês e importante militante do PCB, no final da década de 1950, em Goiás, houve uma situação em que um fazendeiro do município de Goianésia não efetuava o pagamento dos salários dos trabalhadores imigrantes para que não pudessem ir embora e ficassem presos àquelas terras, submissos à superexploração do trabalho.

Outro intelectual contemporâneo à década de 1960, que refutou a ideia da existência de um modo de produção feudal no Brasil, foi André Gunder Frank. O economista, sociólogo,

e então integrante da POLOP (Política Operária), até o golpe militar, é um dos pensadores que ficaram conhecidos pela elaboração da *Teoria da Dependência*, ao lado de Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Moniz Bandeira, entre outros.

Gunder Frank, em seu artigo *A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo*, faz uma crítica às teses marxistas tradicionais, defendidas fielmente, até então, pelo Partido Comunista Brasileiro. A primeira delas é a tese mecânica de que, obrigatoriamente, o feudalismo é antecessor do capitalismo, sendo o escravismo anterior ao primeiro. A segunda é a tese dualista, que previa a possibilidade de coexistência entre feudalismo e capitalismo no Brasil Contemporâneo, bem como em outros países da América Latina. Por sua vez, a terceira ideia a ser combatida por ele é que, penetrando o capitalismo no feudalismo, ou seja, tal política econômica burguesa adentrando o campo, possibilitando a proletarianização dos camponeses, já seria o primeiro passo para a emancipação dos trabalhadores (FRANK, 1964: 40-45).

Para Frank, se o grande latifúndio é compreendido como um dos supostos resquícios feudais, é importante ressaltar que, no Brasil, a inserção do capitalismo no campo, só tendeu a agravar esse problema. Isso ficou claro com o progressivo abandono da perspectiva da reforma agrária, no país, por parte do Estado, como vimos no Capítulo I, bem como o fortalecimento do agronegócio. A partir do ano de 1960, a concentração da propriedade agrícola só teria aumentado, o que foi favorecido pela ditadura militar, elevando de forma alarmante os números do êxodo rural. O autor dá dois exemplos do fenômeno de concentração de terras a partir daquela década:

Em São Paulo, o estado mais *capitalista* e com mais cultivos comerciais do país, a concentração das terras de café e de algodão também aumentou com o desenvolvimento capitalista. Do mesmo modo, em relação ao Rio de Janeiro, Geiger relata tanto os grandes proprietários de terras residentes quanto os não residentes, pessoas e empresas, compravam terras a torto e a direito durante a expansão econômica (FRANK, 1964: 46).

Nem mesmo a expansão da fronteira agrícola teria contribuído para eliminar a concentração da propriedade. Ainda que a região sul do país tenha sido colonizada, de fato, a partir do século XIX, com um modelo mais próximo das pequenas propriedades, ali a concentração não é muito diferente da que ocorre em outras regiões. Um exemplo disso, é que, por falta de terras, muitos sulistas se engajaram nas iniciativas de colonização de regiões no centro-oeste, a partir da segunda metade da década de 1960, como ocorreu no estado do Mato Grosso, vide o Capítulo I. Em “zonas novas”, como o Norte do Paraná, onde a

cafeicultura se iniciou com base em pequenas propriedades, rapidamente percebeu-se o agrupamento dessas terras nas mãos dos fazendeiros mais ricos. Nem mesmo a expansão da fronteira agrícola de Goiás, Mato Grosso, ou de outro estado, impediram a concentração. Embora essas terras tenham sido abertas por pequenos posseiros, como foi o caso de Trombas e Formoso, que veremos melhor no Capítulo III, os grandes proprietários logo se apropriaram delas. Os conhecidos “grileiros”, de algum jeito, acabaram expulsando os primeiros (FRANK, 1964: 48).

No que se refere às relações de trabalho dos lavradores, se todas as formas de trabalho não monetizadas da agricultura, são, não capitalistas e o serviços assalariados são capitalistas, as teses marxistas tradicionais sobre as condições do trabalho agrícola estariam corretas. Porém, elas não conseguem explicar a realidade. Na agricultura brasileira as diversas variações e combinações do trabalho agrícola misturam-se, independentemente da região. Numa mesma fazenda podiam coexistir várias formas de arrendamento e de redistribuição do trabalho, dependendo da vontade do proprietário ou administrador. De acordo com Gunder Frank, tais relações não são fruto de resquícios feudais, mas determinadas por questões econômicas e tecnológicas específicas:

Essas relações, longe de serem provocadas pela mentalidade feudal ou pelos resquícios coloniais, são determinadas por prementes considerações econômicas e tecnológicas. Diferem, por exemplo, em função dos produtos. Assim, cultivos permanentes ou semipermanentes, como as bananeiras e as árvores, não permitem evidentemente a meação, e, assim, neste caso, não se encontram parcerias. É comum que uma mesma família seja paga de duas ou mais formas pelo trabalho realizado com diferentes cultivos. E as mudanças da forma de emprego e retribuição acompanham as mudanças dos cultivos que se plantam e a forma de pecuária praticada (FRANK, 1964: 52).

Outro fator determinante seria o grau de variação do que se produz e a quantidade da mão de obra disponível. Quanto mais variável é a produção, e mais segura é a oferta de lavradores, menos estes são presos à fazenda, facilitando seu assalariamento. O pagamento em vales resgatáveis, ou o chamado “barracão”, não é prova de relação feudal, mas apenas um traço da posição monopolista do proprietário da empresa, ou fazendeiro. De acordo com Gunder Frank, essa forma de pagamento podia ser encontrada nas fazendas consideradas mais “modernas”, do Nordeste ao Sul do país. O assalariamento não proporciona liberdade ao trabalhador agrícola, já que o poder de exploração do proprietário permanece intacto, ou até aumenta. E esta mudança, muitas vezes, priva o trabalhador da segurança que lhe proporciona certo grau de autonomia (FRANK, 1993: 52-53).

Segundo Andre Gunder Frank, no que se refere à expulsão dos trabalhadores rurais da terra forçando sua migração para outras regiões ou para as cidades, o determinante não é a substituição das relações “feudais” para “capitalistas”, e sim o desenvolvimento capitalista da economia nacional andando de mãos dadas com o capital internacional.

O fato, é que ainda não existe um consenso sobre os modos de produção que vigoraram no Brasil durante o período colonial, até a segunda metade do século XX. Até, mais ou menos, a década de 1980 alguns autores de esquerda procuraram debater sobre o assunto, defendendo uma ou outra vertente. No entanto, tal iniciativa não se manteve nos trabalhos das primeiras décadas do século XXI.

No Brasil, em momentos e regiões distintas, percebe-se um mimetismo entre trabalho escravo e livre, o que dificultou uma análise mais acertada da realidade nacional, a fim de se definir uma estratégia política adequada. Além disso, por muito tempo os cientistas políticos se apegaram às teorias eurocêntricas *etapistas*, que afirmavam estar a trajetória econômica e política do país seguindo o modelo europeu, não sendo possível a aplicação de *soluções* diferentes para esse atraso, como a revolução socialista.

Na verdade, diante de variada gama de interpretações formuladas pela Nova Esquerda brasileira, surgida na década de 1960, parece-nos que não foi o conceito de modo de produção que justificou a estratégia revolucionária. Muitas vezes, ocorreu o contrário. Para Nelson Werneck Sodré, em seu ensaio *Modos de Produção no Brasil*, tal debate a respeito dos modos de produção no Brasil, que se estendeu até por volta da década de 1980, se houve feudalismo, ou não, na verdade é um falso problema. Para o intelectual, essa discussão sempre foi motivada por fatores tanto científicos quanto ideológicos: “na controvérsia a propósito da existência ou não do feudalismo brasileiro houve motivação mista, a motivação científica e a motivação política” (SODRÉ, 1980: 143). Ele chama a atenção para teóricos que ousaram contestar a linha predominante defendida pelo Partido Comunista Brasileiro, afirmando convictamente a não existência de resquícios feudais. Segundo estes, e aparentemente ele se refere aos militantes da Nova Esquerda, na década de 1960 o país já era predominantemente capitalista, sendo, então, dispensável a estratégia da revolução brasileira por etapas:

E insistiam que o capitalismo reinava aqui. Era uma posição política que se travestia de divergência científica. Aceitar a existência das relações feudais ou semif feudais, ou a existência de restos feudais, como a necessidade de praticar uma política que as eliminassem, como condição preliminar para passar a nova etapa, mas avançada, parecia errôneo, porque importava em admitir a necessidade histórica de realizar ou completar a revolução burguesa aqui, antes de colocar a reivindicação socialista. A tese, que foi bandeira do partido (PCB), importava, também, na aceitação da

existência e da função de parcela da burguesia e, por isso mesmo, na superação dos restos feudais ou relações semifeudais (SODRÉ, 1980: 144).

Em algumas organizações fundadas nos anos 1960 podemos perceber a existência de teses que assumem a predominância do capitalismo no Brasil. Já em outras, encontramos análise semelhante à da esquerda tradicional, mantendo-se o caráter dual entre feudalismo e capitalismo. No entanto, muitas delas pregavam a necessidade de uma revolução imediatamente socialista. Veremos isso com mais detalhes, no tópico 2.3.

2.2.2. O desenvolvimento do etapismo difundido pela esquerda tradicional: o PCB.

As primeiras investidas efetivas de compreensão acerca da realidade social e dos modos de produção predominantes na América Latina, em termos marxistas, vieram com o surgimento dos partidos comunistas de vinculação soviética, no continente. Estes surgiram na década de 1920 e durante os seus primeiros anos receberam essencialmente o influxo das primeiras resoluções da III Internacional, mais especificamente, segundo Michael Löwy, *Sobre a Revolução na América: um chamado à classe operária das duas américas*, documento lançado em 1921, e *Aos operários e camponeses da América do Sul*, de 1923. Tais textos conclamavam explicitamente a necessidade de tarefas agrárias, anti-imperialistas e anticapitalistas na América de forma simultânea, convocando a aliança entre o proletariado e campesinato em torno de uma estratégia de revolução ininterrupta, que negava preceitos etapistas da história do capitalismo, nunca fazendo referência à existência de um *feudalismo* no campo.

Inicialmente, houve, sim, um quadro de intelectuais de pensamento autônomo, genuinamente revolucionário. Porém, os partidos comunistas latino-americanos, em finais da década de 1920, começaram a ser protagonizados por um outro tipo de líder, “ligados muito mais diretamente a um ponto de vista político e intelectual do aparelho do *Comintern* de Stalin, cujas variações seguiram com uma fidelidade exemplar”, inclusive o PC brasileiro” (LÖWY, 2012: 14-20). A grande maioria dos partidos seguiu fielmente as orientações da terceira fase do *Comintern*¹¹, em “toda a sua rígida e estéril ortodoxia”, que dividia a revolução em etapas, logo, a primeira tarefa seria a luta contra o imperialismo e contra as

¹¹ *Comintern* é também um termo utilizado para designar a III Internacional, organização internacional do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), que orientava os PCs de diversos países.

relações pré-capitalistas de produção no campo, na intensão de expurgar os resquícios feudais e desenvolver-se o capitalismo.

No VI Congresso da Internacional Comunista, que contou com a participação de representantes dos PCs da Argentina, Brasil, Uruguai, Cuba, Paraguai, Equador e Colômbia, ocorrido em 1928, no qual a Internacional Comunista já havia adotado completamente as posições de Stalin, elaborou-se, pela primeira vez, um capítulo todo voltado para a situação latino-americana, com orientações estratégicas a serem adotadas pelos respectivos países (ANTUNES, 1995: 17-18; DÓRIA, 1998: 207). Este capítulo, na parte das orientações aos “Países coloniais e semicoloniais (China, Índia, etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros)”, esclarecia as condições e prioridades da primeira etapa da revolução nesses países:

[...] possuindo um embrião de indústria, por vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente embora, na maioria dos casos, 28 para a edificação independente do socialismo; países em que predominam as relações sociais da Idade Média feudal ou o *modo asiático de produção*, tanto na vida econômica como na sua superestrutura política; países, enfim, em que as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, os maiores latifúndios, as maiores plantações, etc., se encontram nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. Aqui têm uma importância primordial, por um lado, a luta contra o feudalismo, contra as formas pré-capitalistas de exploração e a consequente revolução agrária e, por outro lado, a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional. A passagem à ditadura do proletariado só é possível nestes países, regra geral, depois de uma série de etapas preparatórias, esgotado todo um período de transformação da revolução burguesa-democrática em revolução socialista, sendo que o sucesso da edificação socialista é, na maior parte dos casos, condicionado pelo apoio direto dos países de ditadura proletária (INTERNACIONAL COMUNISTA, 1928: 28-29).

Nesse contexto, houve duas tentativas de insurreição armada mais ou menos autônomas sob liderança comunista na América Latina: a primeira foi organizada pelo Partido Comunista de El Salvador, em 1932; e a segunda, foi o levante comunista de 1935, liderado pelo Partido Comunista Brasileiro¹². Entretanto, o levante brasileiro foi bem diferente do de El Salvador, tanto em estratégia quanto essência, pois não foi de fato uma insurreição popular sustentada pelas massas e a motivação do movimento não foi socialista, e sim nacional-democrática. Uma outra diferença é que a Intentona Comunista teria sido decidida, em parte, pelo Comintern num encontro de partidos comunistas latino-americanos em Moscou, em 1934. Representantes da organização comunista foram enviados ao Brasil para aconselhar o PCB e o homem escolhido para liderar o levante foi Luís Carlos Prestes.

¹²Naquele momento a sigla PCB ainda era uma abreviação de Partido Comunista do Brasil. O nome foi alterado posteriormente, na década de 1940, na tentativa de levar o partido novamente à legalidade, pretendendo afastar-se da imagem de braço soviético no Brasil. Em nosso texto nos referiremos a ele apenas como Partido Comunista Brasileiro, nome que possui hoje, para o diferenciarmos da dissidência surgida na década de 1960, o PCdoB.

Os membros do PCB confiavam no apoio de uma suposta “burguesia progressista” e, como a revolução seria inicialmente nacional-democrática, igualmente esperava apoio da ala nacionalista do exército. Entretanto, a burguesia nacional (industrial, comercial e intelectual) sequer fez menção de apoiar o movimento e após a derrota dos levantes toda ela apoiou Vargas para derrubar o comunismo. Para Löwy (2012: 26), a Intentona Comunista foi o primeiro evento a delinear a estratégia de aliança de classes, no Brasil, esta que orientaria a maior parte do movimento comunista da década de 1930 em diante.

Como a direção da Internacional Comunista já estava profundamente submetida às ideias de Stalin, logo os movimentos comunistas dos demais países alinharam-se a elas, inevitavelmente. Portanto, em 1936, o processo de *stalinização* dos PCs internacionais estava consolidado por completo. Podemos entender por stalinização, de uma forma mais geral, de um lado, a burocratização constante dos partidos comunistas – subordinados a um aparelho dirigente com suas várias instâncias, que, por sua vez, estava subordinado ao PCUS – e por outro a formulação da teoria traduzida como *socialismo em um só país*, relacionando o sucesso do socialismo mundial ao seu sucesso na URSS, o que trouxe sérias consequências para o movimento internacional. O efeito desse processo foi a adesão da doutrina de revolução por etapas e do bloco de quatro classes (proletariado, campesinato, pequena burguesia e burguesia nacional) como fundamento da prática política cujo objetivo seria o cumprimento da etapa nacional-democrática, ou anti-imperialista, ou antifeudal, esta que foi elaborada por Stalin, depois aplicada na China e generalizada para todos os países de herança colonial (ANTUNES, 1995: 15; LÖWY, 2012: 27).

O ponto de vista metodológico que fundamentou tal preceito teria partido de uma interpretação economicista do marxismo, que dizia que os países subdesenvolvidos, economicamente atrasados, seriam *semifeudais* e, por isso, as condições ainda não estariam amadurecidas para a revolução socialista. Analisamos alguns exemplos no tópico anterior, que falamos sobre os conceitos de modo de produção. Nesses casos, apenas uma revolução nacional-democrática prepararia o caminho para o objetivo último da revolução: o comunismo. No Brasil, desde o III Congresso do PCB, de dezembro de 1929, percebe-se tal temática na definição da realidade agrária brasileira como semifeudal em suas teses (DÓRIA, 1998: 213-214) justificando uma estratégia revolucionária por etapas, como podemos ver:

Assim, pois, deve o proletariado apoiar energicamente, desde já, o movimento revolucionário em preparação. Este apoio, no entanto, deve ser dado na base das seguintes reivindicações fundamentais, que constituem o conteúdo essencial da revolução na sua primeira etapa: a) solução do problema agrário, confiscação da

terra; b) supressão dos vestígios semifeudais; c) libertação do jugo do capital estrangeiro (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1929).

Posteriormente, já depois da Segunda Guerra, podemos ver uma formulação mais clara da tese sobre o feudalismo no texto de Luiz Calos Prestes *O Problema da Terra e a Constituição de 1946*, lançado no mesmo ano, concebido como etapa antecedente substancial ao capitalismo:

Procuramos investigar quais as relações de produção no Brasil. Sem dúvida, o Brasil, como a maior parte do mundo, nos dias de hoje, à exceção da União Soviética, vive em regime capitalista. É o sistema predominante na sociedade atual. Isto quer dizer que o regime é o de produção de mercadorias, de relação monetária, do trabalho assalariado, porque são essas as características econômicas do capitalismo. Sem dúvida vivemos no regime capitalista; no entanto, se aprofundarmos a análise das relações de produção em nossa pátria, vamos verificar que na sua parte mais importante, naquela que determina o fator fundamental da economia nacional, as relações de produção não são tipicamente capitalistas. As relações de produção principalmente na nossa agricultura são tipicamente pré-capitalistas. São relações de regime anterior ao capitalismo. Os restos de regime escravagista ainda existem em nossa pátria, e a eles me referi no meu último discurso. Os restos do feudalismo também ainda estão vivos. Por isso, nós, comunistas, definimos de semifeudal o regime social predominante principalmente no nosso campo (PRESTES, 1946).

Alguns militantes do PCB buscaram fugir à interpretação predominante a respeito dos modos de produção brasileiros. Como vimos anteriormente, Caio Prado Junior foi um destes, defendendo a tese de que o Brasil era um país capitalista desde o período colonial, nunca tendo existido o *feudalismo* e, portanto, não havendo *resquícios feudais* a serem combatidos numa suposta fase nacional-democrática e burguesa. Diante disso, o historiador e militante pecebista defendia que uma: “revolução democrático-burguesa, que no sentido que lhe foi dado pelos fundadores do marxismo, aliás o único possível, não tem cabimento na evolução histórica do Brasil” (2019: 129).

No entanto, Prado Junior, em seu texto publicado no periódico *A classe operária*, em 1947, acreditava que ainda não era o momento para uma revolução socialista, no Brasil, pois a prioridade era a luta por reformas profundas e estruturais e que, por sua vez, combatessem os resquícios *escravistas* e *coloniais*, não *feudais*:

A transformação que se processa na economia brasileira exige, para completar-se e chegar a bom termo, reformas profundas e já hoje inadiáveis frente à grande crise estrutural que ameaça a própria vitalidade do país e, em particular a subsistência da massa de sua população. A natureza dessa reforma é indicada pelas contradições em nossa economia que assinalei acima e que constituem elementos fundamentais do processo histórico em curso. Trata-se em primeiro lugar de completar a transição do regime de trabalho escravo, extinto juridicamente há mais de meio século, mas ainda

mantido mais ou menos disfarçadamente em um sem-número de casos, para um novo regime de trabalho efetivo e completamente livre. Isso exigirá medidas econômicas, políticas e administrativas de volta, que não podem ser uniformes para o todo o país, dada a variedade das relações de trabalho vigentes em suas diferentes partes (PRADO JÚNIOR, 2019: 133).

Desacreditado da existência de uma suposta burguesia progressista, Caio Prado afirmava que o embrionário capitalismo brasileiro estava alinhado ao imperialismo internacional. Diante disso, os empresários, não apenas forte financeiramente, mas também politicamente dominantes, não estavam interessados em reformas estruturais. Munidos de um discurso liberal, reivindicavam apenas liberdade para agir sem restrições que ameaçassem suas atividades, aceitando a intervenção do Estado unicamente de forma a favorecer seus negócios. Entretanto, o intelectual é incoerente em sua conclusão, pois, mesmo reconhecendo a não existência numa burguesia progressista, interessada em reformas; bem como o domínio da política nacional por parte destas, profere que ainda não era o momento de se combater o capitalismo, no Brasil. Nesse sentido, a estratégia proposta, por ele, na realidade, não fugia ao programa etapista apresentado pelo PCB, que alegava ser o socialismo um objetivo um objetivo futuro, pois era preciso toda uma preparação, sem prazo para terminar:

Em sua, trata-se de aproveitar o capitalismo naquilo que ele ainda oferece de positivo nas condições atuais do Brasil; contê-lo e mesmo suprimi-lo naquilo que se possa opor às reformas de que o país necessita. E, ao mesmo tempo, ir preparando os elementos necessários à futura construção do socialismo brasileiro (PRADO JÚNIOR, 2019: 135).

Nos anos de 1935 e 1936 teve início o programa anti-imperialista no comunismo latino-americano, este que gradualmente arrefeceu à medida em que delineava-se o acordo entre os Estados Unidos e a URSS contra a Alemanha nazista e, como já vinha ocorrendo, a linha desses partidos para com os EUA, nas décadas de 1930 e 1940, acompanhou a orientação soviética. Durante a Guerra, qualquer propaganda contra o imperialismo norte-americano era duramente criticada e estigmatizada pelos partidos, como sendo artifício do fascismo, principalmente com o surgimento do fenômeno do *browderismo*¹³. Com a remoção de Earl Browder da liderança do PC norte-americano tem início um período de autocrítica e retificação, porém, que demonstrou um breve período de continuidade na política de harmonia e colaboração (LÖWY, 2012: 33-34).

¹³ Descrevendo de forma muito sintética, o *browderismo*, tendência iniciada por Earl Browder, líder do partido comunista dos EUA, ao final da Segunda Guerra Mundial declarava “o início de uma era de amizade e colaboração íntima entre o campo socialista e os EUA, que estava destinada a continuar mesmo depois da Guerra”. A gerência de Browder acabou por enfraquecer o PC norte-americano, o que contribuiu, igualmente, para a precarização dos partidos comunistas latino-americanos (LÖWY, 2012: 31).

Esse quadro só começou a ser mudado entre 1948 e 1954, quando a Guerra Fria despontou em escala internacional, iniciando-se um período de ofensiva generalizada contra a URSS protagonizada pelos Estados Unidos. Nesse contexto muitos partidos foram colocados na ilegalidade, da mesma forma o Partido Comunista Brasileiro. Em resposta, e sob orientação da URSS os PCs voltaram ao o programa anti-imperialista e alguns, até certo ponto, retomam a luta de classes contra as burguesias, por exemplo, o PCB. Mas, segundo Löwy, essa “virada esquerdista” não alterou em essência a estratégia fundamental destinada ao continente que vinha da interpretação transfigurada do marxismo, com grande influência do stalinismo, fundamentada na teoria de revolução por etapas e de aliança entre um bloco de classes a fim de concretizar-se a imprescindível revolução nacional-democrática. Todavia, houve alguns casos reais de radicalização da atuação política, por exemplo a liderança comunista no Brasil nos grandes movimentos grevistas de 1953 e 1954, e também na luta pela terra no movimento camponês de Trombas e Formoso, em Goiás. Falaremos mais a fundo sobre isso no Capítulo III.

Por mais que a tendência stalinista fosse dominante entre a esquerda marxista, durante o período, também se desenvolveram pensamentos críticos, como foi o caso da corrente inspirada nas ideias do ucraniano Leon Trotski. Tal corrente – intitulada de trotskismo, que surgiu na América Latina no início dos anos 30, protagonizada pelos brasileiros do Grupo Lenine, de Mario Pedrosa, Livio Xavier, Rodolpho Coutinho, que logo se transformaria em Liga Comunista – tinha uma perspectiva de revolução “permanente”, combinando tarefas democráticas, agrárias, nacionais e anticapitalistas, logo, rejeitando a aliança estratégica com a burguesia nacional e preconizando independência em relação ao URSS em crítica ao autoritarismo burocrático partidário. A influência desta corrente teórica da esquerda brasileira seria fundamental para a crítica e revisão das estratégias políticas em relação ao comunismo pró-soviético, no início da década de 1960.

Com a morte de Stalin em 1953 e a convocação do XX Congresso do PCUS em 1956 estabeleceu-se uma nova fase no comunismo latino-americano, o que não significou rompimento efetivo ante os vínculos político e ideológicos da liderança soviética. Na verdade, a determinante do “socialismo em um só país”, de Stalin, teve continuidade na premissa da “coexistência pacífica”, de Krushev, que foi interpretada, segundo Michael Löwy (2012: 37), pelos PCs latino-americanos como um programa político de apoio aos governos capitalistas de cunho progressista ou democrático, como foi o caso do Governo de Juscelino Kubitschek, no Brasil.

De todo modo, as denúncias feitas aos crimes de Stalin acarretam sérias perturbações em todo o movimento comunista mundial e o PCB foi um dos partidos mais afetados, sofrendo uma série de afastamentos e reviravoltas (GORENDER, 1987: 25; PÉCAUT, 1990: 142). A fim de reorganizar-se o partido lançou a Declaração de Março de 1958. Entretanto, neste documento percebe-se claramente a continuidade do pensamento dualista de modo de produção, reafirmando a existência de resquícios feudais responsáveis pelo atraso da economia brasileira:

O Brasil continua a ser um país de grande concentração latifundiária: em 1950, os estabelecimentos agrícolas com 500 hectares e mais constituíam 3,4% do número total de estabelecimentos e abrangiam 62,3% de toda a área ocupada. As sobrevivências feudais obstaculizam o progresso da agricultura, que se realiza, em geral, lentamente, mantêm o baixíssimo nível de vida das massas camponesas e restringem de modo considerável as possibilidades de expansão do mercado interno. As sobrevivências feudais são um dos fatores que acentuam a extrema desigualdade de desenvolvimento das diferentes regiões do país, especialmente entre o sul e parte do leste, que se industrializam, e o resto do país, quase inteiramente agrário (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1958).

Logo, a partir dessa análise, acerca das relações de produção existentes no Brasil, formulava-se o programa mínimo, ou seja, que as abordagens políticas não exigiriam uma “solução radical” naquela etapa, pois:

Nas presentes condições do país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. [...] o proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1958).

A concepção stalinista foi predominante no pensamento da esquerda latino-americana até mais ou menos o acontecimento da Revolução Cubana. No entanto, o PCB, enquanto esquerda tradicional e dominante, manteve a perspectiva etapista de coalizão de classes até a investida civil-militar de 1964. Para o partido, que acreditava ser o Brasil um país de resquícios semifeudais, principalmente no meio rural, devido à predominância do latifúndio e de relações de produção claramente não-capitalista, o caráter da revolução brasileira, naquele momento era uma revolução democrático-burguesa. Outras organizações e partidos, que serão criados no início da década de 1960, inspirados em teorias marxistas, ou não-marxistas, mais heterodoxas, criticarão tal premissa, propondo novas teorias e estratégias para o caso brasileiro.

2.3. As esquerdas e a Nova Esquerda: antes e depois de 1964.

A Revolução Cubana, ocorrida em 1959, com toda a certeza foi muito impactante na história do marxismo latino-americano e da própria América Latina. A vitória deste levante armado contribuiu para uma mudança nas teses da corrente marxista predominante na América Latina, chamando a atenção para um tipo de revolução que combinava tarefas democráticas e socialistas canalizadas na luta armada. Esse abalo gerou uma contradição de orientação dos PCs, propiciando o surgimento de correntes marxistas inspiradas pelo modelo cubano. Tem início, então, um novo período revolucionário do marxismo latino-americano, fundamentado principalmente no espírito de “voluntarismo revolucionário” em oposição a qualquer determinismo passivo e fatalista.

Ao mesmo tempo, a Revolução Cubana incitou o desenvolvimento da ciência social marxista, fazendo com que suas ideias penetrassem nas universidades latino-americanas ampliando o estudo da sociologia, economia política, história e ciência política. O pensamento desenvolvimentista e dualista impulsionados pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e o PCB, no Brasil, foram constantemente questionados e criticados por uma série de obras, a partir do início da década de 1960. A nova intelectualidade marxista, dessa vez desvinculada do Partido Comunista Brasileiro, não se limitou ao meio acadêmico, desempenhando expressivo papel nos debates ideológicos no interior da esquerda latino-americana. Surgem, então, autores que representaram uma corrente mais radical no marxismo latino-americano desse período, como Gunder Frank, Rui Mauro Marini e outros, que colocarão a pesquisa econômica e social explicitamente à serviço da elaboração da nova estratégia política. Esse grupo de autores terá como uma de suas temáticas centrais ora a rejeição da teoria do feudalismo latino-americano, ora da tomada da estrutura colonial e agrária como essencialmente capitalistas. A partir de tais críticas alguns desses autores chegaram à conclusão de que a origem do atraso econômico brasileiro e latino-americano não viria das reminiscências feudais nem dos obstáculos pré-capitalistas das relações de trabalho no campo, sua essência estaria no próprio caráter do desenvolvimento do capitalismo dependente da América Latina.

Na esteira da elaboração teórica desses intelectuais, poucas décadas depois alguns autores começaram a preocupar-se com a questão teórico-metodológica da aplicação do conceito de modo de produção, uma formulação marxiana, a fim de tentar promover melhor compreensão do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, e principalmente no Brasil. Assim como na premissa dos intelectuais do início dos anos 60, sua análise teórica

esteve intimamente ligada ao engajamento político. Na verdade, como afirmava Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, partimos da premissa de que toda a teoria é indissociável da prática, ou seja, da estratégia e do engajamento políticos (ou da falta dele) (BRAGA, 2009: 18; NETTO, 2011: 10). Ou seja, toda a formulação teórica e estratégica dos partidos de esquerda, no Brasil e na América Latina, esteve fundamentada principalmente em torno de suas teses sobre as estruturas materiais, ou seja, do modo de produção predominante. As principais organizações da Nova Esquerda brasileira fugiram a essa regra, tomando o caráter da revolução brasileira como sendo imediatamente socialista, mesmo, eventualmente, acreditando nos supostos resquícios feudais no campo, segundo a influência da herança ideológica pecebista.

Duas tendências que se formaram no início da década de 1960, como alternativas à política predominante do PCB no meio das esquerdas, foram a AP (Ação Popular) e a POLOP (ou ORM-PO – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária). Esta última foi fundada em 1961, agregando membros de pequenas tendências alternativas ao PCB, principalmente com influência nos meios universitários. A organização fazia críticas às ideias reformistas e pacifistas do partido tradicional, sugerindo a luta armada revolucionária em prol do socialismo. Já a AP surgiu em 1962 como organização autônoma, inserida principalmente no movimento estudantil, conquistando a diretoria da UNE (União Nacional dos Estudantes) e de muitas entidades durante os anos 1960. A proposta da organização como movimento político independente surgiu no interior da JUC (Juventude Universitária Católica), organismo de estudantes universitários ligado à Ação Católica Brasileira, existente nos anos 1950 e 1960. A AP defendia uma alternativa política socialista, porém distanciada do comunismo marxista, inspirada num humanismo cristão misturado com inspirações da Revolução Cubana, desatando seus vínculos com a JUC (REIS FILHO, 1990: 34; RIDENTI, 1993: 26).

Além do PCB, de grupos nacionalistas de esquerda, da POLOP e da AP, é importante destacarmos a existência das Ligas Camponesas na política pré-64. As ligas eram formadas por lavradores, estudantes e profissionais liberais, atuantes principalmente na região Nordeste, onde lutavam pela reforma agrária. Francisco Julião, advogado e, posteriormente, deputado federal era o mais conhecido das Ligas, que já vinham mingando no período contemporâneo ao golpe. Isso se deu, em grande parte, pela ação vanguardista de seus dirigentes, como o próprio Julião, que por volta do ano de 1962 fundou o Movimento Revolucionário Tiradentes. Com inspiração na Revolução Cubana, o MRT pretendia desencadear uma guerrilha rural,

projeto este que precisou ser abortado devido à perseguição policial ainda no governo Goulart (RIDENTI, 1993: 26-27).

Havia outros pequenos grupos de esquerda atuantes em 1964, como o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e o PORT (Partido Operário Revolucionário – Trotskista). O PCdoB foi o resultado do racha do setor minoritário, explicitamente stalinista do PCB, este que no início de 1962 criara um novo partido retomando o nome original do PC, fundado em 1922 como Partido Comunista do Brasil. Até os dias atuais, o PCdoB defende ser a continuidade do Partido Comunista fundado em 1922. Porém, a realidade é que, de início, o PCdoB era apenas uma pequena dissidência, advinda, principalmente, da antiga direção do PC. Essa cisão só começou a ganhar corpo, de fato, ao final dos anos 1960, principalmente devido à integração de muitos militantes da Ação Popular. No entanto, o PCdoB foi o único partido da Nova Esquerda a apostar exclusivamente na guerrilha rural no Brasil, na região do rio Araguaia, mantendo-se distante da guerrilha urbana. Enquanto o PORT foi um pequeno grupo trotskista-posadista que teve alguma inserção entre estudantes, militares de baixa patente e alguns trabalhadores rurais e urbanos antes de 1964. Sendo duramente reprimido após o golpe, ainda mais isolado socialmente, manteve-se um combativo grupo de extrema esquerda, porém um dos poucos a não pegar em armas após 1968 (REIS FILHO, 1990: 36; RIDENTI, 1993: 27).

O golpe militar e a derrota quase sem resistência das forças ditas progressistas, em 1964, abalaram fortemente os movimentos e partidos da esquerda brasileira. Os nacionalistas, a POLOP e outros grupos, que já alertavam para a necessidade de resistência armada ante um proeminente golpe de direita, pouco ou nada fizeram para levar adiante essa resistência, enquanto o PCB e outras correntes reformistas assistiam atônitos o desmoronamento de suas teses. Logo o conjunto das esquerdas sentiu a investida dos aparatos da repressão política, sendo, então, momento de autocrítica para se questionar os erros que haviam levado as esquerdas à derrota em 1964. Ao mesmo tempo, era momento de uma contestação internacional às esquerdas tradicionais, filiadas à URSS, que não se mostravam capazes de elaborar soluções aplicáveis às contradições das sociedades de classes da contemporaneidade, culminando com manifestações libertárias no mundo todo, em 1968. Nesse clima de contestação nacional e internacional, ocorreram rachas irreparáveis nos partidos e movimentos que caíram na clandestinidade, em especial o PCB, principal força entre as tendências sobrepujadas (RIDENTI, 1993: 27-28).

Boa parte da direção do PCB não soube lidar com a derrota, nem mesmo mostrou-se capaz de realizar uma autocrítica relevante da sua atuação antes de 1964, o que provocou a maior luta interna de sua história. Por fim, o secretário geral, Luiz Carlos Prestes, e a maioria

da direção decidiram manter a velha linha do partido, porém às custas da perda da autoridade e influência política, bem como sofrer diversas cisões por todos os lados, das bases aos organismos dirigentes, desencadeando um desgaste do qual o partido nunca se recuperou.

As principais dissidências do PCB foram arregimentadas pelo líder Carlos Marighella, que criou a ALN (Ação Libertadora Nacional), e pelo dirigente Mário Alves, esta que deu origem ao PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Ambas subtraíram militantes do PCB em todo o país, organizando-se em vários estados, embora a ALN fosse mais forte em São Paulo e o PCBR no Rio de Janeiro. O PCB conseguiu se preservar, relativamente, das investidas policiais, até 1974 e 1976, quando então o partido sofreu a fúria da repressão. Isso se deu quando os grupos armados já estavam desarticulados, no entanto, em Goiás, a queda do partido ocorreu por volta de 1972, finalizando o ciclo das esquerdas clandestinas no estado. O PCB forneceu apoio incondicional ao projeto redemocratizante do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o único partido legal de oposição, que contou com o apoio da sigla desde 1965, como contraponto ao partido oficial, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) (RIDENTI, 1993: 28).

A demora na preparação da resistência armada ao regime militar também provocou dissidências no miúdo PCdoB, que, entre 1966 e 1967, perdeu mais da metade de seus membros, os quais formaram, no Nordeste, o PCR (Partido Comunista Revolucionário), e no Centro-Sudeste, a Ala Vermelha do PCdoB (ALA), que igualmente veio a sofrer rachas, que comporiam em São Paulo o Movimento Revolucionário Tiradentes (diferente do grupo das Ligas Camponesas) e, em Minas, o Movimento Revolucionário Marxista (MRM). A AP não passou ilesa às lutas dos anos 1960. Transitou do cristianismo ao maoísmo, o que a fez perder boa parte de suas bases e desagradou setores optavam por uma vertente alinhada às teorias leninistas e guevaristas. Estes últimos juntaram-se a outros núcleos dissidentes para fundar, entre 1968 e 1969, o PRT (Partido Revolucionário dos trabalhadores). Falaremos melhor sobre a formação e atuação desta sigla, no Norte goiano, no Capítulo III. Outros militantes, no decorrer do processo, trocaram a AP por grupos que realizavam ações armadas no meio urbano. Em Goiás, especialmente na capital, essa troca se deu principalmente para o COLINA (Comandos de Libertação Nacional), que não tardaria a compor a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares). Esse processo é contado no Capítulo VI (RIDENTI, 1993: 29).

Os movimentos nacionalistas de esquerda, formados principalmente por ex-militares de baixa patente, cassados em 1964, criaram a princípio o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), que organizou, em 1967, a frustrada experiência conhecida como guerrilha

de Caparaó. Remanescentes deste nacionalismo ainda organizaram outras siglas, como o MAR (Movimento de Ação Revolucionária), a RAN (Resistência Armada Nacionalista), a FLN (Frente de Libertação Nacional), o MR-21 (Movimento Revolucionário 21 de abril) e o MR-26 (Movimento Revolucionário 26 de março). Boa parte desses grupos acabou se integrando às organizações ditas marxistas da esquerda armada. O caso mais expressivo foi a fusão de parcela do MNR com a dissidência paulista da POLOP, para fundar, em 1968, a organização que viria a ser chamada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Como se pode ver, a POLOP, maior vetor de críticas ao programa pecebista, também não resistiu aos efeitos do golpe. Em seu congresso de 1967, ela já veio a enfrentar dois rachas que lhe tiraram metade dos militantes. Um deles, a VPR, de São Paulo, já mencionada, e o outro, de Minas Gerais, dando origem aos Comandos de Libertação Nacional (COLINA). Em 1969, a VPR e o COLINA fundiram-se a fim de construir a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR), que não tardou sofrer cisões. A VPR foi reconstituída e formou-se a DPV (Dissidência Var – Palmares). O que sobrou da POLOP, depois do Congresso, fundiu-se à dissidência gaúcha do PCB, ocasionando no POC (Partido Operário Comunista), que também viria a enfrentar cisões (RIDENTI, 1993: 29).

2.3.1. O caráter da revolução brasileira.

No tópico anterior, contamos de forma breve, embasados principalmente na obra expressiva de Marcelo Ridenti, *O fantasma da revolução brasileira* (1993), a história da formação e trajetória dos principais partidos e organizações de esquerda que existiram durante os anos 1960 até, basicamente, a primeira metade dos anos 1970, no Brasil. Não pudemos deixar de citar alguns movimentos porque, mesmo não tendo objetivos explicitamente socialistas, como as Ligas Camponesas, foram importantes por demonstrar um caráter revolucionário inspirado nos pronunciamentos castristas, que inegavelmente inspiraram experiências posteriores. Nem todas as siglas chegaram a organizar uma militância no estado de Goiás, que é o recorte geográfico de nossa Tese. Neste subtópico, em que iremos abordar o caráter da revolução brasileira, daremos preferência às tendências que de fato chegaram a organizar minimamente uma militância em Goiás, nos limites geopolíticos atuais, que foram elas: o PCB; a POLOP; a AP; o PCdoB; o PRT; o COLINA/ VAR-PALMARES e a ALN¹⁴.

¹⁴ A ALN tentou organizar uma militância em Goiás, levando em consideração toda a extensão do estado naquele momento, no início da década de 1970. Seus integrantes partiram de Porto Nacional, que hoje faz parte

Segundo Marcelo Ridenti, baseado num artigo de Marco Aurélio Garcia, na série Contribuição à História da Esquerda brasileira, 1964-1979 (GARCIA apud RIDENTI, 1993: 30), é possível subdividir as esquerdas dos anos 1960 por três características: o caráter da revolução brasileira; as formas de luta para se chegar ao poder e o tipo de organização necessária à revolução. Essas divergências tinham como contexto indissociável as transformações pelas quais passava a sociedade brasileira no período. Com o golpe de 1964, reafirmado pelo AI-5 em 1968, oficializou-se a modernização conservadora na economia, aumentando a concentração de riquezas, considerada pelas classes dominantes como a única saída viável para superar a crise vivida em meados da década de 1960. A política econômica adotada definia a total submissão do trabalho ao capital, implicando na repressão ou desmantelamento das organizações dos trabalhadores, como sindicatos mais combativos e partidos clandestinos. As esquerdas políticas ou sindicais, menos ou mais moderadas, foram vencidas em 1964, enfrentando séria crise de identidade, perdendo muitas de suas bases, principalmente de trabalhadores, afastados pela repressão ou a desilusão. Entre os anos 1964 e 1968, lentamente deu-se a reconstituição dos movimentos sociais. Em 1968 ocorreram greves de bancários, operários e outras categorias, sendo o movimento estudantil o que mais se mobilizou. A escolha de parte das esquerdas pelas armas se desenvolveu nessa conjuntura, inspirada, ainda, na guerrilha de Che Guevara na Bolívia, no Maio de 68 na França, na Guerra do Vietnã, na contracultura, e Revolução Cultural Chinesa, entre diversos outros acontecimentos internacionais (RIDENTI, 1993: 30).

No que se refere ao caráter da revolução brasileira, como já vimos nos subtópicos do início deste capítulo, a versão mais tradicional e difundida sobre o tema, até 1964, era a do PCB, que ainda seguia análise de 1928 do VI Congresso da III Internacional Comunista. Essa concepção previa a revolução em duas etapas, a primeira das quais deveria ser *burguesa*, ou de *libertação nacional*. Envolvendo as classes sociais, tidas como progressistas, unidas a fim de desenvolver as forças produtivas, a revolução burguesa deveria superar as limitações impostas ao desenvolvimento econômico nacional, pelas relações feudais no campo e pela presença do imperialismo na economia. Mesmo após o golpe de 1964, a linha estratégica do partido não foi alterada. Já exploramos bastante a linha etapista do Partido, porém vale a pena trazer um recorte da *Resolução Política do V Congresso do PCB*, de 1960, que ilustra muito

do Tocantins, mantendo contato com a direção em São Paulo, chegando a conseguir arregimentar alguns militantes nos municípios de Goiânia e Anápolis. No entanto, principalmente devido à intensificação da repressão no estado, suas atividades não conseguiram ir muito além das reuniões de debate de documentos, se encerrando definitivamente por volta de 1972. Detalharemos um pouco mais essa experiência, no Capítulo V.

bem os objetivos dessa primeira etapa, referente à revolução burguesa de emancipação nacional:

Nas condições atuais, entretanto, o Brasil tem seu desenvolvimento entravado pela exploração do capital imperialista internacional e pelo monopólio da propriedade da terra em mãos da classe dos latifundiários. As tarefas fundamentais que se colocam hoje diante do povo brasileiro são a conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares. Os comunistas se empenham na realização dessas transformações, ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas, certos de que elas constituem uma etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo (PCB, 1960).

Quanto ao PCdoB, a primeira dissidência pecebista da década de 1960, o caráter antifeudal e anti-imperialista da revolução brasileira, foi mantido de forma quase idêntica à do PCB. As classes envolvidas na conquista da revolução contra o *neocolonialismo* eram a burguesia nacional, o campesinato, a pequena burguesia, o semi proletariado e o proletariado, com hegemonia do último sob a direção do partido de vanguarda. Era mantida a revolução em duas etapas, de forma em que a primeira etapa seria a de formação de um *governo popular e revolucionário*, porém de combate ao imperialismo internacional e aos resquícios feudais, não sendo ainda de transição ao socialismo. Nesse sentido, como podemos perceber, no que se refere ao caráter da revolução brasileira, seu programa não diferenciava muito da linha do PCB. Mesmo após o golpe, quando lançou novo documento político, preparado pelo Comitê Central para servir de base às discussões da VI Conferência Nacional, realizada em 1966, intitulado *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*, as tarefas mais urgentes colocadas pela organização era o combate ao imperialismo, à crise e à ditadura militar que assolava o país:

Na hora presente, o povo brasileiro tem diante de si importante e urgente tarefa: unir-se e lutar para livrar o país da ameaça de recolonização, da grave crise em que debate, e do sistema político ultra-reacionário imposto pela ditadura (PCdoB, 1966: 85).

A ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista – POLOP) sempre fez críticas ao PCB, apresentando como opção um plano de revolução socialista a ser realizado pelas massas rurais e urbanas, de acordo com seu *Programa Socialista para o Brasil*, de dezembro de 1967. Em suas teses, a burguesia nacional estava associada aos imperialistas e ao setor latifundiário. O capitalismo já estava plenamente constituído no Brasil, sendo a burguesia “uma classe no poder”. Dessa forma, a revolução só poderia ser socialista, ou ela não

ocorreria: “A burguesia já é uma classe no poder. Assim, também pelas suas forças motrizes – os trabalhadores da cidade e do campo – a revolução brasileira só poderá ser socialista” (ORM-POLOP, 1967: 133).

Quanto à Ação Popular, esta é uma organização da Nova Esquerda Brasileira atípica, em relação às demais. Surgiu no seio dos movimentos de jovens de Ação Católica, cada vez mais atuantes no movimento estudantil, especialmente na UNE. Nesse meio receberam influências de esquerda tanto do PCB, quanto da POLOP, lançando em 1963, o documento que oficializou sua criação – o *Documento-Base*. Nesse texto, altamente eclético, formulado a várias mãos durante seu I Congresso, e depois revisado pelo Padre Henrique Lima Vaz, o conceito-chave era a noção filosófica de socialismo como humanismo e resultado imediato da negação do capitalismo. No período em que foi escrito pelos militantes da AP, não havia, ainda, a filiação ao marxismo, optando por ideologias e caminhos próprios. Porém a confluência de ideias cristãs e marxistas no documento, são claras. O mesmo reconhecia a importância da teoria marxista, considerando-a expressão mais profunda da crítica ao capitalismo para passagem ao socialismo. No entanto, igualmente fazia crítica às ditaduras ditas de esquerda, dos países integrantes ao chamado socialismo real, defendendo a existência de diferentes formas de transição ao socialismo (DIAS, 2007: 171-173; FILGUEIRAS, 2014: 112; RIDENTI, 2002: 232).

Por ventura, mesmo que na elaboração teórica da AP no Documento-Base se afirmasse a existência de um modo de produção semifeudal no Brasil e na América Latina, a estratégia política formulada a partir de suas teses não correspondia ao modelo etapista tradicional preconizado pelo PCB (AÇÃO POPULAR, 1963: 34-35). A AP, assim como a POLOP, era contra tal tese, fazendo oposição às esquerdas que impunham a aliança de classes junto a uma pretensa burguesia nacional, acusadas de não compreenderem devidamente a essência da dependência econômica, que afirmaria o imperialismo internacional através do desempenho da burguesia nacional:

Algumas áreas tentaram racionalizar essa tendência, postulando a necessidade de uma fase de consolidação do capitalismo como etapa da revolução. Baseada na afirmação da existência de uma burguesia nacional com interesses antagônicos aos do capitalismo internacional, e complementada por uma visão de desenvolvimento [...]. [...] o capitalismo internacional só [...] teria por aliado fundamental o setor latifundiário. A gratuidade dessa concepção tem se evidenciado nas análises concretas, que demonstram a tendência do imperialismo a se firmar nas estruturas econômicas dependentes através do desenvolvimento burguês (AÇÃO POPULAR, 1963: 36-37).

Muitas organizações que pegaram em armas, que eram igualmente favoráveis à luta de libertação nacional, mantiveram com poucas alterações o esquema analítico do PCB. Referente à ALN (Ação Libertadora Nacional), o próprio nome revela sua posição a respeito do caráter da revolução brasileira: ação de grupos revolucionários pela libertação do país. O caráter da revolução brasileira não seria imediatamente socialista, podendo incluir setores pequeno-burgueses e de pequenos empresários nacionais. A etapa democrática e burguesa da revolução deveria ser cumprida, porém, de forma alguma sobre direção da burguesia (RIDENTI, 1993: 31). Em seu documento, de título, *Papel da ação revolucionária na organização*, lançado em maio de 1969, na parte conclusiva, vê-se que os objetivos da organização, naquele momento, nada tinham haver com o socialismo. O estágio a ser conquistado, por meio da criação de um “Governo Popular Revolucionário”, se referia à luta contra o imperialismo estadunidense, contra a ditadura e contra o latifúndio, levando às últimas consequências a revolução agrária, de libertação dos camponeses. Por sua vez, não haveria prazo para ser encerrado o processo revolucionário, pois tratava-se de uma luta prolongada (AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL, 1969: 280-281).

Muitas organizações da esquerda armada urbana se colocaram na linha contrária à dos grupos que defendiam, de alguma forma, o estabelecimento de um “governo popular revolucionário” para cumprir as tarefas da etapa “democrático-burguesa” da revolução brasileira. O caráter imediatamente socialista era proposto por organizações como VPR, VAR-PALMARES, PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), entre outras, herdeiras da teoria da POLOP. Igualmente eram organizações influenciadas pela conhecida “teoria da dependência”, bem difundida pela América Latina, no período. Tal teoria é exemplificada nas teses de Gunder Frank, as quais abordamos em subcapítulo anterior. As ideias de Caio Prado Jr., dedicadas à combater as teses do PCB sobre o caráter agrário, democrático-burguês, antifeudal e anti-imperialista da revolução brasileira, também pesaram na crítica de grupos armados a todos que discordavam do caráter imediato que a revolução socialista deveria tomar (RIDENTI, 1993: 32-33).

As teses revolucionárias de libertação nacional e de estabelecimento de um governo popular, em suas muitas variantes, tinham a marca explícita de desdobramentos das proposições do PCB, de revolução antifeudal e anti-imperialista. Por sua vez, se analisarmos bem a teoria daqueles que defendiam a revolução socialista imediata, perceberemos que ela também não estava muito distante da posição partido. Primeiramente, porque não superavam a ideia *etapista* de revolução. Se para o PCB, a primeira etapa da revolução era a libertação da nação, para só depois ser possível a transição ao regime socialista, na visão dos críticos ditos

socialistas a etapa burguesa já estava superada, cabendo a passagem direta à revolução socialista. Para o modelo de libertação nacional, o imperialismo e as relações feudais no campo seriam limitantes ao desenvolvimento das forças produtivas. Para seus adversários, mais à esquerda, o imperialismo e as relações atrasadas no campo estariam vinculados ao próprio capitalismo brasileiro, de forma que não seria possível mencionar uma revolução nacional e democrática na qual os interesses da burguesia fossem contrários aos de imperialistas e latifundiários (RIDENTI, 1993: 33-34).

Ambas as posições guardavam semelhanças, não perceptíveis num primeiro momento. Apesar das críticas dos *socialistas*, no geral, o imperialismo continuava sendo entendido, bem como o latifúndio, como limitante ao desenvolvimento pleno do capitalismo brasileiro. Este estaria fadado ao fracasso devido à aliança da burguesia nacional com latifundiários e as multinacionais, aliança garantida pelas articulações e repressão do regime militar. O capitalismo brasileiro estava estagnado, de forma impossível de ser superada, pois a ditadura militar intensificara as desigualdades sociais, concretizando a inserção do capital monopolista. Dessa forma, boa parte das esquerdas percebia saída dentro do capitalismo para a crise econômica enfrentada pela sociedade brasileira. Tal estagnação só poderia ser rompida por um regime socialista, retomando o desenvolvimento das forças produtivas. As circunstâncias objetivas eram favoráveis, faltando apenas o desenvolvimento dos fatores subjetivos para o romper da revolução.

De acordo com Marcelo Ridenti, e é possível perceber na comparação entre os programas políticos, não havia tanta diferença entre os dois modelos de revolução. Ambos colocavam o “imperialismo” e o “latifúndio” como fatores de estagnação da economia e causa do para o bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas. O mesmo vale para diferentes teses intermediárias, que combinavam uma e outra tese. O diferencial dos “socialistas” é que, como percebiam que o país já detinha uma economia primordialmente capitalista, não seria necessário passar pela etapa democrático-burguesa, podendo partir para a fase socialista, de combate à própria burguesia (RIDENTI, 1993: 35).

No texto *Projeto de Programa*(1969), do PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), uma das organizações que defendia o caráter imediatamente socialista da revolução brasileira, consta que o imperialismo internacional era o maior entrave para o desenvolvimento pleno do capitalismo nacional, sendo o atraso no meio rural, resultado dessa relação de dependência:

O caráter dependente do capitalismo brasileiro em relação ao imperialismo é o principal obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas internas. O atraso no campo é a consequência mais aguda do baixo índice de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A agricultura, produção menos rentável para os investimentos diretos, é o setor em que o imperialismo e o capitalismo menos revelam seus aspectos de progresso. Ao mesmo tempo, é no campo onde a exploração mais brutal do capitalismo é ainda agravada pela exploração imperialista. Em consequência, é no campo que se encontra o elo mais fraco da dominação imperialista. É aí que as contradições exigem solução imediata, que o próprio campo não tem condições de oferecer (PRT, 1969: 251).

O *Programa*, da VAR-Palmares, de mesmo ano, dava o mesmo enfoque, atestando que a interferência do imperialismo no país, acentuava as desigualdades sociais e entre regiões:

O controle do capitalismo brasileiro pelo capital imperialista condena o Brasil a permanecer nos marcos da estagnação e do subdesenvolvimento. O imperialismo dita as regras do desenvolvimento industrial para das condições de produção próprias da etapa monopolista do capitalismo, através da absorção de pequenas e médias empresas, associando-se ainda ao capital nacional já razoavelmente concentrado. Esta monopolização precoce da economia intensifica as disparidades regionais, e setoriais, na medida em que não utiliza adequadamente os recursos humanos e materiais existentes (VAR-Palmares, 1969: 321).

Nem sempre ficavam claras as posições das organizações, principalmente da esquerda armada, sobre o caráter da revolução brasileira. O próprio nome do COLINA, Comandos de Libertação Nacional, indicava a postura pela revolução democrática. Todavia, o documento *Concepção da Luta Revolucionária*, de 1968, revelava a opção pelo socialismo: “Não se trata de conduzir a revolução burguesa ao seu término histórico, mas de impulsionar essas transformações já na perspectiva do socialismo” (COLINA, 1968: 181).

Porém, de acordo com o depoimento de uma conhecida militante da organização, Maria do Carmo Brito, citado por Marcelo Ridenti (1993: 36), a identidade dos militantes estava relacionada basicamente à luta armada. Para eles, não era importante discutir o caráter da revolução: “aqui no Rio não tinha ninguém dos COLINA pela libertação nacional. Nossa identidade com os mineiros da Organização começava e terminava na luta armada. Até porque a gente achava absolutamente irrelevante discutir o caráter da revolução”. Aquela era mais uma das tendências da esquerda armada, que, independentemente da teoria, justificava a *ação pela ação*. No depoimento de Juarez Ferraz de Maia¹⁵, então líder estudantil, que

¹⁵ Juarez Ferraz de Maia (73 anos) foi presidente da CGE (Central Goiana dos Estudantes) e importante líder estudantil, na época de estudante secundarista, principalmente nas manifestações que ocorreram em 1968, na cidade de Goiânia. Entrou na Ação Popular por volta de 1966 e desvinculou-se dela no início de 1969, entrando logo em seguida no COLINA, que imediatamente tornava-se VAR-PALMARES. É jornalista com doutorado em Comunicação pela Universidade de Paris. Atua como professor titular na FIC (Faculdade de Informação e Comunicação) da UFG. É anistiado político.

desvinculou-se para AP para entrar no COLINA, em Goiânia, no ano de 1968, fica bem claro o espírito voluntarista que instigava aqueles militantes: “Queríamos é dar tiro nos militares e não integrar na produção, para ficar ralando o dia inteiro, clandestino. [...] A gente queria ir atrás do Marighela, dar tiro no povo, assaltar banco, sequestrar o povo aí” (MAIA, 2015). No Capítulo VI, falaremos com mais detalhes sobre essa militância.

2.3.2. A organização revolucionária.

O segunda característica de divisão entre os grupos revolucionários, principalmente no que se refere aos grupos militaristas, está relacionada à natureza da organização, ou vanguarda revolucionária. As posições se polarizavam quanto à necessidade ou não de se estruturar um partido nos moldes marxistas-leninistas clássicos para fazer a revolução, a partir da guerra de guerrilhas no campo e das ações armadas nas cidades.

Entre os defensores do partido de vanguarda na condução da guerrilha estava o PRT, que chegaremos a abordar nesta tese, no Capítulo III, devido à sua atuação na região de Trombas e Formoso, em Goiás. Em sua perspectiva, caberia ao Partido coordenar a guerrilha rural com a luta armada urbana, igualmente as ações das massas na cidade e no campo, dirigindo todo o conjunto do processo revolucionário. Podemos perceber tal intenção no seguinte trecho do *Projeto de Programa*:

Os comunistas ao organizarem o partido da classe operária, organizam em torno dele todas as camadas da população trabalhadora e explorada. Que adotam o ponto de vista do proletariado. [...] Representando a posição dos princípios marxista-leninistas, [...] os comunistas têm por missão essencial em nossos dias a de apontar o caminho revolucionário à classe operária dos diversos países, definir o programa que representa os interesses de classe do proletariado e favorecer as bases da união de todas as massas exploradas (PRT, 1969: 243, 247).

O fato de os grupos defenderem a construção de um partido para organizar a guerra revolucionária nem sempre significava que já tivessem estruturas leninistas, rígidas e hierarquizadas, presentes há décadas, nas estruturas do PCB. Algumas dessas organizações eram bem pequenas, e idealizavam um partido que surgiria naturalmente durante o processo revolucionário, ou pretendendo já serem o embrião que se transformaria no partido que atrairia as esquerdas (RIDENTI, 1993: 37).

Algumas siglas que tinham uma visão clássica de partido, na prática, se organizavam em grupos mais ou menos parecidos aos que criticavam o papel da vanguarda na condução da

revolução. Um exemplo é o caso do MR-8 (Movimento Revolucionário – 8 de outubro). Desencontros que fugiam do controle da direção impediram sua participação no processo de fusão de organizações que formariam a VAR-Palmares, em 1969. Embora o MR-8 percebesse a necessidade de construção de um partido leninista nos moldes clássicos a fim de desenvolver um trabalho eficiente junto às massas e liderar a revolução, ele se organizava de forma semelhante à dos grupos armados que não discutiam sobre a necessidade do partido. Muitas vezes, esses grupos se dividiam entre setores: havia o grupo armado; o de trabalho junto aos operários; outro de atividades com as camadas médias; e etc. Os líderes de cada uma das seções compunham a direção máxima (RIDENTI, 1993: 37-38).

A defesa acirrada por um partido revolucionário que dirigisse a luta armada foi o principal fator de divergência entre as organizações, como entre o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e a ALN. Surgidos da mesma situação e com muitas semelhanças, a contestação de Marighella à estrutura partidária eliminou a hipótese de fusão entre as duas principais dissidências advindas do PCB.

Várias organizações não alegavam ser o partido necessário para colocar em prática a guerrilha e fazer a revolução, como a ALN, COLINA, VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), etc. Supostamente, estes viam a construção do partido numa segunda fase – como aconteceu na Revolução Cubana, que só organizou um Partido Comunista após a tomada de poder. Na visão do COLINA, por exemplo, a guerrilha rural seria o princípio da formação do exército popular que, por sua vez, constituiria o embrião do Partido. A vanguarda política se formaria na própria guerrilha:

Para dirigir todos os golpes do movimento de massa, no campo e na cidade, segundo um endereço certo – o impulso na construção de um novo poder – a guerrilha tem que se transformar em vanguarda política. Em sua direção devem estar os dirigentes da revolução, de todas as tarefas de mobilização e organização do proletariado e demais classes exploradas. [...] A guerrilha como vanguarda política é a direção do trabalho político que significa a luta armada (COLINA, 1968: 195-196).

A ALN de Carlos Marighella foi uma organização que se constituiu numa negação radical da estrutura partidária clássica. Os escritos do líder salientavam o caráter burocrático da estrutura partidária do PCB, o que tenderia a tornar qualquer organização estagnada politicamente, no sentido revolucionário. A ALN colocava como prioridade o princípio da *ação revolucionária*, organizando-se quase como uma federação de grupos coordenados por Marighella, que dizia no seu *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, de junho de 1969:

A organização é uma rede indestrutível de grupos de fogo e de coordenação, tendo um funcionamento simples e prático, com um comando geral que também participa nos ataques, porque nesta organização não se admite nada que não seja pura e simplesmente a ação revolucionária (MARIGHELLA, 1969 *apud* RIDENTI, 1993: 39)

Esse era o princípio da “autonomia tática”, em que cada grupo tinha a liberdade para fazer qualquer ação armada, desde que fosse coerente com o planejamento estratégico da organização. Essa “anarquia” teve sentido no momento de ruptura com o PCB, porém trouxe sérios problemas políticos e de segurança para a ALN no decorrer de sua trajetória.

Para Marighella, o desenvolvimento da organização vinha da ação, ou seja, da violência revolucionária, e não dos debates teóricos, tidos como supérfluos, já que as lições da Revolução Cubana seriam suficientes para lançar a revolução brasileira e latino-americana. O posicionamento de Marighella estava marcado pela sua experiência de desgaste com os métodos pouco democráticos e estagnados do PCB, e também pela sua adesão ao projeto revolucionário continental da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em sua conferência de meados do ano de 1967, em Havana, estando ele próprio presente. Desde então, a ALN passou a ter um relacionamento preferencial com Cuba (RIDENTI, 1993: 39).

O *anti-teoricismo* não era exclusividade da ALN, mas de grande parte das esquerdas armadas, que geralmente privilegiavam as *ações revolucionárias*. Era uma reação à prática tradicional, ou acadêmica, de longos debates teóricos do PCB e de outras organizações, como a POLOP. Na visão das organizações militaristas, essas práticas discursivas tenderam a levar ao “imobilismo” estratégico. Entendiam que a teoria da revolução brasileira seria constituída “na luta”, nas ações armadas, e não em “discussões de gabinete”, supostamente descoladas da realidade (RIDENTI, 1993: 39-40).

Em relação à POLOP, a acusação de imobilismo provocado por um suposto *teoricismo*, faz muito sentido, tendo a mesma ficado praticamente restrita ao meio intelectual e à produção teórica. Com base nos dados levantados pelo Projeto Brasil Nunca Mais, a partir de processos na Justiça Militar, é possível verificarmos, graças à classificação ocupacional feita por Marcelo Ridenti, uma maior participação de estudantes, professores e profissionais liberais (24,5%, 8,6% e 16,2%, respectivamente), em relação ao pequeno número de trabalhadores manuais urbanos (3,7% na POLOP contra 13,5% no geral das organizações). De acordo com Jacob Gorender (1987: 36), a organização se mostrou incapaz de elaborar uma alternativa tática viável, recusando-se, inclusive, o engajamento pelas reformas de base, propostas por João Goulart. Por outro lado, é preciso reconhecer que a fundação da POLOP foi um marco inicial na renovação das esquerdas nos anos 1960, constituindo-se a

organização em um dos eixos que dariam origem aos grupos formados após o golpe militar. Nesse sentido, a organização conseguiu divulgar e influenciar outras várias tendências da esquerda brasileira (MATTOS, 2007: 198).

O grupo que defendia a transição imediata ao socialismo, ficou conhecido como *organização de intelectuais*, inclusive pelos militares, nos documentos oficiais expedidos pelos órgãos da repressão. Em depoimento de Luiz Antero de Moraes, profissional liberal, que na década de 1960 foi militante da POLOP, em Goiânia-GO, fica claro que o grupo foi formado, com foco no nível intelectual dos integrantes:

Quando veio o golpe de 64 em pleno apogeu, eu já estava em outra organização, chamada POLOP – Política Operária. Um grupo coeso e de boas pessoas, todas praticamente escolhidas a dedo. Tentaríamos avançar e crescer trazendo os descontentes, os que não estavam militando em outras organizações. E nós conhecíamos vários. Seria esse nosso objetivo. Era um grupo muito capaz intelectualmente, um grupo evoluído, não através de diplomas, mas sim na ciência, nos conhecimentos teóricos do Marxismo e Leninismo. Era a fina flor existente em Goiânia naquela época. Vários e bons revolucionários haviam saído e o que sobrou foi esse grupo (MORAIS, 2013: 305).

Um dos fatores responsáveis pela desunião das esquerdas armadas refere-se ao tipo de organização que deveria conduzir a revolução: “um partido *leninista* tradicional ou uma organização militarizada como a da guerrilha cubana” (RIDENTI, 1993: 41). No entanto, havia pelo menos algo em que essas esquerdas concordavam: a visão de que, independentemente das formas pelas quais as organizações estariam estruturadas, a vanguarda orientaria os caminhos da revolução. Implicitamente, o cerne das discussões estava no papel da vanguarda, e não nas desigualdades da sociedade de classes. O fracasso das esquerdas em 1964 foi atribuído aos erros da vanguarda, principalmente do PCB, mas também de outros grupos da Nova Esquerda, como a AP, POLOP e PCdoB. Tal crítica estava carregada de voluntarismo, como se a derrota fosse resultado unicamente de direções traidoras. De acordo com esse argumento, a revolução teria fracassado devido à indecisão e incapacidade das lideranças. Seria necessário corrigir o vício, organizar grupos dispostos a pegar em armas em prol de transformações sociais. Consideravam que condições objetivas necessárias à revolução já estavam maduras, faltando apenas o impulso subjetivo de uma vanguarda resoluta, e não vacilante. Mesmo os grupos que negavam se estruturar num partido propunham ser, ou se transformar, gradativamente, numa espécie de vanguarda revolucionária (RIDENTI, 1993: 41-42).

Em análise aos documentos políticos das organizações da Nova Esquerda brasileira, anteriores ao golpe de 1964, percebemos que elas, de fato, não estavam muito preocupadas

com o papel da vanguarda. Entre elas, o PCdoB era a mais próxima ao Partido Comunista Brasileiro, sendo sua primeira dissidência PCB da década de 1960. Em seu programa, de 1962, é visível a semelhança de análise em relação à realidade brasileira, e, por sua vez, ao caráter da revolução, que seria democrática, anti-imperialista e antifeudal. No entanto, ao contrário do tradicional partido comunista, a importância do partido de vanguarda não é pontuada. O partido afirma se orientar pelos princípios do marxismo-leninismo, com objetivo na transição ao socialismo. A finalidade imediata seria a *formação de um governo popular revolucionário*, porém, não existe menção de que uma vanguarda específica deveria puxar o processo revolucionário. Por sua vez, demonstrava estar aberto ao debate, ainda que demonstrasse ter razão sobre as alternativas que propunha:

O Partido Comunista do Brasil, convencido do acerto das soluções que indica, convida todas as forças populares e revolucionárias, especialmente as forças de esquerda, para o debate destas questões com vistas à luta e a união de todos os que se dispõem a por um fim ao atual regime de injustiça social [...] (PCdoB, 1993: 48).

Já em seu documento de 1966, o tema da vanguarda política ganha uma outra importância, sendo um tópico inteiro, de mais ou menos 15 páginas, intitulado *Forjar a vanguarda marxista-leninista da classe operária*, destinado ao assunto. Nessas linhas, após refutar as concepções que negariam a necessidade de um partido ou defendiam sua substituição por uma frente única, que era a tática do PCB naquele momento, o partido alegava que, não seria possível livrar o Brasil das garras do imperialismo e do regime ditatorial sem a existência de uma vanguarda marxista-leninista da classe operária:

As tarefas históricas que se colocam diante do povo brasileiro não podem ser cumpridas cabalmente sem a existência de uma vanguarda marxista-leninista da classe operária. Nunca, como em nossos dias, foi maior sua importância. Para dirigir a revolução, é necessária uma força combativa, com clareza de objetivos, unidade de pensamento de ação, capaz de todos os sacrifícios, profundamente vinculada às massas e decidida a enfrentar o imperialismo estadunidense e a reação interna. Forjar uma organização partidária que se oriente pela doutrina marxista-leninista é, pois, uma questão decisiva (PCdoB, 1966: 97).

A Ação Popular, quando foi fundada pelos jovens advindos da JUC, de igrejas protestantes mais progressistas, e alguns meios independentes, intitulava-se apenas como um *movimento*. Afirmava seu alinhamento pelo socialismo, mesmo sem filiação ao marxismo-leninismo e, por conseguinte, sem constituir-se num partido de tipo *leninista*. Após o golpe militar, gradativamente a AP se aproximaria de tal linha teórico-revolucionária, porém pelo viés do maoísmo, muito devido à aproximação ao PCdoB, ao qual iria se integrar, de fato, a

partir de 1974. Em seu *Programa-básico*, de março de 1971, em que a organização já se apresenta com a nova sigla AP-ML (Ação Popular – Marxista Leninista), fica evidente o papel que o partido político passou a desempenhar entre sua militância. A nova AP se define como marxista-leninista, reconhecendo a já existência de uma entidade política que visava a construção desse tipo de partido – o PCdoB – e faz um apelo para que todas as organizações marxista-leninistas se unissem a fim de compor um partido “poderoso”:

Tomando por base os princípios e as posições deste programa básico, a nova Ação Popular luta pela construção de um partido do proletariado do Brasil de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta. Na luta pela construção desse partido, leva em conta que atua em nosso país um partido marxista-leninista, o Partido Comunista do Brasil, e que existem também em nosso país atualmente outras forças marxista-leninistas. Por isso, tomando por base os princípios e as posições deste Programa Básico e apoiando-se nas experiências positivas e negativas do movimento operário brasileiro, propõe ao Partido Comunista do Brasil e todas as forças revolucionárias verdadeiramente marxista-leninistas que façamos os máximos esforços para encontrar, através da luta em comum e do debate fraternal, o caminho através do qual o proletariado do Brasil poderá acelerar e levar a revolução brasileira até a vitória [...] (AP-ML, 1971: 386).

Já a ORM-POLOP, não desenvolveu um documento fundador, estando boa parte de sua teoria organizada nos artigos do seu jornal *Política Operária*, e nas obras de seus militantes, como Ruy Mauro Marini, Eric Sachs, Moniz Bandeira, Vânia Bambirra, entre outros. Todavia, a preocupação com a vanguarda política só veio a se mostrar, de fato, em seu *Programa socialista para o Brasil*, de 1967. Ainda assim, a POLOP não conseguiu convencer as linhas divergentes que se formavam dentro da organização, vivenciando dois rachas após o seu IV Congresso. Nessa fase da organização, constituição da vanguarda revolucionária era entendida como a premissa da revolução socialista, porém, este seria constituído no decorrer da luta. Essa linha de raciocínio parece-nos bastante incoerente, demonstrando, aparente na tentativa de agradar a *gregos e troianos*, num processo de luta interna que já era perceptível na organização:

A constituição de um partido revolucionário que lidere a classe operária, ideológica e organizatoriamente, independentemente de toda influência burguesa, permanece a grande tarefa da vanguarda revolucionária do país, a premissa da revolução socialista. [...] É o partido revolucionário, baseado na experiência internacional do marxismo-leninismo, que saiba unir a teoria e prática e aplica-las às condições concretas do país, que preenche essas funções. Mas o partido não nasce pronto; ele se forma na luta e pela luta, e é durante essa luta que levantaram a bandeira do marxismo-leninismo (ORM-POLOP, 1967: 143, 146).

De acordo com Marcelo Ridenti, toda a esquerda armada tinha uma concepção elitista de vanguarda como detentora do caminho da libertação. Acreditava-se que esta conheceria os

caminhos da revolução, melhor que os próprios trabalhadores, reivindicando para si uma consciência de classe que ainda não fora experimentada. Até mesmo a ALN, tida como “anarco-militarista”, pelo fato de não admitirem direções centralizadoras e escalões intermediários, não superaram a noção de “vanguarda iluminadora”, porém considerando que esta se forjaria durante o processo das ações armadas (RIDENTI, 1993: 42).

Para finalizar, havia no conjunto da Nova Esquerda brasileira um clima de solidariedade e, ao mesmo tempo, de concorrência. As organizações solidarizavam-se na luta pela revolução e pela sobrevivência, porém competiam pela vanguarda no processo revolucionário. Entre as esquerdas militaristas, difundiu-se a ideia, supostamente atribuída por Marighella, que dizia: “quem dá o primeiro tiro arrasta o resto”. Pedro Rocha, que foi militante do MOLIPO (Movimento de Libertação Popular), comenta mais sobre essa expressão: “Um dito ideológico que prevaleceu o tempo todo. Continuou-se dando o primeiro tiro e, no final das contas, todo mundo ficou só dando tiro e aí não dá, não se faz revolução desse jeito” (ROCHA apud RIDENTI, 1993: 43). A ideia de vanguarda armada generalizou-se a tal ponto, que alguns grupos pegaram em armas sem o menor preparo para isso, o que facilitou a repressão policial.

2.3.3. As formas de luta revolucionária.

Uma terceira característica que dividia as esquerdas se refere às formas de luta recorridas no processo revolucionário. O PCB continuou se posicionando pela via pacífica para o socialismo, mesmo depois de 1964. A Ação popular ainda tentou se envolver em atividades de massas, no meio rural e urbano, visando a conscientização política, por meio do MEB (Movimento de Educação de Base), por exemplo. No entanto, devido à investida do *Terrorismo de Estado*, tais frentes de atuação tenderam a minguar. O movimento estudantil manteve-se como principal frente de atuação das organizações da esquerda brasileira, dos anos 1960 e 1970, este que nem sempre recorria a formas de luta pacíficas. Veremos isso no Capítulo IV, quando discorrermos sobre os episódios em que houve violentos enfrentamentos com a polícia, a partir de 1967, na capital goiana.

Aqueles que consideravam como principal forma de luta a via armada discordavam sobre como ela deveria ocorrer. O PCdoB e a AP, que seguiram a linha maoísta, propondo a *guerra popular prolongada com o cerco das cidades pelo campo*, abstiveram-se de ações

armadas nas cidades¹⁶. Entre as organizações que entraram na dinâmica das ações armadas igualmente havia divergências sobre o tipo de luta a ser aplicado. No que se refere à formação da guerrilha rural, havia dois eixos teóricos que atraíam os grupos dessas esquerdas: o guevarismo/foquismo e o maoísmo, com múltiplas interpretações intermediárias entre eles (RIDENTI, 1993: 44).

Entre os grupos brasileiros explicitamente *foquistas*, inspirados pelos escritos de Guevara e o livro de Regis Debray, *Revolução na revolução*, estavam a DI-RJ (MR-8) – que foi desarticulada pela polícia em 1969, quando tentava organizar um foco guerrilheiro no sudoeste do Paraná – e o COLINA, que alegava, no documento de 1968 a necessidade de implantação do foco, vinculado às massas rurais e urbanas:

O fundamental, hoje, é que se assegure à guerrilha, desde o seu início, as condições de sobrevivência física. O trabalho político, a própria luta o fará. Apesar disso, a questão dialética: a guerrilha só sobrevive se tiver o apoio do povo. Por isso é preciso, na ocasião da implantação do foco, ter-se ideias claras e mesmo os instrumentos de como vincular-se às massas (COLINA, 1968: 199).

No entanto, a maior parte dos grupos guerrilheiros brasileiros fazia restrições à teoria pura do foco, inclusive a ALN. Segundo Marcelo Ridenti, citando Jacob Gorender: “Marighella se declarou contrário aos focos e [...] apresentou a tarefa das colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentados”. A partir do ano de 1968 poucas organizações aceitaram o título de foquistas. Porém, boa parte delas tinham muitas características foquistas, principalmente a ALN, principalmente no que se refere ao exemplo de guerrilha rural da Revolução Cubana. De acordo com Gorender, sobre a ALN: “o foquismo se mantém, na medida em que a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas, e incorpora a função de vanguarda política” (*apud* RIDENTI, 1993: 45). Menos ou mais foquistas em suas teorias, a verdade é que a guerrilha rural não se efetivou pelas mãos dos grupos que pretendiam fazê-la e realizavam ações armadas no meio urbano. Todos eles foram desarticulados pela repressão antes de irem para o campo.

¹⁶Anos depois comprovou-se que um dos atentados com bomba, praticado pela esquerda brasileira, foi de autoria de um então militante da AP. O ex-padre Alípio de Freitas teria sido o principal articulador do atentado de Guararapes, no Recife, em 25 de julho de 1966, por meio do qual se pretendia assassinar o ministro da Guerra, Costa e Silva, e posteriormente presidente da República. Porém, o general não compareceu, resultando na morte e ferimento de inocentes (BELÉM, 2017).

Havia discordâncias sobre o peso das massas urbanas e rurais no desenrolar da guerrilha, maior para uns, como o PRT, a VAR-PALMARES, e etc., e menor para outros, como a ALN. Entre os que valorizavam a participação das massas, alguns privilegiavam o das urbanas, outros o das rurais. Por exemplo, o projeto da POLOP, que deu as bases para as organizações dissidentes, sugeria um misto de guerrilha rural e insurreição urbana. De certa forma, essa era a premissa de todos os grupos armados, pendendo mais para o *rural* ou para o *urbano*.

Eventualmente, o meio rural era priorizado por ser considerado o *elo mais fraco* do sistema. Para organizações como o PRT e a VAR-PALMARES, que são algumas das quais tratamos nessa tese, os lavradores dos países subdesenvolvidos eram superexplorados, com a função de acumulação e reprodução do sistema capitalista, sendo elo mais frágil e mais explorado da economia capitalista mundial e, igualmente, as bases do imperialismo. Devido a isso, havia a necessidade de iniciar a revolução pela guerrilha rural. No documento da VAR-PALMARES, intitulado *Programa*, de 1969, podemos verificar isso:

É o elo fraco da sociedade brasileira que determina a natureza específica do caminho estratégico e seus aspectos principal e secundário, dentro da presente correlação de forças. O elo fraco do capitalismo no Brasil se situa no campo. As contradições econômicas do modo de produção capitalista, na época do capitalismo monopolista, são, nas regiões rurais dos países dependentes, sobre determinadas pela menor implantação do Estado burguês. Ali se concentram as contradições mais aberrantes do sistema e é onde a fraqueza político-militar das classes dominantes é mais evidente. [...] O aspecto principal da guerra de guerrilhas está, pois, no campo, não porque os camponeses sejam a classe dirigente da revolução, mas porque aí se localiza o elo mais fraco do Estado burguês e é por isso que na atual etapa da guerra revolucionária os trabalhadores rurais se constituirão na principal base social, no principal contingente da guerra de guerrilhas (VAR-PALMARES, 1969: 345-346).

Encontramos afirmação semelhante no *Projeto de Programa* do PRT:

Ao mesmo tempo, é no campo onde a exploração mais brutal do capitalismo é ainda agravada pela exploração imperialista. Em consequência, é no campo que se encontra o elo mais fraco da dominação imperialista. É aí que as contradições exigem soluções imediata, que o próprio campo não tem condições de oferecer (PRT, 1969: 251).

De acordo com o PRT e outros grupos, o proletariado urbano era o aliado natural dos trabalhadores rurais. Em geral, nos documentos das esquerdas armadas, percebe-se a tensão constante, com maior ou menor ênfase, às propostas de guerrilha rural ou urbanas. No entanto, por mais que defendessem a guerrilha rural, os grupos da esquerda brasileira eram tipicamente urbanos. Apesar das diferenças com relação às formas de luta propostas, todas as

organizações armadas tinham em comum a proposta de iniciar a revolução pela guerra de guerrilhas no campo, reivindicando a participação dos operários e das massas urbanas no processo revolucionário (RIDENTI, 1993: 47-48).

Ao mesmo tempo, atestavam a necessidade de ações armadas nas cidades, para conseguir fundos a fim de lançar a guerrilha no campo, ou como forma de propaganda exemplar da violência revolucionária. De início, as ações urbanas, como assaltos a bancos e a depósitos de armas, eram realizadas por poucas organizações, como a ALN, a VPR e o COLINA – com exceção do caso do assalto ao tiro de guerra de Anápolis-GO, realizado por um grupo de estudantes do PCdoB, em 1964 – com o objetivo de criar a infraestrutura necessária para deflagrar a guerrilha rural, bem como para treinar quadros que seriam enviados para o campo. Era previsto que a guerrilha urbana teria a função secundária de desorganizar as forças militares, mantendo-as ocupadas nas cidades, e, dessa forma, possibilitando o deslanchar da guerrilha no meio rural (RIDENTI, 1993: 48).

As organizações armadas estavam presentes principalmente no movimento estudantil que voltava à ativa. Em Goiás, o COLINA articulou sua militância, arregimentando um grupo de estudantes secundaristas da capital. Após o fechamento político imposto pelo AI-5, ao final do ano de 1968, com a sequência de prisões, com o certo policial e a imersão de boa parte das esquerdas na “luta armada” e o distanciamento da tão sonhada guerrilha rural, os programas políticos que discutiam o papel das ações armadas no meio urbano foram deixando de vinculá-las à preparação da guerrilha no campo. Começaram a ocorrer ações de propaganda à violência revolucionária. Em Goiânia, por exemplo, a principal ação armada efetuada pelos militantes do COLINA e da VAR-PALMARES, na cidade, se refere a explosão de carros de polícia com bombas caseiras. A guerrilha urbana também tinha a função de agitação e propaganda. Tais acontecimentos serão melhor abordados, mediante à análise das fontes oficiais e orais, principalmente no Capítulo VI.

Além disso, como quase todos os militantes dos grupos armados estavam clandestinos, a partir de 1969, não podendo levar uma vida normal, eram necessárias ações de “expropriação” que levantassem fundos para mantê-los e, também, garantir o funcionamento das organizações, que precisavam de armas, automóveis, “aparelhos”, alimentação, munição, etc. Como afirma Marcelo Ridenti, com o intensivo cerco policial, as ações armadas tenderam a andar em círculos: fazer ações para a sobrevivência ou tirar companheiros da cadeia – prisões; outras ações armadas – mais prisões. Esses grupos se isolavam, cada vez mais, perdendo a base social, que já era precária (RIDENTI, 1993: 49-50).

Em 1969 e 1970, muitas organizações procuraram teorizar sobre o papel das ações armadas nas grandes cidades, enquanto não irrompesse a guerrilha rural. Em teoria, algumas propostas eram mais “militaristas” que outras. Grupos como a VAR-Palmares faziam ressalvas em relação à “propaganda armada”, antes defendida pela VPR, uma das organizações que lhe deram origem. Mesmo que, na prática, esse tipo de ação fosse muito aplicado pelos militantes, a direção acreditava que era artificial. A luta era principalmente política, por isso, as ações não deveriam ser praticadas de forma isolada, vinculando-se, igualmente, com os trabalhadores:

Além disso, os revolucionários têm que travar uma guerra de posição política, mas não posição militar. [...] A conjugação dessas lutas pressupõe que não se pode reduzir a guerra de guerrilhas a uma de suas manifestações, pois sua viabilidade depende de sua vinculação aos trabalhadores do campo e da cidade. [...] O objetivo da vanguarda revolucionária é vincular-se às massas (VAR-PALMARES, 1969: 347).

De acordo com Marcelo Ridenti, no *Pequeno manual do guerrilheiro urbano*, da ALN, de junho de 1969, no que se refere à luta armada, as propostas eram bem próximas às da VPR. Esse documento foi elaborado por Marighella, representando o auge do militarismo e do vanguardismo na trajetória do seu pensamento do líder político, mesmo que a organização tenha intensificado ainda mais o militarismo urbano a partir de 1970. O documento afirma, segundo Ridenti, demonstrando certa ilusão de poder provocada pelas atividades armadas nas cidades:

O conjunto das ações armadas do guerrilheiro urbano e cada uma de suas ações armadas constituem as principais maneiras de fazer a propaganda armada. Estas ações executadas com objetivos certos e bem determinados transformam-se inevitavelmente em meios de propaganda através dos meios de informação de massa existentes. Ataques a bancos, emboscadas, deserções e desvios de armas, recuperação de prisioneiros, execuções, sequestros, sabotagens, terrorismo e guerra de nervos também delas fazem parte, assim como pichação de muros, a ocupação de estações emissoras e de serviços autofalantes, além de aviões desviados de suas rotas pela ação de guerrilheiros.[...] Mas o guerrilheiro urbano não pode renunciar a instalar a tipografia clandestina [...]. Um setor clandestino de imprensa facilita enormemente a incorporação de muita gente do povo à luta revolucionária, porque abre uma frente de trabalho permanente para aqueles que estão dispostos a fazer, isolados, a propaganda armada e a arriscar a vida. [...] Basta ganhar apoio de uma parte da população e isso pode fazer-se através da popularização da palavra de ordem seguinte: que aqueles que nada quiserem fazer pelos revolucionários, nada façam contra eles (MARIGHELLA, 1989: 96-98 *apud* RIDENTI, 1993: 50-51).

O clima político e cultural de 1968 também contribuía para a sensação de poder dos grupos armados, dando às esquerdas a ilusão de que a tomada do poder estaria próxima,

faltando apenas a ação decisiva de uma vanguarda. A clandestinidade, o ambiente de conspiração, o porte de armas, o sucesso e repercussão de algumas ações armadas aumentava essa aparência de poder, que logo seria desfeita, pelo desdobramento da história. A suposta prepotência dos Grupos Táticos Armados (GTAs) provocou conflitos com outros setores da ALN, principalmente depois da morte de Marighella. Para participar de qualquer instância dirigente da organização, o indivíduo tinha que fazer armada. Os Grupos Armados estavam diretamente ligados ao poder político, de acordo com a visão de que os quadros dirigentes tinham que ser político-militares. Era uma expressão muito comum nos documentos das organizações armadas do período: “O dever do revolucionário é fazer a revolução”. Criou-se um ideário do militante, de forma que, mandava na organização apenas quem participava das ações armadas (RIDENTI, 1993: 52).

CAPÍTULO III – A ATUAÇÃO DAS ESQUERDAS GOIANAS NO CAMPO: PCB, AÇÃO POPULAR E LIGAS CAMPONESAS

3.1. A atuação das esquerdas na região de Trombas e Formoso.

3.1.1. A luta pela terra e a formação de um núcleo pecebista no norte goiano.

Em 1945, foi criada em Ceres, por iniciativa do governo federal, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), com o objetivo de ocupar e interiorizar o território nacional, levando contingentes populacionais para Centro-Oeste. Essa experiência de colonização planejada, no estado de Goiás, atraiu muitos migrantes, possibilitando o aumento de trabalhadores na agricultura (COSTA, 1996: 61).

Goiás chamou a atenção de posseiros, que ocuparam e fizeram uso privado de terras devolutas¹⁷. Concentraram-se em pequenas faixas de terra, conduzindo atividades com base na agricultura familiar. Nesse sentido, foi percebida uma intensa contradição, pois eram proprietários reais e não proprietários formais das terras ocupadas. (COSTA, 1996: 62). Sobre as terras devolutas que foram ocupadas, José Porfírio, importante líder do movimento de Trombas e Formoso falou em entrevista à Revista O Cruzeiro, em abril de 1956:

Desde 1950 vivo às margens do ribeirão das Trombas. Tenho minha roça, tinha a minha casa, que foi queimada pela polícia. Nestas terras perdi minha mulher. Quando vim para cá, como os outros, disseram-nos que essas glebas pertenciam ao Estado. José Martins e José Navarro, que nos querem *grilar*, afirmaram-me isso também. Trabalhamos. Fizemos as nossas culturas. Em 19 de maio de 1952 requeri do governo 20 alqueires. O protocolo do meu requerimento é 3.889. Como eu, centenas de posseiros também fizeram o requerimento. Mas o Departamento de Terras não os despachava. Surgiram as primeiras pressões para pôr a gente para fora. Roubo, assassinatos, violências policiais. Sempre na época das safras. Nós íamos ao Governo, e lá continuavam nos informando que as terras eram realmente devolutas (O CRUZEIRO, 14/04/1956: 10 *apud* MAIA, 2008: 99).

As terras foram ocupadas mediante incentivos públicos, e por sua vez valorizavam, gerando condições favoráveis às atividades agroindustriais. Isso despertou a ganância dos fazendeiros e interesse de especuladores e empresários do ramo, tornando-se área de expansão agrícola. Diante disso, viu-se a expansão e fortalecimento da luta camponesa, envolvendo

¹⁷ Todas as terras que, após a Lei de Terras de 1850 foram declaradas sem ocupação privada, tornaram-se territórios devolutos, logo, propriedades do Estado e passíveis de ocupação (MAIA, 2008: 74-75).

camponeses, fazendeiros e grileiros. Alguns desses movimentos tiveram repercussão nacional, como foi o caso de Trombas e Formoso (FAVARO, 2015: 134).

O PCB (Partido Comunista Brasileiro) tirou partido da contradição vivida pelos posseiros goianos, no que se refere às relações de produção, no nível legal (alianças com partidos políticos) e clandestino (arregimentação e organização de camponeses, operários e estudantes). Tal atuação do partido igualmente significava o fomento de um *novo projeto de desenvolvimento* (COSTA, 1996: 64-65).

A participação do Partido nas demandas que levaram os trabalhadores do campo a se organizarem em Goiás foi de muita importância. Na década de 1940, o PCB passara a fornecer apoio aos trabalhadores rurais nas Ligas Camponesas, porém, em 1947, com a cassação do PCB, muitas ligas passaram a ser perseguidas, ressurgindo na década de 1950, em várias partes do território brasileiro com outros nomes, como irmandades, associações rurais, etc. (BORGES, 2007: 60).

A partir de 1954, o PCB deu início à organização dos trabalhadores do campo em associações rurais, regidas constitucionalmente, na expectativa do momento político para transformá-las em sindicatos. Após a criação da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), buscou-se legalizar as associações, tendo amparo por meio de estatutos e registros (BORGES, 2007: 61).

O partido comunista teve uma redefinição de suas atividades políticas, em 1954, voltando parte da atenção para a organização dos trabalhadores rurais, reflexo da ressignificação sobre a questão agrária, feita pelo partido naquele mesmo ano. Essa releitura ficou explícita na *Intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil*¹⁸, em novembro de 1954. Nesse documento, que trata do *Programa do Partido, a questão agrária, a organização e luta dos camponeses*, percebemos uma readequação no Programa do Partido e uma atenção especial aos problemas dos camponeses brasileiros:

A elaboração do Programa do Partido exigiu do Comitê Central um profundo estudo e uma justa interpretação da realidade brasileira no seu conjunto como nos seus mais variados aspectos. Neste sentido, uma atenção especial foi dada à questão agrária e ao problema camponês no Brasil” (SANTOS, 1954).

O Programa estabelecia uma ampla frente única no meio rural, excluindo a minoria latifundiária. Os camponeses representavam, então, uma força revolucionária, cuja conquista se faria por meio da atuação do PCB em todo o país. Com relação à organização dessa classe

¹⁸ Naquele momento, o nome do partido ainda era Partido Comunista do Brasil.

trabalhadora, o partido alegava que a mesma deveria variar de acordo com cada situação, porém sua tendência era de se articular por meio de associações e sindicatos rurais:

As últimas experiências nos mostram que as massas camponesas querem se organizar legalmente em associações e sindicatos rurais. A criação dessas organizações tem frutificado quando são auxiliadas pelos sindicatos operários. Muito positivas têm sido as experiências quando se inicia por organizar os trabalhadores das cidades do interior, admitindo a inclusão dos camponeses, para depois, a partir das organizações de ofícios vários, criar as organizações específicas dos camponeses (SANTOS, 1954).

Portanto, após 1955 denúncias das condições desses trabalhadores culminaram na articulação de um espaço político adequado à manifestação de suas reivindicações. Mesmo na ilegalidade, o Partido Comunista liderava as associações que constituíram a principal experiência de organização dos trabalhadores rurais (BORGES, 2007: 61).

Na região centro e norte do território goiano, nesse período, intensificaram-se os conflitos pela terra entre posseiros, fazendeiros e grileiros, devido à adequação do capital em eliminar a posse e transformar a terra em propriedade privada. Em meio a isso, foi criada, em janeiro de 1955, sob influência do PCB, a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Trombas e Formoso, que tinha por objetivo organizar os posseiros da região em defesa da terra, o desenvolvimento do cooperativismo e a criação de escolas (BORGES, 2007: 62; MAIA, 2008: 79).

O Programa do Partido Comunista, naquele ano, defendia abertamente a causa da Reforma Agrária, como podemos ver no seguinte trecho: “O Partido aparecia diante da massa como o mais consequente defensor da reforma agrária e das demais reivindicações dos camponeses” (SANTOS, 1954). No entanto, segundo Renato Dias Souza (2010: 142-143) muitos trabalhadores rurais não viam dessa forma, pois defendiam a posse da terra apenas para aqueles que lutassem por ela. O Partido teria sido responsável pelo abandono dessa visão individualista do camponês e a expansão de sua visão de mundo.

Um exemplo do abandono da perspectiva individualista, entre os camponeses de Trombas, sob a influência do Partido Comunista Brasileiro, foi a iniciativa de José Porfírio e José Firmino em buscar o Governo do Estado e a Presidência da República para garantir-lhes a posse das terras e sua regulamentação. A reivindicação dos mesmos não se relacionava apenas à legalidade, mas também à ampliação do conceito sobre a propriedade da terra, “a ideia de que as terras devolutas pertenciam aos posseiros”. Fizeram o requerimento de compra porque era uma exigência do Estado e não porque tinham como prioridade a legalização das terras (MAIA, 2008: 102).

Ainda que o PCB tivesse uma perspectiva *dualista*, entre aqueles que *dirigiam* e aqueles que eram *dirigidos*, a Associação de Lavradores de Trombas e Formoso, composta por militantes arregimentados pelo PCB, demonstrava uma confiança incomum nas “massas”, o que demonstra uma atuação diferente do partido em relação a outras regiões do país (SOUZA, 2010: 166). Porém, essa confiança não significava que o partido visse com bons olhos a autonomia que os camponeses vinham desenvolvendo na região, não acatando, algumas vezes, as ordens do comitê central.

Por exemplo, os camponeses da região norte do estado recorreram ao uso de armas no movimento contra grileiros e fazendeiros, o que, segundo Elisabeth Borges, o PCB não aprovava plenamente. Naquele momento específico, o Partido havia abandonado a perspectiva de um legalismo incondicional, porém, a luta por meio das armas não era bem aceita. Então, pode-se dizer que os camponeses não seguiram à risca as normas do Partido (BORGES, 2007: 48). Em Trombas e Formoso havia uma base social crítica e reativa. Essa condição de resistência fora criada pelo histórico de expropriações sofridas por esses camponeses na região. Os Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores pretendiam impedir a continuidade da expropriação dos camponeses.

No entanto, a informação acima, de que o Partido não via com bons olhos a luta armada no movimento ao norte do estado, é contraditória. No mesmo trabalho, Borges expõe um depoimento de Sebastião Bailão, liderança do PCB em Itauçu e também da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, relatando a deliberação do PCB para que o mesmo vendesse sua posse em Ceres a fim de comprar armamento para abastecer o movimento de Formoso:

E o partido tirou a resolução de eu vender minhas posses e dar o dinheiro pra lá, porque eu não tinha filho, né? E dá o dinheiro pra lá pra eles comprar armas pra Formoso. Aí eu vendi e saí sem dinheiro nenhum e passei a ganhar do partido um salarinho de fome [risadinha]. E tiraram a resolução daí ser fundador da primeira associação de lavradores de Itauçu (BAILÃO, 2004 apud BORGES, 2007: 43).

Em confissão¹⁹ fornecida ao Quartel General da 3ª Brigada de Infantaria, Brasília-DF, em junho de 1972, Geraldo Marques da Silva, militante do PCB na região, falou sobre a

¹⁹ É importante que tenhamos ciência de que as confissões, principalmente de presos políticos respondendo a inquéritos, durante a Ditadura Militar, não contém verdades absolutas e devem ser analisadas com cautela. A tortura foi peça chave no aparato repressivo do Regime instaurado em 1964. Também fazia parte dos procedimentos jurídicos, a fim de incriminar os acusados. A Justiça Militar brasileira tinha consciência da aplicação frequente de sevícias durante os inquéritos e mesmo assim validava os relatórios, baseando nestes seu julgamento. Muitos réus denunciaram como foram induzidos a assinar depoimentos forjados na fase do inquérito policial, estando praticamente fora de si devido às torturas. Eram frequentes as vezes que o réu nem tinha o

importância das comissões para a criação da Associação de Lavradores de Formoso e também do acompanhamento constante de integrantes do Comitê Estadual do Partido, incluindo Walter Valadares:

[...] que de quinze em quinze dias se reuniam ora na casa de Bugre, ora na casa do declarante, ora na casa de João Porfírio, ora na casa de João Soares, quando então faziam um balanço das atividades das comissões; que passados cerca de quatro meses da criação das comissões e percebendo que o trabalho de massas já havia alcançado o resultado desejado para a fundação da Associação, Walter Valadares, que acompanhava tal situação pessoalmente, pois que ali comparecera inúmeras vezes, mantendo encontro com o declarante, José Ribeiro, João Soares, Antônio Bugre e, mais tarde, com José Porfírio de Souza, Bartolomeu Gomes da Silva – “Bartu” e Antônio Ribeiro, que se juntavam aos primeiros, como responsáveis por comissões; que decidiram ser chegada a hora da criação da Associação dos Lavradores de Formoso [...] (MARQUES, 2016: 298-299).

Os Conselhos de Córregos eram instâncias de organização da luta na região e, em determinado momento, tornaram-se parte da estrutura organizativa da Associação de Lavradores de Formoso. Essas instâncias funcionavam de forma relativamente autônoma, pois nem todos eram membros do partido. Os filiados reuniam-se em separado dos camponeses, e depois faziam o repasse das orientações para revoltas²⁰, que ali ocorreram entre 1955 e 1958. Porém, a criação da Associação de Lavradores foi reflexo integral da atuação do PCB na região, o que era uma prática característica do partido no campo. Em Goiás, eventualmente as associações camponesas organizadas pelo partido foram reprimidas pela ação policial (SOUZA, 2010: 168).

Houve participação direta de agentes externos em apoio às revoltas camponesas de Trombas e Formoso. Sebastião de Barros Abreu e José Godoy Garcia, naquele momento, integrantes do PCB, foram os advogados que deram assistência jurídica à Associação de Lavradores, aconselhando igualmente uma frente mais ampla, por meio da criação de novos Conselhos de Córregos e associações nos municípios vizinhos (SOUZA, 2010: 170).

Em Trombas e Formoso a criação da Associação de Lavradores, por volta de 1955, não foi restritamente um instrumento do Partido Comunista Brasileiro, pois eram as demandas

direito de ler os papéis que lhe entregavam para assinar. Outras vezes, os depoimentos não passavam de um ditado do delegado, ou outra patente, ao escrivão (BNM, 1986: 203, 208-209).

²⁰Levante camponês em Coqueiro Galho e Batalha do Tataíra.

dos camponeses e posseiros que constituíam a pauta dessa organização. Esta era uma demanda dos camponeses, à qual o organismo se adaptou (SOUZA, 2010: 172).

No entanto, independentemente das lutas com pautas locais, regionais e legalistas levantadas pelos integrantes do movimento até o Golpe, fora construída no interior do aparato repressivo do Regime Militar brasileiro, posterior a 1964, uma representação chamada *República Camponesa de Formoso e Trombas*. Foi criada a imagem de um suposto estado independente na região, vinculado ao comunismo russo, oficializado pelo documento: *Constituição do Estado das Trombas*. Na verdade, esse documento fora forjado pelos militares, a fim de incriminar e condenar os camponeses por atuação subversiva (SOUZA, 2010: 197).

A reportagem apresentada pelo jornal *O Popular*, em julho de 2009, dá a entender que todas as evidências apontam para a falsidade do documento, afirmando ser este “um pouco estranho” e pecando “pelo excesso”. O Estado de Trombas teria sido decretado pelo líder José Porfírio e aparece em documento que esteve em poder do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). No novo estado o regime político era o russo e seu ditador José Porfírio. Seguem alguns trechos curiosos do documento, vinculado ao relatório especial elaborado pelo Exército Brasileiro em 28 de dezembro de 1964, em IPM (Inquérito Policial Militar):

Art. 1º - O Estado das Trombas, está situado no Brasil Central, paralelo 14, norte de Goiás, a 250 quilômetros de Brasília, parte integrante a autônoma sobre o regime russo, exerce, em seu território, todos os poderes que, explícita ou explicitamente(?), lhe são vedados à Constituição de Moscou.

Art. 2º São poderes do Estado, o executivo e Judiciário, combinado com o executivo, regido pelo Sr. Ditador José Porfírio de Souza.

Art. 3º É vedado a publicação e a liberdade de pensamento. [...]

Art. 8º São imunes e impunes, os que “praticar” o assassinio a bem de nosso regime e é livre o direito de matar (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 243).

Os trechos acima apresentam hipérboles caricatas, que dificultam a credulidade do leitor mais sensato. No entanto, mesmo diante de informações tendenciosas, o aparato repressivo do regime conseguia induzir confissões forjadas dos presos políticos – por meio de torturas como constrangimentos, choques elétricos, *telefones*, paus-de-arara, ameaças contra familiares, simulações de fuzilamentos, etc. Esse tipo de método com muita certeza deve ter sido utilizado na obtenção da declaração de José Porfírio de Souza ao Quartel General da 3ª Brigada de Infantaria, Brasília-DF, em 25 de maio de 1972. Nessa declaração, o líder camponês na clandestinidade, de codinome “Feliciano de Tal”, falou sobre o documento *Constituição do Estado de Trombas*:

[...] que quanto ao documento *Constituição do Estado de Trombas* esclarece o depoente que não foi de sua autoria, que desconhece quem o tenha feito e, na época, ignorava a profundidade política de seus dizeres; que apesar disso, tudo que nele está escrito é verdadeiro e representa o que na realidade ocorreu na época, compreendida entre 1953 e 1964 (PORFÍRIO, 2016: 337).

José Porfírio encontra-se entre os desaparecidos políticos de autoria do Regime Militar brasileiro e infelizmente não se sabe sobre as condições em que proferiu tais confissões, nem se ao menos teve ciência do conteúdo integral do documento. A ex-militante do PCB em Trombas e Formoso, Dirce Machado da Silva, falou sobre o assunto ao jornal *O Popular*, em 2009: Eu acho graça da República de Trombas. “Essa foi uma estratégia dos grileiros para jogar o Exército contra nós” (MACHADO, 2016: 241). A representação da República de Trombas foi uma construção posterior, aparentemente criada por grileiros da região, com a intenção de destruir a memória da luta camponesa, transformando a ação comunista em separatismo. O documento teria sido formulado em cartório e por causa dele, muita gente teria sido “presa, torturada e confrontada” (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 241). Todavia ele é a representação de uma memória revolucionária criada em torno de Trombas e Formoso. A região era enxergada com uma mítica de força, vitória e de condições subjetivas e objetivas para a revolução. A partir do golpe de 1964, as organizações de esquerda que acreditassem na aliança operário-camponesa ou na existência de condições específicas para a realização da revolução brasileira, foram atraídas para Goiás, buscando fundar núcleos militantes no estado.

De acordo com Renato Dias Souza, posseiros de Trombas e Formoso exerceram um poder social. Camponeses, juntamente com o Partido Comunista Brasileiro, constituíram seu poder executivo, legislativo e judiciário. Porém, essa liderança respondia a necessidades da política local e não pretendia uma ruptura consciente perante o Estado, que visasse instaurar um Estado soviético no Brasil, como alegavam os militares. O documento em questão foi mostrado aos presos políticos de Trombas e Formoso durante a ditadura militar e muitos só tiveram conhecimento do seu conteúdo naquele instante (SOUZA, 2010: 197).

A particularidade da luta em Formoso se deu, em grande parte, devido às condições de abandono do poder público na região e o mandonismo da elite agrária local. É fato que, como já dissemos anteriormente, ali havia a presença de um campesinato relativamente crítico e insubordinado, porém as condições políticas e materiais, como a precariedade de infraestrutura e a falta de escolas, foram essenciais para que os trabalhadores do campo, apoiados pelo PCB, se organizassem em defesa de seus direitos, mesmo que de forma mais radical, o que levou a experiências de luta armada.

No relatório especial elaborado pelo Exército Brasileiro em 28 de dezembro de 1964 (IPM), com a finalidade “de levantar as reais condições da área, particularmente quanto ao aspecto subversão e verificar a existência ou não de armas de uso privativo das Forças Armadas, bem como de grupos armados a serviço do comunismo”, são descritas a situação da infraestrutura, do poder público local, além da questão da terra, sendo estas desanimadoras. Sobre o problema da posse da terra, o documento alega:

Região de terras ricas, ignoradas pelas autoridades estaduais e de certa forma abandonada, foi sendo explorada por trabalhadores (posseiros) que ali iam se instalando e cultivando a terra. Muitos fazendeiros já localizados na região há mais tempo aceitaram esses braços novos que vinham ajudar o cultivo da terra.

Com o correr do tempo, entretanto, foram chegando muitos aventureiros que tentaram se apossar da terra por meios ilícitos, apresentando, muitas vezes, documentação falsa de posse das terras ou verdadeiras pois que, em muitos casos, os primitivos proprietários jamais se preocuparam em regularizar a posse da mesma. [...]

Mais tarde o Governo estadual começou a atuar na região, particularmente pelo IDAGO²¹, sem, no entanto, chegar a uma solução para o problema, pois vislumbrou uma possibilidade de vantagens eleitorais. Dentro desta diretiva passou a ignorar os verdadeiros donos da terra, a instigar a agitação sem, no entanto, solucionar nenhum dos problemas locais. [...]

Existe, tanto em Formoso como em Trombas, o problema da terra. Os elementos a quem o Governo do Estado, acumpliciando José Porfírio, prometeu terra e que nelas se instalaram não obtiveram até hoje seus títulos de posse. O processo se arrasta na Justiça em Goiânia. [...] (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 242-255).

No que se refere às condições materiais, como a infraestrutura, alimentação, saneamento básico, acesso à região e característica da paisagem, o documento detalha:

Foi vasculhada a área de Trombas-Formoso. A zona é toda de acesso difícil para viaturas, apresentando largos trechos de matas que impedem a penetração mesmo de homens a cavalo.

As “fazendas” existentes são miseráveis.

É região de malária e maleita. O pessoal militar foi vacinado com medicamento fornecido pelo hospital de Porangatu e o conselho dos médicos lá em exercício.

Há “barbeiro” em quantidade. [...]

É localidade desprovida de recursos e não tem, na situação atual, condições maiores de desenvolvimento. [...]

O transporte é um dos graves problemas da região. No momento atual, segundo opinião de plantadores locais, não mais compensa plantar. A atual colheita de arroz está para se iniciar. A safra de arroz do ano passado, em parte não foi colhida e em parte vem sendo dada ao gado como alimento. A razão alegada para esse procedimento é que o preço pago pelo arroz em Anápolis (mercado coletor), é inferior ao custo da produção, acrescido do custo do transporte. [...]

A alimentação é precária, embora a zona seja de agricultura de feijão, milho e arroz e de criação de gado.

A água potável é obtida em poços, geralmente abertos nas proximidades das rudimentares latrinas existentes em algumas casas (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 249-253).

²¹ Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás.

Devido à situação das matas e dificuldade de acesso à região, o General da Brigada José Nogueira Paes, Comandante Militar de Brasília e 11ª RM, concluía, então, que “a região de Formoso-Trombas, por suas condições fisiográficas, é favorável a reunião e treinamento de elementos de guerrilhas”. Porém, esta conclusão é tendenciosa. Ainda que a região tenha sido cenário de experiências de luta armada pela posse da terra e da atuação do Partido Comunista Brasileiro, os serviços de informação que foram criados após o Golpe Militar funcionavam sob o pressuposto constante de que “ninguém estava totalmente impune ao comunismo, à subversão ou à corrupção”, de forma que uma região agrícola, ainda mais com a história de Trombas, poderia tornar-se foco de vigilância (FICO, 2001: 100-101). De toda forma, as armas que a equipe militar procurava não foram encontradas e os líderes do movimento e atuantes do partido estavam foragidos. Falaremos melhor sobre isso mais adiante.

De acordo com Renato Dias Souza (2010: 197-199), o período entre 1958 e 1964 é tido como os melhores momentos da vida em Trombas e Formoso, de acordo com a visão de moradores que foram entrevistados. Durante esse tempo, devido à combinação entre a sociabilidade camponesa e a autonomia de atuação características dos pecebistas, os trabalhadores exerceram o governo da região, de forma que a Associação de Lavradores e Conselhos de Córregos tiveram o controle sobre a produção e a circulação do produto de seu trabalho. Com o Golpe e a entrada desses líderes para a clandestinidade – José Porfírio, Geraldo Tibúrcio, Geraldo Marques, Bartolomeu (Bartô), José Ribeiro, Dirce Ribeiro, José Soares (Soarão) – o sistema, que havia colocado Trombas em caminho de prosperidade, fora desmantelado de forma que os militares encontraram uma cidade decadente, como vimos no relatório acima (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 257).

Em 1958 a Associação de Lavradores e Conselhos de Córregos assumiram o governo do território. O distanciamento promovido pelo governo estadual, até então, foi essencial para essa situação de autonomia e liderança dos camponeses. Enquanto o governo de José Feliciano (1959-1960), eleito pelo PSD, ignorava e contrariava as demandas dos camponeses e posseiros, pautadas nos Conselhos de Córregos, estes davam apoio e fortaleciam a Associação de Lavradores. Ambas as instâncias organizativas ocuparam o vazio deixado pelo governo estadual, e com eficiência. Esse período veio a reforçar a ideia de que o campesinato poderia exercer o governo efetivo da região, o que se refletiu em fartura e grande produção agrícola. Ao mesmo tempo, viu-se um clima de tranquilidade no campo da segurança pública,

pois a violência constante dos grileiros foi rechaçada, encerrando-se os ataques e roubo à produção dos lavradores.

No entanto, essa interação próspera entre partido e camponeses também enfrentou suas contradições, principalmente no que se refere às disputas internas no PCB a respeito da questão entre camponeses e intelectuais. José Sobrinho, ex-militante do Partido na região, comentou sobre o fato de o organismo ter priorizado a frente camponesa e não o proletariado em Goiás:

Não era do partido, não era bem! Mas era dos camponeses que tava no partido. Era nós que os partido nas pequenas cidades, nas pequenas comunidades, com toda cultura camponesa; que tava dentro, influenciando dentro do Partido... Então aquela cultura do camponês nós tínhamos né. Então a gente achava isso. Resultado que o Comitê Central não chegou a proibir. Falava assim, “nós achamos, mas as vezes sai por aí... Bom do V Congresso do PCB, mas antes do V Congresso nós estávamos trabalhando em cima dele. Inclusive nós tínhamos a ilusão que a direção do Partido que sairia do V Congresso, seria uma direção mais camponesa, não é! E de fato elegemos o Ribeiro como suplente do Comitê Central. A situação era da seguinte maneira: chegava por exemplo, descia as resoluções, as teses, e a gente estudava as teses, discutia as teses. Mas as teses eram teses. Ali era uma luta específica né, do local. As teses era generalizada, era generalidade (sic) (SOBRINHO, 1990: 10-13 apud SOUZA, 2010: 202).

A expressão “cultura camponesa” presente na fala de Sobrinho, bem como o desenrolar dos acontecimentos na região, demonstra-nos a formação de uma *cultura política*²² muito singular na região, o que possibilitou uma atuação pecebista relativamente autônoma no município, inclusive perante as próprias teses do partido, que vinham do plano nacional. Todavia, como já dissemos anteriormente, esse descompasso em relação à teoria e a independência perante as determinações, por parte do Comitê Zonal de Formoso e Trombas, nem sempre eram vistos com bons olhos pelo Comitê Estadual do Partido. Houve conflitos entre os interesses internos e externos em Trombas e Formoso. O Comitê Estadual acusava os pecebistas de Trombas de “autônomos”, e esses por sua vez os chamavam pejorativamente de “intelectuais” para se referir à instância externa ao seu grupo, que por sua vez considerava os camponeses como “atrasados”(BORGES, 2007: 48; SOUZA, 2010: 202-203).

Essa discordância também foi observada na relação entre Comitê Central, Comitê Estadual e Comitê Zonal de Trombas e Formoso. O secretário da Associação de Lavradores da região, José Ribeiro, fora eleito suplente do Comitê Central, pois este procurava considerar a questão camponesa de forma mais efetiva. No entanto, o Comitê do Partido no estado não

²² O conceito de cultura política remete a um conjunto de “atitudes, crenças e sentimentos” que orientam e dão significado a um processo político, sendo o comportamento de seus atores baseados em códigos e pressupostos destes (GOULART, 2015: 112).

informava Ribeiro das reuniões, de forma que se sentiu rejeitado em um partido que, historicamente tinha como integrantes grandes intelectuais do meio goiano.

Segundo Antonio Gramsci (2001: 22-23), em textos compilados nos *Cadernos do Cárcere*, a atitude dos camponeses perante os intelectuais é dúbia. Ele admira a posição social destes, mas eventualmente finge desprezá-la, quando eventualmente, de forma instintiva, a admiração com a inveja e a raiva. Porém, não se saberia nada sobre a vida coletiva dos camponeses se esta não estivesse relacionada à ação dos intelectuais. Para Gramsci, todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, está ligado, até certo ponto, aos movimentos intelectuais que dele depende. O movimento dos posseiros de Trombas e Formoso é um exemplo disso. O PCB também tinha intelectuais no meio rural, mas sua ação era diferente. Nas palavras de Gramsci, os intelectuais de “tipo rural” estão ligados à comunidade camponesa e à pequena-burguesia das cidades interioranas. Estes intelectuais colocam a massa camponesa em contato com a administração estatal ou local (governadores, deputados, advogados, tabeliães, etc.), detendo, por sua vez, uma função político-social, pois a mediação profissional muitas vezes está ligada à política. Desse modo, líderes camponeses, como José Porfírio, Sebastião Bailão, entre tantos outros que atuaram no meio rural goiano, também podem ser considerados “intelectuais”. Tal perspectiva fica clara no seguinte trecho:

Os intelectuais de tipo rural são, em grande parte, “tradicional”, isto é, ligados à massa social do campo e pequeno-burguesia, de cidades (notadamente dos centro menores), ainda não elaborada e posta em movimento pelo sistema capitalista: este tipo de intelectual põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.) e, por essa mesma função, possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política.

Já a partir do início da década de 1960, as ações locais, que tinham por finalidade atender as necessidades do campesinato foram secundarizadas. Viu-se o fim das condições de isolamento da região e sua integração política junto ao governo estadual. Essa conexão ao “mundo externo” teve o Partido Comunista Brasileiro como agente prioritário de mediação. Ao mesmo tempo, entre aqueles anos a atuação do Partido contribuiu para alavancar o processo de melhoria da infraestrutura e condições de produção, e também por orientar os militantes a diferentes frentes de atuação política, devido à sua ilegalidade (SOUZA, 2010: 199). Bartolomeu Gomes da Silva, o Bartho, que fora tesoureiro da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Trombas e Formoso, integrante do PCB, e vereador do município de Amaro Leite pelo PSD (Partido Social Democrático) falou sobre o assunto em entrevista:

Então, aí nós dividimos as terras, tudo, começou a sossegar, todo mundo trabalhar com mais cabeça fria... achando que tinha superado uma parte assim... do nosso interesse, que era o interesse da terra. Agora, vendo que tinha outros interesses, para desenvolver mais nós tínhamos que ter ajuda para a agricultura... e continuava o Partido dirigindo a associação e a associação junto ao povão trazendo... lutando para trazer o melhor, estradas, educação, saúde... essa coisa toda [...] (BARTHO, 1995: 6, 24-25 apud SOUZA, 2010: 199).

No entanto, ao mesmo tempo em que a linha diretiva do partido priorizara as frentes institucionais e legalistas de atuação, integrando a uma atuação política mais ampla, admitia igualmente a preparação de uma possível resistência armada, que seria recorrida apenas em última instância. Na *Declaração sobre a Política do PCB*, proferida pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, em março de 1958, o partido já cogitava a “solução” por uma via não pacífica, porém acreditava “poder evitar o derramamento de sangue” e garantir o curso pacífico da *revolução brasileira*:

A escolha das formas e meios para transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças patrióticas. No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação é indispensável ter em vista outra possibilidade — a de uma solução não pacífica. Os sofrimentos que recaírem sobre as massas, em tal caso, serão da inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro.

Quanto aos comunistas, tudo farão para alcançar os objetivos vitais do proletariado e do povo um caminho que, sendo de luta árdua, de contradições e de choques, pode evitar o derramamento de sangue na insurreição armada ou na guerra civil. Os comunistas confiam em que, nas circunstâncias favoráveis da situação internacional, as forças anti-imperialistas e democráticas terão condições para garantir o curso pacífico da revolução brasileira (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1958).

Já na *Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro*, de setembro de 1960, fica ainda mais claro a cogitação de uma “solução pela luta armada”, subentendendo que o partido poderia desenvolver iniciativas preparatórias de movimentos guerrilheiros, por exemplo:

A escolha dos meios para libertar a Nação e transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças revolucionárias. Os inimigos internos e externos do povo brasileiro resistirão, por todos os meios possíveis, à perda de suas posições. Em desespero de causa, tais inimigos podem recorrer à violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao Poder, criando uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada. Enquanto acumulam forças para transformar em realidade a possibilidade de uma solução pacífica, o proletariado e seus aliados não devem jamais perder de vista que, em certas circunstâncias, as suas forças podem ser necessárias para tomar a revolução vitoriosa por um caminho não pacífico (PCB, 1960).

Dois importantes líderes do Partido em Trombas chegaram a fazer uma viagem com o intuito de contribuir para o projeto revolucionário, porém não participar de curso de guerrilha. Em 1961, de acordo com a declaração de Geraldo Marques (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 310), Bartolomeu Gomes da Silva juntamente com José Porfírio teriam sido escolhidos, pela associação, para fazer uma viagem a Cuba a fim de colocar ambos “a par da vida de um país comunista”. Segundo Bartolomeu, José Porfírio teria ido primeiro assistir os festejos do dia 1º de janeiro e voltara muito “entusiasmado” com a experiência:

Olha, ele foi em janeiro assistir os festejos do 1º de janeiro e eu fui assistir os festejos do 26 de julho... Então, ele foi primeiro, chegou... rodou todas as bases, conselhos, fazendo a prestação de contas da viagem dele... eu não lembro, mas deve ter sido uns 25 a 30 dias... que eu fiquei 25 dias. Então, o que eu sei, o que eu lembro, é que ele voltou muito entusiasmado com a luta... com o desenvolvimento que estava Cuba e com o Fidel Castro como líder da revolução... Então, ele como líder da mini revolução de Goiás, ele... eu senti ele muito entusiasmado (BARTHO, 1995, p.31 apud SOUZA, 2010: 205).

José Porfírio, em sua declaração na prisão falou sobre sua ida a Cuba, ressaltando que não participara de treinamento de guerrilha no país, porém entre os vários documentos que trouxera, havia também manuais de guerrilha:

[...] que em abril de 1961 o depoente, através do Sr. Olinto Meirelles, recebeu um convite para visitar Cuba; esclarece o depoente que a dita visita foi organizada e conseguida pelo PCB e por intermédio de Walter Valadares, Geraldo da Silva Marques “Geraldão” e Olinto Meirelles; que essa viagem teve por objetivo proporcionar ao depoente e outros nonos conhecimentos da política agrária adotada naquele país, com vistas a sua aplicação no Brasil criadas, naturalmente, as condições favoráveis para isso; [...] que depois de uma permanência em Cuba de cerca de vinte e poucos dias o depoente e Olinto Meirelles retornaram ao Rio; que em Cuba o depoente não participou de nenhum treinamento de guerrilhas mas, entre outros documentos que trouxe em seu poder incluiu manuais de guerrilha (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 341-342)

Entre os anos de 1958 e 1961 houve o envio de integrantes do Comitê Central para assistência política e o envio de armas. De acordo com o relatório do IPM, que se trata da confissão de José Porfírio, o Comitê Estadual do Partido participava das reuniões dos posseiros de Trombas na presença de Walter Valadares, Walter Friedman, Kalil Dib, Washington Barbosa, entre outros. A priorização das demandas locais, por exemplo, a luta dos posseiros, que igualmente ia contra o grande latifúndio, não era avessa ao programa do partido. O que ele não defendia, era a luta armada. *A Declaração sobre a política do PCB*, de março de 1958, fazia uma análise sobre em qual *etapa* da história as forças sociais brasileiras se encontravam:

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução destas duas contradições fundamentais (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1958).

Diante de tal análise, o documento chegava à conclusão de que a revolução brasileira, naquele momento histórico, ainda não era socialista, mas “anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”. Segundo o documento, a “solução completa” dos problemas daquela etapa específica, deveria levar à:

inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1958).

Observando o texto, percebemos que a luta dos posseiros de Trombas e Formoso se enquadrava no projeto de reforma agrária defendido pelo PCB: “transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho” (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1958). Conforme foram resolvidos os problemas dos camponeses em relação aos grileiros e se encaminhava a regulamentação das terras ocupadas, por volta de 1961 as questões do nacional-desenvolvimentismo secundarizaram Conselhos e Associação em Trombas e Formoso. No entanto, o acontecimento a ser relatado a seguir demonstra um ato sigiloso do líder de Trombas e Formoso, José Porfírio, com o apoio de um integrante do Comitê Estadual do partido. Por convite dos líderes das Ligas Camponesas, encaminharam jovens da região para realizarem treinamento de guerrilha no Mato Grosso. A determinação ocorreu de forma rígida e hierárquica, não sendo discutida entre os camponeses da região, que ali compunham o Comitê Zonal. Em declaração prestada ao Quartel General da 3ª Brigada de Infantaria de Brasília-DF, em junho de 1972, Geraldo Marques falou sobre um curso de guerrilha que fora ministrado na cidade de Rondonópolis, Mato Grosso, em 1962, do qual participaram jovens da região de Trombas:

[...] que três meses depois o declarante soube que cinco rapazes da cidade: César, cunhado de José Ribeiro, Airton, cunhado de Armando Ribeiro, Bentão e dois filhos de Justino Preto, que não lembra o nome, atendendo a um convite de Francisco Julião, tinham viajado para Mato Grosso, acredita que para o município de Rondonópolis, onde iriam frequentar curso de guerrilha, organizado por Francisco Julião; que Kalil Dib e José Porfírio, em segredo, mandaram os rapazes sem conhecimento dos demais dirigentes do Comitê e da Associação, os quais protestaram junto a José Porfírio por terem ficado à margem do assunto; que uns cinco ou seis meses depois, os cinco rapazes voltaram fugidos porque ficaram desiludidos com o curso [...] (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 309-310).

É importante ressaltar, a todo momento, que as declarações de presos políticos proferidas na prisão, tanto por terem sido produzidas por meio de coação, quanto por terem sido interceptadas por um oficial militar ou escrivão, demonstram uma realidade parcial que deve ser analisada com cautela. Porém, se levarmos em consideração o depoimento fornecido por Bartolomeu Gomes da Silva, o “Bartho”, em entrevista consentida, podemos perceber um certo clima de tensão entre a direção do PCB em Trombas e da Associação de Lavradores. A fala de Bartolomeu e os acontecimentos demonstram que provavelmente o “entusiasmo” de José Porfírio tenha o colocado na trilha do líder personalista, da mesma forma em que o Comitê Estadual fazia algumas deliberações de forma vertical, sem comunicar a liderança do Partido no município.

3.1.2. Uma guinada à via eleitoral: Mauro Borges, Porfírio e a criação dos sindicatos.

A guinada para a via institucional percebida nos acontecimentos políticos orientados pelos posseiros de Trombas e Formoso, naqueles anos, era característica do PCB. Para o Partido, os camponeses, até então reunidos em associações (no caso da região norte do estado, os Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores), deveriam procurar se organizar em formas mais “modernas” de atuação política no meio rural (os sindicatos, por exemplo). Em Trombas em Formoso, a preocupação com a formação de sindicatos veio de encontro ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e também a uma série de mudanças internas verificadas no PCB, em 1958 (SOUZA, 2010: 207, 208). Na *Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro*, de 1960, é visível a priorização dos sindicatos, como forma de organização dos trabalhadores do campo:

A aliança do proletariado com as massas camponesas é condição básica para que ele possa imprimir ao movimento revolucionário uma direção firme. A fim de impulsionar a organização das massas do campo, é necessário dar atenção principal

aos assalariados e semi-assalariados agrícolas. Sua organização em sindicatos deve constituir a base para a mobilização das massas camponesas (PCB, 1960).

A urgência pela sindicalização dos trabalhadores rurais também foi pauta de outros setores da sociedade. No final dos anos de 1950 e início de 1960, a Igreja Católica incorporara entre suas demandas sociais as questões da reforma agrária e do sindicalismo rural. Em Goiás, a Igreja alinhou essa premissa no combate contra o comunismo, tendo o arcebispo Dom Fernando liderado a criação da Frente Agrária Goiana (FAGO). Outro movimento importante vinculado ao meio eclesiástico, que defendia a sindicalização no campo e tinha proximidade com o movimento estudantil era o Movimento de Educação de Base (MEB). A criação de sindicatos foi uma das premissas da política implementada por João Goulart, por meio da SUPRA (Superintendência de Reforma Agrária) em 1962. Seu governo foi um grande incentivador da criação de sindicatos, determinando seu rápido reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho (FAVARO, 2015: 265). Dessa forma viu-se a rápida conversão das associações de lavradores de Goiás em sindicatos rurais. Porém, os Conselhos de Córregos, enquanto *rede de vizinhos* que se organizaram em torno dos córregos da região norte do estado, permaneceram em funcionamento até o desencadeamento do Golpe de 1964.

Na declaração de Geraldo Tibúrcio, um dos líderes da associação de lavradores em Trombas e Formoso e integrante do Comitê Zonal do PCB, ao Serviço de Diligências Especiais, em Brasília-DF, em junho de 1965, fica clara a importância da organização camponesa do norte do estado no processo de criação desses sindicatos em Goiás:

[...] que o declarante e Raimundo Martins Rodrigues compareceram ao Congresso Nacional de Lavradores realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961 [...]; que ambos representavam o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção civil de Anápolis e foram ao mencionado Congresso a convite de Érides Guimarães, que na época era Secretário do Trabalho de Goiás; [...] que o referido Congresso era referente à reforma agrária, o qual foi iniciado, digo, foi instalado pelo Governador Magalhães Pinto e encerrado pelo então Presidente João Goulart, tendo comparecido, dentre outros de Goiás, José Porfírio de Souza, Érides Guimarães, Arquimedes Pereira Lima, Deputado e Vice-Governador Resende Monteiro, Geraldo Borges, João Salvador Garcia, Sebastião Bailão (de Itauçu); que nesse congresso o declarante recebeu instrução para que o seu sindicato apoiasse a formação e instalação de sindicatos rurais na sua zona de ação; que atendendo a esta determinação do congresso, o declarante ajudou a fundar os sindicatos rurais de Goianápolis e de Olhos d'Água [...]; que participou da fundação do Sindicato Rural de Nazário e de Nova Veneza (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 273-274).

Todavia, segundo Tereza Favaro (2015: 279), a sindicalização dos trabalhadores rurais e a expansão dessa forma de organização, mostrou-se uma forma de tutela, que ao mesmo tempo contribuiu para sua desmobilização. Ao incentivar a sindicalização desses

trabalhadores, limitava-se o espaço para a luta de classes em favor da coesão harmônica entre governo, patrões e trabalhadores. E no Governo Mauro Borges sua relação com a sindicalização tendia a esvaziar as reivindicações dos posseiros e inseri-los no processo da modernização capitalista, em que a propriedade da terra está alinhada aos interesses econômicos.

Entre os anos de 1954 e 1964, que compreendem o período final do Governo Vargas e o início do Regime Militar brasileiro, percebeu-se uma força política, o aumento do número de greves e o crescimento da capacidade de mobilização dos sindicatos, dando-se inclusive a participação destes em bandeiras políticas, entre outras demandas. Para fugir à estrutura sindical varguista, que continuava vigorando constitucionalmente, os trabalhadores buscaram outras alternativas de organização, paralelas ao sindicalismo oficial. Organizações paralelas de base (como comissões sindicais), intersindicais (como pactos e comissões regionais), ou de cúpula (como a CGT – Comando Geral dos Trabalhadores, criado em 1962), eram frentes de mobilização que iam além dos limites da estrutura sindical montada pelo Estado brasileiro, nas décadas de 1930 e 1940 (TOMAZ, 2018: 5). Essas frentes alternativas de luta, perante aos sindicatos, vigoraram, na primeira metade da década de 1960, principalmente nos grandes centros urbanos do país, especialmente em São Paulo. No entanto, independentemente da possibilidade de uma atuação sindical em várias frentes, o que poderia lhe conferir maior autonomia, os sindicatos rurais goianos, que seguiram à risca a determinação de via legal e institucional, pautada inclusive pela influência do Partido Comunista Brasileiro na região, foram cooptados e tutelados pelo governo do estado, na figura de Mauro Borges.

Ao final da década de 1950, houve uma redefinição do Programa do PCB por parte do Comitê Central, enquanto o Comitê Zonal de Trombas e Formoso definiu-se pela aproximação ao Governo Mauro Borges. A tarefa fundamental do Partido passava a ser, então, a atuação nas eleições (SOUZA, 2010: 2013). Na Declaração de Março de 1958, no subtópico *Pela vitória da frente única nacionalista e democrática nas eleições*, percebemos claramente esse objetivo:

As restrições antidemocráticas que ainda pesam sobre o processo eleitoral não impedem, porém, a afirmação da sua crescente importância para determinar os rumos da vida política do país. Combinadas a outras formas pacíficas e legais de lutas de massas, as eleições podem dar vitórias decisivas ao povo. Massas de milhões vêm utilizando o voto para expressar a sua vontade e influir nos destinos da nação. A participação mais entusiástica nas eleições é, assim, um dever para os comunistas (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1958).

Diante do potencial eleitoral do movimento em Trombas e Formoso, a associação, que logo se tornou sindicato rural, era bastante visada por políticos como os do PSD, que procuravam o apoio eleitoral dos camponeses. Concomitante a isso, nas eleições para governador de Goiás, em 1960, a campanha política apresentada por Mauro Borges (PSD) assumia um compromisso com a questão agrária para a regularização das terras, principalmente naquela região, o que ia de encontro às demandas da associação, com a entrega definitiva dos registros de posse. Dessa forma, os camponeses foram levados a crer que teriam espaço para concretizar seu projeto político, confiando que de apaziguamento do candidato, colocaria fim às perseguições e violências sofridas garantindo o direito legítimo da propriedade.

Na eleição de Mauro Borges não houve apoio formal da associação nem do PCB, o que supostamente foi fundamental para a vitória do candidato, levando em consideração a estrutura primordialmente conservadora, reacionária e oligárquica do estado de Goiás. No entanto, a liderança e visibilidade de José Porfírio, na expectativa da solução para os conflitos na região, assegurava ao candidato o amplo apoio dos camponeses de Trombas e Formoso (FAVARO, 2015: 264). Contudo, o apoio do Comitê Zonal a Mauro Borges, por meio de uma grande campanha eleitoral na região, deixou o clima conflituoso entre estes e o Comitê Estadual do Partido. Os pecebistas de Trombas e Formoso trilharam caminho diferente ao deliberado pelo Comitê Estadual, que decidira pelo apoio a Juca Ludovico, da UDN (União Democrática Nacional) (SOUZA, 2010: 215). Em entrevista, o ex-dirigente do PCB em Formoso e ex-secretário da associação, José Ribeiro falou ao Jornal Diário da Manhã, em abril de 1998:

Em 1961, o PCB racha no estado. Os membros do Partido em Trombas e Formoso selam acordo com o candidato Mauro Borges: apoio em troca da regularização das terras. Os comunistas da capital apoiam Juca Ludovico. Mauro ganha e cumpre o acordo. Legaliza a posse das terras da Fazenda Onça de mais de seis mil hectares e faz requerimento à Justiça pela legalização das demais posses (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 263).

Como percebemos, o Comitê Zonal em Trombas e Formoso dera continuidade à linha eleitoral do PCB, mesmo não acatando todas as recomendações do Comitê Estadual, sua instância diretamente superior. Forneceram apoio à eleição de Mauro Borges, e também promoveram a candidatura de José Porfírio a deputado estadual, pela coligação PTB-PSB (Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Socialista Brasileiro), em 1962 (SOUZA, 2010: 217). Em declaração, na prisão, em maio de 1972, José Porfírio alegou também ter recebido apoio

do Partido, tanto em sua candidatura quanto durante o mandato, de parte do Comitê Estadual na pessoa de Walter Valadares. A respeito dessa candidatura, o líder camponês teria dito:

[...] que em 1962, não sabendo precisar exatamente o mês, chegaram a Trombas as seguintes pessoas: Walter Valadares, Washington Barbosa, Pedro Neto, Erides Guimarães e Haroldo Duarte, com o objetivo de candidatarem o nome do depoente às eleições para deputado estadual de Goiás; que o nome do depoente foi lançado e apoiado pelas Associações de Lavradores e Trabalhadores Rurais, Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo sua candidatura registrada pelo PSB; [...] que o depoente foi vitorioso na campanha eleitoral de 1962 e na Assembleia Legislativa de Goiás contava com a assistência política do PCB através de Walter Valadares na redação de projetos de lei, requerimentos, etc.; (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 342-343).

Segundo Claudio Maia, em citação a Esteves (2007: 144-153 apud MAIA, 2008: 253), a candidatura de José Porfírio a deputado, sendo eleito com 4.663 votos, teve como base a “ampliação da resistência camponesa”. A vitória eleitoral de José Porfírio, e mesmo sua função de presidente da Federação das Associações de Trabalhadores e Lavradores do Estado de Goiás, eram resultado do sucesso da luta dos posseiros em Trombas e Formoso. A força e organização autônoma destes, garantiu a permanência naquelas terras. O sucesso dos posseiros, em 1957, estava relacionado com a solidariedade e sentido da propriedade construído no processo de migração e relação com a terra. Para aquele sucesso, tanto da eleição de José Porfírio, quanto da posse das terras, teve papel fundamental uma distinta formação do PCB na região, de forma que o partido soube respeitar e legitimar a autonomia dos camponeses no movimento.

Um dos maiores problemas de Trombas e Formoso, naquele período foi a chegada de novos camponeses, que por sua vez não haviam participado da luta deflagrada. Estimulados pela repercussão das lutas e conquistas dos posseiros e pelas promessas de demarcação de terras, esses imigrantes ocuparam a região. Aproveitando-se da situação, e como forma de neutralizar as agitações no campo, o governador recém-eleito solicitara ao Diretor do Departamento de Terras e Colonização providências para delimitar a invasão de Formoso e Trombas e implementar a demarcação dos lotes para a venda aos ocupantes, com facilidades de pagamento. A demanda foi tratada diretamente com José Porfírio, líder dos posseiros. Em 1962 foram entregues cerca de 200 títulos e em 1963 assinadas 154 escrituras, convertendo Formoso e Trombas em exemplo para as demais organizações camponesas do estado de Goiás (FAVARO, 2015: 279; SOUZA, 2010: 217).

No governo de Mauro Borges os posseiros teriam realizado sua maior conquista política, que era obtenção dos títulos de posse, estes que então pareciam ser o resultado de dez

anos de luta e atribuía sentido à sua resistência. Na verdade, o recebimento dos títulos de propriedade por parte dos posseiros só foi possível pela vitória da luta armada desenvolvida na região, em 1957. A formação de uma solidariedade camponesa em Trombas foi responsável, tanto pela garantia da terra, quanto por consolidar uma imagem positiva dos posseiros, nacionalmente. Porém, essa vitória se mostrou temporária, pois a bandeira pela reforma agrária, assumida pelo governo, era apenas um discurso para ganhar tempo e consolidar o avanço do capitalismo em Goiás. Com a vitória do capital sobre a propriedade da terra, a imagem construída pelos posseiros em Trombas e Formoso fora destruída. Contraditoriamente, Trombas recebia os títulos no momento em que todas as lutas de posseiros eram derrotadas em Goiás, numa espécie de acordo estratégico do movimento social, que se distanciava da solidariedade camponesa e da compreensão da posse da terra voltada para o uso (MAIA, 2008: 254).

O PCB no estado de Goiás priorizava a via institucional na luta política, mesmo que tal princípio fosse responsável por provocar situações de intensa contradição, beirando ao descaso pelos camponeses de outras regiões do estado. Houve um episódio em que o dirigente máximo do partido em Goiás, Kalill Dibb, falava com Mauro Borges ao mesmo tempo em que o governo intensificava a repressão sobre Porangatu e fez *vista grossa*, porque segundo o mesmo: “ambos não citavam aqueles acontecimentos lá em Porangatu, porque atrapalharia o nosso negócio né? [...] Tanto do nosso lado, como do dele, nós deixávamos para lá” (DIBB *apud* MAIA, 2008: 253). O apoio aos movimentos sociais e o compromisso dos títulos de Trombas não vinha em defesa dos posseiros ou da reforma agrária, pois as medidas tomadas faziam parte de um entendimento político, tanto do PCB como de Mauro Borges (1961-1964), de que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro deveria passar por uma reforma de tipo nacionalista, como se houvesse uma burguesia oprimida pelo grande latifúndio e o imperialismo internacional. Como afirma Cláudio Maia:

Os títulos, os sindicatos e a eleição de José Porfírio, assim como toda a contribuição que este deu à luta dos lavradores, representaram, com certeza, uma “ampliação do campo de resistência”, mas não das condições camponesas da luta pela terra (MAIA, 2008: 254).

Outro cargo político conquistado por um dirigente da antiga associação foi o de Prefeito de Formoso por Bartolomeu Gomes da Silva, que, por influência do governador Mauro Borges, foi eleito em 1963. Esses acontecimentos, além de demonstrar o alinhamento daqueles camponeses à via eleitoral, também demonstram o prestígio político que conquistaram. Sobre sua ascendência ao no cargo, Bartolomeu Gomes declarou:

[...] que em 1963 foi criado o município de Formoso; que em três de fevereiro de 1964, o declarante foi nomeado pelo então governador Mauro Borges, Prefeito de Formoso; que o mandato do declarante durou apenas um mês, pois com o advento da Revolução, o declarante pressentindo que seria envolvido por causas passadas, preferia abandonar o cargo de Prefeito [...] (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 279-280).

A vinculação do movimento à ideologia de representação e as diferenciações sociais geradas pela distribuição dos títulos legais de propriedade, foram complicadores das relações entre os camponeses e provocaram novos debates na região. Na convergência do “camponês-possuidor” para o “camponês-proprietário” José Porfírio tornou-se um agente de mediação. O líder político passou a orientar as demandas representativas, atuando diretamente no projeto de sindicalização do governo Mauro Borges. Nessas circunstâncias, na visão de Renato Dias Souza (2010) o líder fazia adesão à tese da reforma agrária gradual e dentro da lei, controlada pelo Estado, contrariando a tendência que crescia entre os camponeses brasileiros que afirmava uma reforma agrária radical e “feita na lei ou na marra”. No entanto, essa visão é equivocada e não compreende com precisão a figura de José Porfírio, pois Sebastião Bailão revelou em entrevista que, no 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, ocorrido em 1961, em Belo Horizonte, Porfírio teria sido vaiado justamente por ter manifestado apoio a Francisco Julião e as perspectivas que as Ligas Camponesas vinham tomando, a respeito da reforma agrária:

Tanto que, no primeiro congresso em Belo Horizonte, as ligas foram para lá, até com armas para convencer o povo que tinha que ser daquele jeito, porque o negócio lá no Nordeste é um, aqui no centro é um. Então, nós... por o Porfírio não ser um cara maduro, ele era ganho por lá [...]. O Porfírio resolveu ficar mais do lado deles do que nosso lado (do PCB), e foi vaiado, chegou aqui era outro (risos) aqui conosco, e lá o suficiente, que ele achava que nós é que tinha que atender, que o problema não é você me atender, fazer o que eu quero, é nós fazer o que é preciso. É onde eu falo para você: a coisa não é feita de um dia para o outro (BAILÃO, 2007: 164).

Naquele momento, os representantes das Ligas, por meio do documento *Dez mandamentos das Ligas Camponesas para libertar os camponeses da opressão do latifúndio*, propunham medidas contundentes contra o monopólio da terra e defendia uma “reforma agrária radical e expropriatória” (SAUER, 1999: 15). Essa mudança causou divergência entre o movimento das Ligas e o Partido Comunista Brasileiro, que era o principal partido de apoio ao movimento. A polêmica entre ambos se referia à ênfase da luta. Enquanto as Ligas tinham a reforma agrária como eixo central, o PCB subordinava essa bandeira à luta anti-imperialista.

Podemos perceber que a perspectiva em dar prioridade à atuação dentro das vias legais e institucionais, compreendendo que a reforma agrária deveria se dar de forma gradual e pacífica, não era a de José Porfírio, e sim da alta direção do PCB em Goiás, à qual Sebastião Bailão, em suas entrevistas, geralmente se demonstrou um adepto fiel. Bailão alegou que Porfírio teria voltado mais “coerente” do congresso, o que significa que voltara um pouco mais alinhado ao programa do partido: “Ele chegou assim, mais coerente, porque a violência só gera violência” (BAILÃO, 2007: 165).

Na declaração que Geraldo Marques proferiu na prisão, percebemos que o movimento passara a atuar essencialmente pela via institucional pacífica, tanto nas reivindicações locais quanto em demandas de amplitude nacional:

[...] que com a legalização das terras a Associação de Lavradores e Trabalhadores Rurais de Formoso passou a ter projeção estadual e nacional como órgão de classe; [...] que do meio para o final de 1963, em razão do quadro formado no âmbito nacional, o Comitê Zonal de Trombas-Formoso passou a ser acionado pelo Comitê Estadual no sentido de emprestar o seu apoio às reivindicações de massa que se processavam no país; que Walter Valadares levou orientação do PCB e que as atividades então desenvolvidas foram: entrega a Walter Valadares de um abaixo-assinado com cerca de 300 assinaturas em cujo documento a Associação emprestava o seu apoio ao Governador Mauro Borges e às metas estabelecidas pelo então presidente João Goulart (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 311).

Entretanto, o então deputado estadual, com o Golpe Militar, se afastaria de toda a tutela, inclusive da assessoria parlamentar organizada pelo PCB. Na verdade, José Porfírio, durante todo o movimento, nunca fora um instrumento passivo do partido e manteve certa autonomia e irreverência, o que irritava os pecebistas (SOUZA, 2010: 227). Houve momentos em que Porfírio descumpriu acordos e tomou decisões individualmente, sem consultar os companheiros, passando por cima, inclusive da hierarquia partidária. No desencadear do Golpe, o deputado que então fora cassado, contrariando deliberação partidária do Comitê Central e a decisão dos integrantes em Trombas e Formoso, de recuar e entrar para a clandestinidade, radicalizara a perspectiva e determinara a resistência armada contra os militares, ordem que não foi cumprida pelos companheiros.

Porém, uma linha mais radical e *revolucionária*, digamos, sempre esteve presente em Porfírio, desde a resistência armada contra grileiros e fazendeiros. Por exemplo, vimos anteriormente que, naqueles mesmos anos, Porfírio fora integrado à tática contingente dos comunistas. A convite de lideranças das Ligas Camponesas, como Tarzan de Castro, que naquele momento era presidente do Conselho Estadual das Ligas Camponesas, por Goiás (CASTRO, 2013: 449), porém com o apoio de parte do Comitê Estadual do partido, José

Porfírio enviara cinco jovens, sem conhecimento dos pecebistas de Trombas, para participar de treinamento de guerrilha na cidade de Rondonópolis-MT. Igualmente teria retornado de Cuba com manuais de guerrilha e, como disse Bartolomeu Gomes, muito “entusiasmado”. Diante desses acontecimentos, é muito provável que o líder camponês, mesmo perante a grande desigualdade na correlação de forças, tenha considerado incoerente o posicionamento do Partido, rompendo com o mesmo e trilhando o caminho da luta armada na clandestinidade. A respeito da atuação de José Porfírio, Dirce Machado fizera uma análise considerando que a sua guinada à luta armada teria contribuído para seu rapto e assassinato:

O Porfírio era um camponês liberal. Ele era... Depois ele passou a militar no partido. Era um bom companheiro. Só era indisciplinado. [...] na reunião ele concordava e tudo, saía lá fora ele fazia totalmente diferente. Depois ele se envolveu com o Pe. Alípio, o Julião e foi a perda dele. Ele deixou se perder aí, se não fosse isso ele podia estar vivo, a POLOP ele envolveu depois com esse grupo, mas, ele era um bom companheiro. Ele passou pro lado deles. E quando a turma saiu daqui (de Formoso) na época da ditadura eles saíram um grupo, e de lá ele desmembrou da turma, saiu do contato da direção e acabou sendo preso (MACHADO, 2006 apud SOUZA, 2010: 227).

3.1.3. O Golpe de 1964: frustração de um sonho e derrocada do núcleo pecebista.

Quanto ao Golpe de 1964, a presença do Partido Comunista Brasileiro foi o grande motivador para a repressão. Naquele período de Guerra Fria o temor ao comunismo fez com que o Estado atuasse em defesa dos interesses das classes dominantes. Segundo Renato Dias Souza, o gatilho para a intervenção foi a repercussão da revolta ao “despertar os camponeses para a possibilidade de se organizar em Conselhos de Córregos e Associações de Lavradores”. Porém, quando eclodiu o Golpe o clima político da região era pacífico, devido a secundarização das relações de autonomia e enfrentamento que haviam se estabelecido em Trombas e Formoso no período mais intenso da revolta. Por sua vez, essas relações foram submetidas à construção da representatividade do deputado José Porfírio, à sindicalização dos camponeses e à aliança com a burguesia brasileira dita como “progressista”. Como forma de empreender a modernização autoritária, os militares destruíram a divisão das propriedades. Dessa forma, com o Golpe foi vitorioso o modelo agroindustrial que incluía a exploração do trabalho extensivo em grandes propriedades, impedindo a efetivação da reforma agrária. Ao mesmo tempo, os militares tentaram afastar o risco de Trombas e Formoso tornar-se lugar de recrutamento de guerrilheiros. A região se juntara ao contexto das revoltas camponesas do

Brasil, de forma que o mau exemplo, do ponto de vista do governo autoritário, precisava ser rechaçado, mesmo após a integração político institucional da região (SOUZA, 2010: 239-240).

Em Trombas e Formoso José Porfírio quis resistir ao Golpe Militar. Poucos dias depois deste, a região foi invadida por tropas federais e estaduais. Diante disso, José Porfírio teria ido até Trombas para convocar uma reunião com os integrantes da Associação de Lavradores e discutir a articulação de uma resistência armada contra os militares. Ademais, essa intenção fora frustrada. Podemos verificar tais acontecimentos no depoimento do próprio José Porfírio:

[...] que não chegou a cumprir todo o período de seu mandato de deputado porque com o advento da Revolução de Março de 1964, logo nos primeiros dias de abril o depoente fugiu para Trombas; que naquela ocasião era pensamento do depoente atender qualquer convite que lhe fosse feito no sentido de oferecer resistência armada às autoridades revolucionárias; que assim chegando a Trombas chamou Geraldo Marques da Silva “Geraldão” determinando-lhe que reunisse os homens para com eles discutir da conveniência da referida resistência; enquanto isso o depoente se manteve escondido; que “Geraldão” não cumpriu tal determinação recusando-se, ainda, a entregar ao depoente todo o armamento e munição existente em Trombas, escondendo-os do depoente; que “Geraldão” aconselhou o depoente a fugir de Trombas e desistir de oferecer resistência armada visto que já se encontrava em Trombas um Pelotão de Militares com o objetivo de prender o depoente; que nada conseguindo com “Geraldão”, e temendo ser preso, o depoente resolveu fugir para o Gerais de Balsas, Município de Balsas-MA (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 343-344).

A citação acima menciona que José Porfírio, ao propor a resistência armada aos pecebistas de Trombas, estava atendendo a um “convite” externo. Ou seja, que a ideia não teria partido dele mesmo. Renato Dias alegou que o ex-deputado estadual contrariou as orientações do Comitê Estadual do PCB. Devido à vinculação político-institucional do movimento, inclusive dele mesmo, a possibilidade de resistência mais aguerrida fora completamente afastada. A própria Dirce Machado, em entrevista, disse que Porfírio se desligara do Partido e propusera a resistência armada, mas por influência de outra organização.

Por sua vez, Geraldo Marques, também em declaração na prisão, além de falar sobre sua recusa à proposta de José Porfírio e o sumiço que dera no armamento, supostamente dissera que este último estava seguindo a diretriz do Comitê Estadual do PCB:

[...] que em março de 1964, com a Revolução, José Porfírio trouxe de Goiânia a diretriz do Comitê Estadual do PCB de que a região deveria organizar a resistência armada contra as forças revolucionárias; que para tratar desse assunto houve uma reunião na chácara do declarante, onde estiveram presentes José Porfírio, o

declarante, José Ribeiro e João Soares, sendo o primeiro voto vencido na decisão de fazer a resistência armada; que então o declarante passou, juntamente com João Soares e José Ribeiro a recolher todo o armamento recebido de Goiânia, principalmente fuzis, mosquetões e carabinas calibre 44, para escondê-las, não só das forças revolucionárias como também e, principalmente, de José Porfírio a fim de desestimulá-lo da resistência que pretendia fazer; que o armamento foi levado e escondido à beira do Córrego Canabrava, sem o conhecimento de José Porfírio de José Porfírio e seus familiares; que o declarante escondeu pessoalmente, auxiliado por José Ribeiro e Joaquim Rosa, cerca de 60 armas em depressão do terreno que foi preparada, forrada com plástico e polvilhada com BHC; que Bartolomeu Gomes da Silva escondeu mais 6 armas a uma meia légua do Canabrava; [...] (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 311-312).

Como pudemos perceber as únicas fontes que vinculam a intenção de resistência armada por parte de José Porfírio ao PCB são os documentos oficiais, expedidos por instituições militares, que contém declarações dos ex-militantes na prisão. Estas se deram no mesmo Quartel General da 3ª Brigada de Infantaria, em Brasília-DF, no ano de 1972, em intervalo de apenas dois meses uma da outra, tendo o mesmo escrivão, o subtenente Edmundo Carlos de Souza e mesmo encarregado do IPM, o tenente coronel Ary Pereira de Carvalho. Diante disso, podemos deduzir que a informação falsa esteja do lado dos militares, que quiseram a todo custo vincular a atuação de José Porfírio ao PCB, de forma a incriminá-lo na Lei de Segurança Nacional e colocar os militantes do partido na mira da repressão. Ao mesmo tempo, é preciso relativizar as informações contidas nesses documentos, porque além de terem sido formulados por órgãos da repressão, as confissões foram obtidas por meio de violência e métodos de tortura.

No que se refere às armas que foram escondidas, como vimos anteriormente, no ano seguinte ao golpe, em 1965, uma equipe militar foi até a região de Trombas e Formoso a fim de fazer o reconhecimento da região e uma busca ao armamento escondido. No entanto, essas armas não foram encontradas. No relatório, de responsabilidade do General de Brigada José Nogueira Paes, Comandante Militar de Brasília, se concluiu que não fora verificado problema ideológico que representasse alguma ameaça, e que seria pouco provável a existência de armamento escondido ali:

Não foram localizados grupos armados nem armamento de uso privativo das Forças Armadas. A quase impossibilidade total de vasculhamento de toda área não permite assegurar a não existência de armamento. A região é quase impraticável fora das trilhas, para elementos desconhecedores do local e oferece milhares de locais possíveis de se esconder armamentos. Entretanto, face ao que se pode colher no local, é pouco provável a sua existência (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 254).

Quanto à questão ideológica e a ausência de atividade política entre os camponeses, verificada pelos militares, isso se deve à atuação da repressão no local, o que levou a prisão de

alguns posseiros e o deslocamento clandestino dos principais líderes da Associação de Lavradores para localidades diversas. Bartolomeu Gomes da Silva e José Porfírio teriam se refugiado em localidades próximas, no estado do Maranhão, enquanto Geraldo Marques fugira para o município de Sorriso, no Mato Grosso, onde ficara por três anos. Quando os oficiais voltaram a Trombas e Formoso, em 1965, os posseiros que haviam conquistado seus pequenos lotes de terra em decorrência da luta dos Conselhos de Córregos e da Associação de Lavradores sob a assessoria do PCB preferiram se calar. Em pouco tempo, os camponeses perderam as terras conquistadas, devido à pressão dos grandes fazendeiros e ao fato de o processo de regulamentação das terras, iniciado no governo Mauro Borges, não ter sido concluído devido à eclosão do golpe militar.

3.1.4. Um novo olhar sobre Trombas e Formoso: a atuação do PRT/ AP.

Com a instauração do Regime Militar, por aproximadamente três anos militantes e agrupamentos da esquerda socialista se mantiveram longe da região Norte do estado. Porém, por volta do ano de 1967 o município chamou a atenção de um polêmico militante da Ação Popular, o Padre Alípio de Freitas, que já havia visitado aquela região antes mesmo antes do golpe de 1964, ou de ser filiado à AP. Em declaração prestada ao Quartel General da 3ª Brigada de Infantaria, de Brasília, em setembro de 1971, Manuel de Souza Castro²³, irmão de José Porfírio, dissera que em 1967, Alípio de Freitas, de codinome “Batista”, chegara à região de Trombas por intermédio de Arão de Souza Gil, também irmão de Porfírio. Seu interesse era saber o paradeiro do líder camponês e ex-deputado, mas Manoel o teria informado apenas depois de 30 dias. A respeito das andanças e atividades de Alípio de Freitas na região, durante aquele período, Castro declarou ainda:

[...] que Alípio Cristiano de Freitas (Batista) procurou a região de Trombas cinco vezes, ficando cada vez, dez a quinze dias, na casa do Arão; [...] que durante o tempo que lá estava Alípio Cristiano de Freitas (Batista) ficava pregando suas ideias

²³ Em 1958, Manoel Souza de Castro saíra do município de Pedro Afonso, no Maranhão, para juntar-se ao irmão José Porfírio na luta pela terra. Em declaração prestada na prisão, Manoel Castro alegou que na época do Golpe não fazia parte de nenhum movimento, mas ajudava o irmão na clandestinidade, fornecendo comida, remédio, dinheiro, inclusive o transportando de canoa, em alguns trajetos, rumo ao Maranhão. Quando capturado, Castro ficou preso 45 dias, recebendo torturas e espancamentos, os quais lhe desencadearam graves problemas de saúde (ALADAS, 2014; ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 284). Outros relatórios de IPM analisados relacionam o camponês a outras organizações de esquerda, inclusive a Ação Popular e o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores) (CMDP-BR_DFANBSB_AT0_0084_0009, ARQUIVO NACIONAL, DOPS: 2; SILVA, 2016: 136; R0072850-1983, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 1).

a todos que encontrava; [...] algumas vezes foi a região acompanhado de alguns elementos; [...] pregava a reforma e a luta contra o governo; [...] saiu da região por não obter o apoio da população que não queria contribuir; [...] que a última reunião ocorrida perto da casa do Balbino, no mato [...]; que esperavam também José Porfírio de Souza, que não veio, digo compareceu por falta de condução; que a reunião não ficou realizada porque houve distorção de ideias entre os grupos que seriam de quatro em cada um; que foi debatido que Alípio Cristiano de Freitas, Renato, Célia e Gabriel seria a turma da expropriação de bancos e agitação de guerra revolucionária; que nos últimos assaltos seriam assaltados quartéis, com a finalidade de coletar armas e o segundo grupo seria de coordenação e organização regional composto por Gabriel, Joana, Flávio e Fernando; que o terceiro grupo seria de organização de massas composto dos seguintes elementos: Lima, Velho, José Porfírio de Souza e Tônico e o quarto grupo, coordenação de segurança e fiscalização da região oito (Goiás) (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 284-285).

A presença do Padre Alípio na região de Trombas ocorreu devido ao surgimento de uma nova organização da Nova Esquerda brasileira. Em meados de 1968 ocorrera um racha na Ação Popular, sendo, então, criado o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores) encabeçado pelo dirigente Vinícius Caldeira Brant. O partido teve a adesão de importantes militantes, como o Padre Alípio de Freitas²⁴ e teve alguns núcleos de atuação no interior de Goiás, principalmente na região de Trombas e Formoso. O organismo, declaradamente militarista, pretendia organizar focos guerrilheiros integrando camponeses e trabalhadores rurais da localidade. A atuação desse partido foi rápida, pois o processo de desarticulação iniciou-se em maio de 1970, devido à prisão do Padre Alípio de Freitas no Rio de Janeiro, principal mobilizador do partido em Goiás (SILVA, 2016: 135).

Após a apuração do IPM-Itauçu houve a perseguição em massa dos principais dirigentes da Ação Popular em Goiás, o que levou à entrada de todos eles para a clandestinidade e saída do estado. Diante disso, o ex-Padre Alípio de Freitas foi designado pelo Comando Nacional da AP para assumir o Comando Regional da área relativa ao Distrito Federal e Goiás (CR-10) e reorganizar o partido. O ex-militante de base e contato da organização, Mário Sérgio Dayrell, se lembra da estadia do Padre Alípio em Goiânia nessa época:

E ele (Padre Alípio) comprava as fazendas aí pro interior e tal, e eu sabia assim, mas também se perguntasse ele não falava, não. [...] Então eu acolhi dois lá em casa: o padre Alípio e o Renato Rabelo. Foi assim, quase que uma aventura. O Jurandir morava quase a 50 metros de mim, que era o delegado do DOPS (DAYRELL, 2015).

²⁴ É conveniente lembrar que há informações de que Alípio de Freitas foi mentor da frustrada tentativa de atentado ao Coronel e candidato à sucessão presidencial Arthur Costa e Silva, no Aeroporto dos Guararapes, no Recife, em 1966.

No entanto, Alípio de Freitas estava mais interessado pela região de Trombas e Formoso e viajou para lá a fim de ter com José Porfírio, para ter notícias sobre os trabalhos de “aliciamento e recrutamento realizados na região”. O ex-Padre também queria saber por meio de Porfírio, que já tinha aderido à Ação Popular, sobre as armas enterradas na região. Todavia, José Porfírio estava no Maranhão a passou a seguinte informação por um contato: “que os elementos recrutados por José Porfírio passariam ao controle do ex-Padre Alípio, embora a região de Trombas, já viesse sendo coordenada por Manoel de Souza Castro, irmão do ex-Deputado” (CMDP-BR_DFANBSB_AT0_0084_0009, ARQUIVO NACIONAL, DOPS: 2; SILVA, 2016: 136; R0072850-1983, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 1).

Não satisfeito, no segundo semestre de 1968, Alípio de Freitas, que então usava o codinome “Batista”, viajara à cidade de Porto Franco, no Maranhão, a fim de se encontrar com os líderes camponeses ali refugiados, José Porfírio e Bartolomeu Gomes da Silva, e ao mesmo tempo tentar conseguir adeptos para a Ação Popular. Bartolomeu Gomes da Silva, em declaração prestada em Brasília, diz ter se preocupado com a questão teórica, ficando em dúvida sobre filiar-se à organização porque “desconhecia seu conteúdo filosófico”. Sobre a estadia do ex-Padre no Maranhão, Gomes da Silva deu mais detalhes:

[...] que no segundo semestre de 1968, apareceram o Padre Alípio Cristiano de Freitas (Batista) e um tal de Raul, levado por Arão (irmão de José Porfírio de Souza) tentando conseguir adeptos para a AP [...]; que decorrido um mês [...] retornou a Porto Franco, convidando o declarante para uma reunião da AP [...]; que nessa reunião compareceram, além do declarante, o Pe. Alípio, José Porfírio de Souza [...]; que durante a reunião foram revividas as atividades da AP; após decorrido uns 15 dias [...] tendo José Porfírio mandado chamar o declarante [...] tomou conhecimento de um manifesto em que Pe. Alípio criava um novo partido denominado PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores) (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 280-281).

Com a criação do PRT, por volta de setembro de 1968, Alípio de Freitas passara a integrar o partido, continuando o processo de arregimentação de quadros, a fim de atingir o maior número possível de municípios no estado, incluindo Brasília. No inquérito instaurado com a finalidade de averiguar as atividades da dissidência em Goiás e Brasília, comprovou-se:

a existência de um grupo subversivo que estava se organizando naquela região do norte de Goiás (Pedra de Amolar em Serra Dourada), e que tinha ligações com outro grupo com origem em Brasília-DF, cujo objetivo era a derrubada do governo através da luta armada (R0072850-1983, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 45).

A trajetória do movimento ainda estava na fase de organização desses grupos, compostos, em sua maioria, por camponeses ainda prejudicados pelas questões da posse de

terra. O objetivo seria iniciar uma guerrilha partindo da região norte do estado, por possuir as condições topográficas que facilitariam ações desse tipo.

De acordo com o documento, o PRT não agia sozinho em Trombas e Formoso. Este contava com o apoio de antigos integrantes do Partido Comunista Brasileiro, sob a liderança de Manoel de Souza Castro e Amado Luiz Guerreiro. O aparato teórico vinha da leitura e debates em torno de textos do jornal pecebista *Voz Operária*. A orientação desses estudos vinha em função de um objetivo comum que era a derrubada do regime vigente por meio da luta armada, intenção de praticamente todas as organizações da Nova Esquerda, naquele período (SILVA, 2016: 136).

Eram militantes do grupo que deveria aderir ao PRT em Trombas: Manoel de Souza Castro; Arão de Souza Castro, Thomaz; Francisco do Sinézio, Vicente Gazo; Amado Luiz Guerreiro; João Rufino; Francisco Geraldo Pina; Nazarezão; Antônio Millome; José de Castro; Idesino e Filadelfino. Esses militantes tinham contato com integrantes do partido residentes em outros municípios (alguns passaram a fazer parte do estado do Tocantins), como Porto Nacional, Formoso, Tocantinópolis, Uruaçu, Porangatú, Anápolis, Goiânia, Imperatriz-MA. Em Goiânia, o principal contato do PRT era Gileno de Tal (Ari), graduado em Ciências Sociais. Havia, igualmente, uma célula em Ceres na Colônia Agrícola, composta por três lavradores, sob a coordenação de José Diana, e outra em Dianópolis na Vila Nova da Conceição, cujo coordenador da célula era José da Conceição (R0031781-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 2; R0072850-1983, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 45, 47).

Pelos nomes citados pudemos perceber que o movimento ainda tinha arregimentado uma quantidade muito pequena de militantes. No entanto, a agência do SNI dizia: “Devido à quantidade enorme de elementos envolvidos, foi aberto um outro IPM a fim de apurar a participação dos militantes do PRT”. De acordo com a imagem construída por Régys Debrey sobre a Revolução Cubana, no livro intitulado *Revolução na Revolução*, muitos caíram na ilusão de que poucas pessoas poderiam promover uma revolução, o que fez com que os órgãos repressivos do regime militar intensificassem o processo de *saneamento* de todos os partidos políticos. A afirmação seguinte é um exemplo de como os militares percebiam a tática do PRT: “O Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) pretende iniciar a luta com os elementos disponíveis e durante a luta, ampliar seus quadros” (R0072850-1983, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 67).

Como já dissemos anteriormente, a trajetória do Partido Revolucionário dos Trabalhadores foi muito curta, principalmente devido ao recrudescimento do cerco da

repressão após o AI-5²⁵. O processo de queda do partido teve início com a prisão de Alípio de Freitas e outros militantes no Rio de Janeiro, o que possibilitou a obtenção de muitas informações, precocemente. Em agosto de 1970, o principal líder da organização, Vinícius Caldeira Brant (Rolando) foi preso em São Paulo e, em 1971, foi capturado Altino Dantas Jr., o último entre os principais dirigentes. Devido à prisão de todos os seus líderes, rapidamente o partido foi desmantelado (SILVA, 2016: 137).

Entre os anos de 1970 e 1971 também foram presos os principais líderes camponeses de Trombas e Formoso, inclusive aqueles tinham se vinculado ou se aproximado do PRT, como Manoel de Souza Castro, José Porfírio e Bartolomeu Gomes da Silva. Este último, na prisão, em 1970, certamente sob condição de muita tortura, mostrou aos militares o local onde as armas estavam escondidas. O escrivão relatou, por fim:

[...] que no dia dezanove de agosto de novecentos e setenta e um, o declarante levou as autoridades ao local das armas, tendo localizado além das que ele sabia, uma parte das que foram escondidas por Geraldo Marques (Geraldão), bem como várias caixas de munição de diversos calibres, junto as armas ali deixadas pelo Geraldão (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 282).

Era, então, a derrota definitiva das esquerdas socialistas no norte do estado de Goiás.

3.2. A atuação das esquerdas no município de Itauçu.

3.2.1. Um embrião do PCB na colônia agrícola de Ceres.

Como foi dito anteriormente, em 1954, houve uma redefinição no programa do Partido, que direcionou um novo olhar para os trabalhadores rurais, levando em consideração que a grande maioria da população brasileira, naquele período, ainda era agrária. Nesse sentido, devido à ilegalidade do PCB na década de 1950, em Goiás, “as associações constituíram a principal experiência de organização dos trabalhadores rurais sob a liderança do Partido Comunista” (BORGES, 2007: 36).

Nesse contexto, em 1956, foi criada na cidade de Itauçu a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, sob a orientação do PCB. Essa associação foi a segunda maior do estado e uma das mais duradouras e atuantes do período, só ficando atrás da de Trombas e Formoso. Suas principais bandeiras era a baixa do arrendo e a conscientização dos trabalhadores rurais. A ligação com o Partido Comunista Brasileiro e a proximidade do

²⁵ Ato Institucional Número 5.

município em relação à capital, fizeram com que esta associação desempenhasse um importante papel no apoio às lutas pela terra que ocorriam no centro-norte do estado, especificamente em Trombas e Formoso (BORGES, 2007: 37-39).

O fundador da Associação de Itauçu foi Sebastião Gabriel Bailão. Mineiro, mudou-se para Goiás, em 1941, por intermédio do cunhado Geraldo Marques, importante militante do movimento de Trombas e Formoso. De acordo com Elizabeth Borges (2005: 42), ainda que Bailão tenha se tornado um importante quadro do Partido Comunista Brasileiro, no estado, a sua trajetória política – descrita em bibliografia, fontes e principalmente em seus depoimentos – transparece muito mais uma cultura camponesa, exemplificada pela solidariedade e religiosidade popular, que propriamente a ideologia do Partido Comunista. De todo modo, e isso veremos mais adiante, é certo que Sebastião Bailão construiu uma trajetória política sólida, no estado, tanto pelo movimento camponês quanto pela via eleitoral, sendo eleito a vereador por duas vezes. Em relação à sua atuação política, no estado, Bailão comentou, em entrevista concedida à *Revista Antítese*, que não atuava apenas nos moldes do partido e dá exemplos de muitos casos em que agiu de forma *assistencialista*, muitas vezes com o apoio do governador Mauro Borges:

Eu não era um comunista que lutava lá tudo para o Partido; eu era o contrário, ou esta história que eu te contei do cara que era ferrador de animal que adoeceu, que nós levamos nos médicos aqui em Goiás e não teve jeito para ele... Eu tinha a senha para entrar pela porta dos fundos do Mauro Borges. Então, eu cheguei, conversei com o Mauro, o Mauro me deu um avião, me deu uma carta, de que o caboclo era parente dele, e eu peguei esse cara sem ninguém saber lá em Itauçu, ferrador de animal, pobre, peguei o avião, dez e tanto eu estava em São Paulo (BAILÃO, 2007: 153).

Por meio de Geraldo Marques, que já participava das reuniões do PCB, ficou sabendo da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), localizada na região de Ceres e Rialma. Com o objetivo de conquistar posses naquelas terras, logo se mudaram para a região e deram início ao plantio. A princípio, teriam se deslocado para a região apenas como colonos, não por orientação do Partido. Já outros elementos foram enviados com funções partidárias. Esse foi o caso de Geraldo Campos, em 1953, tendo então 17 anos, fora enviado para a colônia com o objetivo de elaborar o boletim *Ranca Toco*. Esse boletim noticiava os movimentos dos trabalhadores rurais na CANG, ao mesmo tempo em que denunciava tentativas de grilagem (BORGES, 2007: 42-43). Máquina de escrever e mimeógrafo ficavam escondidos na casa de Geraldo Marques e a impressão dos boletins se dava na casa às escondidas, na residência de

Sebastião Bailão. Sobre a elaboração do *Ranca Toco* em sua residência, Sebastião Bailão disse:

[...] nós montamos um jornalzinho de nome Ranca Toco, esse jornal foi circulado por aqui tudo, ninguém sabia onde era feito, nós funcionava isto lá clandestino no meio do mato. [...] Na colônia, na minha casa, no meu lote lá. Esse jornalzinho era feito... nós fazíamos o rolo, aprendi a fazer o rolo, aí veio um caboco que o exército estava querendo matar ele porque... ele explicava muito o nosso trabalho lá no meio, nós tínhamos os codinomes, ele veio e nos ensinou a fazer isso. Então esse jornalzinho saía, nós tínhamos a *Frente Popular* aqui em Anápolis também, e nós pegou a divulgar tudo, o contrário do que os grileiros queriam, o que era os posseiros, o que eles estavam fazendo, o que estava acontecendo, e aquilo (*sic*) (BAILÃO, 2006).

Todavia, segundo Jadir Pessoa (1999: 52-54 *apud* MAIA, 2008: 173), o quadro pecebista que se formou na colônia agrícola não teve uma atuação de destaque. O grupo somente articulou a criação de uma Associação de Lavradores e interveio na divisão de um terreno que estava sendo grilado por um alemão conhecido como Helmuth (BAILÃO, 2006: 158). Houve pouca atuação política dentro da colônia deu-se em função da falta de abertura entre os próprios lavradores, que tinham o controle sobre sua propriedade e trabalhavam de forma autônoma. Dessa forma, as reivindicações basicamente se resumiam aos problemas internos da colônia, sujeitos ao julgamento e decisão do administrador da CANG. Logo os militantes do PCB abandonaram o trabalho ali e se deslocaram a outras regiões. A maioria foi para Trombas; Sebastião Bailão para Itauçu, cidade marcada pelo trabalho dos lavradores nas fazendas de café e Geraldo Tibúrcio foi para São Paulo a fim de compor o quadro dirigente da recém-fundada ULTAB²⁶.

Dessa forma, as atenções do PCB, no estado, voltaram-se principalmente para a organização do movimento na região centro-norte. As lideranças do partido, que chegaram à região eram José Ribeiro, Dirce Machado, Geraldo Marques e João Soares, todos vindos da colônia de Ceres. Quanto a Sebastião Bailão, no ano de 1956 foi deliberado em assembleia, que ele venderia seu lote na colônia agrícola para comprar as armas a serem empunhadas pelos posseiros de Trombas (BORGES, 2007: 43; MAIA, 2008: 18). Segundo Bailão, a principal justificativa de tal tarefa ter recaído sobre ele era o fato de não ter filhos:

Então, nós chegava a conclusão, até dizer para eles o seguinte, ou nós lutamos ou entregamos a palha para eles (grileiros), aquela linguagem camponesa, e eles foram organizando, é aí que eu falo, organização não funciona se não for de baixo para cima e eles (PCB) mesmo com o talento deles foi nos ajudando. Aí o partido tirou

²⁶ União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Foi fundada em 1954 sob a liderança de Lindolfo Silva, militante do PCB.

uma resolução e eu não tinha feito minha esposa criar, que eu vendesse a minha propriedade para dar assistência, não só armas, que eles largavam de plantar roça para ir para as trincheiras né, aí eu vendi. Eu fui e vendi a minha propriedade e dei para eles. [...] Então, por causa dessa luta minha eu transformei em quadro do partido, passei a fazer tudo o que o partido precisava e fui muito feliz assim (BAILÃO, 2006: 163).

Alguns estudiosos, como Loureiro (1988: 93-96 *apud* BORGES, 2007: 43), criticam as atitudes do partido, pelo fato de ter conseguido envolver os trabalhadores rurais nas atividades, mas centralizava as decisões, de forma hierárquica, nos comitês do partido. Porém, o que pudemos perceber na fala de Sebastião Bailão, é que, nesse caso, a resolução do apelo à via armada veio dos próprios posseiros de Trombas em conjunto ao núcleo do partido na colônia agrícola. Todos os militantes que se deslocaram para a região tinham experiência como lavradores, assim como aqueles que pretendiam liderar. A experiência de vida dessas pessoas teria sido importante para que houvesse uma aceitação do grupo no movimento. Como debatemos anteriormente, o comitê estadual do PCB, forneceu apoio armado aos posseiros, meio a contragosto, pois tal medida não integrava as prioridades do programa. Porém, a direção teve de *ceder* ao apelo e, como Sebastião Bailão disse “foram nos ajudando” (BAILÃO, 2006: 163; MAIA, 2008: 173).

No entanto, o PCB defendia que o movimento no campo fosse organizado e desenvolvido pelos próprios camponeses que integrassem os quadros do partido, intensificando o envolvimento dos posseiros e lavradores na luta. Isso fica claro no *Programa de 1954*:

A frequência desse erro em nossa atividade tem desenvolvido entre os camponeses uma falsa compreensão sobre o papel do Partido, levando-os a esperar que nosso Partido faça tudo por eles e lhes entregue a terra. Evidentemente, tal atitude só pode conduzir às piores consequências. É necessário que os camponeses tenham ilimitada confiança em nosso Partido, mas isto deve decorrer de sua própria participação ativa nas lutas, onde comprovem a justeza de nossas palavras de ordem, nossa capacidade de dirigir e de organizar, nossa abnegação a frente de suas lutas (SANTOS, 1954).

Nesse trecho do Programa, percebemos que o PCB estimulava que os camponeses agissem por conta própria, porém não de forma avessa às orientações do partido. Quando necessário, os militantes deveriam aceitar as *palavras de ordem*, que vinham dos comitês centrais do país. Sebastião Bailão falou sobre a relativa autonomia que desempenhou no processo de organização da Associação de Lavradores e do próprio partido em Itauçu. Ele teria ido para lá de forma independente: “Não, independente do partido... Mas nós fomos

também já com o intuito de criar o Partido lá, como criamos, e isso serviu para dirigir aquela luta em Formoso, que foi uma das lutas mais importantes do Brasil” (BAILÃO, 2007: 147).

José Ribeiro, em entrevista a Paulo Cunha, (2007: 176 *apud* MAIA, 2008: 173), disse que o sucesso do movimento não foi um resultado da liderança do partido, mas sim da predisposição do camponês para a ação, de forma que o PCB teve de se colocar no lugar deles, respeitando a dinâmica própria de atuação na região. Um exemplo disso, foi o surgimento de um líder emblemático no movimento: José Porfírio. Segundo Bailão, a liderança de Porfírio foi desenvolvida pelo grupo advindo da colônia agrícola de Ceres (BAILÃO, 2006: 162).

3.2.2. A chegada de Sebastião Bailão e a criação da Associação de Lavradores de Itauçu.

No mesmo período em que Bailão vendeu sua propriedade, o partido determinou que o pecebista deveria ir para o município de Itauçu. A partir disso, em convenção realizada em Goiânia, decidiu-se pela organização das associações de trabalhadores rurais. Essas associações deveriam ser implantadas em regiões de atuação dos *comitês de zona* do Partido, estabelecidos aproximadamente em dez municípios. Segundo Sebastião Bailão, a primeira associação de lavradores foi fundada por ele, em Itauçu:

[...] aí começou a legislação trabalhista ao campo, então o partido me propôs, para mi vir para o sul, criar a primeira associação de lavradores, para nós levar o negócio mais para o terreno oficial. [...] Itauçu tinha muito café aí, era feudo dos Caiado, dos Lobos, tinha muita sacanagem aí. Ai, eu optei para nós criar a primeira associação ali (*sic*) (BAILÃO, 2006: 165).

Sebastião Bailão, aos poucos, deu início à organização dos trabalhadores rurais de Itauçu. Eram realizadas discussões nas lavouras e na casa das pessoas sobre as condições de vida do arrendatário e a lei estadual que estipulava a porcentagem máxima da taxa de arrendo. A fim de ter um contato maior com os lavradores começou a trabalhar nas lavouras e também como servente (BORGES, 2007: 44). Quando a população descobriu que ele que era membro do Partido Comunista começou a ser discriminado, principalmente pelos líderes das igrejas locais, que detinham muita influência na região, o que é comum na zona rural:

Então tinha lá os crentes que eles chamavam de *rampa* purificadora, eles faziam uma igreja deles lá, porque naquela época não tinha tanta igreja como tem hoje, eles

metiam o pau em mim lá: olha tem um comunista aí falando não sei o que, que é contra Deus, contra isso, metia o pau em mim [...] (*sic*) (BAILÃO, 2006: 166).

No entanto, devido a trabalhos assistencialistas, como arrecadar dinheiro para comprar caixão para os pobres, Bailão foi conquistando a confiança dos trabalhadores rurais. Outra função que o militante desempenhava, e contribuía muito nesse sentido, era a de *benzedor*:

E não, não é só batizando não, curando. Porque o lavrador naquela época tinha o negócio de curar o cobreiro, não sei se você já ouviu falar, cobreiro eles falam que é o sapo, você encosta no sapo, numa coisa suja com o leite do sapo, aquilo da uma ferida. Então aquilo era curado com talo de mamona. Eles traziam três talos de mamona, eu punha assim em cima da cesura um talo, rezava um pai-nosso com ave-maria e cruzava ele depois cortava ele e falava: assim mesmo eu corto, meia a cabeça e cortava, fazia isso três vezes e rezava um pai-nosso com ave-maria e te dava e você jogava na água, rapaz danei a curar os outros lá. Eu tava pegando o ônibus e tinha que curar os cara, virou um negócio... (*sic*) (BAILÃO, 2006: 166).

Essa fala demonstra que o militante, mesmo tendo se filiado ao Partido Comunista Brasileiro, detinha traços culturais típicos dos trabalhadores rurais brasileiros, como a religiosidade popular, elementos que aparentemente mostravam-se mais fortes que a própria questão ideológica. Segundo Elizabeth Borges (2005: 46), a benzeção é um “veículo que possibilita ao benzedor estabelecer relações de solidariedade e aliança com a população mais pobre”. Por meio de ações assistenciais e da prática da benzeção, intencionalmente ou não, Bailão conseguiu um grande apreço e aceitação perante os trabalhadores rurais.

Quando a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu foi fundada, Bailão tornou-se o presidente. Essa associação se diferenciou da de Trombas e Formoso pelo fato de não ter experimentado a luta armada. A partir de 1956, como já foi dito anteriormente, as relações entre o núcleo pecebista de Trombas e Formoso e o Comitê Estadual entraram em declínio. Em primeiro lugar, em decorrência do uso das armas no movimento, e em segundo, por assumir posições autônomas não acatando as *palavras de ordem* do Partido, expressão recorrente nos documentos da época (BORGES, 2007: 48). Tal atitude era considerada *sectária* pelo *Programa de 1954*, fato que fazia com que o partido, muitas vezes, substituísse “a massa (camponesa) pela vanguarda”, na luta (SANTOS, 1954). Sebastião Bailão falou sobre a dificuldade que o PCB encontrou para dirigir o processo de sindicalização das associações, em Trombas e Formoso, por demonstrarem comportamento tido como *sectário* pelo partido:

[...] lá em Formoso o poder era nosso, lá dava mais dificuldade para a gente dirigir o sindicato do que onde nós não tínhamos o poder pelo povo. [...] Aquilo que você estava falando sobre aquelas contradições que estavam tendo lá, já estava tendo,

num lugar onde nós suamos e tudo, entregamos lá, a turma falou, agora não preciso mais da direção estadual, não preciso mais da nossa disciplina, que é o meio que está aí... Isto é um perigo [...] (BAILÃO, 2007: 154).

Já a Associação de Itauçu, segunda em destaque no estado de Goiás, cumpria as normas do Partido, resolvendo os problemas locais dentro da legalidade. No entanto, é preciso lembrar que a conjuntura das duas regiões era muito diferente. Enquanto em Itauçu, as principais demandas da associação, e, por conseguinte, do partido, eram o cumprimento da taxa do arrendo em 20%, o pagamento por benfeitorias e a conscientização dos trabalhadores rurais frente o mandonismo dos fazendeiros, em Trombas havia a questão da posse da terra e também uma pauta pela reforma agrária. Como vimos anteriormente, o próprio Sebastião Bailão reconhece que sem o uso das armas teriam perdido a causa na região centro-norte do estado.

Independentemente de a maioria das associações de lavradores do estado ter atuado primordialmente seguindo a constituição, pela aplicação das leis e garantia dos direitos dos trabalhadores rurais, muitos jornais goianos informaram, na primeira metade da década de 1960, o “clima de conflito” no campo, pois muitos fazendeiros tentaram impedir a organização dos trabalhadores rurais. Esse sentimento de ameaça não se dava apenas devido à direção primordial do PCB nas associações e sindicatos, mas devido ao combate ao mandonismo e relações de trabalho semiescravo no meio rural. No Brasil, naquele momento era comum a existência de relações de trabalho análogas à escravidão, no meio rural, principalmente nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. Diante desse cenário, o Partido Comunista Brasileiro foi pioneiro na organização desses trabalhadores rurais em defesa de seus direitos, no estado de Goiás (BORGES, 2007: 48; LIMA, 2013).

Sebastião Bailão descreve relações de trabalho escravo que ocorriam na cidade de Goianésia. Ele e os companheiros da colônia agrícola, com o apoio e orientação do PCB, se movimentaram para resolver a situação dos lavradores exigindo o pagamento dos salários, mas, dessa vez, não pelas vias *legais*:

[...] de dentro da Colônia, nós participava de uma luta aqui em Goianésia, na fazenda cafeeira que era de uns alemães... uns americanos, você pode caçar a origem dela, que tem até aí na beira do Rialma, São Patrício, de um lado Rialma de outro lado a Colônia Agrícola, eles trazia gente do Nordeste, aquele pessoal que passava fome, vinha de caminhão, empurrando o caminhão aí, com essas chuvas, trabalhava para o cara, eles não pagava para o cara ir embora, nós tiramos a resolução e eu fiquei responsável por isso. Também abandonar a frente, nós sair do terreno popular, da frente popular, que nós dizia e ir para o fundamental né? Eu fui trabalhar na cafeeira e eles não sabiam de onde eu era, eu e mais uma turma, lá num quartão feito de palha, goteraiva, os nordestinos adoeciam, saía ferida nos beijos, chorava de dor e tudo e nós, com remédio, penetrando lá, fomos vendo aquilo e eles não pagavam,

para os cara não ir embora. Aí nós fizemos um movimento lá e fizemos eles pagarem, nós prendemos eles, na sede deles, lá na fazenda cafeeira, eles eram poderosos, era cara que tinha rádio, tinha tudo, montado na fazenda. Fizemos eles pagar, os camponeses não sabiam nem descontar cheque no banco, nós que vinha para eles, muita das vezes eles falavam o que eu te dou para pagar Bailão, o camponês. Eu, não, não é nada não, me dá uma garrafa de pinga (risos...) falei para eles... (BAILÃO, 2006: 163-164).

3.2.3. Sindicalização e adesão à via institucional durante o governo Mauro Borges.

Como vimos anteriormente, em todo o Brasil, no início da década de 1960, houve uma tendência de sindicalização de organizações camponesas. Essa conversão foi tida como positiva e necessária pelo próprio PCB, a fim de fortalecer a classe e legitimar suas pautas perante o estado. A *Resolução Política do V Congresso*, de setembro de 1960, afirma que a atuação dos sindicatos rurais deveria partir de reivindicações mais imediatas, porém na intenção principal de fortalecer o movimento pela reforma agrária:

A fim de impulsionar a organização das massas do campo, é necessário dar atenção principal aos assalariados e semi-assalariados agrícolas. Sua organização em sindicatos deve constituir a base para a mobilização das massas camponesas. A organização dos camponeses deve partir das reivindicações mais imediatas e viáveis como a baixa das taxas de arrendamento, a prorrogação dos contratos, a garantia contra os despejos, a permanência dos posseiros na terra e a legitimação das posses, etc. (PCB, 1960).

O documento afirma também que, na “mobilização dos assalariados rurais e camponeses seria necessário empregar as mais variadas formas de luta”, desde que utilizassem dos “meios legais, especialmente a defesa jurídica dos direitos das massas do campo” (PCB, 1960).

Em 1963, o governo de Mauro Borges deu início à sindicalização rural em massa, em consonância ao plano nacional definido pelo governo federal, por meio da Setas (Secretaria de Trabalho e Ação Social) e da Supra (Superintendência da Reforma Agrária) iniciou a campanha de sindicalização rural. O projeto do governador era promover a unificação de órgãos como a Setas, a Delegacia do Trabalho e a Federação dos Sindicatos a fim de manter a disciplina e controle sobre os trabalhadores rurais, principalmente em relação à posse da terra. Dessa forma, o governador, por meio desses órgãos, estendia o populismo sindical ao campo (BORGES, 2007: 49).

Quando foi criada a Federação dos Sindicatos de Produtores Autônomos Rurais do Estado de Goiás o presidente eleito foi Sebastião Bailão. Após a transformação das associações em sindicatos e sua regulamentação foi criada a federação, que, por sua vez, estava vinculada à ULTAB (BORGES, 2007: 52). Bailão falou sobre a Federação: “Quando veio o Golpe Militar, nós tínhamos quarenta e nove sindicatos organizados e uns sessenta em movimento. Nós chegou até a criar uma federação, e eu passei a ser o presidente dessa federação” (*sic*) (BAILÃO, 2007: 148).

Podemos dizer que a sindicalização dos trabalhadores rurais, no governo Mauro Borges, se deu nos moldes do *populismo sindical*²⁷, porque financiava a criação dos sindicatos e concentra certa participação dos trabalhadores rurais. No entanto, o intuito principal era enfraquecer ou neutralizar as lutas e reivindicações dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que adquiria maior controle sobre elas. Nesse sentido, sindicato de Itauçu atuava conforme as expectativas do governo (e também do PCB), se preocupando em conciliar todos os conflitos que surgiam entre lavradores e proprietários da terra, exclusivamente por vias pacíficas, com acordos verbais ou judiciais.

Todavia, segundo Elizabeth Borges (2005: 52), a maior parte das demandas atendidas pelos sindicatos eram de caráter individual e assistencialista. Tais práticas de assistência eram tão rotineiras nos sindicatos rurais da época, que na entrevista de Sebastião Bailão publicada na Revista Antítese, são recorrentes as situações de auxílio a lavradores pobres em Itauçu. Outro tema recorrente na entrevista é o apoio fornecido pelo então governador Mauro Borges, o que demonstra que o populismo se estendia também aos líderes sindicais. Durante a conferência, Bailão afirmou que a expansão dos sindicatos se deve muito ao apoio de Borges:

²⁷ As definições acerca de *populismo* são imprecisas, devido ao fato de o termo ter sido utilizado para dar nome a processos históricos diversos. Aqui trabalhamos o termo no sentido do que Alessandro Batistella (2012: 469, 474) chama de *teoria clássica do populismo*. Entre as décadas de 1950 e 1960 esse conceito passou a ter uma conotação negativa. Batistella cita o trabalho de dois sociólogos argentinos, Gino Germani e Torcuato de Tella, que trabalharam o conceito em torno da *teoria da modernização*. Para esses estudiosos o *populismo* latino-americano fora o período de transição entre a sociedade tradicional (rural e agrária) e a sociedade moderna (urbana e industrial). Nesse sentido, a população rural é vista como “inexperiente politicamente e acostumadas às relações clientelistas”. A *teoria clássica do populismo*, então, apresenta os trabalhadores dos anos 1930 até 1964 como facilmente manipulados e cooptados por um líder político parternalista, carismático e demagógico. Em relação ao populismo sindical, ou como é chamado por Armando Boito Jr. (1991: 89-90), *sindicalismo populista*, este convive bem com o Estado, porque seus objetivos, organização e formas de luta se enquadram nos limites impostos pela ideologia estatal. Primeiramente este é economicista, ou seja, fornece apoio a um programa desenvolvimentista, e, ao contrário do que é tradicional no movimento operário europeu, o sindicalismo populista não se articula com nenhum partido. Quanto à organização, o sindicalismo populista também é diferente, porque sua representatividade e recursos materiais são concedidos pelo Estado. No populismo sindical em vez de dizer que os trabalhadores se organizam em sindicatos, é mais correto dizer que estes se filiam a sindicatos organizados pelo Estado. Os trabalhadores, então, mantêm com o sindicato uma relação frágil e distante, esperando que o organismo identificado com o estado defenda seus interesses, o que é perceptível nas demandas meramente assistencialistas dos lavradores e camponeses do município de Itauçu.

“nós conseguimos expandir aqui em Goiás, com o apoio do Mauro Borges, senão não tinha jeito, porque nós não tínhamos muitos meios materiais” (BAILÃO, 2007: 146).

De acordo com a entrevista de Sebastião Bailão, o líder comunista conseguira arregimentar muitos membros para o sindicato e para o próprio PCB, em Itauçu, porém não por meio da *conscientização política*, que, em teoria, era um dos objetivos dos sindicatos. Bailão conseguiu a adesão dos trabalhadores devido a prestígio e respeito, em virtude às ações de solidariedade, à influência política que passou a exercer na região e a desenvoltura legal que aplicava em defesa das causas dos camponeses e trabalhadores rurais. O líder camponês inspirou, inclusive, a filiação do pastor da igreja Assembleia de Deus, da cidade, não por ideologia, mas pela presença política que Bailão desempenhava na região:

Esse caboco que era pastor da Assembleia de Deus lá que me xingava, ele era o fotógrafo, o único fotógrafo da cidade, nós para tirar a carteirinha de lavrador, nós tinha que ter o fotógrafo ele passou a participar das reuniões. Aí um dia ele chegou com as fotos dele, disse: Bailão eu posso entrar nesse Sindicato também porque a minha profissão é lavrador e eu já fui expulso, já machuquei na carreira que eu corri, o caboco jogou o cavalo em cima de mim e eu quero ser membro do sindicato também, passou a ser membro. Passado mais ou menos uns seis meses ele chegou em mim e falou: Seu Bailão, esse sindicato é o partido do senhor? Falei: não o meu partido é o Partido Comunista Brasileiro... pois eu quero entrar é para ele, eu quero ficar no partido que o senhor está (BAILÃO, 2006: 168).

Como já vimos anteriormente, muitas vezes Bailão recorria a ao “apoio” fornecido pelo governador Mauro Borges para dar assistência à população menos favorecida do município. O líder camponês igualmente não deixa passar batido o fato de que tinha muita influência frente ao governador, dizendo ter a *senha* da porta dos fundos.

É preciso levar em consideração o fato de Sebastião Bailão ter advindo da classe camponesa e recebido apenas seis meses de estudo, sendo semialfabetizado. Teria aprendido muito no Partido Comunista Brasileiro, o que o levou a conquistar notoriedade em Goiás e no plano nacional: “eu mesmo não tive escola, mas participei de muito curso, o partido dava curso para a gente [...]. Então, eu abracei o partido e na colônia nós conseguimos vencer a luta” (BAILÃO, 2006: 161). Fora indicado para presidir reuniões e congressos em Goiânia, como foi o caso do Encontro de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em 1963. Também participava de congressos em todo o país e até no exterior. No mesmo ano também entrara para a política, sendo eleito vereador em Itauçu e o mesmo afirma que, se não fosse o Golpe de 1964, teria sido prefeito (BORGES, 2007: 52).

Ou seja, do ponto de vista de um homem de origem camponesa com pouca instrução, que se tornou líder sindical e vereador, ter influência frente ao então governador do estado

realmente tinha muita importância. Os trabalhadores rurais constituíam a camada mais pobre e desprestigiada da sociedade da época, o que os submetia, muitas vezes, a situações de semiescavidão. Eram vistos como *nada, ninguém*. Por meio das associações, e consecutivamente dos sindicatos rurais, os quais Elizabeth Borges enquadra como integrantes das Ligas Camponesas, esses trabalhadores conquistaram cidadania e reconhecimento social como *pessoas*. Nesse sentido, a atuação do Partido Comunista Brasileiro foi de extrema importância, pois foi a primeira instituição partidária a dar apoio e atenção especial às causas camponesas, no estado de Goiás. Então, “as vitórias que conseguiram juntos, mesmo pequenas, eram importantes para eles, pois conseguiam validar o que os outros lhes haviam sistematicamente negado: a condição de pessoa” (BORGES, 2007: 52-53).

É importante ressaltarmos que o líder máximo do PCB em Itauçu, Sebastião Bailão, também se enveredou pela via eleitoral, uma das premissas que ganhou destaque nos documentos e programas do partido, a partir de 1958, como já vimos no subcapítulo sobre Trombas e Formoso. Desse modo, ambos os Comitês Zonais, núcleos das maiores forças camponesas do estado, lançaram nomes de dirigentes à disputa de cargos eleitorais. Como já foi dito, Bailão foi eleito vereador no município de Itauçu, por duas vezes consecutivas. Segundo ele, teria sido prefeito, caso não tivesse sido instaurado o Regime Militar:

Aí resultado, terminou e eu tirei em primeiro lugar e naquela época, quem tirasse em primeiro lugar na campanha para vereador era o presidente da Câmara, era de praxe aquilo e nós éramos sete vereadores, três da UDN, três do PSD e eu do PTB, aí eu entrei como presidente da Câmara e fui levando o negócio, qualquer coisa eu distribuía para aprovar lá, aí fomos movimentando. [...] e veio esta tendência de nós fazer uma coesão lá e a gente começou a fazer o trabalho, então estava aproximando as eleições, quando veio o golpe militar eu era candidato a prefeito de todo mundo, pegamos a fazer posto de saúde, este posto transformou em Hospital, está lá funcionando hoje, na zona rural [...] (sic) (BAILÃO, 2006: 171-172).

Em novembro de 1963 foi realizado em Goiânia, no colégio Atheneu Dom Bosco, o I Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais de Goiás. A abertura do encontro, que contou com a presença de autoridades como o governador Mauro Borges, o vice-governador e presidente da Supla, também representando o presidente João Goulart, foi realizada por Sebastião Bailão. O encontro contou com 1300 delegados, entre eles operários, estudantes, representantes de sindicatos rurais, associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, sindicatos de operários da indústria, entidades estudantis, entidades de bairro, entidades femininas, federações (de trabalhadores rurais e da indústria), representantes da CGT de Goiás e vários representantes de sindicatos e associações de trabalhadores rurais de Brasília. (BORGES, 2007: 54).

Entre os objetivos do encontro estavam: fortalecer a organização dos trabalhadores rurais a fim de garantir o direito à posse da terra aos camponeses; articular a luta pela reforma agrária; a necessidade de um governo nacionalista e democrático e, por fim, a necessidade de legalização do Partido Comunista Brasileiro, pois seria o único atento aos objetivos de luta dos trabalhadores rurais. A partir de então, a reforma agrária tornou-se um tema muito discutido, em Itauçu, até as vésperas do Golpe Militar. Isso é perceptível no depoimento da esposa de um dos membros do Sindicato dos Produtores Autônomos de Itauçu:

Eles falava muito em Reforma Agrária, eu escutava as conversa deles lá em casa, principalmente depois de uma reunião lá em Goiânia, a gente não compreendia bem porque não participava destas coisas, era conversa de homem e a gente não intrometia. Se perguntasse eles nem respondia (Teresa Bento da Silva, 2003 *apud* BORGES, 2007: 55).

Após o I Encontro dos Trabalhadores Rurais, a Federação dos Sindicatos de Produtores Autônomos do Estado de Goiás realizou, em fevereiro de 1964, na sede do Sindicato dos Bancários em Goiânia, em um encontro que contou com a presença de 29 presidentes de sindicatos rurais, representando os municípios de: Rio Verde, Uruaçu, Nerópolis, Itumbiara, Ceres, Goianápolis, Amaro Leite, Trindade, Inhumas, Montes Claros, Santa Helena, Pirenópolis, Silvânia, Guapó, Hidrolândia, Nova Veneza, Bonfinópolis, Itauçu, Piracanjuba, Goiânia, Leopoldo de Bulhões, Caturai, Pontalina, Nazário, Araçu, Olhos D'água, Bom Jesus, Morrinhos e Cromínia. Nesse encontro ficou definido que os sindicatos defenderiam a manutenção da taxa mínima de arrendo em 20%, a invasão de latifúndios improdutivos, ao mesmo tempo em que foram reforçadas as resoluções do I Congresso Camponês-Operário-Estudantil de 1963. Por fim houve a recomendação de que o então deputado José Porfírio apresentasse projeto à Assembleia Legislativa, a fim de regulamentar a lei dos 20% de arrendo (BORGES, 2007: 55).

3.2.4. A investida militar sobre a cidade de Itauçu: a desarticulação do PCB na região.

Embora o sindicalismo rural tivesse amparo legal, os fazendeiros goianos o viam como uma ameaça que deveria ser expurgada. Esse clima de tensão se intensificou depois do encontro dos sindicatos, que aprovava a decisão de invasão das terras improdutivas, desencadeando a reação dos fazendeiros. Diante desse cenário, frações da burguesia se manifestaram, reivindicando a limitação da organização dos trabalhadores rurais, entre outras

iniciativas. Então, as pautas abordadas no I Encontro dos Trabalhadores Rurais de Goiás e o encontro de sindicatos rurais serviram de pretexto, após o Golpe de 1º de abril de 1964, para a cassação política e prisão de vários líderes, entre eles Sebastião Bailão e vários trabalhadores que defenderam a posse da terra e a reforma agrária, além da desativação de sindicatos e federações, no estado, (BORGES, 2007: 56).

O Golpe Militar abalou a organização das associações e sindicatos rurais existentes no estado de Goiás. Os inquéritos militares caçaram e perseguiram aqueles que estavam supostamente ligados à *subversão* que prevalecera durante o governo de João Goulart. Houve o desmantelamento ou intervenção nas organizações das Ligas Camponesas: intervenção nos sindicatos e redefinição de suas funções, ameaças, prisões e torturas de líderes, cassação de mandatos, etc. Em Itauçu, muitos lavradores foram presos rapidamente após o Golpe. Sebastião Bailão, que tivera seu mandato de vereador cassado em 04 de abril de 1964, conseguira fugir, mas foi preso em São Paulo alguns anos depois. Bailão fora acusado de ser *comunista, antipatriota e hostil às instituições religiosas e democráticas da Nação Brasileira, uma ameaça para o povo itauçuense por ser elemento pernicioso e subversivo*. Os motivos para a cassação foram reforçados em pronunciamento da Câmara dos Vereadores de Itauçu:

O referido vereador, pelas atitudes assumidas, principalmente na atual conjuntura política, tornou-se um elemento pernicioso e subversivo contra as instituições democráticas da nação. É um elemento comprovadamente comunista, e nestas circunstâncias esta Câmara Municipal não poderia obrigá-lo em seu meio, o que implicaria na compactação dos demais vereadores com os princípios antidemocráticos e altamente lesivos à segurança do regime, de vez que o referido vereador por suas atitudes subversivas vem ferindo diretamente a Lei Magna do país [...] A permanência do Sr. Sebastião Gabriel Bailão neste legislativo constituirá uma afronta ao povo democrático e religioso de Itauçu, e seria também um malogro aqueles que confiaram tão honroso mandato (CÂMARA, 1964 *apud* BORGES, 2007: 57)

Como vimos no subcapítulo anterior houve a proposta de resistência ao Regime Militar implantado em abril de 1964. De acordo com a bibliografia consultada anteriormente, como as dissertações de Renato Dias (2010) e Elizabeth Borges (2005), além das fontes analisadas, essa perspectiva de resistência, no estado de Goiás, teria se manifestado unicamente por José Porfírio, líder camponês de Trombas e Formoso e, até aquele momento, militante filiado ao Partido Comunista Brasileiro. Diante de tal proposta, os companheiros do Comitê Zonal de Trombas e do Comitê Estadual, compreendendo a composição de forças como desfavorável ao levante, não concordaram com o plano e foram além, escondendo todo o armamento recebido para o movimento em Trombas e Formoso.

No entanto, em entrevista concedida a Cláudio Maia e publicada na *Revista Antítese*, em 2006 e 2007, Sebastião Bailão alega que a perspectiva de resistência, na verdade, era projeto de uma frente ampla, protagonizada pelos grupos que se engajaram pela *Campanha da Legalidade*, em defesa da posse de João Goulart, em 1961. Ou seja, o clima de tensão política já vinha de alguns anos e percebia-se a possibilidade de um golpe militar. Líderes do estado de Goiás, inclusive, se anteciparam, dando início à preparação das condições materiais e técnicas para uma possível organização de guerrilhas. De acordo com Sebastião Bailão, Mauro Borges (mesmo que tenha participado das articulações políticas em defesa do golpe militar) vinha comprando muitas chácaras, segundo ele com o intuito principal de formar campos de guerrilha, em caso de ofensiva militar. Um homem filiado ao PCB, chamado Benigno, proprietário da empresa Expresso Maia, também teria adquirido propriedades no meio rural para essa finalidade. Porém, recorreram a essas chácaras principalmente para esconder temporariamente estudantes do PCB perseguidos pelos militares:

Mas então com o Mauro Borges nós ficamos demais, na época do Golpe Militar, nós reunimos clandestino aí e se nós levanta aqui em Goiás, às vezes nós tinha dado conta nesse Brasil. [...] O Mauro comprou tantas chácaras aí que nós reuníamos. O Partido pegou [...] o Benigno, que era dono do Expresso Maia, era do partido, este homem nos ajudou, ele comprou chácara aí, porque o Golpe Militar... nós tínhamos um trabalho operário, camponês e estudante. E o estudante foi muito massacrado [...] e eu clandestino levei estes jovens tudo para fora, para a União Soviética, para estudar e não ser preso aqui, então o que acontece, eu punha eles na chácara, nós dando assistência a eles, trocamos o nome deles, demos codinome [...] (*sic*) (BAILÃO, 2006: 173).

De acordo com Bailão, Mauro Borges também estava no esquema da resistência e afirma: “eu e o Mauro estávamos com tudo montadinho aqui”. O suposto *esquema* também envolveria Leonel Brizola e muitos militares. No estado havia um quadro numeroso de pessoas, entre camponeses, estudantes e militantes de esquerda, disposto a pegar em armas caso se concretizasse a intervenção militar. A maior parte teria confirmado a adesão no I Congresso de Lavradores, realizado no segundo semestre do ano anterior, e teriam, inclusive, chegado a fazer um breve treinamento militar:

[...] Congresso, nós fizemos aqui, cinco mil lavradores, nós ficamos três dias aqui, lavradores, operários e estudantes – foi no Atheneu Dom Bosco. Este pessoal estava todo esperando e nós tivemos que desfazer tudo e partir para a clandestinidade. [...] nós tínhamos mais de trezentas pessoas e em vários lugares, nós tínhamos em Goiás (BAILÃO, 2007: 142).

Como podemos perceber, o processo de cooptação das esquerdas pelo Governo Mauro Borges, articulação conceituada por Antonio Gramsci de *transformismo*, garantiu a tutela e controle das oposições, sendo o responsável pela perda de autonomia, e consequente fragilização, após o Golpe militar. Mesmo tendo apoiado a intervenção militar no país, a fim de derrubar João Goulart, o então governador continuava mantendo, perante a opinião pública, a imagem de *legalista*, construída durante a Campanha pela Legalidade, junto a Leonel Brizola, em 1961. Nesse sentido, o *transformismo molecular* verificado no estado de Goiás, devido à integração individual de intelectuais e personalidades políticas de esquerda ao Governo (MACIEL, 2006: 290-291), foi o responsável, em grande parte, pela sua retração e estagnação, nos anos que se seguiram ao golpe, bem como o esfacelamento de uma atuação mais combativa. Um exemplo significativo está no fato de que os integrantes das esquerdas esperavam a ordem de Mauro Borges para pegar em armas e desencadear a resistência contra os militares, porém, essa nunca aconteceu.

Como vimos anteriormente, José Porfírio igualmente se engajara no processo de preparação de guerrilhas. O mesmo designou, em acordo com *elementos* do Comitê Estadual do PCB, alguns rapazes de Trombas e Formoso, sem a ciência do núcleo do Comitê Zonal de Trombas e Formoso, para participar de treinamento militar na cidade de Rondonópolis, no Mato Grosso, coordenado por Francisco Julião, importante líder das Ligas Camponesas. Sebastião Bailão também confirma esse fato ao ser questionado pelo entrevistador, e diz até que Porfírio simpatizava muito com a linha militarista e autogestionária pregada por Julião. O apego a essas ideias radicais, que os militantes do PCB na época, chamavam de *sectárias*, fizeram com que Porfírio fosse vaiado após um pronunciamento no Congresso de Belo Horizonte. Nas palavras de Bailão, o líder camponês de Trombas e Formoso teria aderido à causa de Julião por não ser um homem *maduro* (BAILÃO, 2007: 164). Estava disposto a morrer na luta, o que ele achava uma *bobagem*:

Tanto que, no primeiro congresso em Belo Horizonte, as ligas foram para lá, até com armas para convencer o povo que tinha que ser daquele jeito, porque o negócio lá do Nordeste é um, aqui no centro é um. Então, nós... por o Porfírio não ser um cara maduro, ele era ganho por lá, porque ele era um cara que estava disposto a morrer, o Zé Porfírio, na causa... isto ele tinha disposição, que é uma coisa, vou dizer, é uma bobagem, mas é uma coisa sua (BAILÃO, 2007: 164).

Segundo a entrevista, o núcleo pecebista de Trombas e Formoso e integrantes do Sindicato de Lavradores também estavam preparados para integrar a resistência, mas apenas as armas que levaram à vitória da luta pela terra na região centro-norte do estado não eram o

suficiente. A falta de reforço no armamento teria impossibilitado a execução do plano. As armas adicionais ficariam a cargo de Adhemar de Barros, então governador do estado de São Paulo. Porém, de última hora, segundo Bailão, ele não teve *coragem* de enviar: “O filho dele veio aqui, nós fizemos reunião, preparamos... as armas vinham, aí *lencou*, ele não teve coragem e nós ficamos de pé e mãos quebrados aqui” (*sic*) (BAILÃO, 2006: 174).

Sebastião Bailão, em entrevista concedida à *Revista Antítese*, e publicada nos anos de 2006 e 2007, fala de Mauro Borges e Adhemar de Barros, respectivamente então governadores de Goiás e São Paulo, como políticos progressistas, engajados em favor da democracia brasileira e dispostos a resistir ao Golpe de 1964. Porém, é conhecido que ambos deram apoio ao Golpe Militar.

Porém, dando continuidade ao relato de Sebastião Bailão, um motivo fundamental para o abandono do projeto de resistência teria sido a desistência de João Goulart. Dias após o golpe, ele teria preferido ir para o exílio juntamente com esposa:

Você sabe que o Jango era latifundiário, até no Paraguai e tudo, e a mulher dele era uma das mulheres mais bonitas do Brasil... E ele estava com a tendência de passar o comando das forças armadas para os sargentos, tenentes e sargentos, e estava meio confuso o negócio dentro das forças armadas. Mar aí, ela chegou nele [...] e falou “agora ou eu ou esse movimento seu!”. Aí ele ficou vacilando, ela levou ele até no avião, ela ia fugir daqui, e falou assim “Quer ir? Você foge comigo”. Fugiu, tudo o que estava em movimento... as próprias Forças Armadas, nós tínhamos maioria lá dentro, nós reunimos aqui, na chácara que o Benigno comprou para nós, nós reunimos com um *caboco* das Forças Armadas, com carros das Forças Armadas, do comando nacional. Então, nós estávamos preparados, mesmo, e isso não foi um prejuízo para o Partido, foi para a sociedade brasileira [...] (*sic*) (BAILÃO, 2007: 158).

Diante do cancelamento do envio do armamento extra e do exílio de líderes importantes para o movimento de resistência, o núcleo pecebista em Goiás, principalmente o Comitê Zonal de Trombas e Formoso, preferiu abortar o projeto e esconder as armas que tinham em seu domínio, tanto das Forças Armadas quanto de José Porfírio, que ainda insistia na execução do plano. Depois disso, os líderes pecebistas tiveram de entrar para a clandestinidade em outros estados, enquanto Sebastião Bailão manteve-se refugiado em Goiás. Segundo ele, o partido havia crescido muito por meio das associações e sindicatos rurais espalhados pelos vários municípios do estado e, a investida da repressão fora responsável por desarticular todo o trabalho desenvolvido por ele e o PCB ali:

Então, o seguinte eu tinha este trabalho e ajudando a reestruturar o Partido aqui, veio o Golpe Militar. Aí ficou o Benigno Pereira Maia, que é dono do Expresso Maia, [...] eu, mais um companheiro que morava [...] e um Exército que eles acabaram

matando, estava aqui escondido em Goiás, nós tínhamos um partido muito grande, porque você vê, nós tínhamos tudo isto... este tanto de sindicato por todo lado aí, partido para todo o lado, no meu caso, passei a viver clandestino, a maioria... noventa por cento do povo que eu encontrava na rua, eles falavam, mas rapaz eu pensei que você tinha morrido. Porque a palavra de ordem era esta aqui... o pessoal de Formoso foram obrigados a sair, foram para outros Estados aí, organizaram retirada. Porque nós tínhamos falado em resistência, eles também estavam lá preparados, mas na hora de vir as armas, as armas estavam com o Adhemar de Barros, de São Paulo, *lencou (sic)* (BAILÃO, 2006: 174).

Os trabalhadores rurais envolvidos na organização, alguns que chegaram a se filiar no Partido Comunista Brasileiro, como vimos anteriormente, após terem sido presos, sofreram discriminação da população local, sendo acusados de *revolucionários* e *comunistas*. Um deles, o pastor Vergílio Pentecoste deixou sua função de pastor na igreja, vendeu seus bens e mudou-se para o município de Itaguaru. Muitos outros também se mudaram. De acordo com Elizabeth Borges a repressão imposta à cidade de Itauçu após o Golpe Militar, além da propaganda política, e os meios de censura, provocou o *silêncio* dos trabalhadores rurais por quarenta anos, de forma que ainda resistem em falar sobre o assunto nos dias atuais (BORGES, 2007, 57-58).

Quanto à organização dos trabalhadores rurais pelo Partido Comunista Brasileiro, alguns trabalhadores da cidade, se referiam a ela como *coisa do Partido*, porém sem querer entrar em detalhes, o que demonstra, segundo Borges (2005: 59) “o poder da ideologia dominante que não só rechaça da história oficial a luta dos vencidos, como também procura apagá-la da memória de suas testemunhas”. No entanto, a opinião pública da cidade, bem como do estado de Goiás, no geral, se esqueceu da luta ou diminuiu sua importância, ao ponto de esta tornar-se irrelevante. Aqueles que dela participaram, geralmente preferem não falar sobre o assunto, pois desejam esquecer ou temem passar novamente pela experiência da prisão. A maioria da população se refere a ela (a luta), bem como o a atuação do PCB, “como um mal que foi retirado do seu meio” (BORGES, 2007: 59).

Michael Pollak (1989:5), porém, quando trata das memórias dos grupos perseguidos pela Alemanha nazista, afirma existir um *fosso* entre as memórias da sociedade civil e a ideologia oficial de um partido político ou de um Estado que pretende dominação hegemônica. Esse fenômeno verificou-se, igualmente, no Regime Militar brasileiro, pelos meios citados no parágrafo acima, e por isso verificamos a importância da História Oral, a fim de resgatar uma memória coletiva que, por muito tempo, manteve-se *subterrânea*, como percebemos no comportamento dos moradores de Itauçu (POLLAK, 2005: 4).

É importante ressaltarmos a importância da atuação do Partido Comunista Brasileiro em Itauçu, bem como em muitas cidades do interior goiano por meio das associações e

sindicatos rurais, pois antes desse contato os trabalhadores rurais não tinham nenhuma organização. O trabalho de Sebastião Bailão naquela região permitiu que esses trabalhadores saíssem de seu isolamento e começassem a se reunir, adquirindo uma consciência de grupo. Apesar das falhas (e aqui citamos a priorização de medidas assistencialistas por um longo período, como percebemos na entrevista de Bailão), ocorreram importantes avanços, pois esses trabalhadores passaram a incluir no seu cotidiano a luta por causas comuns.

3.2.5. Uma tentativa de reorganização: a Ação Popular chega a Itauçu.

Após a investida militar do Golpe de 1964, como Sebastião Bailão afirmou em entrevista, todo o trabalho desenvolvido pelo Partido Comunista Brasileiro em Itauçu fora desarticulado e seus principais líderes entraram para a clandestinidade, o que foi o caso do de Bailão. Depois disso, o PCB não tentara reestruturar o trabalho na cidade, deixando o espaço vago para a atuação de uma organização da Nova Esquerda brasileira: a Ação Popular.

Devido à repressão, a Ação Popular, uma organização que já atuava por múltiplas frentes (também devido à sua origem católica e estudantil), também fora fragilizada, de forma que o ano de 1965 representou um hiato na trajetória da Ação Popular em Goiás. Com a saída de Uassy Gomes da Silva, coordenador da organização no estado, e o afastamento de importantes dirigentes, com a ida de Maria José Jaime para São Paulo, o partido demorou um tempo para se recompor. Também houve intensa perseguição aos estudantes, principal nicho de composição da Ação Popular. Com a implementação da Lei Suplicy, foram proibidas as atividades políticas estudantis, colocando na clandestinidade a UNE (União Nacional dos Estudantes) e as UEEs (União Estadual dos Estudantes), enquanto todas as entidades de representação estudantis ficavam submetidas ao MEC (Ministério da Educação). Nesse contexto, a AP também se tornara clandestina, passando a se atentar para a segurança (SILVA, 2016: 102).

No ano de 1966, o novo Comando Regional R-10, do qual Goiás fazia parte, foi organizado por Antônio Rabelo, laboratorista e principal dirigente da organização na região, Marcos Castelli Panzera, engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura, encarregado da articulação junto aos militantes de Brasília, e Osvaldo Rocha, dentista. Após o lançamento da

Resolução Política (1965)²⁸, Osvaldo Rocha (o Badico), que era importante militante da Ação Popular em Goiás desde a JUC (Juventude Universitária Católica), em que cursava a faculdade de Odontologia, voltou à Goiás com a tarefa de ajudar na reorganização do partido e iniciar a preparação da luta armada no estado de Goiás. Devido ao afastamento da Ação Popular junto aos movimentos estudantis e outras atividades que eram desenvolvidas junto a profissionais liberais e sindicatos urbanos, como o Sindicato dos Bancários, foram priorizadas atividades junto aos trabalhadores rurais e lideranças do MEB (Movimento de Educação de Base), este que já vinha trabalhando em auxílio da criação dos sindicatos rurais, antes do Golpe. Por meio desse movimento, a AP teve facilidade de inserção no meio rural, pois parte dos supervisores desse movimento educacional, vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), também pertenciam à AP, como Alda Maria Borges, Aparecida Siqueira e Eurípedes Dias (R0026293-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1982: 7; SILVA, 2016: 103).

Diante disso, e da prioridade tática estipulada pela direção da AP naquele momento (a necessidade de preparação revolucionária para a revolução armada, mas ainda sem aderir ao marxismo diretamente), houve uma apropriação das estruturas e material teórico utilizados pelo MEB. O movimento já vinha tomando novas perspectivas e trataram de intensificar, por meio da alfabetização de jovens e adultos e dos instrumentos de cultura popular, as atividades de conscientização política e de incentivo à organização dos trabalhadores rurais. De acordo com Alda Maria Borges Cunha²⁹, a ideologia da AP acabava sendo incluída e transmitida no MEB. Muitos professores também faziam parte da organização da Nova Esquerda, como ela mesma, Eurípedes Dias, José Peixoto, Maria Aparecida Siqueira, chegando a um ponto em que os métodos e perspectivas confluíam sendo quase indissociáveis. Alguns militantes não faziam parte da equipe do MEB, mas deram apoio ao trabalho desenvolvido em Itauçu, como Annete Rabelo³⁰ afirmou: “Então esse movimento todo que foi de AP entra através do MEB

²⁸ O documento *Resolução Política*, da Ação Popular, lançado em 1965, tinha fortes aspectos militaristas no qual a tônica era a reestruturação do partido e suas atividades, sob uma perspectiva de preparação da luta armada. A AP verificava que o ideal seria a transição de regimes políticos pela via pacífica, mas constatava que, com a instauração da Ditadura Militar, no ano anterior, “estava fechado o caminho de tomada institucional do poder no Brasil”. Portanto, impunha-se “o combate direto e frontal ao poder” através de meios militares, especificamente “a guerra de guerrilhas” (AÇÃO POPULAR, 1965: 17, 41-44, 55-56, 67; DIAS, 2003: 95-97).

²⁹ Alda Maria Borges Cunha (80 anos) foi integrante da JUC, em Goiânia, tendo atuado na coordenação estadual do MEB, à partir de 1962. Foi militante da Ação Popular de 1963 a 1967, tendo atuado no ICP (Instituto de Cultura Popular) e como dirigente do Comando Seccional do estado. Possui graduação em Pedagogia e especialização em Metodologia do Ensino Superior pela UCG (Universidade Católica de Goiás). É aposentada como professora universitária na PUC e anistiada política.

³⁰ Annete Scotti Rabelo (falecida em 2020, aos 86 anos) era graduada em História pela UFMG. Assim que chegou em Goiânia começou a dar aulas no Colégio Lyceu, sendo representante docente, ao mesmo tempo em que fazia trabalhos com grupos de mulheres da periferia. Naquela época, os principais militantes do partido na

também, com os monitores do MEB. Nós não éramos do MEB, mas dávamos apoio no trabalho. Vários militantes de AP, muitos participaram [...]” (CUNHA, 2015; RABELO, 2015).

Oscavú José Coelho, uma das principais lideranças da Associação de Lavradores de Itauçu, que residia na fazenda Serrinha, foi monitor do MEB antes mesmo de entrar para a Ação Popular. Quando o MEB acabou em Goiás, em 1966, então ele e seu irmão Percival Moreira Coelho se vincularam à AP. O líder camponês, em entrevista, disse que não sentiu muita diferença, explicando por meio de uma metáfora muito poética:

E aí a gente deixou um pouco esse mar do MEB e pulou pro mar, pro barco da Ação Popular, e inclusive eu tava aqui, não tive prejuízo com isso, porque a mercadoria que viajava no MEB era a mesma da AP. O barco era o mesmo e o caminho era, as vez diferenciava, mas a chegada era a mesma (*sic*) (COELHO, 2004).

Como vimos anteriormente, com o Golpe militar, assim como ocorreu em todo o país, o Sindicato dos Produtores Autônomos de Itauçu, organizado pelo Partido Comunista Brasileiro, na figura de Sebastião Bailão, foi colocado na ilegalidade, tornando urgente a organização dos trabalhadores por outras vias. No entanto, a vinculação no MEB limitava a atuação dos trabalhadores e estudantes não permitia participação em atividades políticas, como partidos ou sindicatos, como próprio camponês diz: “[...] e aí que a gente não podia pertencer de jeito nenhum, porque era duas coisa que a Igreja não permitia, né, além do trabalho sindical que era proibido também [...], não podia ter vínculo [...] misturar, né?” (*sic*)” (COELHO, 2004).

Os principais dirigentes da regional, Osvaldo Rocha, Antonio Rabelo e Marcos Panzera, percebendo as condições subjetivas existentes naquela região, iniciaram o processo de arregimentação de vários camponeses a fim de integrarem um movimento revolucionário que pretendia organizar trabalhadores em grupos armados. De acordo com Oscavú José Coelho as reuniões da Ação Popular eram frequentes, porém clandestinas. Essas eram marcadas com militantes da organização no município, como Zé Bento, por meio de códigos

cidade já atuavam em áreas profissionais, tendo influência sobre os sindicatos, como Gilberto Franco Teixeira que havia sido presidente do Sindicato dos Bancários, na cidade (SILVA, 2016: 103). No início dos anos 60, ela concluiu o curso de Licenciatura em História pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), quando ainda era participante da JUC. Entrou para a Ação Popular em 1963, quando veio para Goiânia junto com o marido Antonio Rabelo, este que viria a ser o principal Dirigente Regional do estado. Era militante de base, mas desenvolveu importantes atividades de Clubes de Mães nas periferias de Goiânia e de Itauçu, quando em 1967, vinculada nos inquéritos sobre atividades subversivas no município, teve o emprego de professora de OSPB, no Lyceu, cassado. No mesmo ano, juntamente com a família, saiu do estado para entrar na clandestinidade e integrar-se na produção, na Bahia. Foi professora titular no curso de Fonoaudiologia da UCG até 2005. É anistiada política

transmitidos pela Rádio Difusora, convocando as reuniões em um local pré-estabelecido, como podemos ver na mensagem a seguir: “Alô, Boiadero Zé Bento, tô te avisando que no dia tal eu tô com uma boiada fechada na Fazenda Mangueira a tantas hora, e eu preciso que ocê traga um boiadeiro aqui pra nós, vê se a gente faz um negócio” (*sic*) (IDEM).

No entanto, devido à militância da AP, a região começou a ser muito frequentada por estudantes e profissionais liberais. Quando algum lavrador ficava doente, iam estudantes da Universidade Federal ou da Católica com remédios. Também eram feitas várias confraternizações, de modo que não tardou com que os fazendeiros ficassem sabendo dos códigos repassados na rádio.

Annete Rabelo organizava Clubes de Mães e associações de mulheres camponesas na região, desempenhando um trabalho de conscientização política enquanto ensinava uma série de trabalhos manuais (CUNHA, 2015; FILGUEIRAS, 2014: 419), como ela mesma diz:

Eu trabalhava muito com as mulheres. Eu fundei grupos de mães que faziam trabalhos manuais e através das conversas, enquanto nós estávamos fazendo esses trabalhos manuais, a gente ia discutindo as coisas em conjunto, com as mulheres. Mas não só isso, a questão também de higiene, de vacinação, nas questões da saúde e da educação, agente foi discutindo. Porque a gente acreditava nisso: que na medida em que as pessoas tomassem consciência, ter conhecimento de e se apossar disso, que seria um processo irreversível (RABELO, 2015).

Oscavú foi a São Paulo, em maio de 1966, participar de um curso de capacitação política articulado pela direção nacional da AP. No ano seguinte, houve um curso em que participaram cerca de 20 pessoas, inclusive alguns integrantes da equipe do MEB, num sítio alugado pelo Engenheiro Agrônomo Marcos Panzera. O curso que teve duração de dois dias, ocorrido no mês de julho de 1967, teve aulas ministradas por Osvaldo Rocha e Antonio Rabelo. Sendo integrante da direção, Alda Maria Borges contribuíra na parte teórica, promovendo debates por meio da exposição de alguns textos. As conferências abordavam assuntos como o sindicalismo rural, a exploração do trabalho no campo e a conjuntura política. Igualmente houve instruções na área de primeiros socorros e estratégia militar, como a preparação de explosivos (CUNHA, 2015; FILGUEIRAS, 2015).

Naquele ano, Antonio Rabelo já estava visado pela Política Militar devido ao motorista da Transportadora Guedes, que distribuía clandestinamente exemplares do *Jornal Revolução*, da Ação Popular, ter acionado as autoridades ao descobrir um pacote com exemplares do periódico. O pacote deveria ser retirado por um dirigente numa banca de jornal chamada Revistolândia, na Rodoviária de Goiânia. Ao mesmo tempo, a polícia recebia denúncias, principalmente de fazendeiros de Itauçu, porque, de acordo com Otto Filgueiras, a

equipe dirigente, que já estava bastante conhecida na capital, chegava de carro de madrugada nas fazendas, não tomando muito cuidado com o sigilo e segurança, levando em conta a correlação de forças desfavorável (FILGUEIRAS, 2014: 405-418).

Dessa forma, os órgãos de informação vinculados ao aparelho repressivo do Estado, expediram um inquérito que visava averiguar o “Movimento subversivo de Itauçu”. Em anexo a esse IPM (Inquérito Policial Militar), foram expedidas uma série de documentos confidenciais, partindo de instituições militares diversas, demonstrando entendimento aproximado, e às vezes divergente, da estrutura da AP em Goiás, naquele momento. O documento oficial de 29 de setembro de 1967, de responsabilidade do Ministério da Aeronáutica com origem na 11ª RM, com assunto “Movimento subversivo de Itauçu”, é um exemplo disso. No primeiro parágrafo é dada a conclusão: “O IPM encarregado de esclarecer o movimento subversivo de Itauçu até o presente momento, já identificou como sendo atuação do movimento AP (Ação Popular)” (BR_AN_BSB_VAZ_038_0047, ARQUIVO NACIONAL, CISA, 1967: 1).

No processo foram citados os principais dirigentes da Ação Popular em Goiás, naquele momento, com seus respectivos codinomes e antecedentes, que eram Oswaldo Rocha (Paulo e Wadico), Antonio Rabelo (Eugênio), Marcos Castelli Panzera (Carlos). Segundo as investigações o movimento já teria arregimentado cerca de 20 lavradores, dos municípios de Itauçu, Nova Veneza, Hidrolândia, Inhumas, Anápolis, Petrolina, Itumbiara, Jataí, Goiânia e Unaí em Minas Gerais. Esse registro tem maior preocupação com o suposto curso ministrado em uma chácara de Aparecida de Goiânia, como podemos ler no seguinte trecho: “Na quinzena de julho, os 3 líderes promoveram um curso de capacitação política e de guerrilhas; em uma chácara no Município Aparecida/GO”. Nesse evento teriam sido distribuídos exemplares do *Jornal Revolução* e os assuntos principais abordados nas palestras eram: “o problema da união dos camponeses, mudança da região por meios violentos, apoio aos estudantes e operários e recebimento de instruções de guerrilhas (coquetéis *molotov*, bombas explosivas feitas com um pedaço de bambu, barricadas, deslocamentos rápidos, etc.)”. A fim de desestruturar o movimento, o quanto antes, e de tornar sua imagem ainda mais malvista perante a sociedade civil, o serviço de informação em questão (no caso, da aeronáutica), procurou aumentar as proporções da articulação da AP na preparação revolucionária: “A preparação já havia atingido um alto grau de adiantamento”, decretando, por fim, a prisão imediata dos três principais dirigentes, que naquele momento estavam foragidos (IDEM: 1-2).

Em outro documento expedido pelo Ministério da Aeronáutica, por parte do departamento de Subchefia de Operações e Informações, com o assunto “Operação Itauçu”, foi afirmado que no curso eram debatidas questões sobre a realidade do trabalhador rural, o imperialismo, as vantagens do socialismo, os benefícios do socialismo, e o argumento tático de “fazer reunião no interior para chamar a atenção da polícia e com isso os demais grupos formados por estudantes e operários tomariam o poder na capital e passariam a dominar a situação”. O processo alegava, citando o depoimento de Marcos Panzera, que fora preso, que teria sido dito aos camponeses que as armas para o levante seriam expropriadas por “elementos da polícia e de ataques aos quartéis e que o movimento contaria com o apoio dos estudantes”, especialmente universitários das cidades de Goiânia e Anápolis³¹ (BR_AN_BSB_VAZ_055_0153, ARQUIVO NACIONAL, CISA, 1967: 2).

Os serviços de informação demonstraram um conhecimento aproximado sobre as origens da AP e seu funcionamento em Goiás, até mesmo a posição hierárquica dos principais militantes envolvidos nos trabalhos junto aos lavradores. No entanto, os militares comentaram a dificuldade em obter tais informações, pois independentemente de terem sido cometidos alguns erros, o partido tinha um alto grau de segurança: “prosseguem as diligências em Brasília, Goiânia e São Paulo, para o levantamento da cúpula dirigente do Movimento AP, onde surgem sérias dificuldades pelo alto grau de segurança e uso do nomes *frios* pelos altos integrantes do movimento” (BR_AN_BSB_VAZ_038_0049, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1967: 1).

Por volta de 1965, a direção nacional da Ação Popular desenvolveu uma pesquisa regional para orientar quais trabalhos seriam priorizados, inclusive para analisar as áreas ideais para uma futura organização da luta armada. Cada regional ganhou um número e Goiás ficou alocada na região R-10. Os processos informavam que, naquela região estavam sendo procurados:

Oswaldo Rocha (Paulo), dirigente do Comando Regional; Marcos Castelli Panzera (Carlos), dirigente do Comando Seccional/GO; Antonio Rabelo (Eugenio), dirigente do Comando Zonal/GO. Alda Maria Borges (Anita), dirigente do Comando Seccional/GO, já teria sido identificada e intimada a prestar depoimento. Porém já naquele momento estavam os envolvidos no processo: Juarez Ferraz de Maia,

³¹ Naquele momento, o movimento desenvolvido na cidade de Itauçu desviou toda a atenção do aparato repressivo do Estado para a zona rural e como, nesses meios, grande parte dos militantes que auxiliava no processo de organização dos lavradores e camponeses era composta por universitários, os militares acreditaram que a Ação Popular era formada majoritariamente por estudantes de nível superior. No entanto, enquanto era desenvolvido um trabalho junto aos camponeses, desenrolava-se um processo de arregimentação de quadros entre estudantes secundaristas do estado, principalmente de Goiânia, o que modificaria as proporções do quadro militante da AP em Goiás.

estudante e coordenador de célula, Oscavú José Coelho (Eduardo), lavrador e coordenador de célula, que teria confessado; Honestino Monteiro Guimarães, estudante e coordenador de célula, o qual também teria confessado (IDEM: 1-2 *apud* SILVA, 2016: 108).

No entanto, alguns dos acusados nos documentos não estavam envolvidos com o movimento camponês, como Honestino Guimarães e Juarez Ferraz de Maia (FILGUEIRAS, 2014: 423). Segundo Maia, devido a esse inquérito fora preso e “espancado”. Ele diz não ter participado de atividades na região, concentrando-se apenas nos eventos desenvolvidos pelo movimento estudantil em Goiânia:

Eu não fui preso como líder estudantil. Fui preso como membro de uma base comunista, terrorista, revolucionária da Ação Popular. E todo o interrogatório meu se dá em torno disso, que para mim foi muito mais fácil, porque do ponto de vista psicológico se eu abrisse o bico e desse um nome das 50 ou 60 pessoas que faziam parte da minha base, tudo ia cair, tudo ia ruir. Não caiu ninguém, porque eu fui pressionado em cima do movimento comunista, terrorista, da AP em Itauçu (MAIA, 2015).

Então, percebemos um dos limites do uso de documentos oficiais que foram expedidos durante o Regime Militar brasileiro: os processos e registros provenientes dos órgãos de informação do Estado. É preciso lembrar que a aplicação do *terrorismo de Estado*, no Brasil, atingia tanto alvos selecionados, quanto aleatórios, devido à amplitude e flexibilidade da figura sobre o *inimigo interno*. Com frequência perseguiam-se alvos tão genéricos, que qualquer pessoa poderia ser enquadrada. O que significa que os órgãos policiais e militares preferiam “pecar por excesso” (PADRÓS, 2007: 4).

Concluindo, os documentos vinculados ao IPM/Itauçu-AP determinavam a prisão de todos os acusados. Os processos alegavam que o “Movimento AP” era o mais perigoso do Brasil, pois desde a “Revolução de 31 de março de 1964” era o principal responsável pelas manifestações ocorridas no país (A0969977-1967, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1967: 10). Todos os trabalhadores rurais que participaram das reuniões promovidas pela AP, inclusive Oscavú José Coelho, foram presos em 1967. Porém, ao final de setembro, 12 lavradores foram soltos, pelo fato de o IPM alegar que não representavam grande ameaça. A maioria deles tinha baixíssimo nível cultural, sendo então considerados vítimas do aliciamento dos “espertos dirigentes com nível universitário” (BR_AN_BSB_VAZ_038_0049, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1967: 2). Por volta de 100 pessoas foram presas na cidade de Itauçu para serem inquiridas no Quartel General da 10ª Região Militar, em Goiânia, sendo liberadas alguns dias depois.

Entre os dirigentes do Comando Regional, que foram mencionados no IPM, o único a ser preso foi Marcos Panzera, que logo teve uma oportunidade e fugiu do prédio da Polícia Federal, antes de chegar a depor. Porém, Alda Maria Borges e Annete Scotti Rabelo foram presas em Goiânia, ficando reclusas no 10º Batalhão de Caçadores. Elas foram indiciadas no mesmo processo dos camponeses de Itauçu. Borges Cunha era presa pela terceira vez, naquele ano, sendo abordada pelos militares dentro da Universidade Federal de Goiás. A supervisora do MEB e dirigente da Ação Popular afirmou que, diante da perseguição que vinha sofrendo por parte do aparato repressivo do estado, inclusive por meio de várias ameaças, saiu de Goiânia, indo morar no Rio de Janeiro (CUNHA, 2015).

Annete Rabelo vinha sendo perseguida desde a queda do governador Mauro Borges. Com o emprego ameaçado, era seguida do colégio até em casa, chegando ao ponto de um dia seus filhos serem sequestrados por policiais que buscavam por informações:

Mas depois de meia hora, chegaram os meninos, com um mundo de bala na mão e foram deixados no mesmo lugar. Eu perguntei para o mais velho: o que foi, meu filho? [...] Ele respondeu que perguntaram um monte de coisas, se o pai deles era comunista, e o nome das pessoas que vinham aqui em casa. Ele respondeu que eram tias e tios, porque eles chamavam todo o pessoal do grupo de tias e tios (RABELO, 2015).

Quando foi presa, teve cassado o cargo de professora de História e OSPB (Organização Social e Política do Brasil), no Lyceu de Goiânia. Quando saiu da prisão, Annete foi informada que seu marido, Antonio Rabelo, estava refugiado em São Paulo. Ela, então, juntamente com os três filhos do casal, fora ao seu encontro, já na total clandestinidade (FILGUEIRAS, 2014: 429; RABELO, 2015).

Naquele ano, deu-se um processo de perseguição sistematizada. Muitos militantes foram presos, entre camponeses, importantes integrantes, e os líderes que conseguiram fugir entraram para a clandestinidade. O movimento de aliança estudantil-camponesa, centralizado na área rural de Itauçu, em Goiás, ainda embrionário – ao contrário do que pretendiam fazer parecer os serviços de informação – foi completamente desmobilizado.

Naquele momento, enquanto os principais militantes da organização já eram fichados e visados pela polícia, a Ação Popular entrava na fase da *integração na produção*. A partir de então, Annete Scotti e Antonio Rabelo foram designados para atuar no projeto de pesquisa das regiões do país, a fim de verificarem onde existiam as condições *subjetivas* e *objetivas* para a aplicação do modelo chinês de *guerra popular prolongada*, como condições do território, contradições sociais e nível de consciência política, como diz Annete Rabelo: “Nós tomamos

a deliberação de sair do campo para poder estudar essas regiões. Eu e meu esposo fomos para o norte de Goiás, para Rio da Conceição. Onde nós ficamos era seis quilômetros da cidade” (RABELO, 2015). No entanto, segundo documento expedido pelo Ministério da Aeronáutica, em setembro de 1971, ao final do ano de 1968, eles teriam passado primeiramente por uma região próxima da cidade de Anápolis, em Goiás, cuja localidade fora escolhida pelas seguintes condições: “por ser de difícil acesso, cercado de serranias, poucas estradas e ali existir contradições sociais. Contudo, somente vieram a permanecer naquele lugar pelo período de seis meses, pois as condições não eram favoráveis ao trabalho de massa; em seguida retornou a São Paulo” (BR_AN_BSB_VAZ_125_0014, ARQUIVO NACIONAL, CISA, 1971: 185).

Após a investida militar em Itauçu, toda a equipe da AP, que atuava na região, foi colocada na clandestinidade. Ali se encerrou a experiência da Ação Popular no meio rural, no estado de Goiás.

3.3. As Ligas Camponesas e o acampamento guerrilheiro de Dianópolis.

As Ligas Camponesas tiveram início em 1954, em reação às ameaças de expulsão de famílias que viviam no Engenho Galiléia, situado no município de Vitória do Santo Antão, em Pernambuco. O movimento se expandiu rapidamente devido às condições precárias pelas quais passavam os trabalhadores rurais do Nordeste brasileiro, principalmente devido à ameaça de extinção dos *foreiros*³², que compunham a base social do movimento nessa época (SAUER, 1999: 14-15).

O aparecimento de teses desenvolvimentistas no Nordeste, primordialmente por meio do Congresso de Salvação do Nordeste, ocorrido em 1955, ampliou o espaço político de atuação das forças populares. Vários setores da sociedade daquela região, inclusive bispos da Igreja Católica, passaram a defender a necessidade de transformações nas condições de vida dos trabalhadores agrícolas. O Encontro dos Bispos do Nordeste, que se deu em 1966, deu ênfase aos problemas do setor rural, denunciando a desigualdade de desenvolvimento entre as regiões Sul/Sudeste e Nordeste do Brasil, reivindicando a expansão da indústria para a região. Com as denúncias das condições precárias dos camponeses da região, ficou clara a situação de marginalidade do Nordeste no processo de expansão do capitalismo. O clima político que se

³² A palavra *foreiro* remete às famílias que residiam e trabalhavam nos engenhos nordestinos pagando o *foro*, relação de trabalho semelhante ao arrendamento de terras.

percebeu, a partir de 1955, colocava como urgente a necessidade de se tomar medidas para solucionar a situação. O resultado disso foi a criação de espaço político favorável às mobilizações camponesas e à manifestação de suas reivindicações (SAUER, 1999: 15).

Os líderes que surgiram vinculados a essas lutas, José dos Prazeres e Francisco Julião, aproveitaram o momento para organizar outros grupos, ampliando a base social do movimento e seu alcance. As Ligas Camponesas, então, expandiram-se pelo Nordeste, também filiando outros tipos de trabalhadores, o que provocou transformações no projeto político inicial. O movimento arregimentou principalmente arrendatários, posseiros e pequenos proprietários de terras, que fizeram parte das Ligas até o início da organização dos sindicatos (SAUER, 1999: 15).

A luta contra o *cambão*, dia de trabalho gratuito para aqueles que arrendavam as terras, uma relação de trabalho de tipo servil ou semiescrava, tornou-se uma das principais bandeiras do movimento. Por sua vez, a luta contra o latifúndio evoluiu da luta pelo direito de permanência na terra para a demanda de uma reforma agrária radical. No início da década de 1960, as Ligas Camponesas foram impulsionadas, criando federações em dez estados brasileiros e obtendo suporte nacional. Foi lançada a campanha nacional pela reforma agrária por meio do documento intitulado *Dez mandamentos das Ligas Camponesas para libertar os camponeses da opressão e do latifúndio*. Nesse texto havia a proposta, entre outras reivindicações, de medidas enérgicas contra a concentração da terra, manifestando a tese de uma reforma agrária radical e expropriatória (SAUER, 1999: 15).

Essa mudança provocou intensa divergência entre as Ligas e o PCB (Partido Comunista Brasileiro), que, até então, era o principal partido em apoio ao movimento. A polêmica surgira em decorrência da divergência a respeito da ênfase da luta. As Ligas tinham a reforma agrária como objetivo principal, enquanto o PCB subordinava essa bandeira à luta anti-imperialista, considerando a burguesia nacional como progressista e aliada dos camponeses no processo de consolidação no mercado. Essa divergência foi alvo de muitos debates no congresso da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), de 1961 (SAUER, 1999: 15).

Ao final da década de 1950 existiam várias associações de trabalhadores espalhadas pelo país. A realização do congresso da ULTAB, que reunira organizações políticas existentes, tinha por objetivo discutir os problemas do campo e elaborar um programa comum. Os líderes das Ligas Camponesas, mesmo estando em minoria nesse evento, impuseram sua perspectiva e ganharam os debates. Por fim, aprovou-se uma reforma agrária

radical, contra medidas graduais defendidas por outros partidos e organizações (SAUER, 1999: 16).

No I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Brasil, realizado em novembro de 1961, o tema da reforma agrária acabou por atrair outros setores, como estudantes e trabalhadores do setor industrial. A *Declaração de Belo Horizonte*, documento final do congresso da ULTAB, enfatizava a urgência de profundas transformações na estrutura fundiária do país. Diante disso, o grande latifúndio deveria ser substituído pela propriedade camponesa individual, associada ou pela propriedade estatal. Era reivindicado igualmente a posse e o uso da terra por aqueles que tivessem interesse em trabalhar nela (SAUER, 1999: 16).

No congresso de Belo Horizonte percebeu-se a participação de importantes lideranças estudantis, inclusive do estado de Goiás. Tarzan de Castro era um desses estudantes. Ele fora presidente do Grêmio do Colégio Lyceu de Goiânia, entre 1957 e 1958, presidente da Uges (União Goiana do Estudantes Secundaristas) por duas vezes seguidas, e naquele momento havia sido eleito vice-presidente da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). O mesmo havia feito uma viagem a Cuba no segundo aniversário da Revolução Cubana e, segundo ele, voltara muito entusiasmado e reforçando seu engajamento. Tarzan de Castro conta, em depoimento fornecido ao projeto Memórias Transcritas, de 2013, que aquela experiência em Cuba o influenciou profundamente: “Essa ida a Cuba acaba me moldando dentro daquele ideário revolucionário romântico, salvador da humanidade, contra as injustiças humanas e engajado em um processo de luta latino-americana” (CASTRO, 2013: 446).

Naquele período Castro teria sido procurado, devido à sua participação em congressos estudantis, pelos principais líderes das Ligas Camponesas: Diniz Cabral, Clodomir de Moraes, ex-deputado de Pernambuco e um dos principais dirigentes, e o próprio Francisco Julião. Esses importantes integrantes também estavam ligados a Cuba e, naquele processo, Tarzan foi recrutado para as Ligas Camponesas, que, além de ter se tornado um movimento radical pela reforma agrária, também tinha como objetivo fazer uma revolução no Brasil. Nesse sentido, tornou-se o presidente do Conselho Estadual das Ligas Camponesas, do estado de Goiás, este que era composto em sua maioria por jovens, também dessa mesma linha, que hoje ele considera *radical*, em contraposição à linha do PCB, mais adequada para aquela conjuntura, segundo avaliação recente (CASTRO, 2013: 447).

Posteriormente recebeu a informação que além da parte política, de fato havia um movimento militar com campos de treinamento de guerrilha. Tarzan de Castro comenta que essa notícia foi impactante para ele:

[...] imaginava que a revolução realmente estava chegando. A ideia que se tinha era que com cinco focos de guerrilha, como feito em Cuba, você poderia pipocar com o restante do país que viria atrás. Como se houvesse um clima revolucionário generalizado, como se o país estivesse todo pronto para repetir aquela façanha cubana (CASTRO, 2013: 448).

Principalmente a *Primeira e Segunda Declaração de Havana*, proferidas por Fidel Castro, respectivamente em 1960 e 1962, teriam repercutido amplamente nas organizações da nova esquerda latino-americana, bem como as Ligas Camponesas, desde o início daquela década. O seguinte trecho, referente à segunda declaração, surtiu reações mais apaixonadas, que levaram principalmente aos mais jovens a uma atuação política permeada de espontaneísmo, que podemos chamar de *voluntarismo revolucionário*: “O dever de todo o revolucionário é fazer a revolução. Sabemos que a revolução será vitoriosa na América e no mundo, mas é indigno de um revolucionário sentar-se na porta da sua casa e esperar que passe o cadáver do imperialismo” (CASTRO, 1962 apud LÖWY, 2012: 46).

Os quadros que se formaram nas Ligas Camponesas, a partir do Congresso de Belo Horizonte, eram vinculados ao chamado Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Os grupos organizados em torno dessa linha, compostos, em sua maioria, por estudantes, se articulavam em acampamentos pelo interior do país, em prol da reforma agrária, sob a liderança de Francisco Julião e com o apoio de Cuba. O objetivo dessas etapas era promover treinamentos guerrilheiros, ao mesmo tempo em que possibilitava a arregimentação de militantes no meio rural. Segundo Élio Cabral, que foi um militante de expressão do movimento estudantil, em Goiânia, e posteriormente, filiou-se ao PCdoB: “Tínhamos sete dispositivos armados. Eram sete, mas dois nem vingaram, só começou e já acabou. Tinha um aqui em Goiás, em Dianópolis; outro em Serranópolis, no Mato Grosso; outro na Bahia, onde eu estive e comandava 30 homens com armas e tudo” (SOUZA, 2013).

O relatório de IPM instaurado em 1966 contra militantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) no Distrito Federal e em Goiás, por meio de “depoimentos”, bem como de documentos anexados ao processo, levantava informação sobre as diversas atividades tidas como “subversivas”, que vinham ocorrendo naqueles anos particularmente no Distrito Federal e no estado de Goiás. Sobre as Ligas Camponesas e o Movimento Radical Tiradentes, que tiveram adeptos naquelas regiões, o documento oficial relatava nas “Conclusões Parciais”:

Em prosseguimento às atividades subversivas das Ligas Camponesas que atuavam livremente e com grande sucesso, particularmente no Nordeste brasileiro; o grupo comunista que seguia a orientação do ex-deputado Francisco Julião de Paula criou

em 1962 o Movimento Radical Tiradentes, que tinha por objetivo ‘arregimentar não somente os camponeses, como elementos de todas as categorias profissionais, para promover um movimento revolucionário à mão armada, para depor o governo constitucional da República e instalar um governo revolucionário de libertação nacional’ (BNM_003_1-2, 1966: 671).

Em outro trecho do relatório, são fornecidos mais detalhes em relação à atuação do Movimento Tiradentes, em Goiás:

Em Goiânia, registra-se o denominado Movimento Tiradentes, chefiado por Francisco Julião e que consistia em recrutar simpatizantes para treinamento de guerrilhas. Em fins de 1961, seguiram para a Fazenda Santa Fé, situada entre Jataí e Cuiabá, várias pessoas ligadas a esse movimento, como Diniz Gomes Cabral Filho, João Garcia Barbosa, a testemunha Sebastião Tavares de Moraes. Diniz era quem fazia o recrutamento. No campo de guerrilha praticava-se esportes, treinamento de tiro ao alvo, combate simulado, construção de armadilhas, de bombas, assim como aulas teóricas de guerrilhas baseadas em livros de Guevara e Mao. Esses treinamentos encerraram-se em princípio de 1962 (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 418-419).

No Congresso dos Trabalhadores Rurais de Belo Horizonte, Tarzan de Castro, que segundo ele também fora eleito para o Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil, recebera a determinação de enviar jovens para um campo de treinamento específico. A partir então, teria dado início à tarefa de recrutamento, em Goiás, inclusive com o apoio de José Porfírio, principal líder do movimento de posseiros sob a orientação do PCB, em Trombas e Formoso:

Recrutei várias pessoas, inclusive do Formoso porque Zé Porfírio tinha uma grande simpatia e eu tinha uma imensa amizade com ele. Ele era do Partido Comunista, mas tinha seus momentos de confronto e inclusive me ajudou a recrutar de dentro do Formoso vários ex-resistentes. Nessa situação o partido também aproveitou e mandou alguns para saber o que estava acontecendo nesse campo de treinamento. Foram pessoas para o campo de treinamento do Mato Grosso. Tinha campo de treinamento no Paraná, na região de Cascavel; na fronteira de Minas com a Bahia; tinha no Maranhão e no norte de Goiás (CASTRO, 2013: 449).

O escritor Hugo Brockes (2013), que na época era funcionário da Secretaria Particular do governador Mauro Borges e fora atuante no movimento estudantil secundarista de Goiânia, tendo estudado no Colégio Pedro Gomes e depois no Lyceu, também foi convidado para integrar as Ligas Camponesas, por Ataliba e Tarzan de Castro. Em entrevista concedida ao projeto *Memórias transcritas*, Brockes contou que participara do treinamento de guerrilha, ocorrido em Rondonópolis-MT, mais precisamente na Serra da Saudade³³, a partir de

³³ A Serra da Saudade faz parte da Serra da Petrovina, atualmente integrada ao município de Pedra Preta, em Mato Grosso.

novembro ou dezembro de 1961 e ficou durante uns seis meses. Ali haviam estudantes vindos da região nordeste e norte de Goiás, esta última que hoje faz parte do estado do Tocantins. Entre eles quatro camponeses vindos de Formoso.

O acampamento era comandado por um nordestino de nome Adalto Freire, que ameaçava de morte àqueles que se aventurassem a fugir: “Eu sei que já havia uma ameaça, o nordestino ameaçava, olha quem sair daqui, tentar ir embora, é *teco*! Está morto, nós matamos. E era sempre essa ameaça de *teco*”. Segundo Brockes, o comandante não sabia nada de guerrilha, nem de armas. Ao mesmo tempo descumpria as regras estabelecidas, pois tomava cerveja no boteco da beira da estrada, onde faziam compras, enquanto no acampamento era proibida bebida alcóolica:

Certo dia eu cheguei lá e, conversando com a dona do estabelecimento, ela falou assim para mim: você não quer tomar uma cervejinha da geladeira do senhor Adalto? Eu perguntei que geladeira? Ela disse: eu faço um buraco em baixo do balcão, coloco as garrafas de cerveja lá no buraco, tampo com terra e jogo água. Então, quando ele chega, eu tiro do chão, lavo a garrafa e elas estão friazinhas. Ele gosta de uma cervejinha, de um rabo de galo. Eu disse, tá bom! (BROCKES, 2013: 182-183).

Sabendo dessa transgressão, comprara muita bebida alcoólica e levou para o acampamento, a fim de festejar com os companheiros. Em afronta ao comandante ele dizia:

Então, hoje vamos cair na gandaia, vamos encher a cara. Só tomem cuidado para não ficar bêbados e não cair lá no precipício. Lá na frente tinha um precipício. A gente ficava instalados em um platozinho, descia a serra e aí tinha um platô; tinha um rancho, tinha umas bananeiras plantadas de lado e na frente era um buracão, rocha (BROCKES, 2013: 183).

A partir desse episódio, Hugo Brockes tornou-se inimigo do comandante e logo decidiu fugir do acampamento, sendo seguido pelos jovens de Trombas e Formoso e outros colegas. O escritor comentou que os rapazes de Formoso foram mandados para lá sem saber direito do que se tratava:

O pessoal do Formoso na época que estava no acampamento foi para lá enganado. Disseram que eram fieis ao Partidão, e as Ligas não tinham nada a ver com o Partidão. O Partidão era contrário àquele movimento do Julião. Lá eles se manifestavam, eram uns quatro de Formoso, e eram olhados com certa desconfiança pelo comandante. Então, chegamos a Goiânia e a primeira coisa que eles fizeram foi procurar o Partidão para contar o que estava havendo (BROCKES, 2013: 186).

Segundo Brockes, não havia sentido fazer um movimento clandestino em pleno governo de João Goulart. O acampamento teria acabado logo depois de sua saída, e em seguida teriam sido os de Indianópolis e do Paraná.

Como já vimos, depois do congresso de Belo Horizonte, Tarzan de Castro passara a recrutar jovens para os campos de treinamento, também participando das decisões a nível nacional das Ligas Camponesas. Porém, mesmo engajado em ações fora da legalidade, ele era assessor especial de Mauro Borges, sendo pessoa de confiança em seu governo. Alguns meses depois de ter encaminhado integrantes para os acampamentos de treinamento de guerrilha, como o de Rondonópolis, no Mato Grosso, fora procurado por Clodomir de Moraes, alegando que estavam com problemas em Goiás e ele precisava resolver a situação. Havia sido instalado um campo de treinamento guerrilheiro na cidade de Dianópolis, região que hoje faz parte do estado do Tocantins, e alguns moradores do local estavam desconfiados com o movimento, porém era difícil tirar os rapazes da região sem levantar maiores suspeitas (CASTRO, 2013: 449).

Os líderes das Ligas tinham enviado jovens intelectuais do nordeste para lá. Eram jovens universitários, alguns recém-formados. Compraram um terreno no meio da região do Rio da Conceição e instalaram os militantes ali. Tarzan de Castro fora até o acampamento se encontrar com os rapazes e descobriu que eram como ele próprio – muito idealistas, e que não tinham nada a ver com a guerrilha. Segundo ele, o armamento também era muito obsoleto, descrevendo-o como “cacarecos velhos que diziam ser fuzis 1908” (CASTRO, 2013: 450). Castro ficou responsável por dar apoio ao grupo, a fim de que este fosse mantido. Deveria conversar com a população local e convence-los de que eram uma cooperativa de criação de animais, que traria empregos e beneficiaria enormemente a região. Porém, para o então assessor de Mauro Borges e líder estudantil: “a essa altura, como a cidade de Dianópolis era pequena, já estava tudo furado e já havia virado de conhecimento público” (CASTRO, 2013: 449).

Quando voltara para a cidade, haviam pichado nos muros: “Fora Julião Mirim! Fora comunistas!”. Um parente seu que residia na cidade o informara que de que o exército já havia ido ali várias vezes. Teriam feito o levantamento e constataram que ali haviam comunistas e logo fariam o ataque. Então, Tarzan de Castro voltara rapidamente ao Rio de Janeiro, onde residia devido à presidência na Ubes, a fim de conscientizar os dirigentes da situação e pedir que retirassem com urgência os militantes do local. Além da ameaça militar, disse também que as condições em que os rapazes do acampamento se encontravam eram diferentes da que eles pensavam:

Disse ainda que aquela história de campo de guerrilha era uma brincadeira, que aquilo era uma piada, que não havia campo de guerrilha; o que tinha era um pessoal bebendo cachaça e tocando pandeiro, pois não tinham o que fazer e que tudo iria explodir (CASTRO, 2013: 451).

No entanto, segundo ele, o alerta não surtiu o efeito esperado, pois Clodomir de Moraes, em vez agir em prol da retirada dos estudantes, teria ido a Pernambuco solicitar reforços para Dianópolis: dois jipes contendo 4 ou 5 pessoas. Castro teria tentado avisar a embaixada cubana, porém o avião que transportava seu relatório ao Comitê Central da Executiva do Partido Comunista, em Cuba, caiu na região do Peru e não tempo de se fazer nada. A Polícia Federal, que na época se chamava Departamento Federal de Segurança Pública, logo atacou a região, prendendo um militante chamado “Gilvan”. Os demais teriam conseguido fugir pela mata.

Como Tarzan de Castro disse, o acontecimento rapidamente tornou-se de conhecimento público. Mauro Borges o procurou contando que já sabia de tudo, porque Érides Guimarães, seu secretário do trabalho, o havia informado. O governador dera um ultimato a Castro: se não rompesse definitivamente com as Ligas Camponesas teria de sair de seu gabinete. O então presidente da Ubes e militante das Ligas, preferiu desfazer seu vínculo com o governo do estado de Goiás, por volta dos anos de 1962 e 1963 (CASTRO, 2013: 450). Àquela altura, o governador Mauro Borges já havia expedido um mandado de prisão a Tarzan de Castro.

A imprensa igualmente já detinha informações sobre o grupo instalado na cidade de Dianópolis. Em 22 de dezembro de 1962 a revista *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, publicara uma matéria de título *Goiás, viveiro de guerrilhas*, denunciando a ação de um movimento da esquerda socialista, que dessa vez fugia aos meios legais, “ameaçando” a democracia brasileira:

O que está sendo denunciado com insistência pelos homens de consciência democrática, como uma vasta conspiração contra a democracia no Brasil, já vai um pouco além das simples palavras. Em Dianópolis, no estado de Goiás, como em muitos outros pontos de nosso território, treinam-se guerrilheiros e trabalha-se, objetivamente, pela implantação de um “governo popular revolucionário”, moldado à semelhança do regime dos Castros e Guevaras. É uma conspiração que se arma, com as características de uma sublevação rural. O caso de Dianópolis mostra que Sierra Maestra está de mudança para o sertão brasileiro (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 191).

Após o Golpe, por autoria dos serviços de informação instalados em Goiás, no ano de 1964, foi expedido um relatório de IPM, descrevendo alguns detalhes sobre o “Treinamento de guerrilhas” das Ligas Camponesas, instalado em Dianópolis no início da década de 1960. É importante ressaltar que boa parte dos dados apresentados fora obtida em decorrência da recuperação do relatório ditado por Tarzan de Castro à embaixada cubana:

Na documentação apreendida no Peru quando da queda de um avião naquele país, encontra-se um relatório sobre as atividades dos guerrilheiros de Dianópolis. Esses documentos são objeto da Informação Especial nº 2 (Documentos apreendidos no Peru) do SFICI, datado de 14 jan 1963. A versão peruana dos documentos, mostra que pelo menos um deles é tradução de um manuscrito de autoria de Tarzan de Castro (ARQUIVOS REVELADOS, 2013: 193).

De acordo com Tarzan de Castro, só foi possível recuperar o relatório, porque o mesmo fora guardado em mala diplomática, feita de ferro para suportar possíveis incêndios. Tal maleta teria chegado primeiro às mãos da CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos), que a repassou para o jornal *O Estado de São Paulo* e o fato veio a público. O jornalista Carlos Lacerda, vinculado à UDN (União Democrática Nacional) e um dos principais opositores do governo João Goulart, teria levado aqueles documentos à Câmara dos Deputados. Para Castro, a denúncia a nível nacional dos treinamentos de guerrilha desenvolvidos pelas Ligas Camponesas, no Brasil, teriam sido um dos pretextos para a deflagração do Golpe Militar, em março de 1964: “isso era pano quente para o golpe de Estado. Na realidade, isso foi ajudando” (CASTRO, 2013: 452).

O relatório de IPM sobre o Campo de Dianópolis, informava que em novembro de 1961 chegou à cidade um grupo de doze indivíduos, que adquiriu três fazendas: Catingueiro; Antônio Alves e Boqueirão Cascavel, a setenta e dois quilômetros de Dianópolis. Segundo o documento, era um terreno “muito difícil, escarpado, com mata fechada, com grotas profundas, na Serra Geral”. A partir de então, deram início ao processo de arregimentação de camponeses, e, segundo o registro, um dos atrativos era o salário, o dobro do usualmente pago na região. Devido a isso, supostamente, no ano seguinte o grupo já contava com 50 integrantes.

No ano de 1962, além de terem feito “ruidosas manifestações” em data do aniversário de Carlos Prestes, receberam a visita de Francisco Julião. O documento descreve que, a partir da instalação do acampamento, houve uma alta movimentação de pessoas e cargas para a região dessas fazendas, o que demonstra a fragilidade do sistema de segurança do movimento:

Os chefes do movimento viajavam frequentemente, de avião, para Belo Horizonte, Goiânia e Recife. O encarregado do aeroporto e o rádio telegrafista do DCT passaram a trabalhar para os mesmos. O segundo recebendo e transmitindo mensagens com frequência. Por avião chegavam caixas e caixotes muito pesados para seu tamanho. Construíram um campo de pouso na fazenda Catingueiro (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 192).

O relatório, por sua vez, tentava vincular a todo custo o movimento instalado em Dianópolis ao governador Mauro Borges, principalmente em razão de Tarzan de Castro ser oficial de gabinete e um dos chefes das Ligas Camponesas:

Os integrantes do movimento se diziam pertencentes se diziam pertencentes às Ligas Camponesas e tinham o apoio do governador do estado, diziam. Distribuíam livros sobre o comunismo. Um dos chefes do movimento, Tarzan de Castro, era oficial de gabinete do governador. O elemento de ligação era João Neder, igualmente oficial de gabinete do governador (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 192).

Em novembro de 1962 já havia sido instaurado um inquérito pelas Autoridades Policiais de Dianópolis. Em seguida foi decretada a prisão preventiva de João Neder, Tarzan de Castro e 24 outros integrantes do acampamento. No entanto, somente João Neder chegou a ser preso. Tarzan de Castro estava foragido no Rio Grande do Sul e, depois de alguns meses, voltou a Goiás. Foi preso rapidamente, segundo ele pelo fato de ser muito conhecido, mas foi uma prisão rápida, porque não interessava ao “Governo do Mauro”. Quem interveio na sua soltura teria sido Cristóvão do Espírito Santo, deputado estadual eleito pelos estudantes e funcionário do governo (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 192; CASTRO, 2013: 453). Tarzan de Castro foi preso novamente em 1964, na iminência do Golpe Militar, porém já como integrante do PCdoB (Partido Comunista do Brasil, dissidência do PCB). Discorreremos melhor sobre sua prisão mais adiante.

Experiências como a das Ligas Camponesas, citada acima, e das Associações de Lavradores, que se instalaram por quase todo o estado, com o apoio e orientação do Partido Comunista Brasileiro, e, em especial, a luta dos posseiros de Trombas e Formoso, chamaram a atenção das organizações da Nova Esquerda brasileira para Goiás. Isso se levarmos em consideração que, no recorte temporal trabalhado, os limites geopolíticos do estado de Goiás compreendiam também o estado do Tocantins. Segundo a análise de ex-militantes da Nova Esquerda brasileira, como Edmilson de Souza Lima (ALN) e Aldo Arantes (AP) e do historiador e professor titular da Universidade Federal de Goiás, David Maciel, publicada no jornal *O Popular* (2014), a *Tradição de luta no estado atraiu guerrilhas rurais* durante a ditadura militar. Foi na região que se viu o desenrolar de focos de resistência rural ao Regime,

como a Guerrilha do Araguaia, ocorrida na localidade do Bico do Papagaio (O POPULAR, 2014).

Segundo David Maciel, após o Golpe, Goiás parecia ser uma das melhores opções para se colocar em prática o projeto da luta armada no meio rural: “Aqui era uma região conflagrada antes do golpe e por isso atraiu tantas organizações. Outra razão é a proximidade de Brasília, um dos centros do poder” (O POPULAR, 2014). O ex-deputado Aldo Arantes, que também foi militante da Ação Popular (AP), concorda que a região teve muita expressividade, no período: “Goiás sempre jogou um papel importante nesse aspecto. Goiás tem essa tradição de luta” (O POPULAR, 2014). Nesse sentido, a matéria cita a experiência dos posseiros da região de Trombas e Formoso, liderada por José Porfírio, que aderiu à luta armada e foi bem-sucedida. Como vimos anteriormente, durante o governo Mauro Borges, a vitória dos posseiros frente aos grileiros foi consolidada, tendo os camponeses recebido os termos de propriedade.

Eventos como este se tornaram fonte de inspiração para os movimentos de esquerda. Ao mesmo tempo, os militantes foram influenciados por teorias que pregavam a guerrilha rural “como forma de sufocar a cidade com a força das massas camponesas” (O POPULAR, 2014). Essa era a tese do *cerco da cidade pelo campo*, recebida ora pela linha cubana, muito difundida a partir de 1966 por meio do livro *Revolução na Revolução*, de Régis Debray, ora pela linha maoísta. Exemplos de organizações que transitaram por essas teorias foram o PCdoB e a AP, que igualmente tiveram muito interesse pelo interior goiano.

A Ação Popular, por exemplo, em 1968, a fim de adotar a medida de *integração na produção*³⁴, designou vários dirigentes, em sua maioria, para localidades diferentes do país, a fim de realizar um estudo sistemático sobre a realidade das regiões brasileiras. Tal estudo tinha por objetivo verificar onde existiam as condições *subjetivas* e *objetivas* para a aplicação do modelo chinês da *guerra popular prolongada*, como condições do território, acirramento das contradições sociais e nível de consciência política. Annete Scotti Rabelo e seu marido, o dirigente seccional de Goiás, Antonio Rabelo, fizeram parte dessas pesquisas, indo para as regiões do norte do estado de Goiás e a área de Rio da Conceição. A cidade em questão era Dianópolis, região da qual falamos nesse subcapítulo, e onde se instalou um dos projetos de guerrilha das Ligas Camponesas, anteriormente ao Golpe Militar deflagrado em 1964.

³⁴ A diretriz política da *integração na produção*, ou *proletarização dos militantes*, da Ação Popular, que predominou no partido a partir de 1967, consistia basicamente no deslocamento de militantes pelo país, a fim de que integrassem o meio camponês ou operário. Essa medida, que tinha diversas influências, como a experiência da *Revolução Cultural* chinesa, além de objetivar dar início a um trabalho de base entre os trabalhadores, que criasse as condições subjetivas para a derrubada do Regime Militar e a implantação do socialismo, também tinha por objetivo a segurança dos integrantes, que já estavam visados pelos órgãos de repressão do país.

Entretanto, de acordo com o documento confidencial expedido pelo Ministério da Aeronáutica, em setembro de 1971, ao final do ano de 1968, o casal teria passado primeiramente pela região próxima do município de Anápolis, cujo local foi escolhido pelas seguintes condições: “por ser de difícil acesso, cercado de serranias, poucas estradas e ali existir contradições sociais. Contudo, somente vieram a permanecer naquele lugar pelo período de seis meses, pois as condições não eram favoráveis ao trabalho de massa; em seguida retornou a São Paulo” (BR_AN_BSB_VAZ_125_0014, ARQUIVO NACIONAL, CISA, 1971: 185). Tais acontecimentos demonstram o alto interesse que a AP, entre outras organizações da Nova Esquerda brasileira, tinham em relação à Goiás, incluindo o território que hoje compõe o estado do Tocantins, devido a uma vasta tradição de lutas no meio rural.

CAPÍTULO IV – A AÇÃO POPULAR NO MEIO URBANO, EM GOIÁS.

4.1. Entre a fé e as práticas sociais (1960-1963).

A Juventude Universitária Católica (JUC³⁵) foi criada oficialmente em 1950, na Semana Interamericana JEC-JUC, ano no qual o movimento passou a ser nacional, dentro da ACB (Ação Católica Brasileira), passando a funcionar nas principais capitais e cidades do país, por exemplo, em Goiânia. Esses grupos de jovens da ACB organizavam-se hierarquicamente em Equipe Nacional e Equipes Regionais, compostas por dirigentes e participantes leigos orientados por padres. A partir do início da década de 1960, a equipe de Belo Horizonte passou a dirigir o organismo, ao mesmo fazendo parte da Regional Centro-Oeste, da qual a Equipe de Goiânia fazia parte.

Segundo informação de Alda Maria Borges Cunha (2015) e as assinaturas contidas na ficha de inscrição de Maria José Jaime, a Bizeh, o Congresso Nacional de Comemoração aos 10 anos de JUC, ocorrido no Rio de Janeiro, em julho de 1960, contou com a participação de vários integrantes goianos da JUC (1960). Entre os integrantes de Goiânia estavam presentes Alda, que cursava Pedagogia na Universidade Católica de Goiás (hoje PUC-GO) e Bizeh, do curso de História, ambas representando a Faculdade de Filosofia; o Padre Pereira³⁶, entre outros. Os simpósios temático ocorridos durante o evento abordavam tanto a realidade cotidiana dos universitários de classe média, com temas como *A política universitária*, *A mulher na universidade*, *A JUC nas faculdades*, quanto demonstravam preocupação com a realidade de outras camadas sociais, com títulos *O universitário e o meio operário*, *O universitário e o mundo rural*, *O universitário e o meio independente*, *O estudante secundário e a Universidade*.

Para Cunha (2015), que assim que entrou para o curso de Pedagogia entrou para a JUC, nesse movimento prevalecia uma nova forma de ver a questão da religião, ou seja, para

³⁵ A Juventude Universitária Católica foi uma associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia episcopal, em 1950, como setor especializado da Ação Católica Brasileira (ACB). Tinha por objetivo difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário. Foi extinta entre os anos de 1966 e 1968, tendo a nova orientação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em relação aos movimentos leigos da Igreja, provocado o esvaziamento da ACB.

³⁶ José Pereira de Maria, mais conhecido como Padre Pereira, é ex-reitor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Teve profunda ligação com as universidades goianas, PUC e UFG, desde sua criação. Na década de 1960, o Padre Pereira era vigário episcopal da Arquidiocese de Goiânia, sendo também orientador dos jovens da JUC (Juventude Universitária Católica), em Goiânia (O POPULAR, 2013).

eles ser cristão era um ato revolucionário, deixando clara a aplicação da ideologia do *Cristianismo da Libertação* (LÖWY, 2007) e acrescentava:

E era imprescindível para esse cristão, sendo revolucionário, ter um engajamento em relação às injustiças, às desigualdades sociais. Essa inserção em uma atividade, em um trabalho, era algo imprescindível e a própria visão que se tinha de salvação não era algo individual. Era uma coisa no plano coletivo. Então, há uma mudança aí, mesmo em termos de Igreja, mesmo em termos de visão religiosa. Era importante sim o engajamento, a inserção tendo em vista uma transformação necessária em relação as injustiças, desigualdades. [...] Quer dizer, é uma outra proposta de visão religiosa essa da JUC.

Com frequência ocorriam grandes encontros de nível estadual e nacional, o que dava aos estudantes a oportunidade de conhecer várias regiões brasileiras e suas respectivas condições sociais. As atividades e reuniões da JUC, em Goiânia, ocorriam semanalmente e eram divididas por faculdades (FILGUEIRAS, 2014: 79). Esses encontros, nos quais se debatiam assuntos sobre religião, economia, sociologia, temas voltados para o estudo da realidade brasileira, eram feitos na própria universidade, muitas vezes dentro dos Centros Acadêmicos. Eventualmente, também aconteciam em uma sala mantida pela Arquidiocese, que ficava na Av. Anhangüera, quase esquina com a Av. Araguaia, que na época ficava em cima de uma sapataria, famosa na época, chamada Futurista (CUNHA, 2015; DAYRELL, 2015).

A JEC (Juventude Estudantil Católica) igualmente foi um movimento muito expressivo em Goiás. Gilberto Franco Teixeira³⁷ (2015), que já tinha participação no movimento estudantil secundarista do estado e acompanhou o processo do nascimento da UGES (União Goiana dos Estudantes Secundaristas), mesmo depois de ter concluído o ensino secundário ingressou na JEC a convite de um colega. De início resistiu um pouco, mas logo percebeu que não era apenas um movimento de igreja, mas também de engajamento político. Assim como a JUC, o movimento viria a eleger as presidências da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), entidade máxima dos estudantes secundários no Brasil.

Em 1961, Aldo Arantes conquistou a presidência da UNE e Uassy Gomes da Silva, que era seu amigo de infância, em Goiânia, foi eleito para a UEE (União dos Estadual dos Estudantes), passando, então, a fazer parte do Conselho da UNE, que reunia-se todos os meses em uma capital do país. De acordo com Alda Cunha, os ideais políticos daquele grupo

³⁷ Gilberto Franco Teixeira (79 anos) participou da JEC, em Goiânia, e, quando entrou para a Faculdade de Direito, da UFG, tornou-se presidente do Centro Acadêmico Onze de Maio. Foi dirigente seccional e regional da Ação Popular, também chefe da delegação regional da UNE. Entrou para a AP em 1963 e desvinculou-se em 1969, devido a ter sido preso em Alagoas, quando participava da política de integração na produção. É anistiado político.

que se formava eram uma mistura entre os fundamentos ideológicos da JUC e dos movimentos de jovens da Ação Católica Brasileira, que vinham da Doutrina Social da Igreja e da filosofia humanista cristã francesa, e das bandeiras da UNE, sustentadas em todas as entidades estudantis.

Naquele período, chegou à Goiânia um Padre chamado José Pereira de Maria que foi designado para ser vigário da igreja da Vila Operária³⁸, onde desempenhou todo um trabalho social, inclusive entre os sem-terra. O então Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando, percebendo a simpatia e a ligação que ele tinha com os jovens, nomeou-o como seu assessor e orientador da JUC e JEC. A partir de então, devido à sua ligação com o Padre Pereira, que era tido como progressista, os estudantes pararam de implicar com arcebispo, encenando seu enterro, (MARIA, 2013: 431). Mário Sérgio Dayrell³⁹ (2015) e Gilberto Franco Teixeira, que foram respectivamente participantes da JUC e JEC, contam que os estudantes da época tinham D. Fernando como reacionário e direitista, pois dizia que os estudantes da ACB eram comunistas e o Padre Pereira os defendia. Na verdade, a orientação de D. Fernando era essencialmente fundamentada na Doutrina Social da Igreja, que segundo Norberto Bobbio enunciava-se pelos “princípios da sociologia cristã, tendente a fundar uma ordem social baseada na renovação dos espíritos e na subordinação da economia à moral cristã” (BOBBIO, 1986: 382).

O Padre Pereira participava das reuniões do grupo, que muitas vezes se deslocavam para a Vila Operária, onde eles se reuniam com os trabalhadores. Sob a orientação do cônego, desenvolviam um trabalho de esclarecimento em torno dos direitos civis e trabalhistas, de alfabetização de adultos, de trabalhos manuais e etc. Fizeram também uma campanha pela utilização do filtro de barro, porque, devido ao alto povoamento que ocorrera na região as fossas eram construídas muito perto das cisternas, contaminando a água a ser utilizada. Os filtros, que foram conseguidos através da compra de uma fábrica que abriu falência, era vendido aos moradores a um preço simbólico de 1 Cruzeiro (DAYRELL, 2015; SILVA, 2015).

³⁸ A Vila Operária estava localizada onde hoje se encontra o Setor Centro-Oeste, próximo ao bairro de Campinas. O seu povoamento deu-se na década de 1940, seguindo as margens do córrego Capim Puba até Campinas. O local, que inicialmente estava destinado à construção de uma área verde, segundo o projeto original de Atílio Correia de Lima, rapidamente foi ocupado por trabalhadores pobres que contribuíram na construção da capital goiana e não tinham condições de comprar casas de escritura regularizada (CARELLI, 2015).

³⁹ Mário Sérgio Dayrell (80 anos), graduado em Economia pela Universidade Católica de Goiás (UCG), foi integrante da JUC, em Goiânia, tendo contribuído nas atividades do ICP. Foi Vice-Presidente da UEE, em 1964, sendo impossibilitado de terminar o mandato devido ao Golpe. Entrou para a Ação Popular, em 1963, como militante de base. Atuou como simpatizante da organização até o seu total desmantelamento no estado, no início da década de 70, quando exercia a função de contato para militantes de outros estados.

Inicialmente, esses programas, ainda muito vinculados aos trabalhos da Igreja, eram basicamente assistencialistas (FILGUEIRAS, 2014: 80; RABELO, 2015). No entanto, a maioria dos integrantes da JUC e dos outros movimentos da ACB passou a desconfiar desse modelo, pois, segundo as palavras de Annete Rabelo: “Nós víamos que esse tipo de atuação não mudava nada. A gente ajudava em determinada crise, passava o momento mais crítico, mas as dificuldades permaneciam e a estrutura social não mudava”. Essa preocupação influenciou, ao mesmo tempo, a atuação de outros movimentos e projetos que contaram com a participação dos universitários da JUC, processos estes que formaram as bases e abriram caminhos para o surgimento de um movimento político mais amplo e independente. Como já adiantamos, o MEB (Movimento de Educação de Base), o MCP (Movimento de Cultura Popular) e os CPC’s (Centros Populares de Cultura) faziam parte desse processo.

4.2. O MEB e a influência dos movimentos de Cultura Popular.

A articulação e o processo de treinamento da primeira equipe para coordenar o MEB em Goiás ocorreram em fevereiro de 1961, de acordo com José P. Peixoto Filho (1985: 54-58). O recrutamento da primeira equipe de coordenadores, que foi escolhida a partir de uma nota lançada por D. Fernando, foi feito entre universitários e profissionais de várias áreas. Ao final dos primeiros treinamentos foi criado o MEB, porque antes disso o programa chamava-se SETERGO (Sistema Educacional Tele-radiofônico de Goiás) – *tele* a pedido de D. Fernando, que pretendia incluir a iniciativa no projeto modernizador do estado, com a chegada da televisão naquele período. Com a criação do programa, todos os sistemas radiofônicos das dioceses foram unificados nacionalmente.

As atividades do MEB em Goiás, a princípio, concentravam-se em apenas quinze escolas radiofônicas, situadas nas cidades de Inhumas, Itauçu, São Geraldo e Trindade. O critério de escolha dos primeiros grupos de monitores, sob o intermédio dos párocos, é que fossem pessoas queridas pela comunidade, que tivessem uma posição de liderança e que estivessem dispostas a fazer um trabalho voluntário, preferencialmente que já fossem professores (PEIXOTO FILHO: 59-60).

Os primeiros treinamentos de monitores, que ocorreram até o final de 1962, tinham a única preocupação de prepará-los para o papel de alfabetizadores. Nesse período, ainda não havia uma concepção explícita de alfabetização enquanto instrumento de conscientização e emancipação política. No entanto, estando as escolas instaladas, a tendência foi vincular as

disciplinas de educação cívica às de direitos fundamentais, na intuito de realizar um trabalho de conscientização dos direitos civis, explicitando a situação de dominação e exploração das classes populares. Essa perspectiva não tardou a entrar em conflito com aquelas defendidas pela Igreja. Essa tensão foi reforçada pelo fato de o Estado de Goiás ser essencialmente um Estado agropecuário e a maioria das terras serem de propriedade de grandes fazendeiros. O trabalho das escolas radiofônicas atingia inevitavelmente camponeses e lavradores, pois a emissão das ondas de rádio era captada em todas as áreas atingidas pela Rádio Difusora de Goiânia. O desenrolar dos acontecimentos desagradou os grandes proprietários de terra, que por meio de ameaças aos alunos e membros da equipe do MEB tentaram impedir que as escolas continuassem funcionando em suas propriedades. Para eles, o conteúdo daquelas aulas, que incitavam a organização dos trabalhadores em sindicatos e associações, significava um risco de sublevação dos trabalhadores e ameaçava a expropriação máxima da mais-valia no campo, devido à existência de relações de produção predominantemente pré-capitalistas nessas áreas (PEIXOTO FILHO: 61-62). Oscavú José Coelho, ex-lavrador da região de Itauçu, ao descrever o sistema de trabalho daquela época comparou-o com a escravidão:

Olha, para mim é *adonde* teve o sentido da minha vida como trabalhador foi dentro do MEB, né, porque até aí a gente não vivia uma experiência própria, que não era só eu não, [...] era uma vida mesmo escrava, né, na fazenda aquilo era uma escravidão tremenda, e era o esquema que a gente vivia, foi doutrinado para isso, né. E lá é que a gente começou a descobrir que o negócio era cada trabaiaador tinha os seus direito e que não era respeitado, né. E aí a gente começou a [...] ir atrás disso, né, eu que consegui muita coisa (sic) (COELHO, 2004).

Durante o primeiro ano do MEB, havia apenas 15 escolas. Mas com a liberação do restante da verba acordada pelo Governo Federal, foram abertas novas turmas. No ano de 1962 viu-se a expansão do programa. A equipe de formação do MEB, ora fazia treinamento com os monitores nas cidades de Morrinhos, Caldas Novas, Marzagão, Corumbáiba, Catalão, Goiandira, e regiões, ora havia grandes encontros em Goiânia, reunindo todos esses professores (CUNHA, 2015; COELHO, 2004: 63). Até o fim do programa o movimento chegou a ter 150 escolas, em Goiás, igualmente tendo contribuído para a organização de 27 sindicatos rurais (FILGUEIRAS, 2014: 106).

Inicialmente, o principal objetivo do MEB ainda estava centralizado no processo de alfabetização das pessoas do campo, onde o índice de analfabetismo era mais alto no país. No entanto, ao final de 1962, no I Encontro de Coordenadores realizado no Recife, houve uma mudança de orientação, como podemos ver no seguinte trecho extraído de um documento do encontro:

[...] considerando as dimensões totais do homem e utilizando todos os processos autênticos de conscientização, contribuir de modo decisivo para o desenvolvimento integral do povo brasileiro, uma perspectiva de autopromoção que leve a uma transformação de mentalidades e estruturas. Essas transformações se nos afigura necessária e urgente no momento atual (apud PEIXOTO 1985: 65).

Essa redefinição alterou significativamente a orientação dos trabalhos do MEB. Ao mesmo tempo, essa mudança coincidiu com a formação do GRUPÃO, o centro de articulação para o surgimento da Ação Popular, cujo grosso dos fundadores e militantes vinham dos movimentos de Ação Católica, principalmente da JUC. Passou-se, então, a compreender o MEB de fato como um movimento, como uma construção, que se deveria elaborar junto com os camponeses e os trabalhadores rurais. Alda Maria Borges diz a respeito desses novos monitores:

Era uma pessoa de comunicação fácil, que sabia ler e escrever e necessariamente alguém que trabalhava na terra [...]. Era sempre aquele arrendatário, meeiro, camponês, era quem vinha da própria classe trabalhadora, que vinha do meio popular e ele então tinha um primeiro momento de discussão, sobre o que era a realidade brasileira e que produzia aquela situação de onde ele morava, como era o sistema de plantio, de colheita, como aquilo se traduzia onde ele morava (CUNHA, 2015).

A partir do primeiro encontro, a alfabetização tomou aspectos mais amplos, na intenção de servir a fins políticos e culturais. Naquele mesmo contexto, Paulo Freire, no Nordeste, elaborava uma metodologia que influenciou de forma determinante os trabalhos de educação popular desempenhados no Brasil, a partir daquele momento. Desse encontro surgiram questionamentos em torno da capacidade de *conscientização* por meio do método anterior. As primeiras cartilhas foram consideradas obsoletas, o pessoal despreparado e o uso exclusivo das escolas radiofônicas, foi considerado insuficiente (FILGUEIRAS, 2014: 69).

Após o processo de reflexões e autocrítica possibilitado nesse primeiro encontro, foi recrutada, em março de 1963, a segunda Equipe Central de Goiânia. Desse segundo treinamento participaram 27 pessoas, das quais várias eram integrantes da JUC, da recém-criada Ação Popular, ou participavam de outros trabalhos na área de Cultura Popular. Ao final do processo, das sete pessoas selecionadas, duas eram jucistas: Alda Maria Borges e Eurípedes Dias. D. Fernando pareceu não concordar com a vinculação de integrantes da JUC no movimento, todavia, após uma reunião entre a Equipe Nacional, Equipe Central e o Arcebispo, as contratações de ambas foram efetivadas. D. Fernando tinha razão em desconfiar e não querer a vinculação delas ao MEB, porque naquele momento os jucistas já estavam na Ação Popular, como a própria Alda diz: “Eu considero, então, que há uma coincidência de

datas. [...] eu entro para a AP via movimento estudantil, não é via MEB, e somos nós que, sendo da AP e compondo o MEB, fazemos a ponte, depois, através do MEB também” (CUNHA, 2015; PEIXOTO FILHO, 1985: 74). Então, a juventude católica goiana, também fazendo parte do movimento estudantil, abraçou várias frentes de atividades, de forma em que os métodos e os campos teóricos utilizados, tornavam-se praticamente indissociáveis:

É simultâneo. Então, JUC, CPC, movimento estudantil e convergindo, logo em seguida, entrando no MEB. E o MEB ele entra fortalecendo algumas leituras e tudo o mais, e que tinha tudo a ver com as leituras que a gente estava trazendo em uma bagagem obtida antes de ele vir, ou durante, simultaneamente. A gente lia textos que nos chegavam e que alimentavam o nosso trabalho no MEB (CUNHA, 2015).

Depois desse contratempo na escolha da segunda equipe, formou-se uma *elite intelectual* dentro da equipe de coordenadores do MEB, pois aqueles integrantes que estavam engajados em outros movimentos políticos, ou eram militantes da JUC ou da AP (Ação Popular), acabaram se destacando dos demais, devido à terem uma bagagem teórica mais ampla. Porém, naquele momento a própria juventude católica começava a entrar em conflito com seu campo teórico, que tinha referência nos padres e filósofos cristãos, considerando-o insuficiente para analisar e criticar a realidade brasileira, o que encaminhava para a criação da Ação Popular.

Não foi apenas o MEB que se enveredou no projeto de erradicação do analfabetismo, no estado de Goiás, durante a primeira metade da década de 1960. Havia outro órgão, desta vez dentro da estrutura governamental, a desenvolver um trabalho de alfabetização de adultos fundamentado no método Paulo Freire, com o qual o MEB inclusive desenvolveu trabalhos em conjunto. Era o ICP (Instituto de Cultura Popular).

4.3. A ligação da AP com o Governo Mauro Borges: o Instituto de Cultura Popular.

O Governo do Presidente Jânio Quadros foi polêmico e breve. Depois de sete meses de mandato renunciou, em 1961, devido a uma série de problemas que atingiram seu governo, como a alta inflação, dificuldade na balança de pagamentos, retração do mercado interno no consumo de bens duráveis, tudo isso combinado a conflitos políticos e a má repercussão de seu posicionamento quanto às relações internacionais. Além de buscar aproximação com países socialistas, como China e Cuba, o Presidente governava de forma imprevisível, também na tentativa de suplantando os desmandos na estrutura política e burocrática. Tais

atitudes entravam em conflito com as elites no poder, o que levou a UDN (União Democrática Nacional), partido que sustentava seu governo, a retirar seu apoio. Devido a esses problemas, Jânio Quadros renunciou, supostamente esperando que uma mobilização popular lhe conduzisse novamente ao mandato. A manobra não surtiu o efeito esperado (FAVARO, 2015: 54-55).

Então, os ministros e origem militar, o Vice-Almirante Sílvio Heck (Marinha), Marechal Odylio Denys (Guerra) e Brigadeiro do Ar Grun Moss (Aeronáutica), buscaram inviabilizar a posse do vice-presidente eleito, João Goulart, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que naquele momento encontrava-se em ação diplomática na China. O grupo declarou vago o cargo de Presidência da República, surgindo tensões claras para um golpe (FAVARO, 2015: 55; FILGUEIRAS, 2014: 86).

Em resistência aos acontecimentos, Aldo Arantes, então presidente da UNE e jucista, encabeçando o movimento estudantil brasileiro, deslocou-se para o Rio Grande do Sul afim endossar a *Rede da Legalidade*. O movimento, que tinha por objetivo garantir a posse do vice-presidente Goulart, sendo puxado e liderado pelo então governador do estado, Leonel Brizola, teve apoio em todo o país, inclusive em Goiás. No estado, o governador Mauro Borges projetou-se nacionalmente ao compor ao lado de Brizola em defesa da Constituição. O governador abdicou das diferenças ideológicas em favor de uma linguagem comum daquele momento, que era a legalidade (FAVARO, 2015: 53; FILGUEIRAS, 2014: 87).

Em favor do movimento, a juventude brasileira liderada pela UNE, saiu às ruas nas principais capitais do país. Em Goiânia, sob a liderança do governador, os estudantes participaram de treinamentos de tiro, na intenção de defender o cumprimento da Constituição, e com armas se fosse preciso. Gilberto Franco Teixeira, que na época era integrante da JEC em Goiânia, confirma o ocorrido, também noticiado pelos principais jornais da época. Os treinamentos também contaram com a participação muitos integrantes da juventude católica goiana: “Quando o Brizola lançou aquela resistência no Sul e o Mauro Borges acompanhou, mas houve uma adesão em peso da Ação Popular! Naquele momento ainda JUC e JEC, principalmente. Nós fizemos treinamentos, tem fotos, tem todos os documentos, aí” (TEIXEIRA, 2015).

A relação dos estudantes católicos com o Governo de Mauro Borges, de início, era de apoio e confiança. Como esses movimentos eram carregados da ideologia nacionalista, a primeira reação foi positiva diante do projeto desenvolvimentista do Plano Mauro Borges. Os estudantes ansiavam por uma mudança radical nas estruturas do país, principalmente na parte agrária. Ainda acreditava-se que o ideal é que as reformas fossem feitas por dentro da ordem,

pelas iniciativas de um governante progressista, sensível e atento às necessidades das massas goianas e Mauro Borges parecia se encaixar nesse papel. Aficionado pela ideia do progresso, o governador representava para Goiás a possibilidade de renovação e rompimento com a sociedade oligárquica (FAVARO, 2010: 3). Desse modo, Mário Sérgio Dayrell (2015), que na época fazia parte da JUC, conta como era a relação da juventude católica com o Governo:

Olha, era uma relação boa, muito boa. Teve a Marcha da Legalidade, onde o Brizola e o Mauro se levantaram e foi vitorioso, porque o Jango tomou posse. Depois veio o parlamentarismo, mas acabou o sistema. Então nossa relação com o Mauro era boa, tínhamos ele como uma pessoa *pra frente*.

Sobre a recepção do Plano de Governo de Mauro Borges pela JUC, comentava Mário Sérgio:

Foi quando ele iniciou o governo, ele fez esse plano com a ajuda da Fundação Getúlio Vargas. Foi onde ele criou várias: METAGO, IQUEGO, IPASGO, ele criou tudo isso, essa infraestrutura do Estado. E ele mandou para nós. Eram dois volumes e ele mandou quatro para nós. Nós então debatemos, estudamos.

Todavia, essa juventude católica, que estava, ao mesmo tempo, muito envolvida no movimento estudantil de Goiânia, em determinados momentos, seguindo a tendência do movimento estudantil no contexto nacional, participou de ações reivindicatórias mais radicais. Em 1962, os estudantes universitários liderados pela UEE – que tinha como presidente Uassy Gomes da Silva, da JUC, que viria a ser Coordenador da AP, em Goiás – juntamente com os secundaristas encabeçados pela Uges (União Goiana dos Estudantes Secundaristas) – cujo presidente era Carlos Alberto Santa Cruz Serradourada, do PCB (Partido Comunista Brasileiro) – organizaram um ato de reivindicação para asfaltar a Rua 10, que liga o Setor Central ao Setor Universitário. Segundo Uassy, que nessa época era Técnico de Orçamento na Assembleia Legislativa, ele, com a ajuda de outros deputados, conseguiu incluir o projeto no orçamento daquele ano. Mas, o Governador alegou outras prioridades, o que fez com que os estudantes se revoltassem e fizessem uma barricada na Avenida Anhanguera, paralisando o trânsito (SERRADOURADA, 2008: 63, SILVA, 2015). O ex-jucista e um dos primeiros dirigentes da AP em Goiás contou mais detalhes:

Juntamos tonéis de óleo cru, colocamos fogo e ficou aquilo a noite toda. A polícia chegou e a gente não arredava pé, e cheio de estudante, proibimos a passagem. Ninguém podia sair para Anápolis, para Brasília, a não ser que fosse pela Praça Universitária e constatasse que estava em péssimo estado e precisava de asfalto. No dia seguinte o Mauro Borges nos chamou e mandou tirar a barricada, e nós

reivindicamos que só tiraríamos se ele asfaltasse aquele pedaço da Rua 10 até a praça, que já constava no orçamento (SILVA, 2015).

Mauro Borges, então, mandou fazer o asfalto na via que dava acesso à Universidade Católica e à saída para Anápolis. Segundo Uassy, foi depois desse evento que o governador o chamou para ser diretor do ICP (Instituto de Cultura Popular).

O ICP funcionava dentro do CERNE (Consórcio de Empresas de Notícias de Radiodifusão do Estado), que ficava em um prédio de esquina com a Praça dos Bandeirantes, no Setor Central. No órgão funcionavam os jornais Diário Oficial, Diário de Goiás, a Rádio Brasil Central e o ICP. Esse núcleo de cultura popular foi criado por Mauro Borges, segundo relatório de IPM, com o intuito de propiciar um contato direto com as massas populares, conscientizando-as e doutrinando-as politicamente. O superintendente da instituição, Fernando Cunha, enxergava este organismo como um serviço de *relações públicas* com o povo. No sentido de estreitar as relações entre o governo e o povo, Mauro Borges incentivou a organização dos trabalhadores rurais por meio dos sindicatos, ao mesmo tempo em que o organismo dava apoio às iniciativas desenvolvidas pelas entidades estudantis e principalmente do CPC (Centro Popular de Cultura).

Uassy G. da Silva, foi escolhido o diretor do ICP, em 1963, sendo, então, o responsável pela sua organização. O mesmo escolheu uma equipe composta majoritariamente por jucistas e militantes da AP, incluindo Mário Sérgio Dayrell e Alda Borges Cunha. Porém, esses participantes não eram funcionários do instituto, especificamente. Eram estudantes que contribuíam de forma voluntária para esse trabalho, desenvolvido por meio da estrutura montada com recursos públicos. Como disse Mário Sérgio, que naquele momento era militante de base da AP: “Nós ficamos um mês lá trabalhando de graça” (CUNHA, 2015; DAYRELL, 2015).

Em entrevista ao Diário Oficial, Uassy, diretor do ICP e já coordenador da AP, no período, disse que o objetivo do Instituto era: “conscientizar o povo, trazer à tona seus valores, suas necessidades ainda latentes e bloqueadas; elaborar a cultura popular que, nascida do povo, proporcione sua libertação” (SILVA, 1963: 1 apud FAVARO, 2015: 354). Segundo Favaro, essa fala distanciada, alegando a emergência de uma cultura autêntica do povo que o levasse a uma consciência política crítica, demonstra uma perspectiva de vanguarda intelectual comprometida com as massas.

O Instituto trabalhava com uma gama de atividades centradas nas áreas de educação e cultura popular, por meio das quais se pretendia a *conscientização política* das massas, no sentido de convocá-las a protagonizar as mudanças preconizadas pelo governo, porém de

forma a afastar a possibilidade de manifestações mais radicais e de uma ruptura efetiva. Usando dos métodos e instrumentos do CPC de Goiás, bem como seus recursos, agindo inclusive em consonância com o mesmo, os funcionários e atuantes do ICP, correram o interior de Goiás apresentando peças de teatro, como a obra de Augusto Boal, chamada *Mutirão em Novo Sol*. Uassy dá mais detalhes dessas iniciativas que se relacionavam com os *Teatros Volantes*, estes que faziam parte de uma experiência acumulada por quase dois anos pelo CPC da UEE, sob a direção de Ney Rocha Cunha (também jucista), vinculado a UNE:

Através do ICP foi que nós montamos o que chamamos de *Teatro Volante*, que era uma carroceria de caminhão com todo um cenário de teatro. Fizemos a peça *Mutirão do Novo Sol* e levamos a várias cidades do interior de Goiás. E era uma festa para cada cidade, que não conhecia nem teatro e a gente chegava com o caminhão todo iluminado para fazer essa peça de teatro, mostrando ao trabalhador rural também os seus direitos. Então era uma peça de conscientização (SILVA, 2015).

Segundo Tereza Cristina Favaro, a peça foi encenada também no I Encontro Camponês-Operário-Estudantil ocorrido no Instituto de Educação de Goiás (Setor Leste Universitário, Goiânia). O encontro ocorreu entre 24 e 27 de outubro de 1963, seguindo temática em torno de uma *Reforma Agrária radical*, contou com mais de 1.500 representantes, entre eles Mauro Borges, José Porfírio (líder camponês de Trombas e Formoso e Deputado Estadual), o Padre José Pereira, entre outros (FAVARO, 2015: 359-360).

O outro ramo de atividades do ICP, como dissemos anteriormente, era o programa de alfabetização de adultos, porém a ser desenvolvido no meio urbano, na capital goiana. Tal projeto educativo teve por fundamento teórico o Método de Paulo Freire, havendo o diretor do instituto viajado logo no início de sua convocação para Pernambuco, para ter cursos com o pedagogo e manter contato com o MCP (Movimento de Cultura Popular), movimento impulsionado com o auxílio do governador Miguel Arraes.

Alda Maria Borges e Maria José Jaime, a Bizeh, que seriam importantes militantes da Ação Popular, no estado, escreveram o *Livro de Leitura para Adultos* do CPC de Goiás, obra que posteriormente também foi utilizada pelo MEB. A produção desse livro foi possibilitada devido à participação de ambas as autoras, igualmente, em um curso de Paulo Freire, no Recife. Igualmente, foi feito um amplo trabalho de pesquisa vocabular desenvolvido por meio do ICP. Para Peixoto FILHO, esse trabalho, assim como outros lançados pelos CPCs, foi inovador quanto ao método, pois desenvolvia um modelo de alfabetização de que partia “para alfabetizar diretamente da palavra, como unidade básica da língua que possui significado” (CUNHA, 2015; PEIXOTO FILHO, 1985: 193).

Esses trabalhos se diferenciaram das formas tradicionais de “infantilização de adultos e adolescentes analfabetos”, ao mesmo tempo em que traziam para a alfabetização, pela primeira vez, uma mensagem política explícita, de acordo com o conjunto de palavras escolhidas para as aulas (PEIXOTO FILHO, 1985: 193). Uassy G. Silva (2015) conta melhor o diferencial daquele tipo de alfabetização:

[...] o que você aprendia na escola na época, mesmo na educação de adultos, era uma cartilha dizendo: *Ivo viu a uva*, essas coisas. E o método Paulo Freire ele mostrava para o adulto uma realidade que o adulto conhecia, então o adulto aprendia a ler com as palavras *tijolo, areia, cimento, argamassa*, ia aprendendo através dessas coisas quais as quais ele trabalhava. O carpinteiro ia aprender a escrever *martelo, foice*. Então, o lavrador, o trabalhador, todo mundo ia conhecer como se escrevia *faca, garfo, colher*, totalmente diferente do que a escola ensinava.

Por meio desses conhecimentos adquiridos, a equipe do ICP em conjunto com o CPC, colocaram em prática um trabalho de alfabetização de adultos que ocorria durante a noite nas salas ociosas da antiga Universidade Católica. Alda diz que eles conseguiram que as salas onde hoje funcionam as faculdades de Teologia, Filosofia e Pedagogia, que hoje é o prédio da FIT (PUC-GO), fossem usadas para esse trabalho (CUNHA, 2015). No entanto, a intenção da equipe do ICP era que esse trabalho tomasse proporções maiores. De acordo com Uassy G. Silva, a estrutura estava toda montada: foi feito um grande treinamento; haviam sido disponibilizados vários projetores de slides e para tal seriam utilizadas as salas das escolas públicas à noite. Nas vésperas do Golpe Militar de 1964, 250 professores, em Goiânia, recebiam o diploma do curso pelas mãos do próprio Paulo Freire, porém em poucos dias, a equipe do ICP foi afastada e esse trabalho cancelado (SILVA, 2015).

É importante ressaltar que durante a maior parte do período de trabalho de Uassy e sua equipe no ICP, a JUC, a JEC, e outros grupos da juventude católica da ACB, em Goiânia, já estavam na Ação Popular, pois, como já vimos na sessão anterior, a criação da organização foi oficializada em Fevereiro de 1963. Segundo Otto Filgueiras, jornalista e ex-integrante da Ação Popular, no encontro de oficialização da fundação do partido, no qual se deu a escrita do seu *Documento-Base*, estavam presentes representantes de várias outras regiões do país, exceto de Goiás. Todavia, depois que o documento foi revisado, as cópias da versão final teriam sido impressas na gráfica do CERNE, para serem remetidas para os outros estados, como Uassy mesmo disse:

Esse documento, inclusive, ele foi impresso em Goiânia, no CERNE, porque eu era diretor do Instituto de Cultura Popular e o Mauro Borges permitiu que a gente imprimisse o *Documento-Base* da AP, que era um caderninho, lá no CERNE e ele foi distribuído no Brasil todo (SILVA, 2015).

Uassy Gomes da Silva foi o primeiro coordenador da Ação Popular na regional de Goiás, fazendo parte do Comitê Nacional da organização. Segundo Gilberto Franco Teixeira, que igualmente foi dirigente da organização, a reunião que definiu a entrada da juventude católica (universitários e secundaristas) e também de alguns protestantes e independentes, aconteceu na antiga sede da UEE (União Estadual dos Estudantes), que estava localizada na Rua 9 do Setor Central. Nesse evento, em que foi feita a leitura do Documento-Base, Teixeira estava presente, bem como outros dois militantes da AP que acabavam de chegar de Belo Horizonte para residir em Goiânia - Annete Scotti e Antônio Rabelo. Teixeira dá mais detalhes sobre a reunião:

Eu me lembro bem da reunião, que estava sendo coordenada pelo Uassy, era o pessoal universitário, e eu estava saindo da JEC para entrar na universidade, estava nesse período de transição, foi em 63 [...]. E aí foi isso: tinha secundarista, universitário, operário, tinha gente de toda matiz de atividade, de religiosidade (TEIXEIRA, 2015).

Nesse período, de acordo com Uassy, a militância da AP, em Goiás, ficou concentrada em Goiânia, pois não havia dado tempo de difundir o trabalho pelo interior. Todavia, conforme relata um documento confidencial expedido pelo Núcleo de Agência de Goiânia, em 1981, em 1964 já havia um núcleo da organização em Anápolis. A informação que tratava dos antecedentes de uma suposta militante, atestava que naquele mesmo ano houve uma reunião de fundação da “organização subversiva” no município, sendo esta “coordenada por Cícero Porto e integrada por outros elementos de esquerda, tais como: José Danezi Piantini, Paulo Lopes Milhomem, Ademar Santillo, Fuad Siad, Célio Guimarães, Abel Pires da Silva e outros” (R0009714-1981, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1981: 1). Também teriam participado da reunião Godofredo Sandoval Batista e inclusive o próprio Uassy Gomes da Silva (R0040617-1983, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1983: 31). Referente aos antecedentes do coordenador Cícero e sobre a sua participação nessa reunião, tem-se a seguinte citação, contida em outro processo confidencial, de responsabilidade do Ministério do Exército: “Em 1964, tomou parte na cidade de Anápolis, de uma reunião em que foi lido um documento que explicava as linhas da Ação Popular AP. Desempenhou função de Coordenador Geral de todas as atividades políticas e objetivas da AP de Anápolis. Foi eleito Coordenador de Defesa do movimento” (R0036547-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1982: 6). Três anos depois,

em 1967, Cícero Porto e Godofredo foram indiciados no IPM ITAUCU/AP, junto com outros estudantes e camponeses.

4.4. A investida militar sobre a AP, em Goiás.

Mauro Borges tinha conhecimento da participação de militantes da esquerda socialista em seu governo. Em sua eleição informalmente fez-se uma aliança entre o governador e o PCB, tornando previsível a relação de proximidade com outras tendências que surgiam. De acordo com Tereza Cristina Favaro, a inclusão desses militantes foi uma tentativa de “acomodar conflitos, fechar acordos, integrar os gestores”, e o CERNE (Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado) foi criado justamente para ser o centro intelectual do corporativismo no estado. Do mesmo modo, o projeto de reformas protagonizado pelo governador, com o apoio dos intelectuais, também significava a tentativa de controle e evitar atos mais radicais. Mauro Borges propunha mudanças, porém dentro da legalidade e preservação da ordem (FAVARO, 2015: 351-352).

No entanto, Mauro Borges, que tanto prezava pela legalidade, compactuou e deu apoio à articulação do Golpe Militar de 1964, perdendo o apoio dos estudantes. Ao mesmo tempo, seus adversários políticos buscaram expor uma imagem do seu governo próxima do comunismo, o que manchou sua imagem perante a ala militar que, naquele momento, tomava o poder, no Brasil. Porém, quando foi deposto no Palácio das Esmeraldas, pelas tropas do exército, reuniu-se uma multidão na Praça Cívica para reivindicar a sua permanência, como afirma Gilberto Franco Teixeira, ele que naquele mesmo ano entrava para o curso de Direito da UFG:

[...] no momento da cassação nós o apoiamos. Porque aí já era outra história. Já era o Golpe em Goiás tirando um poder legitimamente constituído. Não tinha nada a ver com o Mauro Borges [...]. Fomos lá para dentro, participamos, inclusive da resistência, do projeto de bombardear a ponte do rio Meia Ponte para o pessoal de Brasília não entrar aqui, do treinamento de luta armada, a AP todinha, todo mundo aderiu, inclusive em plano de Frente Única com os outros partidos de esquerda marxistas (TEIXEIRA, 2015).

Os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pelo Instituto de Cultura Popular, assim que instaurado o Regime Militar, rapidamente foram classificados subversivos e perigosos. Logo o órgão foi surpreendido pela operação limpeza, promovida pela Comissão de Sindicância nos Meios Administrativos do Estado de Goiás, instituída por Mauro Borges. A

operação percorreu o segundo semestre daquele ano, quando foram instaurados os IPMs (Inquéritos Policiais Militares), sendo o CERNE um dos primeiros órgãos atingidos (FAVARO, 2015: 312).

Os integrantes goianos da Ação Popular, bem como em todo o território nacional, inclusive a diretoria da UNE, foram perseguidos e presos. Em Goiânia, logo após o Golpe, muitos militantes do PCB foram presos, chegando a receber torturas, porém Mauro Borges teria protegido os militantes da AP até a sua deposição. Ele se negou a demitir Maria José Jaime (Bizeh), que trabalhava no setor de cultura popular na Secretaria de Educação de Goiás. Em sequência, um grupo grande de militantes foi preso, totalizando 146 indiciados em IPM, que “apurou as atividades comunistas no estado de Goiás, anterior a 31 de Março de 1964” (A0500112-1972, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1972: 4; FILGUEIRAS, 2014: 254). Nesse quadro, Alda Maria Borges foi presa pela primeira vez, poucos meses depois do Golpe. Naquele momento ela, que já fazia parte da AP, respondeu a três processos vinculados a atuação do ICP.

Alguns conseguiram fugir, como Antonio e Annete Rabelo, tendo seu sobrinho João Rabelo dos Santos⁴⁰, que ainda estudava no primeiro ano do Ensino Secundário, no Colégio Lyceu de Goiânia, recebido a tarefa de esconder livros e documentos que vinham sendo estudados pela organização. Em entrevista, João Rabelo fala sobre o fato: “Então, eu morava com o Rabelão. E em 64, quando houve o Golpe, eu e mais um sobrinho meu, fomos usados para esconder os livros. Escondíamos livro no mato, no Setor Sul, que tinha muito lote vago. Ficamos lá uns dois dias escondendo livros” (SANTOS, 2015). Porém, mesmo com todo esse cuidado com relação ao material teórico da organização, os serviços de informação não tardaram a ter acesso a esses documentos, devido a muitos militantes terem sido presos.

Muitos anos após o fechamento do instituto, os órgãos da repressão continuaram expedindo relatórios, contendo detalhes sobre os antecedentes dos envolvidos. Esses documentos continham muitos exageros, fazendo constar sobre Uassy G. da Silva, ex-coordenador da AP:

[...] elemento que sempre esteve ligado aos grupos de esquerda, ao ponto de, em 1965, teve prisão preventiva decretada pela Auditoria da 4ª RM por ser considerado comunista perigoso [...]. Difundiu suas atividades subversivas e comunizantes através dos órgãos de divulgação do Estado, como o CERNE, doutrinando os

⁴⁰ João Rabelo dos Santos (71 anos) entrou para a Ação Popular em 1965, como militante de base, quando morava com os tios Annete Scotti Rabelo e Antônio Rabelo, este último que foi dirigente regional da organização. Estudou no Lyceu de Goiânia, onde atuou no Grêmio Félix de Bulhões em 1967. Ao final de 1968 saiu da cidade para integrar-se na produção, indo primeiro para Anápolis e depois para Alagoas. É anistiado político.

estudantes e o povo, militarizando-os em comum com os camponeses” (A0500112-1972, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1972: 2, 4).

Outros funcionários do ICP também foram indiciados, devido à sua participação na JUC, no ICP e na AP, como Elizabeth Hermano Cardoso, Alda Maria Borges e Nei Rocha Cunha. Sobre Elizabeth Hermano, o relatório informava que ela era Diretora do Departamento de Arte Popular e, de acordo com os projetos que desenvolvia, era comunista, de modo a ter sido fichada como uma das responsáveis pelo lançamento da peça *Mutirão em Novo Sol*. E prosseguiam: “É comunista. É agitadora. É subversiva” (E0098814-1981, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1972: 2). Da mesma forma, Nei Cunha e Alda Borges, que posteriormente se casaram, foram indiciados pela atuação no órgão, constando que o primeiro, além de diretor do CPC-Goiás foi Auxiliar de Tesouraria do CERNE e autor da poesia intitulada *O Voto do Analfabeto*, publicada no *Livro de Leitura para adultos* de Alda Borges e Maria José Jaime (E0068469-1981, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1978: 2).

No desenrolar dos acontecimentos, Uassy Gomes da Silva, e outras 15 pessoas, também foi preso, em março de 1965, sendo liberado logo em seguida por *habeas corpus*, que ainda era um recurso jurídico válido, naquele momento. Depois disso, tendo se graduado no curso de Engenharia, e já casado, o mesmo decidiu abandonar a coordenação da Ação Popular, em Goiás, mudando-se para um lugar onde ninguém o conhecesse, refúgio encontrado na cidade de Brasília-DF (SILVA, 2015).

Segundo Otto Filgueiras, às vésperas do Golpe de abril de 1964, integrantes da Coordenação Nacional da AP, como Betinho e Isa Guerra, teriam se reunido e chegado à conclusão a organização deveria se retrair por um tempo. Alguns militantes foram enviados para o exterior, por exemplo, Herbert de Souza, que foi para o Chile; e Paulo Stuart Wright e Padre Alípio de Freitas, que foram para Cuba. Com a prisão e/ou afastamento de muitos dirigentes, o partido ficou *acéfalo* em muitas regiões (FILGUEIRAS, 2014: 251). Em Goiás, o partido também passou por um período de estagnação, com a saída do seu coordenador, Uassy Gomes, com a prisão de muitos militantes, como Alda Maria Borges e a fuga de outros, como Maria José Jaime, que já entra para a clandestinidade, em São Paulo. Porém, em 1966, Antonio Rabelo assumiu a direção regional, iniciando-se o trabalho de reestruturação da organização no estado, tendo como uma das frentes de atuação a organização do movimento em Itauçu, que contou com o auxílio do MEB (Movimento de Educação de Base).

Uma determinação política da Ação Popular, que ocorreu em virtude da associação cristã-maoísta foi a chamada *integração na produção*, ou *proletarização* dos militantes, em sua maioria, de origem pequeno-burguesa. A linha política que predominou na AP a partir de

1967, tinha por objetivo adentrar entre as bases da sociedade brasileira, sob inspiração principal da *Revolução Cultural* chinesa⁴¹, liderada por Mao Tse-Tung. Entretanto, também havia outras referências, como a profissionalização dos militantes bolcheviques, a experiência dos revolucionários vietnamitas e dos padres operários franceses⁴². Boa parte dos militantes e dirigentes foi enviada a trabalhar no campo e nas fábricas, com a intenção de promover uma nova consciência revolucionária, ação considerada, naquele momento, mais eficaz que qualquer debate teórico, e de arregimentar novos quadros militantes entre operários e camponeses, alterando, assim, a composição social da organização (GORENDER, 1987: 114; RIDENTI, 2007: 258-265).

Tal decisão foi tomada, perante diversas influências, inclusive cristãs, uma delas as ideias e experiências renovadoras do pastor e missionário presbiteriano Richard Shaull. Porém, com a adoção do maoísmo pela AP, o recrudescimento e o fechamento do Regime Militar, com a implantação do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1968, a organização acelerou seu processo de proletarização, promovendo o deslocamento em massa de militantes, para também melhor protegê-los da repressão violenta do Regime. Entretanto, como afirma Marcelo Ridenti, antes mesmo de chegarem no Brasil informações sobre a Revolução Cultural, dirigentes já afirmavam a necessidade de profissionalização de seus quadros, tanto pela falta de recursos, quanto pela necessidade de arregimentação de quadros entre operários e

⁴¹ Nesse período teve início a Revolução Cultural chinesa, um movimento iniciado como desdobramento do Movimento de Educação Socialista, em 1965, que tinha como objetivo a revisão da cultura. O movimento passou de uma iniciativa elitista restrita ao plano acadêmico, para um movimento social, de combate aos *Quatro Velhos*: velhos hábitos; velha cultura; velhas ideias e velhos costumes. Com isso, tem ascensão o movimento estudantil nas principais universidades do país, em crítica aos métodos autoritários dos professores, à segregação da Universidade em relação da sociedade, a exclusão de operários e camponeses do ensino superior, a separação entre trabalho manual e intelectual, entre outras. Tal movimentação é apoiada e confirmada por Mao em carta a Lin Biao, em 7 de maio de 1966, também opondo-se ao sistema de ensino vigente e afirmando a necessidade de combinação entre trabalho manual e intelectual (REIS FILHO, 1981: 50-52). Posteriormente, a solução para tais reivindicações serão sintetizadas e agrupadas na *Carta de 16 Pontos*, que pregava, em suma, combinação entre trabalho manual e intelectual; além de ressaltar o papel dirigente de Mao Tse-Tung e do Exército Popular de Libertação (REIS FILHO, 1981: 53-54).

⁴² Muitos ex-militantes, inclusive alguns ex-dirigentes da AP, acreditaram, e ainda acreditam, que tal medida tática teve influência preponderante da experiência dos padres operários franceses, pois, independentemente de suas novas pretensões marxistas, a organização teria surgido entre os movimentos de jovens da Ação Católica Brasileira, um deles a JOC (Juventude Operária Católica), um dos movimentos leigos presentes no processo de evangelização dos operários franceses. O Papa Pio XI já lamentava a perda de fiéis da classe trabalhadora por parte da Igreja, e, em 1943, H. Godin e Y. Daniel lançaram o provocativo *França, País de Missão?* identificando a descristianização provocada pela industrialização. Tal constatação configurou-se em um novo desafio para a Igreja. Na Bélgica, entre os anos de 1912 e 1914, o sacerdote J. Cardijn, já ensaiava um trabalho com grupos de jovens operários. Em 1925, no Primeiro Congresso da JOC, em Bruxelas, com as bênçãos do próprio Pio XI, dava-se início à um apostolado de inserção entre os trabalhadores industriais. Os jovens operários evangelizavam os colegas de trabalho e, inclusive, “um grupo de sacerdotes franceses vestiu o macacão de operário para evangelizar os próprios operários”, levando ao extremo o projeto de inserir-se no meio. Em 1953 já eram noventa sacerdotes operários diocesanos e religiosos (LIBANIO, 2005: 46-47).

camponeses. Logo, ressaltava-se a necessidade de maior identificação entre militantes e esses grupos sociais (RIDENTI, 2007: 258, 260; PEREIRA, 2004: 3).

No chamado *O Livro Vermelho* (2010), que contém uma série de pronunciamentos de Mao Tsé-Tung, é possível perceber a defesa da formação de uma *linha de massas* no processo revolucionário:

O povo, e só o povo, constitui a força motriz na criação da história universal. [...] As massas são os verdadeiros heróis, enquanto, frequentes vezes, nós somos de uma ingenuidade ridícula. Se não compreendermos isso, vai nos ser impossível adquirir até os conhecimentos mais elementares (2010: 61).

No entanto, a fim de se conquistar os verdadeiros sujeitos da revolução para tal causa, os militantes de um partido marxista-leninista maoísta deveriam agir de acordo com as necessidades das massas, não sendo, portanto, possível compreendê-las sem uma convivência com as mesmas:

Para se ligar às massas, imporia agir de acordo com as necessidades e aspirações das massas. Todo trabalho feito para as massas deve partir das necessidades destas, e não do desejo deste ou daquele indivíduo, ainda que bem intencionado. Acontece frequentes vezes que, objetivamente, as massas necessitam de certa mudança mas, subjetivamente, não estão ainda conscientes dessa necessidade, não a desejam, ou ainda não estão determinadas a realizá-la. Nesse caso devemos esperar pacientemente. Não devemos realizar tal mudança senão quando, em virtude do nosso trabalho, a maioria das massas se tenha tornado consciente dessa necessidade e esteja desejosa e determinada a realizá-la. Doutro modo, nos isolamos das massas (TSÉ-TUNG, 2010: 63).

Antônio Rabelo conseguiu escapar à investida militar feita em Itauçu-GO. Depois de presa e libertada, Annete foi ao seu encontro em São Paulo, a fim de dedicarem-se à pesquisa das regiões prioritárias para a preparação da *guerra popular prolongada*, seguindo o modelo chinês. Nesse sentido, era parte fundamental da etapa preparatória a política de *integração na produção*. Como, em Goiânia, após o IPM-ITAUCU, as principais lideranças estavam visadas pela polícia, uma solução temporária foi distribuí-las na clandestinidade entre essas regiões. Primeiramente foi feita uma pesquisa sobre as condições *subjetivas e objetivas*, presentes nas regiões do país. Depois disso, Annete Scotti e Antonio Rabelo foram para Salvador, Bahia, trabalhar na zona do Cacau, no ano de 1968, ao mesmo tempo em que desempenhava um trabalho de debates e politização com profissionais liberais da região (RABELO, 2015). Como vimos anteriormente, naqueles anos a Ação Popular fazia adesão ao maoísmo e Mao Tsé-Tung, já em 1936, demonstrava preocupação com os *Problemas estratégicos da guerra revolucionária na China*, sobre as condições materiais, ou *objetivas*, e *subjetivas* para a

preparação da luta armada no campo. Para o líder socialista, o sucesso do processo revolucionário dependia principalmente das condições *objetivas*. Porém as condições *subjetivas*, ou seja, a vontade e o potencial revolucionário dos sujeitos históricos, igualmente detinham grande importância:

Não há dúvidas de que a vitória ou a derrota na guerra são determinadas principalmente pelas condições militares, políticas, econômicas e naturais em que se encontram ambas as partes. Mas isso não é tudo; o resultado da guerra é igualmente determinado pela capacidade subjetiva de cada parte na condução da guerra. Em seu esforço para ganhar a guerra, um estrategista não pode ultrapassar os limites impostos pelas condições materiais. Todavia, dentro desses limites, ele pode e deve fazer o máximo para conquistar a vitória. A cena em que se desenrola a sua ação é constituída pelas condições materiais objetivas mas, nessa cena, ele pode dirigir a representação de muito drama vivo, cheio de som e cor, de poder e de grandeza (TSÉ-TUNG, 2010: 50).

4.5. A reorganização do movimento estudantil e da AP em Goiás: a importância dos secundaristas.

No período em que as atividades da direção da Ação Popular se concentram na organização do movimento camponês, em Goiás, mais especificamente no município de Itauçu, as atenções dos aparelhos de repressão e vigilância parecem ter se distanciado do movimento estudantil. Isso possibilitou a reestruturação do movimento estudantil e, por sua vez, a reabilitação da organização dentro dele. No entanto, entre 1965 e 1968, seguindo a tendência do desenvolvimento da organização no território nacional, a mesma se reergueu sustentada na atuação de estudantes que não participaram dos movimentos católicos. Em Goiás esse corpo militante seria composto fundamentalmente por estudantes secundaristas matriculados nos principais colégios de Goiânia.

A princípio, o regime militar tinha uma preocupação maior com o movimento estudantil universitário. Segundo um artigo publicado em *O Estado de São Paulo* e distribuído pelo MEC como documento confidencial às principais universidades do Brasil, tendo sido acatado pelo então reitor da Universidade Federal de Goiás, Farnese Dias Maciel Neto, intitulado *Subversão na Escola*, a atuação dos comunistas era mais forte nos meios universitários:

Finalmente, os líderes das esquerdas católicas universitárias aliaram-se aos comunistas, formando a chamada Frente Única [...]. Entretanto, através de técnicas

inteligentes e bem conduzidas, propagou-se entre os universitários intensa contaminação ideológica, transformando aquelas agremiações em fortes linhas auxiliares, manobradas e lançadas de acordo com as intenções e as conveniências do movimento comunista internacional (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1970: 4).

Devido a essa preocupação, a lei de coerção ao movimento estudantil nacional, de nº 4464, ou Lei Suplicy de Lacerda, implantada em 9 de novembro de 1964, concentrou-se no fechamento das entidades máximas de representação política dos estudantes universitários. A UNE (União Nacional dos Estudantes), as UEEs (União Estadual dos Estudantes) e os DCE (Diretório Central dos Estudantes) foram substituídas pelo DNE (Diretório Nacional dos Estudantes), a fim de que o Estado tivesse controle total sobre elas. Ao mesmo tempo, eram firmados discretamente, sendo oficializados em 1966, os Acordos MEC-Usaid, que ameaçavam a autonomia e politização dos universitários. Os ajustes tinham por objetivo reformar a educação brasileira nos moldes do ensino norte-americano, passando a ser concebida apenas enquanto formação de trabalhadores, e não como fundamento de emancipação individual e social (SANTOS, 2009: 104-105).

Dessa forma, inicialmente, as entidades estudantis universitárias foram mais prejudicadas pela Ditadura. As instituições de organização dos estudantes secundaristas continuaram a ter certa autonomia, possibilitando que o movimento tomasse nova impulsão, em Goiás. O mesmo artigo distribuído pelo MEC afirma que após um período de “rearticulação e reformulação dos esquemas de ação, os agentes da subversão comunista voltaram a atuar, com crescente intensidade e novos métodos, nos meios educacionais, com particular interesse no setor secundarista” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1970: 5). O documento cita que as organizações de esquerda se voltaram para esse grupo de estudantes por ser uma “massa de manobra ideal por sua imaturidade, idealismo, desprendimento, [...] e pela natural simpatia que os jovens despertam em todas as camadas da população”. Ao mesmo tempo, a maioria dos estudantes do movimento secundarista tinha uma vantagem em relação aos universitários: estarem acobertados pela legislação que protegia o menor.

Nesse sentido, os principais colégios da capital goiana foram espaço privilegiado da formação desses sujeitos políticos, tendo papel de destaque o Colégio Lyceu de Goiânia, juntamente com o Lyceu de Campinas (que hoje chama-se Colégio Pedro Gomes), o Instituto de Educação, e o Colégio Rui Barbosa. Dessas instituições de ensino surgiram expressivas lideranças do movimento estudantil secundarista e militantes da Ação Popular, em Goiânia, como João Rabelo dos Santos, Jackson Luís Pires Machado, Juarez Ferraz de Maia, Euler Ivo

Vieira⁴³ e Olga D’Arc Pimentel. De acordo com João Rabelo dos Santos, sobrinho de Annete e Antonio Rabelo, que inclusive morava com os dois antes de terem entrado para a clandestinidade, seguindo a diretriz de integração na produção, o Grêmio estudantil do Lyceu de Goiânia, principal colégio da cidade, que então se chamava Félix de Bulhões, à partir de 1966 foi regido, principalmente, por militantes da Ação Popular, a começar pela gerência de Júnior de Andrade. O próprio João Rabelo fez parte desse grêmio, em 1966, tendo um cargo de assistência (SANTOS, 2015).

De acordo com Gilberto Franco Teixeira, que na época era ainda estudante secundarista, ao final da década de 1950, houve uma fusão entre as duas principais entidades de representação dos estudantes secundaristas em Goiás: a UESG (União dos Estudantes Secundaristas de Goiás) e a FLEG (Frente Legalista dos Estudantes de Goiás). O novo órgão, que era vinculado diretamente à Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), entidade que representava os estudantes secundaristas brasileiros, com sede no Rio de Janeiro, passou, então, a chamar-se Uges (União Goiana dos Estudantes Secundaristas). Rapidamente, a entidade tornou-se muito fechada e restrita aos militantes do Partido Comunista Brasileiro, tornando inacessível a participação dos demais estudantes à política estudantil, como diz Teixeira: “[a Uges] não deixava a gente participar, pois estava na mão de um grupo que se consolidou lá durante muitos anos e a JEC não tinha chance de participar” (TEIXEIRA, 2015). Diante desse quadro, João Rabelo afirma que, por volta de 1964, quando ele ainda cursava o Admissão (série preparatória ao Ensino Secundário) no colégio Ateneu Dom Bosco, o Padre Lelis arregimentou os alunos para ajudarem a tomar a direção da Uges, que era do PCB, com eventual presença de militantes da POLOP. Esse ato de derrubada, que teria contado com a participação de integrantes da JUC e da JEC, segundo Rabelo dos Santos, não foi muito bem explicado para os alunos, levando em conta que ele tinha apenas 13 anos de idade, preferindo ficar de fora, no momento da investida (SANTOS, 2015).

O prédio da Uges foi tomado e no lugar dela foi criada a CGE (Central Goiana dos Estudantes), que de início tinha uma linha nacionalista e de centro-esquerda, segundo as palavras de Juarez Ferraz de Maia. Gilberto Franco Teixeira participou da fundação da entidade e diz que, hoje, acredita não ter sido uma boa coisa, alegando: “Eles não abriam mão,

⁴³ Euler Ivo Vieira (67 anos) entrou para a Ação Popular em 1966, a convite de Jackson Luís Pires Machado, quando ainda estudava no Colégio Lyceu de Goiânia. À partir de então, Vieira tornou-se presidente do Grêmio do Lyceu de Campinas, hoje chamado Colégio Estadual Professor Pedro Gomes. Foi um expressivo líder estudantil nas manifestações de 1968, em Goiânia. Ao final do mesmo ano, já visado pela polícia da cidade e eleito Vice-Presidente da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), saiu do estado, retornando apenas em 1979, para reconstruir o PCdoB, em Goiás, partido do qual é hoje Secretário de Formação. É anistiado político.

mesmo, e nós fundamos uma entidade paralela que não foi uma grande, na minha concepção, não foi um papel muito bom que nós desempenhamos, não. Foi um, eu acho até que foi um movimento um pouco direitista” (MACHADO, 2015; MAIA, 2015; TEIXEIRA, 2015). Essa nova instituição dos estudantes secundaristas goianos, de início, segundo alguns ex-militantes seguiu uma linha mais à direita. Com o Golpe Militar, em 1964, as duas entidades estudantis de Goiânia sofreram abalos, e o prédio da CGE, que ficava no Lago das Rosas, ficou dois anos abandonado. Em 1967, um grupo de jovens secundaristas, composto por militantes da Ação Popular, reocupou a instalação, passando a instituição a se posicionar mais à esquerda, de fato.

Jackson Luiz Pires Machado⁴⁴ entrou no Colégio Lyceu de Goiânia, para cursar o Científico do Ensino Secundário. João Rabelo dos Santos também estudava naquele colégio e ambos tinham aulas com a professora de História e OSPB, Annete Scotti Rabelo. Segundo Machado, as aulas ministradas pela professora iam bem ao encontro do espírito de efervescência política que permeava a juventude daquele momento, atenta e influenciada por todos os acontecimentos mundiais. Segundo Annete Rabelo, das três professoras que ministravam aquelas matérias no colégio, todas foram cassadas, porque naquele momento não podiam falar certas coisas, por exemplo, “que o Brasil ainda não era uma democracia, que metade da população era analfabeta” (RABELO, 2015). De acordo com Jackson Luiz, ela era a professora mais combativa que eles tinham, e complementa:

[...] ela era uma pessoa que tinha uma cultura bastante envolvente, bastante grande, que permitia a ela não só se misturar com os secundaristas como também com os universitários e ela já era formada. Eu me lembro de uma vez que ela me chamou pessoalmente: você não quer ir amanhã (era uma sexta-feira) lá para a Praça Universitária dançar com a gente *Zorba o grego* (MACHADO, 2015)?

Segundo Jackson Luiz Machado, logo no primeiro ano em que ele entrou no Lyceu, foi convidado por algumas pessoas a entrar para a Ação Popular, momento em que o movimento estudantil, ainda estava adormecido, em Goiás. Eram pessoas geralmente do meio universitário, uma delas era a Elizabeth Hermano, ex-funcionária do CERNE, que iam chama-lo para palestras, encontros, conversas. Machado não conhecia esses militantes, mas acredita que provavelmente foram enviados por Annete Rabelo, porque um dia ele escreveu uma

⁴⁴ Jackson Luiz Pires Machado (72 anos) veio da cidade de Piracanjuba para estudar no Colégio Lyceu de Goiânia, onde foi presidente do Grêmio Félix de Bulhões em 1967, tornando-se importante liderança do movimento estudantil secundarista, em Goiás. Entrou para a Ação Popular em 1966 e desvinculou-se no início de 1969, quando ingressou no COLINA, que logo transformava-se em VAR-PALMARES. É formado em Ciências Econômicas e Ciências Sociais pela UNB (Universidade de Brasília). Aposentou-se no IBAMA, como Analista Ambiental. É anistiado político.

redação de tema livre que a teria impressionado muito, intitulada *A não existência de Deus* (MACHADO, 2015). João Rabelo dos Santos diz que um dia perguntou para a tia, Annete Rabelo, o que era comunismo e ela respondeu:

O comunismo é um regime onde não há distinção de classe, tudo é dividido. Mas tem uma coisa: o comunismo não acredita em Deus. E eu pensei, como um *trem* tão bom desse pode não acreditar em Deus? Mas realmente era indiferente pra mim, porque desde menino esse negócio de Deus nunca entrou muito na minha cabeça, não (*sic*) (SANTOS, 2015).

Ao final do ano de 1967, Jackson Luiz se candidatou à Presidência do grêmio estudantil Félix de Bulhões, tendo a sua chapa eleita, da qual também fazia parte João Arnolfo Carvalho de Oliveira, com cargo de Diretor do Departamento de Imprensa do grêmio, ambos da AP (R0094857-1984, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 12). De acordo com Annete, ela sabia que alguns estudantes do grêmio eram da Ação Popular e a organização ficava responsável apenas por dar apoio, nunca se intrometer diretamente nas questões estudantis, como ela dizia: “Aquilo já era outra entidade e a gente respeitava. Mas nós tínhamos militantes dentro dessas entidades” (RABELO, 2015).

Antes da perseguição aos militantes envolvidos no trabalho em Itauçu, geralmente era Antonio Rabelo, dirigente do Comando Regional, quem repassava as orientações do partido para os secundaristas. Porém, de acordo com Euler Ivo, eram designações genéricas, que estavam alinhadas com as tendências do movimento estudantil da época, por exemplo, as pichações contra o regime, a arregimentação de novos integrantes (VIEIRA, 2015). De acordo com o ex-militante, que naquele momento ainda estudava no Lyceu, um dia entrou em sua sala uma menina, que depois ele viria a ficar sabendo que era uma das dirigentes da AP, envolvida com o movimento camponês e que fora igualmente instrutora do MEB, a Isa Jubé, chamando para uma palestra sobre socialismo: “Ô gente, nós vamos fazer uma palestra. Quem já ouviu falar sobre o socialismo”? Euler Ivo foi nessa palestra, que aconteceu no próprio Lyceu, em um domingo de manhã. O evento contou com a presença de 200, 300 pessoas e, dessa forma, muitos estudantes secundaristas, de vários colégios, foram filiados à AP.

Euler Ivo era amigo de Jackson Luiz desde quando moravam na cidade de Piracanjuba e, quando o último foi eleito à presidência do grêmio do Lyceu, segundo Vieira, este fez o convite: “Ô, Ivo, [...] tem aqui uma organização, uma associação, que é também contra esse governo, defende o Brasil, é patriota e é comunista. [...] Só que a AP, ninguém manda nela. É só brasileira, patriota, então você podia participar de AP e vir participar de nossas reuniões” (VIEIRA, 2015). Jackson não sabia que, em pouco tempo, a AP aderiria ao marxismo-

leninismo, aderindo ao modelo chinês. Euler Ivo levaria para a organização suas irmãs Marina Vieira da Paz e Joana D'Arc. Dessa forma, como diz Jackson Luiz: “a coisa foi crescendo”.

Dias depois do convite, após uma série de reuniões, pichações e panfletagens, Euler Ivo recebeu sua primeira tarefa. O estudante deveria deixar o Lyceu de Goiânia e matricular-se no Lyceu de Campinas, que hoje é o Colégio Pedro Gomes, para se candidatar à presidência do grêmio. Euler diz que naquele momento ainda nem sabia o que era grêmio, tendo Jackson explicado que era uma espécie de *sindicato dos estudantes*. Aquela não era uma orientação vinda da Ação Popular, porém, como militantes da AP também estavam na direção das principais entidades estudantis do país, aquele projeto de conquista dos principais colégios da cidade, a fim de fortalecer levantar o movimento, estava em consonância com as atividades do movimento estudantil nacional. E Euler Ivo seguiu a orientação, que, mesmo não conhecendo ninguém daquele Colégio conseguiu ser eleito à presidente do Grêmio. Ele fez uma campanha, passando pessoalmente na casa de cada um dos estudantes. João Rabelo dos Santos o teria acompanhado nessa tarefa, no período de férias escolares (SANTOS, 2015; VIEIRA, 2015).

Juarez Ferraz de Maia, diz que saiu da cidade de Itaberaí, em 1965, também para estudar no Lyceu de Goiânia. Ele conseguiu passar na prova preparatória do colégio e chegou a estudar lá por volta de dois meses. Porém seu histórico e comprovante de matrícula sumiram misteriosamente do arquivo. Então, o aluno se matriculou em outro colégio no turno da noite, que se chamava Dom Marcos de Noronha, uma instituição de ensino pequena, mas que tinha um grêmio progressista, para o qual ele se candidatou e também foi eleito. Maia participava de grupos de debate na JEC, nos quais eles discutiam a situação do país e as possibilidades de atuação após o Golpe de Estado. Ele passou a ter ligação com a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e, naquele meio tempo, já fazendo parte do grupo congregado pelos presidentes de grêmio da cidade, também passou a integrar os quadros da Ação Popular (MAIA, 2013: 287). De acordo com as palavras do mesmo, a sua entrada para a organização não se deu por meio do convite, mas de uma forma muito natural e não oficializada:

Por exemplo esse meu amigo Jackson Machado e o Allan Pimentel, que era também expoente, esse pessoal era muito ligado a uma pessoa que não sei se falaram para você: Francisco Montenegro. Então, ali essas pessoas eram ligadas ao Chico Montenegro e aí o Rabelão (Antonio Rabelo) começou a trabalhar com a gente diretamente, cuidar da gente, dos meninos, dos *bebês*. [...] Então, nunca houve um dia em que alguém me perguntou se eu queria ser da AP. Eu já era. [...] A gente ouvia falar de AP o dia inteiro. Reunião aqui, reunião dali, reunião de estudantes,

reunião da AP, muitas vezes a gente não sabia se era reunião da AP, ou se era reunião de estudantes. (MAIA, 2015).

No entanto, de acordo com um documento confidencial do SNI, expedido pela Agência de Goiânia, atualizado e encaminhado em 1982, Juarez supostamente foi recrutado em agosto de 1967, pelo próprio Antonio Rabelo. O mesmo teria sido instruído a fazer propaganda do concurso de oratória da UNE, recebido material para pichamentos e orientado a não dar nomes caso fosse preso. Na mesma ocasião, o militante teria recebido exemplares dos seguintes documentos: *Normas de segurança*; *Problemas ideológicos*, *A atual política na América Latina*; *Histórico do imperialismo*; *Esterilização de mulheres na Amazônia* e o jornal *A Revolução* (R0040617-1983, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1982: 15). Dentre esses documentos, apenas um era de formulação própria da Ação Popular, como o exemplar do periódico *A Revolução*. Entretanto, de acordo com Juarez Maia e Jackson Luiz, eles, que eram estudantes secundaristas, raramente tiveram acesso a esse material.

Houve alguns encontros de formação, geralmente ministrados em chácaras nos arredores de Goiânia. Esses eventos, que tinham o intuito de orientar ideologicamente os principais militantes da cidade, reuniam cerca de 20 integrantes do movimento, entre universitários e secundaristas. Eram coordenados por Osvaldo Rocha (odontólogo), responsável pela parte teórica, e, eventualmente, o próprio Antonio Rabelo (laboratorista). Todavia, na visão de Jackson Machado e Juarez Maia, que participaram desses cursos, estes se mostraram muito insuficientes, pois ali apenas faziam algumas leituras e debatiam sobre a Revolução Cultural chinesa e a importância de Mao Tse-Tung para a revolução, não surtindo um conhecimento profundo e concreto, mesmo do contexto chinês. De acordo Jackson Luiz P. Machado: "Fizeram uma reunião conosco e eu sei que nós passamos de um dia para o outro somente lá e acabou. Pareceu que não aconteceu inteiramente. Ficou um negócio meio assim [...]. Não foi uma coisa marcante. Eram falas genéricas" (MACHADO, 2015). Juarez Ferraz de Maia tem uma visão semelhante do processo: "Eu lia mais sobre a China nos jornais do que os recortes que eles passavam. Eram umas bobagens, umas ilusões sobre o presidente Mao, entendeu? [...] aquilo estava longe da nossa realidade. Tão longe que você não conseguia captar. Aquele negócio servia mais como cultura geral do que como formação teórica" (MAIA, 2015).

Para Maria Aparecida G. Skorupski⁴⁵, que na época fazia graduação em Serviço Social e era militante de base da AP, de fato, os debates teóricos, em Goiânia, eram realmente muito fracos. As informações chegavam, contendo as novas posições da direção nacional, porém de forma não muito frequente. Ao mesmo tempo, as reuniões eram superficiais, o que podia ser devido à falta de uma formação política sólida no estado, não só por parte da Ação Popular, mas de todos os outros partidos. Segundo ela, o compromisso com o debate teórico nunca foi um forte da do partido em Goiás, como ela mesma diz:

Era muito fraco o debate. Tudo chegava, porque o que acontecia: existia uma comunicação, mas o debate era muito fraco. A gente conversava a respeito, e tudo, mas eu acho que também a formação política aqui como ela era frágil, aí você não tinha esse cabedal que era suficiente pra um debate político melhor (SKORUPSKI, 2015).

No entanto, a respeito dos eventos de formação teórica da Ação Popular, em Goiás, ocorridos por volta de 1966, 1967, há também impressões positivas. De acordo com João Rabelo dos Santos, foi a partir de uma palestra de Osvaldo Rocha, ministrada no Colégio Externato São José, que ele começou, de fato, a ter uma participação mais organizada na AP: “E foi aí que eu comecei em uma participação mais organizada, fazendo parte de discussões sobre política, sobre as estruturas do Brasil, essas coisas todas, estrutura econômica, questão internacional” (2015). A experiência de Rabelo dos Santos de fato foi muito frutífera, porque, segundo ele, de 30 pessoas que estavam na palestra, só ele permaneceu na organização.

De acordo com Rabelo dos Santos, não havia muitas reuniões ou debates coletivos, de forma que os poucos documentos que chegavam eram repassados e estudados no interior de cada célula (SANTOS, 2015). Mas, com o acirramento da repressão em Goiás, principalmente depois do IPM de Itauçu, muitas vezes era difícil manter a própria reunião das células:

Em determinado momento ficava mais difícil, porque geralmente quase todas as células tinham um pessoal com atividade política que era conhecido. Ou era presidente de grêmio, ou era de participação estudantil. Então, ficava conhecido, um cara manjado, então se sabia. E tinham outras pessoas que já vinham de trabalhos mais antigos, que a polícia vinha detectando, como Rabelão, a Annete, pela qualidade da aula que ela dava, o que ela falava nas aulas. O Rabelão pelo trabalho que ele desenvolveu em Itauçu e outras coisas. E uma pessoa aqui e outra acolá, e vai indo. [...] Então a dificuldade era por aí.

⁴⁵ Maria Aparecida Guimarães Skorupski (72 anos) entrou para a Ação Popular, como militante de base, em 1967, quando cursava a Faculdade de Serviço Social, vinculada à UCG, na qual foi eleita representante do Centro Acadêmico. No ano de 1969 saiu de Goiânia para ingressar na política de integração na produção, em São Paulo, na Metalúrgica Matarazzo. Possui mestrado em Ciência Política pela PUC-SP, sendo professora titular no Curso de Relações Internacionais da PUC-GO. É anistiada política.

Com as poucas reuniões de formação e a precariedade de acesso aos documentos teóricos da AP, que continham as teses e orientações estratégicas gerais do partido – se por preocupação com a segurança, ou por alguma outra razão – não é de se espantar a debilidade teórico-ideológica do grosso dos militantes da organização, em Goiás. De toda forma, a trajetória do partido no estado, e pensando nesses termos, talvez mesmo nos demais, exceto em São-Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde estava centralizada a direção nacional do partido, não conseguiu seguir a premissa do documento de 1967, *Resolução sobre o debate teórico e ideológico*, que dizia: “Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária, não é possível dirigir corretamente a luta revolucionária” (AÇÃO POPULAR, 1967: 6).

Com as poucas reuniões de formação e a precariedade de acesso aos documentos teóricos da AP, se por preocupação com a segurança, ou por alguma outra razão, não é de se espantar a debilidade político-ideológica do grosso dos militantes da organização, no estado. A trajetória do partido em Goiás não conseguiu seguir a premissa do documento de 1967, *Resolução sobre o debate teórico e ideológico*, que dizia: “Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária, não é possível dirigir corretamente a luta revolucionária” (AÇÃO POPULAR, 1967: 6).

Como dissemos anteriormente, em Goiânia, no ano de 1967, vinha se formando um núcleo grande de estudantes secundaristas, liderado pelos presidentes dos grêmios dos principais colégios. Esse grupo reuniu-se para reocupar o prédio da CGE, que ficava à margem do Lago das Rosas e estava abandonado. Os alunos ocuparam o prédio, limparam o terreno, ocuparam o espaço físico, pintaram, fizeram campanha na rua. Daí já se podia perceber a efervescência que tomaria a juventude goiana nos meses seguintes. Participaram da reestruturação da entidade Jackson Luiz (presidente do grêmio estudantil de Colégio Lyceu de Goiânia), Euler Ivo (presidente do grêmio do Colégio Lyceu de Campinas), Juarez Ferraz, João Rabelo dos Santos, Allan Kardec Pimentel, Olga D’arc Pimentel (presidente do grêmio do Instituto de Educação), entre muitos outros. De acordo com Juarez Ferraz de Maia, formou-se, ao redor deles, um grupo de mais de 50 pessoas, que, segundo João Rabelo dos Santos, não se limitavam aos militantes da AP, congregando também filiados ao PCB e alguns da POLOP (Política Operária). Todavia, quem foi o presidente escolhido para a entidade, sem nenhuma votação, naquele momento de reabertura, foi Juarez Ferraz de Maia, um militante de base da Ação Popular (MACHADO, 2015; MAIA, 2015; SANTOS, 2015; VIEIRA, 2015).

Jackson Luiz diz que, antes mesmo de ser eleito para o grêmio Félix de Bulhões, marcou uma reunião com todas as esquerdas do colégio, da qual saiu uma chapa de composição com Partido Comunista Brasileiro. Segundo o mesmo, inesperadamente

encontrou no Partidão um posicionamento muito mais fechado e sectário que da Ação Popular, sendo que foi o primeiro a idealizar o sistema de Frente Única, no Brasil (MACHADO, 2015). Contudo, a iniciativa de integração, demonstrada por Jackson Luiz Machado, ia de encontro com a política da organização desde época da JUC, quando buscava composição com os militantes do PCB, a fim de se consolidar na liderança do movimento estudantil nacional, mantendo a sua hegemonia. Como diz o documento *Esquema Geral*, da AP, lançado em 1966, deveria ser combatida “a visão grupista, estreita e sectária da organização” (AÇÃO POPULAR, 1966). João Rabelo dos Santos (2015) também relata uma experiência de ações conjuntas com os militantes do PCB, na época:

No decorrer do tempo da minha militância, aqui no movimento estudantil, a gente convivia com o PCB e não foram uma, nem duas vezes, que nós, secundaristas da AP, fizemos pichações junto com os secundaristas do PCB. Tudo junto, fazendo pichação juntos, à noite. Eu tinha uma convivência com esse pessoal e grande maioria do pessoal da AP não tinha esse negócio contra o PCB.

O texto também ressaltava a importância do MCD (Movimento Contra a Ditadura), como forma de atuação conjunta, como tática importante de contribuição para a luta, naquele contexto específico. De acordo com os ex-militantes da AP, em Goiás também houve um núcleo importante de atuação do MCD, integrando não apenas militantes dos partidos de esquerda, mas também independentes. Já que o movimento não levava o nome de nenhum partido, fazendo apenas oposição explícita contra o Regime Militar instaurado no país, em teoria, poderia ampliar e fortalecer o seu campo de atuação, dentro da legalidade (MACHADO, 2015). Gilberto Franco Teixeira, que foi dirigente seccional e regional da AP, confirma as atividades de Frente Única encabeçadas pelo MCD, em Goiás: “O MCD foi um movimento nacional, pregando a não participação nas eleições, enfim, uma série de palavras de ordem, que era um ato de Frente Única nacional. E aqui em Goiânia nós fizemos a mesma coisa” (TEIXEIRA, 2015).

4.6. A efervescência do movimento estudantil goiano: os anos de 1967 e 1968.

O movimento estudantil goiano, em 1967, ainda era, em grande parte, composto por integrantes da AP. Representantes secundaristas do Brasil todo, naquele ano, participaram do Congresso da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) para eleger o seu

presidente, e cerca de 80% eram militantes da AP⁴⁶, do qual participaram, representando Goiás, Euler Ivo Vieira e Jackson Luiz Machado. Todavia, na virada para o ano de 1968, de acordo com Jackson Luiz Machado, durante um congresso para eleger a nova diretoria da CGE, do qual participaram representantes dos principais grêmios estudantis de Goiânia e do interior, um militante do PCB levou a presidência, como diz Machado: “Por exemplo, nós fizemos um congresso uma vez para eleger a diretoria do CGE. Nós íamos para lá e tinha eu, o Juarez e outras pessoas, e a gente discutia quem ia dirigir a CGE. Aí o Partidão ganhou a eleição” (MACHADO, 2015). De acordo com o documento confidencial expedido pela Agência de Goiânia do SNI, o novo presidente era Léo Lynce do Carmo Rodrigues, orador oficial do grêmio Félix de Bulhões do Lyceu. Todavia, ele foi preso em flagrante em abril do mesmo ano, quando participava da reunião de uma célula do PCB (R0026347-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 1, 3). Jackson Luiz, militante de base e ex-presidente do grêmio estudantil do Colégio Lyceu, afirma que a AP começou a perder a hegemonia adquirida no estado depois dessas eleições.

Os principais dirigentes estaduais da AP já haviam entrado para a clandestinidade, a fim de fugir da mira dos órgãos de repressão do Regime e se integrarem na produção. Desse modo, o quadro de liderança do estado ficou vago, sendo suprido temporariamente por um grupo reunido em torno da figura de José Renato Rabelo, estudante de Medicina na UFBA (Universidade Federal da Bahia)⁴⁷, e outros militantes, que, muito provavelmente, seriam o Padre Alípio de Freitas e os secundaristas Maria do Socorro Gomes Coelho (Helps) e Francisco de Assis Rodrigues (Chico Preto)⁴⁸.

⁴⁶ É importante ressaltar que falar de movimento estudantil, naquele momento, em questões numéricas, era falar de movimento estudantil secundarista, pois em Goiás só existiam duas universidades: a UCG (Universidade Católica de Goiás) e a UFG (Universidade Federal de Goiás), esta última sendo oficialmente fundada no início da década de 1960, congregando algumas faculdades que já existiam, como as Faculdades de Direito e de Medicina (BRASIL, 2008:4). Os estudantes universitários eram a minoria, devido à quantidade limitada de vagas em todos os cursos, visando a formação de uma elite intelectual, no Estado. Esse fato gerou uma das bandeiras mais fortes e recorrentes entre as reivindicações de reformas universitárias lideradas pela UNE, reivindicando maior acesso à universidade para classes sociais subalternas. Todavia, por mais que numericamente o movimento estudantil goiano tivesse mais força no movimento estudantil secundarista, geralmente as lideranças dos partidos eram escolhidas entre os universitários, profissionais liberais ou camponeses, mais especificamente no caso da Ação Popular.

⁴⁷ De acordo com o site oficial do PCdoB, Renato Rabelo, ex-Presidente Nacional do Partido, foi incorporado ao Comitê Central em 1972, tendo sido eleito membro do mesmo desde o 6º Congresso, ocorrido em 1966 (COMITÊ CENTRAL DO PCDOB). Essa informação foi confirmada por Marta Alves, Assessora da Presidência Nacional, o que comprova a existência da política de dupla militância aplicada por alguns dirigentes da Ação Popular. Então, cooptados pelo partido comunista, puseram em prática o projeto oculto de incorporação de quadros, de forma individual.

⁴⁸ A montagem aproximada desse quadro foi feita a partir da comparação dos depoimentos de alguns militantes, que são João Rabelo dos Santos, Jackson Luiz Machado, Mário Sergio Dayrell e Nilva Maria Gomes Coelho, pois há uma lacuna de informações sobre a direção desse período específico. Um dos problemas que impede uma montagem mais precisa desse quadro é que, além da escassez de documentos oficiais expedidos pelos sistemas

Independentemente dos partidos políticos existentes na cidade, o movimento estudantil tinha *vida própria*, ou seja, agia de forma autônoma a todos eles. O que não significa que não tenham atuado por meio das ações e entidades estudantis, que sempre foi a prática da Ação Popular. Em 1967, as manifestações estudantis, em Goiânia, foram vertiginosas, de forma que algumas delas tiveram, inclusive, visibilidade internacional. Desde o segundo semestre do ano anterior, o movimento estudantil vinha envolvendo-se em manifestações cada vez mais radicais em oposição ao Regime Militar, desde pichações, panfletagens, assembleias e greves frequentes, aos eventos de enfrentamento direto com a polícia, como o que ocorreu no desfile do dia 7 de setembro de 1967. Segundo João Rabelo dos Santos, os estudantes, principalmente os estudantes secundaristas, resolveram boicotar o desfile (SANTOS, 2015). Alguns secundaristas teriam entrado no meio do desfile vestidos de padre. Um deles, Euler Ivo Vieira, em determinado momento retiraram as batinas de jesuítas, expondo as palavras de ordem: *Abaixo à Ditadura; Fim da Guerra do Vietnã*; entre outras. A polícia foi para cima dos militantes, e vice-versa, e o desfile acabou: “Então foi uma manifestação do 7 de Setembro e foi repressão, o pau quebrou, acabamos com o desfile, o desfile acabou. Virou um tumulto o desfile de 7 de setembro de 67” (VIEIRA, 2015). João Rabelo fala sobre o enfrentamento no desfile:

[...] o governo militar gostava de usar o 7 de setembro pela questão do nacionalismo e tal. Como eles não deixavam a gente fazer passeatas, batiam na gente, então decidimos boicotar. Aí era pau (risos). Não tinha esse quebra-quebra que tem hoje, mas era enfrentamento direto: era no estilingue, na pedrada, pegava um policial, principalmente na polícia do DOPS. Metíamos o cacete! (SANTOS, 2015)

Depois desses eventos, Euler Ivo e outros militantes caíram na mira da polícia militar, em Goiás. O estopim foi a morte do estudante secundarista Edson Luiz no restaurante *Calabouço*, no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968 (MAIA, 2015). Como Euler Ivo disse, naquele ano estava na *moda* fazer muita manifestação. Quando a morte do estudante foi noticiada no rádio, imediatamente as principais lideranças estudantis da cidade e muitos outros estudantes reuniram-se em assembleia no Centro de Goiânia, mais precisamente na

de investigação e informação, com relação a essa fase, a maior parte dos entrevistados pela autora foram lideranças do movimento estudantil e/ou militantes de base. Ao mesmo tempo, naquela etapa específica da trajetória da AP, a mesma vinha aprimorando o seu sistema de segurança, de modo que já se entrava com nomes falsos, podendo ter contato apenas com os companheiros da célula e dois militantes de nível acima e outros dois de nível abaixo. Nas palavras de Euler Ivo, o sistema de segurança que passou a ser utilizado pela Ação Popular era melhor, inclusive, que o do PCdoB: “Então, a Ação Popular desenvolveu uma técnica de resistência de clandestinidade que quando a AP integrou-se ao PCdoB nós viemos a nos deparar com o fato de que a técnica de AP era muito mais sofisticada do que as técnicas do PCdoB” (VIEIRA, 2015).

Praça do Bandeirante, onde foi marcada a manifestação para o dia 1º de abril. Naquele dia, alguns estudantes estavam marcados para morrer e um deles era Euler Ivo. Essa passeata tomou grandes proporções, com muito impacto na sociedade goianiense, inclusive entre advogados e outros profissionais liberais. Segundo João Rabelo, nela estavam presentes, inclusive, militantes da direção seccional, regional e inclusive alguns da direção nacional da Ação Popular. O movimento protestava contra o Regime Militar, ao mesmo tempo em que levantava uma série de bandeiras anti-imperialistas, de temas nacionais e internacionais, como a *Esterilização das mulheres no Amazonas*⁴⁹, os *Acordos MEC-Usaid* e a *Guerra do Vietnã*. Logo ocorreu o enfrentamento com a polícia, como descreve Juarez Maia, que na época era importante líder estudantil e militante de base da AP:

Havia um grupo de 100 meninos barrando o pelotão inteiro no *cacete*, entendeu? E os caras prendendo. Eu lembro que uma das prisões foi a da *Helps*. Ela foi presa nesse dia, mas, ao ser presa, como ela mesma diz, deu uma *baianada* no cara da polícia e saiu correndo. [...] aquela bomba de efeito moral, [...] a gente pegava e jogava neles de novo (MAIA, 2015).

Logo manifestação foi dissipada, porém ainda permaneciam alguns focos de resistência no Centro. Um deles ficava na praça em frente o Teatro Goiânia, onde estavam Juarez Ferraz e várias outras pessoas. Porém, Euler Ivo tinha sumido. Horas depois era noticiada a sua morte nas rádios da cidade, todavia, quem foi assassinado pela polícia com um tiro na cabeça, de frente ao edifício Partenon Center, da Rua 4, fora um lavador de carros muito parecido com o estudante, chamado Ornalino Cândido da Silva. Euler Ivo Vieira tinha se escondido em um prédio em construção na Avenida Goiás, como ele descreve: “Eu sei que eu descii pra Goiás, na Rua 4 com a Goiás. Aquele Edifício Bemosa estava em construção. [...] Eu subi naquele edifício, fiquei lá em cima e vi a repressão atirar em muita gente” (VIEIRA, 2015).

Alguns representantes do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), em Goiás, e estudantes perseguidos pela polícia, procuraram o Arcebispo Dom Fernando para que

⁴⁹ De acordo com Juarez Ferraz de Maia, o tema da *Esterilização das mulheres na Amazônia*, que foi levantado porque um grupo de missionários norte-americano estava apresentando o DIU, método contraceptivo, para as mulheres no norte do país, foi causa de muita agitação entre os estudantes. Essa pauta faz-nos perceber como sentimento nacionalista ainda era forte na sociedade brasileira, principalmente entre os jovens, como Ferraz de MAIA (2015) explica: “Então, o DIU para nós foi, assim, um caso de guerra. Porque nós batemos no governo militar por estar aceitando que os americanos viessem esterilizar as mulheres brasileiras. E houve manifestações fortes contra isso. Eu mesmo fiz um escândalo nessa cidade contra o DIU, entendeu? Terrível! [...] mas nós achávamos que aquilo tinha dois objetivos. Primeiro, para evitar o aumento da população no norte do país, e, segundo, que os missionários americanos estavam fazendo pesquisas biológicas com cobaias brasileiras, principalmente as empresas farmacêuticas, com o DIU e essas coisas todas”.

interviesse e acalmasse os ânimos. Em negociação, o Secretário de Segurança Pública, Coronel Pitanga Maia, responsabilizou-se em retirar as tropas da rua, enquanto o Arcebispo garantia o retorno dos estudantes às suas casas. Porém, naquele mesmo dia a polícia marchou contra a Faculdade Direito, que ficava na Rua 20, tendo o Metropolitano Dom Fernando de intervir novamente (DUARTE, 1996: 51-52). Tal acontecimento teve muita repercussão em Goiás e no Brasil todo devido às fortes denúncias feitas pelo MDB, ao ponto de saírem matérias diárias nos jornais sobre a intensão de assassinato de um estudante. Em virtude disso, Euler teve de sair de Goiânia, chegando a conhecer lideranças da AP e da UNE a nível nacional: “O fato foi que minha família apavorou e eu tive que sair daqui. Aí nessa época eu vim conhecer AP a nível nacional. Eu já tinha relações, por exemplo, o Luiz Guedes, que era da UNE, reunia muito aqui” (VIEIRA, 2015).

No dia seguinte (DUARTE, 1996: 52), os estudantes saíram novamente em passeata, dessa vez, para protestar contra a morte do lavador de carros. Os estudantes foram perseguidos novamente pela polícia e, na dispersão, um grupo correu e refugiou-se na Catedral de Goiânia. Policiais à paisana ordenados pela instituição, que alegou estarem os estudantes armados de coquetéis *molotov* e rendido um sargento da PM, invadiram o templo, ferindo a tiros os estudantes Telmo Farias e Maria Lúcia Jaime, universitária da Faculdade de Filosofia, irmã de Maria José Jaime, a *Bizeh*, sendo também militante da Ação Popular. Jackson Luiz conta mais sobre o episódio:

É porque a Faculdade de Direito era do lado, na Rua 20, pertinho da catedral, e estava tendo uma mobilização por lá. Eu sei que chegou a polícia e o pessoal foi se esconder dentro da igreja. E nessa de se esconder dentro da igreja, um policial lá deu um tiro em um rapaz lá que se chamava Telmo, deu um tiro no Telmo e esse tiro pegou na bunda dele e a bala terminou pegando a mão da Lúcia (MACHADO, 2015).

O clima da cidade era de tensão. Ao mesmo tempo, a polícia militar já dava indícios de endurecimento dos métodos de repressão, não apenas contra os estudantes, mas também a toda a sociedade civil que viesse a fazer alguma oposição, inclusive eclesiásticos. Na tarde do dia 2 de abril, de 1968, antes do horário marcado para a celebração da missa em homenagem à Ornelino Cândido da Silva, toda a Praça Dom Emanuel, da Catedral, e a Rua 20, incluindo a residência episcopal foram cercadas por policiais na intensão de impedir sua realização. Esses incidentes, principalmente o evento dos estudantes baleados dentro da catedral, provocaram a indignação do Arcebispo, que enviou uma carta para o então Presidente da República, o General Costa e Silva, pedindo providências. (DUARTE, 1996: 52). Na verdade, o ato

também expressava, implicitamente, uma preocupação do Arcebispo com a ameaça de perda de autonomia da Igreja brasileira perante o Estado.

A cidade de Goiânia tornou-se palco de agitações de todos os tipos. As manifestações aconteciam praticamente toda semana, intercalando-se com outras formas de protesto dos estudantes, como greves, pichações, comícios-relâmpago, manifestações culturais e assembleias no DCE (Diretório Central dos Estudantes). Jackson Luiz P. Machado diz que, o DCE da UFG – que naquele momento localizava-se em uma praçinha, que ficava no meio de uma viela que conecta a Rua 3 com a Avenida Anhanguera, paralela à Avenida Araguaia – centralizava as principais manifestações da juventude goiana, inclusive culturais. O cantor e compositor Geraldo Vandré, famoso pela autoria da música de protesto *Para dizer que não falei das flores* teria estado lá às vésperas do AI-5. De fato, segundo uma matéria da Rádio UFG, no dia 12 de dezembro de 1968 o polêmico cantor da música popular brasileira estava em Goiânia fazendo o show de nome censurado *Socorro! A poesia está matando o povo*. Em teoria, as apresentações na cidade teriam sido um dos últimos shows do cantor antes de sua prisão pelos militares, de forma que é muito provável que Vandré tenha estado, de fato, na entidade estudantil, naqueles dias (FERRAZ, s.d.; MACHADO, 2015; MAIA, 2015; R0094857-1984, ARQUIVO NACIONAL, SNI: 12).

Os DCEs, como um todo, foram centros importantes de movimentação estudantil, em 1968, não se restringindo apenas aos universitários, mas também aos estudantes secundaristas. O DCE da UFG, de acordo com Jackson Luiz, era liderado por militantes do PCB. Porém, o DCE da UCG (antiga Universidade Católica de Goiás), que havia sido fechado em 1967, devido à extinção das UEEs e da UNE, foi reaberto naquele mesmo ano com a participação de estudantes das faculdades de Arquitetura, Belas Artes, Ciências Sociais, como Maria Aparecida G. Skorupski, então militante de base da Ação Popular (SKORUPSKI, 2015; PAZ, 2009: B4). Sobre essa reabertura, Skorupski diz: “Então, na reabertura eu fui da primeira diretoria, que trabalhamos com muita precariedade, funcionando na ilegalidade, porque não era reconhecido como entidade” (SKORUPSKI, 2015).

Nas manifestações e passeatas de rua puxadas pelo movimento estudantil, em Goiânia, as forças eram somadas entre universitários e secundaristas. Porém, principalmente em 1968, ano de muitas atividades, certas diferenças entre as duas classes estudantis ficaram claras. O movimento secundarista ainda era o mais forte, até por questões numéricas, sendo o responsável pela hegemonia da Ação Popular no movimento estudantil, em Goiás. Outro argumento para essa força, é que geralmente eram os estudantes secundaristas quem iam para o enfrentamento direto com a polícia, transformando as ruas de Goiânia em verdadeiros

campos de guerra, fazendo com que as movimentações de rua da capital fossem noticiadas nos principais jornais e comentadas no Brasil todo. Os secundaristas é quem puxavam os comícios-relâmpago e aquelas atividades mais voluntárias, sem orientação prévia. Por sua vez, os universitários usualmente se misturavam durante as pichações e as grandes manifestações, transparecendo ao ex-presidente do grêmio Félix de Bulhões um comportamento um tanto elitista (MACHADO, 2015). Por mais que os grupos mais combativos e mais numerosos fossem compostos por esses membros da classe média, com faixa etária entre 15 e 18 anos, geralmente os membros do quadro diretor eram escolhidos entre universitários e/ou profissionais liberais, muito provavelmente por uma questão de idade e maturidade. Todavia, como em qualquer processo de hegemonia, de acordo com o conceito gramsciano, a direção do partido, em Goiânia, também levou em consideração os “interesses e tendências” dos grupos dirigidos, permitindo que os estudantes secundaristas agissem de forma autônoma, ao mesmo tempo em que alguns dos militantes dos seus quadros eram escolhidos para atuar junto à direção, como *Helps* e *Chico Preto*. Nilva Maria G. Coelho⁵⁰, que foi escolhida para a função de Formação Teórica dentro da AP, no início da década de 1970, fala sobre essa diferença entre os níveis estudantis:

É porque era aquela história: a direção não dava conta de coordenar do jeito que ela queria, porque as vezes eles achavam que não era bem assim. Por exemplo: bolinha de gude. É certo? Despistar? É. Os secundaristas tinham tudo isso e sabiam como fazer. Os universitários, como já eram uma elite, muitos deles não sabiam nem por qual rua se passava. Ficavam igual você, procurando no GPS e não acha. E os secundaristas sabiam andar por todo canto. Os secundaristas dominavam a cidade (COELHO, 2015).

No entanto, esse espírito, permeado pelo *Voluntarismo Revolucionário*, este que priorizava a *ação revolucionária*, em detrimento do plano teórico ou da própria vanguarda, em si, e que se entranhou na juventude brasileira e latino-americana, seria o responsável pela perda da hegemonia da Ação Popular no movimento estudantil. Esse pensamento, que se desenvolveu sob a influência da obra e imagem de Che Guevara e os discursos de Fidel Castro, sobretudo o exemplo da Revolução Cubana, empurrava os militantes para uma prática revolucionária, independentemente da fundamentação teórica, privilegiando a *ação* política, por exemplo, os enfrentamentos com a polícia (LÖWY, 2012: 46).

⁵⁰ Nilva Maria Gomes Coelho (75 anos) entrou para a então Ação Popular Marxista-Leninista em 1970, quando cursava Ciências Sociais na UFG (Universidade Federal de Goiás). Compôs os quadros da direção seccional, de Goiânia, recebendo a função de Formação Teórica. Teve intensa participação nas atividades da UNE, tendo inclusive ajudado a organizar o Congresso que ocorreu em Goiânia, em 1971. No mesmo ano, toda a direção da regional foi presa, encerrando-se a sua militância na APML. Possui mestrado em Educação pela UCG e atualmente aposentou-se como Professora de Sociologia pela PUC-GO. É anistiada política.

De acordo com Antonio Gramsci (2007: 185), o *voluntarismo* é um problema, pois é um fenômeno histórico em que elementos de partidos, organizações e movimentos sociais costumam agir sem diálogo e articulação com as massas. Para ele, tais atos políticos acabam sendo “irresponsáveis”:

Por trás destas escaramuças, há o medo das responsabilidades concretas; por trás deste medo, a completa ausência de união com a classe representada, a completa ausência de compreensão de suas exigências fundamentais, de suas aspirações, de suas energias latentes: partido paternalista, de pequenos-burgueses que se comportam de modo ridículamente presunçoso.

Aqui estamos falando de movimento estudantil e Ação Popular em Goiás. Mesmo os estudantes, naquele período, não reivindicavam apenas em causa própria, mas também em prol da classe trabalhadora, levantando bandeiras nacionalistas e democráticas, sendo o combate à ditadura uma delas. Porém, nem sempre havia um diálogo com a população, ou o método escolhido afastava qualquer possibilidade de aproximação, como, por exemplo, o uso da violência. Por sua vez, Gramsci considerava *voluntarismo* e *espontaneísmo* termos afins. O filósofo e cientista político apontava que ambos os fenômenos, pelo fato de serem repudiados, provocavam o pânico generalizado, acarretando na concentração das forças repressivas, que não teriam piedade em dissipá-los (GRAMSCI, 2007: 186). Isso ficou claro no Regime Militar brasileiro.

Esse voluntarismo, tão combatido pelos documentos da AP, levou a maioria dos estudantes secundaristas da capital para organizações mais recentes, que se enveredavam pelo caminho da luta armada, como o COLINA (Comando de Libertação Nacional) e a VAR-PALMARES (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares). De acordo com Juarez Ferraz de Maia, ele que também entrou para a organização militarista, a arregimentação desses militantes deu-se da seguinte forma:

Nós íamos passar para a ALN, do Marighela. Mas aí o cara sumiu e veio aqui em Goiânia um tal de *Breno*, que tem um livro muito bonito sobre ele, o Carlos Alberto Soares de Freitas, que foi assassinado. O Carlos Alberto esteve aqui e estava criando esse grupo da Dilma⁵¹ lá em Belo Horizonte, que é o COLINA, Comando de Libertação Nacional, que depois foi para o Rio de Janeiro esse grupo e fundou-se a Var-Palmares, da qual eu fiz parte (MAIA, 2015).

Os estudantes secundaristas que continuaram na AP e trilharam a nova linha política do partido, que naquele momento passava a chamar-se APML (Ação Popular Marxista-

⁵¹ Dilma Vana Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), é ex-presidente da República Federativa do Brasil.

Leninista), foram: João Rabelo dos Santos; Euler Ivo Vieira; Maria do Socorro Gomes Coelho (*Helps*) e Francisco de Assis Rodrigues (*Chico Preto*). Esses militantes eram relativamente próximos aos dirigentes antigos e temporários do estado e do município, ou até mesmo desempenharam funções de liderança para suprir as posições vagas. Enquanto os mais próximos continuaram dentro do partido, outros se desvincularam.

Juarez Ferraz de Maia, acredita que a decisão tomada pela maior parte dos secundaristas goianos, de abandonar a AP e filiar-se ao COLINA, deveu-se mais à um fenômeno ideológico, que verificamos estar relacionado com o *voluntarismo revolucionário*, de fato:

[...] já começamos, a partir de janeiro de 69, fevereiro de 69, a nos distanciar da Ação Popular, porque achávamos engraçado aquele negócio de ter de virar operário, *integrar na produção*. Achávamos uma bobagem! Queríamos é dar tiro nos militares e não integrar na produção! [...] E o pessoal de São Paulo da AP falava em construir o partido, integrar na produção, ser operário para levantar a classe operária. A gente queria ir atrás do Marighela, dar tiro no povo, assaltar banco, sequestrar o povo aí (MAIA, 2015).

A partir do início de 1969, então, combinando com a saída de muitos dirigentes e da grande maioria dos estudantes secundaristas, a Ação Popular perdeu definitivamente a hegemonia política, no estado de Goiás.

4.7. Um hiato rompido pelos universitários e a derrocada definitiva.

Depois de decretado o AI-5, o cerco começou a se fechar para os militantes da Ação Popular, no estado e no Brasil todo, da mesma forma que para os outros partidos de esquerda e para o movimento estudantil. Com a saída da maioria dos estudantes secundaristas da organização, e aqueles que não se desvincularam já se encontravam fora do estado, na clandestinidade ou fazendo parte da integração na produção, houve um esvaziamento considerável de quadros, em Goiás, fazendo com que a AP perdesse a liderança adquirida entre as esquerdas, após 1964. As demais frentes de atuação do partido, que vislumbravam uma atuação junto às massas, especialmente no município de Itauçu, foram dissolvidas, de forma que, a partir de 1970, as ações da AP, em Goiás, se resumiram ao movimento estudantil, retornando às raízes universitárias. Isso contrariava as novas orientações da direção nacional do partido, que, entendendo a AP como uma organização proletária, pretendia

bloquear, ou diminuir consideravelmente a admissão de estudantes (AÇÃO POPULAR, 1971).

Maria Aparecida Guimarães Skorupski, que então era militante de base, confirma que o esvaziamento e enfraquecimento da organização no estado, a partir desse período, e alega que isso se deve ao fato de que a direção nacional retirou a região do plano estratégico, ao mesmo tempo em que o movimento estudantil deixava de ser a prioridade:

Então, o movimento estudantil aqui, que era forte acabou enfraquecendo muito e [...] não houve investimento na formação de novos militantes em Goiás. Porque Goiás também não era, na leitura do nacional, uma prioridade. Prioridade eram os estados que possuíam maiores contradições, como os estados do nordeste. Tinha uma coisa com a questão agrária, muito forte, e a questão dos estados industrializados, Rio de Janeiro, Minas, São Paulo, que foi para lá que o pessoal foi mandado. Então, aqui, ficou meio esfacelado. Nem na universidade, nem no movimento secundarista, não tiveram grandes... Houve um certo retrocesso, sim. E a organização ela ficou praticamente dissolvida aqui (SKORUPSKI, 2015).

De acordo com Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984: 111-112), Goiás estava entre as áreas escolhidas para o projeto de *integração na produção*, porém, praticamente todos os militantes do estado foram designados para fora, com exceção de curtos períodos de experiência mal sucedida, como a vivenciada por João Rabelo dos Santos, no frigorífico de Anápolis. Alguns dirigentes nacionais, como José Renato Rabelo, que vinha da Bahia, juntamente com sua esposa Conchita e a filha pequena, e José Luís Guedes (ex-presidente da UNE) e José Arruti chegaram a participar da integração, em julho de 1968, na região de Trombas e Formoso. No entanto, a experiência só durou sete meses devido ao difícil acesso do vilarejo e à situação de miséria pela qual passavam (RABELO, 2013: 223). A estratégia de preparação da *guerra popular prolongada* da Ação Popular foi ficando cada vez mais distante, muito provavelmente devido ao processo de aproximação e anexação junto ao PCdoB, que já preparava a Guerrilha do Araguaia.

A Ação Popular redefiniu a sua linha política, no ano de 1969, aderindo definitivamente ao marxismo, passando, então, a orientar-se por meio dos paradigmas do marxismo-leninismo chinês. Mediante tal resolução, a organização passou a se chamar APM, Ação Popular Marxista-Leninista, conclamando a unificação de todos os verdadeiros partidos marxista-leninistas em torno do PCCH (Partido Comunista Chinês). Segundo Skorupski, essa medida selava a filiação do partido à China e, ao mesmo tempo, ao PCdoB” (SKORUPSKI, 2015).

Diante de nova baixa dos quadros da organização, a Ação Popular se reestruturou, em Goiás, por meio do fundamento organizativo conhecido como centralismo-democrático,

modelo de partido político clandestino idealizado por Lênin. De acordo com o *Programa Básico* da APML, lançado em 1971, tal fundamento metodológico essencial do partido tinha por aspectos principais: detalhamento, rigidez e hierarquização (AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA, 1971: 20).

Referente à hierarquização, a nova APML passava a organizar-se por instâncias muito próximas das determinadas pelo partido bolchevique e aplicadas, de forma mecânica, inicialmente pelo Partido Comunista Brasileiro, no país. De acordo com o documento, o partido passava a se organizar nas seguintes instâncias, em ordem decrescente de importância e autoridade: Birô Político, Comitê Central, Comitê Regional, Comitê Seccional e Célula de Base. Skorupski fala sobre o centralismo democrático adotado pela AP:

O centralismo era adotado e havia subordinação, sim. A hierarquia era muito forte. Muitas vezes predominava o centralismo e o *democrático* ficava um pouquinho esquecido, porque essas coisas não funcionam de uma forma linear (2015).

Gilberto Franco Teixeira, que tinha a função de dirigente seccional da AP em Goiás, e naquele momento estava no nordeste, tem uma visão realista sobre a hierarquia no partido: “Não! Nenhum partido faz isso. Nem o velho PSD de Minas. Vem tudo de cima para baixo, nem o Pczão, nem o PCdoB. Não existe essa democratização. As grandes orientações, por exemplo, isso vinha de cima para baixo” (TEIXEIRA, 2015). Márcia Jorge⁵², que era uma militante de base, afirma sobre a impressão que tinha sobre as estruturas dirigentes:

Isso. Vinha de lá [de cima]. Aqui também tinha um grupo, mas a gente não sabia, não tinha muito contato. Agente só recebia as questões através dessa pessoa que estava mais inserida. [...] a pessoa que estava mais inserida trazia essas coisas. Eu tinha impressão que tinha reunião entre eles e que cada estado tinha o seu comitezinho, mas de agente saber, não (JORGE, 2015).

Essa é uma das questões do critério da rigidez. Tal premissa foi importante para o aperfeiçoamento do sistema de segurança clandestino da Ação Popular. Ricardo de Azevedo, ex-militante da organização, dá mais detalhes sobre essas normas:

Depois do AI-5 [...], a barra tinha pesado mais ainda. A organização baixara novas normas de segurança a serem rigorosamente cumpridas. Nenhum militante deveria ir à casa de outro ou entrar diretamente em local de reunião, pois existia sempre a

⁵² Márcia Jorge (73 anos) formou-se em Serviço Social, pela instituição vinculada à UCG. Quando estava na faculdade, ingressou na APML, em 1968, como militante de base. Atuou no movimento estudantil e na célula de base até a sua prisão, em 1971, quando também todo o movimento foi desarticulado devido à prisão dos dirigentes. Atualmente é Diretora de Formação Sindical do SINTSEP-GO (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal).

hipótese de que aquele local tivesse *caído* e a repressão estivesse esperando para prender quem chegasse. Todos os encontros tinham que ser feitos na rua, em locais que não chamassem a atenção, como pontos de ônibus ou padarias. [...] Sentar em praças públicas nunca. [...] Evitar ao máximo locais como rodoviárias e estações de trem, que se supunha serem mais estritamente vigiados. Deixar de frequentar bares, cinemas e teatros conhecidos como locais de gente de esquerda [...]. Num bar ou restaurante, nunca sentar de costas para a porta, de maneira a se ter sempre o controle de quem entrava. Nos pontos, a orientação era bastante clara: não esperar mais que dez minutos. Se o companheiro não chegasse, ir embora. Havia sempre uma alternativa, para o dia seguinte ou no máximo dali a quarenta e oito horas. Eventualmente, uma terceira chance. Mas se o companheiro não aparecesse nem na alternativa, a ordem era imediatamente desativar todos os esquemas e “limpar” as casas, pois provavelmente ele teria sido preso. E evitar ao máximo carregar documentos da organização, textos marxistas ou panfletos, enfim, qualquer material que pudesse ser considerado *subversivo*, porque a qualquer momento poderíamos ser surpreendidos por uma batida policial de rua (AZEVEDO, 2010: 17).

Mário Sérgio Dayrel, deu um exemplo demonstrando como a questão da segurança tornou-se fundamental para a organização: “Para o pessoal que vinha de fora eu era um contato, então tinha senha. A Bizeh mesmo um dia chegou, a minha filha recém nascida, e falou ‘Ah, eu vim visitar a sua filha’, aí me chamou no canto e falou a senha, e eu ‘Uai, Bizeh?’ E ela ‘Não! nós temos que ter segurança!’” (DAYRELL, 2015). Márcia Jorge diz que não podiam saber o nome verdadeiro de nenhum integrante, especialmente dos membros da direção: “Porque na época, a gente não queria saber nem nome de ninguém. E aí, a gente às vezes cumprimentava as pessoas, mas sem falar em nome” (JORGE, 2015). Até mesmo Nilva Maria Gomes Coelho, ex-dirigente, que era responsável pela Formação Teórica, em Goiânia, dizia que não podia saber de nomes: “Eu não podia conhecer, o perigo de cair todo mundo, eu podia conhecer os quatro aqui (lideranças) era a garantia, os outros eu não podia saber nome” (COELHO, 2015).

Os métodos de segurança não se restringiam à sobrevivência da estrutura partidária, mas também eram aplicados às atividades no meio estudantil. As próprias entidades estudantis e seus militantes vinham desenvolvendo técnicas de enfiamento e fuga para serem utilizadas nos momentos de confronto com a polícia, como dá exemplo Nilva Coelho:

[...] quando a gente vinha de reunião da UNE, eu tinha bolinha de gude no bolso. Nós íamos, aqui em Goiânia, lá para onde hoje é a Assembleia. Ali nós treinávamos. Ia ter uma passeata, nos levávamos bolinha de gude. [...] A gente tinha que jogar de um jeito que eles não percebessem ali na multidão (COELHO, 2015).

Porém, o conceito de *rigidez* que se formou dentro do partido, provavelmente também foi o responsável por algumas deformações, como a definição dogmática de um comportamento revolucionário ideal. Para Maria Aparecida G. Skoruski, isso ocorreu em

decorrência da política de integração na produção, pois foi importado, de forma mecânica e artificial, um ideal de operário e camponês que não faziam parte da realidade brasileira. A partir de então, o militante da AP deveria seguir um padrão de comportamento que, em teoria, o identificasse com a classe trabalhadora. Havia cobranças na forma de se vestir, de se divertir, de namorar. Qualquer atitude que fugisse a esse padrão era considerada uma conduta *pequeno-burguesa*. Essa preocupação em expurgar as origens de classe da organização fica explícita no *Programa Básico*, de 1971, como podemos ver:

Surgiu de um partido pequeno-burguês, fundado em 1962, que se transformou de um partido pequeno-burguês reformista (1962-1964) num partido pequeno-burguês revolucionário (1965-1967), e depois, através de uma árdua luta teórica e prática (1967-1969), numa organização marxista-leninista (a partir do segundo semestre de 1969) (AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA, 1971).

Márcia Jorge, então militante de base, reclama desse problema da última geração do partido:

Então era muito difícil, porque a organização, inclusive a questão de namoro, de vaidade, de dançar, que eu gostava muito e não podia. Às vezes, por exemplo, eu tinha de namorar escondido, porque não permitiam namorar, a não ser da própria tendência, da própria AP. [...] Então, a diferença do emocional para o racional, a gente tinha que ser racional o tempo inteiro, não podia fazer nada, nem chorar, nem nada que envolvesse afetividade agente não podia manifestar, então era muito rígido, mesmo. [...] Eu era criticada constantemente, pelo namoro e por essa vaidade, de gostar de dançar no DCE, todo sábado eu ia dançar, mas eles não aceitavam (JORGE, 2015).

Por sua vez, outros militantes não concordam que havia esse rigor dentro da organização, pois nunca sofreram represálias quanto ao comportamento, indo a várias festas, em Goiânia, principalmente no DCE. Porém, esses militantes ou faziam parte do quadro diretor, ou tinham certa proximidade, como Nilva Maria Gomes Coelho e Annete Scotti Rabelo. Scotti Rabelo ressalta uma diferença que é importante levarmos em consideração:

na clandestinidade, a gente não participava de nada, porque não podia ter vida social. Mas antes, era vida normal, mesmo. Não tinha essa restrição, não. Deus me livre! Eu sempre fui muito livre. Não dou conta disso (RABELO, 2015).

No entanto, tal medida acabou, inevitavelmente, extrapolando a ala clandestina do partido, generalizando-se. O rígido sistema de segurança, que, obviamente, não deixou de ter suas falhas, como veremos mais adiante, é um dos problemas que nos impedem de ter uma noção mais precisa dos quadros dirigentes e da sua atuação. Isso não significa que os demais

períodos também não foram reorganizados à partir de uma análise parcial, demonstrando um dos limites de nossa pesquisa. Os militantes que podiam saber dos nomes dos principais líderes, e como o partido articulava-se regional e nacionalmente, não eram militantes de base, sendo esta a função de boa parte de nossos entrevistados. Além destes limites, não podemos deixar de levar em consideração os problemas de trabalhos com a oralidade, pois, como lembra Michael Pollak, o pesquisador deve estar preparado para uma série de silêncios no trabalho com estas fontes. Toda a memória é, essencialmente, seletiva, dependendo este enquadramento diretamente da conjuntura atual, social e individual, além de este tipo de memória, com o qual estamos lidando, tratar-se especificamente de uma recordação traumática (POLLAK, 1989: 3, 11).

Entre todos que atuaram nessa última fase da AP, em Goiás, só tivemos acesso ao depoimento de duas pessoas: Márcia Jorge, militante de base, que cursava a Faculdade de Serviço Social; e Nilva Maria Gomes Coelho, dirigente e responsável pela Formação Teórica, estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal de Goiás. A célula da qual Márcia Jorge participava era composta por universitários advindos dos cursos da área de Ciências Humanas, na Universidade Católica, e também da Faculdade de Serviço Social. Dentro desse núcleo, havia uma pessoa mais experiente que trazia as questões e repassava os debates para as instâncias superiores. A militante diz que naquele momento já começaram a abordar alguns textos de Marx, mas a parte teórica continuava sendo um problema, principalmente por conta da vigilância policial. O acesso aos documentos era muito difícil, mas a fala também demonstra que não recebiam os textos com frequência:

Quando a gente podia, quando conseguia um texto, porque naquela época era muito difícil, não tinha texto à vontade. Então, quando conseguia um texto agente estudava. Quando alguém conseguia, mandava, agente reproduzia, era tudo muito escondido (JORGE, 2015).

Nilva Maria Gomes ficara responsável por essa parte teórica, cabendo a ela fazer uma análise de quais textos seriam distribuídos para a formação em cada célula. Ela diz que teve acesso a alguns exemplares do *Jornal Libertação* da AP, que era rodado em Belo Horizonte, inclusive foi convidada a fazer parte da equipe de edição. No entanto, o tempo em que esteve na organização foi muito curto e muitas pessoas já estavam *caindo*, não havendo tempo para desenvolver um trabalho melhor. Nilva diz que, ao mesmo tempo, fazia parte da equipe de reprodução de textos da UNE, em Goiás, manuseando mimeógrafos em uma sala no Jardim América, um bairro de Goiânia, e dá exemplo de um erro simplório que cometiam, em relação

à segurança, e, segundo a mesma, esse era um problema específico da Ação Popular: “mas a burrice era tão grande que a gente ia com as mãos sujas para a universidade. Veja se pode! Isso é um projeto de criação, que muita gente critica a AP, que não prepararam agente, que não fizeram uma formação de questionamento maior, como o PCdoB, PCB” (COELHO, 2015). Se a ex-militante se refere à parte teórica, como pudemos ver até aqui, isso é fato. Com relação à AP no plano nacional, os documentos existiam, e aos montes, porém, como percebemos na trajetória específica de Goiás, raramente eles chegavam às bases do partido.

Como a quantidade de entrevistas, referente a esta fase do partido, é reduzida, recorreremos a alguns documentos oficiais do regime, que foram formulados após a *queda* da casa de Paulo Cesar Fonteles de Lima (Peixoto), em Brasília, onde foi recolhida “farta documentação”, inclusive um papel que continha os nomes dos principais militantes da regional, culminando com a prisão de todo o Comitê da Regional Centro-Oeste (Distrito Federal e Goiás). Os relatórios de IPM também não são muito detalhados, porém nos possibilitam a construção de um cenário aproximado, lembrando a necessidade do posicionamento crítico quanto a essas fontes. Como afirma um documento confidencial expedido pela Agência de Goiânia do SNI, sobre o desenrolar da APML naqueles anos de 1970 e 1971, em Goiás, as ações se desenvolviam de acordo com as atividades do movimento estudantil, da mesma forma em Brasília (R0027789-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1983: 16), etc. Nesse sentido, Nilva dá exemplo das greves estudantis e a atuação no Congresso da UNE, que ocorreu em Goiânia naqueles anos. O serviço de informação ressaltava que a organização, nesses estados: “desenvolveu maior ritmo de infiltração na universidade de Brasília – UNB; Universidade Federal de Goiás – UFGO e Universidade Católica de Goiânia, bem como em bairros operários de Brasília, DF” (C0063691-1982; ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1972: 12). Os documentos demonstram uma preocupação particular com a APML, pois, dentre todas as outras organizações da esquerda brasileira, daquele período, a AP era a que apresentava a menor vulnerabilidade quanto ao sistema de segurança, e, ao mesmo tempo, tinha mais chances de expansão, sendo necessária a sua coerção imediata para não haver aumento de adeptos:

Ao contrário das organizações castristas, muito atingidas pela ação dos responsáveis pela segurança interna, a APML do B apresenta condições de expansão. Sua forma de atuação oferece menor vulnerabilidade que aquelas. [...] Tais atividades poderão aumentar a curto prazo, se de imediato não foram coibidas, e com elas crescerá o número de seus adeptos (R0027789-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1983: 6).

Os relatórios afirmavam que a atuação mais recente do partido, naqueles estados, estava mais focada nas atividades do movimento estudantil universitário. Nilva Maria G. Coelho conta que, em 1969, ela foi membro Centro Acadêmico de Ciências Sociais, da UFG, trabalhando um período com a UNE. A partir dessa entidade estudantil, ela entrou para a AP, em julho de 1970, quando, então, tornou-se dirigente responsável pela Formação Teórica. Segundo os documentos, em 1970, a APML se reestruturou, em Goiânia, sob o quadro dirigente, integrado por: Nilva Maria Gomes Coelho (Rita), “estudante do quarto ano de Ciências Sociais da UFGO” e “Professora de cursinho de vestibular na cidade de Inhumas-GO”, com o cargo de “Dirigente de Formação Teórica”; Ana Maria Gomes Coelho (Carmem), “Recreadora Infantil”, “Dirigente de Agitação-Propaganda”; Ademar Alvarenga Prado (Lucio), “estudante do quinto ano de Medicina na UFGO”, “Dirigente de Organização”; e Valdi Camércio Bezerra (Samuel), “universitário do quinto ano de Medicina na Faculdade Federal de Goiás”, “Dirigente Político”. O documento afirma que os integrantes compunham a “Célula de Base (CB) de Goiânia”, mas sabemos que também faziam parte do Comitê Seccional da APML, em Goiás (C0063691-1982; ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1972; R0027789-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1983: 16). Esse grupo teria sido o responsável por coordenar e participar das principais atividades do partido no estado, em 1970 e 1971, que se resumiam em:

Ações de estudo, planejamento, organização, discussão, formação e, enfim, medidas preparatórias para levar à prática os objetivos de luta e conquista do poder. [...] Ações de agitação – propaganda junto às massas – [...] reivindicações estudantis, pichações, panfletagens, selagens, [...] murais e prioridades, [...] ações de finanças, ampliações e recrutamento (R0027789-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1983: 16-17).

O órgão do serviço de informação ressalta – baseado no depoimento, de Marina Vieira da Paz, irmã de Euler Ivo Vieira, presa em 1971, submetida a intensas torturas – a flexibilidade dessa forma de luta devido à inserção de membros da APML da capital goiana, na recriação, então ilegal, do Comitê da UNE no estado, sendo composto por Ademar Prado, Nilva Maria Coelho e Marina da Paz (IDEM: 17). O XXXI Congresso da Une, que aconteceu em Goiânia, em novembro de 1971, teria sido coordenado por esses militantes. No entanto, Nilva nega a participação de Marina da Paz, que, segundo a mesma, quase morreu na tortura para não entregar informações comprometedoras, assumindo a responsabilidade pelo Congresso: “Mas a Marina, eu não sei o porquê. Disse que era ela e nem no Congresso ela

estava. Ela quase morre, porque não queria dizer as coisas e dizia que era” (COELHO, 2015). Sobre não ter aberto o nome dos demais integrantes, Marina da Paz diz:

Eu não disse nada. Não tinha nada para dizer. [...] Não por lealdade a ninguém, além de mim mesma. Eu estava exercendo a minha liberdade. Mesmo que falasse, as torturas iam continuar e os que eu entregasse também seriam torturados. As torturas não iam acabar (PAZ, 2009: B4).

Márcia Jorge fala do clima de tensão dessa época:

Então, todo esse sofrimento dos nossos companheiros a gente sentia muito. Matavam um, a gente ficava chateado e ficava sabendo do outro, da mesma forma. Porque apesar de a gente não conhecer, nós tínhamos muita ligação. Era uma solidariedade muito grande e eu não vejo isso hoje, né? (JORGE, 2015).

Um mês antes desse Congresso, precisamente em 6 de outubro de 1971, tiveram prisão preventiva, em Brasília, Paulo Cesar Fontelles de Lima (Peixoto), Dirigente Seccional e estudante de História e Direito na UNB, e Hecilda Mary Veiga Fontelles de Lima (Maria), estudante de Ciências Sociais também pela UNB. Na residência do casal a polícia encontrou, devido a um claro erro de segurança, “farta documentação” da APML, inclusive papeis que continham informações sobre boa parte da estrutura do Comitê Regional, com nomes dos dirigentes de Goiânia (C0063691-1982; ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1972: 2, 10). Depois disso, todos os mencionados seriam presos, gradativamente, culminando, com a prisão preventiva de Ana Maria Gomes Coelho. Nilva, uma das coordenadoras do Congresso, utilizou a oportunidade para denunciar a prisão da irmã e de outros companheiros:

[...] aí eu peguei o microfone, começamos a falar. Nessa fala, eu tinha uma irmã presa [...] ela já estava presa e eu denunciei a prisão deles. Se eles não chegassem naquela hora é porque eles estavam presos. E foi a salvação nossa, porque mesmo assim, agente foi preso no dia 18, dia 19 nós já estávamos no PIC de Brasília (Pelotão de Investigações Criminais do Exército). Fomos transferidos para Brasília, porque Goiânia era um pouco perigoso (COELHO, 2015).

Pouco tempo depois, Nilva Maria foi presa, em Goiânia. A ex-militante revê o episódio e afirma que mesmo com toda a rigidez imposta pelo partido ainda foram cometidos muitos erros de segurança, o que causou a queda da estrutura da APML em Goiânia:

Nós estávamos em um negócio em que ninguém podia vacilar, e mesmo assim ainda *caímos*. E eu digo que ainda foi burrice. E eu fui presa, eu ia para um noivado. Em vez de ir direto nós passamos na Rua 4, compramos uma pinga, um limão, entramos no taxi e *se mandamos*. Quando nós estamos chegando no noivado, lá perto do Colégio Bandeirante, fecharam a gente com metralhadoras, pior que assalto a carro

forte, jogaram a gente para dentro. E já foram pondo capuz. E uma menina foi ingênua, porque ela desceu com a gente e não tinha nada. Para você ver, que com toda essa rigidez ainda vazou. Mas a gente não achou nada de mais (sic) (COELHO, 2015).

Quando os responsáveis pelo Congresso foram presos, conseguiram garantir a soltura de outros militantes, como Marina Vieira da Paz e Márcia Jorge, porque admitiram a autoria, isentando os demais. Marina foi brutalmente torturada na prisão, sendo o seu caso denunciado internacionalmente, tendo recebido, em 2009, um pedido de desculpas do Estado brasileiro, por meio de declaração formal da Comissão de Anistia. No entanto, mesmo aqueles militantes que dizem não terem sido tão seviciados quanto a historiadora e artista plástica, sofreram perseguições, ameaças e torturas psicológicas, afinal, todas essas ações faziam parte do complexo de coerção, sistematizado na prática da tortura.

Com a prisão de todo o quadro dirigente, a APML foi completamente desarticulada, em Goiás. Entre os documentos oficiais e confidenciais expedidos pelos serviços de inteligência e informação, acessados no Arquivo Nacional de Brasília, não encontramos indícios da continuidade das atividades da organização, após a sequência de prisões, em 1971.

O processo penal de número 155/72, disponível no *Sumário do BNM (Brasil Nunca Mais) 018*, faz um acompanhamento das penas sofridas pelo grupo. O processo de Marina Vieira da Paz foi suspenso para que ela fosse submetida à perícia neuropsiquiátrica. Ana Maria Gomes Coelho e Nilva Maria Gomes Coelho foram condenadas a 8 meses de reclusão. Valdi Camércio Bezerra foi condenado à 1 ano e 2 meses e Ademar Alvarega Prado condenado à pena de 1 ano e 6 meses (BNM DIGITAL, Auditoria da 11ª CJM – Brasília, 1972).

Enquanto os membros da equipe estavam presos, a maioria dos dirigentes nacionais decidiu pela incorporação ao PCdoB, de forma que, quando saíram da prisão não havia mais Ação Popular. Segundo Márcia Jorge, depois que os dirigentes e outros militantes foram presos ela ficou muito “isolada”, ninguém mais falava no partido depois disso:

[...] a dedicação total à militância e, de repente, você ficou solto, não tinha ninguém pra você nem conversar. Foram momentos muito difíceis. Houve pessoas que entraram em depressão, porque a vida da gente era aquilo [...] (JORGE, 2015).

Em Goiás, o PCdoB só foi rearticulado depois da anistia, decretada em 1979, quando Euler Ivo voltou à Goiânia, então responsável por essa função. Muitos ex-militantes da AP não se filiaram ao partido, outros já se enveredavam no caminho da construção do Partido dos

Trabalhadores (PT), como Valdi Camárcio, entre outros. Todo modo, a Ação Popular deixou de existir, em Goiás.

CAPÍTULO V – ESQUERDA TRADICIONAL E SUAS DISSIDÊNCIAS NO MEIO URBANO: PCB, PCdoB e ALN.

5.1. O Partido Comunista Brasileiro e a ditadura: Goiânia e Anápolis.

5.1.1. Experiência anterior ao Golpe Militar de 1964.

Entre o período de 1946 e 1964, o PCB representou a principal força da esquerda marxista. A sigla, até 1961, correspondia a *Partido Comunista do Brasil*, sendo então alterada para *Partido Comunista Brasileiro*, na intenção de colocar o partido novamente na legalidade. Nacionalmente, detinha quadros experientes e dedicados ao trabalho político, tinha uma maior atuação no movimento operário que outras correntes, contava com uma influência significativa no meio camponês, era muito apreciado no movimento estudantil e nas campanhas antiimperialistas (GORENDER, 1987: 20).

O partido conquistou uma breve legalidade em 1945, iludindo-se por uma aparente paz internacional que vigorou entre a derrota do nazifascismo e a eclosão da Guerra Fria. Manteve seu foco à união nacional contra o fascismo, sem perceber as transformações na composição de forças de classe dentro do país. Acreditavam nas boas intenções da burguesia nacional, chamada *progressista*, recomendando aos trabalhadores a boa convivência dos os patrões em desenvolvimento da economia brasileira (GORENDER, 1987: 20-21).

No entanto, a burguesia *progressista*, percebendo os êxitos eleitorais dos comunistas nas grandes cidades do país, também por meio de inspiração internacional – os governos da França e Itália afastaram os ministros comunistas como desdobramento da Guerra Fria –, preferiu que esse caísse novamente na ilegalidade. No dia 7 de maio de 1947, o PCB tinha o registro cassado e tornava-se novamente um partido ilegal. No dia seguinte cumpriu-se a ordem de fechamento das sedes partidárias e, em janeiro de 1948, ocorreu a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas (GORENDER, 1987: 21).

A direção nacional do PCB reagiu ao autoritarismo do Governo Dutra com extremismo. Mudou da linha pacifista à pregação da violência revolucionária imediata. Esse clima passional foi reproduzido no documento publicado no dia 1º de agosto de 1950 e assinado por Prestes, em nome do Comitê Central. Podemos perceber tal sentimento nos trechos abaixo:

E é por meio do terror fascista, procurando criar um clima de guerra civil, que o governo de traição nacional de Dutra quer levar o país à guerra e fazer de nossa juventude carne de canhão para as aventuras bestiais de Truman.

Os acontecimentos se precipitam e é evidente que se aproximam dias decisivos que exigem de todos nós mais ação e vigilância. A indiferença e o silêncio, o conformismo e a passividade já constituem, no momento que atravessamos, um crime de lesa pátria, diante das ameaças que pesam sobre os destinos da nação (COMITÊ NACIONAL DO PCB).

Esse texto, que ficou conhecido como *Manifesto de Agosto*, foi seguido pelo Programa aprovado pelo Quarto Congresso, reunido na clandestinidade em novembro de 1954, em São Paulo. O Programa tinha apenas uma alteração teórica. O Manifesto de Agosto ameaçava igualmente os grandes empresários brasileiros, colocando-os no mesmo patamar dos monopólios imperialistas. Em virtude da coerência perante a etapa da revolução – que ainda não devia ser socialista, e sim anti-imperialista e antifeudal –, o documento reposicionou a burguesia nacional na frente revolucionária, lhe oferecendo o privilégio da colaboração na industrialização a ser promovida no futuro regime socialista. Somente seriam expropriados os capitalistas a serviço do imperialismo norte-americano (GORENDER, 1987: 21-22).

A proposta de luta armada foi deixada de lado. Não havia intenção nem meios para repetir as experiências de 1935. As únicas tentativas reais de luta armada estavam relacionadas com os posseiros de Porecatu, no Norte do Paraná, e de Trombas e Formoso, conflitos de caráter local, e nem mesmo regional. Não foi possível sustenta-los por muito tempo, sendo resolvidos no próprio âmbito local. Em Porecatu, os posseiros foram derrotados, porém, em Trombas e Formoso, foram vitoriosos (GORENDER, 1987: 22).

Como vimos anteriormente, em março de 1958 foi lançada a *Declaração sobre a política do PCB*. Era um novo programa político, com análises e propostas que diferenciavam radicalmente dos projetos anteriores, destacados nos manifestos de 1948 e 1950, além do programa do IV Congresso em 1954 (REIS FILHO, 2007: 90).

O partido continuava insistindo na teoria de atraso e estagnação, porém era reconhecido o desenvolvimento capitalista do país, a ampliação do mercado interno, o surgimento de um importante setor da indústria pesada, o crescimento do proletariado e de uma burguesia, supostamente, “interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país” (REIS FILHO, 2007: 90-91).

Os aspectos sublinhados representavam avanços e eram caracterizados como elementos progressistas. Diante disso, o Comitê Central afirmava que o desenvolvimento capitalista era de interesse do proletariado e do povo:

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1958).

É fato que o atraso no meio rural e o imperialismo estadunidense persistiam. Na explicação do partido, as contradições da sociedade brasileira giravam em torno destes problemas: o imperialismo estadunidense e seus agentes internos e as relações de produção *semifeudais* na agricultura. Outra contradição era a oposição do proletariado à burguesia, porém esta não exigiria uma solução radical na “etapa atual”. A *revolução brasileira* seria anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. Ela deveria articular uma ampla frente única de forças sociais, composta pelo proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e até mesmo setores latifundiários descontentes com o imperialismo estadunidense (REIS FILHO, 2007: 90).

Portanto, era fundamental manter o processo democrático em curso. A “legalidade democrática” e a própria Constituição, apesar de manter traços reacionários, deveriam ser defendidas e aperfeiçoadas. Segundo o documento, a revolução brasileira tinha reais possibilidades de se concretizar por meios pacíficos, ou seja, a conquista de um governo nacionalista e democrático e a vitória da frente única nos pleitos eleitorais. Se porventura os “inimigos do povo brasileiro” usassem de violência, então poderiam pensar em uma “solução não pacífica”. Os comunistas evitavam, a todo custo, a expressão “luta armada”, como podemos ver no texto (REIS FILHO, 2007: 92):

A escolha das formas e meios para transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças patrióticas. No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação é indispensável ter em vista outra possibilidade — a de uma solução não pacífica. Os sofrimentos que recaírem sobre as massas, em tal caso, serão da inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1958).

O entendimento a respeito da correlação de forças a nível internacional também era de otimismo. Segundo o partido, o mundo vivia uma época histórica de transição do capitalismo para o socialismo. O imperialismo, já frágil, estaria gradativamente se decompondo. Um sinal desse processo seria a “desagregação do sistema colonial” e, por isso, era possível haver uma transição pacífica para o socialismo em muitos países. (REIS FILHO, 2007: 92-93).

Com essas propostas, o PCB participou ativamente dos grandes movimentos sindicais e nacionalistas, ao final dos anos 1950 e das eleições nacionais de 1960, em torno da chapa nacionalista formada pelo marechal Lott e João Goulart. O Partido, ainda que formalmente na ilegalidade, ganhou legitimidade social. Voltava a crescer em números e influência. As lideranças mais expressivas, incluindo Prestes, depois de revogadas as prisões preventivas decretadas em anos anteriores, puderam reaparecer em público, participando ativamente da vida política (REIS FILHO, 2007: 93-94).

Em agosto de 1960, após amplo debate divulgado pelo periódico *Novos Rumos*, aconteceu o V Congresso do PCB, reafirmando as propostas da *Declaração de março de 1958*. Suas teses ressaltavam aspectos implícitos e esquecidos da declaração anterior. Por exemplo, referente à frente única revolucionária, os camponeses, passavam a ser, de forma explícita, considerados “aliados fundamentais” no processo da revolução brasileira. A respeito da burguesia, era reafirmado seu caráter duplo: era uma força com capacidade para se opor ao imperialismo, ao mesmo tempo que igualmente poderia defender seus interesses mediante acordos e concessões com este mesmo imperialismo (REIS FILHO, 2007: 94-95).

Por sua vez, era dada uma ênfase especial à mobilização popular:

A solução das tarefas fundamentais da revolução, na atual etapa, exige que as grandes massas de nosso povo — sobretudo os trabalhadores da cidade e do campo — participem, cada vez mais, da luta pela emancipação nacional. Para isto, é indispensável sua mobilização através dos movimentos pela reforma agrária, pela ampliação das liberdades democráticas e pelas reivindicações das massas trabalhadoras e populares (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1958).

A vitória sobre as “tendências conciliadoras” dependia da atuação intensa das massas. Caso o inimigo oferecesse resistência poderia ser necessário o recurso da “luta armada”, agora dito explicitamente (REIS FILHO, 2007: 95).

Em agosto de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, foi predominante uma atitude de ofensiva. O Partido Comunista Brasileiro apoiou a posse de João Goulart, repudiando a emenda parlamentarista. No entanto, durante o governo, estiveram sempre em posição de pressão ao presidente para que colocasse em prática as “reformas de base”. O Brasil passava pela conjuntura mais agitada do século XX. A luta pelas “reformas de base” alcançou grandes dimensões, empolgando multidões. Tais manifestações dividiram a sociedade brasileira e a aproximou dos momentos de confronto, de fato. O ideal nacional-estatista, com inédito protagonismo dos movimentos sociais, atingia seu auge. Nunca antes havia se chegado tão perto de um governo nacionalista democrático, previsto pelos programas do PCB, capaz de

promover mudanças significativas e revolucionárias na sociedade brasileira (REIS FILHO, 2007: 96-97).

A nível internacional, uma série de acontecimentos reforçavam as expectativas: tinha êxito a Revolução Cubana, em 1959, tendo o país se declarado socialista, em 1961; a vitória da revolução na Argélia, em 1962; o avanço da guerra de libertação nacional no Vietnã, desde 1960; a projeção internacional adquirida pelo maoísmo, no contexto das progressivas divergências com a União Soviética. (REIS FILHO, 2007: 97).

Nesse contexto, pela primeira vez o PCB sofria a concorrência crescente de linhas políticas à sua “esquerda”, que ficaram conhecidas como a “nova esquerda” brasileira. A partir do início dos anos 1960, formaram-se diversos partidos e organizações, desafiando o monopólio do PCB na ala da esquerda brasileira. Todas as novas organizações acreditavam, em maior ou menor escala, na resolução violenta das contradições sociais no Brasil, assumindo um discurso revolucionário. Para elas, as reformas deveriam vir pela “lei”, ou “na marra”, jargão pelo qual ficaram muito conhecidas as Ligas Camponesas. Para o Partido Comunista Brasileiro, era como se as tendências surgidas, e vencidas no interior do partido, tivessem renascido, agora mais fortes, e fora dos quadros do partido (REIS FILHO, 2007: 98).

Entre estas forças mais radicais e demais setores progressistas, porém moderados, o PCB, firme na retórica nacionalista, procurava se equilibrar entre os dois campos. Às vezes criterioso, preferindo negociações com João Goulart, e, eventualmente, inclinado a propostas radicais, perante os movimentos sociais. A linha política aprovada em agosto de 1960 ampliava os horizontes, permitindo manobras diversas (REIS FILHO, 2007: 98).

Quando ao final de 1963, João Goulart pareceu se decidir pela aposta nos movimentos sociais, passando a articular o que os comunistas entendiam como um governo nacionalista democrático, reunindo a chamada “esquerda positiva”, o PCB imaginou ter chegado a sua vez. Participou das negociações com propostas construtivas. Após o comício de 13 de março de 1964, aumentou muito a confiança na força dos movimentos pelas reformas de base e no suposto dispositivo militar do presidente. Acreditava-se que, caso as direitas tentassem um golpe, “teriam as cabeças cortadas”, nas palavras do próprio Prestes, pronunciadas dias antes do golpe de 01 de abril de 1964 (REIS FILHO, 2007: 98).

João Batista Zacariotti, que, em 1964, era funcionário da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e Consultor Jurídico do Comitê Seccional do PCB, disse, em seu depoimento publicado pelo projeto *Memórias Transcritas*, organizado por Célia Maria Alves e Vera Côrtes, que, quando recebeu a notícia do golpe, no meio à palestra ministrada por Jacob

Gorender, em Goiânia, pensou que fosse mentira. Ele acreditava nas palavras de Prestes, que dizia estarem as Forças Armadas do lado dos comunistas e a favor do povo:

Eu estava com uma porção de pessoas eméritas, comunistas e não comunistas fazendo um curso com Jacob Gorender, em 31 de março. Recebi a notícia do Golpe pensando que fosse uma mentira inventada para nos apavorar. O camarada Prestes dizia mais ou menos assim, que nós não estávamos no Governo, mas governávamos e fazia apologia à isenção das Forças Armadas. Como Prestes era um homem que merecia todo o respeito, acreditávamos piamente no que ele falava. Eu dizia que as Forças Armadas eram uma beleza, que todos os nossos líderes do Exército quando não era deles (PCB), eram a favor do povo (2013: 215).

O PCB não estava preparado para um enfrentamento. Subestimara a decisão das direitas e os movimentos sociais contra João Goulart e as reformas de base, preparando, apenas, um novo congresso, previsto para aquele mesmo ano. As teses chegaram a ser publicadas, numa publicação especial da *Novos Rumos*. Dias depois do golpe, como diz o historiador e professor Daniel Aarão Reis Filho (2007: 99), quase sem resistência, as esperanças do partido desabavam, “como um castelo de cartas, levando de roldão os movimentos sociais e as forças políticas de esquerda”. Era mais uma derrota histórica.

5.1.2. Frentes de atuação em meio à efervescência política em Goiás: via institucional, sindicatos e movimento estudantil.

No ano de 1960, o Partido Comunista Brasileiro, em Goiás, ainda que tivesse filiados em diferentes ramos de atuação, tinha como prioridade dois tipos de engajamento: a participação mediante o apoio e influência à via eleitoral e institucional; e o apoio e orientação aos movimentos de luta pela terra e às associações de lavradores, que seriam convertidas em sindicatos rurais.

Mesmo na ilegalidade o partido não deixava de participar do jogo político, de forma que teve militantes eleitos, devido à filiação a outros partidos. Por exemplo, na primeira metade da década, Sebastião Bailão chegou a ser eleito a vereador pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), no município de Itauçu, e José Porfírio a deputado estadual, pela coligação PTB-PSD (Partido Trabalhista Brasileiro – Partido Social Democrático), ambos conhecidos líderes camponeses vinculados ao PCB no estado.

A *Resolução Política do V Congresso do PCB*, ocorrido em setembro de 1960, abriu o leque, dessa vez de forma explícita, para diferentes formas de luta, como a possibilidade do

uso da violência, caso fosse necessário. No entanto, formas legais de luta continuavam sendo prioridade, principalmente a via eleitoral, de forma que o documento chama a atenção para a necessidade de se eleger candidatos de carácter ideológico nacionalista e democrático:

Na situação atual do País, um governo nacionalista e democrático pode ser formado como consequência da pressão das massas trabalhadoras e populares e das correntes anti-imperialistas e democráticas no sentido de mudar a política e a composição do governo, fortalecendo e ampliando o sector nacionalista nele existente. Pode ser formado também através da mobilização das massas para alcançar a vitória dos candidatos nacionalistas e democráticos nos pleitos eleitorais. E, no caso de tentativas antidemocráticas por parte dos entreguistas e reacionários, um governo nacionalista e democrático pode surgir da ação das massas populares, unidas aos sectores nacionalistas das forças armadas, do Parlamento e do governo, com o objetivo de impor ou restabelecer pela força os direitos do povo (PCB, 1960).

A reivindicação de retomada da legalidade do partido também é recorrente durante o texto, de forma que a conclusão do mesmo se dá com tal apelo:

A legalidade do Partido Comunista não é uma reivindicação exclusiva dos comunistas, mas uma medida necessária à consolidação da democracia em nosso país, um direito democrático de parcela considerável do eleitorado. A luta pela legalidade do Partido, tarefa imediata para todos os comunistas, deve ser conduzida tanto por meios jurídicos como através de mobilização da opinião pública, e assumir o carácter de um amplo movimento que receba o apoio de todas as forças democráticas (PCB, 1960).

Como vimos no Capítulo III, na parte que trata do movimento de Trombas e Formoso, na disputa eleitoral para governador, naquele ano, houve uma séria divergência entre quadros do PCB, no estado de Goiás, de forma que alguns militantes acreditaram ter havido um “racha”. Enquanto o Comitê Estadual apoiara o candidato Juca Ludovico da UDN (União Democrática Nacional), o Comitê Zonal de Trombas e Formoso apoiou Mauro Borges, em troca da regularização das terras conquistadas. Washington Gomes Barbosa, que foi militante do PCB, até 1964, e funcionário do CERNE (Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado de Goiás), órgão criado por Mauro Borges, em depoimento prestado no Quartel General da Terceira Brigada de Infantaria, em Brasília-DF, no ano de 1972, confirma o posicionamento de oposição do Comitê Estadual, que congregava principalmente integrantes dos centros urbanos do estado (Goiânia e Anápolis), à candidatura e governo de Mauro Borges:

Ressalto que desde o início da minha militância até 1963, o partido em Goiás sempre esteve ao lado das oposições contra a oligarquia. Ainda em 61 ou 62 estivemos com a candidatura de Juca contra a de Mauro. Nesta época, fiz para as forças oposicionistas de Anápolis um jornal chamado *Juventude Libertadora*, que

congregava a mocidade de Anápolis na luta contra o *ludoviquismo* (BNM_039, 1972: 119).

Segundo Tereza C. Favaro (2015: 147-148), em sua tese *O governo Mauro Borges (1961-1964): o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista*, o filho de Pedro Ludovico, candidato pelo PSD, recebeu informalmente o apoio do PCB (em partes). Portador de uma retórica mudancista, que levantava a bandeira da modernização, desenvolvimento e contra o clientelismo. Era uma campanha voltada para o “futuro”, baseada em metas a serem alcançadas, de forma a colocar Goiás nos trilhos do desenvolvimento nacional, ou seja, do desenvolvimento capitalista e democrático, tão almejado pelo programa etapista do partido. O discurso não convenceu e o novo candidato só conseguira a simpatia da ala rural dos comunistas do estado, mesmo sendo vinculado a um partido conhecido pelo comprometimento perante os interesses de fazendeiros e chefes políticos locais. Todavia, esse apoio contribuiu para garantir sua vitória.

A ascensão de Mauro Borges ao governo do estado fazia parte do processo de renovação de partidos tradicionais, como a UDN e o PSD. No entanto, sua trajetória política pouco expressiva não lhe garantia governabilidade, valendo-se apenas do fato de ser filho de Pedro Ludovico. Com a intenção de modernizar o estado, provavelmente não iria demorar a contrariar os interesses de forças políticas tradicionais nos cargos públicos. Dessa forma, buscou construir uma base de apoio, um tanto quanto heterodoxa, chamando para o governo: Ary Demóstenes, ex-udenista; tecnocratas da FGV (Fundação Getúlio Vargas); militares da elite do exército; e militantes e quadros dirigentes das esquerdas (FAVARO, 2015: 274).

Os militantes e dirigentes das esquerdas foram alocados, principalmente, no CERNE (Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado), que já foi citado no Capítulo IV, que trata sobre a Ação Popular. No CERNE funcionavam as mídias responsáveis pela propaganda oficial do governo, como o Diário Oficial, o Diário de Goiás e a Rádio Brasil Central. Nessa instituição, de acordo com Favaro (2015: 274) foram empregados, pelo menos, dois dirigentes do PCB – Elbio de Brito Guimarães e Washington Barbosa – que fizeram parte dos Comitês Estadual e Municipal de Anápolis, até o golpe militar. Em relatório detalhado, de responsabilidade da ABIN⁵³ (Agência Brasileira de Inteligência), sobre membros do PCB de Anápolis, constam as seguintes informações sobre Washington Barbosa:

⁵³ A ABIN, órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, é o serviço de inteligência civil do Brasil. O mesmo foi criado em 1999, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo o sucessor do SNI (Sistema Nacional da Informação), criado durante a ditadura militar, e da SSI (Subsecretaria de Inteligência) vinculada à SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos), criada durante o governo de Fernando Collor de Melo.

Foi diretor do Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias (CERNE); proprietário da Gráfica Alvorada Ltda; [...] Ainda em 1964 era tesoureiro do Comitê Municipal do PCB em Anápolis/GO e redator desse jornal do partido, editado naquela cidade (ARQUIVOS REVELADOS, 2015: 946).

Ao ser eleito, Mauro Borges buscou apaziguar os conflitos. De acordo com Tereza Favaro, a criação do CERNE foi uma prova dessa iniciativa. O então governador quis construir uma filosofia de governo identificada ao reformismo cristão, influenciado pelas encíclicas papais *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, que pregavam a colaboração das classes para um bem comum. Para Borges, as encíclicas do Papa João XXIII indicavam um caminho pacífico e seguro para a solução dos problemas sociais, para um mundo mais justo. No entanto, a postura reformista do então governador também significava uma tentativa de controle de impedimento de reivindicações mais combativas (FAVARO, 2015: 351-352).

Como afirmamos anteriormente, Antonio Gramsci chamou essa conhecida manobra política de *transformismo*, que significa um método para implementar um programa limitado de reformas, mediante a cooptação de membros da oposição, por parte do bloco no poder. Esse tipo de transformismo é chamado *molecular* pelo filósofo e cientista político, pois nele personalidades políticas elaboradas pelos partidos de oposição são incorporadas isoladamente a um governo tido como “moderado”. Esse fenômeno foi comum à todas as esquerdas socialistas formadas antes de 1964, em Goiás, das mais tradicionais às mais alternativas (GRAMSCI, 1981: 235; SOUSA, 2010: 38).

Outro militante que foi convidado a fazer parte do governo foi João Batista Zacariotti. Quando Mauro Borges foi eleito, o chamou em seu gabinete dizendo: “[...] queria fazer um governo socialista, um governo bacana e gostaria que eu aceitasse seu convite” (ZACARIOTTI, 2013: 215). Ao consultar os companheiros do PCB todos foram favoráveis à sua aceitação, dizendo:

[...] que se eu deixasse aquela cadeira vazia se sentaria um malandro e que seria melhor que eu aceitasse. Fui mais ou menos pelo sacrifício. Ser governo, para quem nasceu oposição era difícil, não era fácil. Participei, então, do Governo do Mauro. Eu era funcionário de carreira na Assembleia e Consultor Jurídico do Partidão, até a queda (ZACARIOTTI, 2013: 215).

Em depoimento fornecido por Washington Gomes Barbosa, na prisão, ele conta que foi enviado para Anápolis, pelo partido, para montar um jornal de título *Frente Popular*. Por meio do jornal, que funcionou até 1959, por falta de arrecadação, teriam realizado campanhas contra a carestia, campanha de imprensa para melhoria do jornal, campanhas eleitorais e etc. Enquanto dirigia o jornal, ele participou do Comitê Municipal de Anápolis, do qual também

faziam parte: Geralda Hermano; Claudio Mendes; Elbio de Brito; e ele mesmo, Washington. Walter Valadares, por um breve período, também teria desempenhado atividades naquela cidade. Igualmente participava do Comitê Estadual, segundo ele, composto por: Abraão; Walter Valadares; Calil Dib; Sebastião Bailão; Washington Barbosa; Geraldo Tibúrcio; Pedro Neto; Tabajara; Geraldão; Geraldo Ribeiro; Claudio (BNM_039, 1972: 119).

Sebastião Bailão, líder do movimento em Itauçu, que tinha codinome de “Bruno” ou “Jorge”, esteve preso e prestou depoimento na mesma época e mesmo quartel militar, que Washington. Segundo ele, após reunião realizada no ano de 1962, o Comitê Estadual do PCB, em Goiás, tinha a seguinte estrutura: Calil Dib, como primeiro secretário; Walter Valadares; Pedro Neto; Elbio de Brito; Haroldo de Brito; Geraldo Tibúrcio, encarregado do setor sindical; Sebastião Gabriel Bailão, encarregado do trabalho no campo; e alguns outros que Bailão disse não se recordar (BNM_039, 1972: 72). Por meio dos depoimentos de Washington Barbosa e Sebastião Bailão, podemos ter uma noção aproximada do Comitê Estadual que atuou naqueles anos. Esse Comitê Estadual teria permanecido até o ano do golpe. Provavelmente, Bailão lembrava todos os nomes dos integrantes, porém não disse para tentar proteger, pelo menos, parte dos companheiros do partido, ou devido à confusão mental provocada pelas torturas.

Nos chama a atenção, o fato de o Comitê Estadual do PCB, em Goiás, ser composto, majoritariamente por trabalhadores, seja profissionais liberais, operários do setor da construção civil, funcionários públicos, lavradores, entre outros ofícios, o que demonstra um quadro militante mais experiente. Em quadro estatístico organizado por Marcelo Ridenti (1993: 119, 123), por meio do levantamento dos processos judiciais contra integrantes das organizações de esquerda no Brasil, a grande maioria dos militantes do partido, entre os anos 1960 e 1970, tinha acima de 36 anos, totalizando uma média percentual de 64%. Em 1964, a quantidade de processados vinculados ao PCB, situados nessa mesma faixa etária, era ainda maior, chegando a 76,6%, enquanto que abaixo de 25 anos correspondia a apenas 4,8%. A composição social do partido não era diferente em Goiás. Na declaração de Benito Ferreira Damasceno consta a ocupação de alguns desses dirigentes: Sebastião Bailão era presidente da Federação dos Trabalhadores, como vimos anteriormente, e residia em Itauçu; Elbio de Brito atuava como advogado, em Goiânia; Geraldo Tibúrcio trabalhava como pedreiro, residindo em Anápolis; Pedro Neto era empresário, em Goiânia (BNM_521, 1972: 488).

Nessa parte, trazemos apenas o quadro aproximado dos Comitês Estadual e Municipal de Anápolis, que atuaram antes do golpe de 1964. Existem muitas lacunas presentes nas fontes recorridas, que são as fontes oficiais e depoimentos contidos no livro *Memórias*

Transcritas (2013). Por mais que a grande maioria dos depoentes desse projeto tenha feito parte do PCB, começaram a militar no partido entre 1964 e o início da década de 1970. Após o golpe militar, os serviços de inteligência tinham informação precária sobre a atuação do PCB no meio urbano, porque, segundo Horieste Gomes (2013: 172-173), que foi professor de Geografia na Universidade Federal de Goiás e na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, “eles ainda não tinham em suas mãos os elementos”, de forma que ele não foi preso naquele momento. Com a intervenção militar, o Comitê Estadual determinou a queima de todos os documentos importantes que estavam na residência de membros mais visados, de forma que a maioria dos dirigentes não foi presa. As informações que se tem sobre eles são póstumas, de quando todo o quadro do partido cai, em Goiás, em 1972. Em 1964, aparentemente, foi expedido apenas o IPM de Anápolis. Falaremos com mais detalhes sobre essa atitude de segurança tomada pelo partido após o golpe.

Nesse período, aparentemente o partido tinha um quadro militante maior e mais atuante no município de Anápolis. Segundo Alexandre Alves de Almeida, que foi militante e dirigente do partido, o município tornou-se foco de resistência à ditadura militar, após o golpe, pois o partido era mais concentrado ali. Até mesmo alguns fundadores da cidade teriam integrado o partido. Segundo ele, na cidade, o PCB era muito forte, de forma a influenciar diretamente nos resultados eleitorais, seja por meio da campanha política direta ou via jornais do partido, como o *Frente Popular*, encabeçado por Washington Barbosa: “O partido era uma verdadeira unidade de força, toda burguesia de Anápolis queria o apoio do partido, todos os prefeitos eleitos tinham o apoio do PCB” (ALMEIDA, 2013: 45). Por meio desta fala percebemos uma clara concepção pecebista de burguesia nacional com potencial revolucionário. Como podemos ler na *Resolução Política do V Congresso*, de 1960, a conjectura do país ainda não demonstrava condições de transição do regime ao socialismo, não era necessária uma solução radical naquela etapa, de forma que proletariado e burguesia poderiam colocar de lado sua “contradição antagônica”, possibilitando o apoio a candidatos vinculados às elites locais, nas eleições:

A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas (PCB, 1960).

A visão de Alexandre Almeida é plausível, de que, na área urbana de Goiás, o PCB era mais forte no município de Anápolis, pois, no acervo documental, Arquivos Revelados

(2015), consta apenas o Relatório do IPM de Anápolis/GO, instaurado em 1964. Nas palavras de Almeida, que foi dirigente do PCB:

Veio a ditadura militar, e Anápolis foi, em Goiás, o verdadeiro foco da perseguição política. Aqui foi decretada área de segurança, justamente pela influência do Partido Comunista. Naquela época em Anápolis eram todos censurados e comunistas. Foi concentrada a verdadeira perseguição aos comunistas em Anápolis, muitas prisões foram feitas aqui, inclusive as dos deputados Haroldo Duarte, Fernando Cunha e Adhemar Santillo, todos apoiados pelo partido. Anápolis transformou-se em verdadeira resistência porque o partido era mais concentrado aqui, inclusive elementos fundadores da cidade pertenciam ao partido (ALMEIDA, 2013: 46).

As pessoas citadas no IPM, além de serem acusadas de fazer parte de um partido ilegal, também eram indiciadas pelas seguintes irregularidades:

Assim, associados, os denunciados deliberadamente e conscientemente, atentaram contra a segurança nacional, tentaram mudar a ordem política e social estabelecida, colocando em prática e desenvolvimento os métodos internacionais de organização estrangeiras e de caráter internacional, em plena execução de métodos internacionais de guerra revolucionária, alguns até com experiências trazidas de métodos comunistas, no exterior, de agitação e subversão (ARQUIVOS REVELADOS, 2015: 758).

No entanto, como verificamos anteriormente, o PCB ainda não se encontrava na etapa da luta armada para a tomada do poder e conversão do regime político para o socialismo. A etapa ainda era de reformas burguesas e capitalistas. Segundo Jarbas Silva Marques, que entrou para o partido em 1959, via movimento estudantil, eles estavam lutando apenas por reformas e não havia uma preparação para tomarem o Estado:

Nessa miragem que preparávamos uma revolução, os movimentos sociais cresceram. O povo estava lutando por reformismo, por reforma agrária, reforma urbana, reforma do ensino, mas não havia uma preparação de tomada do Estado (MARQUES, 2013: 204).

No IPM de Anápolis fica claro o esforço do PCB de se inserir no meio político, em Goiás, seja por meio da eleição de militantes ou fornecendo apoio a determinados candidatos. O documento afirma que Geraldo Tibúrcio, então membro do Comitê Estadual, e também muito atuante no movimento de Trombas e Formoso e criação dos sindicatos rurais, foi eleito a vereador: “Ex-vereador de Anápolis. Teve seu mandato cassado pela Câmara Municipal. Elemento perigoso e intransigente na defesa dos ideais comunistas” (ARQUIVOS REVELADOS, 2015: 759). Ao mesmo tempo em que percebemos a forte intenção do PCB

adentrar a ala política, também é possível notar a intenção de ter o controle das organizações sindicais. Tibúrcio também era presidente sindical:

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e na Construção Civil de Anápolis, exerce profunda atuação no seio dos trabalhadores e operários de Anápolis, dizendo-se defensor de seus interesses e, desta forma, dominava integralmente a Junta de Conciliação e Julgamento em favor de seus *camaradas*. Foram apreendidas fartas literaturas subversivas no Sindicato onde é Presidente (ARQUIVOS REVELADOS, 2015: 759).

O então advogado e professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis, Cláudio Mendes, que foi mencionado por Washington Barbosa, como sendo um dos dirigentes do Comitê Municipal de Anápolis, igualmente foi citado neste IPM. O mesmo foi acusado de ser “comunista notório” e divulgador de “propaganda comunista”. Como professor universitário, ele supostamente fazia “doutrinação marxista-leninista”, ao mesmo tempo em que atuava como advogado nos sindicatos do movimento operário:

[...] e o que é mais grave, a maléfica influência que exercia no meio estudantil, vez como professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis, ministrava aulas de doutrinação Marxista-Leninista, pregando, ainda, no meio operário, como advogado atuante junto aos sindicatos, os benefícios dos regimes soviéticos e cubano (ARQUIVOS REVELADOS, 2015: 759).

Diante de tais trechos do relatório, podemos perceber que o PCB, em Goiás, nos primeiros anos da década de 1960, priorizava a atuação no meio eleitoral, nas lutas pela terra e também nas organizações sindicais, seja no meio rural ou urbano. Nesse sentido, o partido em Goiás, tentou seguir a metodologia de trabalho voltada por o movimento de massas, segundo a orientação do Comitê Central. Na Resolução de 1960 consta que a tarefa principal dos comunistas perante as classes subalternas era “fortalecer a unidade e a organização da classe operária” para que a mesma desempenhasse um papel de dirigente no movimento “anti-imperialista” e “democrático”. Para cumprir essa tarefa, seus militantes deveriam intensificar e aperfeiçoar a atuação frente ao movimento sindical, e de todas as estirpes. Como Goiás era, e continua sendo, um estado primordialmente agrário, grande parte dos trabalhadores seria vinculada aos sindicatos rurais, criados durante o governo Mauro Borges e articulados, sobremaneira, pelos militantes do partido comunista. Na resolução política consta que as atividades sindicais não poderiam ocorrer de forma isolada, ao mesmo tempo em que a preocupação maior deveria estar voltada para as categorias ainda desorganizadas, nas quais se encaixavam os lavradores goianos:

Cumpra aos comunistas lutar para que o movimento sindical não seja uma atividade apenas de cúpula, porém conte com a participação ativa das massas trabalhadoras. A organização dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho, nas empresas, é o passo decisivo para estreitar os laços entre os sindicatos e a massa de associados, bem como para organizar as massas não sindicalizadas. Preocupação constante deve ser a organização sindical das categorias de trabalhadores ainda desorganizados (PCB, 1960).

Além dos meios eleitoral e sindical, o PCB também atuava em outras frentes de luta política, por exemplo, o movimento estudantil. No entanto, o partido ainda não tinha muita força entre a juventude goiana. De quinze pessoas que militaram no PCB, em Goiás, e prestaram depoimento para o projeto *Memórias Transcritas* (2013), apenas uma era estudante secundarista antes do golpe. O mesmo intensificou a arregimentação de quadros entre estudantes após o golpe, devido à perseguição, prisão e consequente retração de comunistas tradicionais do estado. Na *Resolução Política do V Congresso do PCB*, o partido afirmava que buscava atuar em outras frentes de luta, além da eleitoral, para conseguir apoio das massas na formação da Frente Parlamentar Nacionalista. O movimento estudantil estava entre esses meios de atuação política:

Participando ativamente das eleições e do trabalho parlamentar, os comunistas esforçam-se para ajudar a fortalecer e ampliar a Frente Parlamentar Nacionalista, a fim de que ela possa transformar-se em um bloco majoritário capaz de obter soluções patrióticas por via legislativa. Os comunistas atuam nos sindicatos, no seio da população rural, no movimento estudantil, entre a intelectualidade e outros sectores para conseguir apoio de massas à Frente Parlamentar Nacionalista. Apoiam igualmente a ação da FPN no sentido de estender sua influência aos Estados e municípios, mediante a constituição de blocos nacionalistas nas assembleias legislativas e câmaras municipais (PCB, 1960).

Segundo Jarbas Silva Marques (2013: 203), o movimento estudantil goiano teve hegemonia no movimento estudantil nacional, até 1964, quando Olímpio Gonçalves Mendes assumiu a presidência da UBES (União Brasileira dos Estudantes). Ele acredita nessa teoria, porque a primeira ação terrorista do movimento anticomunista ocorreu no Hotel Quitandinha, durante a eleição do anapolino Aldo Arantes, então integrante da JUC (Juventude Universitária Católica) e posteriormente militante da Ação Popular. Goiás foi um atrativo para as novas organizações, e um dos motivos teria sido a força do movimento estudantil. Tinham uma elite estudantil, do ponto de vista de combatividade. Sabiam discursar (nos principais colégios da cidade havia disputas de oratória), se organizar e, segundo ele, tinham “coragem cívica para cometer ações políticas”, ou seja, para se manifestar e para o enfrentamento direto, se preciso fosse (MARQUES, 2013: 204).

Jarbas entrou no PCB, via juventude comunista, por meio do movimento estudantil, em 1959, quando ainda era estudante secundarista no colégio Lyceu de Goiânia. Ele alega ter recebido o privilégio de ser escalado pelo PCB para fazer a segurança de José Porfírio quando ele foi candidato a deputado estadual. Teria inclusive escrito discursos para o líder camponês, que, com a vitória, passou a residir numa pensão do Córrego Botafogo. Aquele que era acostumado a vestir roupas simples de trabalhador rural, repentinamente se viu obrigado a comparecer na Assembleia Legislativa de terno e gravata. Porém nem assim melhorou de aparência, pois, segundo Marques ele vestia “paletó de uma cor, calça de outra e uma gravata ridícula” (MARQUES, 2013: 203).

Outro estudante secundarista filiado ao partido, que se tem informação, é Benito Pereira Damasceno. O mesmo ingressou no PCB, em abril de 1963, a convite de Marcelo Cupertino Guimarães (que acreditamos ser um dirigente do Comitê Municipal de Goiânia, no período). Até 1964, ele exerceu a função de Secretário Político em uma Organização de Base de estudantes secundaristas, instalada no Colégio Lyceu de Goiânia. Segundo Benito, em depoimento prestado no 10º Batalhão de Caçadores, em 1972, em Goiânia, certamente sob torturas, as atividades dessa célula tinham por objetivo a:

[...] tentativa de ampliação do número de organizações de base dentro do setor secundarista, bem como a infiltração dos militantes nos órgãos legais de representação da classe estudantil, particularmente no Liceu de Goiânia e na UGES (União Goiana dos Estudantes Secundários) [...] (BNM_627, 1972: 132).

Tais propósitos não teriam sido alcançados, porém o estudante tinha livre trânsito na UGES, chegando a influenciar decisões da diretoria.

Segundo João Rabelo dos Santos (2015), como já vimos anteriormente, em 1963 a UGES era controlada pelo PCB. Naquele ano ele cursava o “admissão” (hoje corresponde ao 9º ano do ensino fundamental), no Colégio Ateneu Dom Bosco e o padre Lelis organizou os alunos, para tomarem a sede da entidade, então órgão máximo de representação dos estudantes secundaristas de Goiás. João Rabelo dos Santos diz que participou daquele enfrentamento, porém sem ter consciência dos reais motivos. De todo modo, o grupo conseguiu expulsar os comunistas da entidade. Gilberto Franco Teixeira, que naquele período participava da JEC (Juventude Estudantil Católica), antes de entrar para a Ação Popular, diz que a tomada da UGES foi motivada pela indignação dos demais estudantes secundaristas da cidade, que se sentiam excluídos das tomadas de decisão da entidade. Segundo ele, ela se portava de forma pouco democrática, pois não permitia que eles participassem.

Acreditamos que o real motivo de tomada da UGES, puxada pelo padre Lelis, tenha sido o sentimento anticomunista que se fortalecia nas camadas conservadoras da sociedade brasileira, culminando no golpe de 1964. No entanto, pode ser verdade o fato de que a entidade, até então comandada pelos comunistas, era fechada e ortodoxa, não abrindo espaço para que estudantes de outros meios e tendências políticas participassem. Isso explica o número baixíssimo de estudantes secundaristas arregimentados pelo partido comunista, antes de 1965. Em nossas pesquisas, percebemos que, com a tomada da UGES pelos católicos, a política estudantil secundarista de Goiás passou a ser controlada pela Ação Popular. Por volta de 1968, a direção voltou às mãos do PCB, no que se refere à liderança das entidades estudantis, incluindo os grêmios.

5.1.3. O golpe de 1964: perseguição e retração do PCB, em Goiás.

Com a instauração do regime militar, em abril de 1964, o Comitê Estadual do PCB tomou uma medida rápida e importante, no sentido de tentar garantir a liberdade e segurança do máximo possível de militantes. Principalmente aqueles que tinham funções diretivas no partido ficaram responsáveis por avisar o maior número possível de companheiros (GOMES, 2013: 172).

De acordo com o depoimento de Benito Damasceno (BNM_627, 1972: 133), nos primeiros dias após o golpe militar, fora convocada uma reunião do partido, em Goiânia, em que teriam comparecido Kalil Dib, Milton Barbosa, Jacob Gorender, Marcelo Cupertino, Walter Valadares, Benito Damasceno, entre outros. Nessa reunião, Benito, então estudante secundarista, recebeu a tarefa de ir a Trombas e Formoso para alertar o Comitê Zonal do partido na região, especificamente Bartolomeu Gomes da Silva, o “Bartu”, sobre o golpe de Estado, chamado pelos militares de “Movimento Revolucionário”. Em Trombas, se reuniu com os dirigentes do partido na região e decidiram subir a serra, posteriormente acampando as margens do Córrego Canabrava. Após 30 dias, percebendo que se aproximavam as tropas do exército decidiram se dispersar. Benito, então, se deslocou para o município de Monte Alegre de Goiás, onde se manteve até julho de 1965, sem contato com partido.

Horieste Gomes, que, então, participava de uma organização de base, a Comissão de Agitação e Propaganda, também recebera a missão de segurança. Ao ficar sabendo da prisão de José Fernandes, de quem era muito amigo, e seu companheiro na Agitação e Propaganda, disse a sua esposa que precisava retirar uns materiais da casa deles. Mesmo correndo risco,

Gomes foi até lá, encontrou os textos escondidos embaixo do colchão e os levou para sua casa, onde os queimou, imediatamente (GOMES, 2013: 173).

Outra determinação do partido é que se evitasse qualquer contato pessoal. Todas as organizações de base, os comitês secundaristas, universitários, municipais, etc., deveriam parar de se reunir. Segundo Horieste Gomes, que na época já trabalhava como professor, a ordem que veio de cima foi:

[...] imediatamente desativar aparelhos e esconder o máximo possível do material que cada companheiro tivesse em sua casa. É o que sei de providências imediatas que foram tomadas. Vários aparelhos foram desativados no momento. E parece que deu fruto. Na verdade, esses aparelhos vão aparecer mais tarde, já nessa época em que a gente vai ser preso (GOMES, 2013: 173).

Gomes afirma que não foi preso em 1964, porque os militares, graças à rápida força-tarefa realizada por eles, ainda não tinham os nomes de boa parte dos militantes. Essa teoria é pertinente, porque, em nossas pesquisas, realizadas em acervos de documentação oficial expedida pelos órgãos militares, não encontramos informações sobre a composição exata dos grupos dirigentes do PCB goiano, até 1964. Só obtivemos quadros aproximados, por meio da comparação de depoimentos, tanto proferidos na prisão, em 1972, quanto em entrevistas futuras, contidas no projeto *Memórias Transcritas*. Se comparado a outras organizações da esquerda socialista, em alguns casos, esses dados foram encontrados com maior facilidade, demonstrando que não demorou que tornassem de conhecimento dos serviços de informação.

Mesmo que, segundo a fala de Horieste Gomes, as medidas de segurança, tomadas pela alta direção do partido, tenham sido acertadas, alguns militantes foram presos logo em 1964, principalmente os funcionários de Mauro Borges. Antes de sua cassação, ele demitiu Tarzan de Castro, João Batista Zacariotti, João Bênio e Hugo Brockes, que pertenciam à assessoria. Aqueles que contribuíram para a estruturação de seu governo e que, conhecidamente tinham ideias socialistas e democráticas, sofreram repressão do governo para demonstrar estar alinhado aos golpistas (MARQUES, 2013: 210). Em Goiás, a primeira repressão da ditadura veio por ordem de Mauro Borges, por meio de Jurandir Rodovalho, que era delegado do DOPS e recebia as ordens de prisão.

Na mesma semana do golpe, João Batista Zacariotti teria sido aconselhado a fugir. Ficou sabendo, por meio de fonte privilegiada, que muito em breve seria preso, porém permaneceu em sua residência, em Goiânia. Um dia, quando os policiais bateram à porta, conseguira escapar pelos fundos, o que garantiu a ele mais um mês em liberdade. No entanto, em breve ele seria capturado:

Um dia, quando volto do esconderijo, parecia que eles tinham uma araponga por aqui. Eu estava em lua de mel com a patroa, eles entraram pelos fundos, cercaram tudo e levaram a mim e o Maurício, meu irmão, presos (ZACARIOTTI, 2013: 216).

Washington Gomes Barbosa, então dirigente dos comitês urbanos do partido, foi demitido do CERNE (Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado), em decorrência do golpe. Ignorando as orientações do partido, e por motivos pessoais, preferiu apresentar-se à justiça, quando, então, foi preso:

Em 1964 tive que fazer a grande opção de minha vida: voltar à militância partidária, cair na clandestinidade ou enfrentar a Justiça da Revolução. Depois de pensar, vendo a família dependendo de mim e já com apertos financeiros, sem amigos e sem dinheiro, resolvi responder pelos meus atos do passado. Me apresentei às autoridades encarregadas do IPM em Goiás, Cel. Danilo e Capitão Anibal. Estive preso e ao sair da penitenciária me dirigi à 7ª CR, procurei o Cap. Anibal e disse-lhe que estava à sua disposição. Fiz parte do IPM dos 146, mas não fui intimado nem ouvido pelo inquérito. Respondi a um 2º IPM, instaurado em Anápolis, contra minha pessoa e mais Claudio, Maristela, Querobino, Basileu, Adail e outros. Convocado, fui à Juiz de Fora. Jamais pensei em fugir às minhas responsabilidades. Em 1964 fui procurado por elementos do partido, para voltar a militar, recusando-me terminantemente (BNM_039, 1972: 120).

Com relação ao IPM de Anápolis, foi concedido *habeas corpus* a todos os indiciados, devido ao recurso aberto por Maristela Duarte Mendes e Washington Gomes Barbosa. O pedido foi feito pelo advogado Rômulo Gonçalves, muito atuante na defesa de militantes da esquerda goiana, durante o regime militar. A ação judicial foi concedida, pois, segundo o relatório, “os fatos referidos na denúncia, aliás, inepta, não constituem crime”. A ementa do processo, que foi encerrado em agosto de 1967, concluía: “Denúncia inepta. Fatos atípicos. Constrangimento ilegal. Habeas corpus concedido” (ARQUIVOS REVELADOS, 2015: 766, 771). Alguns anos depois, instaurado o AI-5, em 1968, o direito ao *habeas corpus* será suspenso, e as mínimas atividades consideradas subversivas eram passíveis de denúncia, segundo a acusação de crime contra a Lei de Segurança Nacional.

No *Primeiro Relatório de IPM* (ARQUIVOS REVELADOS, 2015: 799), este que foi instaurado no ano de 1972 para “apurar as atividades do Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro em Goiânia-GO”, constam informações sobre a atuação do partido a partir de 1964. Esses relatórios teriam sido elaborados primordialmente por meio dos depoimentos prestado pelos indiciados na prisão. No estado, todo o partido *caiu* naquele ano. Voltamos a ressaltar que, devido às confissões terem sido obtidas por meio de torturas físicas e psicológicas, não podemos tratar os acontecimentos relatados como verdades absolutas.

De 1964, até por volta de 1966, com a perseguição aos militantes, clandestinidade e prisão de alguns, o PCB goiano teve suas atividades paralisadas. Segundo depoimento prestado por Sebastião Bailão aos militares, em Brasília, nesse período não houve estrutura de Comitê Estadual, nem Comitês Municipais. Permaneceram apenas alguns militantes, pouco visados, em seus respectivos municípios, tentando reestruturar o partido naquelas regiões.

Posteriormente, em 1966, o Comitê Central enviou três representantes, para ajudarem na missão de reorganizar o Partido em Goiás, com prioridade na articulação de um novo Comitê Estadual. Foi, então, convocada uma reunião ampliada com a finalidade de rearticulação do CE, eleger o delegado deste comitê a representar o estado no VI Congresso Nacional do PCB, e definir planos para a reativação das atividades do partido em Goiás. A reunião foi realizada na Fazenda Aurora, de propriedade de um simpatizante do PCB. Nessa reunião teriam sido debatidas as teses do partido, bem como foram definidos os seguintes pontos de orientação político-partidária:

[...] sobre os sindicatos: incrementar a volta dos membros do PCB aos sindicatos, através da filiação sindical nas suas respectivas categorias profissionais; sobre política: participação do PCB nas eleições, através de Frente Única, e o combate ao *divisionismo*; sobre recrutamento: efetivação do trabalho partidário, através da recuperação de ex-militantes (BNM_039, 1972: 74).

Naquela reunião Geraldo Tibúrcio foi eleito a delegado para o VI Congresso Nacional do PCB, a ser realizado em dezembro de 1967. Segundo o depoimento prestado por Bailão aos militares, o Comitê Municipal de Goiânia foi composto pelos seguintes integrantes: “Márcio”; Walter Friedman, José Velasco ‘Santos’, José Fernandes da Silva ‘Madureira’, ‘Mário’ e outros”. Por sua vez, o Comitê Municipal de Anápolis foi estruturado com a formação a seguir: “Geraldo Tibúrcio ‘Ferreira’; Alexandre Alves de Almeida ‘Garibaldi’; Cloves Bueno ‘Juarez’ e outros”. Também foi eleito o seguinte Comitê Estadual para Goiás:

Secretariado: “Brito” (militante encaminhado pelo Comitê Central); Primeiro Secretário: Horieste Gomes “Tiago” e o declarante (Sebastião Bailão); Membros: Onivaldo de Moura “Arão”, representante de Itumbiara; Geraldo Tibúrcio “Ferreira” e Alexandre Alves de Almeida “Garibaldi”, representantes de Anápolis; José Fernandes da Silva “Madureira”; José Velasco “Santos”, Márcio” e “Lincoln”, representantes de Goiânia (BNM_039, 1972: 74).

Os militantes encaminhados pelo Comitê Central expuseram um panorama geral da situação do partido a nível nacional, esclarecendo sobre tendências divergentes que estavam se formando em seu interior. Na realidade, de acordo com Horieste Gomes, alguns desses assistentes já tinham posições contrárias à linha do partido:

O próprio Sérgio, um militante jovem que atuou muito no Comitê Universitário, um rapaz brilhante por sinal, mas não tinha muita disciplina, não tinha muita vigilância em nada. O Sérgio esteve muitas vezes na nossa casa. Depois, a gente vai saber que ele já estava vinculado à outra ala, a linha Marighella, dentro da estrutura do partido (GOMES, 2013: 175).

No plano internacional, surgia uma contestação às esquerdas tradicionais, que não se mostraram capazes de sanar as contradições de classe das sociedades contemporâneas, num processo que resultou em manifestações em várias partes do mundo, no ano de 1968. No clima de insatisfação internacional e nacional, com o fracasso das esquerdas brasileiras em 1964, ocorreram *rachas* irreparáveis nos partidos e movimentos clandestinos existentes, principalmente no PCB, principal tendência entre as esquerdas derrotadas (RIDENTI, 1993: 28).

A maior parte da direção do partido não foi capaz de lidar com a derrota, nem de fazer uma profunda autocrítica de sua trajetória nos anos anteriores, o que provocou a maior luta interna da história do PCB. Ao final, o secretário geral, Luiz Carlos Prestes, e a maioria da direção sustentaram a antiga linha do Partido, porém, isso custou a perda de prestígio e influência política, resultando em várias cisões, das bases aos órgãos dirigentes, segundo o pesquisador e professor titular de Sociologia da Unicamp, Marcelo Ridenti (1993: 28), causando um desgaste do qual o Partido, nunca se recuperou. As principais dissidências do PCB, nas bases e cúpula, foram comandadas por Carlos Marighella, que criaria a ALN (Ação Libertadora Nacional), e pelo dirigente Mário Alves, dando origem ao PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Essas duas organizações subtraíram militantes pecebistas em todo o país, embora a ALN tivesse mais força em São Paulo e o PCBR no Rio de Janeiro. O PCB, já precário em bases, desligadas do Partido após a repressão policial instaurada em 1964, perderia, até 1968, pelo menos metade de seus integrantes para as tendências que propunham a resistência armada imediata.

5.1.4. Realização do VI Congresso e retomada parcial das atividades, com o aumento do número de estudantes.

Em dezembro de 1967, aconteceu o VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro. A maioria da direção manteve o comando do Partido, mesmo após os desligamentos e dissidências ocorridos após o golpe militar.

No novo programa aprovado, percebe-se uma semelhança em relação às reflexões anteriores do Partido, no que se refere à luta armada. Na linha política do V Congresso, de 1960, como vimos anteriormente, tal recurso não deixa de ser mencionado. No entanto, deveriam pegar em armas apenas em último caso, segundo Daniel Aarão Reis Filho, em uma *situação-limite*. A vitória dos militares não deixou dúvidas a respeito do papel de destaque das forças imperialistas e latifundiárias, até então consideradas como entraves ao desenvolvimento do país. A instauração do regime militar impôs o limite à revolução brasileira preconizada pelo PCB. A Corrente Revolucionária e as dissidências que dela resultaram, basearam-se nas próprias análises do Partido (REIS FILHO, 1990: 66-67).

Naquele momento, o PCB colocava como objetivo principal a retomada do processo democrático interrompido pelo golpe. O caminho eleitoral continuava sendo a melhor opção para a conquista das liberdades democráticas e mesmo um novo regime político. Podemos perceber a prioridade dada à via pacífica e institucional no trecho abaixo, afirmando que os comunistas lutavam por eleições livres e diretas. A ditadura poderia impor ao povo o caminho da insurreição armada ou guerra civil, porém a situação exigia preparação do Partido e das massas, ou seja, não deveria ser imediata:

Os comunistas lutam pela realização de eleições livres e diretas. A participação nas eleições, mesmo com o sistema eleitoral vigente que impede a manifestação democrática do direito de voto, é um importante meio para unir as correntes que se opõem à ditadura, para desmascarar sua política diante das massas e infligir-lhe derrotas que a debilitem. É necessário, ao participar das eleições, procurar a união das forças contrárias ao regime ditatorial, apoiando candidatos que representem essas forças e mereçam a confiança do povo. O processo de isolamento e derrota da ditadura é o do desenvolvimento da luta de massas e da unidade de ação das forças democráticas. No seu curso, as palavras de ordem e as formas de luta mudarão à medida que a ação das massas se desenvolver. A oposição e o combate crescentes ao regime ditatorial tomarão ainda mais reduzida sua base social e política, aumentarão sua instabilidade e poderão conduzir à sua desagregação e derrota. As forças democráticas, através da ação, poderão conquistar a legalidade de facto, obrigar a minoria reacionária a recuar, e derrotá-la. Mas a ditadura poderá impor ao povo o caminho da insurreição armada ou guerra civil. A situação exige, portanto, dos comunistas a preparação do Partido e das massas, bem como o entendimento com as diversas correntes da frente antiditatorial para essa eventualidade (PCB, 1967).

O Partido atribuía o fracasso de 1964 ao *esquerdismo* gradualmente decantado nas fileiras do partido. Essa tendência não respeitara a correlação de forças, nem o caráter nacional-democrático da revolução brasileira. Teriam subestimado o perigo de golpe à direita, concentrando os ataques na burguesia nacionalista e no governo João Goulart. Essa falta de sintonia teria levado o povo à derrota. Podemos visualizar a condenação dessa postura, tida como *imediatista e pequeno-burguesa*, no excerto a seguir:

O revés sofrido em 1964 pôs a nu muitas das nossas debilidades e revelou com maior clareza a nefasta influência que ainda exerce em nossas fileiras, a começar da direção, uma falsa concepção que se manifesta de maneira predominante nos momentos decisivos de nossa vida. É uma concepção errônea do processo revolucionário, de fundo pequeno-burguês e golpista, que consiste em admitir a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação de cúpulas ou do Partido. Ela imprime à nossa ação um sentido imediatista, de pressa pequeno-burguesa, desviando-nos da perspectiva de uma luta persistente pelos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista da hegemonia pelo proletariado. Graves erros e desvios surgem em nossa política devido a essa concepção e outras ideias não proletárias, em virtude de nossas limitações teóricas e do domínio insuficiente da realidade do país. Na raiz dessas concepções está, principalmente, a forte influência da ideologia pequeno-burguesa dentro do Partido (PCB, 1967).

Mesmo em crise, o Partido se apresentava como “único”, em vários aspectos: era o mais antigo; o mais organizado; o mais ativo a nível nacional. A vitalidade do Partido dever-se-ia unicamente à dedicação dos militantes (REIS FILHO, 1990: 68). No entanto, segundo Marcelo Ridenti, e concordamos com essa perspectiva, após o golpe, após 1964 o PCB teve pouca atuação, a nível nacional, praticamente saindo de cena por quase uma década, preservando-se relativamente das investidas policiais. A maior participação do partido, nesse período, foi em apoio ao projeto de redemocratização do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), único partido legal de oposição, criado em 1965 como contraponto ao partido oficial, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). A repressão voltou suas atenções para o PCB entre 1974 e 1976, quando as esquerdas armadas já haviam sido desarticuladas (RIDENTI, 1990: 28). Entretanto, em Goiás, a estrutura do Partido será atingida precocemente em 1972, como veremos no desenrolar desse subcapítulo.

Com o retorno de Geraldo Tibúrcio, delegado de Goiás no VI Congresso do PCB, foi marcada uma reunião do Comitê Estadual para socialização das resoluções aprovadas. Essa reunião, ocorrida no início de 1968, teve como objetivos dar ciência ao CE do informe político do Comitê Central e realizar votação para cargos que ficaram vagos com a saída de três integrantes (BNM_039, 1972: 76). Eles teriam se desligado do partido para entrar na ALN, como comentou Horieste Gomes, em seu depoimento.

O Comitê Estadual, então estruturado, somando-se à motivação da *Resolução Política do VI Congresso*, avançou na reorganização do Partido em Goiás. Foram formadas Organizações de Base em diversos setores de atividades, principalmente estudantil (secundarista e universitário), em Goiânia e Anápolis (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 812). O PCB, que até 1964, detinha uma pequena militância entre os estudantes, passara, então, a vê-los com bons olhos, a ponto de conferir-lhes certo papel de destaque:

A participação da juventude na vida nacional tem significado crescente. Representando mais da metade da população do país e sendo por natureza mais sensíveis aos reclamos do futuro da nação, os jovens comunicam seu calor às lutas do povo. A juventude estudantil tem participado de lutas valorosas contra o regime opressor, embora seus movimentos se ressintam da influência, em sua liderança, de correntes sectárias. É preciso ganhar a maioria dos estudantes para esses combates, baseando-o mais solidamente na defesa das reivindicações peculiares à juventude escolar. É necessário, igualmente, mobilizar e organizar a juventude operária e popular, aglutinando-a em torno de suas aspirações à instrução, ao trabalho, à recepção, ao desporto, e levando-a, por esse meio, a agregar-se à batalha geral de nosso povo pelo acesso aos bens materiais e culturais criados pela civilização moderna (PCB, 1967).

Sabemos que, naquele momento, o estado de Goiás era muito pouco industrializado, de forma que havia uma classe operária pouco numerosa, quase inexistente. Segundo Jarbas Silva Marques (2013: 201), que na época era estudante, Goiás era famoso pelos movimentos sociais no campo e no movimento estudantil, fatores atrativos para as organizações da Nova Esquerda brasileira. Como o movimento camponês foi desarticulado, após o Golpe, e o movimento operário era precário, a expectativa foi colocada sobre os jovens, elementos entre os mais combativos daquele momento. Militantes mais antigos e experientes continuavam no Partido, como Sebastião Bailão e Alexandre Alves de Almeida, porém atuando de forma clandestina. A partir daqueles anos, os estudantes seriam predominantes no PCB goiano.

Por volta de 1967, o PCB começou a se reestruturar através do meio estudantil goiano, principalmente entre os secundaristas. Como vimos anteriormente, quando falamos sobre a Ação Popular, naquele ano percebeu-se uma intensificação das agitações estudantis. Em Goiânia, o movimento tornava-se cada vez mais radical em oposição ao Regime Militar, tendo como exemplo o boicote ao desfile do 7 de setembro, dia da Proclamação da Independência. Jovens como, Euler Ivo Vieira, João Rabelo dos Santos, entre outros, retiraram suas fantasias de padres, mostrando as frases de protesto “Abaixo a Ditadura”, “Fim da Guerra do Vietnã”, e etc. Provocaram a ira dos policiais, arruinando o tradicional evento militar (SANTOS, 2015). Em relatório do IPM, de 1972, consta a informação de que o PCB voltou a realizar certo trabalho de massas em 1967, junto ao movimento estudantil, meio em que o Partido passou a filiar novos integrantes, que, futuramente, viriam a ser dirigentes:

[...] o trabalho de massas, principal fonte de novos adeptos, praticamente deixou de existir até que em 1967 surge a crise estudantil, imediatamente aproveitada pelo Partido como verdadeiro caldo de cultura para a formação de futuros quadros dirigentes; realmente, é nos anos 67, 68, 69 que a maior parte dos atuais (1972) integrantes do Comitê Municipal em Goiânia passa a ser aliciada para as Organizações de Base Estudantis (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 800).

Segundo depoimento de João Silva Neto, naqueles anos foi criada a primeira base estudantil do Partido Comunista em Goiás, no Colégio Pedro Gomes. Naquele meio surgira um grande movimento de resistência à ditadura, com base no movimento estudantil. Para ele, ali foi criada uma poderosa ala do PCB, com muitos estudantes. Em 1966 foi organizada uma greve estudantil, após terem recebido a notícia que Tarzan de Castro estava morto. Era a primeira greve estudantil feita em Goiânia, após o golpe. As palavras de João Silva demonstram, como diria Pedro Tierra, a *generosidade* da juventude de uma geração: “Eu nunca tinha visto o Tarzan de Castro, mas achava aquilo um absurdo!” (SILVA NETO, 2013: 228). Em suas próprias palavras, aquilo era pretexto para motivar a resistência democrática. Aquele foi um ato turbulento. A polícia cercou o Colégio Pedro Gomes. houve tiroteio em que saiu morto um policial (BEZERRA, 2013: 130). Provavelmente, aquele acontecimento foi o estopim que abriu a sequência de manifestações estudantis que culminariam com a *crise estudantil*, de 1967, mencionada pelos militantes no relatório de IPM.

Entre 1966 e 1967, criaram e ampliaram vários grêmios estudantis da capital goiana. Um jeito que acharam para arregimentar militantes nos colégios era a participação no então famoso concurso de oratória. Eles procuravam estudantes de vários colégios para que realizassem tal concurso, que ainda era legalizado. Silva Neto comenta como ocorria tal filiação:

Ao realizarmos o concurso, podíamos conhecer aqueles estudantes que falavam e se expressavam contra a ditadura, aqueles que a combatiam. Assim sendo, nos aproximávamos daqueles estudantes, passávamos material, íamos conversando. Tivemos a oportunidade de incentivar a criação do Partido Comunista em várias escolas de Goiânia, e fazer com que essas pessoas participassem da direção dos grêmios. Muitas delas ganharam a direção de grêmios e isso ajudou na criação de um grande bloco de resistência contra a ditadura no meio juvenil, no meio dos estudantes (SILVA NETO, 2013: 228).

Por meio desses eventos, incentivaram a criação de células do PCB em várias escolas de Goiânia, e assim o Partido foi ganhando espaço no meio estudantil. Antes da saída de João Silva Neto, para entrar na Faculdade de Direito, eles já haviam organizado o Comitê Estudantil Secundarista do PCB, com seções nos principais colégios da cidade. No entanto, podemos perceber na fala desses militantes que, naquele momento, o objetivo dos estudantes não era a ampliação dos quadros do partido para a obtenção da hegemonia ente as esquerdas, e sim a resistência contra a ditadura militar, o que, na verdade, coincidia com a prioridade PCB. Segundo Marcelo Ridenti (1993: 135), apesar da existência de inúmeras tendências de esquerda no movimento estudantil, não devemos crer que elas eram muito sofisticadas, nem

que os estudantes fossem manipulados pelos dirigentes dessas organizações. As ideias de esquerda no movimento estudantil eram muito difusas, estivessem os estudantes organizados em tendências ou não.

Em 1968, os integrantes do grêmio estudantil e da célula do PCB, no Pedro Gomes, foram presos e os remanescentes, como Paulo de Jesus, Stepan Necersian e Eli foram expulsos do colégio. Expulsaram mais de vinte pessoas, provocando a desarticulação do grêmio. Aquele foi um ponto de ruptura para os jovens da cidade. Saíam de uma situação de quase legalidade democrática para um clima de “obscurantismo total”, de acordo com João Silva Neto (2013: 229). Um dos estudantes que foram expulsos do colégio foi Félix Valois, já então membro do PCB:

Fui expulso em 1968. Lembro-me de 1968, pois foram comemorados os 50 anos da Revolução de Outubro. Lembro-me que houve várias atividades de pichação, e eu já estava no Colégio Estadual Pedro Gomes, no Bairro de Campinas (BEZERRA, 2013: 130).

O AI-5, editado em dezembro de 1968, intensificou o estado de exceção. Direitos constitucionais e democráticos tornaram-se decorativos, ou foram suspensos, como foi o caso do *habeas-corpus*. No entanto, as organizações e partidos de esquerda reagiram quase todas da mesma forma em relação ao novo ato, inclusive o PCB. Para elas, ele exprimia, primeiramente, o isolamento em que se encontrava a ditadura. Foi avaliado como uma “medida desesperada”, uma expressão de “debilidade”. Para alguns, nem mesmo as classes dominantes o haviam aprovado. Achava-se que o Ato não afetaria as classes menos privilegiadas, desde que não exagerassem nas agitações. Até porque as entidades trabalhistas já estavam na ilegalidade desde 1964. Sobretudo, consideravam o AI-5 ineficaz, pois só tendia a agravar as contradições entre as classes dominantes, não sendo capaz de resolver a crise em que o país se encontrava. Todos chegavam à conclusão otimista de que o cenário continuava favorável: logo se perceberia uma instabilidade no bloco do poder, não sendo capaz de conter a radicalização das massas (REIS FILHO, 1990: 71).

De modo geral, as organizações viram na radicalização do regime a “confirmação de suas análises”. A maioria se preparava para intensificar ou começar ações armadas. Apenas o PCB não estava muito seguro sobre isso. Sugeriu outras possibilidades de ação para as correntes populares e as novas dificuldades da luta democrática e nacionalista. Caso fosse necessário, as massas deveriam estar preparadas para resistir por meio das armas (REIS FILHO, 1990: 71). O Partido não tinha a menor intenção de partir para uma revolução armada. No entanto, o aparato repressivo incrementado pelo *terrorismo de estado* não levaria

isso em consideração. Nem mesmo elementos sem vinculação com a esquerda foram perdoados. Bastava se engajar pela redemocratização do país para entrar na mira da repressão.

Em 1969 um grupo de estudantes secundaristas do PCB foi preso. Esse grupo ficou muito conhecido por esse caso, que chamaremos “caso Neiva”.

Em uma noite de domingo, depois do jogo do Vila Nova, tradicional time de futebol da cidade de Goiânia, o grupo se deslocou a pé rumo à escolinha do companheiro do partido, Manoel de Jesus Oliveira, também conhecido como “Izu”, que ficava no Setor Ferroviário. Nessa escola, o grupo que compunha o Comitê Secundarista do PCB, na capital, se reunia para estudar alguns textos do partido. Já tinham começado a reunião e, quando se deram conta, o aparelho estava cercado por carros da Polícia Federal:

Éramos umas oito pessoas, já tínhamos começado a reunião, quando demos fé, com as nossas ilusões, o aparelho estava cercado pela Polícia Federal. [...] Naquela mesma noite fomos levados para a sede da Polícia Federal que ficava na Avenida Goiás, esquina com a Rua 2, onde passamos a noite. Depois fomos levados para o Quartel do 10º BC, onde ficamos durante um determinado tempo, e depois para Juiz de Fora. Foi uma prisão em flagrante, com farto material subversivo, como se dizia. Eram jornais do partido, *Voz Operária*, e outros materiais de estudos (BEZERRA, 2013: 131).

Foram presos: Marcantonio Della Corte; Paulo Silva de Jesus; Mauro Curado Brom; Antonio Batista Machado; Leo Lince do Carmo Rodrigues; Zuelton Furtado; Elias Moreira Borges; e Feliz Valois Guará Bezerra. Esses eram alguns dos principais líderes estudantis da cidade, naquele momento, entre dirigentes da CGE (Central Goiana dos Estudantes) e presidentes de grêmio estudantil, entre 1968 e 1969. Isso demonstra que, aparentemente, o Partido tinha conquistado a hegemonia do movimento estudantil, no estado de Goiás, naqueles anos. No *Auto de prisão em flagrante*, de 14 de abril de 1969, consta relatório detalhado, obtido por meio das declarações prestadas pelos acusados. De acordo com o documento oficial, Leo Lince, então presidente do grêmio estudantil do colégio Lyceu de Goiânia, fora convidado por um indivíduo chamado Neiva, para ingressar no PCB. A princípio não teria aceitado, porém, depois do AI-5, com o argumento de Neiva de que as reuniões se tratavam apenas de estudos sobre a realidade política brasileira e internacional, acabou aceitando (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 779). Corroborando com as informações passadas pelos outros colegas, que incluíam o misterioso dirigente “Neiva”, Felix Valois prestou a seguinte declaração aos policiais:

[...] que em meados do mês de março último, no estabelecimento onde estuda, o declarante foi procurado por um elemento, que disse chamar-se Neiva, o qual

afirmou já ter conhecimento dos pensamentos do declarante e que tinha desejo de que o mesmo viesse a participar de reuniões que pretendia realizar; que Neiva, em tal oportunidade, disse também que, para participar de tais reuniões, não era necessário que o elemento fosse filiado ao Partido Comunista Brasileiro (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 785).

Todos os militantes foram unânimes ao dizer que Neiva participara de todas as primeiras reuniões do Comitê, porém, especificamente naquele dia, ele não havia comparecido. Na verdade, “Neiva”, mencionado em todos os depoimentos dos citados naquele Auto de Prisão, era um personagem fictício, criado pelos jovens quando estavam todos juntos, numa cela das dependências da Polícia Federal, aguardando serem chamados para prestar depoimento. Um dos presos justificou, posteriormente, o motivo da criação desse personagem, informação que ganhou nota do editor do acervo *Arquivos Revelados – Ditadura Militar em Goiás*:

Diante de uma prisão em flagrante feita por agentes da Polícia Federal e com risco muito grande do Partido ao qual pertenciam “cair”, os oito presos conseguiram criar um personagem, o Neiva. Esse suposto membro da Organização, ao qual foi lhe imputado toda a responsabilidade, nunca apareceu porque nunca existiu. Fica o esclarecimento, pois diante de um processo inquisitorial como era na época ou se contava uma boa história ou sofreriam toda a fúria dos inquisidores” (2016: 789).

Aqueles jovens foram presos “em flagrante” pelo simples fato de estarem reunidos para o estudo e debate de ideias contrárias ao regime vigente. Como se tratava do ano de 1969, o ato era enquadrado como um crime contra a Segurança Nacional. Nem mesmo o fato de alguns deles serem menores de idade foi considerado para a liberação. No entanto, todos eles tiveram uma pena reduzida, muito provavelmente devido à invenção do personagem “Neiva”. Os presos políticos foram condenados às seguintes penas que variaram de 8 meses à 2 anos e 4 meses de detenção, sendo a mais alta a de Marcantônio Della Corte, ex-militante do PCdoB, devido à “reincidência em crime da mesma natureza” (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 798-799).

5.1.5. Rumo à queda e morte nos porões da ditadura (1969-1972).

A prisão de oito militantes, ao mesmo tempo, todos integrantes do Comitê Secundarista de Goiânia, não pareceu ter abalado o Comitê Estadual, que manteve suas reuniões para tratar de assuntos pertinentes à reestruturação e avanço das atividades partidárias no Estado. No segundo semestre de 1969 foi realizada uma reunião, que tinha

como um dos objetivos, preencher vagas ociosas do CE, devido à saída de dois integrantes. O Partido, que já não tinha o Comitê de Trombas e Formoso, nem militância significativa no meio rural, continuava perdendo militantes, mas dessa vez, também devido ao recrudescimento aterrador do *terrorismo de Estado*.

Essa reunião, necessária na condução das atividades do Partido, teve por deliberações: a reestruturação das Seções Universitárias e Secundaristas, incumbidas de orientar e coordenar as atividades das Organizações de Base (células) no meio estudantil; o estabelecimento de metas a serem cumpridas em prazo determinado, especificadas no *Plano de Trabalho Lênin*, manual de Construção e Consolidação do Partido (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 802). Todos os esforços dos Comitês Municipal e Estadual passaram a se orientar no sentido de cumprir os objetivos previstos nesse plano, vindo a determinar as realizações do PCB goiano, entre 1970 e 1972.

Nessa reunião também se percebeu esforço pela participação e apoio à via eleitoral. O Partido manifestou total apoio aos representantes do MDB, no estado, em consonância com a militância à nível nacional. Podemos perceber que a aliança firmada com o único partido de oposição ao Regime Militar, já estava declarada no Programa do VI Congresso, de 1967:

Apesar das medidas tomadas para instituir na prática o partido único, sectores e personalidades políticas desenvolvem, no Parlamento e fora dele, a oposição ao regime. Os parlamentares eleitos sob a legenda do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) têm tido, com algumas exceções, uma posição vacilante diante das arbitrariedades da ditadura. Apesar disso, o MDB e outros agrupamentos existentes podem tornar-se um fator positivo para a mobilização das forças populares (PCB, 1967).

No contexto das eleições municipais, que ocorreriam no final daquele ano, foi firmado o apoio à candidatura de Henrique Santillo para prefeito de Anápolis, devido a ser considerado o concorrente mais progressista. Segundo depoimento prestado por Sebastião Bailão (BNM_039, 1972: 77), as recomendações foram repassadas aos militantes do CM de Anápolis, Geraldo Tibúrcio e Alexandre de Almeida, que, posteriormente, fizeram contato com o político, manifestando o apoio do Partido. Nessa reunião, os representantes do comitê alegaram não querer dinheiro em troca do apoio à candidatura, mas sim, cargos na prefeitura para alguns militantes e que ele se comprometesse na criação de Associações de Bairro e Centros Comunitários, o que foi aceito por Santillo. Era, então, colocada em prática, a tentativa de reativação do trabalho de massas desenvolvido antes do golpe. Na compreensão do Comitê Central, expressa na *Resolução de 1967*, inclusive, a luta contra a ditadura militar

não teria êxito sem o apoio e engajamento de tais frentes de organização social, bem como outros movimentos de massas:

A mobilização de amplos sectores da população contra o regime ditatorial deve encaminhar-se, igualmente, através da luta das populações urbanas em tomo de reivindicações como o controlo dos aluguéis, construção de moradias, urbanização das favelas, solução para os problemas de transportes, ampliação da rede escolar, melhoria dos serviços urbanos e de abastecimento, etc. Nesse sentido, deve-se atuar nas organizações que reúnam os moradores das favelas, dos conjuntos residenciais, de bairro, cidades, etc. O esforço fundamental para impulsionar o movimento de massas contra a ditadura deve ser acompanhado de um esforço tenaz para unificar a ação de todas as forças e personalidades políticas que resistem ao regime e a ele se opõem. Da frente antiditatorial participam igualmente correntes e personalidades religiosas. Assume importância destacada, neste sentido, o sector progressista da Igreja católica. Na batalha contra o regime ditatorial, nosso principal propósito consiste em contribuir para a aglutinação de um bloco de forças de oposição. Os entendimentos com vários sectores da frente antiditatorial devem desenvolver-se a partir da unidade de ação por determinados objetivos concretos (PCB, 1967).

Em consonância a esse esforço eleitoral, a reunião do partido fez uma outra deliberação – era aprovada a candidatura à vereador do líder estudantil João Silva Neto. No entanto, nas palavras dele, sua candidatura foi aceita a contragosto do Partido Comunista. Não era a primeira vez que o Partido tentava barrar a candidatura de um militante:

A direção não queria que eu fosse vereador, queria que apoiasse nosso aliado Messias Tavares. Entretanto, eu sabia da minha força eleitoral e do meu relacionamento em Campinas com estudantes. Sempre fui muito popular, ia a festas, participava de tudo, dançava em bailes. Naquela época, o Colégio Pedro Gomes tinha cerca de 4.000 estudantes, eu sabia que isso podia me fazer eleito. Eu tinha convicção disso, mas a direção do Partido não queria que eu fosse candidato, queria uma política de alianças e que apoiássemos Messias Tavares (SILVA NETO, 2013: 232)

Mesmo tendo sua candidatura aceita, Silva Neto alega que a direção, composta por Sebastião Bailão, entre outros, tentou prejudicá-lo, pois colocaram como prioritária a campanha de Messias. Alugaram um apartamento na Rua 8, esquina com a Rua 3, no Setor Central, para servir de Comitê ao candidato democrata, que era apenas um simpatizante. Entretanto, quando nos deparamos com outra fala de João Silva Neto no depoimento, entendemos que ele não recebera apoio do CE, porque, primeiramente, isso significava abrir mão de mais um importante militante, e também poderia colocar em risco toda a estrutura montada naqueles anos, que ainda era muito pequena. Quando, então, já era um vereador da Câmara, vinculado ao MDB, em 1970, ele reclama que o PCB relaxou na segurança. Na verdade, quando analisamos o comentário a seguir, podemos perceber que, a decisão de João Silva Neto foi contra o coletivo, colocando a todos em risco:

Como eu era chamado todos os dias de comunista na Câmara, bastava um agente da polícia me seguir que achariam o Partido. Nessa questão o Partido cometeu um erro clássico. Eu queria deixar a militância da organização, mas não permitiram que me afastasse, pois tinham medo que eu os abandonasse. Não me conheciam, não sabiam como era a minha cabeça e insistiram para que eu continuasse militando. Cheguei a avisar para o Bailão que eu era conhecido como comunista. Acho que houve um relaxamento na questão de segurança da organização. Bastavam me seguir que achariam o Partido (SILVA NETO, 2013: 231).

No entanto, outros militantes também reclamam que o PCB goiano descuidou da segurança, naqueles anos, ao contrário dos acertos de 1964. A prisão de 8 militantes, ao mesmo tempo, no “caso Neiva”, parece não ter preocupado a direção. Ainda acreditavam que o AI-5 era “um golpe dentro do golpe” (BEZERRA, 2013), e que mais dia, menos dia, o regime militar seria implodido, por si mesmo, sem muito esforço.

Abrão Marcos da Silva, entrou para uma organização de base do PCB em 1967, quando entrou na Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Goiás. Em 1970 ele se tornou diretor *Esqueleto 21*, jornalzinho do centro acadêmico. Ele afirma que chegou a discutir com o Partido por questões de segurança, tendo, inclusive, se desvinculado da militância, por pelo menos seis meses. Quando foi marcada uma assembleia, para eleger um novo Comitê Municipal, ele exigiu segurança máxima, porque, na situação em que viviam, quanto menos pessoas conhecessem, melhor. Porém, segundo ele, não foi isso que aconteceu:

[...] eu fui levado para a chácara em que o congresso foi realizado em um carro, um fusca, agachado no banco de trás e coberto com uma lona preta, à noite. Fui saber, dois anos depois que eu tinha sido preso, que eu fui o único elemento para o qual foi tomado esse tipo de medida. Isso me deixou muito chateado, muito magoado, inclusive com os membros do partido próximos a mim. Eu me senti muito... Enfim, mais uma vez enganado (SILVA, 2013: 24).

De acordo com o relatório de IPM, no ano de 1970, o Partido demonstrou um aumento considerável de militantes integrados em Organizações de Base, ou seja, em células (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 812). Washington Luiz Teixeira Rabelo afirma que, ao final da década de 1960, o PCB tinha uma presença maior nos colégios, como o Pedro Gomes, o Lyceu de Goiânia e nas universidades, principalmente a UFG (Universidade Federal de Goiás) (RABELO, 2013: 484). Em entrevista à autora, realizada em 2015, Jackson Luiz Pires Machado, expressivo militante do movimento estudantil no período, o PCB passou a ter a hegemonia do movimento estudantil goiano quando representantes do Partido retomaram o controle da CGE, em eleições de 1968. Esse acontecimento contribuiu ainda mais para o esvaziamento de estudantes na Ação Popular goiana, principalmente

secundaristas, que já vinha sofrendo alguns desfalques, tanto devido à política de *integração na produção*, da qual já falamos anteriormente, quanto ao atrativo das organizações militaristas, que chegavam na cidade.

Para Washington Luiz, então estudante universitário e professor, a partir do VI Congresso, a prioridade do PCB passou a ser a “luta política” contra a Ditadura Militar. Então, as atividades mais importantes eram a conscientização popular, a mobilização e as alianças com setores não comprometidos da burguesia. Em suas palavras, fizeram uma campanha intensa em prol do MDB, em Goiânia: “A gente saía convencendo as pessoas a se filiarem no MDB. Essa era uma maneira de falar da ditadura” (RABELO, 2013:488). Na verdade, como já vimos, se compararmos o programa e as práticas do PCB anteriores à 1964, percebemos que também se baseavam nessa chamada “luta política”. Havia priorização das frentes legais de luta, como o apoio à política institucional e a atuação junto a movimentos sociais.

O então estudante universitário, rapidamente se tornou Secretário Político do Comitê Municipal de Goiânia, em 1971. Ele afirma que quando saía das reuniões clandestinas, em bairros remotos da capital, procurava desenvolver essa consciência política junto às entidades trabalhistas, em especial, de profissionais da construção civil. Ele faz um comentário sobre um desses trabalhadores, que se chamava Lázaro, também integrante do Comitê Municipal naqueles anos:

Eu me recordo com muita admiração de um companheiro que se chama Santos. O nome dele é Lázaro, ele ainda vive. Era uma pessoa admirável, um trabalhador da construção civil, um homem simples que não tinha frequentado cursos universitários. Creio que ele não passou do curso primário da época, mas era um autodidata, era um homem que tinha uma sensibilidade social, uma capacidade de liderança exemplar (RABELO, 2013: 490).

O PCB tentou retomar suas atividades junto aos trabalhadores e nos movimentos sindicais, nos quais atuava antes do golpe, arregimentando, entre novos militantes, alguns trabalhadores. No entanto, naquela fase do partido, que chegou a ter por volta de 100 militantes, apenas na capital, o quadro era majoritariamente de estudantes, o contrário do que se via antes de 1964. Na percepção de Washington Luiz, a intenção de criar o partido, de concepção antiditatorial e socialista, no meio dos trabalhadores, naquele momento, em suas palavras, “era mais uma intenção, um sonho, do que propriamente realidade”. O Partido, em Goiás, bem como em todo o país, não estava tão isolado como a esquerda armada, porque tinham um programa de aproximação com as forças de oposição à ditadura. Porém, ao

contrário da Ação Popular, que chegaram perto, o PCB estava muito longe de ser um “partido de massas”. Segundo Washington Luiz, isso ocorria porque o partido arrecadava pouco, não conseguindo militantes profissionais:

Nós éramos um partido restrito, com poucos militantes, muito dedicados, com pouquíssimos militantes dedicados de maneira profissional à ação do Partido. Nós tínhamos uma exiguidade de custos muito grande, chegava a ser pilhéria. Nós até ríamos das insinuações de órgãos como o Estado de São Paulo de que a esquerda brasileira, ou seja, nós éramos mantidos pelo ouro de Moscou. E nós nunca vimos esse ouro (RABELO, 2013: 490).

Em depoimento prestado por Sebastião Bailão, na prisão, ele relata o mesmo problema. Afirma que, em 1971, teve que se mudar, junto com a família, para Anápolis, tanto para dar assistência para o CM daquele município, quanto pela necessidade de “integrar na produção”. Até então, ele recebia do Partido a importância de Cr. \$600,00 (seiscentos cruzeiros), quantia insuficiente garantir o sustento da família. Dessa forma, mudou-se para aquela cidade também na intenção de montar uma banca de jornal, o que não foi possível devido às prisões em massa que ocorreram em 1972, o que provocou sua fuga para São Paulo (BNM_039, 1972: 80).

De acordo com o relatório do primeiro IPM de 1972, responsável averiguar as atividades do PCB em Goiás, as células do Partido desenvolveram os seguintes trabalhos, entre 1970 e 1972:

a) Setor de Finanças: cada militante contribuía com uma importância mensal, esta arrecadada pelo Secretário de Finanças; ao Partido convergiam os valores recebidos com a venda de informativos [...]; do total arrecadado parte era destinada ao Comitê Municipal e parte à própria Organização de Base para cobertura de suas despesas; b) Setor de Educação: desenvolvido através de reuniões e discutidos documentos do Partido e seus informativos, geralmente com a assistência de integrante de escalão superior, cursos de capacitação ideológica, estes ministrados pelos Comitês Estadual e Municipal a integrantes de Organização de Base; c) Setor de Agitação e Propaganda: desenvolvimento de trabalhos de pichações, panfletagens e selagens em vias públicas e setores estudantis, com dizeres contrários à Segurança Nacional e de apologia ao PCB; d) Setor de recrutamento: incidindo sobre simpatizantes e pessoas de relações dos militantes, objetivando aumento de quadro; e) Setor de contatos: interligações com escalões superiores através de representação das Organizações de Base em reuniões do Comitê Municipal; esta representação era feita através de delegado credencial pela OB (ARGUIVOS REVELADOS, 2016: 813).

Horieste Gomes era integrante do Setor de Educação do Comitê Estadual, também participante da célula de professores, juntamente com José Fernandes. O primeiro, que naqueles anos já era professor da Faculdade de Letras e Filosofia, da Universidade Federal de Goiás, recebera a missão de estruturar e catalogar a “Biblioteca Goethe”, que era a biblioteca estadual do Partido, porém, quando ele foi preso, em 1972, esses livros foram levados de sua

casa. Gomes diz que as prisões começaram em 1970, com vários companheiros em Anápolis, em Goiânia e em Trombas e Formoso. Mas, ele se esquece de mencionar as prisões dos oito jovens do caso “Neiva”, ocorridas no ano anterior. No dia anterior à sua prisão, ele, que vinha recolhendo e organizando os livros para a biblioteca, teve o trabalho de realizar uma tarefa exaustiva, porém muito importante para tentar garantir a segurança dos companheiros:

[...] passar a noite inteira folheando livro por livro, não só da biblioteca, mas principalmente os livros que João Silva chegou e despejou dentro da sala num momento em que eu não estava lá. [...] Passei a noite folheado e tirando o que achava que podia incriminar mais companheiros. Eu achei que devia tirar e queimar e foi o que fiz (GOMES, 2013: 175).

No entanto, a existência da biblioteca, em si, já era motivo o suficiente para incriminar o próprio Horieste. Esses esforços demonstram o apreço que o Comitê Estadual e seus militantes tinham pelo desenvolvimento teórico, mas, montar uma biblioteca de esquerda, e marxista, naquele momento, em que várias organizações já haviam sido desarticuladas, em Goiás, já representava uma falha de segurança. Na manhã do dia seguinte, ele foi abordado na rua, chegando na casa de sua mãe. Retornaram para sua casa, de onde os policiais começam a retirar os livros. Horieste Gomes se ressentiu por ter perdido obras raras e preciosas, para ele:

Eu perdi livros preciosos. Eu perdi um dos primeiros livros que eu li, uma edição número um da Coluna Prestes, do Lourenço Moreira Lima. Levou Alviero Pinto, que era o maior filósofo que o Brasil tinha, que era o presidente do ISEB. Eu tive uma perda de quase trezentos livros. Vou revê-los em Brasília, quando sou chamado para reconhecê-los. Então houve essa prisão (GOMES, 2013: 176).

No início de 1972, ocorreram algumas prisões isoladas. O Comitê Municipal percebeu que o cerco estava se fechando, porque já havia uma perseguição voltada diretamente a membros e ex-membros do Partido, ou simpatizantes. As prisões aumentaram, até que em meados daquele ano, todo o Comitê Municipal foi preso, dentro de poucos dias (RABELO, 2013: 491). O PCB, em Goiás, caiu naquele ano. Depois que a repressão policial já tinha desmantelado as outras esquerdas atuantes no estado, foi a vez do PCB. No plano nacional, o partido conseguiu resistir até 1976, porém, quando capturados, cerca de 1/3 dos militantes do Comitê Central foi assassinado (DELA CORTE, 2013: 383), à queima-roupa, ou nos porões da ditadura. De acordo com Marcantônio Dela Corte, em Goiás, as prisões no PCB ocorreram desde a direção estadual até as bases e, como ele diz, “com a tortura campeando solta”. Um desses casos provocou a morte do estudante secundarista e militante do PCB, Ismael Silva de Jesus.

Ismael era o militante mais jovem daquele momento, quase completando 18 anos. Ele fazia parte do grupo arregimentado entre os estudantes secundaristas, composto por Wilmar Alves, João Silva Neto, Aguinaldo Lázaro Leão, entre outros, que igualmente foram presos naquele ano. Segundo seu irmão e ex-militante do Partido Comunista, Paulo Silva de Jesus, ele era o mais novo, mas também muito ativo, conseguindo conciliar trabalho, estudos e a militância, bem como as atividades em apoio ao MDB. Era, então, responsável pela tesouraria de sua base, do Colégio Pedro Gomes, auxiliar na biblioteca do Partido e, recentemente, havia sido eleito para o Comitê Municipal de Goiânia (DELA CORTE, 2013: 383-384; JESUS, 2013: 422; CNV, 2014: 988).

O estudante secundarista foi preso no início de julho, no 10º Batalhão de Caçadores, em Goiânia, e ficou 28 dias incomunicável. Em 9 de agosto a família recebeu o corpo do jovem sem vida, com a explicação de que ele havia se suicidado, enforcado com uma corda de persiana. Seu irmão, Paulo Silva, em depoimento, diz que, por ironia, ele havia ficado recluso na mesma cela, em 1969, devido a sua prisão flagrante no “caso Neiva”, e que nela não havia condições de alguém cometer suicídio:

E eu por acaso tinha sido preso e fiquei preso nessa cela. Que é uma cela que quando você entra preso, eles tiram o cadarço do seu sapato, eles tiram o seu cinto. Não tem persiana, eles não deixam nada que possa facilitar o suicídio ou algum acontecimento. Sempre fazem isso, porque o Estado na verdade é o responsável pela vida de quem ele prende, de quem está sob sua custódia. E eu tinha sido preso ali e não tinha naquela época, quando fui preso há dois anos, não existia persiana e nenhum instrumento. Eles tiram tudo da gente. Até o vaso sanitário dessas celas é daqueles que só coloca o pé, ele é achatado (JESUS, 2013: 422-423).

De acordo com o depoimento de Paulo, o corpo de Ismael Silva foi apresentado aos familiares com todos os indícios de ter sido severamente torturado:

Eles nos entregaram o corpo do Ismael no dia 9 de agosto. E fui eu quem abriu a mão dele. Com 28 dias a unha estava muito grande, e ele estava com a unha cravada na mão. Eu abri a mão dele com muito custo: a unha grande e a mão perfurada, toda característica de retenção de nervo, que seria morte eletrocutada, de tortura. Ele tinha do seu lado direito tudo preto, o seu olho vazado, a mão esquerda quebrada, era possível ver que estava quebrada. Eles nos entregaram o corpo desse jeito. Mas penduraram uma persiana, uma cordinha de persiana no seu pescoço, e o penduraram naquele instrumento de deixar a toalha. Colocaram a corda no pescoço e o deixaram no chão, com os pés estendidos e as mãos encostadas no chão, livres sem estar amarradas. Eu acho muito difícil uma pessoa se suicidar nesse ambiente (JESUS, 2013, 2013: 423).

Poucos dias depois, em 11 de agosto, foi publicada uma nota no jornal O Popular, em que o comandante do 10º Batalhão de Caçadores, coronel Eni de Oliveira Castro, comunicava

a morte por suicídio do estudante e abertura de um IPM para investigar as circunstâncias do ocorrido em dependências militares. A Secretaria de Segurança Pública do estado de Goiás providenciou o exame pericial e o exame necroscópico, realizados pela Polícia Técnica e pela Divisão de Medicina Legal. Os exames registravam com causa da morte asfixia mecânica por enforcamento (CNM, 2014: 987-988). No relatório expedido pelo núcleo de Goiânia do SNI (Serviço Nacional de Informações), consta o seguinte laudo:

a – que o cadáver não apresentava nenhuma equimose ou escoriações e que o corpo se achava suspenso por cordões semelhantes aos usados nas persianas, sendo notada a falta do referido cordão na persiana de um dos aposentos do quartel; b – que foi encontrado no cadáver apenas o sulco duplo proveniente do enforcamento pelo cordão; c – que a morte do epigrafado foi causada por enforcamento, por ele mesmo praticado (*apud* BNM, 2014: 988).

Segundo Paulo Silva, no início dos anos 2000, encontraram uma foto no IML (Instituto Médico Legal) de Goiânia, tirada quando o corpo foi, supostamente, encontrado. Era muito parecida com a foto do jornalista Vladimir Herzog. Nas palavras de Paulo: “é a mesma foto dele, do mesmo jeitinho, pendurado para simular suicídio” (JESUS, 2013: 988). Em depoimento prestado à CNV (Comissão Nacional da Verdade), Aguinaldo Lázaro Leão, amigo de infância e companheiro de militância, estando em serviço militar na época, foi acareado com Ismael, estando encapuzado. Chegou a falar brevemente com Ismael, que tinha a voz rouca e fraca, alegando ter sido torturado e que o braço parecia estar fraturado. João Silva Neto, preso no mesmo período, também relatou à CNV ter sido acareado com Ismael. Também lhe colocaram um capuz, ao contrário de outras acareações pelas quais passou, demonstrando que os militares pretendiam ocultar o estado debilitado de Ismael. Mauro Curado Brom, também em depoimento à CNV, relatou que um companheiro na época, Geraldo Tibúrcio, o tinha confidenciado que Ismael faleceu ao seu lado, na mesma cela, afastando a versão do suicídio (CNV, 2014: 989).

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade concluiu que Ismael Silva de Jesus morreu em decorrência das torturas sofridas, vindo a falecer em 9 de agosto de 1972 no 10º Batalhão de Caçadores, em Goiânia-GO. Os trabalhos da comissão permitiram a identificação parcial de alguns torturadores do 10º BC, mesmo que não ligados diretamente à morte do então estudante secundarista. São eles: major Rubens Robine Bizerril, oficial da 3ª Brigada de Infantaria e encarregado do IPM que investigou as atividades dos comitês municipais do PCB em Goiás; capitão Ailton; capitão Dourado; sargento Marco; e os policiais Xavier e Clemilton, da Polícia Federal em Goiás (CNV, 2014: 989). Os responsáveis nunca foram

presos. Como agravante, o atual presidente da República, e capitão reformado do Exército Brasileiro, eleito em 2018, insiste em dizer que nunca houve ditadura nem tortura durante o Regime Militar brasileiro, instaurado em 1964. Declarações como esta, especialmente vindas do líder máximo da nação, tendem a reforçar a situação de impunidade, em todas as esferas, ao mesmo tempo em que fragiliza nossa democracia.

5.2. A trajetória do PCdoB em Goiás: do marxismo-leninismo ao maoísmo (1963-1966).

5.2.1. A chegada do PCdoB ao estado de Goiás.

No 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado 14 de fevereiro de 1956, o secretário-geral Nikita Krushev, fez uma declaração que provocara debates internos nos Partidos Comunistas do mundo todo. Krushev responsabilizava Josef Stálin, que governou o país de 1922 até a sua morte, em 1953, que ter adotado uma política sistemática de tortura e execução de seus opositores no partido. Aqueles que não eram assassinados se viam obrigados a trabalhos forçados e extenuantes. O secretário-geral, também denunciou a “cruel deportação de povos inteiros” do território soviético, condenando igualmente a “presunçosa imprudência” de Stálin durante a Segunda Guerra Mundial, que teria resultado na invasão da Rússia pelas tropas da Alemanha nazista (MEMORIAL DA DEMOCRACIA).

Tal declaração também surtiu um clima de tensão no alto escalão do Partido Comunista Brasileiro. Dirigentes como João Amazonas e Maurício Grabois, após os debates de 1956 e 1957, mantiveram as posições stalinistas, o que resultou na expulsão dos mesmos do Comitê Central do PCB, em 1960. Em relação a Pedro Pomar, naquele momento dirigente do Comitê Distrital do Tatuapé, em São Paulo, nele igualmente prevaleceu a formação stalinista, o aproximando de Amazonas e Grabois (GORENDER, 1987: 33).

Em 11 de agosto de 1961, no semanário *Novos Rumos* foram publicados Programa e Estatutos do Partido Comunista, dessa vez substituindo as palavras “do Brasil” por “Brasileiro”. Na mesma edição do periódico havia uma entrevista de Prestes, anunciando o encaminhamento dos documentos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na tentativa de se retomar o registro legal do partido. Todavia, a substituição foi em vão, pois o TSE manteve a negação de registro. Diante disso, os stalinistas alegaram infração de princípios por parte do

Comitê Central, tendo o Programa e os Estatutos encaminhados se afastado do marxismo. Também acusavam que, por meio dessa ação, Prestes e seus correligionários haviam renegado o partido fundado em 1922 e criado um novo partido *revisionista* (GORENDER, 1987: 33).

Em reação, João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar redigiram um protesto, que contou com a assinatura de centenas de militantes. Este declarava defender o verdadeiro partido comunista. Em fevereiro de 1962, na reunião da chamada Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, que ficara conhecido pela sigla PCdoB, tornava-se oficial a cisão e existência de dois partidos comunistas no Brasil. O PCdoB se auto proclamou, e o faz até os dias atuais, o mesmo partido comunista fundado em 1922, porém “reorganizado” em 1962 (GORENDER, 1987: 33-34).

Na mesma conferência, o PCdoB aprovou um *Manifesto-Programa*, retomando as teses do Programa do Quarto Congresso do PCB, de 1954. O objetivo principal passava a ser a conquista de um governo popular e revolucionário e repudiou a luta pelas reformas de base. O trabalho imediato deveria ser a instauração do novo regime, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista, o que não seria possível pelo caminho pacífico, e sim pela violência revolucionária (GORENDER, 1987: 34).

O *Manifesto-Programa* reafirmava o alinhamento perante a União Soviética, defendendo que a mesma se mantinha em marcha para o comunismo, como podemos ver no seguinte trecho do documento:

A revolução brasileira se processa numa época de grandes transformações. Países com mais de 1 bilhão de habitantes construíram ou constroem o socialismo. A União Soviética marcha para o comunismo e a China Popular, até há pouco escravizada, forja uma nova sociedade e constitui, hoje, um poderoso baluarte da luta contra o imperialismo (PCdoB, 1962: 47).

No entanto, o PCdoB não foi bem acolhido pelo PCUS, optando, então, pelo alinhamento ao Partido Comunista da China. Em 1963, em artigo, Maurício Grabois mencionou o PCCh como *destacamento de vanguarda e força dirigente da revolução mundial*. No mesmo texto, Grabois valorizava Mao Tse-Tung, como teórico, no nível de Marx, Engels, Lenin e Stalin. Dessa forma, “o maoísmo ganhava difusão institucionalizada no Brasil e atuava como força aglutinadora contra o PCB”. No entanto, a curto prazo o rompimento do PCdoB não afetou diretamente o PCB, que naquele momento estava em plena atividade orgânica (GORENDER, 1987: 34).

Os quadros do PCdoB, até então muito reduzidos, tiveram grande expansão após o Golpe de 1964. No campo da esquerda pós-golpe, quando o assunto em pauta passou a ser a

questão da luta armada, o PCdoB se valorizou por ter sido a favor dela desde a cisão perante o PCB, em 1962, ainda que, segundo Jacob Gorender (1987: 107), sua atuação prática fosse insignificante.

A partir de 1964, o partido recebera quantidade significativa de militantes. A grande maioria dos novos adeptos era proveniente do Comitê Marítimo do PCB, liderado por Luís Guilhardini. Outra importante fonte de adesão foi em meio aos militantes das Ligas Camponesas. Diniz Cabral Filho, de Pernambuco, e Élio Cabral, de Goiás, que foram integrantes do PCB e das Ligas, entraram para o PCdoB antes de 1964. Estudantes de perspectivas mais radicais encontraram no partido um dos pólos de atração.

De acordo com Tarzan de Castro, já citado anteriormente, após sua soltura, depois de ter sido preso por Mauro Borges em Goiás, gradativamente, e com muita discrição, foi voltando para o movimento estudantil, pois era estudante universitário, matriculado no curso de Direito. Naquele mesmo momento, havia sido criado o PCdoB e muitos integrantes das Ligas Camponesas, que faziam críticas ao movimento e tinham um alinhamento mais à esquerda, entraram para o partido. Nas palavras de Castro, o mesmo fora o fundador do PCdoB em Goiás e outros companheiros das Ligas Camponesas e Movimento Tiradentes, como Neso Natal, também se filiaram ao partido:

Grande parte de nós que vínhamos da Liga Camponesa, que tínhamos divergências e tínhamos uma postura esquerdista, entrou para o Partido Comunista do Brasil – Pcdob. Fui fundador do PCdoB em Goiás. O Neso também era parte e já encampamos e fundamos o PCdoB em Goiás e passamos a militar no partido. Isso aconteceu antes do golpe (CASTRO, 2013: 453-454).

A construção do PCdoB em Goiás se deu a partir de uma palestra sobre o socialismo, proferida por João Amazonas no auditório da Faculdade de Direito da UFG, em 1963. Logo após o evento, muitos líderes estudantis se filiaram, como Tarzan de Castro, Élio Cabral de Souza, Diniz Cabral Filho e Neso Natal, que vinham das Ligas Camponesas ou do PCB (FREITAS, 2016: 385). Além destes, integraram o primeiro Comitê Regional do PCdoB:

Divino Ferreira de Souza, Marcantônio Dela Corte, Luiz Vergatti, Brice Cordeiro, Michéas Gomes de Almeida, Joaquina Ramos de Castro, José Rodrigues Neto, João Garcia Barbosa, Otacílio Neves de Souza, Júlio Cabello, Gerson Parreira, Genésio Borges, Geraldo Martins Evangelista, Daniel Ângelo da Silva, Sebastião Tavares de Moraes, Maria Aparecida Copriva, Joaquim Thomaz Jayme, James Allen Luz e outros (FREITAS, 2016: 385).

Consta no relatório de IPM, de 1966, que foi instaurado para verificar as atividades do PCdoB em Goiânia e Distrito Federal, informações detalhadas sobre a estrutura partidária do

PCdoB, bem como as funções de cada nível hierárquico. Sabemos que a obtenção de tais informações foi adquirida por meios arbitrários, como recolhimento de documentos; delações; mas, principalmente, pela confissão dos presos políticos, estas que eram obtidas por meio da tortura. O abuso de poder e a violação dos direitos humanos, denotam a fragilidade dos dados relatados, não devendo tomá-los como verdades absolutas. De acordo com o documento oficial, o Partido Comunista do Brasil, no período em questão, era dirigido por um Comitê Central, localizado na cidade de São Paulo, de onde eram enviadas instruções, por meio de assistentes, aos órgãos que compunham o partido nas demais regiões do país. Nos estados brasileiros o partido funcionava da seguinte forma:

Nos estados a direção partidária é cargo, simultaneamente, dos Comitês Regionais, Municipais e Distritais e, como último elo da cadeia, das Organizações de Base (OB), células do partido que congregam um mínimo de três e um máximo de seis membros. O Comitê Regional do PCdoB, órgão dirigente do Partido nos Estados, é composto de um Secretariado e de Membros Efetivos e Suplentes do Comitê. Ao Secretariado cabe a direção dos trabalhos do Comitê e, para tanto, é constituído por três Secretários (eventualmente quatro), os quais têm as seguintes funções: 1º Secretário – Secretário Político; 2º Secretário – Secretário de Organização; 3º Secretário – Secretário de Educação e Propaganda; 4º Secretário – Tesoureiro. Aos membros do Comitê Regional, por sua vez, cabem as seguintes missões: 1. participar das reuniões do partido; 2. discutir e votar os planos apresentados pelo Secretariado; 3. Estudar o marxismo; 4. Votar nas eleições do partido; 5. Recrutar novos elementos; 6. Dar assistência às Organizações de Base que lhe forem confiadas; 7. Contribuir financeiramente para a manutenção do partido e consecução de seus objetivos; 8. Recolher as contribuições financeiras de sua Base. Às Organizações de Base, são afetas, entre outras, as seguintes tarefas: fazer trabalho de agitação e propaganda entre as massas; recrutar novos membros para o partido; estipular e arrecadar as contribuições dos militantes e desenvolver o trabalho de finanças (BNM_003_1-2, 1966: 674).

De acordo com o “Organograma da estruturação do PCdoB em Goiás na época da fundação do Partido”, anexado ao IPM de 1966, o Comitê Regional do partido era composto pelo *secretariado*, *membros suplentes* e *membros efetivos*. Os cargos de primeiro, segundo e terceiro secretários, eram ocupados, respectivamente, por Luiz Vergatti, Gerson Alves Parreira e Genésio Borges de Melo. A equipe de membros suplentes era composta por João Garcia Barros, Joaquim Thomáz Jayme, Marcantonio Della Corte e Joaquina Ramos de Castro. Já os membros efetivos eram: Júlio Silva Cabello; Divino Ferreira de (...); Micheas Gomes de (...); Otacílio Neves; James Allen Luz e Geraldo Mar(...) (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 424; BNM_003_1-2, 1966: 689).

De início, o dirigente nacional que ficara responsável por dar assistência ao partido em Goiás e Brasília foi Ângelo Arroyo, que, segundo Augusto Buonicore (2016: 403), era um dos militantes mais entusiasmados com a via armada. Desde o *Manifesto-Programa*, de 1962, o

PCdoB se aproximava da constatação da inviabilidade do caminho pacífico para derrotar o imperialismo internacional. O documento que condenava os movimentos pelas Reformas de Base, nos moldes do Governo de João Goulart, afirmava que para resolver os “problemas fundamentais do povo brasileiro” era necessária a instauração do regime socialista por meio da “luta revolucionária”, porém ainda não ficando explícito se essa luta se daria pela via armada (PCdoB, 2006: 33-48).

No entanto, antes mesmo de consumado o golpe militar, o partido procurou acelerar o processo de preparação da luta armada. No mês de março de 1964, seguia para a China o primeiro grupo do partido a realizar o curso político-militar naquele país. De acordo com Buonicore, eram nove militantes comandados por Dynéas Aguiar. Tarzan de Castro, em depoimento, diz que foi um dos integrantes a ir para a China participar do curso de capacitação:

Aí, já ligados à China, em um radicalismo maoísta que não era foco de guerrilha, mas em cima de uma possível guerra de libertação nacional. Era a teoria de Mao Tse Tung, na época defendida pelo Partido Comunista chinês, como se fosse viável no terceiro mundo repetir a experiência chinesa, levando-se em conta a realidade. Era mais racional, era mais pé no chão, mas mesmo assim muita gente ia fazer curso na China. Na China se fazia curso político e curso militar, e eu também fui (CASTRO, 2013: 454).

Outros militantes que seguiram para a China, de acordo com o relatório do IPM instaurado em 1966, foram os membros efetivos do Comitê Regional de Goiás: Divino Ferreira de Souza; Hélio Cabral de Souza e Michéas Gomes de Almeida, o *Zézinho do Araguaia*. O documento faz um resumo de cada um dos denunciados:

5. Divino Ferreira de Souza: membro efetivo do comitê regional de Goiás; tomava parte em reuniões e as fazia em sua casa; fez curso de guerrilha na China Comunista; viajou pelo interior de Goiás doutrinando e aliciando elementos;
 10. Hélio Cabral de Souza: membro do comitê regional de Goiás; fez parte do movimento radical Tiradentes, participando dos treinamentos de guerrilhas em Gurupi, estado de Goiás; fez curso de politização e guerrilha na China Comunista;
 24. Michéas Gomes de Almeida: é membro efetivo do comitê regional de Goiás, tomando parte em reuniões clandestinas; fez curso de capacitação política e militar na China Comunista (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 413, 415).

Segundo Michéas Gomes, no ano de 1964 duas turmas de Goiás foram enviadas para a China. A primeira, composta por Elio Cabral, Gerson Parreira e Tarzan de Castro, viajou antes do golpe militar. A segunda equipe, encaminhada no segundo semestre daquele ano, foi composta principalmente por militantes que entraram para a clandestinidade, após o assalto ao

Tiro de Guerra de Anápolis. Michéias Gomes de Almeida, o *Zezinho do Araguaia*, foi um deles (ALMEIDA, 2013: 391-392).

5.2.2. A filiação de estudantes ao PCdoB.

Os primeiros quadros do PCdoB em Goiás, em sua grande maioria, eram compostos por integrantes do movimento estudantil. Como podemos perceber no relatório do IPM de 1966, o Comitê Central do partido tinha grande interesse no meio estudantil, pois, no início de 1964, João Amazonas retornou à Goiânia para presidir uma reunião da UNE (União Nacional dos Estudantes), também na intenção de arregimentar novos militantes para o partido:

No início do ano de 1964, realizava-se em Goiânia, reunião da UNE de Goiás, comparecendo os acusados Otacílio e João Amazonas, além de outras pessoas não denunciadas. João Amazonas presidiu essa reunião e expôs a necessidade de instalar, em Goiás, o PCdoB, fazendo com que os participantes realizassem articulações no sentido de reativar o Partido Comunista (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 419).

Em seu depoimento ao projeto *Memórias Transcritas*, Neso Natal relatou que, no início da década de 1960, ele chegou a ser expulso do Colégio Atheneu Dom Bosco por conta da sua militância no PCB (Partido Comunista Brasileiro). Naquele período os chamados *revolucionários*, as pessoas de esquerda, estudavam nos colégios estaduais, em especial, no Liceu de Goiânia, para onde Natal se transferiu. A partir de então, ele passou a participar ativamente do movimento estudantil na capital do estado, se engajando em várias causas: campanhas contra o aumento da passagem de ônibus; greves promovidas pela UGES (União Goiana dos Estudantes Secundaristas); greves promovidas pelos motoristas de ônibus, entre outras (NATAL, 2013: 403).

Quando João Amazonas estivera em Goiânia, o então estudante secundarista, começou a achar o posicionamento do PCdoB mais revolucionário e migrou para aquela organização, assim como outros companheiros. Neso Natal ficara encarregado pela função de assistente de bases, recolhendo as contribuições e repassando-as ao partido. Por sua vez, Marcantonio Della Côrte era o responsável pela “Organização de Base”, assim chamada no relatório, do colégio Liceu de Goiânia.

Élio Cabral de Souza, na época estudante secundarista vinculado à UGES (União Goiana dos Estudantes Secundaristas), conta que o movimento estudantil de Goiânia tinha

muita força e chamava a atenção de entidades políticas diversas, inclusive do PCdoB. Porém, segundo ele, a iniciativa da aproximação teria partido dos próprios estudantes goianos, que se sentiam atraídos pela causa da luta armada:

Uma nota que soltávamos era algo fortíssimo, a imprensa publicava na hora. [...] Essa participação no movimento estudantil chamava a atenção de muitos grupos aqui. Participamos da campanha do Mauro Borges. Com essa presença na mídia, presença de destaque na política goiana do movimento estudantil da época, fomos cortejados por tudo que era grupo existente. Trouxemos João Amazonas, e por que fizemos isso? Primeiramente, não foi por ele, nem pelo PCdoB, foi movido pelas divergências sino-soviéticas – divergências da China com a União Soviética. Líamos aqueles 20 pontos que os chineses escreveram criticando o Partido Comunista da União Soviética. Discutíamos aquilo e achávamos que estavam corretos. O PCdoB distribuía esse material e achamos muito interessante, pois o PCdoB era aliado da China e defendia a luta armada. Nós éramos pela luta armada. Nesse momento já éramos pela luta armada. Isso já nos atraía (SOUZA, 2013: 102).

Segundo Zézinho do Araguaia (2013: 389, 390), que também fora militante do movimento estudantil e integrante da UGES, o maior movimento estudantil brasileiro na década de 1960 aconteceu no estado de Goiás. Em 1962 ele e outros estudantes aderiram ao PCdoB para se prepararem para a luta armada. No entanto, sua intenção não era se preparar para movimentos armados como a Guerrilha do Araguaia, e sim ajudar José Porfírio, em Trombas e Formoso, no movimento pela reforma agrária.

Esse comportamento demonstra que a militância do PCdoB, em Goiás, mesmo sendo composta majoritariamente por estudantes, também se engajava, minimamente, pelas causas do meio camponês. Élio Cabral (2013: 103-104), chegou a atuar no projeto de alfabetização de adultos de Paulo Freire. Ele fora contratado para trabalhar na fundação Brasil Central com Paulo Freire, onde fez um curso com aquele famoso pedagogo brasileiro. Na década de 1960, o percentual de jovens e adultos analfabetos era muito alto, principalmente no meio rural, e essas pessoas não consideradas cidadãs, pois não podiam votar, nem se candidatar a cargos políticos. Dessa forma, o método de Paulo Freire também tinha como objetivo a *conscientização política*.

Esse método, a princípio era voltado para o meio urbano. Então, Freire recrutou pessoas com entendimento no meio rural para ajudá-lo a fazer uma adaptação desse sistema de ensino, de forma que pudesse ser aplicado no campo. Élio Cabral foi um dos escolhidos para ajudar nesse processo, porque teve uma vasta experiência na zona rural além de ter grande interesse por assuntos relacionados às causas camponesas:

[...] eu era um estudioso do campo, eu sabia, tinha na cabeça toda a realidade, todos os livros sobre reforma agrária, minha origem estava no campo, onde vivi por

muitos anos. Eu que tinha um entendimento do problema camponês, gostei muito da experiência. Fizemos um levantamento, montamos um núcleo, formamos cerca de 80 orientadores para trabalhar no campo, nas comunidades, ligas e associações camponesas. Naquela época ainda não existiam os sindicatos, estavam começando a se sindicalizarem. Era um projeto grandioso para acabar com o analfabetismo no Brasil. Era rápido e barato, quase de graça. Porém, foi abortado. Quando voltávamos para o campo e começávamos a experiência, veio o obscurantismo com o golpe militar (SOUZA, 2016: 104).

A intenção de erradicar o analfabetismo no campo e, ao mesmo tempo, promover a conscientização política naquele meio, também tinha por objetivo aflorar o potencial revolucionário da população campesina do estado. Com a vitória da luta dos posseiros em Trombas e Formoso, partidos e organizações de esquerda do Brasil todo, passaram a enxergar os camponeses com outros olhos. Também havia a influência de histórias contadas sobre a Revolução Cubana, em que estudantes apoiados pela massa camponesa teriam conseguido encerrar um regime ditatorial, implantando o socialismo. Por sua vez, após sua fundação o PCdoB se alinhara à China, aderindo ao marxismo-leninismo *maoísta*, que defendia como estratégia a *guerra popular*, a ser executada por meio do *cercos das cidades pelo campo*. A perspectiva de guerrilha rural já vinha sendo vislumbrada pelo PCdoB, o que justifica a aproximação de alguns militantes goianos perante a população camponesa.

Mao Tsé-Tung, em declarações, que posteriormente foram organizadas no chamado *O Livro Vermelho*, alegava, na década de 1930, que a guerra revolucionária era uma guerra de massas. Esta só poderia acontecer com a mobilização e apoio das massas, onde estava a maior força revolucionária. É importante lembrar que, no período em questão, a população chinesa, em sua grande maioria, era composta por camponeses:

A maior fonte de energia para a guerra está nas massas populares. E principalmente por causa do estado de inorganização das massas populares chinesas que o Japão ousa nos violentar. Assim essa falha foi eliminada, o agressor japonês, tal como um búfalo selvagem caída num anel de fogo, vai se ver cercado pelas centenas de milhões de homens que constituem o nosso povo em pé, bastando que gritemos para que ele se lance em pânico na fogueira, e seguramente morrerá queimado (TSÉ-TUNG, 2010: 49).

Em agosto de 1964, após a instauração do Regime Militar no Brasil, a Comissão Executiva do PCdoB lançou um documento, com o objetivo de fazer uma análise do golpe, que, para a comissão teria implantado uma ditadura militar de caráter reacionário e imperialista a serviço dos interesses estadunidenses. Logo no primeiro ponto das *Lições e experiências do movimento democrático e anti-imperialista*, fica explícita a conclusão de “inviabilidade do caminho pacífico”, fazendo uma contraposição à linha do PCB. A nova

conjuntura exigia permanente atividade nas organizações de massas, empregando formas legais e ilegais de luta. Seria urgente a “tomada de medidas concretas visando ações armadas”. Outra conclusão chegada no documento é em relação à importância das classes camponesas para a revolução: “A questão camponesa é o problema-chave da revolução. O menosprezo pelo movimento camponês, como principal base de apoio das forças revolucionárias, constituiu, também, um dos motivos do retrocesso do 1º de abril” (PCdoB, 1964).

No entanto, a adesão ao maoísmo e a análise de conjuntura do pós-Golpe, não impediram que o PCdoB desenvolvesse ações armadas no meio urbano e, ao mesmo tempo, desconectadas das massas. Esse foi o caso do assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis.

5.2.3. O assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis.

O Regime Militar já havia decretado a cassação de alguns governadores, como Miguel Arraes em Pernambuco; Sampaio Dórias, de Sergipe, Badger da Silveira, do Rio de Janeiro; e voltava seus olhos sobre Mauro Borges, de Goiás, ainda que tivesse apoiado o golpe militar. No entanto, ele estava na mira dos militares devido ao seu expressivo apoio ao Movimento pela Legalidade, ao lado de Leonel Brizola, para a garantia da posse de João Goulart, em 1961. Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) buscaram de todas as formas, inclusive torturas, acusarem o governador pela participação em atividades tidas como subversivas (BUONICORE, 2016: 403-404). Segundo Tarzan de Castro (2013: 456-457), fora preso em 1964 pela polícia do Governo, no município de Piranhas. Essa prisão teria sido a mais difícil, porque ficou recluso quase um ano. Somado a isso, os militares o torturaram na tentativa de forjar um depoimento que incriminasse Mauro Borges como líder das Ligas Camponesas em Goiás:

[...] eles me pegaram no CEPAIGO e me levaram para o 10º BC, que é o quartel do Exército, para ser torturado, por ironia, para que eu denunciasse Mauro. [...] me levaram para o Exército para ser torturado para que denunciasse o Mauro como chefe da Liga Camponesa e uma porção de “baboseiras”. Eles arrumaram um álibi, montaram um aparato monstruoso e queriam encaixar os personagens para que todos denunciassem o Mauro (CASTRO, 2013: 457).

Até o dia da intervenção, que ocorrera em novembro de 1964, Mauro Borges prometia resistir e não renunciar ao cargo sem lutar. Ao mesmo tempo, ocorreram várias manifestações

populares na capital do estado, em apoio ao governador. O discurso se tornava cada vez mais radical, no sentimento de armar a população, e começaram a aparecer voluntários. Diante desse clima de tensão, alguns militantes do PCdoB começaram a se preparar para uma possível resistência armada contra a intervenção dos militares em Goiás. A expectativa é que a resistência poderia desencadear uma luta mais ampla e radicalizada contra a ditadura. Nas palavras de Augusto Buonicore (2016: 405): “A *guerra popular* já povoava as cabeças daqueles militantes. Mas, antes de tudo, era preciso conseguir armas”. Logo, surgiu a ideia de assaltar o Tiro de Guerra de Anápolis, que não tinha segurança adequada contra ações desse tipo.

Deduz-se que a operação tenha sido autorizada pelo então dirigente Ângelo Arroyo, membro da Comissão Executiva do PCdoB e orientador do Comitê Regional de Goiás. Michéas Gomes comentou em depoimento que Ângelo Arroyo esteve diretamente envolvido na articulação do assalto, porém, sua substituição por Luiz Vergatti teria atrapalhado o planejamento da ação:

Quando estávamos nesse “vai, mas não vai”, o Arroyo nos orientou a fazer um levantamento nos quartéis para preparar o povo para o apoio a Mauro Borges. [...] Quando estávamos esquematizando, o Ângelo Arroyo teve que sair e quem ficou em seu lugar foi o Luiz Vergatti. Tivemos que mudar todo o projeto, o projeto foi virado de ponta a cabeça (ALMEIDA, 2013: 390-391).

Em entrevista concedida a Buonicore, Neso Natal teria afirmado que o papel de Arroyo foi o de apoiar a ideia elaborada por ele. Primeiramente, ele foi ao Tiro de Guerra em Anápolis – GO, fazer o levantamento das possibilidades reais de executarem a ação. Depois disso, ele teria levado a proposta a outros companheiros. Ele alega que o plano, que ocorrera na madrugada do dia 14 de novembro, foi colocado em prática por 5 pessoas: Daniel Ângelo; Belmiro Vieira; José Jaime; Miguel Batista de Siqueira, o motorista, e ele mesmo (NATAL, 2018). Apenas Belmiro e ele eram militantes efetivos do PCdoB. Os demais, com exceção do motorista, haviam entrado no partido recentemente.

A operação em si foi um sucesso. Não havia nenhuma segurança no local. O único trabalho que tiveram foi carregar o armamento para o carro. Neso Natal dá mais detalhes sobre o armamento expropriado:

Foram sessenta e seis fuzis; eram sessenta e cinco mais um que era nosso, sessenta e seis. Conseguimos munições, granadas para serem recuperadas, cunhete de balas, telefones de campanhas, cintos, baionetas e transportamos tudo em um carro para Goiânia. Os fuzis tipo 1908, eram às vezes criticados, mas não significava que eles eram de 1908. Eram fabricados em Itajubá e até hoje é utilizado em demonstrações

no DGP em Brasília; eram fuzis de cinco tiros da Guarda Presidencial. Falavam que eram fuzis que não atiravam, mas esses eram os utilizados (NATAL, 2013: 404).

Na manhã seguinte, tropas do Exército se deslocaram até Anápolis e colocaram barreiras em todas as estradas, fechado o acesso ao aeroporto. Mauro Borges reagiu declarando que “o furto de armas em Anápolis não passava de uma farsa destinada a precipitar as perseguições por parte dos duros que queriam vê-lo derrubado da chefia do executivo estadual” (BUONICORE, 2016: 406). Flávio Tavares, um jornalista bastante combativo, que depois entraria para a luta armada, se apressou em dizer que aquilo não passava de uma armadilha montada pelos próprios militares. Em sua coluna no Jornal Última Hora escreveu:

Ninguém – ou quase ninguém – em Goiás levou a sério o roubo de fuzis do Tiro de Guerra de Anápolis. Das 62 peças misteriosamente desaparecidas não mais de 3 ou 4 estariam em condições de funcionar [...]. Tudo parece tratar-se de uma típica provocação, minuciosamente engendrada e preparada, com o que cristalizaria a ideia de que Goiás se transformara num centro de ação de guerrilheiros” (TAVARES *apud* BUONICORE, 2016: 406).

O armamento foi alocado na casa de Belmiro, que ficava na avenida T-30. Segundo o plano original, o assalto deveria provocar uma reação em cadeia. Outro grupo, o qual eles desconheciam, recolheria as armas para realizar outros assaltos (NATAL, 2013: 405). No entanto, de acordo com seu depoimento mais recente ao documentário *Ditadura: um passado sombrio*, organizado por Renato Dias, de Neso Natal (2018) fala que quando chegaram em Goiânia com as armas, a orientação do partido já era outra. Entraram em contato com o Comitê Regional e o novo orientador, Luiz Vergatti, e “não queriam nem saber”. Nas palavras do ex-militante do PCdoB, “amarelaram”, “demonstravam que nem os conheciam”. Como foi dito anteriormente, segundo Zezinho do Araguaia (2013), a troca de dirigentes teria alterado e prejudicado a execução do plano.

Amedrontado pelo clima de terror instaurado na capital do estado, o motorista da operação se apresentou aos órgãos de segurança do estado e delatou o esquema. Em 16 de novembro, dois dias após o assalto, a polícia goiana prendeu o grupo e apreendeu o armamento. Após isso, foi lançada uma nota ironizando o fato de os policiais terem levado um fuzil a mais, e mais moderno, que pertencia aos militantes locais do PCdoB. Era um dos que sobraram de outro assalto ao quartel, ocorrida no ano anterior durante o levante dos sargentos em Brasília (BUONICORE, 2016: 408).

De acordo com Neso Natal, o assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis antecipou a intervenção militar no estado de Goiás. Goiânia já estava cercada. No dia 26 de novembro, o general Castelo Branco determinou a intervenção no estado e a cassação do mandato de Mauro Borges. Segundo Buonicore, a única reação foi a de um civil que agrediu o oficial no momento de entrega do ultimato ao governador.

Natal, que ficou preso por cinco meses, de novembro de 1964 a abril de 1965, e saiu por meio de um habeas corpus, faz um balanço negativo a respeito do assalto e sua repercussão. Com relação àquela ação, em declaração mais recente ele diz que fora mal planejada e precipitada: “Foi uma coisa, assim, muito precipitada. E inclusive o motorista não tinha nada a ver com a gente, com o partido, nada. Então, foi um negócio assim, estúpido” (NATAL, 2018). Posteriormente, o PCdoB tentou afastar-se completamente da imagem do assalto ao Tiro de Guerra, não incorporando o acontecimento à história do partido ou mesmo da resistência à ditadura militar. Segundo Buonicore, a mudança de posição do partido na região, representada pela substituição de Arroyo por Vergatti, demonstra que possivelmente a direção nacional do partido não tenha aprovado a ação (BUONICORE, 2016: 408-409). Neso Natal, anos depois, fizera um desabafo sobre a falta de respaldo e distanciamento, tanto por parte do partido, quanto de antigos companheiros:

[...] tivemos um sentimento de que as pessoas, de uma forma geral, fugiam de qualquer situação que as aproximasse daquela ação. Inclusive houve um encontro com alguns companheiros que agiram como se não nos reconhecessem. Ficamos e uma situação complicada. Em suma, a nossa ação foi desprovida de qualquer respaldo partidário, sobretudo no momento seguinte (NATAL apud BUONICORE, 2016: 408).

Após o assalto e a prisão dos envolvidos, houve uma desarticulação de todo o comando do PCdoB no Centro-Oeste. Segundo Michéas de Almeida, após ter visitado os companheiros na prisão não teve condições de permanecer no país, pois além de ter sido marcado pelos policiais, não podiam nem mesmo atuar no movimento estudantil com a mesma liberdade. Imediatamente Michéas e Divino Ferreira⁵⁴ saíram de Goiás.

⁵⁴ Divino Ferreira de Souza estudou na Escola Técnica do Comércio de Campinas, onde participou de greves e se tornou uma liderança no movimento estudantil de Goiânia. Foi integrante de destaque da UGES (União Goiana dos estudantes Secundaristas), atuação que o encaminhou à intensa militância política que desempenharia até o fim de sua vida. Filiou-se ao PCdoB, sendo encaminhado para realizar curso político e militar na China, em 1966. No ano seguinte, em viagem de volta para o Brasil ficou sabendo que ele e os demais companheiros que tinham ido para o país comunista estavam na mira do aparato repressivo do Regime Militar. Então, fora obrigado a entrar para a clandestinidade. Recebeu orientações do partido para instalar-se no interior de Goiás e, posteriormente, na região do Rio Araguaia, no Pará, a fim de compor o “Destacamento A” entre os quadros da Guerrilha do Araguaia. Divino Ferreira é um morto e desaparecido político, vítima do Regime Militar brasileiro. De acordo com relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o assassinato de Divino, entre outros

Posteriormente, ambos fizeram parte da segunda turma que foi para a China (ALMEIDA, 2013: 391-392).

5.2.4. Da retração à derrocada do PCdoB no estado de Goiás: os IPM's de 1966.

Após a prisão dos envolvidos no assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis e importantes líderes do partido, como Tarzan de Castro, além da intensa vigilância por parte dos órgãos de repressão, muitos militantes do PCdoB entraram para a clandestinidade. Em 1965, o clima de perseguição e a evasão dos militantes provocou drástica redução nos quadros e, conseqüentemente, a retração do partido no estado de Goiás.

Quando Neso Natal saiu da prisão, em Brasília, em 1965, foi morar em Ceres, cidade onde residiam seus pais. Em pouco tempo apareceram em sua casa o Capitão Fleury⁵⁵ e sua equipe para colherem um depoimento. Os militares ainda não sabiam que o assalto ao Tiro de Guerra havia sido planejado e executado pelo PCdoB. Acreditavam que havia sido uma ação voluntária isolada, organizada por um grupo de estudantes de Goiânia. Ficou com medo de ter sido identificado como militante do partido, porque no mesmo período outros companheiros haviam sido presos. De fato, os agentes haviam descoberto sua ligação com o PCdoB, o que culminou em sua posterior fuga e exílio no Uruguai:

Eles me perguntaram se eu estava pronto para ir para a China. Identificaram que eu era do PCdoB em 1965; identificaram minha ligação com o Gerson, com o Tarzan e com esse pessoal todo. Havia um pessoal que já havia ido para a China. Foram a Ceres, me prenderam por um dia para colher o depoimento e me soltaram. Logo depois voltaram de novo para me prender. Quando percebi fui imediatamente embora. Fui para o Uruguai, os Tupamaros estavam em luta e foi muito difícil manter contato com o pessoal. Fiquei em Livramento, ali tinha o partido e fiquei na casa de um companheiro. De Livramento fui para o Rio de Janeiro, mais ou menos no final de 1966 (NATAL, 2013: 407).

Gerson Parreira, secretário do Comitê Regional de Goiás, regressou do curso de capacitação política e militar na China por volta de janeiro de 1966. Chegando a Goiânia, recebeu do Comitê Central a missão de: “fazer um levantamento da situação do Partido em

guerrilheiros, ocorreu em 13 de outubro de 1973. Depois de terem matado alguns porcos para comerem, por volta das 12 horas, ouviram um barulho e os soldados apareceram atirando sobre o grupo. Apenas João Gualberto Calatrone escapara com vida (CNV, 2014: 1335-1336).

⁵⁵ O Capitão do Exército Marcus Antônio Fleury foi um dos nomes mais temidos pela esquerda goiana durante a ditadura militar. O capitão da Infantaria do Exército também foi chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações) em Goiás. Ele também dirigiu a regional da Polícia Federal em Goiás, a Metago e a antiga Companhia Telefônica de Goiás (Cotelgo), onde se aposentou (LISITA, 2012).

Goiás, com o objetivo de elaborar um plano de trabalho, procurando aplicar os ensinamentos recebidos nas escolas do Partido Comunista da China”. (BNM_003_1-2, 1966: 684).

Após o levantamento, concluíram que o PCdoB tinha se desenvolvido pouco em Goiás e foi elaborado um plano de trabalho para intensificar o trabalho de arregimentação de militantes em Goiânia e no interior do estado. Esse trabalho deveria ser feito, principalmente, na região de Trombas e Formoso, devido à presença das condições *objetivas* e *subjetivas* para a preparação de futuras guerrilhas, no que se refere à condição geográfica e ser habitada por uma população camponesa com histórico de luta. A partir de então, foi intensificado o trabalho dos quadros dirigentes, na tentativa de ampliar o partido. Gerson Parreira e Luiz Vergatti passaram a fazer viagens frequentes ao interior do estado, principalmente aos municípios de Anápolis, Pires do Rio, Santa Helena de Goiás, Jataí e Campinaçu, com o objetivo de: “difundir e ampliar as Organizações de Base, bem assim de intensificar o recebimento de contribuições financeiras” (BNM_003_1-2, 1966: 685). Outros militantes do partido, como Genésio de Melo, Marcantônio Della Corte e João Garcia desenvolviam atividades semelhantes, porém em Goiânia.

Em Anápolis, Luiz Vergatti teria delegado ao recém-filiado José Rodrigues Neto a tarefa de promover a unificação entre os partidos de esquerda da cidade, a começar pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro). Para tal objetivo, de acordo com o primeiro relatório de IPM, instaurado aquele ano para averiguar as atividades do partido em Goiás e no Distrito Federal, teria sido criada uma Comissão de Unificação dos Partidos de Esquerda, que, no entanto, não teve êxito no cumprimento da tarefa (BNM_003_1-2, 1966: 685).

Com o objetivo de “dar um balanço na situação do partido em Goiás, bem assim, para cumprir outros objetivos”, foi realizada em Goiânia, entre abril e maio de 1966, por determinação do Comitê Central do PCdoB e com a assistência de Pedro Pomar – do Comitê Central – a Conferência Regional Pró VI Conferência Nacional do Partido. Para tal reunião, foram convocados tanto os militantes de Goiânia, quanto os líderes partidários das cidades do interior, principalmente das cidades de Anápolis, Pires do Rio e Jataí. Os participantes chegaram à conferência em carros guiados por motoristas instruídos para seguirem as diretrizes de segurança. Foram dadas várias voltas nas imediações, para que os integrantes não reconhecessem o local do *aparelho* utilizado. Na reunião, que foi presidida por João Garcia Barbosa e durou um dia inteiro, foram organizadas diversas comissões, entre elas as de “Apurações, Finanças, Organizações de Base e Imprensa” (BNM_003_1-2, 1966: 685-686). Também foi eleito um novo Comitê Regional, composto pelos seguintes integrantes:

a) Secretariado: 1º secretário – Luiz Vergatti, 2º secretário – Gerson Alves Parreira, 3º secretário Genésio Borges; b) Membros Efetivos do Comitê: Divino Ferreira de Souza, Micheas Gomes de Almeida, James Alen Luz, Otacílio Neves de Souza (de Pires do Rio), Geraldo Martins Evangelista (de Catalão), Júlio Silva Cabello, (“Miguel” – integrante do PCdoB, mandado de São Paulo pelo Comitê Central, para auxiliar Luiz Vergatti na direção do Partido) e Leopoldo Nonato de Oliveira, que não compareceu à Conferência e nem aceitou o cargo; c) Membros Suplentes do Comitê: João Garcia Barbosa, Joaquim Thomaz Jayme, Marcantônio Della Corte e Joaquina Ramos de Castro (de Jataí) (BNM_003_1-2, 1966: 686).

Genésio foi indicado para delegado da VI Conferência Nacional do Partido, ficando Gerson como suplente. Porém, este último teria feito uma manobra para conseguir ir à conferência no lugar de Genésio. Por fim, Gerson também não conseguiu ir ao evento, porque houve um desencontro com o contato que o conduziria ao *aparelho*. Segundo o relatório do primeiro IPM, esse desencontro foi aparentemente proposital, por determinação do Comitê Central (BNM_003_1-2, 1966: 686).

Ao final de julho de 1966, houve outra reunião do PCdoB de Goiás, a Reunião Plenária Regional de Anápolis, realizada na própria residência de José Rodrigues Neto. Essa reunião, que contara com a assistência de Pedro Pomar e a presença de cerca de quarenta participantes de Goiânia e do interior do Estado, foi convocada com o objetivo de discutir e aprovar os *Estatutos do PCdoB* e o documento *União dos brasileiros para livrar país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*, que foram lançados e aprovados na VI Conferência Nacional do Partido. Entre os presentes estavam: Pedro Pomar, Luiz Vergatti, Júlio Silva Cabello, Gerson Alves Parreira, Genésio Alves de Melo, James Alen Luz, Joaquim Thomaz Jaime, João Garcia Barbosa, Otacílio Neves de Souza, Marcantônio Della Corte, Joaquina Ramos de Castro, José Rodrigues Neto, João de Souza Neto (de Pires do Rio) e Ivair Lima (o documento realça o fato de ser menor de idade) (BNM_003_1-2, 1966: 687).

De acordo com o relatório, após essa reunião, a atividade do PCdoB, em Goiás, que já era pequena, tornou-se praticamente nula (BNM_003_1-2, 1966: 687). Em outro IPM, instaurado naquele mesmo ano, consta que após uma onda de prisões aos militantes do partido, o Comitê Metropolitano Provisório teve as atividades paralisadas (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 418). De início, foram presos Gerson, James Alen e Thomaz Jayme e logo João Garcia Barbosa, Otacílio Neves, Marcantônio Della Corte, Geraldo Martins Evangelista e José Rodrigues Neto, todos indiciados no primeiro inquérito, mais detalhado e extenso (BNM_003_1-2, 1966: 687). Os que não foram mencionados, já haviam fugido de Goiás para a clandestinidade.

Os órgãos de informação e inteligência só voltariam a emitir novos documentos sobre a atuação do PCdoB em Goiás, na década de 1980, no processo de reabertura do Regime

Militar. Ainda assim, esses documentos são reedições das fichas dos indiciados nos processos de 1966 ou anteriores. Segundo Marcantônio Dela Corte⁵⁶, que esteve preso por dois anos, após sua vinculação no IPM, o PCdoB caiu em 1966, em Goiás. Essa desarticulação prematura teria ocorrido devido à delação de todo o quadro militante por parte dos primeiros enquadrados, porém ele afirma que esse fato não é passível de julgamentos devido às circunstâncias em que foram obtidas essas confissões:

Quatro importantes companheiros foram presos e eu gostaria de dizer que é muito complicado alguém julgar o outro. Tenho na minha mente que ninguém entrou obrigado em uma luta clandestina, uma luta contra o governo. Quem fez, o fez de forma espontânea e voluntária. Era uma luta voluntária. Você entra e você sai. Você fica, ou você não fica. Em uma luta voluntária, é claro, que existem determinados princípios que norteavam e ainda norteiam um militante comunista, um militante socialista, um militante de esquerda. Mas só quem passou por um inquérito, por IPM, só quem passou pelo processo inquisitorial sabe como as coisas acontecem. Formas de torturas existem várias, imensas, desde a psicológica à física; e é muito complicado chegar e julgar um companheiro, se ele foi ou mais ou menos resistente (DELA CORTE, 2013: 375).

Temos a ciência de que a suspensão das atividades do PCdoB em 1966, em Goiás, se deu principalmente devido à investida dos órgãos de repressão vinculados ao Regime Militar brasileiro. Com o Golpe de 1964, a existência do partido – bem como a dos demais organismos políticos, à esquerda ou à direita, institucionais ou não – foi tida como ilegal, sendo criminalizados, até mesmo, meios pacíficos de movimentação política. Todavia, no que se refere à fragilidades que o partido possa ter apresentado, acreditamos que a desarticulação do PCdoB, no estado de Goiás, tenha se dado, por três fatores: com a descoberta do envolvimento de militantes do partido no assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis, os militares redobram a atenção sobre a organização; ao mesmo tempo, não houve renovação de seus quadros militantes, em termos quantitativos; e à falhas no sistema de segurança.

Antes mesmo de 1964, a quantidade de militantes do PCdoB em Goiás era muito reduzida e o Golpe Militar e, consecutivamente, o assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis, desencadearam a prisão, exílio ou o deslocamento de importantes militantes, como Tarzan de Castro, Micheas Gomes, Neso Natal, entre outros. Nos anos seguintes, também devido à vigilância e perseguição política, a renovação de militantes foi muito pequena, dando-nos a seguinte impressão: o Comitê Regional evitou fazer arregimentações no movimento estudantil secundarista, maior fonte de militantes em Goiás, naquele momento; devido à experiência do

⁵⁶ Marcantônio Dela Corte é historiador, um dos organizadores e ex-presidente da ANIGO (Associação dos Anistiados, Cidadania e Direitos Humanos do Estado de Goiás).

assalto ao Tiro de Guerra, ou devido à predominância de outras organizações de esquerda no movimento estudantil, naqueles anos.

No que se refere à questão do sistema de segurança aplicado pelo PCdoB, em análise dos inquéritos, verificamos que, aparentemente, os militantes ainda não usavam codinomes, a fim de preservar suas identidades, impedindo possíveis prisões. Outras organizações da Nova Esquerda brasileira, como a Ação Popular (SILVA, 2016), não tardaram a aderir a esse sistema, bem como a outras técnicas de “sobrevivência” na clandestinidade, o que fica claro nos documentos oficiais, em que são citados constantemente os codinomes dos militantes. Com relação à segurança, Euler Ivo Vieira (2015), que foi militante tanto da AP, quanto do PCdoB em Goiás, em entrevista concedida à autora, comentou que o sistema de segurança deste último melhorou com a incorporação de quadros da Ação Popular, demonstrando que a segurança do partido provavelmente era precária:

Então, a Ação Popular desenvolveu uma técnica de resistência de clandestinidade que quando a AP se integrou ao PCdoB nós viemos a nos deparar com o fato de que a técnica de AP era muito mais sofisticada do que a técnica do PCdoB (VIEIRA, 2015).

No entanto, mesmo levantando as possíveis razões que teriam contribuído para a desarticulação antecipada do partido em Goiás, é importante ressaltar que, a partir da VI Conferência, de 1966, houve um esvaziamento das atividades do PCdoB no meio urbano, em todo o país.

A Resolução Política, aprovada na Conferência, intitulada *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*, é bastante contraditória, pois, de acordo com Jacob Gorender (1987: 107), defendia aplicação de táticas opostas. Diante disso, o texto provocou divergências no interior do partido, que dariam origem a duas organizações: a Ala Vermelha⁵⁷ do PCdoB (PCdoB-AV) e o PCR (Partido Comunista Revolucionário).

Por meio da análise de conjuntura feita pelo partido, a causa do golpe foi atribuída aos interesses reacionários e imperialistas, que foram implacáveis contra a ala progressista do Governo Goulart. Na primeira parte do documento percebe-se a afirmação de que, apesar da ditadura militar, ainda havia oportunidades de atuação legal e de movimentos de massa. (GORENDER, 1987: 107-108). No trecho do documento em que são expostas as possíveis

⁵⁷ Há informações que alguns ex-integrantes do PCdoB, em Goiás, se filiaram à Ala Vermelha, como Joaquim Thomaz Jaime e Élio Cabral. Porém, não há indícios que essa militância tenha ocorrido nos limites do estado. Por exemplo, em depoimento, Cabral relata que sua atuação na Ala Vermelha se deu em São Paulo, na clandestinidade. Quanto à Thomaz Jaime, não encontramos documentação que comprove tal envolvimento.

formas de luta a serem orientadas pela vanguarda do partido, os primeiros pontos exemplificam o apelo às vias legais de luta:

Concentrando sua atividade contra a ditadura, as massas recorrem a várias formas de luta. Apesar do regime atabaliário que impera no país, ainda há condições de utilizar formas abertas de atuação. Desfiles, comícios, greves, marchas contra a carestia, assembleias sindicais, paralisações parciais de trabalho tem sido usadas pelos estudantes, trabalhadores e donas-de-casa. O emprego destes meios de luta estão relacionados com a situação política e as condições concretas de cada lugar. Às vezes há ambiente mais favorável em um estado do que em outro para desencadear ações populares. As massas podem ir forçando o uso dos direitos democráticos (PCdoB, 1966: 92).

De formas de luta centradas nas vias legais, a Resolução passa, de imediato, à proposta revolucionária via *guerra popular prolongada*. Nesse documento ficou definido que o ambiente principal da luta armada seria o campo, seguindo-se a recomendação de dar atenção primordial às regiões rurais e nelas concentrar o esforço de construção do partido. Essa indicação, que foi repetida nos documentos posteriores, motivada pela imitação do PCCh (Partido Comunista Chinês) e inspirado em Mao, o PCdoB reduziria suas atividades nos centros urbanos, se fazendo ausente no meio operário. Diante da intensificação dos movimentos de massas das grandes cidades em 1968, o partido se limitou a declarar que tais ações nos centros urbanos não teriam eficiência (GORENDER, 1987: 108). Essa perspectiva tática fica bastante clara no seguinte trecho do documento aprovado no VI Congresso:

A ideia de que é indispensável empunhar armas para libertar o país do atraso e da opressão vem ganhando força. [...] A luta revolucionária em nosso país assumirá a forma de guerra popular. Esta constatação dimana tanto da experiência internacional quanto do estudo da realidade brasileira [...] A guerra popular é o caminho para a emancipação dos povos oprimidos nas novas condições do mundo. É a maneira atual de enfrentar e derrotar os opressores. Não é o caminho clássico da greve geral política e da insurreição nas cidades, tal como ocorreu na antiga Rússia, mas o da luta armada que paulatinamente, vai-se estendendo até abarcar a maioria do povo. No curso da guerra popular, as greves gerais e os levantes nos grandes centros poderão surgir. Não constituirão, no entanto, a sua característica dominante. [...] A concepção de guerra popular pressupõe intenso trabalho político e de organização entre as massas. Implica a necessidade de organização entre as massas. Implica a necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo. Envolve a compreensão de que os camponeses pobres e os assalariados agrícolas constituem o grosso das forças armadas populares, que o cenário principal do choque armado é o interior do país e que a luta será dura e prolongada (PCdoB, 1966: 93-95).

Nos anos seguintes o PCdoB concentrou suas forças na preparação da Guerrilha do Araguaia, na região do Bico do Papagaio, entre os estados do atual Tocantins e o Pará. Dois militantes goianos foram deslocados para essas regiões: Michéas Gomes de Almeida, o

Zezinho do Araguaia e Divino Ferreira de Souza, de codinomes Nunes e Goiano. Em relatório da Comissão Nacional da Verdade, entregue em 2014, ficou comprovado que Divino foi assassinado em 1973, no Pará, em decorrência da investida das forças militares. Seus restos mortais ainda não foram localizados.

5.3. A ALN em Goiás: tardia, breve e conturbada experiência.

5.3.1. Marighella e a trajetória da organização a nível nacional.

No processo de retração do PCB (Partido Comunista Brasileiro), após o Golpe de 1964, novas organizações surgiram de suas próprias fileiras. A mais importante delas foi a ALN (Ação Libertadora Nacional), vinculada aos nomes de Carlos Marighella e Câmara Ferreira. No entanto, essa foi a última organização a se organizar em Goiás. Na verdade, perceberemos durante a análise das fontes, que essa experiência de militância não passou de uma tentativa. Como um último suspiro revolucionário no sertão do Brasil.

A direção central do PCB não foi capaz de realizar uma autocrítica eficaz perante os desafios impostos pela ditadura militar. Segundo esta, coube ao “esquerdismo” a responsabilidade pelo golpe. Para outros militantes entre as fileiras do partido, a culpa foi do “direitismo”. Para os primeiros, era necessário expulsar os líderes nacionalistas e comunistas que pretenderam ir longe demais. No segundo caso, reivindicavam o desligamento dos dirigentes do PCB, especialmente de Prestes. De ambos os lados era comum a ideia de que a derrota podia ser explicada por uma falha da direção política. A autocrítica não foi feita, o que resultou em oposição, provocando novos rachas. Assim que nasceu a chamada *Corrente Revolucionária* (REIS FILHO, 1990: 47).

Segundo Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas* (1987: 94), de 1965 até um pouco antes de sua morte, ao final de 1969, Carlos Marighella, antigo dirigente do PCB e um dos mentores da Corrente Revolucionária, elaborou e orientou um modelo do militante revolucionário, dinâmico e prático, por meio de uma vasta produção literária. O pensamento que deu origem e forma à ALN está expresso em seus escritos, assinados e não-assinados.

O texto *Porque resisti à prisão* começou a circular no segundo semestre de 1965. O volume que tem 141 páginas é dividido em dezoito capítulos, em que, de acordo com Gorender, os dois últimos são muito antagônicos em relação às anteriores, dando a impressão de que os primeiros dezesseis foram escritos antes da reunião de maio do Comitê Central do

PCB. No início do livro, ele narra a sua prisão dentro de um cinema do Rio de Janeiro, após uma troca de tiros com os policiais, e, em seguida, passando por diversos cárceres, interrogatórios, e etc. Segundo as palavras do Jacob Gorender, também ex-companheiro de militância no PCB: “Sua narrativa teve a intenção de oferecer um exemplo de resistência e levantar os ânimos no ambiente de frustração dos adversários do regime militar” (GORENDER, 1987: 94). Segue um trecho da descrição do episódio, exemplificando o clima de terror instaurado pelos militares a partir de 1964:

Os agentes do DOPS dispararam um tiro contra o meu peito para me matar. A arma é da polícia, e isto é testemunhado pela bala que foi extraída do meu corpo pelo Dr. Acioly Maia, médico-cirurgião do hospital da penitenciária Professor Lemos Brito. O tiro foi desfechado à queima-roupa, dentro do cinema. O pormenor é importante: foi dentro do cinema. A casa de espetáculos estava cheia de gente. Era uma tarde de sábado, e grande a afluência de crianças. O filme era significativamente o ‘Rififi no safari’. A selvageria e a brutalidade não tem qualificativos. Por que atiraram com o cinema cheio de crianças? Puro banditismo! O projétil ficou encravado no meu corpo. Não fora isto, e uma bala doida teria vitimado outras pessoas, atingindo com certeza crianças inocentes. A polícia não pode negar o seu crime (MARIGHELLA, 1994:13).

Após o relato pessoal, Marighella segue na denúncia de crimes e arbitrariedades cometidos pelos militares. Nessa parte, é perceptível a moderação nas propostas críticas à direção do PCB, havendo, até mesmo, eventuais elogios à figura de Prestes. Já nos últimos dois capítulos, as propostas críticas se aguçam, colocando em descrédito a possibilidade da via pacífica e condenando o potencial revolucionário da burguesia nacional. Ao mesmo tempo, o líder político ressalta o erro da subestimação do aliado camponês, frisando o exemplo da Revolução Cubana, alegando que o processo revolucionário no Brasil poderia levar ao aparecimento de guerrilhas. No texto *A crise brasileira*, de 1966, Marighella vai adiante, porém se mantendo distante do militarismo e da negação do partido de vanguarda. As críticas à direção do PCB são mais contundentes, investindo contra as ilusões de legalidade em relação às Forças Armadas. A novidade desse documento é um esboço de proposta da luta de guerrilhas vinculada ao movimento camponês. No entanto, a guerrilha rural ainda é declarada como *segunda frente*, ou seja, uma forma de luta complementar destinada a viabilizar a luta nas cidades (GORENDER, 1987: 94-95).

As teses de Marighella seriam aprovadas pela conferência estadual do PCB em São Paulo, em abril de 1967. Em agosto daquele mesmo ano, sem autorização do PCB, o militante foi a Havana para assistir à Conferência Internacional que daria origem à OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade), comprometida com as definições cubanas sobre a luta armada no continente. A direção do partido o expulsou assim que soube de sua viagem,

porém, não surtindo efeito sobre as bases paulistas da Corrente Revolucionária, que, em fevereiro de 1968 lançou um novo jornal intitulado *O Guerrilheiro*. Assim surgiu a organização que, mais tarde, receberia o nome de Ação Libertadora Nacional (ALN), lançando-se imediatamente às ações armadas, rompendo com o PCB e polarizando em torno de suas propostas boa parte dos militantes da Corrente Revolucionária. Ainda em 1967, viajou para Cuba a primeira turma a fim de realizar treinamento de luta guerrilheira. Em 1968 e 1969 seguiram mais duas turmas (GORENDER, 1987: 95; REIS FILHO, 1990: 49).

Nos escritos redigidos em Cuba e nos que se seguem, Marighella definia os princípios orientativos para a ALN. Nesses textos, bem como no jornal *O Guerrilheiro*, era retratado um ideário que não se resumia à cópia da teoria cubana, mas procurava adaptar o modelo castro-guevarista a certos aspectos da experiência brasileira. Ao mesmo tempo, era perceptível a incorporação de elementos do pensamento individual de Carlos Marighella (GORENDER, 1987: 96).

O primeiro princípio era o da *ação revolucionária*. A organização se faria e desenvolveria por meio da ação, que significa “violência revolucionária, luta armada e guerrilha”. De acordo com Jacob Gorender, nas premissas da ALN a urgência do momento era sintetizada pela ação pura, dispensando qualquer debate teórico:

A ação cria tudo a partir do nada, do zero (repete-se a sentença de Fidel Castro). Daí decorre a atitude antiteoricista – a teoria vista como blábláblá em torno de mesas de discussão. As necessidades teóricas do presente já estão supridas pelo leninismo e pelo castrismo, nada há a acrescentar (GORENDER, 1987: 96).

No documento de maio de 1969, intitulado *O papel da ação revolucionária na organização*, logo nos parágrafos introdutórios é visível o entendimento de que a ALN havia se formado na ação revolucionária e que apenas esta poderia levar a revolução à vitória:

A ação revolucionária desencadeada por pequenos grupos de homens armados foi o grande esforço de onde proveio a nossa organização. Já não resta dúvida, agora, depois de termos passado à ação revolucionária, que é somente através dela que pode surgir a organização capaz de tornar a revolução vitoriosa (AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL, 1969: 265).

De acordo com Jacob Gorender, o princípio da ALN também se identificava com o anarquismo, pois fazia oposição a direções centralizadoras e a existência de cargos intermediários. Defendia que a organização revolucionária deveria ser composta de grupos com total liberdade de iniciativa. Os comandos e coordenações serviriam apenas para articular ações de maior competência, envolvendo mais de um grupo. No entanto, do ponto de vista

dos objetivos estratégicos, como já vimos anteriormente, no Capítulo II, a ALN herdou do PCB a teoria das duas etapas da revolução, colocando a libertação nacional como primeiro objetivo. A conversão do regime político para o socialismo seria tarefa futura. Nesse sentido, a organização se distanciou do imediatismo socialista uniforme preconizado por Che Guevara (GORENDER, 1987: 97).

No que se refere à guerrilha rural, Marighella também inseriu uma modificação à teoria cubana. Após o fracasso, no Brasil, do foco de Caparaó, puxado pelo MNR (Movimento Nacional Revolucionário), e a derrota e assassinato de Guevara, na Bolívia, o foquismo foi questionado pelos defensores da luta armada. Carlos Marighella passou a ser contra os focos, apresentando a tarefa das colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio previamente determinados. No documento político de 1969 encontramos perspectiva semelhante em relação à guerrilha rural e a desconsideração dos focos no caso brasileiro:

O nosso combate ao imperialismo é enfrentado sob formas novas e com características próprias e por não nos preocuparmos em abrir no Brasil qualquer foco guerrilheiro. O caminho que seguimos é o da estratégia global, que tem como finalidade o desenvolvimento da guerra revolucionária em tríplice aspecto de guerrilha urbana, guerra psicológica e guerrilha rural. O nosso esforço principal concentra-se a favor da guerrilha rural; não um foco, mas o resultado da implantação da infraestrutura guerrilheira, por onde quer que apareça e se desenvolva a nossa organização revolucionária. Partindo do fato de que o Brasil é um país continental pela imensidade da sua área, encaramos a guerrilha como guerra de movimento e não como foco (AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL, 1969: 274).

Entretanto, no contexto geral, essa mudança é secundária. O foquismo foi mantido, pois a guerrilha estava dissociada de qualquer movimento de massas, incorporado à função de vanguarda política. Em seu documento de 1969, a organização justifica o inexistente trabalho de massas ao recrudescimento do regime militar. Desse modo, as massas só poderiam se amparar na luta armada:

A ditadura militar, porém, não admite a luta reivindicatória e emprega contra ela decretos proibitivos e leis de exceção e, sobretudo, uma potência de fogo crescente, não vacilando em reprimir à bala manifestações de rua. As organizações que restringem a sua atividade ao trabalho de massa, através da luta reivindicatória e tendo em vista a sua transformação em luta política, terminam reduzidas à impotência diante da superioridade armada do inimigo. [...] Segundo esse ponto de vista, o movimento de massas não tem condições de subsistir se não estiver escudado na sua própria potência de fogo e na potência de fogo de revolucionários (AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL, 1969: 275).

Por sua vez, a guerrilha urbana, se valoriza como tarefa *tática*, necessária para o fornecimento de quadros e armas, enfrentamento de inimigo e etc. Sua valorização e a experiência concreta acumulada no Brasil resultarão no *Minimanual do guerrilheiro urbano*, escrito por Marighella em 1969 (GORENDER, 1987: 98).

No que se refere ao perfil do militante da ALN, este deveria ter aptidão para a ação armada, tanto na participação direta ou em funções logísticas, o que tornava o recrutamento muito restrito. Aqueles que não se adaptavam ao sistema rígido de uma organização militarizada acabavam se afastando. O grosso da militância da organização veio da Dissidência estudantil de São Paulo, a qual incorporou 70% dos militantes. Ao lado deles, somavam-se muitos profissionais liberais e proporção menor de operários. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, os núcleos da ALN foram menos significativos. Em outros estados, grupos vinculados à organização surgiram após 1970, geralmente articulando remanescentes de organizações concorrentes (GORENDER, 1987: 98). Foi o que aconteceu em Goiás.

A primeira ação da ALN esteve relacionada a um processo de luta de massas. No município de Presidente Epitácio, no estado de São Paulo, havia um conflito entre o fazendeiro e grileiro José da Conceição Gonçalves, de apelido Zé Dico, e os posseiros. Em 24 de setembro de 1967, o militante comunista Edmur Péricles de Camargo invadiu a sede da fazenda e assassinou Zé Dico. Em dezembro do mesmo ano, a organização iniciou os assaltos no intuito de expropriação de fundos, interceptando um carro forte no bairro paulistano de Santo Amaro. A partir de então, seguiram-se outros assaltos a agências bancárias, ao carro forte da Massey Ferguson, entre outras ações (GORENDER, 1987: 98)

Segundo Jacob Gorender, as investidas assustaram os órgãos policiais. A técnica de assaltos era sofisticada e as abordagens se proliferavam. Durante o ano de 1968, na capital paulista, os assaltos atingiram onze agências bancárias, cinco carros forte e um trem, totalizando dezessete casos. Até julho de 1969, foram atacadas mais 31 agências bancárias e um carro forte. No entanto, esse balanço se devia não só à ALN, mas igualmente a outras organizações clandestinas. Em 1968, os assaltantes ainda não se identificavam, propositalmente. Mais tarde, Marighella assumiu a autoria, alegando que o mistério era para ganhar tempo, enquanto juntavam armas e munições. A polícia deveria pensar que estavam lidando com bandidos comuns (GORENDER, 1987: 98-99).

As ações levaram à formação do primeiro Grupo Tático Armado, liderado por Marco Antônio Braz de Carvalho, conhecido pelo apelido Marquito. Ele era um homem de trinta e poucos anos. Mais experiente que outros jovens recém saídos da adolescência, o militante se impunha pela capacidade de comando e perícia no manuseio das armas e explosivos. Ainda

em 1968, uma equipe da ALN percorreu regiões do sertão brasileiro, fazendo o levantamento de locais estratégicos e pontos de apoio das idealizadas colunas guerrilheiras. Nesse meio tempo, militantes da primeira turma treinada em Cuba regressaram ao Brasil, difundindo o que aprenderam sobre o uso das armas e explosivos, bem como técnicas de combate. Nesse período, houve expansão e crescimento da ALN (GORENDER, 1987: 99).

Em 13 de novembro de 1968, o mistério sobre os assaltos teve fim. Na manhã desse dia, numa periferia do Rio de Janeiro, o carro-forte do IPEG (Instituto de Previdência do Estado da Guanabara), foi interceptado por três homens armados, que expropriaram 120 mil cruzeiros novos. Na parte da tarde, o carro receptor do dinheiro foi reconhecido por um sargento reformado da Polícia Militar num posto de gasolina. Sem demora, policiais bloquearam o local e prenderam o motorista, que posteriormente foi submetido à tortura. O jovem abriu informações, inclusive que Marighella teria sido o comandante daquela ação contra o carro do IPEG. Devido à ausência do motorista no ponto combinado, o líder da ALN ainda teve tempo de levar o dinheiro apreendido. No entanto, a autoria das ações foi revelada, tendo jornais e revistas publicado longas matérias a respeito do líder comunista e chefe dos assaltos. De acordo com Jacob Gorender, o rosto de Marighella era exibido em todas as bancas, na capa da revista *Veja*. O inimigo público número um dos órgãos da repressão passou a ser o principal líder da organização militarista (GORENDER, 1987: 99).

5.3.2. Tentativa de estruturar uma organização.

Em nossas pesquisas, além de entrevistas concedidas à autora, há alguns anos, recorremos à dois conhecidos livros de depoimentos de pessoas que lutaram contra a Ditadura Militar em Goiás. Tais obras, já citadas anteriormente, são: *Memórias Transcritas* (2013), coordenado por Célia Maria Alves e Vera Côrtes; e *A Ditadura Militar em Goiás – depoimentos para a História* (2008), coordenado por Pinheiro Salles. Perante a leitura sistemática das experiências manifestadas nessas obras, chegamos a acreditar que não houve militância da ALN no estado de Goiás. Igualmente, em entrevistas realizadas pela autora no ano de 2015, quando ficamos sabendo do debandar dos estudantes secundaristas em busca da *ação revolucionária*, não se fala sobre a ALN, a entidade mais famosa da luta armada no Brasil. Juarez Ferraz de Maia, então um líder estudantil secundarista da capital goiana, comenta que eles queriam entrar para organização de Marighella, porém seu representante não

comparecera na reunião em Goiânia, de forma que acabaram aderindo à dissidência da POLOP, o COLINA (Comando de Libertação Nacional) (MAIA, 2015).

Como vemos, levando em consideração apenas as fontes orais disponíveis, havíamos acreditado na completa inexistência de militância da ALN em Goiás. Porém, durante a escrita do subcapítulo sobre a atividade do PCB no meio urbano, nos deparamos com documentos oficiais sobre a ALN em Goiás, no acervo *Arquivos Revelados* (2016). São setenta páginas de informações detalhistas, porém confusas e repetitivas, certamente devido às torturas infligidas pelos agentes da repressão. É importante ressaltarmos que, geopoliticamente, o estado era composto também pelo território que hoje faz parte do estado do Tocantins. Essa informação é relevante, porque os militantes que ficaram responsáveis pela articulação da ALN, na região, residiam em Porto Nacional, mas também percorreram outros municípios em favor dos estudos e da militância, no período em questão, como Goiânia e Anápolis.

De acordo com o documento expedido em 25 de maio de 1972, pelo 10º Batalhão de Caçadores, de responsabilidade do Ministério do Exército, havia uma tentativa de estruturar um núcleo regional da ALN, em Goiânia. Supostos envolvidos foram citados, além de ficar determinada a instauração de um IPM para a apuração dos fatos:

Tendo chegado ao conhecimento deste Comando que há uma tentativa de organização de uma “Regional” da Ação Libertadora Nacional-ALN, na cidade de Goiânia, [...]; determino que seja instaurado o Inquérito Policial Militar, designando encarregado o Capitão da Arma de Infantaria Sergio dos Santos Lima, para apura a extensão da referida organização, delegando-lhe, para esse fim, as atribuições que me competem (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 955).

Por sua vez, o relatório do IPM, instaurado em 24 de julho de 1972, que apurou as atividades da ALN em Goiás, concluiu no indiciamento das seguintes pessoas:

Athos Pereira da Silva, Dagmar Pereira da Silva, Edmilson de Souza Lima, Emerson Semerene Costa, Hamilton Pereira da Silva, José Carlos Duarte de Paula, Luiz Alberto Gomes de Oliveira, Pedro Viera Reis e Perpétua do Socorro Nunes de Melo, como no incurso nos dispositivos do Decreto de Lei 848 de 24 de Set 69, Lei de Segurança Nacional (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 956).

O relatório tem início estabelecendo como central a figura de Athos Pereira da Silva. O documento contextualiza que, no ano de 1968 ele era militante do movimento estudantil, bem como do PCB (Partido Comunista Brasileiro), em Goiânia, tendo organizado uma OB (Organização de Base – célula). Nos períodos de férias, Athos visitava a família, em Porto Nacional. Foi assim que, no final de 1968 e início de 1969, foram realizadas algumas reuniões

para a leitura e discussão de documentos do PCB, levados por ele (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 956).

Na sequência dos acontecimentos descritos, percebemos que a atuação dos irmãos Pereira da Silva foi fundamental para a experiência da ALN no estado. O Sr. Hamilton Pereira⁵⁸, que também é conhecido pelo pseudônimo *Pedro Tierra*, na literatura nacional, nos concedeu gentilmente uma entrevista. Quando questionado sobre a importância do estado de Goiás para a organização, o ativista e escritor dá início ao argumento citando as inúmeras inspirações internacionais que ataçaram os militantes da *Nova Esquerda* brasileira, como a Guerra do Vietnã, a Revolução Chinesa e o êxito da Revolução Cubana. Ele explica que havia entre os dirigentes dessas novas organizações, incluindo Carlos Marighella, uma obsessão com a guerrilha rural, visando, principalmente, fazer resistência ao regime militar que assolava o país, e acrescenta:

Nesse contexto, um Estado como Goiás era estudado com atenção por diferentes organizações que adotavam, naquele momento, a luta de guerrilha como método principal de enfrentamento da ditadura militar. Era percebido como um território privilegiado para estabelecer bases guerrilheiras. Por duas razões principais: sua situação geográfica central no território brasileiro e a experiência histórica de lutas camponesas, em particular, as lutas de Trombas e Formoso lideradas por José Porfírio e organizadas com o apoio do PCB nos anos 50. Informações indicam a busca de contatos de diferentes grupos (PCdoB, Ação Popular, ALN, MOLIPO) com camponeses da região para a construção de possíveis bases guerrilheiras. Não havia, evidentemente, troca de informações entre as organizações a respeito das iniciativas, em razão de sua natureza político-militar e pela severa atividade do aparato repressivo do regime (SILVA, 2021).

Hamilton comenta que, em Goiás, no entanto, aparentemente não houve sucesso na formação de um núcleo da ALN antes, porque no estado os quadros do PCB se mantiveram fiéis ao partido (SILVA, 2021). É importante levar em consideração que tal organização da luta armada era resultado de um racha entre os comunistas, e os dissidentes foram fundamentais na formação dos primeiros grupos, por volta de 1968.

De acordo com Hamilton Pereira, ele teve contato com as ideias da *Nova Esquerda*, ou seja, aquela que fazia oposição ao PCB, por meio de seu irmão Athos. Ele trazia os documentos provenientes da luta interna que se desencadeou dentro do próprio partido, após o Golpe, e resultou na formação da *Corrente Revolucionária*, da qual falamos anteriormente. Nas palavras de Hamilton:

⁵⁸ Hamilton Pereira da Silva (73 anos), também conhecido pelo pseudônimo *Pedro Tierra*, é político e escritor. Foi presidente da Fundação Perseu Abramo, constituída pelo PT, e exerceu o cargo de Secretário de Cultura do DF, por duas vezes.

O Golpe civil-militar de abril de 1964, representou uma derrota estratégica para as esquerdas brasileiras, particularmente para sua força mais significativa: o Partido Comunista Brasileiro –PCB. Quando passo, nos primeiros anos pós golpe, a ler os primeiros documentos que me chegam às mãos trazidos por um dos meus irmãos – Athos Pereira – o mais próximo em idade e identidade ideológica, já se tratavam dos documentos que movimentavam a luta interna que se desencadeara dentro do PCB em virtude da derrota de 1964. Eram avaliações sobre a posição da direção partidária – o Comitê Central – liderada por Prestes, a cobrança de autocríticas e o caminho aberto para o que resultaria na fragmentação do Partidão em várias organizações de resistência ao regime, entre elas, a Ala Marighella, ainda na luta interna dentro do PCB, logo Agrupamento Comunista de S. Paulo que mais tarde assumiria a sigla ALN – Ação Libertadora Nacional (SILVA, 2021).

Hamilton Pereira, também atuante no movimento estudantil, em Porto Nacional, era dirigente de uma entidade estudantil da região, a CENOG (Casa do Estudante Norte Goiano). Em contato com as ideias revolucionárias, e dando vazão à sua veia artística, começou por organizar um grupo de teatro, no final de 1968. Segundo o relatório do IPM, as peças encenadas, de cunho “subversivo”, eram escritas por ele, mesmo, e: “faziam um trabalho inicial de doutrinação esquerdista sobre o seu grupo com o empréstimo de livros, romances de fundo social, palestras e a própria encenação onde ele, autor, extravasava suas ideias de esquerda” (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 958).

No entanto, como diz Marcelo Ridenti: “Qualquer crítica ao regime era tomada, após 1968, como subversiva e comunista, logo, passível de punição”. O meio cultural também foi muito perseguido, tanto pela censura, que impedia a liberdade de expressão no campo das ideias e das artes, como pela repressão física, concretizada em prisões e torturas. Por várias razões, muitos artistas foram forçados ao exílio. A lista de pessoas do meio cultural que foram presas, ameaçadas pela polícia e grupos paramilitares, torturadas e exiladas, é extensa (RIDENTI, 1993: 74).

Em março de 1969, devido a denúncias sobre o teor “subversivo” das peças encenadas em Porto Nacional, várias pessoas foram presas, tendo Hamilton conseguido fugir para a casa de seu irmão em Curitiba-PR, onde serviu ao exército. Diante disso, o grupo de teatro se desfez. Também por causa das peças encenadas, Athos e os companheiros da célula do PCB, em Goiânia, foram presos. Após serem liberados, não houve novas reuniões, nem na capital goiana, nem com o grupo de Porto Nacional. Athos, então, que cursava o 2º ano de Jornalismo, em Goiânia, mudou-se para São Paulo, em 1970, tendo seu irmão Hamilton feito o mesmo, em sequência (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 958-959).

Em São Paulo, de acordo com o relatório do inquérito, os irmãos Pereira da Silva passaram a dividir apartamento com um conhecido do movimento estudantil de Goiânia, chamado Emerson Semerene. Depois de um tempo, este foi procurado em seu trabalho, uma

livraria da grande metrópole, por um jovem chamado Antonio Carlos Nogueira Cabral, sujeito que havia conhecido sujeito numa festa em Goiânia, há dois anos antes. Estando Cabral a par da intenção do grupo goiano em partir para a luta armada em combate à ditadura, ele se propôs a conseguir dinheiro para financiar as atividades. Assim, entravam para a ALN (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 959).

Paralelamente, em Goiânia, se formava um outro grupo, porém ainda sem vinculação orgânica. Edmilson, outro colega dos irmãos Pereira da Silva, e que também participara dos grupos de estudo em Porto Nacional, foi estudar na capital do estado de Goiás e lá percebeu que um professor seu, chamado Pedro, também manifestava tendência de esquerda. Eles se aproximam e resolvem fazer um novo grupo de estudos. O professor convidou, então, mais três jovens, entre alunos e conhecidos e passaram a se reunir, fazendo discussões voltadas para a luta armada e deixando claro que tinham amigos em São Paulo, que estavam em contato com alguma organização militarista (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 960).

O grupo cresceu, com a entrada de algumas moças, colegas de Dagmar Pereira da Silva, irmã de Hamilton e Athos, que supostamente também teriam participado dos estudos dos documentos revolucionários, em Porto Nacional, no final de 1968. Segundo o relatório do IPM, Edimilson, que tinha ligação com os irmãos Athos e Hamilton em São Paulo, falava abertamente em assuntos como a “revolução” e a “luta armada”, defendendo a necessidade de se organizarem, em vinculação com o grupo de São Paulo, porém ainda sem falarem em ALN (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 960-961). Não sabemos até que ponto as informações apresentadas pelo documento oficial têm proximidade com os acontecimentos, devido a estarmos cientes das arbitrariedades cometidas pelo *Terrorismo de Estado*, acirrado após o decreto do AI-5, no final de 1968. Haroldo Pereira da Silva, nos dá um panorama dos fatos, nos possibilitando “costurar” as tramas da história, dentro das limitações. O escritor nos esclarece que, o grupo que se preparava para integrar a ALN, no estado de Goiás, chegou a ser composto por 20 jovens, e este se formou a partir dos estudos de Porto Nacional:

Um grupo de algo em torno de 20 pessoas. Em geral jovens. Estudantes. Todos com menos de 30 anos. Um primeiro grupo formado a partir da experiência do movimento cultural e estudantil de Porto Nacional, um segundo a partir de contatos passados pela Organização (ALN) entre universitários de Goiânia e Brasília. E um grupo menor em Anápolis com o mesmo perfil. Como se vê, vieram todos de um extrato de classe média baixa (SILVA, 2021).

O professor Pedro Reis, a fim de tentar motivar o grupo com uma ação, planejou uma panfletagem a ser realizada no dia 1º de maio de 1971, porém não tardou a ser preso, diante de

uma denúncia por estar supostamente a fazer doutrinação esquerdista a seus alunos. Então, Edimilson e outro integrante do grupo, já visados pela polícia, fugiram para São Paulo, se alojando com Athos e Hamilton, já vinculados à ALN. Com a saída daqueles membros, as reuniões do grupo de Goiânia se tornaram mais escassas.

Pouco tempo depois, Hamilton Pereira entrou para a clandestinidade, indo, em outubro de 1971, para a cidade de Anápolis-GO, a fim de verificar a situação do grupo de Goiânia. Foi marcado um ponto entre ele e Luis Alberto, integrante que ficava mais à frente dos debates e decisões do grupo⁵⁹. Passaram, então, a realizar estudos políticos, tanto em Goiânia, quanto em Anápolis, e não tardou que dessem início a treinos de tiro, próximo ao antigo Posto Presidente, em Anápolis. Hamilton permaneceu por mais 45 dias na cidade, analisando como poderia estimular o avanço do grupo de Goiânia, realizando eventuais contatos com outros integrantes, separadamente, na tentativa de despistar a repressão (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 962).

A fim de tentar dar organicidade ao grupo, Hamilton Pereira supostamente teria elaborado um documento intitulado *Nossas tarefas atuais*, em que recomendava, além do estudo, a formação de um setor de imprensa e outro de levantamento. Segundo o IPM, Luis Alberto ficou encarregado do setor de imprensa, recebendo livros, jornais da ALN e documentos, posteriormente, repassando cópias aos demais. Os documentos da organização eram lidos e discutidos, e depois Hamilton recebia as conclusões chegadas (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 963). Pelo que podemos perceber, o grupo formado em Goiás teve maior cuidado com a preparação teórica e ideológica. Isso nos chama a atenção, no que se refere à premissa da organização, descrita no documento de 1969. Como vimos no Capítulo II, o princípio base da ALN era a *ação revolucionária*, muitas vezes, dispensando estudos teóricos mais prolongados, o que gerava um clima de *anti-teoricismo*. Como falamos anteriormente, a organização foi fundada seguindo o sentimento de que a vanguarda seria construída com base na ação, e não em estudos teóricos. Hamilton Pereira da Silva, contou-nos, em entrevista, sobre a base ideológica da ALN, esta que era altamente voluntarista:

Sob a liderança de Marighella, a ALN radicalizou a crítica à linha de resistência pacífica adotada pela direção política do PCB, e mais tarde a crítica à própria concepção do instrumento Partido como mecanismo eficaz para conduzir a luta revolucionária. Marighella assentou três princípios que orientavam sua militância: “O dever de todo revolucionário é fazer a Revolução; não pedimos licença para

⁵⁹ Não se pode dizer que Luiz Alberto era o líder do grupo. Pouco tempo antes, alguém propôs que votassem um líder, ideia que foi rejeitada terminantemente. Essa era uma das premissas da ALN: uma organização sem líderes, nem hierarquia. Por mais que o grupo de Goiânia ainda não estivesse vinculado de forma orgânica, a base ideológica que os unia era a linha de Marighella.

praticar atos revolucionários; e, por fim, só temos compromisso com a revolução”. Para não se cair numa visão simplista do processo é preciso entender o forte impulso anti-burocrático que predominava no momento entre os militantes que divergiram do Comitê Central do PCB e resultaria num conceito teórico comum a grande parte dos grupos e que, para a ALN se traduziu na formulação: “a ação faz a vanguarda”(SILVA, 2021).

Para a mudança de perspectivas, na tentativa de estruturação da ALN, em Goiás, lançamos mão de duas hipóteses. A primeira é que a organização teria se retraído, em alguns casos, devido às crescentes prisões e *desaparecimentos* de militantes, inclusive do líder Carlos Marighella, ao final de 1969. A pressão policial havia caído igualmente sobre outras organizações militaristas, como a VAR-PALMARES, como vimos anteriormente. Outra possível explicação para o adiamento das práticas armadas na região, é o caráter provinciano que o estado ainda tinha. Conversando com alguns entrevistados, entendemos que, até mesmo Goiânia, a capital do estado, ainda era uma cidade pequena, de forma que as pessoas se conheciam ou tinham conhecidos em comum. A vigilância era constante. Pelo que pudemos perceber, até o momento, pela análise documental, a repressão em Goiás não deixou a desejar, em relação aos órgãos de informação das grandes cidades do país.

No entanto, logo os militantes tentaram colocar em prática os *princípios estratégicos* da organização, que visava a *ação*. Fizeram um levantamento das casas de armas, hospitais e quartéis, de Goiânia. Ao mesmo tempo, o professor Pedro Vieira Reis, quando liberado da prisão, teria se mudado para o município de Filadélfia-GO. Hamilton iria em julho de 1972, junto com Luiz Alberto, para conhece-lo e orientar os trabalhos de arregimentação de camponeses (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 963-964). Ambas as medidas estavam alinhadas com o princípio estratégico da guerra de guerrilha, seja urbana ou rural, supostamente o único capaz de acabar com a dominação imperialista. Este é elencado explicitamente no documento de 1969:

Admitimos que a guerrilha se incorporou definitivamente à vida dos povos como a própria estratégia da sua libertação. É através da guerrilha que criaremos o exército revolucionário de libertação nacional, o único capaz de aniquilar as forças militares dos gorilas. Fazendo parte da guerra revolucionária, a guerrilha é o caminho fundamental da luta armada para destruir a oligarquia e levar as massas ao poder (AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL, 1969: 273).

No final de outubro de 1971, Edimilson, do primeiro grupo de estudos formado em Porto Nacional, e que fora estudar em Goiânia, encontrou-se com Athos Pereira da Silva, em Rosalândia-GO. Por meio dele soube que o plano da ALN para o Estado de Goiás, a ser desencadeado até em dezembro daquele ano, fora cancelado devido a uma série de prisões de

militantes da organização em São Paulo. O integrante, então, conta à Dagmar Pereira da Silva, também irmã de Athos e Hamilton, os planos definidos para o norte do estado (que naquele período era composto pelo território que atualmente faz parte do estado do Tocantins). Supostamente, a ALN enviaria militantes de São Paulo para a tomada da cidade de Araguaina-GO e outras na direção de Porto Franco-MA (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 965). Dagmar, então, concordou fazer parte da ALN como elemento de apoio e recrutamento. Dagmar também passou a exercer, não oficialmente, a função de tesoureira, guardando dinheiro para comprar um Jeep para Edimilson, a fim de poder cumprir sua missão naquela região:

Dagmar traz parte do dinheiro a Edimilson, depois de se justificar com Athos, entrega à Dagmar para guardar outro tanto. O dinheiro que Edimilson juntava em mãos de Dagmar era da ALN e serviria para que ele comprasse um Jeep ou uma Rural a fim de poder cumprir sua missão no norte do Estado de Goiás (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 965).

De acordo com o relatório do inquérito, a regional da ALN em Goiás, constituída por Hamilton, Athos, Edimilson e João Henrique, tinha os seguintes planos para Goiás:

[...] um trabalho de aliciamento quando fosse possível, e particularmente em Goiânia, Brasília e Porto Nacional, levantamento da Base Aérea de Anápolis, levantamento de grandes firmas em Anápolis, golpes de mão em firmas de construções ao longo da rodovia Belém-Brasília, com o fim de obter explosivos, furto de Bancos em cidades do interior e ataques aos quartéis da PM/GO em Araguaína e do Exército, em Porto Franco-MA. Este plano era para se desenvolver a longo prazo e seria realizado com o pessoal aliciado e preparado na própria região, ao contrário do plano anterior do Comando Nacional. O Grupo de Goiânia, à exceção de Luis Alberto que futuramente passaria à linha de frente, estava sendo doutrinado para vir a se constituir num grupo de apoio para a ALN (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 966).

Entretanto, tais planos seriam todos frustrados. Rapidamente ocorreu a *queda* de muitos dos envolvidos. A vigilância acirrada da repressão não abriu brechas para a conclusão dos preparativos. Diante da morte de Antonio Carlos Nogueira Cabral, amigo e elo de ligação dos jovens de Porto Nacional com a ALN em São Paulo, em troca de tiros com a polícia, Athos Pereira se viu obrigado a sair do país, refugiando-se no Chile (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 967-968). Em meados de 1972, Dagmar e Edimilson, que, segundo IPM, vinham tentando cumprir missão de recrutamento, foram detidos, devido a um panfleto recolhido em Porto Nacional. Após decretada uma segunda prisão contra Dagmar Pereira, ao final de 1972, tendo sido muito torturada, além de estar impedida de exercer sua profissão como professora de Matemática, também tomou a decisão de ir para o exílio. Ela se encontrou

com irmão, no final daquele mesmo ano, no Chile, onde permanecem até o final do Governo de Salvador Allende, em setembro de 1973. Com o golpe, conseguem asilo na embaixada do México, permanecendo no país por noventa dias e, depois disso, se deslocam para a Bélgica, onde ficariam até decretada a Lei da Anistia, no Brasil, em 28 de agosto de 1979 (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 966; SILVA, 2021).

Hamilton Pereira, que estava na capital goiana, nos primeiros meses de 1972, na tentativa de reestruturar a organização, após uma sequência de desfalques, também foi detido. Ele *caiu* em junho, após quase quatro anos na clandestinidade, vividos principalmente em São Paulo. Segundo o político e escritor, ele cumpria uma tarefa de ligação e formação política entre grupos que vinham se formando em Goiás e no Distrito Federal. Com a prisão dele, e de outros militantes, tinha fim a curta e tardia experiência da ALN, em Goiás. Aqui, preferimos citar o depoimento de Hamilton, na íntegra:

Vinha de S. Paulo, onde atuava nas atividades da Organização para realizar o trabalho de formação e organização desses jovens, com vistas a integrá-los nas tarefas futuras, de caráter político-militar. Nesse momento, depois de ter morado cerca de três meses em Anápolis, em 1971, havia entregue a pedido da Organização alguns levantamentos sobre as obras de construção da Base Aérea que receberia os aviões *Mirage*, adquiridos da França. Dividia então, um “aparelho”, na Vila Mariana, em S. Paulo com um militante que viera do grupo que constituiu, alguns anos antes, em Porto Nacional. Em junho de 1972 num desses deslocamentos, depois de cumprir uma série de contatos com estudantes da UnB, quando já me preparava para seguir para a próxima etapa, percebi uma movimentação estranha: figuras repetidas em diferentes lugares por onde transitava. Estaria sendo seguido? Pus em prática algumas manobras de despistamento, recomendadas pelas regras de segurança previstas para esses casos e escapei do que supus ser uma operação de captura, em Brasília. Fui até a pensão onde me hospedara, na Praça do Relógio, em Taguatinga, apanhei a valise de viagem, paguei a conta e tomei um ônibus fora do espaço tumultuado da Estação Rodoviária, com destino a Anápolis, onde cobriria um ponto no dia seguinte. Um novo contato com um militante que me fora trazido por “Jota”, meu companheiro de *aparelho*, cerca de um mês antes, em S. Paulo. Não me dei conta de que se tratava de uma armadilha. Fui desarmado, encapuzado e lançado no espaço entre os bancos dianteiro e traseiro de um “Opala”, sob os pés de dois policiais. Assim percorri os 53 km que separam Anápolis de Goiânia. Eles eram três policiais, além do motorista. E havia outro veículo com mais quatro. Fui conduzido à uma dependência da Polícia Federal, na esquina da Rua 2, em Goiânia, há uns 300 passos do Palácio das Esmeraldas, na Praça Cívica. Prosseguiram ali o tratamento que iniciaram no durante o percurso no carro. “Pau de esculacho” com eles denominavam a recepção, com o claro objetivo de desmoralizar o preso, antes de se iniciar o interrogatório propriamente dito. Permaneci ali toda a tarde, já sob espancamentos, insistindo em manter o nome que estava na identidade falsa que trazia comigo no momento da prisão, para ganhar tempo. Dali fui transportado para uma unidade do Exército, o 10º BC, hoje, salvo engano 42º BIM, onde pela fúria da pancadaria percebi que meus interrogadores queriam recuperar o tempo perdido durante a tarde. Pau-de-arara, afogamento, choques elétricos. Como era a regra dos interrogatórios dos presos políticos, naquele período e segue sendo corriqueiro até hoje nas delegacias de polícia do país quando se trata de pobres e negros. Nenhuma experiência humana – desumana... – pode ser comparável à degradação da tortura. Com sua capacidade de destruir a condição humana de quem dela participa. Como sujeito ou como objeto da violência. Por parte dos torturadores, aquela circunstância é vivida como um momento em que se fundem num só ato o objetivo de arrancar do

torturado qualquer informação que possa ser útil ao aparato repressivo, e o impulso de aniquilar moralmente e, no limite, mesmo fisicamente o interrogado. Sobrevivi. Fui condenado pela Lei de Segurança Nacional. Cumpri cinco anos em diferentes presídios do país, entre 1972 e 1977. Em Goiânia, Brasília e S. Paulo. No PIC, em Brasília, no DOI-CODI do II Exército, DOPS, Presídio Tiradentes, Presídio do Hipódromo, Carandiru, Penitenciária do Estado de S. Paulo e Presídio do Barro Branco, em S. Paulo (SILVA, 2021).

“Jota”, como ficou conhecido no DOI-CODI de São Paulo, e, naquele momento, companheiro de aparelho de Hamilton Pereira, era João Henrique Ferreira de Carvalho, filiado desde a época do grupo de teatro, em Porto Nacional, já mencionado neste subcapítulo como integrante da regional da ALN, em Goiás. João conseguiu sair do país, evadindo para a Argentina, mas foi convencido pela família a colaborar com a repressão. Negociando sua rendição, retornou ao Brasil. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, ele foi um dos principais informantes do DOI-CODI, passando a colaborar com a repressão em setembro de 1972. João Henrique Ferreira delatou todos do comando da ALN, contribuindo de forma determinante com a prisão, e assassinato de alguns integrantes, como Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Emmanuel Penteado e Francisco Seiko Okama. Eles foram presos numa emboscada de agentes do DOI do II Exército, sob as ordens de Carlos Brilhante Ustra e Ênio Pimentel da Silveira, na Penha, zona leste de São Paulo, em março de 1973. Rocha e Okama morreram, após brutalmente torturados (CNV, 2014: 151; SILVA, 2021).

A morte de Marighella e prisões sofridas, ao final de em 1969, afetaram profundamente a organização. O antigo dirigente do PCB, Joaquim Câmara Ferreira, voltando do exterior, encabeçou a situação, tentando reestruturar a ALN. No entanto, em 1970, ela continuou a sofrer seguidas quedas de militantes, sendo Câmara Ferreira capturado, torturado e morto. A organização continuou insistindo nas ações armadas urbanas, à despeito de repetidas investidas da polícia, ficando cada vez mais isolada socialmente (RIDENTI, 2007: 111).

Combinado ao crescente desfalque e, conseqüentemente, ao mapeamento das organizações por parte do aparato repressivo, a ALN ainda sofreu dissidências, resultando na formação do MOLIPO (Movimento de Libertação Popular). A organização jamais conseguiu colocar em prática a estratégia última da guerrilha rural, mesmo em sua *marcha para o oeste*. Em Goiás, acreditamos, devido a condições diversas, a ALN se ateu aos meios urbanos e não ultrapassou a fase preparatória, num período de dois anos. Nesse sentido, como já falamos anteriormente, o núcleo goiano da organização demonstrou comportamento distinto em relação ao programa e à militância de outras regiões. No planalto central, em vez de priorizar a ação revolucionária, houve maior preocupação com os estudos teóricos, gastando-se mais

tempo com o planejamento. Enfim, o *Terrorismo de Estado* fechava o cerco sobre as organizações socialistas no país. E Goiás não foi exceção.

CAPÍTULO VI – A EXPERIÊNCIA DO MARXISMO HETERODOXO EM GOIÁS: ORM-POLOP E COLINA/ VAR-PALMARES.

6.1. A atuação da ORM-POLOP em Goiás.

6.1.1. Do periódico à organização e as lacunas das fontes históricas.

O crescimento do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e suas teses reformistas desagradaram intelectuais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que aderiram às ideias de Trotski sem dogmatismos e buscaram outras fontes de inspiração, como Rosa Luxemburg, Bukharin e Talheimer. Unido pela crítica sistemática ao PCB, nasceu desse ambiente cultural a Organização Revolucionária Marxista, editora do jornal *Política Operária*, que depois virou uma revista, de onde saiu a sigla POLOP, pela qual a organização ficaria conhecida. Em torno dessa revista, reuniram-se jovens intelectuais, dos meios jornalísticos e universitários, como Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Moniz Bandeira, Juarez Guimarães de Brito, Ruy Mauro Marini, Eder Sader e Emir Sader. Entre eles, destacou-se Eric Sachs, comunista de origem alemã radicado no Brasil, conhecido pelo alônimo Ernesto Martins. Antes do golpe militar, a ORM-POLOP teve três congressos – em 1961, 1963 e 1964 – e teve maior adesão no meio universitário que o trotskismo ortodoxo. No entanto, essa organização, como dissemos anteriormente, ficou limitada ao meio intelectual e à produção teórica, sem conseguir inserção nos movimentos de massa. A POLOP atuou fundamentalmente na crítica ao reformismo e ao nacionalismo, porém mostrou-se incapaz de elaborar uma alternativa tática aplicável. O pouco envolvimento prático da organização resultou da resistência em participar da luta pelas reformas de base, levantadas por João Goulart, e da proposta de uma frente de esquerda que não admitia militantes de setores que não fossem vinculados à classe operária, o que reforçava o *obreirismo* trotskista (GORENDER, 1987: 35-36).

A POLOP condenava a luta legal e democrática pela reforma agrária, pois se tivesse êxito supostamente daria origem a um campesinato conservador e anti-socialista. Seu movimento pelo socialismo igualmente estava desvinculado da luta *nacional* anti-imperialista, defensora de uma suposta burguesia progressista e revolucionária. Pelo contrário, no

Programa socialista para o Brasil, documento que foi lançado apenas em 1967, mas que reunia boa parte das teses levantadas pelo quadro intelectual da organização desde seus primórdios, a mesma defendia a ideia que, de acordo com as condições históricas específicas a burguesia brasileira sempre esteve associada ao capital imperialista:

Nossa burguesia surgiu tarde no cenário internacional, quando as burguesias mais avançadas já tinham promovido suas acumulações primitivas de capital, já tinham se lançado à dominação dos mercados mundiais. Para acompanhar o crescimento dos países mais capitalizados, para auferir lucros no mesmo nível, nossa burguesia não encontrou outro remédio senão associar-se aos capitais imperialistas. Daí que os períodos de maior crescimento industrial no Brasil sejam os períodos de maior penetração do capital imperialista (ORM-POLOP, 1967: 129).

Como vimos anteriormente, para os teóricos da POLOP, as diferenças entre os países capitalistas eram questões secundárias e o objetivo central do movimento deveria ser a transição direta para o socialismo:

A superação definitiva do estado de miséria e opressão a que está relegada a gritante maioria do povo brasileiro só pode conduzir à construção do socialismo no Brasil. [...] O socialismo não é um mero desejo, nem tampouco uma elaboração artificial pela qual se pretende reformar o mundo. O socialismo é resultado da evolução histórica da humanidade, colocado na ordem do dia, quando a velha sociedade exploradora se torna um empecilho ao progresso geral – quando os homens tomam consciência desse fenômeno. Isso quer dizer que o socialismo é o resultado de luta de classes e de revoluções, que representam os momentos críticos dessas lutas. Esse fenômeno universal se dá também, evidentemente no Brasil (ORM-POLOP, 1967: 134).

A influência do PCB se expandia entre as massas e os intelectuais da POLOP se atraíam cada vez mais pelas ideias de Trotski e Rosa Luxemburg, apesar de sua diminuta repercussão na ação concreta. Eric Sachs reconheceu o isolamento da organização, porém sua justificativa girou em torno da penetração reformista no movimento operário. Jacob Gorender aponta a fragilidade de tal explicação, que atribuía a culpa ao PCB e às massas que aceitavam suas ideias, e não ao doutrinário impotente da ORM-POLOP (GORENDER, 1987: 36).

Diante da documentação pesquisada – depoimentos/ relatos disponíveis no projeto Memórias Transcritas, organizados por Célia Maria Alves e Vera Côrtes, e documentos confidenciais expedidos pelos órgãos de vigilância e repressão do Estado, contidos nos acervos *Arquivos Revelados* (2016) e *BNM Digital* – verificamos que a militância da POLOP, em Goiás, também foi de pequeno alcance, demonstrando um quadro militante reduzido em todas as suas fases. O artigo do historiador e professor da Universidade Federal de Goiás, David Maciel, intitulado *A esquerda goiana nos anos 60/70: do nacionalismo estatista à luta*

contra a Ditadura Militar (2014), já apontava para tal situação. Entre quarenta e um⁶⁰ relatos autobiográficos analisados por Maciel, de pessoas, que, no período em questão, tiveram participação em alguma organização política de esquerda, apenas duas fizeram parte da ORM-POLOP (MACIEL, 2014: 6).

Temos ciência de que a quantidade reduzida de depoimentos, mesmo em iniciativas que buscam conscientizar sobre os crimes cometidos pelo regime militar, no Brasil, não significa, por si só, uma atuação limitada da organização. No entanto, igualmente nos demais acervos consultados, encontramos uma quantidade ínfima de documentos. Por exemplo, na coletânea *Arquivos Revelados*, constam apenas oito páginas de informações sobre a POLOP, entre aspectos históricos sobre sua criação e relatórios do SNI (Sistema Nacional de Informação) e da Polícia Federal de 1970 e 1972. Por sua vez, nesses relatórios mais são apresentados nomes de integrantes da organização, entre 1965 e 1968, que de fato as ações desenvolvidas pela mesma no estado (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 727-734). Apesar das lacunas verificadas na documentação disponível, tentaremos levantar um panorama aproximado da trajetória da POLOP (Política Operária) em Goiás.

6.1.2. Nasce uma militância no Governo Mauro Borges.

O Governo Mauro Borges (1961-1964) alocou muitos militantes da esquerda goiana em suas cadeiras, ampliando sua base de apoio. Mesmo após o apoio do governador ao golpe de 1964, o que desencadeou a perseguição política sobre a esquerda goiana, a grande maioria manifestou apoio ao líder deposto (MACIEL, 2014: 13). E, como vimos anteriormente, sobre o *assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis*, planejado por militantes do PCdoB, houve até mesmo quem articulasse planos de resistência armada para impedir a deposição de Mauro Borges.

Desde o lançamento da candidatura de Mauro Borges ao governo do estado houve uma aproximação entre sua figura e a esquerda devido à sua aliança com o PTB (Partido

⁶⁰ David Maciel, na construção desse artigo, se fundamentou principalmente em duas obras de coletâneas de depoimentos, fornecidos por pessoas que, no geral, fizeram o enfrentamento ao regime militar em Goiás. São elas: *A Ditadura Militar em Goiás: depoimentos para a história* (SALLES, 2008), coordenado por Pinheiro Salles e publicado em 2008 pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e *Memórias Transcritas: depoimentos* (ALVES; CÔRTEZ, 2013), organizado por Célia Maria Alves e Vera Côrtes, publicado em 2013 pela Associação dos Anistiados do Estado de Goiás e pelo núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (MACIEL, 2014: 2).

Trabalhista Brasileiro). Borges levou para o seu governo diversos militantes vinculados a partidos e organizações de esquerda, inclusive do movimento estudantil. Nesse contexto, se deu a contratação de uma equipe de técnicos da Escola Brasileira de Administração, vinculada à UnB, a fim de colaborar na elaboração do I Plano de Desenvolvimento Econômico, que ficou conhecido como plano MB e também contou com a cooperação de outras instituições acadêmicas. Esse grupo era composto de quadros dirigentes da ORM-POLOP, como Evelyne Elene Pape Singer, Juarez Guimarães de Brito, entre outros, que fundarão a organização em Goiás (MACIEL, 2014: 14).

Além de Evelyne Singer e Juarez Guimarães Brito, constam outros nomes de funcionários do governo Mauro Borges, que supostamente teriam composto o primeiro quadro da POLOP em Goiás, como Piragibe de Castro Alves, Guido Rocha e Dinair Mundin (FAVARO, 2015: 274). No entanto, com exceção de Juarez Brito, não há depoimentos, nem registros militares que vincule diretamente essas pessoas à organização. Em relação à Evelyne Singer e Guido Rocha, o nome de ambos foi citado no relatório produzido pelo SNI em dezembro de 1970, porém sem maiores detalhes e com a ortografia incorreta: “Por suas implicações com as atividades da POLOP, surgiram ainda os seguintes nomes de pessoas, não perfeitamente identificadas: Guido de Tal; Evelini Papni; [...]” (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 732). Seus nomes também foram citados no Inquérito Policial Militar/709, expedido pelo Ministério da Guerra, em setembro de 1964, e posteriormente arquivado pelo DOPS (Delegacia da Ordem Política e Social) do estado de Goiás. Esses indivíduos foram vinculados de forma genérica, com o intuito de vincular conhecidos elementos comunistas, e tidos como “subversivos”, ao governo Mauro Borges:

Temos conhecimento de inúmeras pessoas pertencentes a órgãos dirigentes do PCB, não incluídas na relação enviada, principalmente as que tinham campo de ação neste estado, e que foram presas ou denunciadas ao Comando Militar de Brasília, quando da revolução do movimento revolucionário de 1º de abril, dentre os quais podemos citar alguns dos principais, ou seja: Tarzan de Castro, Eveline Pape-Singer, Maria do Carmo Brito, Carlos Alberto Santa Cruz Serradourada, Durval Pedroso, Erides Guimarães, Elbio de Brito Guimarães, Francisco Chagas de Carvalho, Geraldo Tiburcio, Horacy Ferreira Dias, José Porfírio, Juarez Guimarães de Brito, Pedro Neto, Kalil Dib, Maria Sallas Dib, Rodolfo José da Costa e Silva, Sebastião Gabriel Bailão, Sebastião Naves, Walter Valadares de Castro, Jacy Neto de Campos, João Dionísio Almy, Helio Diniz Cabral e outros. Todas as pessoas acima mencionadas foram envolvidas em IPM, pela Comissão Militar em função no Estado de Goiás. A relação de todas as pessoas envolvidas em movimentos comunistas e subversivos neste estado, acha-se em poder da 11ª Região Militar em Brasília (BNM_279 [2], 1964: 7371).

Em depoimento fornecido ao projeto *Memórias Transcritas*, o ex-militante da ORM-POLOP, Cristiano Rodrigues Teixeira da Silva (2013: 78), afirmou que, em 1963, o primeiro núcleo da organização no estado começou a ser formado por um grupo de intelectuais do EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública), que mudou-se para Goiânia, a fim de compor o quadro de funcionários do governo Mauro Borges. Essas pessoas eram Piragibe Castro Alves, Guido Rocha, que vinha de Minas Gerais; e Evelyne Singer e, por sua vez, os seguintes goianos aderiram ao movimento: Cleuler Loyola; seu irmão, Gleí; Juarez Brito Guimarães e Maria do Carmo. Naquele momento, Cristiano Rodrigues era apenas simpatizante, mas posteriormente tornou-se militante, chegando a compor o quadro dirigente da POLOP, em Goiás, no ano de 1965.

O motivo da precariedade de informações sobre esses ex-militantes, provavelmente refere-se ao fato de terem saído do país imediatamente após o golpe militar. Por exemplo, é conhecido que Evelyne Singer e seu conjugue, Paul Singer, logo exilaram-se no Chile (FAVARO, 2015: 274). Essa informação, sobre o exílio da maior parte dos militantes do primeiro grupo, coincide com o depoimento de outro integrante da POLOP no estado, que abordaremos posteriormente.

Quanto a Juarez Guimarães Brito, há disponibilidade maior de documentos militares impondo acusações contra ele. O militante e Maria do Carmo Brito se mantiveram no país, posteriormente sendo um dos fundadores da dissidência da POLOP, juntamente ao conhecido capitão Carlos Lamarca, a VAR-PALMARES (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares). Em relatório expedido pelo Departamento da Polícia Federal do Ministério da Justiça, em dezembro de 1970, consta que quando entrou para a clandestinidade, após o golpe de 1964, era sociólogo e funcionário público do estado de Goiás e tinha residência em Goiânia. No ano de 1963, já havia sido preso na cidade de Nazário-GO junto a Maria do Carmo Brito e Tarzan de Castro, por panfletagem de material considerado subversivo no local da reunião que realizavam, esta que tinha por objetivo a conscientização dos trabalhadores sobre os seus direitos (BNM_095, 1970: 3616).

Consta no relatório, que, no ano de 1964, o indiciado participava das reuniões da POLOP, realizadas “no 2º andar do prédio da esquina da Av. Goiás com a rua 4, Goiânia-GO, local em que funcionava um curso de Administração Pública”. Compareciam às reuniões Piragibe Castro Alves, Guido de Souza Rocha, Cleuler de Barros Loyola, Maria do Carmo Brito, Antonio Pimentel, entre outros (BNM_95, 1970: 3616). Brito também visitava a Federação das Associações Rurais, em companhia dos icônicos militantes do PCB, José

Porfírio e Sebastião Bailão, o que demonstra a atuação conjunta de militantes da POLOP com integrantes de outras organizações:

Era um dos assíduos frequentadores da Federação das Associações Rurais, juntamente com José Porfírio, Maria do Carmo Brito, Sebastião Gabriel Baylão e outros que concitavam os trabalhadores rurais a invadirem terras; e se colocarem em desacordo com os patrões; para criar litígio, em verdadeira doutrinação comunizante (BNM_095, 1970: 3616).

6.1.3. A POLOP goiana após o golpe: da diáspora à reestruturação.

Após o Golpe de 1964, a estrutura da POLOP em Goiás foi desarticulada. Com a cassação de Mauro Borges, a implantação do governo militar e a intervenção do Marechal Emilio Ribas, os funcionários advindos do EBAP, além muitos outros, foram demitidos após o processo aberto pela Comissão de Expurgo vinculada à Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SILVA, 2013: 84-85). Uma parte dos militantes do primeiro grupo abandonou a causa e desvinculou-se dos movimentos de esquerda. Tem-se a informação que Evelyne Singer exilou-se no Chile, passando a atuar como professora na Universidade de Concepción (FAVARO, 2015: 274), Piragibe voltou para o Mato Grosso e Guido Rocha para Belo Horizonte. Aqueles que continuaram no país foram presos e/ou entraram para a clandestinidade, como foi o caso de Juarez Brito, que se mudou para o Rio de Janeiro.

Cristiano Rodrigues Teixeira da Silva e Luiz Antero de Moraes foram presos em Goiânia, porém logo libertos por meio de um *habeas-corpus*, que ainda era um recurso jurídico possível (SILVA; MORAIS, 2013: 83-84, 305). Os depoimentos de ambos divergem, no que se refere ao destino dos outros companheiros após a instauração da ditadura militar, porque, enquanto o primeiro diz que a maior parte permaneceu no país, o segundo alega o contrário:

Muitas pessoas não estavam com pressa, não estavam entendendo, e quando se instalou o golpe de 1964 muitas saíram do país. Eu não saí, eu permaneci e foi o que me acarretou desgaste físico e mental. Na prisão me questionavam sobre isso, o porque de todos terem saído do país e eu não, eu era visto como um elo com os que foram para o exterior (MORAIS, 2013: 307).

Cristiano Rodrigues comentou, em depoimento, que antes do golpe o núcleo da POLOP, em Goiás, chegou a desenvolver ações pelo interior do estado, ora em conjunto com militantes de outros partidos, como foi o caso de Juarez Guimarães de Brito que atuara junto

com o PCB e o PCdoB, ora de forma autônoma. A equipe havia montado um sindicato legal de camponeses em Inhumas, cidade natal de Cristiano, ao mesmo tempo em que já tinham fundado dois Grupos dos Onze na localidade, forma de atuação política inspirada no Movimento da Legalidade, encabeçado por Leonel Brizola, em 1961 (SILVA, 2013: 83). No entanto, com a instauração da ditadura militar, os remanescentes da organização se viram limitados ao meio urbano, pois, segundo Luiz Antero (2013: 307): “Nos anos de 1964 e 1965 ficávamos mais dentro da cidade. Se fôssemos para o interior a situação se tornaria mais perigosa, pois tínhamos poucos conhecidos por ali”.

Diante do fracasso do PCB perante o golpe militar em 1964, os intelectuais da POLOP viram que tinham razão em suas críticas, mas era preciso abandonar uma posição meramente teórica já que alguns integrantes afirmavam ser momento de agir. No entanto, a dificuldade consistia em qual tática adotar, considerando que a organização não detinha vínculo orgânico com movimentos de massa (GORENDER, 1987: 127). Por exemplo, na experiência goiana, as tentativas de inserção nos movimentos sociais, mesmo no movimento estudantil, mostraram-se um fracasso.

Dessa forma, foquismo parecia uma possibilidade de se dispensar o trabalho com as massas e partir para a ação. Antes mesmo de 1964, ainda que houvesse restrições, dirigentes da POLOP eram simpatizantes da “teoria do foco”. Militantes apressados, juntamente a subalternos das Forças Armadas, articularam a preparação de um foco guerrilheiro a ser montado em Minas Gerais. No entanto, essa conspiração ficou conhecida como a Guerrilha de Copacabana, pois membros da organização e marinheiros faziam todo o planejamento em apartamentos daquele bairro do Rio de Janeiro. Agentes do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), infiltrados entre os conspiradores, invadiram o aparelho e prenderam os envolvidos, em julho de 1964. Tal investida da repressão fez com que muitos militantes da organização fossem para o exílio (GORENDER, 1987: 127).

Esse acontecimento gerou uma tensão interna, intensificando a cobrança pela definição de alternativas para a ação concreta. Em resposta aos questionamentos, foram formulados, a partir de 1966, quatro estudos de autoria do Comitê Nacional da POLOP e Ernesto Martins, pseudônimo de Érico Sachs, um dos fundadores e principais dirigentes da organização. Os documentos foram reunidos sob o título *Aonde vamos?*, agregando textos de títulos: I – *Reformismo e perspectivas proletárias*; II – *Causas do reformismo*; III – *Governo de transição*; IV – *Foco e revolução* (GORENDER, 1987: 127; SACHS, 1967).

Depois de um balanço da trajetória da organização, o autor define o objetivo tático para a conquista de um *governo dos trabalhadores*. Ernesto Martins, ou Eric Sachs, admite

que a guerrilha rural seria anterior ao partido, porém dá ênfase à necessidade do partido de vanguarda e na função decisiva do proletariado. De maneira pouco precisa, faz-se uma combinação entre a guerrilha rural e a luta operária. Segundo Jacob Gorender (1987: 128), no *Aonde Vamos?*, Eric Sachs, a contragosto, fez uma conciliação entre a alta direção da POLOP e o *foquismo*.

No documento, Sachs privilegiava a classe operária enquanto dirigente do processo revolucionário, mas, na parte *Foco e revolução*, igualmente ressaltava a importância da classe camponesa, como detentora de um potencial revolucionário *imediato*:

O potencial revolucionário IMEDIATO com o qual terá de contar são sem dúvida os camponeses, pequenos proprietários, posseiros, meeiros, trabalhadores do campo, etc., cujas aspirações e necessidades a guerrilha terá de levar em conta. Isso é uma questão de sobrevivência para ela. Sem a simpatia e o apoio dessas camadas nenhum foco perdurará. Mas esse efeito político da guerrilha será, por muito tempo, regional. Ele será transmitido pelos camponeses por zonas maiores ou menores, dentro do alcance das comunicações verbais dos camponeses, pois de organização e de literatura eles não dispõem. Para influir sobre as relações de forças políticas em escala nacional, a guerrilha tem de se fazer ouvir com soluções para os problemas políticos nacionais. Na prática isso significa que ela tem de apelar para o proletariado das cidades (SACHS, 1967).

Nesse sentido, a aplicação de tal alternativa tática, em regiões como Goiás, por exemplo, poderia se dar mediante influência do *foquismo*, fruto do imaginário sobre a Revolução Cubana, mas também devido ao histórico de lutas camponesas na região, sendo a dos posseiros de Trombas e Formoso, a mais expressiva, já abordada anteriormente. Relembrando a luta pela terra ocorrida na região nordeste do estado, em líderes camponeses se organizaram nos Conselhos de Córregos e posteriormente em Associações e Federações, sob a orientação do PCB, podemos perceber que Eric Sachs subestimou a classe, desconsiderando experiências históricas desses movimentos, tanto no Brasil, quanto em âmbito internacional. No entanto, o dirigente da POLOP é assertivo quando alega que a guerrilha só teria eficiência sobre as forças políticas do país, se abrangesse os problemas nacionais, nesse sentido, apelando para o proletariado das cidades. O movimento não deveria se limitar a questões locais, o que foi um dos problemas de Trombas e Formoso.

Após o golpe, entre os anos de 1965 e 1966, a POLOP chegou a criar um núcleo guerrilheiro na região de Rio Verde e Jataí, porém essa experiência teve curta duração. Segundo Cristiano Rodrigues (2013: 80), teriam fundado e atuado nesse núcleo guerrilheiro, Daniel Ângelo (que futuramente veio a ser vereador em Goiânia), Bricio Francisco Cordeiro, seu filho Nelson Cordeiro e Ismael da Silva Bizuca, este último que era o responsável pelo Setor de Segurança do segundo núcleo militante da ORM-POLOP, em Goiás, reestruturada

após o golpe. O ex-coordenador do Setor Político da organização, no estado, falou sobre os motivos para a escolha do local e as condições precárias em quem eram realizados os treinamentos, sem armamento e instrução militar adequados:

Achávamos que lá estava uma área de futuro crescimento agropecuário, que no momento era muito isolado e que podia permitir um treinamento militar real. Sem nenhum instrutor militar, sem ninguém com experiência militar. Se tivéssemos, por exemplo um oficial, um suboficial, um sargento ou cabo de quaisquer unidades das Forças Armadas especialista em treinamentos, mas não tínhamos nada disso. Nem experiência de recruta do Exército tínhamos. Eu, por exemplo, não fui recruta do Exército. Com muita dificuldade de assistência, de manutenção deles, de víveres, de alimento, de sobrevivência, de munição, e nem era munição para treinamento, era munição para sobrevivência, para caça, pois eles estavam isolados como um bando de bichos no mato. Até que ele sozinho se desmanchou. Nós não dávamos conta, não fizemos uma estratégia militar correta, estávamos longe disso; só existia no coração e na vontade. Mas a situação foi até engraçada. Certa vez uma manada de caititu afugentou os bravos guerrilheiros que estavam lá. Comprávamos era carabina, era revolver usado, aquela famosa *papo amarelo*, coisa que não foi para frente, coisa de amador, de paixão, de ilusão (SILVA, 2013: 80-81).

Luiz Antero, que igualmente era membro da equipe dirigente, no período, com função no Setor de finanças, diz que sabia da existência do acampamento guerrilheiro, mas nunca esteve no local. Segundo ele, “foi tudo muito secreto”, de forma que todos os integrantes sabiam de sua existência, mas não tinham conhecimento do local exato. Devido à desarticulação prematura desse foco guerrilheiro, por iniciativa do próprio grupo e da direção regional, as forças militares não chegaram a ter conhecimento dele:

O grupo era pequeno, o grupo todo sabia que existia, mas nunca estive no local exato, era secreto até pra mim. Eu era o tesoureiro, mandava no dinheiro, comprava rádios pra lá. Havia armas leves, mas não houve nenhum enfrentamento. Com o desmembramento deste grupo, o pessoal começou a retornar à Goiânia e decidiu que não seria o momento ideal, pois em São Paulo, vários membros haviam sido presos e assassinados. Assim, buscamos nossos camaradas. Até hoje nem o Exército, nem a Polícia Federal nunca falaram nisso. Foi tudo muito secreto (MORAIS, 2013: 306).

A ORM-POLOP, talvez pelo fato de, desde a sua fundação, ter atraído maior quantidade de intelectuais e profissionais liberais em suas fileiras, demonstrando pouca adesão de estudantes secundaristas em Goiás, foi capaz de fazer uma análise de conjuntura. Os diretores concluíram que naquele momento a correlação de forças era desfavorável e que o melhor a fazer seria a retirada dos companheiros do acampamento guerrilheiro. Por mais que a sigla tenha se diferenciado das demais, principalmente do PCB (Partido Comunista Brasileiro, no que se refere à perspectiva da *revolução brasileira*, que deveria ser imediatamente socialista, sem passar por etapas, ainda não havia se contaminado

integralmente pelo espírito do *Voluntarismo Revolucionário*, este que progressivamente se entranhou na juventude brasileira e latino-americana e que logo seria o responsável por provocar inúmeras cisões na sigla, o que veremos mais adiante.

Este modelo revolucionário, que, no caso da América Latina, desenvolveu-se sob a influência da obra e imagem de Che Guevara e os discursos de Fidel Castro, sobretudo o exemplo da Revolução Cubana, se opunha a todo “determinismo passivo e fatalista” e empurrava os militantes para uma prática revolucionária empírica independentemente da sua fundamentação teórica, tornando-se mais importante a *ação* política (LÖWY, 2012: 46). Principalmente a Primeira e Segunda Declaração de Havana, proferidas por Castro em 1960 e 1962, teriam repercutido amplamente nas organizações da nova esquerda desde o início daquela década, especialmente o seguinte trecho da segunda declaração: “O dever de todo o revolucionário é fazer a revolução. Sabemos que a revolução será vitoriosa na América e no mundo, mas é indigno de um revolucionário sentar-se na porta da sua casa e esperar que passe o cadáver do imperialismo” (CASTRO, 1962 apud LÖWY, 2012: 46). Entretanto, foi o trabalho do filósofo francês Régis Debray, *Revolução na Revolução?*, de 1966, o responsável por difundir uma visão unilateral e espontaneísta da Revolução Cubana, priorizando o aspecto militar perante o político e teórico, conhecido como *teoria do foco*. De acordo com Jacob Gorender, tal teoria partia da afirmação do amadurecimento das condições objetivas para a vitória da revolução em toda a América Latina, por exemplo, a consolidação do capitalismo. Se já havia as condições objetivas, de acordo com o marxismo, nesse caso, determinista, faltavam apenas as condições subjetivas, logo, “a vontade de fazer a revolução”, ou *Voluntarismo Revolucionário* (GORENDER, 1987: 79-80; LÖWY, 2012:47; SACHS, 1968).

Para os militantes da ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária) o caráter da revolução brasileira ia contra o modelo etapista, anteriormente hegemônico na esquerda brasileira, disseminado pelo PCB. Porém, defendiam o seguinte princípio, primorosamente esboçado por Moniz-Bandeira, um de seus ex-militantes, inspirado nos escritos de Lênin, em sua obra *O caminho da Revolução Brasileira* (1962, 9): “sem teoria revolucionária não há prática revolucionária”. No entanto, Jacob Gorender advertiu que, independentemente do advento do espírito voluntarista, principalmente após o golpe militar, as constantes derrotas das esquerdas para o aparelho repressivo do Estado e o distanciamento perante os movimentos de massas, impeliram a esquerda brasileira para as cisões e a dispersão. Esse voluntarismo foi o responsável pela fragmentação da POLOP em novas organizações que aderiram à luta armada como tática imediata a ser adotada, no Brasil, como

o COLINA (Comando de Libertação Nacional), a VAR-PALMARES (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), entre outras.

6.1.4. Da ascensão à crise interna: uma dissolução “espontânea”?

Passados alguns meses depois da investida militar, de 1964, os militantes da sigla tentaram sair do imobilismo, em Goiás, organizando ações políticas autônomas, como o acampamento guerrilheiro na região de Jataí, que vimos anteriormente, mas também ações que visavam maior alcance social, como os movimentos estudantil e operário. Nesse sentido, segundo Cristiano Rodrigues T. da Silva (2013: 83) a POLOP conquistou a simpatia de alguns expressivos estudantes e trabalhadores goianienses, principalmente prestadores de serviço no ramo da construção civil:

O golpe fez com que tivéssemos uma atividade política maior. Na primeira etapa do golpe, na primeira etapa do AI-1, AI-2, AI-3, a POLOP enraizou-se em Goiás. Participaram estudantes, operários de prestação de serviços; nem sempre operários registrados como operários, mas como encanador, electricista. Lembrarei agora daqueles que fizeram parte da nossa associação e são anistiados hoje como nós: Roberto Prateado, Adilson Luiz – um electricista outro encanador – eles trabalhavam com carteira assinada eventualmente, pois a indústria da construção civil é muito sazonalizada, ainda mais naquela época. E estudantes como Rafton Nascimento Leão foram também simpatizantes militantes. Alguns outros amigos como Luiz Antero, Valterli Leite Guedes, hoje jornalista, Ângelo, que foi vereador em Goiânia; e Ismael da Silva Bizuca.

Na perspectiva de Cristiano, que foi coordenador do Setor Político, em Goiás, a partir de 1965, após o golpe a POLOP teve uma atividade política maior e com certa inserção nos movimentos sociais, atraindo a simpatia de estudantes e operários. Entretanto, em verificação do depoimento de Luiz Antero (2013: 305) e do *Relatório produzido pelo SNI em 03 de dezembro de 1970* (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 729), constatamos que no estado a sigla manteve-se, fundamentalmente, como uma organização de intelectuais, o que não fugiu à tendência da sigla no âmbito nacional. Em depoimento fornecido ao projeto *Memórias Transcritas*, Antero de Moraes comenta sobre os atributos teóricos do grupo que foi montado em Goiás, naqueles anos:

Quando veio o golpe de 64 em pleno apogeu, eu já estava em outra organização, chamada POLOP – Política Operária. Um grupo coeso e de boas pessoas, todas praticamente escolhidas a dedo. Tentaríamos avançar e crescer trazendo os descontentes, os que não estavam militando em outras organizações. E nós conhecíamos vários. Seria esse nosso objetivo. Era um grupo muito capaz

intelectualmente, um grupo evoluído, não através de diplomas, mas sim na ciência, nos conhecimentos teóricos do Marxismo e Leninismo. Era a fina flor existente em Goiânia naquela época. Vários e bons revolucionários haviam saído e o que sobrou foi esse grupo (MORAIS, 2013: 305).

O *Relatório produzido pelo SNI em 03 de dezembro de 1970* (ARQUIVOS REVELADOS, 2016), descrevia que em 08 de outubro de 1969 foi instaurado pela Polícia Federal em Goiás sindicância visando apurar atividades desenvolvidas pela “organização clandestina e de extrema esquerda intitulada Política Operária – POLOP -, naquele estado” (2016: 729-730). O relatório afirmava que, diante das investigações (diga-se prisão e tortura dos envolvidos), verificou-se que entre os anos de 1965 e 1968 a organização desenvolveu atividade ininterrupta, em Goiás, mantendo vínculo com outros estados, especialmente São Paulo, onde funcionava o “Comitê Central” da organização.

No primeiro momento, os encargos e funções da POLOP, em Goiás, teriam sido distribuídos da seguinte forma:

Coordenação do Setor Político – Cristiano Rodrigues Teixeira da Silva; Coordenação Geral – Clecio José Dias da Costa; Setor de Finanças – Luiz Antero de Moraes; Setor de Segurança – Ismael da Silva Bizuca (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 730).

De acordo com o documento, no ano de 1965, devido à entrada de novos integrantes, a POLOP foi dividida em dois grupos, no estado, sendo estes compostos da seguinte forma:

1º Grupo: Cristiano Rodrigues Teixeira da Silva, Ismael da Silva Bizuca, Luiz Antero de Moraes, Clécio José Dias da Costa e Sônia Maria Machado Thomé; 2º Grupo: Júlio Keper, Antônio Evandro Canedo e Wagner Alves de Campos, sendo que Nelson Cordeiro, Adilson Luiz e Itamar de Souza vieram a integrar posteriormente esses dois grupos (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 730).

Posteriormente, Clécio José foi suspenso de suas funções na organização, por questões de divergências internas, de forma que Cristiano passou a desempenhar igualmente a função de Coordenador-Geral (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 730). No Termo de Declarações prestado por Clécio ao Departamento da Polícia Federal, alocado na Subdelegacia Regional em Goiás, consta a informação de que ele foi convidado a participar da organização, ainda em 1963, por Juarez Guimarães de Brito. É importante lembrar que estes depoimentos foram colhidos após a prisão e tortura, na maioria dos casos, o que não garante a veracidade de tais informações. Com a clandestinidade e exílio dos principais dirigentes, Clécio participou da reestruturação da POLOP em Goiás, no ano de 1965. O integrante atuou como coordenador

por apenas três meses, período em que viajou algumas vezes para São Paulo e Rio de Janeiro, a fim de buscar material teórico da organização (BNM_193, 1969: 501), tendo se encontrado, inclusive, com Juarez, que ainda fazia parte da organização: “O marginado (Juarez Guimarães de Brito) entregou na Guanabara materiais da POLOP, que se destinavam a Goiânia-GO, para ser conduzido por Clécio José Dias da Costa” (BNM_095, 1970: 3616).

Clécio foi suspenso disciplinarmente, em 1966, supostamente por ter passado um cheque sem fundo para Cristiano, coordenador do Setor Político da organização em Goiás, e também por ter colocado a militância em segundo plano, se dedicando mais às atividades profissionais e particulares. Na reunião que promoveu sua suspensão teriam comparecido Cristiano, Ismael Bizuca, Luiz Antero e Carlos (delegado do Comitê Central da POLOP em São Paulo), tendo essa reunião sido realizada no consultório médico do Dr. Cristiano Rodrigues Teixeira, pai de Cristiano, no Edifício do Banco Mercantil, quarto andar. Depois de algum tempo, Clécio voltou a participar das reuniões da organização, em Goiânia, mas não demorou a se envolver em novos conflitos internos, dessa vez com Ismael Bizuca. Após isso, ele foi definitivamente expulso dos quadros da POLOP em reunião que contara com a participação de Eder Sader – então professor da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e dirigente nacional da organização. Em solidariedade a ele, Sonia Thomé (que trabalhava como secretária de Clécio) e Nelson Cordeiro também teriam se desligado do movimento (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 730; BNM_193, 1969: 503).

Em 1966 foi realizado um congresso da POLOP em Goiânia (GO), a fim de serem discutidos assuntos referentes às duas correntes ideológicas da organização, uma favorável à luta armada e outra defensora de “soluções pacíficas para se chegar ao poder”. Nesse mesmo evento foram realizadas eleições para o preenchimento de cargos da organização, tendo Ismael Bizuca sido eleito titular da Coordenação Geral, função que anteriormente era desempenhada por Clécio. Por sua vez, Adilson Luiz foi eleito para representar a POLOP de Goiás no Congresso Nacional da organização, realizado em 1967, em São Paulo.

O mesmo documento relata que a organização teve alguma inserção em sindicatos na capital, mas não especifica quais eram estes. E, por fim, o relatório conclui que a POLOP, em Goiás, acabou em 1968, por divergências internas entre seus membros (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 730-731). Todavia, mesmo a organização já tendo deixado de desempenhar suas atividades políticas, em 1969 praticamente todos os seus integrantes foram presos, segundo depoimento de Luiz Antero (2013: 307): “Em 1969 desmontaram toda a POLOP, escolheram-na e acabaram com ela. Foram todos detidos”. O relatório do SNI relata

que foram “ouvidas” as seguintes pessoas, o que significa que foram presas e, na maioria dos casos, torturadas:

Foram ouvidas, em Goiás, por suas implicações com a POLOP, as seguintes pessoas e que apresentaram os seguintes dados de qualificação: a) Clécio José Dias da Costa [...]; b) Osmar Alves de Carvalho [...]; c) Luiz Antero de Moraes [...]; d) Valdevino Pereira de Oliveira [...]; Antônio Evandro Canedo; f) Wagner Alves de Campos [...]; g) Ismael da Silva Bizuca [...]; h) Cristiano Rodrigues Teixeira da Silva [...]; i) Sônia Maria Machado Thomé [...]; j) Adilson Luiz [...]; Nelson Cordeiro [...] (ARQUIVOS REVELADOS 2016: 731-732).

De atividade política limitada, a militância goiana se manteve isolada e pouco numerosa, não expandindo seus quadros em outros nichos sociais. Ao contrário da organização no plano nacional, em Goiás a POLOP não recebeu adesão no meio operário, levando em consideração a especificidade socioeconômica do estado. O núcleo militante da POLOP em Goiás permaneceu como um grupo de intelectuais e profissionais liberais, sem ter muita inserção entre os estudantes, este que, inevitavelmente, era o meio mais forte de resistência política, em Goiás, naquele momento.

Aparentemente, boa parte das razões para a crise interna enfrentada pela ORM-POLOP, teve início com problemas interpessoais. No entanto, é importante lembrarmos que a militância da organização, no estado, nasceu dentro do Governo Mauro Borges, sendo, então, altamente envolvida e afetada pela política *transformista*. Todos os integrantes da equipe técnica, convidada a trabalhar na elaboração do I Plano de Desenvolvimento Econômico, faziam parte da POLOP, tendo Mauro Borges garantido a tutela e controle sobre o grupo, integrando-o subalternamente ao bloco no poder como quadros da burocracia. Nesse sentido, a oposição era “domesticada”, por meio de mecanismos que a legalizava, ao mesmo tempo em que lhe enquadrava a certos limites. Esse enquadramento acabou esvaziando o caráter contra hegemônico de boa parte das esquerdas, em Goiás, favorecendo sua “integração passiva à ordem” (MACIEL, 295: 2006). Desse modo, os militantes da organização, considerada inicialmente como “extremista”, tendo se negado, inclusive, a participar das lutas pelas Reformas de Base, acabaram aderindo, de forma “molecular”, à política reformista do “campo moderado” (GRAMSCI, 1981: 235-236).

Ao mesmo tempo, havia o questionamento sobre a perspectiva sobre os caminhos a serem trilhados pela revolução socialista e a alternativa da luta armada. A juventude brasileira, deslumbrada pelo mito da Revolução Cubana, tinha pressa em fazer a revolução. Em 1968 a ORM-POLOP acabou em Goiás, mas ao final daquele mesmo ano chegava ao estado uma de suas dissidências – o COLINA (Comandos de Libertação Nacional).

6.2. Do COLINA à VAR-PALMARES.

6.2.1. As criaturas do Quarto Congresso da POLOP: o COLINA e a VPR.

A alta direção da POLOP foi incapaz de indicar alternativas políticas adequadas à conjuntura e, por sua vez, estudantes e intelectuais da organização aderiam convictos ao foquismo. A doutrina foi reformulada sob a inspiração da linha cubana, enquanto, no plano tático, deu-se a aproximação de ex-militares, desiludidos com o brizolismo. Esse processo se desenvolveu de forma independente, de um lado, em Minas Gerais e Rio de Janeiro, e de outro, em São Paulo. Quando a organização realizou seu Quarto Congresso, em setembro de 1967, a mesma já estava à beira de um racha (GORENDER, 1987: 128).

No documento *Programa Socialista para o Brasil*, texto aprovado no Quarto Congresso, estava presente proposta de um governo revolucionário dos trabalhadores, como forma de transição para a ditadura do proletariado. Num curto parágrafo, explicaram o golpe militar como necessidade das classes dominantes em: “[...] manter seus privilégios, ameaçados pelo movimento popular que cresce”. Porém, esse *movimento popular* mencionado, centrado na luta pelas reformas de base, era altamente criticado pela sigla antes da implantação do regime militar. Deveria ter sido feita uma autocrítica, obrigando revisão dos pilares doutrinários da organização. Semelhante, ao PCdoB, a POLOP esquivou-se da tarefa de explicar o golpe de 1964 (GORENDER, 1987: 128).

A respeito das alternativas imediatas para a ação, o Programa traz duas propostas. Uma delas é a Frente de Esquerda Revolucionária (FER), que deveria aglutinar várias organizações e correntes em torno do programa da POLOP e, segundo a visão de Jacob Gorender (1987: 128) por isso mesmo, não saiu do papel. Outra proposta é a guerrilha rural, ou o foco guerrilheiro, porém este só é citado depois de salientado o caráter proletário da revolução brasileira e a importância fundamental do partido. Sobre a FER, seus princípios e objetivos, o documento apresentava as seguintes definições:

O estabelecimento de uma unidade de ação da esquerda revolucionária, em torno de princípios básicos e com fins imediatos de luta contra a ditadura, será um passo decisivo para a mobilização da classe operária. Ao mesmo tempo, essa unidade cria condições mais favoráveis para que a linha proletária e revolucionária se apresente com maior impacto na vida nacional: como alternativa ao reformismo dominante. A plataforma que apresentamos para a formação de uma frente de esquerda revolucionária resumiu os pontos de princípios que distinguem hoje os revolucionários proletários no país: reconhecimento do caráter socialista da revolução no Brasil; reconhecimento da hegemonia do proletariado e da formação de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo como premissa da revolução; luta por um partido revolucionário que lidere a classe operária, à base da teoria do marxismo-leninismo; reconhecimento da luta armada e, especificamente da luta de

guerrilhas; organização da classe operária nos lugares de trabalho, e desenvolvimento de uma agitação revolucionária na classe (ORM-POLOP, 1967: 146-147).

No Congresso de 1967, deu-se uma cisão que subtraiu da POLOP mais da metade dos integrantes. Esvaziada, entretanto, sem a pressão dos setores foquistas, os remanescentes da organização se uniram, em 1968, à Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, que advinha do PCB (Flávio Koutzi, Marco Aurélio Garcia, entre outros). Dessa Fusão surgiu o POC (Partido Operário Comunista). Independentemente da sigla, seguindo a tendência da própria POLOP, no novo partido havia poucos operários, em relação à composição intelectual e estudantil. Apesar do discurso obreirista, segundo Marcelo Ridenti, a nova organização só teve quatro “trabalhadores manuais urbanos” denunciados, 3,3% de todos os seus processados. Principalmente depois da edição do AI-5 (Ato Institucional nº 5), que dificultava ainda mais a atividade política junto aos trabalhadores, os vínculos das esquerdas com a classe tornaram-se mais delicadas (GORENDER, 1987: 129; RIDENTI, 1993: 166-167).

Um dos principais núcleos dissidentes da POLOP, ainda em 1967, saiu de Minas Gerais, encabeçado por Ângelo Pezzutti da Silva, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Carlos Alberto de Freitas e Jorge Baptista Filho. O rompimento se espalhou ao Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde teve filiação de Carlos Franklin de Araújo Paixão (GORENDER, 1987: 129). De início, sem nome específico, no intuito de uma possível fusão com outras correntes, a dissidência mineira era chamada O. (“ó pontinho”). Em 1968, tomou o nome de Organização Político-Militar (OPM) e, com o tempo e o desenvolvimento de ações armadas, a organização ficou conhecida como COLINA (Comandos de Libertação Nacional) (RIDENTI, 2007: 122). De acordo com Daniel Aarão Reis Filho, na obra *A revolução faltou ao encontro*, os integrantes da sigla: “defendiam a guerrilha rural, ações armadas de propaganda e criticavam o *burocratismo* da POLOP, denunciando incompatibilidades entre seus critérios de organização e as exigências da prática revolucionária” (REIS FILHO, 1990: 50).

O documento básico, intitulado *Concepção da luta revolucionária*, de abril de 1968, se diferencia do Programa Socialista da POLOP principalmente pelo tom altamente militarista. Logo na primeira parte do texto, de nome *A guerrilha como resposta a uma situação política concreta*, é visível o apelo ao movimento guerrilheiro e, em poucas páginas adiante, defendia-se a urgência do desencadeamento da luta armada:

Isto porque – ao contrário dos espontaneístas – acreditamos que a luta armada não se acha na ordem do dia apenas na etapa final da tomada do poder. Ao contrário, esta

etapa final é o coroamento, é a ruptura provocada pela acumulação de forças pelo proletariado e demais classes exploradas durante todo o processo da luta revolucionária. Esta acumulação de forças corresponde à construção de um novo poder. [...] Por isso afirmamos que a tarefa fundamental dos revolucionários brasileiros é a de organizar, preparar e desencadear a luta armada (COLINA, 1968: 175, 176).

No texto, as lutas legais de massas são ditas como secundárias, sendo naquele momento incapazes de oferecer uma alternativa revolucionária. Esta só poderia vir do foco guerrilheiro, cujo desenvolvimento era essencialmente clandestino e independia do trabalho com as massas. Semelhante à ALN (Ação Libertadora Nacional), o COLINA compreendia a guerrilha rural tanto como *força móvel estratégica*, como *vanguarda política*. O meio urbano serviria apenas para fins logísticos, propaganda política, arregimentação de quadros, expropriação de fundos e atos de sabotagem ao inimigo (destruição de fontes de energia, de meios de comunicação e transporte, etc.) O programa do COLINA foi um dos poucos a pregar explicitamente o terrorismo, semelhante a ALN, de Marighella (COLINA, 1968: 183, 195; GORENDER, 1987: 129).

A valorização da guerrilha em detrimento do partido político era claramente inspiração do livro *Revolução na Revolução*, do escritor e jornalista parisiense Régis Debray, que, nos anos 1960, acompanhara Che Guevara em investida guerrilheira pela América do Sul. O ex-militante da POLOP e principal mentor ideológico do POC (Partido Operário Comunista), Érico Sachs, em texto solidário a Debray, então mantido em cárcere pela repressão boliviana, em 1968, dizia que a obra do escritor francês representava a tentativa mais detalhada de elaborar uma estratégia de luta de guerrilha na América Latina. Sachs afirmava que, enquanto Che Guevara reconhecia explicitamente a necessidade do partido de vanguarda revolucionário, Debray problematizava a razão de ser do mesmo: “O que se deve fortalecer hoje: partido ou guerrilha, germe do exército popular? Qual o elo decisivo? Onde colocar o esforço principal?” (DEBRAY, 1985: 74; SACHS, 1968). A essa pergunta, o escritor francês respondia que partido e exército popular eram, na realidade, inseparáveis, devendo desenvolver-se ao mesmo tempo:

Em alguns lugares da América, a longo prazo, não há opção entre partido de vanguarda e exército popular. Mas, de imediato, há uma hierarquia de tarefas, historicamente fundamentada. O exército popular será o núcleo do Partido, e não o inverso. A guerrilha é a vanguarda política *in nuce*, e apenas do seu desenvolvimento pode surgir o Partido. Por isso é preciso desenvolver a vanguarda política (DEBREY, 1985: 84).

O COLINA desde o início se mostrou como junção entre dissidentes da POLOP e militares de baixa patente desgarrados das Forças Armadas e já distanciados do brizolismo. Conseguiu arregimentar integrantes em vários estados brasileiros, até 1968, teve presença nos movimentos estudantil e operário, sendo este último, principalmente em Minas Gerais. Publicou dois números de revista: o primeiro com a Declaração Geral da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade) e artigos traduzidos sobre guerrilhas na América Latina; e o segundo com textos que faziam ataques à POLOP, sua entidade-matriz. Em 1968, a organização já estava envolvida na luta armada, tendo começado pelos assaltos a agências bancárias e ações de captura de armas (GORENDER, 1987: 129-130).

Processo semelhante ao de Minas e do Rio se deu em São Paulo. Ainda em 1966, outra dissidência foquista da POLOP estabeleceu contato com militantes vinculados ao ex-sargento Onofre Pinto. Os contatos se fortaleceram e encaminharam para a formação do que igualmente se chamou Organização, ou só O., que posteriormente foi batizada de VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), em dezembro de 1968 (GORENDER, 1987: 131).

Em São Paulo, a organização teve a inserção de um grupo social, que não existia no COLINA. O terceiro componente veio da confluência entre movimento operário e estudantil de Osasco, pois ali moravam muitos estudantes-operários ou estudantes filhos de famílias operárias, cuja atuação cotidiana era um enlace entre classe operária e os meios estudantis. A VPR, então, fora composta por três grupos principais: lideranças operárias/estudantes de Osasco; remanescentes do MNR⁶¹ (Movimento Nacionalista Revolucionário) em São Paulo, sob a liderança do ex-sargento Onofre Pinto; e o grupo paulista dissidente da POLOP (GORENDER, 1987: 131; RIDENTI, 2007: 120-121).

6.2.2. A guerrilha urbana chega a Goiás: a formação do COLINA.

No ano de 1968, após a saída de Clécio José Dias da Costa da POLOP, o mesmo teria viajado a Belo Horizonte, em Minas Gerais, a serviço de sua empresa. Nessa oportunidade, procurou “Guido”, para propor-lhe a compra de um lote de terra localizado em Goiânia. Nessa parte do Termo de Declarações de Clécio, prestado à Polícia Federal, em 1969, documento já citado acima, acreditamos que o interlocutor de Clécio trata-se de Guido Rocha, integrante do

⁶¹ Grupo nacionalista guerrilheiro, então extinto, comandado no exílio uruguaio pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola, entre 1964 e 1967 (RIDENTI, 2007: 120).

primeiro quadro da POLOP, em Goiás, que, com o golpe, voltara para Belo Horizonte (BNM_193, 1969: 504).

Nesse encontro, Clécio teria sido sondado por Guido Rocha sobre a possibilidade de fundação da OPM (Organização Político- Militar), em Goiânia, ficando acordado que o material da organização seria encaminhado pelo correio e que um emissário da OPM mineira procuraria Clécio José em sua residência, ao qual deveria entregar o pacote recebido:

[...] que, dessa maneira Guido solicitou ao declarante que recebesse em sua residência particular o material que lhe remeteria pelo Correios para Goiânia e que da mesma forma recepcionasse em sua residência um emissário da OPM Mineira que seria enviado para Goiânia (BNM_193, 1969: 505).

O emissário, apresentado pelo nome Roberto⁶², o procurou depois de pouco mais de um mês e na visita fez a exposição dos documentos recebidos, intitulados *A Guerra e Guerrilha*, de Che Guevara, *Revolução na Revolução*, de Régis Debray e um documento de diretrizes da OPM. Posteriormente, Roberto entregou os documentos a Rafton Leão, integrante do movimento estudantil e antigo simpatizante da POLOP de Goiás.

Segundo a declaração, Clécio não se dava bem com Rafton nem com “Bisuca”, igualmente simpatizante da OPM. Nesse ponto acreditamos que este último se trata de Ismael da Silva Bizuca, ex-militante da POLOP goiana, com o qual Clécio José também tivera divergências em seus últimos dias na organização. Desde então, teria se afastado da militância, não sendo procurado novamente por “Roberto” ou qualquer pessoa da OPM. O mesmo alegou não saber se emissário da organização manteve outros contatos em Goiânia, mas citou o nome de Jackson Pires Machado, militante da Ação Popular (AP), e pessoa do círculo de amizade de Rafton (BNM_193, 1969: 506). Jackson Luiz Pires Machado, então era um importante líder estudantil secundarista, que fora presidente do Grêmio Félix de Bulhões, do colégio Liceu de Goiânia, principal escola da cidade, famosa pela formação de líderes políticos da época. Em entrevista concedida à autora, em 2015, Jackson contou sua trajetória na Ação Popular e posterior adesão ao COLINA. Quando se referiu à sua transição entre as

⁶² As informações sobre o tal emissário do COLINA em Goiânia são imprecisas, certamente devido ao sistema de segurança, que determinava a utilização de nomes falsos. Os relatos contidos, tanto no relatório da Polícia Federal, quanto de dois antigos militantes da organização, Jackson Luiz Pires Machado e Juarez Ferraz de Maia, falam da chegada de um membro importante na cidade, possivelmente um dirigente, com o intuito de ali montar um braço da organização. No entanto, há divergências em relação ao nome desse integrante, sendo chamado de “Roberto” pela Polícia Federal, de “Carlos Alberto” e “Beto”, por Juarez, e “Humberto” por Jackson. Comparando os nomes, que são próximos do apelido “Beto”, acreditamos tratar-se da mesma pessoa. Porém, ressurgiu a dúvida quando Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas*, alega que o codinome de Carlos Alberto de Freitas era “Breno” (BNM_193, 1969: 505; GORENDER, 1987: 135; MACHADO, 2015; MAIA, 2015).

organizações, a primeira diferença percebida por ele foi um acesso maior aos documentos políticos:

Porque a questão da AP para mim era uma questão do tipo, eu não me julgava alguém preparado, mas a AP foi quem me dava toda essa formação, não por documentos, mas por falas, por conversas, por reuniões, por coisas assim, você entende? Agora, documentos também havia, não quero dizer que não havia documentos, só que eu acho que eram poucos. Porque quando eu saí da AP e fui para outro tipo de organização a quantidade de documentos era impressionantemente maior (MACHADO, 2015).

Pudemos perceber, na chegada do COLINA em Goiânia, a diferença em relação ao transporte de documentos políticos. Enquanto a orientação da POLOP era a de que dirigentes específicos fossem buscar pessoalmente o material, a dissidência postava os textos pelo correio. Tal atitude demonstra uma fragilidade no sistema de segurança, que não levava em consideração a possibilidade de os pacotes serem abertos por funcionários ou policiais durante o trajeto, aumentando o risco de descoberta da atividade política e prisão de todos os envolvidos. A POLOP e o COLINA demonstravam preocupação com a formação política dos militantes, porém se diferenciavam em relação ao sistema de logística dos documentos. Já a Ação Popular, por volta de 1968 e 1969, preferiu reduzir o acesso dos militantes aos textos, principalmente nas bases, não por dar pouca importância à teoria, mas, principalmente, pelo rigor do sistema de segurança. Já apresentamos anteriormente a fala do ex-militante da AP, Euler Ivo (2015), em que ele comenta a sofisticação do sistema de segurança aplicado pela Ação Popular, este que posteriormente foi adotado pelo próprio PCdoB, após a incorporação. Há registros militares em que inclusive os oficiais do exército demonstram maior preocupação com a AP, por acreditarem ser menos vulnerável que as organizações *castristas*, demonstrando, assim, maior capacidade de expansão (R0027789-1982, ARQUIVO NACIONAL, SNI, 1983: 6). No entanto, Jackson discorda dessa perspectiva:

[...] eu sei que a AP tinha essa preocupação, mas era um negócio, assim, tão maluco, porque qualquer pessoa que ficasse no nosso meio durante uma semana, 15 dias, teria tudo mapeado. Por exemplo, quando eu fui preso em Goiânia, tinha um rapaz, um sargento, ele tinha dois irmãos que estudavam com a gente no Lyceu e estava ali no meio de todas as coisas, você entende? (MACHADO, 2015).

Nesse processo, importantes líderes estudantis secundaristas que, até então, tinham vínculo com a Ação Popular, no início de 1969, passaram para o COLINA, como Jackson

Luiz Pires Machado, Allan Kardec Pimentel e Juarez Ferraz de Maia⁶³. Em entrevista concedida à autora em 2015, Juarez comentou que mudaram para a organização militarista, porque tinham pressa em partir para a luta armada. No processo de transição da AP para a Ação Popular Marxista-Leninista, no qual uma das diretrizes era a *integração na produção*, e já sinalizando uma possível incorporação junto ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil), parecia que estavam atrasando o desenvolvimento da revolução:

A partir daquele movimento, então, esse grupo do qual eu fazia parte, da Ação Popular, todos nós bandeamos para a luta armada [...]. Vários. Aquilo estava um saco! Porque a Ação Popular Marxista-Leninista, partido não sei do que, virou uma tragédia, virou uma coisa que a gente pensou: ‘não, vamos nos distanciar desse povo e vamos para a luta armada, que esse povo não tem nada a ver com a gente. Esse povo quer ficar enrolando’. Nós íamos passar para a ALN, do Marighela, mas aí o cara do Marighela sumiu, e veio aqui em Goiânia um tal de Beto, que tem um livro muito bonito sobre ele. [...] O Carlos Alberto esteve aqui e estava criando esse grupo da Dilma lá em Belo Horizonte, que é o COLINA, Comando de Libertação Nacional, que depois foi para o Rio de Janeiro esse grupo e fundou-se a Var-Palmars, do qual eu fiz parte (MAIA, 2015).

Nessa fala de Juarez, é bastante visível a influência das ideias de Régis Debray, que, como já dissemos anteriormente, colocava em plano secundário a construção do partido político, se o foco guerrilheiro fosse tido como um “braço armado” da estrutura política. Na verdade, Debray não pregava a inexistência da vanguarda revolucionária, mas defendia que esta deveria ser construída na prática – no seio da luta armada (DEBREY, 1985: 50).

Em relatório confidencial expedido pelo SNI (Sistema Nacional de Informação), datado em 3 de agosto de 1970, para tratar da ficha de Allan Kardec Pimentel, consta que inicialmente o COLINA, que logo passaria a integrar a VAR-PALMARES, tinha a seguinte estrutura:

Rafton Leão do Nascimento – ligação Goiânia-Brasília; João Arnolfo Carvalho de Oliveira – setor estudantil universitário; Allan Kardec Pimentel – setor estudantil secundário; Jackson Luiz Pires Machado – setor operário (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 739).

Nesse relatório, Jackson Luiz aparece como representante do setor operário. Essa informação não procede, pois o mesmo também estava vinculado ao movimento estudantil (MACHADO, 2015). Na medida em que os principais líderes do movimento estudantil secundarista de Goiânia saíram da AP para entrar no COLINA, foram seguidos por outros

⁶³ Jackson Luiz tinha sido presidente do grêmio estudantil do Liceu de Goiânia, enquanto Allan Kardeck era o atual presidente e Juarez havia sido presidente da CGE (Central Goiana dos Estudantes). Todos eram influentes lideranças do movimento estudantil secundarista.

secundaristas, que também faziam parte da AP. Porém, segundo Jackson Luiz, a saída deles também foi motivada por um distanciamento da direção, que saiu do estado para integrar na produção, ao mesmo tempo em que se percebia possível aproximação com o PCdoB:

[...] eu sei que os processos de aproximação com o PCdoB, em Goiânia naquela época, quase 100% do movimento estudantil acompanhou a gente em direção ao COLINA. Quem sobrou foi a Socorro, as irmãs dela, o Chico Preto. Ficou pouca gente. A maioria saiu, mas a maioria expressiva foi para a COLINA. E eu nunca fui procurado por qualquer pessoa para me falar: ‘Para aí, cara! Que história é essa? Você sabe para onde você está indo? Você sabe o que é isso?’ Enfim, nunca fui procurado por ninguém, salvo pelo Euler que me procurou dessa vez que me falou: ‘Não vai embora, não. Fica com a gente’. Só ele. E ele nunca foi direção (MACHADO, 2015).

Nesse contexto, a organização, que em breve se chamaria VAR-PALMARES, teve um rápido crescimento, passando a ser composta, segundo o relatório do SNI (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 739-740), pelos seguintes integrantes: Jackson Luiz Pires Machado; Francisco das Chagas Sapiência; João Arnolfo Carvalho de Oliveira; Juarez Ferraz de Maia; Rafton Leão do Nascimento; Geraldo Gonçalo de Lima; Mariano Joaquim da Silva; Antônio de Paula Peroza; Olga D’arc Pimentel; Valdomiro Antônio Campos Batista; Rui Manoel Azevedo Gonçalves; Marcos Batista Campos; Eliane Mota Arantes; Antônio Martins Ferreira; Helvécio Luís de Amorim Raton; Raimundo Nonato Azevedo Araújo; entre outros. No entanto, segundo Juarez Ferraz de Maia (2015), o número de estudantes recebidos pelo COLINA, devido à adesão dos principais líderes estudantis da capital, foi muito maior:

Então, pessoas como eu, Jackson Machado, Euler Ivo Vieira, Olga Darck Pimentel, Rui Gonçalves, o ‘Rabelinho’, nós tínhamos uma militância política que agregava 50 pessoas. Isso eu estou falando, grosso modo, porque a base era muito grande. No movimento estudantil você tinha muita gente: a ‘Helps’, pessoas como a Olga, eu, o Rui, Jackson. E quando veio esse momento de ‘Ah, tem de integrar na produção’, ‘marxista-leninista’, umas coisas que não estavam na nossa cabeça, nós saímos, abandonamos.

Alguns militantes permaneceram na Ação Popular, principalmente aqueles que tinham uma ligação mais próxima à direção. Os demais estudantes secundaristas, que eram militantes de base, como Jackson Luiz Pires Machado, Juarez Ferraz de Maia, Allan Kardec Pimentel, João Arnolfo Carvalho de Oliveira e muitos outros centralizados naquele grupo, desvincularam-se, porque, independentemente do clima vivido pela juventude da época, também sentiram certo esvaziamento das orientações do partido, que, de fato, naquele momento estava defasado. De acordo com Jackson Luiz: “Acho que coincidiu, mais ou menos, com certo distanciamento da direção local e a aproximação da direção do pessoal da

POLOP (COLINA, VAR-PALMARES), sabe? Uma estava distanciando e a outra chegando” (MACHADO, 2015). Maria Aparecida G. Skorupski, na época militante de base, também afirma que no estado, o movimento estudantil secundarista foi esvaziado porque, naquele momento, havia pouquíssimos quadros dirigentes e estes não se preocuparam em manter esses militantes: “o movimento secundarista aqui também foi esfacelado. Não há uma continuidade do ponto de vista da direção de AP, não” (SKORUPSKI, 2015).

6.2.3. A fusão na VAR-PALMARES e a frustração de um sonho.

Ademais, a trajetória do COLINA/ VAR-PALMARES, em Goiânia, foi muito curta. Segundo o depoimento de Jackson Luiz, que supostamente foi o primeiro integrante externo arregimentado pela organização, tornando-se membro do Comando Regional, em 1969, a experiência foi *relâmpago*, tendo durado no máximo três meses. Nesse curto período de tempo, os militantes teriam se concentrado na estruturação do partido, no estudo e debate de textos políticos, mas também, no desenvolvimento de atos terroristas, que eram defendidos pelo próprio documento base do COLINA. Juarez Ferraz de Maia (2015) comentou sobre isso em entrevista: “Aí, em Goiânia, o que a gente fazia? Tinha carro da polícia parado em tal lugar e a gente passava perto e jogava uma bomba dentro, aquilo explodia, queimava”. No relatório expedido pelo SNI, em 1970, com ficha de Allan Kardec, consta que os militantes fizeram três atos como esse: “Que a organização foi responsável ainda pelo incêndio de um outro jipe da Polícia do Estado de Goiás e tentativa, que falhou, em um terceiro” (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 739).

A direção nacional do COLINA (Comandos de Libertação Nacional) havia sofrido uma queda em janeiro de 1969. Vários aparelhos da organização foram invadidos em Belo Horizonte, a partir de 28 de janeiro. Num desses imóveis, localizado no bairro de São Geraldo, os militantes reagiram a tiros, resultando na morte de dois policiais. Nesse episódio foram presos Ângelo Pezzutti entre outros dirigentes, culminando em prisões em vários estados brasileiros, principalmente no Rio de Janeiro. A morte dos dois policiais deixou os torturadores enraivecidos, que intensificaram as sevícias aplicadas aos presos políticos da organização. Em virtude das investidas dos órgãos repressivos, a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) passara por processos semelhantes, de quedas e tentativas de recomposição. Ambas as organizações tinham a mesma origem: dissidentes da POLOP (Política Operária) e

militares do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário). Como havia ligação entre elas a ideia de fusão pareceu bastante apropriada (GORENDER, 1987: 131, 135)

Então, delegados do COLINA e VPR reuniram-se em Mongaguá, do estado de São Paulo, em 1º de julho de 1969. Nesse encontro, evitou-se tratar de questões doutrinárias, chegando à resolução de unificação em nova entidade denominada VAR-PALMARES (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares), em homenagem ao maior quilombo da história da escravidão. Foi elegida a seguinte direção: Espinosa; Lamarca; Cláudio Ribeiro; Juarez Guimarães de Brito (Juvenal); Maria do Carmo Brito (Lia); Franklin de Araújo (Max) e Carlos Alberto de Freitas (Breno) (GORENDER, 1987: 135).

No mês seguinte, foi realizado um Congresso da VAR-PALMARES em Brasília, no intuito de promover estudos sobre a documentação da organização, que resultava da fusão entre COLINA e VPR (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 739). Dessa reunião teriam participado Allan Kardeck, João Arnolfo e Jackson Luiz. Quando retornaram à Goiânia, na madrugada do dia 25 de agosto de 1969, carregando uma mala cheia de documentos políticos, Jackson foi abordado por uma patrulha do DOPS-GO, que o levou preso, enquanto os outros dois conseguiram fugir:

Nós começamos a dar organicidade à coisa. Teve uma reunião aqui em Brasília. Nessa reunião vieram o Allan Kardeck, o João Arnolfo e eu. Nós tivemos essa reunião e era uma reunião que estava tratando, que nós estávamos entrando para o COLINA e o COLINA já criando a VAR-Palmares. Muito rápido. Então, nós viemos para Brasília e na volta eu fui preso, porque nós chegamos de madrugada, por falta de total senso das coisas. Voltamos de madrugada e fomos andando na Avenida Goiás [...]. Eu morava na Rua 10 e o João e o Allan moravam por ali. Eu sei que nós estávamos trazendo uma mala de documentos, eu fui para o lado da polícia e eles me identificaram. Eles jogaram (a mala com os documentos), o João e o Allan, dentro do quintal do professor Bretas (risos). Aí o que aconteceu? A polícia viu. E foram lá no Bretas e pegaram os documentos e vieram falar comigo (MACHADO, 2015).

Segundo o Termo de Declarações prestado à Polícia Federal, assinado por João Arnolfo Carvalho de Oliveira (BNM_193, 1970: 560-561), os títulos dos documentos que levavam eram os seguintes: *Comunicado ao governo e ao povo cubano*, da Vanguarda Armada Revolucionária – VAR-PALMARES; *Ao povo brasileiro*; *Informes sobre a VAR-PALMARES com a organização de M*; e *Revolução no foquismo*. João Arnolfo teria tentado recuperar os documentos, procurando-os no local onde jogara a mala, mas não os encontrou. No dia seguinte, viu que a casa de Jackson Luiz estava cercada pela polícia, e que o “aparelho” da organização – localizado no Setor Bueno – encontrava-se fechado. Quando voltava para casa, percebendo policiais nas imediações, tratou de refugiar-se na casa de

Raquel, prima de sua namorada. No dia seguinte, João Arnolfo deixou a cidade, em direção à Brasília, onde se manteve na clandestinidade, juntamente com sua esposa, Eliane Mota Arantes.

Na capital brasileira, João Arnolfo chegou a desempenhar a função de assessor no comando regional de Brasília-DF e formador teórico do setor militar. Mas sua participação foi curta, porque, ao que tudo indica, foi preso no início de 1970, levando-se em consideração a data do relatório – 5 de março de 1970.

Antes mesmo da *queda* de Jackson Luiz Pires Machado, o COLINA, que devido à fusão com a VPR viria a chamar-se VAR-PALMARES, já vinha sofrendo desfalque de militantes. Por exemplo, Juarez Ferraz de Maia já havia entrado para a clandestinidade no primeiro semestre de 1969, devido a ter sido condenado, juntamente a Marcantônio Delacorte, após sua segunda prisão em Goiânia, quando realizavam panfletagem no final do ano de 1968. Foram acusados pela divulgação de conteúdo subversivo, no entanto, o caráter dos panfletos era altamente nacionalista, tratando de temas em defesa da Amazônia, contra os grileiros internacionais e contra o uso forçado de métodos contraceptivos, como o DIU, em mulheres da região. O ato fora desenvolvido de forma independente pelo movimento estudantil goianiense, mas estimulado pelo grupo Condor, que, segundo Juarez, era:

[...] uma célula do Partidão (PCB), mas com amplas possibilidades de discussão com a juventude, principalmente na luta pela preservação da Amazônia. Inclusive essa prisão junto com o Marcantônio Dela Côte, e nosso processo, é todo em função disso, pela defesa da Amazônia, contra os grileiros internacionais. Era um manifesto extremamente atualizado. [...] Esse grupo Condor, que era dirigido pelo professor Izu, tinha mais militantes do Partidão, mas também tinha da AP. Era um grupo aberto (MAIA, 2013: 290).

Juarez Ferraz foi condenado à revelia, pois não se apresentou às autoridades. O mesmo já se encontrava no Rio de Janeiro, na clandestinidade, integrado às atividades da VAR-PALMARES, naquele estado. Segundo ele, após a prisão do líder do Comando Regional, Jackson Luiz Pires Machado, em Goiás, por algum tempo, ainda permaneceu um grupo na organização (MAIA, 2013). Alguns logo foram presos, enquanto outros nunca foram descobertos. Allan Kardeck Pimentel permaneceu em Goiânia, tentando reestruturar a organização, inclusive articulando um grupo de simpatizantes. Porém, não demorou muito para que ele também fosse preso. O relatório confidencial, expedido pelo SNI (Serviço Nacional de Informação), em 3 de agosto de 1970, afirmava que, naquela data, o militante encontrava-se detido no 10º Batalhão de Caçadores, em Goiânia:

Allan Kardec Pimentel está indiciado em diversos inquéritos sobre atividades subversivas da VAR-PALMARES, em andamento na Polícia Federal, em Goiás, encontrando-se no momento recolhido ao Quartel do 10º BC em Goiânia, à disposição de SDR/DPF/GO, com prisão preventiva solicitada por aquela Regional à Justiça Militar (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 740).

Em *Certidões de órgãos oficiais com informações referentes a militantes da VAR-PALMARES*, consta que Rafton Leão do Nascimento, pessoa importante na formação do núcleo do COLINA, em Goiânia, ao que tudo indica tornara-se estudante na UnB (Universidade de Brasília). Nesse sentido, ele passou a desempenhar função de contato entre as capitais do planalto-central, mas também permanecendo como coordenador em Goiânia: “Em Set 69, integrava o Comando Regional da VAR-Palmares em Brasília/DF, no Setor Estudantil, e ainda era coordenador dessa organização em Goiânia/GO” (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 746). Em junho de 1970, tendo sido “relacionado entre os militantes, aliados simpatizantes das organizações COLINA, VAR-PALMARES e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)”, Rafton já se encontrava preso. Outros integrantes e simpatizantes foram presos no mesmo período, sendo seus nomes citados no Inquérito instaurado naquele mesmo ano, “para apurar as atividades da organização subversiva Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), em Goiás” (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 743). Um exemplo é o caso de Ana Maria Modesto, que na prisão teria feito a seguinte declaração sobre seu envolvimento com a organização:

[...] que em Mar 70, recebeu o codinome de ‘Cleide’; que no dia 15 Abr 70, entrou em contato com ‘Pedro’, de quem recebeu, para entregar a outro membro da organização, um vidro de ácido sulfúrico, cloreto de potássio e parafina; e que sua missão era marcar os pontos de encontro entre membros da organização (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 743).

Ao que tudo indica a entrega mortífera destinava-se a algum militante de importância, que, no caso de ser descoberto e preso pela polícia, deveria suicidar-se, ingerindo o conteúdo do frasco. Diante das constantes quedas de militantes, a morte parecia ser a única forma de se evitar as agruras da tortura e a conseqüente liberação da localização de aparelhos e nomes de companheiros remanescentes. Não podemos garantir a veracidade dessa informação, pois não consta nada parecido em outra declaração ou relatório expedido pelos órgãos da repressão, além de a declaração de Ana Maria ter se dado, certamente, sob coerção e tortura. No entanto, acreditamos na possibilidade do fato, pois essa “saída” não foi tão incomum entre as esquerdas militaristas brasileiras, após o fechamento do cerco do Regime Militar sob o AI-5 (Ato Institucional nº 5). Essa decisão foi tomada, inclusive, por outro militante da própria

VAR-PALMARES, causando o fim trágico de Juarez Guimarães Brito. O militante, que logo entrou para a clandestinidade, tornando-se quadro dirigente da POLOP e, posteriormente do COLINA, suicidou-se ao ser preso no Rio de Janeiro, naquele mesmo ano. Essa história foi contada por Cristiano Rodrigues Teixeira da Silva, um antigo colega da POLOP, em Goiás:

Maria do Carmo com Juarez foram para o Rio de Janeiro e entraram para a luta armada. Eu não presenciei, eu conheço muito da história principalmente porque nossos companheiros relataram esses fatos. Havia um pacto entre o casal de que se fossem presos – eles achavam que inexoravelmente eles seriam assassinados ou barbaramente torturados – eles se suicidariam para não entregarem nenhum companheiro e nem sofrerem a violência física com dor insuportável. Juarez manteve o pacto e se suicidou com um tiro na cabeça. Maria do Carmo não fez, ela preferiu optar pela vida, ela está viva, não a vejo há muitos anos. Casou-se novamente, entrou em um grupo de troca dos prisioneiros pelo sequestro do embaixador americano – primeiro sequestro que existiu no país. Está aí em jornais, na história, a fotografia e os filmes dela e da turma em que o Gabeira participou (SILVA, 2013: 85).

O grupo COLINA (Comandos de Libertação Nacional) foi criado após o decreto do AI-5, que inaugurava uma nova etapa repressiva do governo militar, mais intensiva do que as desencadeadas nos primeiros atos institucionais. Esse conjunto de medidas aprofundou o caráter autoritário do capitalismo brasileiro e consolidou o sistema repressivo de saneamento social caracterizado pelo *Terrorismo de Estado*. Esse sistema, aplicado em favor da doutrina de Segurança Nacional, amparou-se essencialmente no discurso de uma “guerra interna” contra um inimigo comum, associado a práticas revolucionárias e subversivas, justificando o alerta constante por parte do Estado. Diante disso, usando como pretexto a luta contra “elementos subversivos” infiltrados no estado, a ala civil-militar articulada no Golpe desencadeou uma violência “abrangente, complexa e global”, partindo do próprio Estado a utilização de técnicas de repressão, como a tortura, assassinatos, a reclusão, tudo praticado à margem da regulamentação da imprensa, dos partidos políticos, da sociedade civil, esta que se viu submetida às diretrizes desse sistema violento (PADRÓS, 2007: 3).

No entanto, e talvez na tentativa responder a essa tal violência e apressar a revolução, as esquerdas militaristas cometeram erros que vitimaram não apenas seus próprios militantes, mas também pessoas inocentes. Até mesmo manifestações legais e pacíficas, como o movimento estudantil, estavam proibidas, porém a juventude realmente queria ir para a guerra, imitando seus heróis Fidel Castro, Che Guevara, Mao Tse-Tung, entre outros. O COLINA, que posteriormente tornou-se VAR-PALMARES, como vimos anteriormente, adotou explicitamente a linha da luta armada. Jacob Gorender (1987: 236), na posição de ex-militante da esquerda brasileira, tendo sido preso e torturado, fez uma reflexão sobre o

conteúdo moral dessa forma de luta. Esse é um ponto de reflexão a partir da própria condenação do terrorismo pelo leninismo:

Por mais difícil que seja fixar limites e distinções na prática, a violência revolucionária não deve ir além do necessário à anulação da violência do inimigo. Por isso, porque não vai além do necessário, é imoral torturar e assassinar prisioneiros. É imoral explodir bombas que fatalmente vitimarão pessoas inocentes. É imoral capturar inocentes e fazê-los reféns. [...] A violência revolucionária nunca pode ter um fim em si mesma. Não pode ser absoluta e incondicionada. Os revolucionários praticam a violência não somente dentro de determinadas condições políticas, mas também conforme princípios de um código de ética que visa a preservá-los da contaminação pela corrupção moral da classe dominante.

Os militantes goianos da dissidência da POLOP se impressionaram com um maior acesso aos documentos políticos, em relação à Ação Popular, entretanto, esses mesmos textos contribuíram para que os policiais rapidamente os ligassem às organizações perseguidas. Se a construção do partido de vanguarda havia ficado em segundo plano, aparentemente, também o rigor do sistema de segurança. Em meados de 1970, a militância da VAR-PALMARES foi dissolvida por completo, em Goiânia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falamos até aqui, sobre a experiência das esquerdas que atuaram em Goiás, levando em consideração que, naquele período, tal limite geográfico enquadrava também o território que hoje faz parte do estado do Tocantins. Por isso, em determinadas partes, tratamos igualmente de acontecimentos que se deram nos municípios de Dianópolis, Rio da Conceição, de responsabilidade das Ligas Camponesas; e Porto Nacional, por parte da ALN (Ação Libertadora Nacional). Em nossa narrativa, verificamos que os processos e acontecimentos foram desempenhados por sujeitos históricos, que deram vida a diferentes movimentos sociais, mas que tinham bandeiras e objetivos semelhantes. Eram camponeses, trabalhadores no ramo da construção civil; e até representantes das classes médias urbanas, como estudantes, professores e profissionais liberais.

Nosso objeto se refere às esquerdas que atuaram durante a década de 1960 e início de 1970, porém, no caso específico de Goiás, percebemos que, para uma melhor compreensão desse processo, seria necessário recuarmos à década de 1950, relatando desde à criação das colônias agrícolas – CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás), até o desencadeamento do movimento de posseiros em Trombas e Formoso, que, orientado pelo PCB, foi a única revolta camponesa vitoriosa no Brasil. O embate armado teve repercussão nacional, criando uma mística sobre o campesinato goiano, como sendo povo aguerrido e revolucionário. A partir de demandas locais, como a ocupação das terras devolutas, o movimento igualmente ganhou novas perspectivas, como a reivindicação pela reforma agrária, entre outras pautas, levando à ocupação de cargos políticos, como por exemplo, o de deputado-estadual por José Porfírio, líder do movimento.

Diante das diversas trajetórias, percebemos a necessidade de especificar tais experiências, ora no meio rural e ora no meio urbano. Por mais que, Goiânia, a capital do estado, ainda fosse uma cidade bastante provinciana, em que os estudantes, em sua maioria, tinham origem nas cidades do interior, eram cenários distintos, com cultura e condições de trabalho diferentes, que, por sua vez, exigiam formas de luta distintas. Por isso, muito foi dito sobre a questão agrária em Goiás, no Capítulo I, bem como os modos de produção da realidade brasileira, no Capítulo II, para possibilitar uma melhor compreensão dos movimentos no campo. A mística revolucionária criada em torno dos camponeses da região Norte do estado, atraiu o olhar das organizações da Nova Esquerda brasileira, deslumbradas com a Revolução Cubana, e dispostas a desencadear, em algum momento, a guerrilha rural.

Porém, devido à escalada do *Terrorismo de Estado*, instaurado com o Golpe de 1964, sua atuação se concentrou no meio urbano, por questões de segurança.

A maior parte das experiências realizadas no meio rural, quantitativa e qualitativamente, contaram com importante participação do PCB, no estado, com destaque para a criação dos sindicatos rurais. Mesmo que contado com a pressão de outros setores da sociedade, como a Igreja Católica, esse processo foi encabeçado majoritariamente pelas lideranças camponesas dos municípios de Itauçu e Trombas e Formoso, boa parte de vinculação comunista, em aproximação com a via institucional. Tendo o PCB saído de cena, a partir de 1964, a Ação Popular teve participação no meio camponês, especificamente em Itauçu. Através da atuação do MEB (Movimento de Educação de Base), a organização começou a desenvolver um trabalho de conscientização política, sendo com a alfabetização de adultos, clube de mães, ou reuniões com os lavradores, porém no intuito de prepararem a guerrilha rural.

O PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), por sua vez, teve interesse pela região Norte de Goiás, a partir de 1967. Os motivos devem-se tanto à repercussão causada pelo vitorioso movimento de posseiros, da década de 1950, quanto pelas lendárias armas enterradas, em 1964, tendo José Porfírio se filiando ao partido, ainda que clandestinamente. As Ligas Camponesas organizaram um acampamento para treinamento de guerrilha, na cidade de Dianópolis, mas, às vésperas do golpe militar, também devido à fragilidade do projeto, este foi rapidamente desbaratado. Ambas essas experiências foram de curtíssima duração.

Já no meio urbano, as esquerdas foram povoadas, principalmente, por militantes vinculados ao movimento estudantil. Nesse meio, Ação Popular e PCB disputaram a hegemonia, tendo a primeira garantido a liderança até 1968, quando perdeu o posto para os comunistas, devido à derrota nas eleições da CGE (Central Goiana dos Estudantes). Parte da causa da perda da liderança por parte da AP, também se deve à evasão de muitos secundaristas, que se filiavam ao COLINA (Comandos de Libertação Nacional), e logo VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária). Outra organização armada a subtrair estudantes, foi a ALN (Ação Libertadora Nacional), a partir de 1968, porém sua militância não conseguiu ultrapassar os preparativos, a estruturação. Houve a arregimentação de alguns membros, com reuniões e estudos de textos e alguns raros casos de treinamento de tiro. As ações desempenhadas pelos estudantes, nesse período, que se misturavam à militância de esquerda, eram basicamente as mesmas: greves, reuniões, assembleias, pichações, comícios-relâmpago, congressos, enfrentamentos com a polícia, e etc. Ações mais radicais foram realizadas por membros do COLINA, que atearam fogo a carros de polícia. Outro

acontecimento icônico foi protagonizado por estudantes do PCdoB, com o “assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis”. Alguns estudantes vinculados ao partido, após o golpe, em 1964, planejaram e executaram a expropriação de armas do quartel, a fim de tentarem organizar a resistência perante a iminente cassação do Governador Mauro Borges, ainda que ele tivesse sido um dos apoiadores à instauração do regime militar.

Há duas exceções quanto à composição social das esquerdas no meio urbano, que se refere à militância do PCB, antes de 1964, e à POLOP (Política Operária). No primeiro caso, a militância era majoritariamente composta por trabalhadores de diversas áreas e profissionais liberais; enquanto que no segundo, formou-se um grupo de intelectuais, composto principalmente por profissionais liberais. O núcleo da POLOP teve pouca representatividade no estado, seguindo à tendência da trajetória nacional, com pouca ou nenhuma atuação junto aos segmentos de massas, mantendo-se restrito à realização de reuniões e o estudo de textos, de forma que a organização se desfez, prematuramente, em 1967. É importante ressaltarmos que, entre todas as esquerdas abordadas em nosso trabalho, a única a continuar defendendo e atuando por meio da via institucional, foi o PCB. Seus militantes fizeram campanha em prol do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), inclusive lançando alguns de seus quadros como candidatos às eleições. As demais tendências se isentaram da disputa eleitoral, sendo algumas favoráveis ao voto nulo, como, por exemplo, a Ação Popular, defendendo que a oposição consentida existia apenas para dar um ar de legitimidade ao Regime Militar, portanto, não estando interessada em desempenhar um enfrentamento direto.

É importante que tenhamos a compreensão de que essas experiências passaram por fases específicas da conjuntura político-social do estado, estando relacionadas ao meio em que eram vividas, sendo rural ou urbano, e ao nível da perseguição desempenhada pelo aparato repressivo, havendo momentos de avanço e outros de retração, dependendo da sigla. No entanto, a maior parte delas, pelo menos as que foram criadas antes do golpe militar, foram afetadas pelo fenômeno político conhecido como *transformismo*, conceituado por Antonio Gramsci. Nesse sistema, compromissos são firmados com a finalidade de afastar partidos e movimentos de oposição de uma possível liderança, atraindo-os para o “sistema”. Como afirma Gramsci, nos *Cuadernos de la Cárcel*, caderno 8, tomo 6, essa política se dá da seguinte forma: “[...] as personalidades políticas individuais elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporavam, isoladamente, na classe política “conservadora-moderada” (1981: 235). Em nosso objeto, especificamente, integrantes dos partidos socialistas foram cooptados pelo Governo Mauro Borges, um governo com abordagens de tipo nacionalista, ou *nacional-desenvolvimentista*. Mesmo organizações que se diziam mais

radicais, que condenaram, até mesmo, as lutas pelas *Reformas de Base*, como a POLOP, tiveram militantes no governo, como Evelyne Pape Singer, Juarez Brito, entre outros, todos técnicos da Escola Brasileira de Administração, vinculada à UnB (Universidade de Brasília). Desse modo, grupos, teoricamente “extremistas”, passaram para o campo moderado (1981: 236).

Tais manobras, que priorizavam as lutas democráticas por reformas, acabaram retirando a autonomia dos partidos e organizações, fragilizando-as frente ao Regime-Militar. Após o golpe, tais militâncias existiram, porém de forma restrita e com pouca expressividade. As tendências, já debilitadas, numa sequência de perseguições e prisões, clima que se tornou ainda mais desfavorável após o AI-5, decretado ao final de 1968, sofreram novo baque com a perda de integrantes para as organizações militaristas, como o COLINA e a ALN. Essas dissidências, por sua vez, eram fruto de um clima revolucionário, que permeava a América Latina, no final da década de 1960, carregado de *voluntarismo*, já mencionado anteriormente. A falta de autonomia provocada pelo *transformismo* protagonizado pelo Governo Mauro Borges, a repressão implacável desempenhada pelo *Terrorismo de Estado* e a fragmentação das tendências, são elementos que contribuíram fortemente para a derrocada das esquerdas, em Goiás, concluída em 1972.

Por fim, sinalizamos que as duas organizações mais atuantes, no estado, e que mais se aproximaram das massas, foram o PCB e a Ação Popular. Antes de 1964, os comunistas dominavam a cena em Goiás, com destaque para o movimento camponês, de Trombas e Formoso e Itauçu, e a criação dos sindicatos rurais. Após o golpe, com a entrada dos principais líderes para a clandestinidade, como José Porfírio, Sebastião Bailão, entre outros, o partido entrou numa fase de retração e estagnação, não havendo significativa renovação de seus quadros. Foi apenas em 1968, que se percebeu uma reação do partido, crescendo no movimento estudantil e engajando-se na campanha em favor do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Quanto à Ação Popular, o período de recuo foi menor, de forma que logo em 1965 retomavam as atividades. Ao mesmo tempo em que eram mantidas e ampliadas as atividades entre os estudantes, na capital goiana, se aproximavam dos lavradores do município de Itauçu, por meio das atividades do MEB (Movimento de Educação de Base), na educação de jovens e adultos. No entanto, de acordo com os depoimentos, a perseguição aos militantes da AP, nos primeiros anos da ditadura, parece ter sido menor em relação às demais organizações, talvez devido à sua origem católica. A maior parte de seus líderes só precisou entrar para a clandestinidade depois de descoberto o trabalho que vinha sendo realizado no meio rural goiano, em 1967, momento em que já partiam para a política de *integração na*

produção. As demais organizações, que existiram no estado, tiveram pouco ou nenhum contato com as massas populares, mantendo-se restritas à atuação no movimento estudantil, ou à realização de reuniões para o estudo de textos políticos, mantendo uma atividade, basicamente, intelectual, como foi o caso da POLOP.

REFERÊNCIAS

Fontes:

AÇÃO POPULAR. Documento-Base. 1963a. **Fundo Duarte Pacheco Pereira**. AEL/ UNICAMP, consultado em: 27 Març. 2015

_____. Resolução Política. 1965. **Fundo Duarte Pacheco Pereira**. AEL/ UNICAMP, consultado em: 27 Març. 2015.

_____. *Esquema Geral*. 1966. **Fundo Duarte Pacheco Pereira**. AEL/ UNICAMP, consultado em: 27 Març. 2015.

_____. *Resolução sobre o debate teórico e ideológico*. 1967. **Fundo Duarte Pacheco Pereira**. AEL/ UNICAMP, consultado em: 27 Març. 2015.

AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA. *Programa Básico* In: Estatutos de Ação Popular marxista-leninista do Brasil. 1971. **Fundo Duarte Pacheco Pereira**. AEL/ UNICAMP, consultado em: 27 Març. 2015.

_____. *Estatutos de Ação Popular marxista-leninista do Brasil*. 1971. **Fundo Duarte Pacheco Pereira**. AEL/ UNICAMP, consultado em: 27 Març. 2015.

AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL. O papel da ação revolucionária na organização (1969). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 263-281.

ARQUIVOS REVELADOS. **A Ditadura Militar em Goiás**: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPM's, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens. v. 1. Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016.

BANDEIRA, Moniz. **O caminho da revolução brasileira**. Guanabara: Editora Melso, 1962.

COLINA. Concepção da luta revolucionária (1968). In: In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pg. 171-203.

COMITÊ CENTRAL DO PCB. Declaração sobre a política do PCB. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, mar. 1958. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>>, acesso em 11 abr. 2020.

COMITÊ NACIONAL DO PCB. Manifesto de Agosto. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, agos. 1950. Disponível em: <<https://www.novacultura.info/post/2020/08/24/pcb-manifesto-de-agosto-de-1950>>.

_____. Resoluções do III Congresso do PCB. **Fundação Dinarco Reis**. Rio, 1929. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=127:resolucoes-do-3o-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb>, acesso em 20 Agos. 2015.

_____. Comitê Central. **PCdoB**: o partido do socialismo. Disponível em: <<http://www.pcdob.org.br/membroscc.php?membro=1>>, acesso em 18 out. 2015.

DEBREY, Régis. **Revolução na Revolução**. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, 1985.

INTERNACIONAL COMUNISTA. Programa da Internacional Comunista adotado pelo VI Congresso mundial. **Para a história do socialismo**: documentos. Moscou, 1928. Traduzido do francês por FM, revisto e cotejado com o russo por CN, Disponível em: <<http://www.hist-socialismo.com/docs/ProgramaIC1928.pdf>>, acesso em 22 Agos. 2015.

MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. 2. edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

O ESTADO DE SÃO PAULO. A subversão na escola. São Paulo, 19 nov. 1970. Disponível no Arquivo Nacional.

ORM-POLOP. Programa socialista para o Brasil (1967). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 116-148.

PRT. Projeto de programa (1969). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 239-262.

PCB. Resolução Política do V Congresso. Set. 1960. **Problemas políticos do movimento comunista e operário internacional**. Lisboa: Editorial Avante, n. 9, 1976, pg. 9-41. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1960/09/congresso.htm>>, acesso em: 11 abr. 2020.

_____. Resolução Política do VI Congresso. Dez. 1967. **Problemas políticos do movimento comunista e operário internacional**. Lisboa: Editorial Avante, n. 9, 1976, pg. 127-166. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/resolucao.htm>>, acesso em: 22 jun. 2021.

PCDOB. Manifesto-Programa (1962). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 34-48.

_____. O golpe de 1964 e seus ensinamentos (1964). **Fundação Maurício Grabois**. Disponível em: <<http://www.grabois.org.br/cdm/principais-documentos/148503/2010-01-13/o-golpe-de-1964-e-seus-ensinamentos-1964>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

_____. União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista (1966). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PRESTES, Luís Carlos. O Problema da Terra e a Constituição de 1946. **Problemas atuais da democracia**. 1 edição. Editorial Vitória, 1947. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1946/06/17-1.htm>>, acesso em 20 Ago. 2015.

SACHS, Eric (Ernesto Martins). Aonde vamos? (1967). **Centro de Estudos Victor Meyer**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/sachs/1967/07/aonde.htm#i23>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

SANTOS, Oto. O Programa do Partido, a questão agrária, a organização e luta dos camponeses. Intervenção no IV Congresso do Partido Comunista no Brasil. **Problemas - Revista Mensal de Cultura Política**, n. 64, dez. 1954. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/agraria.htm>, acesso em: 27 mar. 2020.

TSÉ-TUNG, Mao. **O Livro Vermelho** (1893-1976). 1. ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 2013.

VAR-Palmares. Programa (1969). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 315-350.

BR_AN_BSB_VAZ_038_0047, Arquivo Nacional, Fundo CISA, 1967.

BR_AN_BSB_VAZ_038_0049, Arquivo Nacional, Fundo CISA, 1967.

BR_AN_BSB_VAZ_055_0153, Arquivo Nacional, Fundo CISA, 1967.

BR_AN_BSB_VAZ_125_0014, Arquivo Nacional, Fundo CISA, 1971.

BR_DFANBSB_AT0_0084_0009, Arquivo Nacional, Fundo CMDP, 1965.

A0500112-1972, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1972.

A0969977-1967, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1967.
C0063691-1982, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1972.
E0068469-1981, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1978.
E0098814-1981, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1972.
R0009714-1981, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1981.
R0026293-1982, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1982.
R0026347-1982, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1982.
R0027789-1982, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1983.
R0031781-1982, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1970.
R0036547-1982, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1982.
R0040617-1983, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1982.
R0072850-1983, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1971.
R0094857-1984, Arquivo Nacional, Fundo SNI, 1984.

BNM_003. BNM Digital, Projeto Brasil Nunca Mais 001 a 100, 1966. Disponível em: <
http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=dian%C3%B3polis>, acesso em: 23 agos. 2020.

BNM_039. BNM Digital, Projeto Brasil Nunca Mais 001 a 100, 1972. Disponível em:
<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=62701&Pesq=walter+valadares>, acesso em: 4 jun. 2021.

BNM_095. BNM Digital, Projeto Brasil Nunca Mais 001 a 100, 1970. Disponível em: <
http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=juarez%20guimaraes%20britto>, acesso em: 17 out. 2020.

BNM_193. BNM Digital, Projeto Brasil Nunca Mais 101 a 200, 1969. Disponível em: <
http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=clecio+jose+dias+da+costa>, acesso em: 31 out. 2020.

BNM_279. BNM Digital, Projeto Brasil Nunca Mais 201 a 300, 1964. Disponível em: <
http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&pesq=jacy%20neto%20de%20campos>, acesso em: 16 out. 2020.

BNM_521. BNM Digital, Projeto Brasil Nunca Mais 501 a 600, 1972. Disponível em: <
http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_06&pesq=calil+dib>, acesso em: 7 jun. 2021.

BNM_627. BNM Digital, Projeto Brasil Nunca Mais 601 a 707, 1972. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&PagFis=22350&Pesq=walter+valadares>, acesso em: 19 jun. 2021.

Fontes documentais orais:

ALMEIDA, Michéias Gomes de. Depoimento. In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013, p. 387-402.

BAILÃO, Sebastião Gabriel. Entrevista com Sebastião Gabriel Bailão. Entrevista concedida a Cláudio Lopes Maia. **Antítese** - Marxismo e cultura socialista. Goiânia, n. 3, p. 157-174, nov. 2006.

_____. Entrevista com Sebastião Gabriel Bailão. Entrevista concedida a Cláudio Lopes Maia. **Antítese** - Marxismo e cultura socialista. Goiânia, n. 4, p. 141-168, out. 2007.

BROCKES, Hugo. Depoimento. In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013, p. 179-196.

CASTRO, Tarzan de. Depoimento. In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013, p. 439-466.

COELHO, Oscavú José. Entrevista concedida à Leuza Alves de Moura Silva. Goiânia, 07 de julho de 2004.

COELHO, Nilva Maria G. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 06 de abril de 2015.

CUNHA, Alda Maria B. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 02 de junho de 2015.

DAYRELL, Mário S. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 22 de janeiro de 2015.

JORGE, Marcia. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 17 de abril de 2015.

MACHADO, Jackson Luiz P. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Brasília, 29 de maio de 2015.

MAIA, Juarez F. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 20 de março de 2015.

MARIA, Marcos Antônio P. O Padre Pereira. In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013.

MORAES, Luiz Antero de. Depoimento. In: In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013, p. 401-416.

NATAL, Neso. Militantes levam armas do quartel de Anápolis. In: SALLES, Pinheiro (Coord.). **A Ditadura Militar em Goiás**: depoimentos para a história. Goiânia: Poligráfica Off-Set e Digital, 2008.

_____. Depoimento. In: In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013, p. 401-416.

_____. Depoimento. In: DIAS, Renato (Org). **Ditadura: um passado sombrio**. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=-UYwt6kHuyI>>. Acesso em: 30 agos. 2020.

PAZ, Marina Vieira. Entrevista concedida à Gislene Tiago. Correio de Uberlândia, 17 de maio de 2009, p. B4.

RABELO, Annete Scotti. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 20 de março de 2015.

SILVA, Cristiano Rodrigues Teixeira. Depoimento. In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013, p. 77-86.

SILVA, Hamilton Pereira. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Brasília, 31 de maio de 2021. Via e-mail.

SILVA, Uassy G. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Pirenópolis, 07 de fevereiro de 2015.

SKORUPSKI, Maria Aparecida G. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 18 de março de 2015.

SOUZA, Elio Cabral de. Depoimento. In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013, p. 97-126.

TEIXEIRA, Gilberto Franco. Entrevista concedida à Camila de Jesus Silva. Goiânia, 30 de janeiro de 2015.

Bibliografia:

ALADAS, Andres. Manoel de Souza Castro. **Memorial da revolta de Trombas e Formoso**. Universidade Federal de Goiás, 2014. Disponível em: < <https://manuais.cidarq.ufg.br/p/6431-manoel-de-souza-castro>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

- ANTUNES, Ricardo. Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). **Comunistas e Comunismo**. Cadernos AEL, v. 2, n. 2, Campinas: Unicamp, 1995. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael_antes_migracao/AEL/website-ael_publicacoes/website-ael_publicacoes-cadernos.htm>, acesso em 20 Agos. 2015.
- ARAÚJO, Marco Aurélio Corrêa de. **A construção do capital: SUDECO – o Centro-Oeste em foco (1967-1990)**. Goiânia: Editora Kelps, 2016.
- ARNS, D. Paulo E. **Brasil Nunca mais: Um relato para a história**. 17 Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- ARRAIS, Cristiano Alencar. **O século XX em Goiás: o advento da modernização**. 1. Edição. Goiânia: Cãnone Editorial, 2016.
- ASSADOURIAN, Carlos S. Modos de produção, capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina. In: GEBRAN, Philomena (Org.). **Conceito de modo de produção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 181-220.
- BATISTELLA, Alessandro. Um conceito em reflexão: o “populismo” e sua operacionalidade. **Revista latino-americana de História**, v.1, n. 3, p. 468-483, mar. 2012. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/97/75>>. Acesso em: 27 mai 2020.
- BELÉM, Euler de França. Morre o ex-padre Alípio de Freitas, que foi guerrilheiro e preso político no Brasil. *Jornal Opção*, Tocantins, 13 jun. 2017. Seção Cultural. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/morre-o-ex-padre-alipio-de-freitas-foi-guerrilheiro-e-preso-politico-no-brasil-97258/>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- BOBBIO, Norberto et all. **Dicionário de Política**. Trad. João Ferreira, Carmem C. Varrialle e outros. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2. ed. 1986.
- BOITO JR., Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: HUCITEC, 1991.
- BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: Editora da UFG, 2000.
- BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. Itauçu... Bandeiras comunistas entre os trabalhadores rurais. **Antítese – Marxismo e Cultura Socialista**, Goiânia, n. 4, p. 60-75, out. 2007.
- _____. Itauçu: Sonhos, utopias e frustrações no movimento camponês. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, p. 133, 2005.
- BORGES, Pedro Célio Alves. O bipartidarismo autoritário em Goiás. In: SOUZA, Dalva Borges de (Org.). **Goiás: sociedade e estado**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.

BRAGA, Sônia M. **A filosofia político-social de Karl Marx nos manuscritos econômico-filosóficos de 1844 e a polêmica: jovem Marx versus velho Marx**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/dcp/wp-content/uploads/2011/10/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-2009-S%C3%B4nia-Maria-Marques-Braga.pdf>>, acesso em 24 Agos. 2015.

BRASIL, Edward M. O ideal da criação da UFG. **UFG Afirmativa**, n. 2, novembro de 2008.

BUONICORE, Augusto. 50 anos do assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis – a primeira ação militar da esquerda brasileira contra a ditadura. In: **ARQUIVOS REVELADOS. A Ditadura Militar em Goiás: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPM's, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens**. v. 1. Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016.

CALICCHIO, Vera. Atos Institucionais In: **CPDOC-FGV**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>. Acesso em: 16 agos. 2021.

CARDOSO, Maria Divina Costa. **Movimento estudantil em Goiânia: 1960 a 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

CNV. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I. Brasília: CNV, 2014

CNV. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. III. Brasília: CNV, 2014.

COSTA, Cléria Botelho. Posses e política: Goiás nos anos 60. **Revista de História**, FFLCH-USP, São Paulo, 134, 61-70.

CUNHA, Bruno D. **História da Esquerda em Goiás: 1960-1979**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

DANTAS, Vera Lúcia; LINHARES, Angela Maria Bessa. Círculos de Cultura: problematização da realidade e protagonismo popular. In: **II Caderno de educação popular em saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

DELACORTE, Marcantônio. 47 anos do assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis. **Vermelho: a esquerda bem informada**. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2011/12/14/artigo-47-anos-do-assalto-ao-tiro-de-guerra-de-anapolis/>>, acesso em 6 abr. 2016.

DIAS, Reginaldo B. **Sob o Signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná**. Maringá: Eduem, 2003.

_____. A história da Ação Popular nas memórias de Herbert de Souza. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 11, n.3, p. 163-198, 2007. Disponível em:

<<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38249/19921>>. Acesso em: 13 set. 2021.

DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: MORAES, João Q. (Org.). **História do Marxismo no Brasil**, Vol. III. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p. 201-239.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Teresinha M. **Se as paredes da Catedral falassem**: a Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968/ 1985). 1996. 224f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/DUARTE__Teresinha_Maria._1996.pdf>, acesso em: 11 Nov. 2015.

FAVARO, Tereza Cristina P. **O Governo Mauro Borges (1961-1964)**: o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

FERRAZ, Wilmar. Socorro – a poesia está matando o povo. **Rádio Universitária AM 870 – UFG**. Disponível em: <<https://www.radio.ufg.br/n/63609-socorro-a-poesia-esta-matando-o-povo>>, acesso em 19 out. 2015.

FICO, Calos. **Como eles agiam. O subterrâneo da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FILGUEIRAS, Otto. **Revolucionários sem rosto**: uma história da Ação Popular. Volume 1. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014.

FRANK, André Gunder. *A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo*(1964). In: **A questão agrária no Brasil**: o debate da esquerda – 1960-1980. STEDILE, João Pedro (Org.). 2 edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005, p. 35-100.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Revista Crítica Marxista**, n. 32, p. 107-126, mar. 2011. Disponível em:<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo235artigo5.pdf>. Acesso em: 18, jul. 2021.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

_____. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, José R (Org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980a, p. 43-66.

_____. Reflexões metodológicas. **O escravismo colonial**. 3 Edição. São Paulo: Ática, 1980b, p. 15-50.

GOULART, Bárbara. O conceito de Cultura Política nas Ciências Sociais e as especificidades brasileiras. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v.5, no 1, p.111-133, jan./jun. 2015. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/19651/11654>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais - princípio educativo. Jornalismo. Vol. 2. 2ª edição. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel – notas sobre o Estado e a política. Vol. 3. 3ª edição. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cuadernos de la Cárcel** (6 Tomos). México: Ediciones Era, 1981.

JARY, Marcus Nascimento. **A participação política da juventude goiana no movimento estudantil universitário**: a crise de um projeto social (1960/1985). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

LÊNIN, Vladimir I. Que fazer? Estugarda: Editorial Dietz, 1902. In: **The Marxists Internet Arquivo**, disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/>>. Acesso em: 18 Jun. 2015.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular**: da JUC ao PCdoB. 2. Edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

LIMA, Luciana Gonçalves de. Trabalho escravo rural contemporâneo na agenda do Estado Brasileiro: políticas de enfrentamento. In: **VI Jornada de Políticas Públicas**: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação, 2013, São Luís, MA.

LISITA, Gabriel. Ex-chefe do SNI em Goiás morre aos 75 anos. Cidades. **O Popular**, Goiânia, 04 mar. 2012. Disponível em: < <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/ex-chefe-do-sni-em-gois-morre-aos-75-anos-1.129837>>. Acesso em: 05 set. 2020.

LÖWY, Michael. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina In: **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**, Org. LOWY, Michael. 3 edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012, pag. 9-64.

_____. Cristianismo da Libertação e Marxismo: de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO; Daniel Aarão (Orgs). **História do Marxismo no Brasil**. Vol. 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 411-438.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

_____. A esquerda goiana nos anos 60/70: do nacionalismo estatista à luta contra a ditadura militar. **OP SIS**, Catalão-GO, v. 14, n.1, p. 359-377 – jan/jun, 2014.

_____. Notas sobre revolução passiva e transformismo em Gramsci. **História Revista**, Goiânia-GO, v. 11, n. 2, p. 273-299 – nov., 2006.

MAIA, Cláudio Lopes. **Os donos da terra**: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil Em: SADER, Emir (Org.). MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-103.

MARX, K. **O Capital**. Tomo I. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**: São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, K.; & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial: 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs). **História do Marxismo no Brasil**: partidos e organizações dos anos de 1920 aos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, pg. 197-225.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Kruschev denuncia crimes de Stálin. **Memorial da Democracia**. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/kruschev-denuncia-crimes-de-stalin>>. Acesso em: 23 agos. 2020.

NETTO, José P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNES, Caroline Gomes. **A repressão aos estudantes, professores e funcionários na Universidade Federal de Goiás durante a Ditadura Militar (1964-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

O POPULAR. Tradição de Luta no estado atraiu guerrilhas rurais. Política. **O Popular**, Goiânia, 31 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/politica/tradi%C3%A7%C3%A3o-de-luta-no-estado-atraiu-guerrilhas-rurais-1.509813>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

_____. Morre padre Pereira, ex-reitor da PUC Goiás. **O Popular**, Goiânia, 25 mar. 2013. Disponível em: <<https://opopular.com.br/noticias/cidades/morre-padre-pereira-ex-reitor-da-puc-goi%C3%A1s-1.297327>>. Acesso em: 7 jan. 2022.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. **XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007. Associação Nacional de História – ANPUH. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0755.pdf>>, acesso em 02 Nov. 2015.

_____. Como el Uruguay no hay... **Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**, São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 97-189.

PEIXOTO FILHO, José P. **A travessia do popular na contradança da educação**. 1985. 280 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8987>>, acesso em 30 Set. 2015.

PEREIRA, Geziel Alves. **Movimento estudantil em Goiás em tempos de Ditadura Militar (1964-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. Os fundamentos econômicos da revolução Brasileira. In: PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caminhos da revolução brasileira**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudo Históricas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em 07 Nov. 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____; SÁ, Jair F. (Orgs). **Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**, 2. edição, São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs).

História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 73-108.

RIDENTI, Marcelo S. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: Reis Filho, Daniel Aarão e Ridenti, Marcelo (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Vol. 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p.213-282.

_____. Esquerdas armadas urbanas. In: RIDENTI, Marcelo Siqueira; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). **História do Marxismo no Brasil**. Vol. 6. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

SACHS, Éric. Luta Armada e Luta de Classes. **Revista Marxismo Militante**, n 1, 1968, disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/sachs/1968/mes/luta.htm>>, acesso em: 18 Jun. 2015.

SALLES, Pinheiro (coordenador). **A Ditadura militar em Goiás:** depoimentos para a história. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008.

SAUER, Sérgio. Reforma Agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no “entorno” de Brasília. Cartilha. **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG**. Brasília, 1999. Disponível em:< <http://www.contag.org.br/imagens/f783cartilhaprojetocutcontagalutapelaterranoentornodebrasil.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2020.

SCHMITZ, Arno Paulo; BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo. O Estatuto da Terra no confronto do pensamento econômico: Roberto Campos versus Celso Furtado. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 3 (52), p. 577-609, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/LV9dbKSDPsdKlhdLrWpLbyJ/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 09 agos. 2021.

SILVA, Camila de Jesus. **A Nova Esquerda e sua atuação regional: a Ação Popular em Goiás**. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. Modos de produção no Brasil. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

SOUSA, Antonia de Abreu. O conceito gramsciano de *revolução passiva* e o Estado brasileiro. **Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 28-40, 2010. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/9287/7477>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SOUZA, Dalva Borges de. O Golpe em Goiás. In: SOUZA, Dalva Borges de (Org.). **Goiás: sociedade e Estado**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.

SOUZA, Maria Borges. **1964 em Goiás: o ovo da serpente**. Militares e Proprietários de Terras na Geração da Ditadura. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990.

SOUZA, Renato Dias de. **Fazia tudo de novo: camponeses e Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso (1950-1954)**. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

TOMAZ, Frederico Bruno Barbosa. A construção das estruturas sindicais no Brasil: uma análise historiográfica dos sindicatos brasileiros. In: **Seminário CETROS crise e mundo do trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora**, 6, 2018, Itaperi, CE. Anais (on-line). Disponível em:< http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51427-18072018-154708.pdf>. Acesso em 24 jun. 2020.

VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1988.

VICENTE, Keides Batista. **Retratos de Goiás: memórias de ex-militantes estudantis goianos sobre a década de 1960**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.